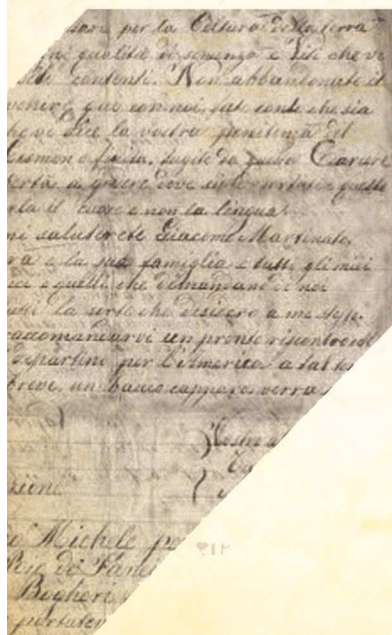


Roberto Radünz
Vania Beatriz Merlotti Herédia
Organizadores



140 ANOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL
XII FÓRUM DE ESTUDOS
ÍTALO-BRASILEIRO



 **UCS**
UNIVERSIDADE
DE CAXIAS DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL



CNPq
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
60 ANOS



**140 ANOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA
NO RIO GRANDE DO SUL**

**IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL
XII FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIRO**

ROBERTO RADÜNZ
VANIA HERÉDIA
Organizadores

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

Ambrósio Luiz Bonalume

Vice-presidente:

Carlos Heinen

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor e Pró-Reitor de Inovação e

Desenvolvimento Tecnológico:

Odacir Deonísio Gracioli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

José Carlos Köche

Pró-Reitor Acadêmico:

Marcelo Rossato

Diretor Administrativo:

Cesar Augusto Bernardi

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenador da Educs:

Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldo Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Cesar Augusto Bernardi (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Márcia Maria Cappellano dos Santos (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

**140 ANOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA
NO RIO GRANDE DO SUL**

**IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL
XII FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIRO**

ROBERTO RADÜNZ
VANIA HERÉDIA
Organizadores



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

C397 140 anos da imigração italiana no Rio grande do Sul [recurso eletrônico] /
organizadores Roberto Radünz, Vania Herédia. – Caxias do Sul, RS :
Educs, 2015.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

ISBN 978-85-7061-797-2
Série de estudos apresentados no IV Simpósio Internacional. XII Fórum de
Estudos Ítalo-Brasileiro.
Apresenta bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Italianos – Rio Grande do Sul. 2. Itália – Migração – Rio Grande do
Sul. I. Radünz, Roberto. II. Herédia, Vania. III. Simpósio Internacional (4. :
2015 : Caxias do Sul). Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro (12. : 2015 : Caxias
do Sul, RS).

CDU 2.ed.: 325.54(450:816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|-------------------|
| 1. Italianos – Rio Grande do Sul | 325.54(450:816.5) |
| 2. Itália – Migração – Rio Grande do Sul | 314.15(450:816.5) |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460.



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95001-970 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax PABX (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

SUMÁRIO

Apresentação	8
---------------------------	---

IMIGRAÇÃO, TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO

As “casinhas de santo” à beira da estrada: os capitéis como espaços de representação em uma colônia italiana no Rio Grande do Sul	11
--	----

Aline Nandi

A construção do patrimônio cultural a partir da educação patrimonial	26
---	----

Ana Paula Santos de Almeida - Katani Maria Monteiro Ruffato

Patrimônio, memória e turismo: a produção dos lugares de memória da cidade, a partir da (res)significação do passado (Sapiranga, RS)	37
---	----

Daniel Luciano Gevehr

As comemorações do centenário da imigração italiana, na Quarta Colônia – RS	55
--	----

Juliana Maria Manfio - Vitor Biasoli

A natureza selvagem desbravada pela conquista dos alemães: transformações do espaço natural na história da imigração alemã no Vale do Paranhana (RS)	69
---	----

Rosane Maria Kaspary - Daniel Luciano Gevehr

Cidade sem projeção: a preservação do patrimônio edificado em cidade de imigração italiana: La Plata e Caxias do Sul	87
---	----

Marcelo Caon

Colonização, mineração e projeto modernizador no Sul de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX	95
--	----

Paulo Sérgio Osório

A comemoração como patrimônio: mapeamento da participação italiana no biênio da colonização e imigração no Rio Grande do Sul	104
---	-----

Tatiane de Lima

IMIGRAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Professor Gino Battocchio e as aulas gratuitas de italiano nos ginásios da capital do RS	116
---	-----

Gelson Leonardo Rech - Elomar A. C. Tambara

A educação na dinâmica do sistema coronelista de poder, na Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, na República Velha	134
---	-----

Giovani Balbinot

Colégio Nossa Senhora de Lourdes, alternativa educacional através da fé para migrantes italianos (1917-1943)	152
---	-----

Gisele Belusso

Exéquias de um funeral fascista: o falecimento de Bartholomeu Tacchini e a presença do Fascismo em Bento Gonçalves	162
Gustavo Valduga	
Abordagens comparativas: um estudo acerca das possibilidades de comparação na imigração	174
Marcos Antônio Witt - Samanta Ritter - Wellington Augusto Blume	
Reforma eleitoral para introdução do voto direto no Brasil (1879-1881): a elegibilidade dos acatólicos	188
Michele de Leão	
As redes sociais de imigrantes e descendentes: contribuições para uma história política renovada nas áreas de imigração	199
Rodrigo Luis dos Santos	

IMIGRAÇÃO E ECONOMIA

Novos imigrantes em Caxias do Sul: reflexões de ordem teórica e metodológica	216
Assis Felipe Menin	
Direito internacional privado e o conflito de leis pessoais nos processos decorrentes das relações conjugais e familiares <i>de</i> e <i>com</i> italianos(as) no Brasil, 1889-1950	224
Daysi Lange - Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos	
Maria Scavuzzo e a Alfaiataria Nicoletta: uma história de empreendedorismo na capital gaúcha	244
Egiselda Brum Charão	
Comércio italiano na fronteira gaúcha	257
Leonardo de Oliveira Conedera	
Colonizar não é somente povoar o solo: o PRR e a política de colonização com imigrantes na República Velha, no RS	267
Olgário Paulo Vogt - Tauane Schroeder	
As vinhas da ira: o metodismo e a vitivinicultura na colônia italiana na Serra gaúcha	281
Vicente Martins Dalla Chiesa	
A cartografia da pobreza em Caxias – 1900-1950	298
Elisete Carmem Ferrari Balbinot	

MEMÓRIA, CULTURA E IMIGRAÇÃO

Luso-açorianos e imigrantes ítalos no interior de Caxias do Sul: influências culturais presentes na memória coletiva de uma comunidade local	317
Alvoni Prux dos Passos - Vania Beatriz Merlotti Herédia	
Marie Faulhber: a trajetória de uma imigrante	329
Denise Verbes Schmitt - Vitor Biasoli	

Padres imigrantes nos núcleos coloniais do Sul do Brasil	342
Maíra Ines Vendrame	
Traços culturais da imigração italiana nas denominações das escolas de Bento Gonçalves – RS	360
Elis Viviana Dal Pizzol	
Índios, colonos e representações sociais: representações dos indígenas no Rio Grande do Sul do século XIX	369
Nathan Ferrari Pastre	
A identidade dos imigrantes trentinos através das redes sociais	382
Marcelo Armellini Corrêa	
A aventura da modernidade em Criciúma: experiências de tempo e gestão de memórias entre a capital do carvão e a cidade das etnias	396
Renato de Araújo Monteiro	

TEMAS GERAIS DA IMIGRAÇÃO

Manuel Oribe e governo do Cerrito: os planos para a colonização do espaço platino no século XIX	405
Arthur Engster Varreira - Carlos Eduardo Piassini - Maria Medianeira Padoin	
Migrações sazonais no Litoral norte gaúcho: o caso de Arroio do Sal e as políticas de inclusão	412
Dilnei Abel Daros - Roberto Radünz	
Sociedade pastoril e imigração italiana em Fazenda Souza no século XIX	423
Deise Angélica Pasquali Bascheira	
Imigração, nacionalidade e direitos humanos	439
Luiza Maria Oliboni	
A história social de migrantes através de fontes judiciais: o caso do quartel	451
Daiana Cristani da Silva Keiber - Roberto Radünz	
A repressão aos súditos do Eixo, em Pelotas: o caso do italiano Domingos Bassini	461
Tamires Xavier Soares	
Quando nos despedimos já estava com saudades dele: sobre a produção de um registro audiovisual	470
Pâmela Cervelin Grassi	

Apresentação

A Universidade de Caxias do Sul, por meio de seu Programa de Mestrado em História, foi sede do IV Simpósio Internacional e do XII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros em junho de 2015. Esse evento, que teve sua primeira edição em 1975, com o intuito de comemorar o centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, abriu um espaço de diálogo com a comunidade italiana e seus descendentes, oferecendo à mesma uma série de estudos que permitisse entender a ação dos italianos e seus feitos no Brasil.

Após muitas edições, o evento que ocorre de cinco em cinco anos tem demonstrado muito vigor nas pesquisas que apresenta e nas relações interinstitucionais que fazem parte dessa iniciativa. Vale lembrar que, desde a primeira edição, houve a intenção de, além de comemorar a presença dos italianos, no Estado do Rio Grande do Sul, registrar análises que demonstrassem a contribuição do italiano no desenvolvimento do estado. A iniciativa do governo estadual, de criar uma Comissão do Biênio de Colonização e Imigração, na gestão do governador caxiense Euclides Triches, foi profícua e duradoura.

O I Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros foi prestigiado pela presença de vários intelectuais que pesquisavam sobre o tema, tais como: Octavio Ianni, Thales de Azevedo, José de Souza Martins, Luiz Alberto De Boni, Vitalina Maria Frosi, Ciro Mioranza e Loraine Slomp Giron. Esse evento deu início a uma série de estudos sobre o tema, inclusive na nossa universidade, valorizando a importância da imigração na construção da riqueza da região. Vinte anos depois dessa primeira iniciativa, foi pensado o “I Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana”, que ocorreria junto com o IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. Os eventos realizados sempre pautaram sobre o tema migratório, trazendo pesquisas que versavam sobre a produção econômica na região, as práticas culturais, as instituições predominantes, a força religiosa, a política e suas repercussões, os fenômenos linguísticos, a língua e seus desdobramentos, entre tantos temas importantes. O estudo desses temas proporcionou vários intercâmbios entre instituições estrangeiras que pesquisam sobre o mesmo argumento, tornando esses eventos espaços de socialização do conhecimento produzido pelas diversas instituições de Ensino Superior.

Em 2015, a proposta acerca da realização do IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL e XII FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIRO – **140 ANOS DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL – Fontes e acervos na pesquisa em estudos migratórios**, teve como objetivo reunir pesquisadores brasileiros e estrangeiros que trabalham nessa área de conhecimento, para a troca de experiências, sendo momento

privilegiado para a produção e socialização do conhecimento. O evento propiciou o aprofundamento acerca de questões pertinentes ao deslocamento das populações, tema candente na atualidade.

Os seminários temáticos foram distribuídos em cinco eixos: imigração, território e patrimônio; imigração, educação e política; imigração e economia; imigração, cultura e memória e temas gerais da imigração. Por meio da publicação desses estudos, é possível identificar os trabalhos de pesquisa que estão sendo realizados sobre a temática da imigração, integrando algumas áreas e instituições a fim de avançar nesses estudos.

Tivemos nesse evento diversos parceiros que colaboraram para a realização das atividades acadêmicas e para o sucesso alcançado. Entre eles, citamos: a Università degli Studi di Padova; a Università della Sapienza, Roma; a Università C'a Foscari; a Universidad de la República-Uruguai, Swinburne University of Technology, Melbourne, Australia; Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade de Passo Fundo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Além disso o evento contou com o suporte financeiro do CNPq e da Capes. A Prefeitura de Caxias do Sul, através do Arquivo Histórico João Spadari Adami, foi parceira importante no Simpósio.

É importante registrar que diversos programas de pós-graduação no País e no estrangeiro tem trabalhado com essa temática e estiveram presentes nessa iniciativa. O evento, portanto, atingiu o seu escopo principal de promover um espaço de reflexão sobre a produção de conhecimento realizada sobre a temática da imigração, no intuito de analisar os resultados de pesquisas recentes, de natureza interdisciplinar nessa área de conhecimento.

A escolha do tema principal do evento, sobre “fontes e acervos na pesquisa em estudos migratórios”, colabora para os interessados na área. Esse tema para os historiadores é condição *sine qua non* para a realização de novas pesquisas e, conforme diz Carlos Bacelar, é a hora da “mão na massa”. A diversidade de fontes, a riqueza das mesmas e os limites que apresentam para a produção científica foram objeto de estudo do Simpósio, cujos resultados colocamos à disposição do público, por meio desta publicação.

Roberto Radünz e Vania Herédia

Universidade de Caxias do Sul

Imigração, território e patrimônio

As “casinhas de santo” a beira da estrada: os capitéis como espaços de representação em uma colônia italiana no Rio Grande do Sul

Aline Nandi

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FACCAT

O objetivo da pesquisa é discutir o processo de construção e significação que envolve os capitéis (pequenos oratórios) construídos entre 1945 e 1960, nas margens das estradas da *Colônia Boa Esperança* – localizada no Município de Rolante, RS. Buscaremos através deste estudo fazer um levantamento dos capitéis e compreender as relações que se estabelecem entre os moradores dessa comunidade – constituída inicialmente de imigrantes italianos e de seus descendentes – e os capitéis. Para tanto, propusemo-nos em investigar o processo histórico que envolveu essas construções, sua função social na comunidade e os elementos de caráter religioso e identitário, presentes nesses oratórios dispostos à margem das estradas, que cortam a localidade.

Como forma de atingir os objetivos deste estudo, buscou-se, a partir do mapa turístico do município, visitar, fotografar e descrever as características de quatro capitéis construídos pela primeira geração dos imigrantes italianos que colonizaram *Boa Esperança*, além de compreender, através de relatos orais dos moradores da localidade, as motivações que proporcionaram a construção destes monumentos.

A pesquisa justifica-se pela importância dos grupos colonizadores, na preservação de elementos culturais, pelas diferentes gerações, como forma de evidenciar suas práticas e tradições, além da função social que estes espaços representam; apontamos a necessidade de difundir a história dos capitéis e de seus “construtores”, para a promoção do turismo, o cuidado com a manutenção destas construções, além da “sensação” de pertencimento de toda a comunidade rolantense a esse bem cultural.

Esta pesquisa fundamenta-se em registros fotográficos, análise bibliográfica, observação e entrevistas. Foi necessário percorrer o *Caminho das Pipas*, roteiro turístico na comunidade de Boa Esperança e identificar pessoas da comunidade que pudessem, a partir da história oral, apresentar relatos sobre a construção dos capitéis, suas representações, formas de manutenção e as práticas estabelecidas nestes espaços. Os lugares que percorremos nos fazem lembrar fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva. (HALBWACHS, 2004).

Com o intuito de promover alternativas de agregação de renda à produção agrícola da localidade de Boa Esperança, e minimizar o êxodo rural, no ano de 1995 os agricultores da comunidade, em parceria com a Prefeitura Municipal de Rolante, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Emater, iniciaram a formulação do *Caminho das*

Pipas, como um roteiro turístico. Localizado no 4º Distrito de Rolante, o trajeto é composto por nove cantinas de produção de vinho e suco colonial artesanal, além de uma casa de massas, um restaurante e uma pousada. O roteiro agrega ainda Cascata Três Quedas, espaços de comercialização de produtos coloniais em cada uma das cantinas e demais empreendimentos no *Caminho das Pipas*.

No município de Rolante, foram construídos quatro capitéis na localidade de Boa Esperança. A construção dos capitéis teve início em 1945, com a primeira geração dos descendentes de imigrantes italianos indo aproximadamente até 1960. Esta primeira geração caracteriza-se por serem filhos dos primeiros imigrantes que fixaram residência, primeiramente nas velhas colônias de imigração.

No período de construção dos capitéis, a comunidade já contava com uma igreja em honra a Nossa Senhora do Caravaggio, construída em madeira logo no início da colonização. A igreja em alvenaria veio a ser construída após a melhor estruturação financeira e organização social das famílias da localidade. A igreja foi transformada em paróquia, que completou 70 anos no mês de maio de 2014.

Para celebrar as festividades de aniversário da paróquia, foi organizada uma intensa programação religiosa e festiva, com reza de terços, celebrações do tríduo e uma grande missa que contou com a presença e celebração do Bispo da Diocese de Novo Hamburgo, Dom Zeno Hastenteufel.

Em um ambiente de preparação para a festa local, no salão da comunidade com mais de 40 mulheres, numa tarde de domingo, dividindo funções na produção dos *agnoline* – um dos principais pratos da culinária local – a sopa – e alguns homens que faziam uso do salão comunitário para o encontro tradicional do domingo com amigos e parentes da cidade, além dos jogos de carta e da companhia a suas esposas, realizamos, a partir de um questionário semiestruturado, a busca de informações sobre a origem da construção dos capitéis, fatores que motivaram estas construções, usos destes espaços e suas representações.

A fabricação coletiva do *agnoline* é uma tradição na comunidade e tal responsabilidade é das mulheres. A tradição dos encontros e a forma de fabricação artesanal é passada de geração em geração; netas, mães e avós compartilham saberes, relembram fatos do passado e mantêm viva a tradição da construção coletiva da festividade. Este fazer conjunto é realizado anualmente no mês de junho, em preparação à festa da padroeira. filhas e netas que não moram na localidade costumam estar no final de semana que antecede a festa, na casa de seus familiares em Boa Esperança, a fim de participar deste momento.

Antes de continuarmos com a caracterização dos capitéis de Boa Esperança, precisamos conhecer melhor o cenário em que esse Patrimônio Cultural da comunidade

se insere. A dinâmica que envolve a colonização das terras e o processo de organização política e social dessa comunidade nos permite melhor compreender como os oratórios, construídos na margem das estradas da colônia, representam aspectos da identidade étnica de seus moradores, ao mesmo tempo em que procuram *manter viva uma memória dos antepassados*.

A vinda dos imigrantes e a formação histórica de Rolante

Na segunda metade do século XIX, deu-se início o processo de ocupação de Rolante pelos imigrantes europeus. Parte da economia regional concentrava-se na leva de gados do Rio Grande do Sul até São Paulo, e foi dessa forma que moradores da região passaram a utilizar o caminho que tinha início em Viamão, passando por Rolante e seguindo até o território paulista. Os conhecidos tropeiros tinham Rolante em seu roteiro.

Mas foi, em 1882, que chegaram à Rolante os primeiros colonizadores; vindos das colônias velhas, fixaram moradia em Alto Rolante hoje distrito de Rolante. As terras foram cedidas por uma empresa colonizadora a imigrantes alemães. Os ítalo-brasileiros chegaram na primeira década do séc. XX, procedentes de Caxias do Sul, Salvador do Sul, Farroupilha, Gramado, entre outras levas das primeiras colônias.

Em 19 de abril de 1909, por designação do governo da Província, Rolante passou a ser distrito. Logo passaram a chegar à localidade famílias húngaras, seguidas de suecas, polonesas, italianas e alemãs. Em algumas localidades estas novas famílias passam a dividir a rotina com os chamados “caboclos”, que já estavam estabelecidos em algumas localidades. Era a lembrança da ocupação indígena, lusa e africana na região. Rolante, pertencente originalmente a Santo Antônio da Patrulha, teve sua emancipação político-administrativa concedida em 28 de fevereiro de 1955. A cidade é conhecida como a “Capital Nacional da Cuca”, e também como a terra natal do cantor tradicionalista gaúcho Teixeira.

Atualmente Rolante faz parte do *vale do Paranhana*, na Encosta Inferior da Serra gaúcha, e desde 2010 integra a *Região Metropolitana de Porto Alegre*, estando ainda inserido na *Reserva da Biosfera de Mata Atlântica*. De acordo com o IBGE (2014), sua população total é de 19.493 habitantes. Tendo como principais atividades econômicas a indústria, os serviços e a agricultura, Rolante apresenta grande concentração de propriedades com atividades produtivas ligadas à agricultura familiar.

Boa Esperança, sendo o 4º Distrito de Rolante, tem aproximadamente 80 famílias que residem ou possuem casas de “final de semana”, agregando assim uma economia promissora. Além das atividades agrícolas desenvolvidas na comunidade, como forma

de geração de renda para as famílias através da comercialização de milho, farinha, uva, vinho e demais insumos, a comunidade conta com diversas agroindústrias ligadas, principalmente, à produção de vinho e sucos.

As promessas aos santos e a construção dos capitéis na Colônia Boa Esperança

Realizando o roteiro *Caminho das Pipas*, na *Colônia de Boa Esperança*, encontramos quatro capitéis, objeto central desta investigação. Os capitéis ou as *casinhas de santos à beira da estrada* foram construídos em terras particulares, nas vias que ligam a região colonial, próximos ao local de moradia da família, que havia feito alguma promessa. Tendo sua “graça” alcançada, logo iniciavam a construção do espaço de oração, como forma de “pagamento” pela conquista do pedido.

Sobre os capitéis, Costa (1976) aponta que se caracterizam pelo costume foi trazido da Itália, de construir pequenas ermidas ao longo dos caminhos, principalmente nas encruzilhadas. Estas ermidas, regionalmente chamadas de *capitéis*, às vezes belas, originais mesmo, porém outras vezes apresentam formas grotescas, principalmente nas construídas recentemente. São de madeira, tijolos ou pedra, ora desenvolvem uma linguagem própria ou com mais frequência copiam simplificada a arquitetura religiosa de maior porte.

Nos capitéis, eram colocadas imagens do santo de devoção da família, ao qual era destinado o pedido – promessa. A devoção aos santos é fruto da tradição familiar passada para cada geração, tendo em vista, ainda, que as famílias italianas, estabelecidas na localidade de Boa Esperança, professavam a fé na Igreja Católica Apostólica Romana.¹ “A quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente a existência.” (DE BONI, 1980, p. 235).

Os descendentes dos imigrantes preservaram diferentes práticas e costumes religiosos trazidos da Itália e herdados de seus antepassados, agora repassados e (re)significados pelas novas gerações.

Assim, seguindo Tedesco (2004 p. 232), “os idosos, sem haver deliberação, são encarregados de guardar as lembranças do passado dos grupos; [...] conservar objetos materiais importantes, promover cerimônias que representem os percursos vividos por eles e que sejam transmitidos aos ‘de hoje’.”

A construção dos capitéis está revestida de um universo religioso, no qual a materialização desses oratórios representava alguma “graça alcançada”, sendo

¹ A relação existente entre as identidades religiosas e as fronteiras étnicas – como é o nosso caso – é analisada por Gisele Chagas, em seu estudo sobre a comunidade muçulmana no Rio de Janeiro.

compreendida pelos seus criadores como a “ouvir dos santos as suas preces” e “uma forma de manifestação divina”. Vale lembrar que esses imigrantes vinham de um contexto na Itália, em que cada vila tinha seu santo padroeiro, venerado não tanto como modelo cristão de virtudes, mas principalmente como *protetor mágico*, que auxiliava nos momentos de necessidades ou nas adversidades. (FOCHESATTO, 1977).

A religiosidade era tida como uma forma de vencer a saudade da terra de origem, os novos costumes, o refazer da vida em terras distantes. A contemplação da promessa de um mundo novo com mais dignidade e com terras, para produzir o suficiente para fazer fortuna estavam alicerçados na força da fé.

De acordo com Cocco (2008), a capela era o centro e o ponto principal do núcleo colonial. Além disso, perpetuam-se nas vilas e propriedades particulares, ao longo das estradas ou em encruzilhadas, os *capitéis*, que testemunham a religiosidade e a frequência dos cultos familiares do italiano. Eram erigidos, muitas vezes, como testemunho de uma graça alcançada, ou dedicados para um santo da devoção.

Os capitéis construídos na *Colônia Boa Esperança*, embora tenham suas histórias de construção relativamente semelhantes, apresentam particularidades, tendo em vista que cada um deles faz referência e devoção a um santo diferente e, principalmente, um *episódio* que motivou sua construção e justifica sua lembrança pelas gerações seguintes.

Percorrendo o Caminho das Pipas, pretendemos aqui analisar o contexto de produção dos capitéis e seus significados.

Capitel Santo Antônio

Tradicionalmente conhecido como “santo casamenteiro”, a construção do capitel de Santo Antônio nada tem a ver com a fama que o santo adquiriu pelo mundo. Construído em 1945 pela família de Celeste Boniatti, nas margens da estrada que liga a localidade de Boa Esperança a São Francisco de Paula, teve sua arquitetura original em madeira.



Capitel Santo Antônio I
Fonte: Acervo dos Autores.

De acordo com depoimentos, o que motivou Celeste Boniatti a fazer o capitel foi um forte temporal que destruiu a casa da família e outras casas da comunidade. Não havendo nenhum prejuízo a vida das pessoas de sua família e de outras pessoas da comunidade, o mesmo prometeu que, após a reconstrução de sua casa, faria um capitel em devoção a Santo Antônio, para que o mesmo pudesse continuar protegendo a família.

No ato de sua inauguração, ainda segundo moradores, foi celebrada uma missa campal e festividades no local. Com o recurso de vendas e ofertas na festa, a comunidade comprou os bancos e as janelas da igreja da localidade. Anualmente, no dia de Santo Antônio, 13 de junho, moradores se reúnem no local onde hoje há um capitel de alvenaria, para celebrar e rezar o terço em devoção ao santo.

O capitel Santo Antônio possui características arquitetônicas diferenciadas dos demais capitéis que vamos apresentar. Seu espaço interno é reduzido, podendo desempenhar algum tipo de atividade ou ato religioso em seu interior apenas uma pessoa.

Ainda em seu interior se encontra um altar, no qual está a imagem de Santo Antônio, possivelmente a imagem original do primeiro capitel construído no mesmo local, conforme já descrito anteriormente. Neste altar também estão depositadas as imagens de Nossa Senhora Aparecida, Santo Expedito e outras três imagens.

A toalha que cobre o altar possui imagens relacionadas ao Sacramento da Comunhão: o trigo a uva e a vela estão pintados sobre o tecido. Tal adereço é substituído frequentemente pela família responsável pelos cuidados daquele espaço. A porta é de ferro e possui vidros na parte superior, que permitem ver o interior do capitel.

A porta fica aberta apenas em dias especiais ou quando solicitada visitação e permanência na parte interna.

O capitel Santo Antônio está identificado por uma placa de sinalização turística contendo o nome do santo homenageado naquele lugar.

Capitel Santa Bárbara

Devotada pelos católicos como a santa *protetora das tempestades*, Santa Bárbara foi homenageada com a construção de um capitel na *Colônia Boa Esperança*. Segundo moradores, após uma tempestade que destruiu lavouras e danificou casas na comunidade, as famílias de Atílio Tauffer e Ceverino Scalcon juntaram-se para realizar a construção, em busca de proteção.

De acordo com relatos, desde a construção do capitel, nenhuma forte tempestade atingiu a comunidade, causando prejuízos às lavouras e aos demais bens das famílias, que têm, como principal fonte de renda, a produção agrícola.

Com o término da construção do capitel, por volta do ano de 1945, uma grande missa foi celebrada e, durante alguns anos, o rito se repetiu. Porém, com o passar dos anos e com a morte dos seus construtores, a tradição “foi se perdendo”. Nos últimos anos, têm sido realizada somente a reza do terço com ofertas e não mais a missa. O local passa constantemente por manutenções, garantindo assim sua conservação.



Capitel Santa Bárbara
Fonte: Acervo dos autores.

O capitel Santa Bárbara está localizado às margens da estrada que dá acesso à localidade de Morro Grande, próximo ao Morro da Asa Delta, um dos principais pontos turísticos do município.

No seu interior, encontramos um altar móvel com imagem de Santa Bárbara, decorado com tecidos; é geralmente usado para as procissões realizadas na comunidade, onde moradores fazem uma espécie de caminhada com a santa pelas ruas da localidade, em especial nos dias de celebrações religiosas no capitel.

No altar fixo estão depositados um crucifixo, a imagem de São José e algumas flores artificiais. Em dias de festividade ou rezas de terço com a comunidade, são colocadas ainda sobre o altar flores naturais, cultivadas pelos próprios moradores, em homenagem à Santa Bárbara.

A porta é em ferro e possui vidros da parte superior, que permitem ver o interior do capitel. Como no capitel Santo Antônio, a porta fica aberta apenas em dias especiais ou quando solicitado aos cuidadores do capitel, que moram nas proximidades para visitação e permanência na parte interna. Assim como nos demais, o capitel possui placa de sinalização turística em bom estado de conservação, contendo o nome da santa homenageada.

Capitel São Roque

O santo *protetor dos animais*, e de *algumas enfermidades*, também tem um capitel em sua devoção. Sua primeira construção em madeira foi feita por Domingos Boniatti; segundo relato de sua filha Vitória Valandro, a construção foi finalizada por volta dos anos 50 do século XX. Boniatti sofria, há algum tempo, com feridas na perna, que o impediam de realizar diversas atividades; foi então que, ao recorrer a São Roque e tendo lhe “prometido” um espaço de encontro e oração em suas terras, suas feridas foram “curadas”.



Capitel de São Roque
Fonte: Acervo dos autores.

Para cumprir sua promessa, Boniatti, familiares e a comunidade celebram ali uma missa. Por alguns anos, no dia 16 de agosto – data em que é celebrado pela Igreja Católica o dia de São Roque – missas foram realizadas em sua homenagem. Nos dias atuais, moradores da comunidade reúnem-se no final da tarde, no dia de São Roque, para a reza do terço e, de forma particular, alguns moradores têm como hábito ir até o capitel para a reza do terço ou “pagamento” e/ou cumprimento de alguma promessa em outros momentos do ano.

Segundo Vitória Valandro, “ali sempre rezávamos a missa, o terço, e fazíamos festa, com churrasco e tudo, mas há mais de 30 anos não fizemos mais a festa. Celebramos a data de forma diferente, muitas famílias não trabalham neste dia e é feita a reza do terço”. (Informação oral).

O capitel São Roque possui seu espaço interno também reduzido, podendo desempenhar alguma atividade ou ato religioso em seu interior apenas uma pessoa. A pintura interna e externa está um pouco danificada e o acesso ao interior é por meio de uma escada. Este é o único dos quatro capitéis que possui uma cruz na estrutura externa superior, destacando assim sua função religiosa.

Em seu interior se encontra um altar, no qual está à imagem de São Roque. Nesse altar, também estão depositadas as imagens de outros santos de devoção dos visitantes e/ou religiosos frequentadores do local.

A porta de entrada da *casinha do santo* também é de ferro; a exemplo dos demais capitéis já apresentados, possui vidros na parte superior, o que permite ver o interior do

capitel e uma janelinha nas paredes esquerda e direita do capitel; porém, em dias de muita umidade, a visualização interior do capitel fica bastante prejudicada, tendo em vista que não há ventilação interna; a porta fica fechada sendo acessada apenas pela pessoa responsável por sua conservação.

Segundo moradores, a porta é aberta apenas em dias especiais ou quando é solicitada visitação. No entorno do capitel São Roque encontra-se vasta vegetação local, da qual se sobressai a imagem do capitel. O *oratório* também encontra-se identificado por uma placa de sinalização turística.

Capitel Santo Antônio II

Notamos que o capitel Santo Antônio II é um dos que apresenta maior necessidade de preservação. Seu espaço interno também é reduzido. A pintura interna e externa está um pouco danificada, uma das paredes é revestida com piso, assim como o chão.

Localizado na estrada que liga a comunidade de Boa Esperança ao Morro da Asa Delta – ponto turístico da comunidade de Morro Grande –, encontramos poucas informações referentes a este capitel. De acordo com relato de moradores, o capitel foi construído por José A. Cambuzzi.



Capitel Santo Antônio II
Fonte: Acervo dos autores.

Segundo a memória dos moradores, a construção foi motivada pelo fato de que muitos moradores da comunidade foram “indo embora” e a capela de madeira que existia nas proximidades teve de ser desmanchada, em função da ação do tempo. Então, para marcar a presença da igreja naquele local, o senhor Cambuzzi construiu o capitel. Não existe neste capitel nenhum tipo de celebração comunitária organizada anualmente e, segundo relatos de moradores, a comunidade desconhece quem realiza o cuidado desse monumento.

Em seu interior encontra-se também um altar, no qual está a imagem de Santo Antônio. Nesse altar, também, estão depositados ainda dois pequenos vasos de flores artificiais.

A porta também é de ferro, a exemplo dos demais capitéis já apresentados; possui vidros na parte superior. Não possui trancas e está sempre aberto, seus vidros estão quebrados assim como a fechadura.

O capitel não possui um cuidador e está à margem da estrada de acesso à mais bela vista do município e o principal ponto turístico. Em seu entorno está a mata nativa e *pinus*.

Discursos e memórias: uma geração que “guarda” histórias

A constituição da identidade local e social não está ligada somente à religião católica, mas também a outras práticas sociais: costumes, hábitos familiares, tradições, que são preservados e passados de geração à geração, com elementos positivos para a construção destas identidades, bem como das memórias. A preocupação da comunidade em manter viva a memória dos antepassados que colonizaram *Boa Esperança*, e que foram responsáveis pela construção dos capitéis, passa, obrigatoriamente, por um processo de atualização da memória, no qual a herança deixada pelos antepassados é ressignificada pelas atuais gerações.

Além da preservação dos monumentos, através da organização comunitária, a comunidade busca, mediante registros fotográficos, preservar a história dos antepassados e dos fatos sociais representativos da comunidade. Uma exposição fotográfica está colocada no salão comunitário com fotos e identificação das primeiras famílias que se estabeleceram na *Colônia Boa Esperança*, além de fotos dos descendentes dos primeiros colonos, que realizam algum tipo de evento festivo social como: Bodas de Prata e Ouro.

No que tange ao patrimônio, os ritos do passado são preservados, além disso são “atualizados” dentro do novo contexto social, no qual as tradições locais, como nesse caso a religiosidade trazida pelos imigrantes, são exaltadas pelo grupo, que procura

reproduzir a cultura religiosa herdada, ainda que essa sofra constantemente as transformações do contexto atual.

Esses elementos estão intrinsecamente presentes nas falas dos atuais moradores de Boa Esperança, que manifestam preocupação com a preservação dos capitéis. Tomamos como exemplo as manifestações de dois filhos dos construtores das *casinhas dos santos*, nas quais Avelino Rossi afirma que “hoje, cuidado deste local, para não deixar cair o que meu pai construiu”. (Informação verbal). Esta afirmação também é da filha de um dos idealizadores, Vitória Valandro: “A tradição a gente não perdeu. Meu pai quem fez. Eram pessoas de muita fé e me passaram muita fé e hoje ajudamos a cuidar deste local.” (Informação verbal).

Na memória dos usos sociais dos locais de oração à beira da estrada, os moradores guardam ainda relatos sobre os atos realizados. Segundo Vitória Valandro, os capitéis eram pontos de encontro da comunidade; anualmente, em cada capitel, além da missa eram realizadas festas para arrecadar recursos para a igreja e outras obras da comunidade; os capitéis realizavam assim uma função social. “Fazíamos grandes festas, vinha toda a comunidade, tinha churrasco e muitas coisas, hoje não se faz mais isso.” (Informação verbal).

Ressalta-se que os capitéis são preservados por moradores da comunidade, ou por familiares dos “construtores” com o dinheiro arrecadado anualmente, como oferta nas celebrações anuais realizadas em cada um dos quatro capitéis da comunidade, no dia em que a Igreja Católica celebra o santo que dá nome a cada capitel. De acordo com a entrevistada Vitória Valandro, “a comunidade se reúne sempre no dia do santo de cada capitel para rezar um terço e fazer uma coleta, para que possa ser mantido esse espaço”. Algumas pessoas ficam responsáveis por cuidar de algum capitel e recebem algo por isso; outros têm os familiares de quem construiu que cuidam. “O do meu pai (capitel São Roque) pagamos outra pessoa para cuidar.” (Informação verbal).

Os capitéis são considerados patrimônio cultural. O termo patrimônio reflete a apropriação ou detenção de um bem, herança de alguém ou de algum povo. É um conjunto de bem materiais ou imaterial que resguardam memórias. Segundo Feitosa e Silva (2011), os bens materiais e imateriais são aqueles relacionados à memória, identidade e herança de um povo ou nação e o patrimônio cultural material é todo aquele que pode ser visto e tocado.

A manutenção do patrimônio está alicerçada na conservação e recuperação da memória, fator que permite as seres humanos e a seus grupos a manutenção da identidade individual ou coletiva. Segundo Aguinaga (2014, p. 5), “o patrimônio cultural imaterial diz respeito àquela porção intangível da produção cultural dos povos,

encontradas nas tradições, nos saberes, no folclore, nas línguas, nas festas, e em outras tantas manifestações que são transmitidas de uma geração a outra”.

O *resgato* de algum tipo de identidade ou de elementos simbólicos, que estabeleça relações com esta identidade, significa a manutenção de laços extemporâneos aos antepassados a um local, costumes e hábitos que demonstram quem são e de onde seus antepassados vieram e qual o legado deixado por estes.

Na *Colônia Boa Esperança*, no caso dos filhos e/ou familiares dos responsáveis pela construção dos capitéis, cuidar da conservação destes locais é manter viva a história e o desejo de entes que já partiram, mas que tiveram sua vida alicerçada na fé e na crença de que aqueles locais de oração traziam importantes benefícios para a vida de familiares e das demais famílias da comunidade.

Como traz o entrevistado Avelino Rossi, “hoje, cuido deste local, para não deixar cair o que meu pai construiu [...]. Como Santa Bárbara é protetora das tempestades, depois que foi construído o capitel para ela, nunca mais a gente teve grandes tempestades com prejuízos para nós.” (Informação verbal). Ainda a tradição é lembrada por Vitória Valandro: “A tradição a gente não perdeu. Meu pai quem fez. Eram pessoas de muita fé e me passaram muita fé e hoje ajudamos a cuidar deste local.” (Informação verbal).

A religiosidade e alguns de seus elementos são repassados ao longo das gerações. A moradora Luiza Boneto relata sua experiência de fé a partir de promessas feitas a São Roque: “Meu marido tinha uma doença muito grave e precisava ser operado, foi então que prometi a São Roque que iria rezar um terço em sua devoção e iria ‘de a pé’ da minha casa até a capelinha, se meu marido fosse curado e não precisasse passar pela cirurgia, e deu certo[...]eu sempre tive fé.” (Informação verbal).

De acordo com relatos de moradores entrevistados, muita gente da comunidade mantém o costume de visitar os capitéis e fazer suas orações; porém, as pessoas que visitam a comunidade não estabelecem com estes espaços as mesmas relações. Assim, Marlei Boneto Prezi aponta: “Sempre vou rezar o terço, principalmente quando é o dia de cada um dos santos. Quando estamos trabalhando e não dá tempo de ir naquele dia, vou no outro dia, mas não deixo de ir.” (Informação verbal). No entanto para muitos os monumentos e a tradição passam despercebidos, como traz Avelino Rossi: “Alguns anos atrás as pessoas vinham visitar a comunidade, paravam nos capitéis, queriam saber sua história, hoje poucas pessoas fazem isso.” (Informação verbal).

Considerações finais

A construção dos capitéis, embora presente em sua historicidade características particulares, está cercada de elementos simbólicos coletivos, entre estes de tradições passadas para a primeira geração dos imigrantes italianos chegados em Boa Esperança, onde esta geração constrói monumentos que marcam de forma física sua religiosidade, crenças e sua etnicidade. Este estudo possibilitou identificar elementos religiosos e culturais que estabelecem ligações com a primeira leva de imigrantes italianos que se instalaram na *Colônia Boa Esperança*.

Embora sejam estabelecidas, na atualidade, ligações entre o espaço dos capitéis e os familiares de seus idealizadores, como forma de manter presente a história e o legado de entes que já partiram, algumas peculiares são perdidas com o passar dos anos, inclusive a minúcia de detalhes, histórias e da própria tradição inicialmente envolta nestas construções. Não existem registros fotográficos ou escritos pelos familiares em materiais relacionados à história de Rolante e da própria colonização, que tragam dados detalhados sobre suas construções.

Os capitéis podem ser compreendidos como lugares potencializadores da difusão da história dos primeiros imigrantes italianos – numa região tipicamente colonizada por imigrantes alemães, como é o caso de Rolante e de seus municípios vizinhos – e de suas tradições, bem como daqueles que construíram e daqueles que preservam atualmente estes espaços. Através da preservação das *casinhas dos santos*, como popularmente são conhecidos os capitéis, se pode melhor conhecer ritos e tradições ligados a estes monumentos, que expressam formas de ser e sentir da comunidade que os produziu.

Referências

AGUINAGA, Karyn Ferreira Souza. *A proteção do patrimônio cultural imaterial e os conhecimentos tradicionais*. Disponível em: <<http://www.conpedi.org>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BONETO, Luiza. *Luiza Boneto*: depoimento. [jul. 2014]. Entrevistadora: A. Nandi: Município de Rolante, RS: 2 cassetes sonoros. 2015. Entrevista concedida aos eventos dos 140 anos da Imigração Italiana no RS.

CHAGAS, Gisele Fonseca. Identidades religiosas e fronteiras étnicas: um estudo do ritual da oração na comunidade muçulmana do rio de janeiro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 152-176, 2009.

COCCO, Ricardo. Questão da religião e a imigração italiana no Rio Grande Sul. *Revista de Ciências Humanas*, Frederico Westphalen- RS, v. 9, n. 13 p. 9-30, 2008.

COSTA, Rovílio. *Antropologia visual da imigração italiana*. Porto Alegre: Vozes, 1976.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *Rio Grande do Sul: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234-255

FEITOSA, Mônica Nascimento; SILVA, Sandra Siqueira da. *Patrimônio cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local*. Salvador: UFBA, 2011. p. 193-312.

FOCHESATTO, Iloni. *Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1977.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 9 maio 2014.

PREZI, Marlei Boneto. *Marlei Boneto Prezi*: depoimento. [jul. 2014]. Entrevistadora: A. Nandi: Município de Rolante, RS: 2 cassetes sonoros. 2015. Entrevista concedida aos eventos dos 140 anos da Imigração Italiana no RS.

ROSSI, Avelino. *Avelino Rossi*: depoimento. [jul. 2014]. Entrevistadora: A. Nandi: Município de Rolante, RS: 2 cassetes sonoros. 2015. Entrevista concedida aos eventos dos 140 anos da Imigração Italiana no RS.

VALANDRO, Vitória. *Vitória Valandro*: depoimento. [jul. 2014]. Entrevistadora: A. Nandi: Município de Rolante, RS: 2 cassetes sonoros. 2015. Entrevista concedida aos eventos dos 140 anos da Imigração Italiana no RS.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: Ed. da UFE; Caxias do Sul: Educus, 2004.

A construção do patrimônio cultural a partir da educação patrimonial

Ana Paula Santos de Almeida
Mestranda do Programa em Pós-Graduação em História – UCS

Dra. Katani Maria Monteiro Ruffato
Programa de Pós-Graduação em História – UCS

Este artigo tem como objetivo apresentar a pesquisa sobre como o patrimônio cultural local, que se encontra no interior e no entorno de escolas de regiões periféricas, pode ser utilizado como fonte de conhecimento para o fortalecimento da cidadania, a partir de uma série de atividades, alicerçadas na utilização da metodologia de alfabetização patrimonial, com uma turma de 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Guerino Zugno, localizada no Bairro Planalto II, do Município de Caxias do Sul, RS.

Para tanto, serão apresentados três momentos, sendo o primeiro a exposição da temática proposta; o segundo consiste na fundamentação teórica no qual a pesquisa está alicerçada e, para finalizar, expõe-se os resultados parciais do desenvolvimento da pesquisa.

Atualmente existe uma preocupação cada vez maior com a conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural da sociedade, e a Educação Patrimonial é a responsável pelo desenvolvimento desse processo de conservação e preservação, pois, de acordo com Horta, Grunberg e Monteiro, Educação Patrimonial é um

processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Ainda segundo Horta, a educação patrimonial é como “um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A proposta de um projeto de educação patrimonial, voltado para as regiões periféricas da cidade, permite uma aproximação ao que prevê os PCNs, ou seja, que o

ensino de História parta de temas e objetos próximos ao contexto social dos educandos. Para tal proposta, o processo de ensino e aprendizagem pode utilizar-se de outros espaços além da sala de aula, que possibilitarão a ampliação dos conhecimentos, tornando os conteúdos abordados mais concretos e significativos, assim como o estudo pode ser interdisciplinar e promover a integração entre a escola e a comunidade.

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente [...]. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico de ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra [...] o espaço não é educativo por natureza, mas ele pode tornar-se educativo a partir da apropriação que as pessoas fazem dele, ou seja, o espaço é potencialmente educativo. É o arranjo destes espaços não deve se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar. (FARIA, 2010, p. 15 apud FLORÊNCIO, et al., 2014, p. 35).

Um projeto de educação patrimonial possibilita, através de processos educativos, que se conheça o mundo das comunidades no cotidiano e em suas relações, descobrindo como se relacionam e o sentido que dão às suas experiências e representações sociais, indo ao encontro do papel da História na formação social e intelectual dos indivíduos, pois é através dela que os alunos “desenvolvem a compreensão de si mesmos, dos outros, da sua inserção em uma sociedade histórica e da responsabilidade de todos atuarem na construção de sociedades mais igualitárias e democráticas”. (BRASIL, 1998, p. 29).

O ensino de História permite que os alunos sejam capazes de questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções; assim, a História é responsável por criar mecanismos que viabilizem e estreitem a relação entre patrimônio e sociedade, principalmente entre as escolas, que têm, como suas funções principais, a de formar cidadãos com uma base cultural comum. Como aborda Stephanou, “educar para o patrimônio exige pensar em ações educativas que envolvam provocações, esforço de deciframento, exercícios do sentir, pensar, imaginar, intuir”. (STEPHANOU, 2014, p. 14).

Nesse contexto, a educação patrimonial se mostra necessária para a efetivação desse processo, a partir de um projeto que desloque as atividades educativas da área central da cidade, privilegiando o levantamento do patrimônio cultural do bairro onde a escola se insere, e o diferencial desse projeto é que a própria comunidade escolar, especialmente os professores de História e seus alunos, será protagonista desta ação.

Essa construção permite o questionamento sobre as escolhas do patrimônio até então definido como de todos, ampliando o conceito do que pode ser considerado um

patrimônio, assim como valorizar as manifestações culturais presentes na comunidade e na escola, mantendo o respeito às diferenças, a luta contra as desigualdades e o fortalecimento da cidadania.

A escolha da Escola Municipal de Ensino Fundamental Guerino Zugno parte, principalmente, da busca por uma escola de Caxias do Sul, RS, que estivesse em uma região periférica da cidade. Surgiram, a partir da análise do mapa das escolas na cidade, muitas opções, mas a escola Guerino Zugno teve, na pessoa da vice-diretora da manhã, um interesse em agregar o projeto as suas atividades anuais.

Dessa forma, as atividades têm, como eixo norteador, o levantamento do universo cultural presente na escola e no seu entorno. Fazem parte do universo cultural de uma comunidade, tanto o patrimônio material como o imaterial.¹ Assim, praças, monumentos, igrejas, casas de comércio, além de manifestações culturais, como músicas, festas, ditos populares, entre outros, formam o patrimônio cultural² a ser identificado e preservado.

Possibilitar que os alunos do 9º ano da Escola Municipal Guerino Zugno identifiquem e reconheçam o seu patrimônio cultural desenvolve o senso de pertencimento, o senso crítico e a compreensão daquilo que os rodeiam, pois os alunos mais próximos de sua realidade encontram significação para ela, compreendendo e fazendo relações com o mundo. Se fizessem o reconhecimento do patrimônio cultural já estabelecido, no centro da cidade, isso os tornaria mais distantes da realidade, seria um patrimônio de todos, da cidade, mas antes é preciso reconhecer qual o seu patrimônio e o do seu bairro.

Para que esse processo se efetive, serão analisadas principalmente as falas, as narrativas dos alunos, durante as atividades propostas, suas reações e como eles participam e desenvolvem as atividades. Entrevistas serão realizadas, a fim de obter informações quanto ao envolvimento da comunidade escolar: alunos, pais, professores, direção e funcionários, com o projeto.

O maior desafio para o desenvolvimento deste processo é que a população nem sempre se reconhece no conjunto do que é identificado oficialmente como patrimônio

¹ De acordo com a Unesco, na convenção aprovada em outubro de 2003, monumentos, conjuntos arquitetônicos e lugares construídos pelo homem e pela natureza são patrimônios materiais. Podemos considerar como patrimônio imaterial o folclore e a cultura tradicional, não apenas produtos artísticos como contos e canções, mas também o conhecimento e os valores que permitem sua produção, os processos criativos e os modos de interação pelos quais esses produtos são recebidos, apropriados e reconhecidos. (MAGALHÃES, 2005, p. 23 apud SILY, 2009, p. 273).

² Patrimônio Cultural são “[...] todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança. Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdaram dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso ‘Patrimônio Vivo’: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos, etc.” (GRUNBERG, 2007, p. 5).

cultural nacional; por isso, as ações educativas devem circular entre as práticas cotidianas, para serem percebidas e passarem a ter sentido para a população, fortalecendo dessa forma a identidade local.

Assim, a pesquisa está fundamentada nos conceitos de patrimônio e memória, os quais estão relacionados com a educação patrimonial para, na sequência, propor uma interligação da educação patrimonial com o processo identitário, a partir de abordagens sobre identidade.

A palavra *patrimônio* é de origem latina, derivada de *pater*, que significa pai, num sentido mais social do que a simples referência à paternidade física. Isso significa que o termo é empregado no sentido de herança, legado, ou seja, aquilo que o pai deixa para o(s) filho(s). O fragmento *monos* refere-se a usos e costumes, originários de uma família, de um grupo. (PAIM; GUIMARÃES, 2014, p. 95).

Portanto, patrimônio faz referência às nossas origens fundadoras. Entretanto, a palavra pode ser empregada em áreas da cultura, educação, economia; jurídicas, entre outras, sendo associada a valores monetários, fazendo referência a um conjunto de bens de uma instituição ou de indivíduos.

No Brasil, a construção do patrimônio nacional resulta de uma política oficial do Estado, desenvolvida pelo órgão federal do patrimônio nacional, organizado com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, e denominado atualmente de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mas foi, no início do século XX, que as discussões sobre patrimônio ganharam destaque. Segundo a definição do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, o patrimônio cultural brasileiro constitui-se:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (PAIM; GUIMARÃES, 2014, p. 96).

Ao longo do tempo, ocorreram diferentes formas de classificar o patrimônio, sendo considerado histórico, artístico e recentemente cultural. Essas mudanças podem estar relacionadas principalmente à concepção de identidade, memória e história de um grupo. De acordo com Silva (2014), em seu artigo sobre educação para o patrimônio na escola, antigamente o patrimônio histórico e artístico de uma nação era formado por registros e bens das classes dominantes; nos últimos tempos, as suas interpretações

agregaram outros grupos sociais, que possuem diferentes formas de se expressar. Para Grunberg, o patrimônio cultural é constituído por

[...] todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança. Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdamos dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos, etc. (2007, p. 5).

Dessa forma, a ampliação do conceito de patrimônio cultural permite que atividades pedagógicas possam ser desenvolvidas em espaços urbanos. Estes centros urbanos, formados principalmente pelo processo de industrialização, concentram numerosa população, com grande diversidade cultural e inúmeros problemas sociais.

No Brasil, até meados do século XX, a maioria da população vivia em áreas rurais. A partir dos anos 50, com a implantação de indústrias estrangeiras no País e uma política governamental de industrialização acelerada, houve um crescimento desordenado nos principais centros urbanos brasileiros. Esse inchaço das cidades foi resultado, principalmente, do grande êxodo rural.

De acordo com Canclini (1997), as cidades não existem somente para serem habitadas, programadas para funcionar, mas elas possuem funções individuais e coletivas, por elas é possível viajar, pois são espaços de convívio, que, a partir dos processos migratórios, reúnem uma pluralidade cultural, como se fossem várias cidades em uma só; com elas surgem seus problemas: trânsito, infraestrutura, segurança, saúde, habitação, entre outros. Os grupos que a habitam se apropriam desse espaço urbano de forma fragmentária, entre o que se sabe e o que se supõe, entre o que é bom para um e como cada um vai se acomodando para conviver e construir seus mundos privados e imaginários.

Mas as cidades grandes ou pequenas são “resultado das ações humanas que as edificaram ao longo do tempo. São, além disso, patrimônio e espaço de memória coletiva-local, nacional ou mundial”. (SILY, 2009, p. 274). Cada cidade possui suas histórias, que estão em constante transformação, não apenas o espaço físico – seu patrimônio material, como também o seu patrimônio imaterial.

Como já foi referido na introdução, de acordo com a Unesco, na convenção aprovada em outubro de 2003, monumentos, conjuntos arquitetônicos e lugares construídos pelo homem e pela natureza são patrimônios materiais. Enquanto que

podemos considerar, como patrimônio imaterial, o folclore e a cultura tradicional, não apenas produtos artísticos como contos e canções, mas também o conhecimento e os valores que permitem sua produção, os processos criativos e os modos de interação pelos quais esses produtos são recebidos, apropriados e reconhecidos. (MAGALHÃES, 2005, p. 23 apud SILY, 2009, p. 273).

Canclini (1997) afirma que o patrimônio das cidades é um elemento de identidade, mas a população dessas cidades não o reconhece, sendo necessário apresentar uma nova leitura do espaço urbano e do seu cotidiano, a partir de atividades pedagógicas que tenham o patrimônio destas cidades como objeto central, articulando alfabetização, memória e patrimônio com a finalidade de construir significados que levem à promoção da cidadania.

A obra *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* (FLORÊNCIO, 2014) aborda que, desde a criação do Instituto do Iphan, em 1937, este mostrou, a partir de iniciativas e projetos, uma importância para ações educativas de proteção e preservação do patrimônio, promovendo discussões teóricas, conceituais e metodológicas de atuação para essas ações.

Mas foi na década de 80, com o Projeto Interação,³ que a proposta de trabalhar o processo educacional, com base nos valores próprios da comunidade, através da apreensão dos conteúdos, utilizando-se de situações de aprendizagem, com base no conhecimento regional e local, foi estimulada para fortalecer e reafirmar a pluralidade e a diversidade cultural brasileira, assim como para “diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável”. (FLORÊNCIO et al., 2014, p. 9).

A partir da proposta do Projeto Interação, em 1983 é introduzida no Brasil a expressão *educação patrimonial*, como uma metodologia inspirada no modelo desenvolvido na Inglaterra, mas é em 1993, com a produção do Guia Básico de Educação Patrimonial, que as ações educativas do Iphan obtiveram uma orientação a partir do Guia, que se tornou o principal material de apoio para tais ações.

O Guia Básico de Educação Patrimonial estabeleceu uma metodologia considerando quatro etapas de desenvolvimento, para a apreensão de objetos e fenômenos culturais: observação, registro, exploração e apropriação. Para tanto, define como educação patrimonial:

³ O Projeto Interação foi originalmente apresentado em seminário com representantes de todos os órgãos ligados à então Secretaria da Cultura do MEC, realizado em Brasília, em 1981, no documento “Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC”. Sua linha programática de número três, estava assim intitulada: “Interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país”. (FLORÊNCIO et al., 2014, p. 8).

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 8 apud FLORÊNCIO et al., 2014, p.15).

Ao longo da década de 90, surgiram muitos trabalhos voltados para a educação patrimonial, alguns isolados, outros com ações continuadas. Atualmente, se prioriza na educação patrimonial o processo contínuo e de construção conjunta entre a comunidade e os agentes sociais e culturais, desde o planejamento até a execução de atividades propostas, com foco no Patrimônio Cultural. “O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local”. (FLORÊNCIO et al., 2014, p. 20).

Dessa forma, a metodologia de educação patrimonial propõe que, através dos processos educativos, se conheça o mundo das comunidades no cotidiano e em suas relações, descobrindo como se relacionam e o sentido que dão às suas experiências e representações sociais. As crianças poderão refletir sobre as diferentes formas de ser e estar no mundo, partindo do seu contexto local.

Ao encontro dessa proposta, o artigo “Alfabetização patrimonial: uma ferramenta teórico-prática para a formação de professores” (2009) expõe um conceito abrangente para alfabetização, além de ler e escrever, “é antes de tudo aprender a ler o mundo, compreender o contexto, localizar-se no espaço social mais amplo”. (PEREZ et al., 2009, p. 21). As crianças passam a ler o que está em seu entorno para fazerem relações com a cidade e com o mundo. Terão condições de reconhecer os patrimônios material e imaterial, compreender suas identidades culturais e se apropriar do patrimônio pessoal e coletivo.

Para tanto, as autoras conceituam a expressão alfabetização patrimonial “como ferramenta teórico-prática que possibilite ao sujeito (re)fazer a leitura do mundo que o rodeia, ampliando sua compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. (PEREZ et al., 2009, p. 21).

Assim, podemos dizer que o patrimônio cultural é composto de bens culturais que estão em constante transformação e convivem com outros que já foram produzidos em outros tempos e espaços. A ampliação do conceito de patrimônio propicia uma nova

concepção de bens produzidos no cotidiano da sociedade; entretanto, não basta somente incluí-los, é preciso entendê-los como parte da cultura nacional.

A memória é um dos elementos que possibilita esse entendimento da sociedade acerca dos seus bens culturais; através dela os sujeitos reúnem fragmentos do passado e atribuem a ele um sentido. Segundo Silva (2014), a memória é uma seleção que o indivíduo faz de acontecimentos passados, e sua narrativa, ou sua organização lógica, acontece no presente, no ato de lembrar.

Como aborda Sily (2009), alguns fatos ocorridos na história de uma comunidade podem deixar lembranças gravadas no coletivo e muitas vezes podem perpetuar-se. Lembranças e relatos dessa comunidade são fatos que se integram à história do lugar; por isso, os espaços urbanos se constituem em vestígios e fontes de informação que nos falam sobre a história e a cultura desse determinado espaço e grupo de pessoas.

A introdução de um projeto de educação patrimonial, voltado principalmente para as regiões periféricas das cidades, permite a descentralização do patrimônio cultural da área central das regiões; assim, os patrimônios culturais são construídos junto com a comunidade escolar e no seu entorno. Isso permite o questionamento sobre as escolhas do patrimônio, até então definido como o de todos, ampliando o conceito do que pode ser considerado um patrimônio, assim como valorizando as marcas culturais presentes nas escolas e comunidades, por meio de um processo de reconstrução identitária.

As identidades são construídas a partir da cultura nacional, que é um modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto as concepções que temos de nós mesmos. O processo da cultura nacional, de produzir sentidos sobre a nação e nós nos identificarmos com eles, é a construção das identidades.

Mas Hall (1999) chama a atenção para a fragmentação do indivíduo moderno e o surgimento de novas identidades, em função das transformações dos quadros de referência que dão suporte no mundo social. Para o autor, a identidade é “algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. (HALL, 1999, p. 38).

A complexidade do mundo contemporâneo coloca, para a escola e a formação de professores, o desafio de incorporar as diferentes leituras de mundo, os diversos contextos culturais, a pluralidade de significações e a multiplicidade de saberes que constituem a alteridade dos vários atores que circulam no cotidiano da escola. (PEREZ, 2009, p. 254).

O desenvolvimento de ações de educação patrimonial permite compreender e aprender o mundo ao nosso redor, tendo o lugar e o patrimônio como referência. A proposta é articular alfabetização, memória e patrimônio, com a finalidade de construir

significados que levem à promoção da cidadania, pois a população não reconhece o seu patrimônio, sendo necessário apresentar uma nova leitura do espaço urbano e do seu cotidiano.

A escola municipal Guerino Zugno foi inaugurada em 29 de janeiro de 1983, com aproximadamente 300 alunos. O bairro onde a escola está inserida foi formado por trabalhadores da agricultura, oriundos principalmente de Santa Catarina e do Paraná, e que, a partir da instalação da empresa Nicola, hoje Marcopolo, nas proximidades, favoreceu o crescimento dessa região da cidade. A partir de uma pesquisa realizada, na época o bairro contava com 650 crianças de 7 a 14 anos, as quais estavam sendo atendidas em outras escolas. Assim, com a mobilização e reivindicação da comunidade, foi construída a Escola Municipal Guerino Zugno, que funcionava de primeira a quarta série. Atualmente, a escola atende aproximadamente mil alunos nos três turnos.

A turma 92 é formada por 26 alunos, sendo que a maioria frequenta a escola Guerino Zugno desde a Educação Infantil, e tiveram pais e irmãos que estudaram na escola. Apenas dois alunos não são do bairro onde a escola está localizada, mas moram em regiões próximas.

O projeto de educação patrimonial, elaborado para a turma 92, tem como título **Descobrimo o valor das coisas ao meu redor!**, e é composto por duas etapas de atividades: a primeira, trata do patrimônio individual ao patrimônio do grupo, ou seja, a escola. O segundo conjunto de atividades refere-se ao entorno da escola, isto é, à identificação do patrimônio cultural do Bairro Planalto II.

A primeira etapa de atividades está concluída e apresentou resultados satisfatórios. No início, os alunos mostraram certa resistência em fazer as atividades propostas, pois não valia nota e não consideravam o conteúdo interessante. Aos poucos, eles começaram a participar; acredita-se que o auge da participação foi quando eles fotografaram ambientes da escola com os quais se identificavam. Eles criaram um grupo no *WhatsApp*, para que pudessem me enviar as imagens que haviam feito. Aqueles que não tinham acesso a este recurso, em seu celular, puderam enviar por *e-mail*, através do laboratório de informática, ou solicitaram à professora titular ou a colegas que as enviassem.

Anterior a essa atividade, havia pedido para que eles retirassem de revistas imagens e palavras que os identificassem como um grupo e colassem em um painel. Com exceção de dois alunos, o restante da turma se mostrou interessado em fazer a dinâmica, ajudando a encontrar palavras e fazer a colagem; levantaram questões sobre elementos na escola que os identificam como um grupo, mas que poderiam ser melhorados.

Outra atividade que despertou o interesse da turma refere-se à participação da professora Doriana, que está na escola desde 1984, e gentilmente contou para os alunos que a escola foi construída com a participação da comunidade e como houve melhorias desde então. Os alunos anotaram, fizeram perguntas para a professora, surpreenderam-se com alguns fatos contados e depois produziram um texto refletindo como era a escola e como ela está hoje.

A professora titular mostrou-se satisfeita fazendo elogios, na sala dos professores, aos alunos pela participação, inclusive àqueles que frequentemente não gostam de participar. Como fechamento da primeira etapa, foi feita uma retomada dos objetivos do projeto; foram revistos alguns conceitos e, quando questionados, responderam e participaram da construção do conhecimento acerca do patrimônio.

Essa etapa revelou que os assuntos tratados no projeto não estão distantes dos alunos, inclusive um deles comentou: “*Até agora só falamos de nós!*” A proposta é justamente essa que se reconheçam no patrimônio, que se sintam parte da história, sujeitos da história, atores principais; que conheçam a realidade em que vivem e possam tornar-se agentes transformadores dessa realidade.

Referências

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história – Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANCLINI, Néstor García. *Imaginários urbanos*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1997.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan/ DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos Gonçalves. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane. (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Florianópolis: Nova Letra; ABA, 2007.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: Iphan, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

OLIVEIRA, Sônia Maria. A escola como patrimônio. In: PEREZ, Carmem L. V.; TAVARES, Maria T. G.; ARAÚJO, Mairce da S. (Org.). *Memória e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima. História, cultura e patrimônios regionais: construindo e registrando saberes e práticas. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). *Patrimônio cultural e ensino de História*. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

PEREZ, Carmem Lúcia Vidal et al. Alfabetização patrimonial: uma ferramenta teórico-prática para a formação de professores. In: PEREZ, Carmem L. V.; TAVARES, Maria T. G.; ARAÚJO, Mairce da S. (Org.). *Memória e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local? In: TALLER INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL Y LOCAL, 5., Havana, Cuba, 2003. *Anais...* Havana, Cuba, 2003.

SILY, Paulo Rogério Marques. Cidade, memória, patrimônio: potencialidades de formação. In: PEREZ, Carmem L. V.; TAVARES, Maria T. G.; ARAÚJO, Mairce da S. (Org.). *Memória e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

SILVA, Bárbara Virgínia Groff da. Educação para o patrimônio na escola: experiências no estágio de docência em História. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). *Patrimônio cultural e ensino de História*. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

STEPHANOU, Maria. Evidências da História, memórias entretecidas: experiências e novas aproximações educativas em torno do patrimônio. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). *Patrimônio Cultural e Ensino de História*. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. “E entra no Catarina e some”: o bairro como um (con)texto alfabetizador. In: PEREZ, Carmem L. V.; TAVARES, Maria T. G.; ARAÚJO, Mairce da S. (Org.). *Memória e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

Patrimônio, memória e turismo: a produção dos lugares de memória da cidade, a partir da (res)significação do passado (Sapiranga, RS)

Dr. Daniel Luciano Gevehr

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FACCAT

Os Mucker e Jacobina: texto e contexto da produção dos lugares de memória

Na historiografia mais recente, é notável a preocupação com estudos que se propõem a discutir o processo de *produção da memória* (CATROGA, 2011) sobre os movimentos messiânicos brasileiros, como é o caso dos episódios de Canudos e Contestado. Observamos, nesse caso, uma busca, cada vez maior, em analisar esses episódios, a partir de novas problemáticas, que vinculam os fatos e personagens associados a eles com a produção da memória e também dos lugares de memória.

Tendo como ponto de partida a questão que envolve *a produção da memória e sua vinculação com os lugares de memória* (CANDAU, 2012) – e sua materialidade simbólica –, buscamos investigar como, em diferentes épocas e contextos, se produziram imagens e idealizações sobre um desses movimentos messiânicos discutidos pela historiografia brasileira, que é o conflito Mucker.¹ Assim, inicialmente se faz necessária uma breve contextualização sobre os elementos centrais que estiveram envolvidos no conflito.

O conflito Mucker (1868-1874) marcou de forma definitiva a história do atual Município de Sapiranga (RS), em que ocorreu o conflito e que, no século XIX, integrava a Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, fundada em 1824 por D. Pedro I. O conflito, de caráter messiânico, ocorreu em um ambiente de muitas transformações econômicas e sociais do século XIX, em especial no que diz respeito à política imigratória para o Sul do Brasil e acabou sendo alvo, após seu desfecho, de muitas interpretações.

Jacobina Mentz Maurer e seu marido João Jorge Maurer são apontados como protagonistas desse movimento, sendo acusados, por parte dos moradores da Colônia e pelas autoridades, de praticar curandeirismo e cultos em sua casa, que ficava nas imediações do morro Ferrabraz. Essas práticas eram associadas ao ambiente de fanatismo religioso que teria se criado no Ferrabraz, fazendo com que as autoridades tomassem ações, no sentido de acabar com o grupo, que havia se constituído em volta da líder Jacobina. O desfecho disso se deu em 1874, quando as forças imperiais acabaram com o grupo que se reunia ao pé do morro Ferrabraz, onde também ficava a casa de Jacobina e

¹ O termo Mucker tem origem na língua alemã e pode significar santarrão, beato, fanático religioso. Nesse caso, foi empregado para identificar o grupo liderado por Jacobina no Ferrabraz, dando assim, um sentido pejorativo ao grupo.

local em que se realizavam seus cultos. O conflito resultou em uma série de mortos, de ambos os lados do conflito.

Tomando os diferentes aspectos históricos que estiveram envolvidos no conflito, detemo-nos, inicialmente, na análise das imagens construídas e difundidas sobre Jacobina Maurer através da fotografia, do cinema, da pintura – e especialmente – da monumentalidade, bem como da construção dos lugares de memória. Destaca-se nesse processo a vinculação que cada uma delas apresenta com o seu contexto de produção e os interesses dos diferentes grupos sociais que as forjaram.

Atentamos, ainda, para o processo de ressignificação dessas imagens e representações,² identificando as transformações significativas das quais foram alvo, ao longo do período que compreende o final do século XIX até os dias atuais. Destacamos, sobretudo, o processo de manipulação da memória e dos sentimentos coletivos da comunidade em que o episódio ocorreu, evidenciado na eleição dos símbolos e dos lugares de memória da cidade de Sapiranga, RS, através dos quais se deu a materialização dessas imagens e dos sentimentos coletivos em relação aos Mucker.

Inicialmente, a difusão de determinadas representações, sobre os Mucker e sobre sua líder Jacobina, se deu através da publicação da obra *Os Mucker* (1906), por Ambrósio Schupp, um jesuíta alemão que chegou ao Brasil em 1874, mesmo ano do desfecho do conflito. Deve-se, principalmente ao conteúdo de sua obra, a construção de um imaginário essencialmente negativo em relação ao grupo liderado por Jacobina e que acabou se difundindo entre a população. Mesmo com estudos posteriores, como o de Leopoldo Petry (1957) e de acadêmicos, como os de Janaína Amado (1976), João Guilherme Biehl (1991) e Maria Amélia Dickie (1996), que procuraram dar outras versões sobre o conflito, os Mucker continuaram sendo conhecidos pela comunidade sapiranguense como um grupo de fanáticos religiosos até o início do século XXI.

A ausência de fontes documentais produzidas pelo próprio grupo fez com que, durante muito tempo, a única versão dos fatos fosse a presente nos autos dos processos judiciais e nas fontes orais do lado daqueles que derrotaram os Mucker. Daí ser possível falar de uma ausência de “voz” por parte dos vencidos, que não tiveram a oportunidade de “contar” a sua própria versão dos fatos. Outro fator, que em nossa análise julgamos essencial, é a ausência de imagens que materializem os personagens ou até mesmo o

² Não desconhecemos a diversidade de abordagens sobre as representações sociais; contudo, valemo-nos, especialmente, dos estudos realizados por Pierre Bourdieu, Roger Chartier e Bronislaw Baczko. Consideramos também extremamente válida a observação feita pela historiadora francesa Denise Jodelet de que “elas [as representações sociais] expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas – trata-se das funções e da dinâmica sociais das representações.” (JODELET, 2001, p. 3).

cenário na época do conflito, o que torna o grupo – e de forma especial sua líder Jacobina – mais enigmático.

A única forma de registro que encontramos sobre a líder dos Mucker é uma fotografia, cuja veracidade é fortemente questionada, que apresenta Jacobina junto ao seu marido João Jorge Maurer, conhecido como o curandeiro e que realizava milagres de cura no morro Ferrabraz, lugar de moradia do casal e onde se realizavam as atividades do casal.



Fotografia do Casal Maurer
Fonte: Domingues (1977, p. 7).

A fotografia acima é apresentada na obra *A nova face dos Mucker*, produzida por Moacyr Domingues, após exaustiva pesquisa documental. Entretanto, sobre sua autenticidade, se colocam várias dúvidas.

Além da produção historiográfica existente sobre o conflito e da veiculação de determinadas imagens e representações sobre sua líder, precisamos observar o processo que envolveu a ressignificação do episódio ao longo das décadas que se sucederam ao seu desfecho. A própria imprensa foi, nesse sentido, um importante veículo de difusão de imagens e representação sobre os Mucker, que acabou reforçando o imaginário fanatizado e unilateral sobre os fatos ocorridos no morro Ferrabraz.

Exemplo concreto dessas manifestações, que acabaram reforçando o imaginário negativo em relação aos Mucker, foi a própria imprensa sapiranguense, que, nas décadas de 50 e 60 publicou, através dos escritos de Leopoldo Sefrin, no jornal *O Ferrabraz*, uma série de reportagens sobre o episódio.

O nome escolhido para o jornal dos sapiranguenses – *O Ferrabraz* – foi uma forma de identificar a imprensa local com a comunidade, na medida em que o morro era conhecido dos sapiranguenses e fazia parte da paisagem local. O jornal foi fundado em 1º

de dezembro de 1949, por Guilherme José Powolny, nascido na Alemanha, no ano de 1904. Chegando em Sapiranga, Powolny fundou a Gráfica Sapiranga ao mesmo tempo em que foi diretor do jornal. O fato de ser estrangeiro obrigou-o, por motivos legais, a colocar – oficialmente – outra pessoa como proprietário de seu jornal. Para essa função, foi escolhido Leopoldo Luiz Sefrin, figura importante no meio social da cidade. O jornal procurava se mostrar como um veículo que queria publicar as notícias de interesse coletivo da população de São Leopoldo, sendo essa sua filosofia estampada na capa das edições, sempre abaixo do nome do jornal.

Na década de 50, a tiragem do jornal alcançava entre 1.500 e 2.000 exemplares, a maioria com destino certo, uma vez que boa parte de seus leitores era assinante. Não temos informações precisas sobre o número de leitores do jornal. Todavia, sabemos que o número de exemplares ficava em torno de 1.500, levando-nos a acreditar que o número de leitores não chegava a 5.000. Essas edições eram, praticamente vendidas por assinatura e com circulação local para uma população que chegava a pouco mais de 12.000 habitantes. O jornal sapiranguense – vale lembrar – sempre apresentou os Mucker como culpados e Jacobina, como a principal responsável pelas atrocidades ocorridas no Ferrabraz.

No sentido contrário da visão que apresenta o conflito, como resultado do fanatismo religioso, observamos, na década de 90, o início de um novo período das representações e idealizações construídas sobre os Mucker. Merece destaque, nesse novo contexto, a obra literária *Videiras de cristal*, de Antônio Luiz de Assis Brasil. O romance histórico em questão abriu espaço, em nível estadual e nacional, para a discussão sobre o tema, algo que, de certa forma, ainda se mostrava bastante velado na região em que ocorreu o massacre. Observa-se, de fato, que as pessoas ainda tinham receio em falar sobre o tema na região.

Identificamos, na narrativa de Assis Brasil, uma forte vinculação de Jacobina com o ambiente da colônia alemã e com os diferentes laços que a personagem estabeleceu no meio social recriado. Nesse sentido, destacamos que, embora o autor não tenha se proposto a “contar a história” de Jacobina, acabou contribuindo de forma decisiva – no contexto da década de 90 em diante – para a difusão de um imaginário sobre a líder dos Mucker. É nessa perspectiva, de discutir a produção – e difusão – de uma nova imagem de Jacobina, associada não mais apenas ao fanatismo religioso e ao desregramento social, que inserimos a obra *Videiras de cristal*. A Jacobina apresentada por Assis Brasil passava, através da literatura, a ter uma nova representação, muito mais positiva. Representação essa que acabou se materializando no imaginário social e contribuindo para a (re)produção de uma nova memória sobre a líder dos colonos que haviam se organizado no morro Ferrabraz.

É precisamente a partir dessa fase que podemos falar em um amplo processo de ressignificação e difusão de novas imagens e representações sobre os Mucker e, especialmente, sobre sua líder Jacobina.

O novo contexto do final do século XX e as novas perspectivas de desenvolvimento da região foram condicionantes significativos que nos permitem compreender como os Mucker foram alvo de ressignificações, que os colocaram não mais apenas na condição de culpados, mas num processo que identifica a heroização de sua líder e, conseqüentemente, do grupo por ela liderado. Esse processo de significativa transformação, no âmbito da criação e difusão de imagens sobre os Mucker, se tornou mais evidente, se observarmos que envolveu a criação daquilo que Nora (1993) chama de *lugares de memória*. Esses lugares, que procuram marcar no tempo e no espaço os lugares dos Mucker foram alvo de manipulação e ressignificação, na medida em que os interesses presentes, especialmente no início do século XXI, se associavam à ideia de projeção de Sapiranga no cenário nacional, especialmente através do filme “A Paixão de Jacobina”, produzido pela família Barreto em 2002.

Como sugere o título, o filme explorou a sensualidade e o fanatismo de sua personagem central, Jacobina Maurer. A “paixão”, neste caso, definia-se como o fanatismo religioso de Jacobina, cuja figura misturava sensualidade e nudez, como expressão de sua entrega a Deus. Foi em meio a esse ritual, que misturava fanatismo e sensualidade, que Jacobina surge como personagem central do filme. Não podemos esquecer que se tratava de colonos que levavam uma vida bastante simples, assim como também eram a casa, suas roupas e sua própria forma de falar, que não se comparava com as mostradas nas cenas de “A paixão de Jacobina”. Isso nos leva a crer que não houve preocupação com uma caracterização fiel do ambiente de época, mas sim a criação de um cenário que pudesse agradar os espectadores.

Neste caso, o Ferrabraz e os personagens apresentados no filme dos Barreto não foi o Ferrabraz “real”, natural, com sua geografia recortada, com sua vegetação densa e de difícil acesso. Ao contrário, o morro Ferrabraz de “A paixão de Jacobina” foi o construído cenograficamente pelas mãos dos encarregados da montagem dos cenários: casas perfeitamente pintadas e com tratamento paisagístico, agricultores alinhados e com roupas feitas de tecidos finos, cujas características em nada se assemelhavam às dos colonos da zona rural de São Leopoldo. O filme, por isso, construiu uma imagem ficcional do Ferrabraz e de seus moradores, que em nada se associava ao ambiente vivido pelos Mucker.

A memória (dos Mucker) e seus lugares

Com o propósito de compreender o processo que envolveu a construção dos lugares de memória e a difusão de imagens e representações sobre os Mucker e sobre a líder Jacobina, atentamos para aquilo que Halbwachs (2004) nos diz sobre os lugares de memória. Para ele, os lugares que percorremos nos fazem lembrar de fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva. A construção de monumentos, a denominação de lugares e a preocupação com a valorização de personagens do passado estão diretamente associadas a uma *memória coletiva* (HALBWACHS, 2004) e lhe conferem certa *identidade* (HALL, 2014), que está diretamente associada e “ligada” com o(s) grupo(s) que as produziram. Dessa forma, quando uma comunidade elege seus lugares de memória e também seus símbolos e heróis – que passam a representá-la –, pode-se perceber os condicionantes que estiveram envolvidos nesse processo de construção das representações.

As várias interpretações sobre os Mucker acabaram difundindo diferentes versões e, especialmente, definindo os “heróis” e os “culpados” do conflito. Em seu estudo sobre a difusão de imagens construídas sobre as mulheres do Sul do Brasil, Pedro (2004, p. 283) mostra-nos como é praticamente impossível mensurar a apropriação de representações sociais. Para ela, pode-se tentar compreender e avaliar o impacto que as ideias difundidas causaram no meio social, embora seja impossível mensurar o grau de aceitação e da conseqüente internalização das ideias difundidas.

Outra questão importante em nossa pesquisa é a compreensão da construção dos símbolos associados aos fatos e personagens que marcaram a história de um grupo. Sobre essa questão, Carvalho (1990, p.13) refere-se à associação existente entre construção dos imaginários sociais e a criação de diferentes símbolos, para reforçar uma determinada visão sobre o passado. Para ele, a manipulação dos símbolos, das alegorias e até mesmo dos mitos criados sobre os personagens históricos nos ajuda a compreender a dinâmica que envolve a construção dos imaginários sociais.

Já com relação à dinâmica que envolve a análise das representações sociais e a construção dos lugares de memória dos Mucker em Sapiranga, resgatamos aquilo que Pesavento (2002, p.162) chamou de *ressemantização do tempo e do espaço*. Para ela, é preciso considerar as transformações de caráter econômico, político, social e cultural, para que se torne possível a realização de uma leitura das representações sociais construídas num determinado contexto.

Assim, nossa análise parte do entendimento de que a constituição dos lugares de memória dos Mucker ocorreu – num primeiro momento – como manifestação do sentimento de condenação e de rejeição aos Mucker. Exemplo dos efeitos dessa

condenação foi a celebração de Genuíno Sampaio, comandante das tropas oficiais contrárias aos Mucker, como herói do conflito. Cabe ressaltar que, nesse processo de construção das representações sobre os Mucker, foram *evocados sentidos, vivências e valores* (PESAVENTO, 2002, p. 16), que deveriam ter significado para a comunidade. Nesse sentido, especialmente Jacobina foi apresentada como uma “mancha do passado”, que devia ser lembrada como contraponto às aspirações da nova sociedade, que se reorganizava após o desfecho do conflito e que tinha essa mulher como exemplo a não ser seguido.

A eleição desses dois personagens – como representantes dos dois lados do conflito – remete-nos à análise feita por Carvalho (1990, p. 14), para quem o processo de “heroificação” inclui necessariamente *a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas*, o que ocorreu com Jacobina e Genuíno. Além do papel desempenhado pelos testemunhos, na construção de representações sobre os Mucker, deve-se ressaltar a importância – atribuída por Halbwachs – da constituição dos lugares de memória e sua significação. Tomando essas considerações como referência para nossa investigação, passamos a analisar os condicionantes envolvidos na construção dos lugares de memória dos Mucker em Sapiranga.

Fundamental, para a análise do processo de construção dos lugares de memória, é considerarmos o significado que esses diferentes lugares apresentam. É nesse sentido que destacamos a criação dos espaços de memória (monumentos, praças, instituições, etc.) dos Mucker em Sapiranga, município onde ocorreu o episódio no final do século XIX, seguindo a interpretação proposta por Choay (2001, p. 17), para quem os monumentos servem para advertir ou lembrar, tocando nas emoções.

Demonstração dessa tentativa – a de criar lugares de memória – através da monumentalização, temos no túmulo localizado no cemitério do Bairro Amaral Ribeiro, que tem o morro Ferrabraz ao fundo.



Túmulo do Cemitério do Amaral Ribeiro
Fonte: Acervo do autor.

A *sepultura* construída em 1874 foi a primeira representação monumental erguida pela comunidade da colônia alemã, para homenagear aqueles que haviam dado sua vida no combate aos Mucker. Esse monumento, localizado no cemitério do Bairro Amaral Ribeiro, em Sapiranga, procurou enaltecer a ação dos colonos mortos em combate, ao mesmo tempo em que apontou os Mucker como seus assassinos. Na lápide da sepultura, encontramos uma homenagem, escrita em alemão, prestada aos homens que morreram em virtude dos supostos ataques dos Mucker e assinada pelos moradores da colônia. Como contraponto disso, temos o fato de Jacobina, juntamente com dezenas de Mucker assassinados, terem sido enterrados em uma vala comum, nas proximidades do local onde ficava a residência de Jacobina e onde seria, décadas mais tarde, erguido o monumento em homenagem ao coronel Genuíno.

Além da sepultura, que é o primeiro lugar de memória construído sobre os Mucker, temos o *Monumento alusivo ao Coronel Genuíno Sampaio* e a *Cruz de Jacobina*, ambos localizados ao pé do morro Ferrabraz. A materialização do primeiro tinha como finalidade homenagear o Coronel Genuíno Sampaio, líder das tropas contrárias aos Mucker e que havia tombado em combate em 21 de julho de 1874.



Monumento do Coronel Genuíno Sampaio
Fonte: Acervo do autor.

O monumento, construído em 1931 e inaugurado no ano seguinte, resultou da iniciativa de um morador de Sapiranga, Reinaldo Scherer, um jovem morador do morro Ferrabraz, que, através do seu gesto, transformaria Genuíno num herói para a comunidade sapiranguense. Naquele momento, a ideia do jovem morador da colônia era entendida pela comunidade como uma forma de traduzir os sentimentos coletivos, que assim se materializavam no projeto elaborado por Scherer, um colono que habitava o local.

Concomitantemente ao ato de inauguração do monumento, que contou com várias autoridades, registramos a entrega a alguém, cujo nome não é mencionado, mas que acreditamos se tratar de um vereador da Câmara de Vereadores de São Leopoldo, da *Bíblia* que, supostamente, Jacobina utilizava em suas pregações religiosas. Destacamos o simbolismo que reveste esse ato, que confiava às autoridades a guarda de um dos símbolos das crenças praticadas por Jacobina, impedindo, dessa forma, que o fanatismo fosse retomado.

Já a colocação de uma *cruz* no local em que Jacobina foi assassinada não ocorreu da mesma forma. Ao que tudo indica, a colocação de uma cruz de madeira, no local onde Jacobina e mais 16 adeptos foram mortos, no dia 2 de agosto de 1874, deu-se apenas na primeira década de 1900. A execução dessa obra, no entanto, não foi registrada através de fotografia, nem em documento escrito ou de qualquer ato oficial de inauguração, o que revela o aspecto não oficial e que procurava não despertar a atenção da comunidade em relação ao feito, uma vez que Jacobina não deveria ser evocada novamente nos sentimentos – e na memória – da comunidade.



Cruz da Jacobina
Fonte: Acervo do autor.

Tomados como *símbolos espaciais* (OLIVEIRA, 2003, p. 9), tanto a cruz de Jacobina quanto o monumento alusivo ao Coronel Genuíno Sampaio, foram erguidos pela comunidade local no cenário onde havia ocorrido o conflito, possuindo nítidos significados antagônicos. Essas visões polarizadas, entre “o bem e o mal”, foram responsáveis, em grande medida, pela construção do imaginário social sobre os Mucker.

Somente no início do século XXI, Jacobina teve um monumento construído em sua homenagem. O monumento erguido na praça (conhecida popularmente como “Praça da Jacobina”), localizada no acesso ao centro da cidade, foi construído em 2006, por

iniciativa do vice-prefeito municipal Fernando da Cunha, para homenagear Jacobina. Percebe-se que, naquele contexto, a líder dos Mucker revestia-se de um novo significado para a cidade, na medida em que ela foi a responsável pela projeção de Saporanga em nível nacional, através do lançamento de filme já citado, que, por sua vez, baseou-se na obra *Videiras de cristal* de Assis Brasil. A partir desse contexto, Jacobina se tornou heroína, cujos princípios acabaram sendo transformados em motivo de celebração. Observando-se o monumento, encontramos, na sua base, uma inscrição com um breve perfil biográfico de Jacobina, de autoria de Daniel Gevehr.



Monumento de Jacobina
Fonte: Acervo do autor.

O imaginário, vale lembrar, tem como um de seus pontos de referência – e de lembrança – os *lugares de memória*, na expressão de Nora, para quem *a memória pendura-se em lugares, assim como a história em acontecimentos* (1993, p. 25). Acreditamos que a sepultura, no cemitério do Bairro Amaral Ribeiro, a cruz e os monumentos de Genuíno e de Jacobina desempenham, enquanto lugares de memória, papel fundamental no processo de construção do imaginário sobre os Mucker.

Além desses lugares, que nos remetem a lembrança dos Mucker, encontramos outros vários lugares – de memória – em Saporanga, que nos fazem lembrar do conflito, num exercício cotidiano de relembrar os Mucker, os fatos e os personagens associados a eles. Exemplos concretos dessas iniciativas da comunidade, no sentido de manter viva a memória do tempo dos Mucker, tivemos em 1901, com a fundação do Clube 19 de Julho. Chamamos a atenção para a data de sua fundação, 19 de julho, dia e mês em que a casa de Jacobina foi destruída pelas forças imperiais no Ferrabraz.

Creemos existir aí bem mais que uma simples coincidência, já que esta data era bastante significativa para a comunidade, por representar o dia em que a “fortaleza do

Ferrabraz” foi destruída. Embora não tenhamos fontes documentais ou testemunhos orais para corroborar nossa hipótese, impõe-se a possibilidade de vincularmos as duas datas do dia 19 de julho, a de 1874 e a de 1901.

Em 1937 se deu a criação e a inauguração do atual Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio, localizado na zona central da cidade e, portanto, lugar de passagem e circulação da comunidade. A denominação da principal escola pública de Sapiranga foi realizada, através do Decreto 6.702, de 27 de agosto de 1937. Assim, o herói da luta contra os Mucker tinha seu nome materializado em uma das mais importantes instituições da localidade e cuja lembrança se mantinha viva na memória de seus moradores cotidianamente. Também o CTG Pedro Serrano, fundado em 24 de junho de 1952, merece destaque nessa perspectiva de análise. Sua denominação aparece na documentação pesquisada desde 1961, fazendo com que todos relembressem a atuação de Pedro Schmidt (conhecido pelos moradores da região à época do conflito como Pedro Serrano), como líder local das tropas de Genuíno, no episódio do Ferrabraz, ao lado do Coronel, tendo Jacobina como rival. O principal aliado de Genuíno teve, dessa forma, seu nome registrado na memória da comunidade, sendo materializado em uma das instituições mais importantes do âmbito da vida cultural de seus moradores, que era o CTG.

Nesse contexto de mudanças, a municipalidade (criada através da emancipação de São Leopoldo, em 1955) daria início a um processo – significativo – de construção de símbolos e nomeações de espaços da cidade, que inevitavelmente remeteram à história dos Mucker. Nomes de ruas, praças e avenidas que identificavam, num primeiro momento, apenas aqueles que lutaram contra os Mucker, apareceram de forma evidente. Somente no final do século XX e, principalmente, a partir de 2002, com o lançamento do filme, a municipalidade tratou de promover a nomeação de diferentes espaços da cidade de *Jacobina*, ou outras denominações que se associavam a fatos ou personagens ligados diretamente ao lado dos Mucker. Era um novo tempo, em que a possibilidade de associar o nome de Jacobina com o desenvolvimento do turismo local se apresentava.

De acordo com Meneses (2004, p. 21), “a história e o turismo cultural”, em seus limites interpretativos, “monumentalizam eventos e musealizam existências”. É nessa perspectiva que entendemos que os Mucker e Jacobina foram alvo de um amplo processo de ressignificação, em decorrência do projeto de desenvolvimento do turismo local, desencadeado no final do século XX e início do século XXI.

Conhecidos em função da literatura e do cinema, os Mucker e sua líder Jacobina passaram a assumir uma nova representação, uma vez que poderiam servir aos interesses econômicos e políticos do município, na medida em que projetariam a cidade no roteiro turístico nacional. Isso ocorreu de fato, através da criação dos *Caminhos de Jacobina*, em

2001. Esse projeto resultou de parceria entre o Departamento de Turismo de Saporanga e o Sebrae e contemplou diferentes lugares de memória dos Mucker. Através dele, a comunidade percebeu a possibilidade de se valer da história, antes até mesmo negada ou negligenciada por muitos, para promover o desenvolvimento do município.

Exemplo dessa nova perspectiva temos no pôlder produzido para promover o turismo da região do vale dos Sinos e intitulado *Caminhos do vale: rota turística*. Está organizado de forma que cada um dos municípios envolvidos no projeto mostre sua história e os principais pontos turísticos. Na parte intitulada *Conheça Saporanga*, encontramos, na introdução, o subtítulo *Caminhos de Jacobina*, em que é apresentada uma breve síntese da sua história e o significado desse roteiro turístico, que permitia aos visitantes conhecer parte da história do Município de Saporanga, cujas origens se associavam aos Mucker.

Outro aspecto que nos chama a atenção, nesse processo de construção do projeto de desenvolvimento do turismo da cidade, é o logotipo criado para identificar os *Caminhos de Jacobina*. Este tem como imagem o busto de Jacobina vista de perfil. Chama-nos a atenção a evidência dada à Líder dos Mucker. Sua imagem estilizada é empregada simbolicamente para “fomentar o turismo – através da patrimonialização do passado da comunidade”. (RODRIGUES, 2006).

A representação da mulher guerreira e sagaz é trazida como justificativa para esse enaltecimento construído e materializado pelo projeto em questão, que acaba patrimonializando Jacobina e o passado Mucker, como um elemento voltado para a construção de um roteiro turístico. Nesse caso, *o patrimônio da comunidade* (FEITOSA, 2011) é utilizado como elemento de desenvolvimento econômico da comunidade, na medida em que o roteiro turístico poderá promover diversas atividades econômicas no município.

Curiosamente, enquanto Jacobina é enaltecida pelos moradores de Saporanga, Genuíno é – a partir de então –, gradativamente, condenado a uma participação coadjuvante. Cabe observar, no entanto, que mesmo após essa valorização de Jacobina, e que deu origem ao roteiro turístico, ela continuou sendo apresentada como alguém que liderou um *grupo de fanáticos religiosos* e que teria se autodenominado *reencarnação de Cristo*, conforme podemos verificar no texto impresso no pôlder *Conheça Saporanga*.

Como podemos observar, as placas indicativas, colocadas pela prefeitura nos diferentes locais que constituem os *Caminhos de Jacobina*, servem de guia para os visitantes. No exemplo abaixo observamos a placa que aponta para a cruz de Jacobina, no morro Ferrabraz, simbolizando o local onde Jacobina foi assassinada pelo exército em 1874.



Placa Indicativa dos Caminhos de Jacobina
Fonte: Acervo do autor.

Ao lado da cruz de Jacobina, também encontramos uma placa que apresenta aos visitantes um breve resumo sobre o conflito e enfatiza o papel assumido por Jacobina na história do conflito.



Placa Indicativa dos Caminhos de Jacobina
Fonte: Acervo do autor.

O texto apresentado não teve a participação de nenhum historiador em sua elaboração. Ele chama a atenção por reconstituir um cenário marcado por armas de guerra, fogo e gritos, recriando o ambiente no qual Jacobina foi assassinada. Ao

descrever Jacobina, ele a apresenta, mais uma vez, como líder de um *grupo de fanáticos religiosos* e como *reencarnação de Cristo*. Já os Mucker são apresentados como *uma pequena comunidade de fanáticos religiosos que se formou ao pé do morro Ferrabraz*. O ambiente de mistério que envolvia o morro Ferrabraz é recriado através de expressões como *gritos terríveis, triste episódio, profundo espírito religioso e fanáticos religiosos*, reforçando, ainda, a associação entre mistério e fanatismo.

No monumento inaugurado em 1932 para homenagear Genuíno, encontramos uma placa que apresenta uma breve biografia do personagem. Genuíno é descrito como o chefe das operações militares que dizimaram os Mucker. Chama-nos a atenção a justificativa dada para o fato de este monumento se encontrar no mesmo lugar em que anteriormente se localizava a casa dos Maurer. Afinal, aquele era o lugar, segundo a interpretação apresentada, onde Jacobina e seu marido realizavam suas práticas religiosas e de cura, motivo que teria deflagrado o conflito no século XIX.



Placa Indicativa dos Caminhos de Jacobina
Fonte: Acervo do autor.

Temos ainda, como parte importante dos *Caminhos de Jacobina*, o lugar conhecido como *Colônia de Jacobina*, um dos pontos turísticos mais explorados do roteiro. O lugar, que serviu de cenário para as filmagens de “A paixão de Jacobina”, está situado no alto

do morro Ferrabraz, na localidade de Picada Schneider, zona rural de Saporanga e apresenta aos visitantes o cenário construído pela equipe de filmagens.

Entre os diferentes lugares de memória construídos sobre os Mucker, encontramos ainda a *Pedra branca de Jacobina*. Ela destaca-se na paisagem, atraindo um bom número de turistas e a atenção dos que sobem o morro para a prática do voo livre.

Na placa que identifica a *Escadaria na pedra branca de Jacobina*, encontramos duas inscrições bastante significativas e que procuram explicar aos visitantes o significado do lugar. É informado na placa que o lugar teria abrigado Jacobina e seus adeptos após o ataque sofrido em 19 de julho e do qual resultou o incêndio de sua casa. É preciso, contudo, esclarecer que essa informação não procede, já que o local escolhido pelos Mucker, para se esconderem das forças imperiais, foi aquele onde encontramos a cruz de Jacobina, e não a caverna como menciona a placa.



Pedra Branca

Fonte: Acervo do autor.

A caverna existente no morro Ferrabraz é, também, constantemente associada pelos moradores de Saporanga ao lugar em que os Mucker, a mando de Jacobina, guardavam armas, mantimentos e escondiam-se em situações de ataque. Percebe-se nessas placas a veiculação de informações sobre a história e também sobre os lugares associados a ela, que nem sempre se mostram fiéis àquilo que a historiografia ou até mesmo a documentação existente nos permitem afirmar como reais.

Percorrendo os *Caminhos de Jacobina*: o turismo e as manipulações da memória

Finalmente, ao identificarmos os lugares de memória dos Mucker, chegamos a algumas constatações importantes e que apontam para as razões de sua criação, em diferentes momentos da história. Jacobina Maurer e Genuíno Sampaio foram os personagens eleitos pela comunidade para representarem, respectivamente, os Mucker e seus combatentes. Se, num primeiro momento, Jacobina é representada como a líder dos Mucker e associada a condutas condenáveis, Genuíno é representado como herói, ao ter dado sua vida a combatê-los. Já num segundo momento, especialmente a partir da década de 1990, Jacobina passa a ser apresentada como uma heroína, com características morais que a enalteciam, ao mesmo tempo em que Genuíno tem sua atuação reavaliada, sendo colocado como personagem coadjuvante.

A partir das últimas décadas do século XX, se percebe um novo olhar sobre a questão. Marcos significativos dessas novas abordagens são, sem dúvida, o apelo comercial e turístico de que foram alvo esses lugares de memória e a produção literária e cinematográfica que muito contribuíram, para que Jacobina fosse alçada à condição de protagonista e líder social e, especialmente, desempenhasse a função de guia turística pelos *Caminhos de Jacobina*.

Se, no passado, a líder dos Mucker era associada pela comunidade a uma mancha que *borrava* sua imagem, a partir de então ela será compreendida como a mulher que motiva seu *orgulho*. É nessa dinâmica das representações e da construção de imagens que *Genuíno*, tido como herói no passado, por ter apaziguado a colônia, terá sua imagem confrontada com a de Jacobina, transformando-se em um personagem secundário. Diante disso, é possível afirmar que, no início do século XXI, Jacobina saiu vitoriosa na luta pelas representações, sendo celebrada pelos e nos *Caminhos de Jacobina*.

A construção da imagem da líder dos Mucker, entretanto, continua promovendo intensos debates, na medida em que Jacobina não tem um corpo, um rosto ou até mesmo vestígios deixados por ela, que nos permitem afirmar como era, de fato, a líder dos Mucker. Essa questão pode ser percebida nas tentativas de se recriar Jacobina através de diversas pinturas ou até mesmo da criação de estereótipos associados a atrizes globais – como foi o caso de Letícia Spiller – ainda que sem muitas referências concretas de como era fisicamente a líder dos Mucker. A associação de Jacobina ao ambiente religioso e também à flor-símbolo de Sapiranga, a rosa, são bons exemplos de como ela é representada.

Finalmente, percebemos que os diferentes elementos que constituem a dinâmica de construção das imagens e das representações sobre os Mucker – e de forma mais expressiva – sobre Jacobina, nos permitem compreender como esse episódio, ocorrido no

final do século XIX, na antiga colônia alemã de São Leopoldo (RS), provocou, e continua provocando, intenso debate sobre as diferentes “faces” de um dos capítulos mais significativos da história da imigração alemã no Sul do Brasil. A materialidade exposta nos lugares de memória da cidade de Sapiranga reafirma essa percepção, na medida em que, percorrendo *Os caminhos de Jacobina*, temos a possibilidade de compreender como uma coletividade pode re(afirmar) sensibilidades, que muitas vezes se materializam nos lugares produzidos historicamente por diferentes grupos sociais e em diferentes épocas e contextos.

Referências

- AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Videiras de cristal: o romance dos Muckers*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales: memórias e esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.
- CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, nov. 1991.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2011.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.
- DICKIE, Maria Amélia Schmidt. *Afetos e circunstâncias: um estudo sobre os Mucker e seu tempo*. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1996.
- DOMINGUES, Moacyr. *A nova face dos Muckers*. São Leopoldo: Rotermund, 1977.
- FEITOSA, Mônica Nascimento; SILVA, Sandra Siqueira da. *Patrimônio cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local*. Salvador: UFBA, 2011. p. 193-208.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MENESES, José Newton Coelho. *História e turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História PUCSP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de. O teatro da memória e da história: alguns problemas de alteridade nas representações do passado presentes no culto aos mártires de Canhaú – RN. *Revista de Humanidades*, Caicó: Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 4, n. 8, p. 80-110, abr./set. 2003.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. *Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo*. 2006. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2006.

As comemorações do centenário da imigração italiana, na Quarta Colônia – RS

Juliana Maria Manfio
Mestranda em História – UFSM

Dr. Vitor Biasoli
Programa de Pós-Graduação em História – UFSM

Introdução

O presente trabalho faz parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação (Mestrado em História), da Universidade Federal de Santa Maria, RS. A pesquisa tem por interesse compreender como se organizaram as comemorações do centenário da colonização e imigração italiana, na Quarta Colônia – localizada na região central do RS. Entretanto, o trabalho dará ênfase às comemorações ocorridas no Município de Nova Palma, devido à atuação do Padre Luiz Sponchiado, pároco do local, que presidiu as comemorações na região da Quarta Colônia.

A Quarta Colônia está localizada na região central do Rio Grande do Sul é corresponde atualmente às “ações conjuntas entre os municípios de colonização italiana: Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca e São João do Polêsine”.¹ No final do século XIX, essa região recebeu imigrantes italianos, oriundos do Norte da Itália, com o intuito de estabelecer o quarto núcleo de colonização italiana no estado. As três primeiras colônias encontram-se na região da Serra gaúcha e são os atuais municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul. Abaixo encontra-se um mapa, que localiza as colônias italianas da Serra gaúcha e do centro do estado.



Regiões de colonização italiana no RS

Fonte: Brum Neto (2008, p. 147).

¹ Fôlder da Quarta Colônia. Centro de Pesquisas Genealógicas. Caixa Nova Palma, s/a.

A colônia Silveira Martins foi criada em 1876, quando chegaram os russo-alemães. Estes imigrantes não se adaptaram à região e abandonaram o local. No ano seguinte, em 1877, chegaram os italianos. Tais imigrantes primeiramente estabeleceram-se na sede da colônia, que era denominada Silveira Martins. Ao chegarem no local, os imigrantes recebiam do governo assistência médica, alimentação e moradia (em barracões ou em casas² de imigrantes já estabelecidos), até o momento em que recebiam lotes de terra financiados pelo governo. Além disso, depois da instalação na pequena propriedade, alguns italianos prestavam serviço remunerado, na abertura de estradas e na derrubada de matas. Essas seriam formas de garantir o sustento familiar enquanto o lote ainda não produzia.

Porém, com o constante fluxo de indivíduos que chegavam à região, os lotes iniciais demarcados para a instalação de imigrantes cessaram-se. A alternativa encontrada pelo agrimensor Siqueira Couto – engenheiro responsável pela Comissão de Medição – foi buscar, no governo provincial, desapropriação de terras aos arredores da sede da colônia. As novas demarcações deram origem a outros núcleos: Núcleo Norte³ (1883), Dona Francisca⁴ (1883), Núcleo Soturno⁵ (1884), Núcleo Novo Treviso⁶ (1885). (MANFIO, 2013).

A partir de 1886, a colônia Silveira Martins foi emancipada, deixando de ser responsabilidade do governo, sendo tripartida para três municípios: Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. (VENDRAME, 2007). Abaixo, encontra-se o mapa da colônia Silveira Martins, que mostra como se deu a expansão territorial da mesma. A parte circulada refere-se à sede da colônia, parte criada inicialmente. As setas indicam a expansão da colônia Silveira Martins com a criação de novos núcleos.

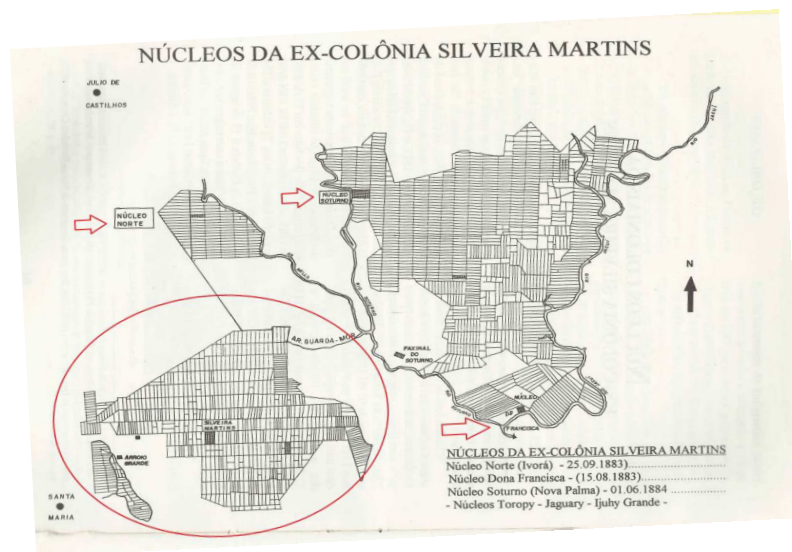
² Alguns imigrantes já residentes alugavam suas casas para imigrantes que chegavam à Colônia Silveira Martins. O pagamento do aluguel era realizado pela Comissão de Terras. (MANFIO, 2013).

³ Atualmente, cidade de Ivorá.

⁴ Foi colônia particular. Atualmente, cidade de Dona Francisca.

⁵ Atualmente, cidade de Nova Palma.

⁶ Atualmente é localidade do Município de Faxinal do Soturno.



Núcleos da ex-colônia Silveira Martins adaptado
 Fonte: Sponchiado (1996, p. 62).

A partir da colonização italiana, percebemos como se constituiu a formação da Quarta Colônia. Ao levar em conta que parte dos moradores da região era descendente de italianos, houve a necessidade de festejar o passado vivido pelos imigrantes italianos que colonizaram esse espaço. Dessa forma, a partir de 1975, a Quarta Colônia vivenciou as comemorações do Centenário da Imigração Italiana, com a participação de autoridades, comunidade e membros da Igreja Católica. Para uma melhor compreensão dessas festividades, o texto será dividido em duas partes: 1) *Nova Palma, 100 anos de colonização, fé e trabalho*; que abordará as festividades ocorridas no Município de Nova Palma; e 2) *As comemorações dos 100 anos da imigração italiana na Quarta Colônia*; que faz uma breve abordagem das comemorações que aconteceram em outras cidades e localidades da Quarta Colônia.

1 Nova Palma, 100 anos de colonização, fé e trabalho

Em 1973, o governador do Rio Grande do Sul proclamou o Decreto 22.410, que instituiu o Biênio da Colonização e Imigração. Tal decreto autorizava as comemorações de aniversário de grupos étnicos que haviam se instalado em território gaúcho. As festividades ocorreriam entre os anos de 1974 e 1975. Dessa forma, iniciaram-se, em todo o estado, comemorações dos 100 anos da imigração.

Através desse decreto, a Igreja católica, a partir da Diocese de Santa Maria, representada pelo Bispo Dom Ivo Lorscheiter, organizou-se para comemorar os 100 anos da imigração italiana na Quarta Colônia, criando a Comissão Diocesana do Centenário da Imigração Italiana. As comemorações, que se iniciaram a partir de 1975,

ganharam os anos seguintes, em virtude dos aniversários de colonização de cada cidade e localidade. A ocupação da colônia Silveira Martins foi posterior às três primeiras colônias.

Entretanto, ao que tudo indica, ainda no final da década de 60, a cidade de Nova Palma preparava-se para as comemorações do centenário da imigração italiana. No cinquentenário da paróquia, em plena festa em homenagem à Nossa Senhora Imaculada Conceição, em 8 de dezembro de 1969, foi lançada uma pedra fundamental e instalada a Sociedade Pró Museu da Colonização, que daria origem a um museu da colonização.⁷

Apesar desse indício, a partir de 1973 as manifestações sobre o centenário da imigração vão ganhando força. A implantação de uma comissão organizadora sobre a presidência de Pe. Luiz Sponchiado – então pároco de Nova Palma – alimentou as festividades da região, que tiveram início a partir de 1975.

Porém, o Município de Nova Palma passou a organizar suas comemorações dos 100 anos da imigração italiana para o ano de 1984,⁸ devido à data marcar o centenário da inauguração oficial do núcleo, quando recebeu os três primeiros imigrantes italianos: Lorenzo Marin, Pietro Antonello e Vergilio Borin.⁹ Tais imigrantes receberam lotes de terras e se instalaram no local. (SPONCHIADO, 1996).

As comemorações do centenário da imigração italiana, em Nova Palma estavam sob a direção de membros da Igreja católica, como o Pe. Luiz Sponchiado e Plínio Bertoldo, membro do conselho paroquial, demonstrando a significativa liderança católica na região. Assim, os festejos apresentaram traços religiosos devido à presença da Igreja católica no universo colonial, a partir de missas e festividades, que ressaltavam o histórico da imigração, dando ênfase à fé e à religiosidade dos imigrantes italianos. Exemplifica-se abaixo um trecho de missa:

“DESCENDENTES DE TÃO NOBRE ESTIRPE, importa, guardarmos essa HERANÇA. Não só porque era deles, mas porque é a de Maria Santíssima e sua família.

– Importa conservar com inextinguível fortaleza, contra tudo e contra todos, porque esta é nossa identidade, DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES CENTENÁRIOS. Visto que ‘quem perder sua identidade... nada mais tem a perder...’¹⁰

A partir do trecho acima, pode-se ter uma noção de como os imigrantes italianos foram tratados nas comemorações do centenário da imigração italiana, em Nova Palma.

⁷ Fôlder da Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição. Caixa A Matriz. Centro de Pesquisas Genealógicas.

⁸ Em 1º de junho de 1884, aconteceu a inauguração oficial do núcleo Soturno – atual cidade de Nova Palma –, contendo 800 lotes rústicos.

⁹ Todos eram casados; contudo, os dois primeiros vieram sozinhos, deixando a família na Itália para, em um momento posterior, buscá-la.

¹⁰ Festa da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes. Caixa A Matriz. Centro de Pesquisas Genealógicas.

Os moradores do Município de Nova Palma, com descendência italiana, são considerados de troncos familiares de grande importância; assim, a origem italiana é algo valioso, que deve ser guardado como herança. Além disso, a “identidade italiana” deve ser conservada entre a população atual de descendentes, pois, no momento que essa identidade é perdida, a essência do indivíduo também é perdida.

As festas dos 100 anos da Imigração e Colonização Italiana, em Nova Palma, deram início no primeiro dia do ano de 1984, como indica o seguinte trecho de um manuscrito de Pe. Luiz Sponchiado: “A meia noite de primeiro de Janeiro de 1984, na matriz da SS¹¹ Trindade, foi oficialmente aberto o ano do Centenário, com o lema – votado pela comunidade – *Nova Palma: cem anos de colonização, fé e trabalho*”.¹² Isso indica que havia uma organização anterior ao ano de centenário.¹³

Para propagar a fé e a religiosidade dos italianos no ano do centenário, foi proposta às comunidades de Nova Palma a restauração dos capitéis – pequenos oratórios dedicados a santos, e que foram construídos ao longo das estradas do interior da cidade. O concerto dos oratórios fez parte das comemorações do centenário da imigração italiana, como uma forma de apresentar aos moradores a importância da presença da Igreja católica e da fé do imigrante. Sobre essas restaurações, há um convite que noticiava à população local sobre a Festa de Restauração do Capitel Nossa Senhora do Rosário, na localidade de Linha do Soturno. O convite para a solenidade ainda expunha com o seguinte trecho: “Certos que gostarão de participar de tamanha festividade que tanto lembra o passado, quanto une o presente e dá orientação para o futuro, enviamos o presente convite, com muitas saudações.”¹⁴ Esse fragmento indica como era manifestada a religiosidade do imigrante, tornando-se um dos elementos que caracteriza a imigração e colonização italiana, devendo ser perpetuada no presente. Dessa maneira, as festividades do centenário tiveram esta intenção: reavivar o passado para reafirmar a identidade italiana entre os moradores de Nova Palma.

Ao avaliar o Plano Paroquial de Nova Palma, do ano de 1984, um dos projetos do ano estava voltado especificamente à festa dos 100 anos, percebeu-se a presença da Igreja católica na organização dessas festividades. O plano da paróquia tem como nome o lema do centenário: “Nova Palma, 100 anos de colonização, fé e trabalho”, sendo o projeto 01 destinado às festividades de um século da imigração e colonização. Tal projeto tem as seguintes orientações à população de Nova Palma:

¹¹ SS é abreviatura de Santíssima Trindade.

¹² Manuscrito de Pe. Luiz Sponchiado. Caixa A Matriz. Centro de Pesquisas Genealógicas.

¹³ O preparo do Centenário da Imigração Italiana em Nova Palma começou com antecedência, no ano de 1983. Houve reuniões do prefeito com a comissão organizadora, para tratar de assuntos referentes às comemorações.

¹⁴ Convite. Caixa A Matriz. Centro de Pesquisas Genealógicas.

Participação de todos nas festividades gerais e locais do Centenário.
Dar continuidade das restaurações dos Capitéis pelos grupos do Centenário.
Estudos e palestras sobre costumes e tradições do colonizador.¹⁵

Tais orientações indicadas acima aconselham a população de Nova Palma a ter um comportamento adequado, adotando as instruções da Igreja católica. Entretanto, apesar da festa ser do e para o povo, era uma festividade que já tinha uma direção a ser seguida. Além disso, percebeu-se que a Igreja católica queria que a população participasse de todas as comemorações referentes ao Centenário. A restauração dos capitéis iniciou-se em 1983, e deveria dar continuidade para apontar a importância da religiosidade na vida dos antepassados.¹⁶ E, ainda, outro aspecto que merece destaque são as palestras que foram realizadas para a comunidade, com o intuito de conhecer sobre as tradições e os costumes dos antepassados, para que fossem cultivados no presente.

Além disso, os festejos do centenário da imigração e colonização, de Nova Palma apresentaram variadas atividades; algumas foram específicas do local. Os eventos que marcaram o centenário encontram-se em uma programação geral do evento. Abaixo, o fôlder do programa das comemorações:



Programa dos festejos

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas, Caixa Matriz.

Percebeu-se como a festa do Centenário da Imigração e Colonização foi programada em Nova Palma; os eventos realizados no município, naquele ano, estavam relacionados ao centenário. É nítido o envolvimento da Igreja católica nessa festividade.

¹⁵ Plano Paroquial de Nova Palma, do ano de 1984. Caixa A Matriz. Centro de Pesquisas Genealógicas.

¹⁶ Em 1984, foram restaurados 36 capitéis, com a ajuda de famílias que moravam no entorno do monumento. As inaugurações contavam com missa festiva e católica.

No dia 1º de junho, por exemplo, aconteceu uma celebração católica centenária, às margens do rio Portela, no local onde havia sido realizada a primeira missa na cidade. A celebração contou com a presença do Bispo Dom Ivo Lorscheiter.¹⁷

Outra celebração marcaria o centenário da imigração em Nova Palma: a festa da Santíssima Trindade, padroeira da Paróquia. A organização para a festa ocorreu entre os dias 14, 15 e 16 de junho – o tríduo preparatório. Nos três dias de celebração, foram realizadas orações – que dão a dimensão que a Igreja católica deu ao Centenário da Imigração e Colonização Italiana –, a cada dia, a um determinado pedido. O primeiro dia de missa foi destinado a “todos que morreram na colonização”,¹⁸ isto é, aqueles que tentaram buscar melhores condições de vida, imigrando para a Quarta Colônia; entretanto, acabaram falecendo diante de infortúnios – como se fossem mártires. O segundo dia, a celebração foi dedicada aos que “reimigraram de nossa colonização”,¹⁹ aqueles imigrantes que se instalaram em um momento inicial e, diante de adversidades econômicas e/ou conflitos com vizinhos, decidiram migrar para outra região. E, no último dia de tríduo, a missa foi dedicada a “todos os que ficaram e viveram a hora histórica da colonização”,²⁰ indicando os imigrantes italianos que continuaram no local e construíram as condições para a comunidade de hoje. Verificou-se a significação do tríduo preparatório em torno da imigração e colonização de italianos, levando em conta aqueles que morreram, os que imigraram e os que permaneceram na Quarta Colônia.

No dia 17 de junho, ocorreu a festa em homenagem à Santíssima Trindade. O dia foi cheio de atividades, merecendo destaque a inauguração do Centro de Pesquisas Genealógicas, (CPG) acervo construído para guardar a história das famílias de imigrantes e descendentes de italianos.²¹ A pequena cerimônia contou com a presença de membros do conselho da matriz e com o Bispo Dom Ivo Lorscheiter. Sobre o trabalho atingido na construção do CPG, o Pe. Luiz Sponchiado relatou em um manuscrito lido para a comunidade:

Por isso buscamos afanosamente conservar os sinais de nossos antepassados. Buscamos recolher os velhos cantos e canções, que eles saudosamente, para evitar o desespero, abandono de tudo e de todos, cantavam na floresta por abater, buscamos recolher as genealogias de todas as famílias, desde a chegada e antes, no Museu da Colonização, que estamos construindo. Buscamos encontrar os velhos retratos, antigos fatos e feitos bons e até menos bons, mas que entreteceram a vida destes nossos avoengos que se

¹⁷ Em 1886, Pe. Antônio Sório rezou a primeira missa no núcleo Soturno, próximo ao Arroio Portela.

¹⁸ Programação da Festa de Nossa Senhora da Santíssima Trindade.

¹⁹ Imagem 12, op. cit.

²⁰ Imagem 12, op. cit.

²¹ O acervo foi construído por Pe. Luiz Sponchiado, em virtude das comemorações do Centenário da Imigração Italiana em Nova Palma.

aventuraram à *cucagna*²² *Dell'america*, não só para sobreviver, mas, principalmente para podermos conservar sua família íntegra e pura, em terra própria e nesta família, celebrarem, com o terço na mão, com suas capelas e cemitérios os mandamentos de Deus e da Igreja.²³

Verificou-se, através desse documento do sacerdote, que o centenário da imigração italiana foi um evento de exaltação do passado, aproximando a imigração e colonização italiana como o gênero epopeia. Para isso, buscou-se manter alguns aspectos característicos dos primeiros imigrantes na comunidade atual, para garantir uma identidade ao grupo.²⁴

No mês de dezembro, ocorreu outro evento importante dos 100 anos da Imigração Italiana: a Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição. Junto às comemorações da santa, ocorreu uma feira de produtos da região e um desfile histórico, que representava o processo de evolução da cidade, a partir da imigração italiana.

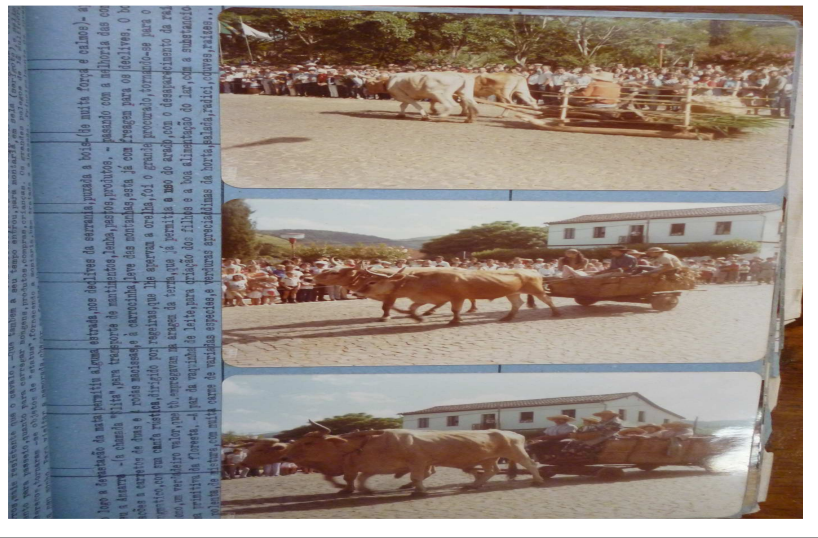
O desfile histórico do Centenário da Imigração e colonização de Nova Palma foi todo fotografado e, Padre Luiz Sponchiado organizou um álbum. Do álbum, foi selecionado uma fotografia, que dá uma breve noção do que queria ser proporcionado da colonização italiana na comunidade local.

A imagem escolhida, que se encontra abaixo, simulou uma família de imigrantes italianos em uma carroça puxada por bois. Essa cena remete ao público, a produção agrícola desenvolvida pelos colonos, o transporte do excedente e do grupo familiar, bem como os bens adquiridos através do trabalho na agricultura. Dessa forma, ela indica uma pequena parcela do significado do desfile histórico ocorrido em Nova Palma, ou seja, que buscou evidenciar a fé e o trabalho dos imigrantes italianos. Este evento tornou-se um reforço do “êxito” da imigração italiana em Nova Palma, a partir dos festejos dos 100 anos da colonização italiana.

²² Terra prometida, paraíso.

²³ Material para o programa radiofônico gravado no dia 1º de janeiro de 1984. Centro de Pesquisas Genealógicas.

²⁴ Para Weber (2006), a identidade étnica é construída, sendo resultado de um processo histórico. Além disso, a identidade oscila, justificando a eficácia de demandas sociais e culturais. E, ainda, para a autora, a identidade étnica não garante a união do grupo em todos os momentos.



Carroça guiada por bois

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas, Caixa Nova Palma.

Outro tipo de festividade também ocorreu no Centenário da Imigração Italiana em Nova Palma – as festas de família –, encontros nos quais participam os indivíduos que são descendentes e/ou que possuem laços de parentesco com determinado sobrenome. No ano de 1984, entre os dias 7 a 9 de dezembro, por exemplo, a família Rossato realizou seu “primeiro encontro em terras brasileiras”.²⁵ Essas festas têm o objetivo de homenagear os antepassados, que eram imigrantes italianos, como também para encontrar indivíduos que são comuns uns aos outros e que se identificam entre si, com a finalidade de garantir a identidade italiana.

As comemorações do centenário da imigração italiana em Nova Palma foram meios encontrados para recordar e celebrar os antepassados que se estabeleceram na região. A celebração é enaltecida do imigrante e também religiosa – não só porque ocorre no âmbito dos espaços sagrados da Igreja, mas também porque quer valorizar a fé e a religiosidade do italiano. É celebração igualmente de caráter histórico, pois busca no passado os mecanismos para construir a festa no presente.

No próximo capítulo, serão abordadas brevemente as comemorações que aconteceram em outras cidades e localidades da Quarta Colônia.

2 As comemorações dos 100 anos da Imigração Italiana na Quarta Colônia

O biênio da imigração e colonização no Rio Grande do Sul marcava as comemorações de aniversário de processos migratórios durante os anos de 1974 e 1975.

²⁵ *Fôlder da festa da família Rossato*. Caixa A Matriz. Centro de Pesquisas Genealógicas.

Entretanto, apesar de o Decreto ter sido instituído para que as festividades ocorressem nesses dois anos, a Quarta Colônia viveu um momento diferenciado. Suas festas iniciaram-se a partir de 1975 e se estenderam, pelo menos, até 1984, devido às colonizações tardias dos núcleos da Quarta Colônia.

O que podemos identificar até agora é que Nova Palma realizou suas comemorações em 1984. Porém, outras localidades marcaram suas festividades em 1975, ou, pelo menos, iniciaram suas festas nessa data. Neste trabalho, daremos ênfase às comemorações ocorridas em Silveira Martins, Vale Vêneto e Novo Treviso, apesar de existirem indícios de que as comemorações do Centenário da Imigração Italiana não aconteceram apenas nesses lugares citados, mas em outras cidades da Quarta Colônia e região.

Para iniciar a rota das festividades dos 100 anos da Imigração Italiana na Quarta Colônia, investigou-se a cidade de Silveira Martins. O município foi a sede do quarto núcleo de colonização dos imigrantes italianos, que se estabeleceram a partir de 1877. Quando a colônia foi emancipada em 1886, a sede ficou pertencente ao Município de Santa Maria, até 1987, quando Silveira Martins foi emancipada política e administrativamente.

Por isso, quando aconteceram as festividades dos 100 anos da imigração e colonização, Silveira Martins era distrito de Santa Maria. O jornal, *A Razão*, de 13 de fevereiro de 1975, divulga os festejos nesse local:

No âmbito estadual, o Centenário da Imigração Italiana é em 1975, e, em Santa Maria, será em 77. Apesar da diferença de dois anos, em nossa cidade, as comemorações iniciarão este ano, estende-se até o ano em que aqui chegaram os primeiros colonos italianos.²⁶

Esse fragmento de um jornal local mostra que as comemorações em Silveira Martins teriam iniciado em 1975, juntamente com a programação oficial do Centenário da Imigração Italiana. No entanto, tais festejos se estenderiam até 1977, ano que oficialmente marcou os 100 anos da antiga colônia Silveira Martins.

Em 1977, foi inaugurado o monumento do Imigrante, em alusão ao Centenário da Imigração Italiana em Silveira Martins. A edificação está localizada em Val de Buia, local onde se estabeleceram os primeiros imigrantes italianos. Segundo o *site* do Município de Silveira Martins,

²⁶ Silveira Martins: Subcomissão para imigração italiana. Jornal *A Razão*, Santa Maria, 13 fev. 1975, p. 7.

a iniciativa de construir o monumento partiu dos integrantes da comissão do centenário da imigração italiana. O agricultor aposentado, Valentim Aita, de 83 anos, que mora há poucos metros do local, além de ser membro da comissão, foi quem doou o terreno para construção do monumento.²⁷

O monumento em forma de cruz representa a religiosidade e a fé dos imigrantes italianos, que se instalaram nesse local. Consta-se de que forma as comemorações na Quarta Colônia ganharam traços religiosos; houve a valorização do imigrante em relação a sua religião, sendo reverenciada a católica. Abaixo, encontra-se o monumento do Imigrante, em Silveira Martins.



Monumento do Imigrante, Silveira Martins

Fonte: <<http://silveiramartins.rs.gov.br/2014/05/monumento-do-imigrante-revitalizado-e-cheio-de-historias/#sthash.KjvX2j1H.dpuf>>.

Dando continuidade às comemorações dos 100 anos da Imigração Italiana, a localidade de Vale Vêneto situa-se no Município de São João do Polêsine. Esta comunidade recebeu seus primeiros imigrantes a partir de 1878, com a chegada de um grupo de italianos liderados por Paulo Bortoluzzi. Segundo informações do jornal *O Radar*, de 16 de agosto de 1975, Vale Vêneto viveu as comemorações do centenário da imigração italiana. Para essa ocasião, a comunidade fez a “maior polenta da história”, que “media 9 metros e 40 centímetros de circunferência”,²⁸ para celebrar a data. Antes

²⁷ Site da Prefeitura de Silveira Martins – RS. Disponível em: <<http://silveiramartins.rs.gov.br/2014/05/monumento-do-imigrante-revitalizado-e-cheio-de-historias/>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

²⁸ Jornal *O Radar*, Faxinal do Soturno, 16 ago. 1975.

de a polenta ser servida para a comunidade, ela foi benta pelo Bispo Dom Ivo Lorscheiter. A grande quantidade desse alimento representou a fartura da mesa dos imigrantes e descendentes que se instalaram nesse local, após receberem um lote de terra e iniciar a produção agrícola. Abaixo, encontra-se a imagem da festa em Vale Vêneto.



A maior polenta em Vale Vêneto
Fonte: Jornal O Radar, 1975.

Além do jantar “típico” italiano, no mesmo dia foi inaugurado o Museu do Imigrante Padre João Iop,²⁹ considerado o primeiro museu sobre imigração italiana, bem como o maior acervo do estado sobre a temática, existindo mais de 4 mil peças. Dessa forma, a criação do museu está ligada ao Centenário da Imigração e colonização italiana no sentido de preservar a história dos antepassados que eram imigrantes italianos.

A localidade de Novo Treviso, no Município de Faxinal do Soturno, recebeu seus primeiros imigrantes italianos a partir de 1885, quando esse espaço foi designado, inicialmente, de Geringonça. Entretanto, as comemorações do centenário aconteceram em 19 de outubro de 1975, com missa solene e procissão com a imagem de Nossa Senhora do Rosário – no qual teria sido recitado o terço do sufrágio aos imigrantes falecidos.³⁰

Além da celebração católica, na parte da tarde aconteceu um desfile à italiana, como mostra a imagem abaixo, representando os imigrantes italianos que chegaram na região, apresentando o indivíduo, a família, o trabalho na pequena propriedade, o transporte do grupo familiar e da produção agrícola, a religiosidade e os costumes.

²⁹ Jornal *O Radar*, Faxinal do Soturno, ago. de 1975, ano 1, n. 2.

³⁰ Novo Treviso. Jornal *O Radar*, Faxinal do Soturno, set. de 1975, ano 1, n. 2.



Novo Treviso, 1975
Fonte: Arquivo Pessoal MIV.

O desfile aconteceu juntamente com a inauguração da Praça do Imigrante em Novo Treviso. Na fotografia acima, percebe-se que o grupo está desfilando ao redor da Praça; parte do espetáculo foi a instituição de um novo espaço público. Além disso, o nome da praça remete aos imigrantes italianos que colonizaram o local. Dessa forma, constata-se que as comemorações da imigração italiana aconteceram também na localidade de Novo Treviso, com forte envolvimento da Igreja católica e a exaltação da figura do imigrante italiano.

Considerações finais

A Quarta Colônia viveu, a partir de 1975, as comemorações do centenário da imigração italiana. Tais festejos tiveram início a partir do Decreto Estadual 22.410, nos antigos núcleos de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Além disso, percebeu-se que, apesar do decreto indicar que as festividades deveriam ocorrer entre 1974 e 1975, na Quarta Colônia, elas iniciaram a partir de 1975 e se estenderam, pelo menos, até 1984.

Além disso, constataram-se traços religiosos nas festividades, como parte da programação, em missas festivas, com a presença de Dom Ivo Lorscheiter – mentor da Comissão Diocesana do Centenário da Imigração Italiana, na Quarta Colônia. Entretanto, inaugurações de praças, monumentos e acervos também fizeram parte do programa dessas festividades.

Aliás, conseguiu-se mapear alguns locais onde aconteceram as festividades dos 100 anos da Imigração e Colonização Italiana, na Quarta Colônia. Em Silveira Martins, os festejos ocorreram de 1975 a 1977. Em Vale Vêneto, localidade de São João do Polêsine, aconteceram em 1975. Em Novo Treviso, localidade de Faxinal do Soturno,

aconteceram em 1975. No Município de Nova Palma, as comemorações se deram em 1984. É provável que a extensão dessas festividades, diante de decreto estadual se deu a partir das datas de fundação dos núcleos colônias, que aconteceram de forma tardia em relação às colônias da Serra gaúcha.

Por fim, as comemorações do centenário da imigração na Quarta Colônia, tiveram o intuito de recordar e exaltar o passado dos imigrantes italianos que se instalaram na região. As festividades e a programação escolhida tinham o objetivo de não esquecer a história e a cultura dos antepassados, como marco de que parte da população dessa região era de origem italiana.

Referências

MANFIO, Juliana Maria. *De crimes e de narrativas: imigração e construção da memória* (Nova Palma, final do século XIX). 2013. 58f. Monografia (TCC em História) – Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2013.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração e 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho*. Santa Maria: EdUFSM, 1996.

VENDRAME, Maíra Inês. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões*, Vitória: Dep. História/Ufes, v.18, p. 236-250, 2006.

Fontes:

BRUM NETO, Helena. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande Do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 135-155, dez. 2008.

Festa da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes. Caixa A Matriz. Centro de Pesquisas Genealógicas. Centro de Pesquisas Genealógicas.

Fôlder da Quarta Colônia. Centro de Pesquisas Genealógicas, Caixa Nova Palma, s/a.

Fôlder da Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição. Caixa A Matriz. Centro de Pesquisas Genealógicas.

Fôlder da festa da família Rossato. Caixa A Matriz. Centro de Pesquisas Genealógicas.

Jornal *O Radar*, Faxinal do Soturno, ago. 1975, ano 1, n. 2.

Novo Treviso. Jornal *O Radar*, Faxinal do Soturno, set. 1975, ano 1, n. 2

SITE da Prefeitura de Silveira Martins – RS. Disponível em:

<<http://silveiramartins.rs.gov.br/2014/05/monumento-do-imigrante-revitalizado-e-cheio-de-historias/>>.

Acesso em: 1º jun. 2015.

Silveira Martins: Subcomissão para imigração italiana. Jornal *A Razão*, Santa Maria, 13 fev. 1975, p. 7.

A natureza selvagem desbravada pela conquista dos alemães: transformações do espaço natural na história da imigração alemã no Vale do Paranhana (RS)

Rosane Maria Kaspary

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FACCAT

Dr. Daniel Luciano Gevehr

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FACCAT

Considerações iniciais

A colonização no Brasil trouxe, além do desenvolvimento econômico, muitos imigrantes e, principalmente, a transformação do território. Este já era habitado por nativos há 40 mil anos, porém sem a exploração predatória, pois mantinham vivas as florestas e toda sua biodiversidade, até a chegada dos primeiros colonizadores. Neste contexto, o objeto de estudo deste trabalho busca justificar esta transformação, bem como entender os impactos ambientais provocados por este processo, na região do vale do Paranhana, que possui importantes nascentes formadoras do rio Paranhana.

O Brasil nasceu, para usar expressão de Pádua (2004), “de um macro projeto de exploração ecológica”, no qual a biodiversidade e os complexos biomas nativos foram considerados muitas vezes verdadeiros entraves ao desenvolvimento. Com a independência nacional, a imagem que se queria construir do País, na Europa, incluía sobretudo a necessidade de controle e de ordenação desse meio ambiente. As densas e desconhecidas florestas brasileiras, com suas “feras” e “hordas de selvagens”, tinham de ser dominadas e civilizadas. A devastação ambiental tornou-se, assim, um requisito fundamental para o progresso – ou o próprio progresso, em uma de suas facetas.

O imigrante alemão não pôde, no entanto, ser considerado como único responsável pela devastação da mata atlântica, uma vez que o instinto de sobrevivência se sobressaiu na conquista da terra nova. Este colono sequer imaginava as consequências que o desmatamento desenfreado poderia impactar ao meio ambiente. O futuro era incerto até mesmo para sua própria família, seu único alento em meio à floresta selvagem.

A análise deste estudo foi realizada a partir de diferentes textos, buscando neles os elementos que nos ajudam a compreender parte da história ambiental, especialmente àquela que se refere à imigração alemã no Rio Grande do Sul, abrangendo principalmente a região do vale do Paranhana.

A imigração alemã no Rio Grande do Sul

Com a abolição da escravatura no Brasil, iniciou a imigração de italianos, que foram trabalhar nas lavouras de café, no Sudeste, e de alemães no Sul, sendo que estes receberam lotes de terra, muitas vezes em condições precárias, para trabalhar em regiões onde nenhum fazendeiro brasileiro se arriscaria. (DEAN, 1996). Grande parte dessas terras ficavam longe de qualquer transporte, em mata alta e fechada, considerada até então estéril pelos brasileiros. O objetivo do governo brasileiro com este incentivo à imigração, na Região Sul, era povoar as terras pouco aproveitadas até então, ao mesmo tempo em que se estabelecia uma fronteira viva no Sul do Brasil. (BUBLITZ, 2008a).

Especificamente no Rio Grande do Sul, no dia 25 de julho de 1824, às margens do rio dos Sinos chegavam os primeiros 38 imigrantes (ROCHE, 1969) vindos da Região Noroeste da Alemanha, que na época era formada por muitos reinados, principados e ducados independentes. As principais regiões que “enviaram” imigrantes foram: Prússia, Renânia, Hesse, Pomerânia e Schleswig-Holstein. A Alemanha não existia como o País que conhecemos hoje, porém estes imigrantes tinham em comum a língua, todos falavam alemão ou dialetos.

As famílias que aqui chegavam precisavam enfrentar tudo, sem nenhum amparo. Receberam alguns poucos grãos e sementes para subsistência e alguns animais, como porcos, cavalos, etc. Sem conhecer nada do lugar, nem mesmo a língua, enfrentando a mata com “selvagens” que ali viviam, referindo-se aos nativos, pois alguns grupos eram considerados bem agressivos. (BUBLITZ, 2008a). Além disto, os imigrantes tiveram dificuldade em construir uma nova vida neste novo continente, pelas diferentes origens, pois cada família trouxe costumes e culturas da sua região.

Além de diversas dificuldades que todo imigrante enfrenta ao iniciar uma nova vida em outro país, ou até continente, os alemães que aqui chegaram, no final do século XIX, precisaram, antes de iniciar esta nova etapa da vida, desbravar a floresta selvagem onde foram literalmente despejados. Nos livros que abordam a história da imigração alemã no Rio Grande do Sul, há relatos de vários personagens, como pastores, padres, médicos, e outros visitantes, além dos novos habitantes. Todos descrevem o mesmo cenário para relatar as condições de vida dos novos imigrantes, destacando sempre a floresta selvagem com toda sua beleza, fartura, mas principalmente a imponência e a inospitalidade.

O Monsenhor Matias José Gansweidt também descreve em detalhes as riquezas naturais da região, narrando as diferentes e nobres madeiras, os insetos; destaca milhares de abelhas e a beleza das borboletas e ainda uma infinidade de exuberantes aves, que se fartavam dos frutos da floresta. (BUBLITZ, 2011). Os relatos da riqueza

encontrada rente ao chão detalhavam o abacaxi selvagem, amoras, taquaras, entre outras espécies de plantas rasteiras. A fauna também foi bem detalhada, em destaque o tigre e o leão-americano, antas, tatus, cutias, macacos, etc.

Os imigrantes conheciam espécies diferentes de árvores, como carvalhos, abetos, tílias, plátanos, castanheiras e bétulas, típicas dos bosques europeus. Aqui encontraram, na floresta subtropical, louros, cedros, cabriúva, angicos, canafístulas e araucárias, estas por sua vez predominavam nas regiões mais altas, acima de 300 metros do nível do mar. Neste desbravamento da mata atlântica, os imigrantes abriam suas primeiras “picadas” (também chamadas de travessas, travessões, linhas). A conquista da floresta seguia sempre nas proximidades de rios, desbastando aí toda a vegetação. Enquanto a mata atlântica se mantinha imponente, os imigrantes sentiam-se aprisionados pela floresta ameaçadora, com sua força e sons desconhecidos. (BUBLITZ, 2011). Sempre que venciam a floresta, esta conquista era celebrada pelos imigrantes, que, aos poucos, formavam grupos étnicos como forma de socialização.

Os imigrantes, agora proprietários de uma terra desconhecida, tornaram-se dependentes da floresta, pois para sobreviver a sua conquista seria fundamental, exigindo muito esforço para tornarem-se livres, donos de sua renda e sua terra. Mas os imigrantes não tinham o conhecimento nem mesmo habilidades para trabalhar em terras tão inóspitas. Além da floresta com toda sua magnitude, os imigrantes também enfrentaram os homens selvagens que chamavam de “Wilden Menschen”. Estes tornaram a mata ainda mais insegura, inclusive tirando a vida de alemães; segundo registros históricos, a instalação das colônias contribuiu para a expulsão e o extermínio destes indígenas. O mesmo ocorreu com os caboclos e ex-escravos que viviam na região. (BUBLITZ, 2011).

Outro fator que contribuiu para desbravar a floresta foi a necessidade de superação das lembranças e representações ligadas à natureza. Desde a Idade Média, a Igreja católica atribuía à floresta o lado obscuro do mundo ordenado. Esta condição/afirmação era popularizada pelos padres, reforçando a teoria de que a floresta era abrigo de hereges, selvagens, fugitivos, entre outros excomungados e excluídos.

A exploração da floresta seguia fervorosa para tornar a terra fértil, que por sinal era a ordem da conquista. Esta obsessão desencadeou a exploração predatória da “mata virgem”; mesmo sem consciência deste ímpeto sem limites, os filhos gerados aqui no Brasil se multiplicavam; as famílias tornavam-se cada vez mais numerosas e precisavam de territórios maiores; assim as migrações seguiam em busca de novas terras, e também mais férteis, pois o cultivo irregular tornava a terra menos fértil a cada ciclo. (BUBLITZ, 2011).

A técnica das queimadas, muito utilizada desde os nativos, começa então a ser praticada também pelos imigrantes, a mesma era ensinada a eles pelos diretores e inspetores coloniais. O método tornou-se padrão entre as colônias, passando de geração em geração. Esta técnica agressiva implicou alterações ecológicas drásticas. Mesmo assim, as questões ambientais eram irrelevantes, pois a floresta era considerada inesgotável. (PÁDUA, 2004).

Quando finalmente a mata já se encontrava no chão, o sentimento dos imigrantes foi gradativamente mudando. A impenhência foi mudando de lado, a impenetrável, espinhosa e robusta deu lugar ao colono civilizador (MELLO, 1868), que ainda hoje colhe os méritos por desbravar com austeridade e obstinação a natureza selvagem que ficou no passado.

Ao vencerem a floresta selvagem, os imigrantes deixaram para trás, além dos hábitos alimentares e o estilo de vida, também a forma de organização social, marcada pela autossuficiência, tendo a floresta como agente neste processo. (BUBLITZ, 2011). Superada então a fase desbravadora, resultando em um novo produto, o “euro brasileiro”, iniciam-se novas formas de produção com a miscigenação na agricultura, cultivando alimentos trazidos da Europa, que se aclimatavam no continente americano, provocando um novo impacto ambiental, além das derrubadas e queimadas. Foram documentados vários relatos de visitantes que descreviam as plantas europeias produzidas na região como a cevada e o trigo, nas colônias do norte do rio Jacuí. Várias espécies de verduras, hortaliças e legumes, incluindo a batata-inglesa, porém esta com qualidade inferior, pois teria menor quantidade de amido. (HÖRMEYER, 1986).

A criação de animais foi outro provocador das alterações ambientais, com a inserção de bovinos, equinos, ovinos, suínos e galinhas; apesar da pequena quantidade por famílias, eles estavam presentes e necessitavam de pasto e outros alimentos, cultivados na região. Neste período, iniciou também o estabelecimento de curtumes para a fabricação das selas para os cavalos comercializados em Porto Alegre. (AVÉ-LALLEMANT, 1980).

Apesar das derrubadas e da inserção de espécies europeias, as espécies nativas continuaram sendo cultivadas pelos imigrantes, não sendo totalmente substituídas. Com uma “nova civilização” surgindo em meio à mata, os imigrantes, que resistiram, aos poucos davam ao novo mundo outro sentido à terra, derrubando a floresta, expulsando as populações indígenas e dizimando animais selvagens, configurando como podiam a nova terra com o velho mundo. (BUBLITZ, 2008a). O desbravamento da floresta também serviu para forjar seus símbolos, suas analogias, seus pensamentos e principalmente seus emblemas de identidade. (HARRISON, 1993).

A mata atlântica

A mata atlântica é um dos biomas¹ mais importantes da América do Sul, e o mais complexo pela sua natureza endêmica, com uma diversidade de vida animal peculiar, principalmente de espécies menores e de anfíbios, e pela sua diversidade vegetal heterogênea, que compõe espécies únicas, sendo considerada a mais rica do planeta em biodiversidade. (DEAN, 1996).

Em função da exploração predatória de muitos séculos, desde o ano de 1500, a mata atlântica não possui a mesma diversidade e continuidade por toda a sua extensão, mas ainda assim compõe a geografia de 15 estados brasileiros (dos 17 em 1500), desde o leste até o sul do Brasil. A mata atlântica inicia no Rio Grande do Norte, e percorre toda a costa leste até a região central do Rio Grande do Sul, com mais de 83.500 km² de área, que representa apenas 8% da floresta nativa existente em 1500, quando o Brasil foi descoberto por Portugal. Chegou a cobrir uma área de 1 milhão de km². (DEAN, 1996; DI BITETTI et al., 2003).

Outra característica importante da mata atlântica é a composição hídrica, pois abriga sete das nove maiores bacias hidrográficas do Brasil, sendo elas: Atlântica Sul; Atlântico Leste; Atlântico Nordeste Oriental; Atlântico Sudeste; Paraná; São Francisco e Uruguai. (IBAMA/MMA, 2010).

Uma das dificuldades em identificar a mata atlântica, antes da chegada do homem, se deve ao fato de ser diferente da Floresta Amazônica, não sendo possível fazer uma analogia entre elas. A mata atlântica é diferente de todas as demais florestas do planeta, considerando a sua biodiversidade endêmica. (VICTOR, 2005).

A floresta pode se regenerar em 20 ou 30 anos; porém, jamais com as mesmas características e a mesma consistência. As áreas de fazendas (clareiras) ou agrícolas podem impedir a regeneração, talvez para sempre. (MAHUS, 2002). A mata atlântica é rica em biomassa vegetal, porém pobre em biomassa animal; mesmo assim, a variedade (biodiversidade) de plantas, animais, insetos, etc., estimulam e facilitam o retorno da floresta. Considerando também as condições climáticas: sol, chuva, ventos, temperatura.

Os primeiros habitantes na mata atlântica datam de aproximadamente 40 mil anos, e praticavam basicamente a caça como forma de sobrevivência. Aos poucos descobriram a agricultura e assim foram modificando a mata atlântica. Desde aquela época eram realizadas queimadas para limpar e fertilizar o solo. A agricultura era itinerante, desta forma a floresta, depois de ocupada, era deixada pra trás num intervalo de pelo menos 20 anos para a regeneração, a qual era acompanhada pelos agricultores

¹ *Bioma*, como é chamado o conjunto de diferentes ecossistemas, que possuem certo nível de homogeneidade. São populações de organismos da fauna e da flora interagindo entre si e interagindo também com o ambiente físico conhecido como biótopo.

itinerantes. Algumas espécies preferidas eram transplantadas para a sua preservação. (DEAN, 1996). Em regiões de seca, as queimadas por vezes saíam do controle, provocando alterações na mata atlântica, incluindo mudanças nas condições climáticas.

Com a atividade itinerante, havia a disputa de grupos por determinadas regiões. Na região litorânea, a exploração agrícola era realizada por grupos Tupis; havia poucos grupos no planalto, região interior da mata atlântica. Os europeus, quando chegaram ao litoral, encontravam basicamente os Tupis, e ficavam dependentes destes, pois conheciam tudo sobre a região, formas de caça, técnicas de agricultura, formas de sobrevivência na floresta, etc. Aos poucos ensinaram tudo que sabiam para estes europeus.

Como a planície costeira já estava bastante modificada quando os europeus chegaram no século XVI, não encontraram dificuldade em adentrar centenas de quilômetros seguindo as trilhas do Tupis, principalmente na região que hoje é o Rio de Janeiro. Nesse período, a extração de Pau Brasil era de 1.200 toneladas por ano, toda a madeira era enviada para Portugal.

Em 1764, o Marquês de Pombal indicou o doutor da Universidade de Pádua Domênico Vandelli para a Universidade de Coimbra, com o intuito de substituir a Filosofia pelas Ciências, o que ocorreu em 1772, inclusive muitos brasileiros se formaram em Ciências Naturais com Vandelli. Segundo Dean (1996), em 1779, em Lisboa, foi criada a Academia Real de Ciências, o objetivo principal era a aplicação destas ciências no Brasil para a exploração de plantas medicinais na mata atlântica. Naquele mesmo período, foi criado o Jardim Botânico para a preservação de algumas espécies da mata atlântica e também para o cultivo de novas espécies trazidas da Ásia e da África.

Após a independência do Brasil, pouca coisa mudou em relação à exploração da floresta, a extração de madeira, principalmente o pau-brasil aumentou, tanto para o pagamento da dívida externa como para o enriquecimento de grandes proprietários ou senhores. Mesmo com a condição de preservação, 1/6 do total de cada proprietário deveria ser conservado, mas na prática isso não ocorreu. (DEAN, 1996).

O século XIX foi o período em que ocorreram muitas extinções de espécies vegetais e animais, praticamente tudo era exportado. Com esta exploração mercantil sem limites, os exploradores avançavam das regiões litorâneas para o interior da mata atlântica, abrindo assim caminho para as migrações. Consequentemente, aumentava a corrente do capitalismo, que visava a maximização dos lucros agregando valor a tudo que se obtinha da floresta. (DEAN, 1996; DUARTE, 2008).

De acordo com Dean (1996), outro fator importante, no desmatamento e na redução da floresta, foi o aumento da população, principalmente na Região Sudeste; em

1808 havia aproximadamente 1 milhão de pessoas, enquanto que, em 1890, já eram 6,4 milhões de pessoas. Desta forma, aumentou a necessidade do uso de madeira. Utilizava-se madeira para tudo: construção, móveis, lenha para carvão, etc. Foram abertas grandes áreas para pastagens e nenhuma árvore era plantada para a regeneração da floresta; não havia a preocupação com o reflorestamento. (DEAN, 1996).

Naquele período, iniciaram as construções de estradas de ferro e o uso de barco a vapor; também se intensificaram as queimadas no interior da mata atlântica, principalmente em regiões mais secas de Minas Gerais ao Paraná.

Até a aprovação do Código Florestal, existiam apenas duas reservas de preservação da mata atlântica, a do Alto da Serra, na região de Cubatão em São Paulo e na Serra da Mantiqueira, extremo oeste do Rio de Janeiro. Apesar dos esforços para tentar proteger a mata atlântica, a legislação apresentava muitas falhas; os proprietários poderiam cortar a madeira nativa e deixar a capoeira crescer. Outra falha ocorria com a parte que deveria ser preservada, a parte da propriedade que deveria permanecer intacta, ou seja, 1/4 poderia ser vendida a outro proprietário e este novamente reduzir a área de preservação a 1/4. (DEAN, 1996; BRASIL, 1965).

Com o desmatamento, as queimadas, o cultivo sem controle e outras atividades exploratórias, muitas regiões, principalmente as mais íngremes, iniciaram um processo de deslizamentos e erosões, alterando inclusive leitos de rios e nascentes. Para evitar maiores danos à mata atlântica e, conseqüentemente, ao equilíbrio ambiental, o movimento de ambientalistas foi fundamental para o aumento de áreas preservadas, criando diversos parques e reservas. (DEAN, 1996). Na Constituição de 1988, a mata atlântica foi declarada “Patrimônio Nacional”, juntamente com a Floresta Amazônica e o Pantanal. (BRASIL, 1988).

Desbravando as terras de Taquara

O vale do Paranhana compõe a mata atlântica, possuindo remanescentes de diversas espécies raras ou ameaçadas de extinção, tais como: bugio-ruivo, gatos do mato, jaguatirica e ainda espécies de madeira. (BLOCHTEIN et al., 2008). A região também possui diversas Unidades de Conservação, que se estendem até as regiões vizinhas, como o Litoral norte do Rio Grande do Sul e a Floresta Nacional de São Francisco de Paula.

Segundo Schierholt (1974) a região foi colonizada por sucessivas levas de imigrantes de origem lusa, germânica, italiana, suecos, poloneses e austro-húngaros. Os lusos começaram a colonizar a região a partir de 1750, mas a maior parte dos imigrantes antes mencionados chega a partir de 1890. De acordo com o Projeto Manduri (2006), a

vegetação original ainda pode ser encontrada apresentando componentes das florestas estacional, semidecidual e ombrófila densa e mista, em área de tensão ecológica.

De acordo com o estudo realizado por Marcos Cornélio Bernardes em 2011, conforme informações de moradores antigos, a ocupação da região ocorreu no meio da vegetação existente, onde a Floresta Estacional cedeu espaço para o povoamento, causando com isso um significativo processo de desmatamento e consequentes impactos ambientais. Os moradores entrevistados também relatam histórias de árvores imensas sendo abatidas, além de animais como onças, hoje não vistos na região, sendo caçados. (BERNARDES, 2011).

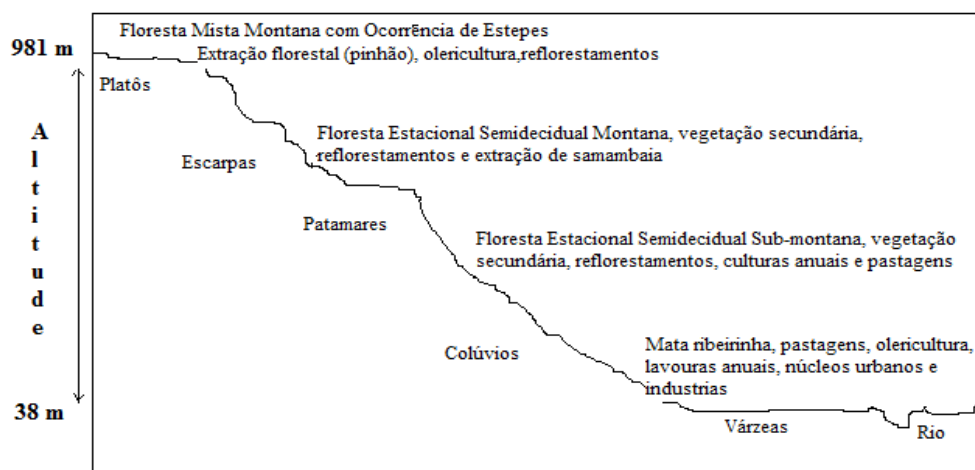
Ainda segundo Bernardes (2011), durante o processo de leitura da paisagem da pesquisa de campo realizada (2010), identificou-se três zonas agroecológicas. As singularidades entre as zonas vêm das relações entre clima, relevo, vegetação, fauna e também de causas e efeitos da ocupação humana.

A Zona de Várzea é uma planície aluvial com altitudes entre 30 e 55 metros acima do nível do mar e que concentra a maior parte da população e onde se localizam as sedes urbanas dos municípios. Bastante antropizada, com lavouras de tamanho maior, indústrias, comércios e moradias. É também a zona com maior ocorrência de impactos ambientais, devido à pressão antrópica. De acordo com Gehrke (2010), esta área possuía uma vegetação composta por matas ribeirinhas e paludosas, porém, tal condição já não está mais presente.

A Zona de Encosta é representada por declives e aclives, penhascos, platôs e arroios com muitas cascatas, possuindo boa cobertura vegetal. Nesta área, situa-se a agricultura tradicional, porém visivelmente decadente no que tange à mão de obra. Conforme dados do IBGE (2010), a população rural sofre um processo de envelhecimento, considerando que os jovens são atraídos para centros urbanos onde encontram estilos de vida mais atraentes. A cobertura florestal é mais abundante em relação à zona de várzea, composta de um entremeado de capoeira, de pequenos reflorestamentos de pinus, eucalipto ou acácia, recortados em também pequenas roças ou desflorestamentos, normalmente com área de até dois hectares. (GEHRKE, 2010). Porém, antes do sistema colonial, esta região era totalmente coberta de florestas nativas. A maior parte dos reflorestamentos com exóticas ocorre nesta Zona que se estabelece entre os 55 a 700 metros acima do nível do mar. (BERNARDES, 2011).

A terceira Zona Agroecológica, delimitada no estudo de Bernardes, é a Zona de Serra, com as maiores altitudes e uma floresta mais densa, inclusive com Floresta Nativa, abrangendo áreas de preservação como os Campos de Cima da Serra e Áreas de Proteção Ambiental, com unidades de conservação. (GEHRKE, 2010). As altitudes variam entre os 700 e os 1000 metros acima do nível do mar. Estes declives tornarem-se

maiores próximos à zona de encosta, formando escarpas. Devido ao maior isolamento, ocorrem florestas mais conservadas. Nessa região, são evidenciadas atividades de produtores de hortigranjeiros e também consideráveis extensões de reflorestamentos com Pinus e Eucalipto. A figura 1 representa a topossequência com as três zonas.



Toposequência e modos de utilização do meio no vale do rio Rolante
 Fonte: Gehrke (2010).

Um fator preocupante da região, principalmente nas zonas de encosta, é o deslocamento de massas. (RIFFEL; GUASSELLI, 2012). A constituição arenosa do solo, somada ao relevo em declive e ainda à pouca espessura sobre um substrato rochoso, torna a região mais suscetível a este movimento, além, é claro, da atividade antrópica. Conforme dados da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2011 foram registradas 37 ocorrências de desastres naturais, sendo o Município de Taquara o mais atingido com 11 ocorrências.

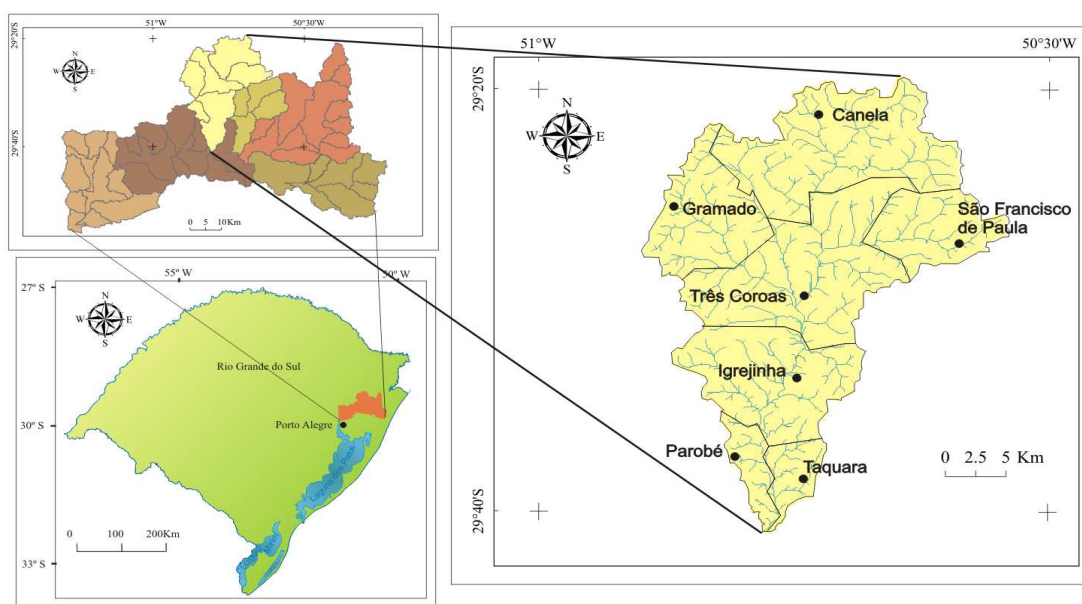
Segundo Riffel e Guasselli (2012), áreas de proteção ambiental ou sujeitas a risco são ocupadas para a instalação de condomínios, pois os órgãos municipais sofrem a pressão imobiliária, impulsionados pelo aumento populacional e, conseqüentemente, pelo crescimento urbano, favorecendo assim a retirada da vegetação e o corte das encostas; este desmatamento acelera o processo erosivo e contribuindo para os desastres ambientais, mais precisamente, os movimentos de massa.

Outro aspecto importante da região é a sua composição hídrica, pois abrange praticamente todos os municípios, e os rios são amplamente utilizados para diversas atividades de lazer, incluindo turísticas, da agricultura, indústria, do abastecimento público, da dessedentação de animais, etc. (PANTE, 2006). Estes usos são competitivos e ainda podem restringir algumas atividades, interferindo inclusive no uso da água em outras regiões, como é o caso do vale do rio dos Sinos, que é banhado pelo rio dos

Sinos, pois este já chega comprometido, tanto pela escassez como pela poluição. (Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM).²

A derrubada da mata nativa e as demais atividades antrópicas fazem com que a classificação dos níveis de poluição das águas, inclusive nas nascentes, atinjam o nível mais alto – Classe 4 – para a maioria dos parâmetros estabelecidos na legislação, em boa parte do curso dos rios que formam a bacia, Pró-Sinos.³ Na figura 2 é possível verificar a composição hídrica da região e sua posição geográfica no Rio Grande do Sul.

O impacto ambiental provocado pela construção de duas pequenas centrais hidrelétricas, no Município de Canela, também deve ser considerado no processo de transformação da região que compõe a mata atlântica, pois foram construídas, nas nascentes do rio Paranhana – principal rio da região – afluente do rio dos Sinos, com significativas alterações na mata atlântica pela inundação das áreas afetadas e pelos desvios nos cursos de rios e nascentes. Atualmente, estes e outros impactos são monitorados através do projeto MONALISA – Monitoramento Ambiental Local de Impactos Sobre Arroios. (CEEE-GT, 2011).



Mapa da bacia hidrográfica do rio dos Sinos
Fonte: Riffel, Guasselli (2012).

² FEPAM. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/qualidade_sinos/sinos.asp>.

³ O Pró-Sinos é um consórcio de direito público formado por até o momento 26 dos 32 municípios que compõem a Bacia do Rio dos Sinos, disponível em: <http://www.consorcioptosinos.com.br/>

História ambiental do vale do Paranhana

A paisagem do Mundo Novo teve uma transformação acentuada a partir do século XIX com as “migrações” dos colonos alemães e/ou euro brasileiros. A região compreendida entre o rio dos Sinos, Santa Maria e Rolante, até então era habitada por indígenas e famílias lusas, proprietárias de fazendas ou pequenas propriedades. (REINHEIMER, 2005). O processo desta transformação começou com o desmatamento dos pinheiros, alterando, além da paisagem natural, a paisagem cultural dos chamados “Bugres”, como eram conhecidos os índios e alguns lusos. Este processo foi motivado pelo Império, que tinha o intuito de substituir a mão de obra escrava e “branquear” a população.

Roche (1969) descreve o colono alemão, na região do Mundo Novo, como “fabricante de terra”, pelo desmatamento/desbravamento da floresta, pois, quanto mais desbravada a terra mais riqueza poderia ser produzida, principalmente de gêneros alimentícios. A Colônia do Mundo Novo foi fundada em 1846 por Tristão Joze Monteiro, que adquirira as terras um ano antes. A colônia foi então dividida em lotes (colônias menores), que foram vendidos para colonizadores de diferentes etnias. (REINHEIMER, 2005). Segundo Magalhães (2003), estes lotes podiam ainda ser divididos em colônias menores.

Os colonos alemães ocuparam principalmente as encostas do Planalto, que eram bastante íngremes; eram terras consideradas mais férteis, porém necessitavam de ferramentas mais braçais, diferentemente da tecnologia utilizada na Europa, como o Império na época previa que seria utilizada no Brasil. As áreas foram totalmente “limpas”, deixando apenas os Jerivás (espécie de coqueiro) para alimentação e pastagens do gado; com as pedras retiradas da floresta, os alemães faziam cercas e taipas. (REINHEIMER, 2005, p. 23).

A ocupação do solo foi intensa; boa parte das áreas rurais, ou de preservação, é coberta com vegetação mais rasteira e tipos de capins. Este processo transformador da mata atlântica foi mais consistente na região, pois os lotes vendidos por Tristão Monteiro, no final do século XIX, foram financiados, facilitando sua aquisição. A rápida mudança do espaço agregou valor à terra, e a produção podia ser rapidamente escoada, primeiramente por barcas e a partir de 1903 pela estrada de ferro. (ROCHE, 1969).

Com a estrada de ferro chegando à região, foi necessária a construção de uma nova ponte para cruzar ao outro lado da Colônia, esta ponte também foi muito utilizada pelos colonos com suas carretas, pois as construídas anteriormente – a primeira uma ponte pênsil e a segunda uma ponte de madeira – não resistiram às enxurradas que, com as fortes correntezas, traziam árvores, galhos e troncos.

O trajeto por trem, porém, durou pouco; o primeiro trem chegou em 1903 e, em 1963, a ponte foi desativada em função do encerramento das atividades férreas na região. (ENGELMANN, 2004). Mesmo assim, em 1970, foi inaugurada uma nova ponte no local, desta vez construída com material mais consistente, feita de concreto, deixando as pontes de madeira apenas nos registros históricos.

Apesar do curto período em que as ferrovias da região foram utilizadas, o transporte ferroviário foi um grande impulsionador no desenvolvimento da região, favorecendo o escoamento da produção agrícola, contribuindo desta forma para o aumento da população. Com este novo processo de desenvolvimento, teve início também a urbanização e industrialização da região.

A expansão da colonização seguia fervorosa, tanto que, após 30 anos, desde a sua chegada, as áreas ocupadas pelos imigrantes já representavam 5,8% do total; porém, a área verde diminuira para 30,7%. Em 1914, estes dados já apresentavam outros números, restando 25% de área verde, contabilizando um desmatamento de 11,5%. (ROCHE, 1969). Segundo o inventário florestal realizado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), em 1983 havia apenas 5,62% de mata nativa, mas, com as políticas ambientais e a criação de reservas de proteção ambientais, algumas áreas puderam ser regeneradas, a cobertura vegetal aumentou para 17,5%; porém, a vegetação era secundária. (BUBLITZ, 2006).

A poluição do solo e dos recursos hídricos também deve ser considerada no levantamento histórico do desbravamento da floresta pelos imigrantes, pois, para garantir a boa fertilidade da terra, foi necessária a introdução de herbicidas e de agrotóxicos, a partir da década de 60, com a chamada “Revolução Verde”, marcando de forma vertiginosa o florescimento das colônias e o desaparecimento da floresta. (BUBLITZ, 2006).

Na região situada na zona de Serra, conhecida como Boa Esperança, a mata nativa encontra-se preservada; nessa área de encosta, que abriga os afluentes do rio dos Sinos, já existe uma mata secundária; no entanto, a mata de araucárias está presente em toda a região, mas de forma descontinuada em função do desmatamento, tornando a paisagem desta espécie fragmentada.

As alterações da flora e fauna da mata atlântica, na região do Vale do Paranhana, são difíceis de mensurar, em função da falta de registros de todas as espécies existentes à época e de inventários mais recentes do que restou neste processo de transformação da floresta com sua biodiversidade. Mas, pode-se observar nos registros de Roche (1969) que a cobertura florestal do Rio Grande do Sul, por volta de 1850, era de 36%, enquanto a área desbravada era de apenas 0,5%.

Segundo Inventário Florestal realizado pela Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, publicado em 2010, a cobertura florestal nativa em seus estágios iniciais, médios e avançados de sucessão, na Bacia do rio dos Sinos, é de 1.652,74 km², correspondendo a 0,585% da cobertura do estado, enquanto que 19,51 km² correspondem à área de reflorestamento com eucaliptos, pinus e acácia-negra.

A permanência dos jerivás por toda a mata atlântica é um fato bastante curioso, pois, apesar de todas as áreas terem sido desmatadas integral ou parcialmente, esta espécie de coqueiro permanece imponente por toda sua extensão. Na mata atlântica foram catalogadas 40 espécies de palmeiras, algumas, inclusive, ocorrem somente neste bioma, sendo consideradas espécies endêmicas. (LORENZI, 2004).

Com relação à botânica do coqueiro, este possui características peculiares, pois o fruto é fonte de alimento de vários pequenos animais – aves e mamíferos –, sendo inclusive utilizado na culinária brasileira, principalmente o palmito. A madeira, apesar de não ser considerada nobre, foi utilizada em algumas construções, principalmente nas áreas rurais.

O jerivá, como é mais conhecido, possui um alto valor ornamental, pois o crescimento é rápido, a árvore exige poucos cuidados, as raízes não são profundas, sendo muito utilizado na arborização de ruas e jardins, conferindo um aspecto tropical ao ambiente. O plantio do jerivá é ainda utilizado na recomposição de áreas degradadas, em plantios mistos, considerando sua resistência ao transplante, mesmo as árvores adultas. (LORENZI, 2000).

Apesar dos esforços em manter as áreas de preservação, principalmente pela necessidade de conservação da mata ciliar das margens dos rios, que formam suas importantes nascentes, as necessidades criadas pela atividade antrópica, seja por questões de sobrevivência, seja pela era de consumo voltada para o capitalismo, devem ser igualmente consideradas. O modo de produção mais voltado para o consumo imprime um novo modo de vida que, inclusive, confunde “qualidade de vida com quantidade de coisas”. (KASPARY, 2014).

O calçado e a industrialização na região

A industrialização – iniciada ainda na década de 20 na região – principalmente de aglomerados calçadistas, também teve uma parcela significativa para o impacto ambiental na região do vale do Paranhana. A história do calçado, no vale do Paranhana, se confunde com o processo de colonização e das migrações alemães na região, pois foram estes que trouxeram o conhecimento do curtimento de couros, das técnicas de fabricação de arreios, selas, artigos de montaria e, principalmente, a fabricação de

calçados rudimentares, a partir das aparas de couro. Estas atividades promoveram a expansão das colônias ao longo do rio dos Sinos e de seus afluentes, incluindo o Rio Paranhana – inicialmente chamado de rio Santa Maria. (CALANDRO; CAMPOS, 2013).

A primeira fábrica de calçados da região data de 1922, na cidade de Três Coroas e, segundo o pesquisador Armindo Lauffer, em 1959 o município já contava com nove fábricas de calçados. (ENGELMANN, 2004). A partir da década de 60, com a internacionalização do mercado, ocorreu uma forte ampliação da área produtora, abrangendo todas as cidades da região e transformando novamente a geografia, bem como a economia das cidades. Nesse período até a primeira década de 2000, a economia da região cresceu 20% mais do que o Rio Grande do Sul; se for considerado apenas o crescimento industrial, o percentual foi ainda maior. No entanto, com o crescimento industrial e a forte participação da economia da China, no mercado mundial, houve uma queda significativa na exportação de calçados, com uma consequente queda na produção.

Apesar da crise do setor para a exportação – a partir da primeira década de 2000 –, com a economia interna crescendo, os aglomerados calçadistas mantiveram uma forte participação no PIB do Rio Grande do Sul. (CALANDRO; CAMPOS, 2013). Esta permanência da indústria também se deve às alterações nos processos de fabricação e recuperação dos danos ambientais gerados por décadas.

A indústria calçadista foi uma grande fonte poluidora, desde o curtimento do couro até o produto final. (OLIVEIRA, 2010). Porém, com novas legislações ambientais, todo o setor precisou se reorganizar, no sentido de criar metodologias específicas para o processamento do couro; os processos de fabricação diminuindo consideravelmente os subprodutos, resíduos sólidos e efluentes, houve a necessidade em alguns casos de substituir completamente alguns componentes, como o cromo, que foi o responsável pela mortandade de várias espécies aquáticas. (CONSEMA, 2006).

O impacto ambiental gerado pela indústria, no processo de colonização e na urbanização da região, ainda afeta o desenvolvimento econômico local. Este impacto também afeta outras regiões em razão de o vale do Paranhana ser banhado por importantes fontes hídricas afluentes dos rios locais e estes, por sua vez, são afluentes do rio dos Sinos que, além de ser utilizado para consumo humano, ainda é utilizado na agricultura para irrigação e também na indústria. (SEMA-RS, 2010).

Além das fontes hídricas afetadas pela indústria calçadista, o crescimento da população também deve ser considerado nas transformações ambientais, pois, com a demanda por mão de obra na região, houve um aumento da população urbana; este processo ocorreu em função das migrações do rural para o urbano, e ainda de regiões vizinhas. A taxa de urbanização no período foi superior à taxa de urbanização no estado.

O percentual de crescimento da população foi de 4,72% a.a., enquanto que, no estado, foi de 1,48% a.a. (GALVÃO, 1999). Apesar da forte industrialização e do desenvolvimento gerado, a região do Paranhana ainda é dependente da região do vale dos Sinos, uma vez que os insumos demandados pelo setor calçadista advêm do vale dos Sinos.

Considerações finais

As consequências deste impacto ambiental, provocado pela colonização a partir do século XIX, ainda são desconhecidas em sua maioria, pois não envolvem apenas o desmatamento da floresta primária da mata atlântica. As alterações ocorreram na mudança da paisagem natural, na cultura de forma geral, nos hábitos alimentares e estilos de vida, na alteração da flora e fauna, com severas extinções; na alteração no curso de rios, e na extinção de outros; na criação de políticas ambientais, entre outros aspectos. Porém, algumas destas alterações podem ser definitivas e provocar novos ciclos de mudanças, como é o caso das alterações no clima, novas migrações, etc.

A preservação da mata ciliar também é o foco dos principais projetos de preservação e recuperação de áreas afetadas por desmatamentos ou por poluição, ou ainda pela contaminação de solo e da água das atividades antrópicas. No Brasil, atualmente existem diferentes organizações independentes ou do próprio governo, criadas a partir das legislações e políticas públicas para a manutenção e recuperação da mata atlântica, como um todo; porém, não há como diagnosticar com exatidão quais foram as áreas mais afetadas e como restaurá-las, considerando que a natureza está em constante processo de transformação, seja pelas atividades humanas, seja pelas naturais.

O objetivo deste trabalho foi estudar a forma de colonização dos imigrantes alemães frente ao meio ambiente, buscando analisar as dificuldades enfrentadas, o modo como desbravaram as terras, consideradas por eles selvagens; o conhecimento que adquiriram com a conquista da terra nova, bem como algumas derrotas superadas. É importante ainda destacar o desenvolvimento das regiões colonizadas, a partir do desbravamento da mata atlântica, as diferenças entre as regiões pelos também diferentes colonizadores ou pelos diferentes processos de colonização.

Embora alguns pesquisadores vêm incluindo as questões ambientais na historiografia regional, é importante destacar as dificuldades nos registros históricos, com relação ao processo da transformação ambiental que esta região sofreu no período de colonização. Das poucas imagens registradas, destaca-se o jerivá, que se mantém imponente depois da conquista dos alemães e algumas imagens que visam a conservação do registro das obras físicas enquanto patrimônio histórico, não

considerando o meio ambiente como patrimônio e como fonte para o entendimento das transformações ambientais e humanas.

Referências

AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BERNARDES, M. C. *A silvicultura em Rolante/RS*. 2011. TCC (Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2011

BLOCHTEIN, B. et al. *Manual de boas práticas para criação e manejo racional de abelhas sem ferrão no RS: guaraipe – Melipona bicolorschrenckii, manduri – Melipona marginata obscurior, tubuna – Scaptotrigona bipunctata*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

BRASIL. *Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1965.*

BRASIL. *Constituição (1988)*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUBLITZ, J. História ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul: o avanço na mata, o significado da floresta e as mudanças no ecossistema. *Revista Tempos Históricos*, Paraná, v. 15, n. 2, p. 239-267, 2011.

_____. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XI, n. 2, p. 323-340, 2008a.

_____. O recomeço na mata: Notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Revista Unisinos*, dossiê especial sobre história ambiental, v. 12, n. 3, p. 207-218, set./dez. 2008.

_____. Desmatamento civilizador: a história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul (1824-1924). In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília. 2006. *Anais...* Brasília, 2006.

CALANDRO, M. L.; CAMPOS, S. H. *Arranjo Produtivo Local calçadista Sinos – Paranhana*. Porto Alegre: FEE, 2013.

CEEE-GT – Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Divisão de Meio Ambiente – DMA. *Plano de uso e ocupação do solo no entorno do reservatório da UHE Canastra*. Profill Engenharia e Ambiente Ltda. Porto Alegre, 2011.

CONSEMA. *Ata da Nonagésima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente*. Porto Alegre, 2006.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DI BITETTI, M.S.; PLACCI, G.; DIETZ, L. A. *Uma visão de biodiversidade para a ecorregião Florestas do Alto Paraná – Bioma Mata Atlântica: Atlântica: planejando a paisagem de conservação da biodiversidade e estabelecendo prioridades para ações de conservação*. Washington, D.C.: World Wildlife Fund, 2003. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/altoparana_versao_completa_portugues.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

DUARTE, J. M. B.; VARELA, D.; PIOVEZAN, U.; BECCACECI, M. D.; GARCIA, J. E. *Blatocerus dichotomus* IUCN: Red List of Threatened Species. 2008. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org/details/2828/0>>. Acesso em: abr. 2015.

ENGELMANN, E. G. *A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha: E.G. Engelmann, 2004. 3 v.*

GALVÃO, C. A. *Sistemas industriais localizados: o vale do Paranhana – Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul. Brasília, IPEA, 1999.*

GEHRKE, R. *Meliponicultura: o caso dos criadores de abelhas nativas no vale do rio Rolante. 2010. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.*

HARRISON, R. P. *Forests – Shadow of Civilization. Chicago: University of Chicago Press. 1993.*

HÖRMEYER, J. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional (1854). Porto Alegre: D.C. Luzzatto e Eduni-SUL, 1986.*

IBAMA/MMA. *Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite acordo de cooperação técnica MMA/IBAMA. Monitoramento do bioma Mata Atlântica – 2002 a 2008. Brasília: IBAMA e MMA, 2010. 42 p. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/mataatlantica/RELATORIO_PMDBBS_MATA_ATLANTICA_2002-2008.pdf>. Acesso em: fev. 2015.*

JAHN, Adalberto. *As colônias de São Leopoldo na Província Brasileira do Rio Grande do Sul e reflexões gerais sobre a imigração espontânea e colonização no Brasil. Leipzig: Biblioteca Nacional, setor de obras raras, código 103, 5, 3. 1871.*

KASPARY, R.M.; FRÖLICH, E. R. A problemática ambiental no contexto da ciência. In: Seminário NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2014.

LORENZI, H. et al. *Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2004.*

LORENZI, HARRI. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 3. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2000. v.1.*

MAHUS, J. *Fitossociologia e regeneração natural de um fragmento de Floresta Ombrófila Mista Exposto a perturbações antrópicas. 2002. Dissertação (Mestrado) – Unisinos, São Leopoldo, 2002.*

MAGALHÃES, D. R. F. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale dos Sinos. 2003. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2003.*

MELLO, H. *Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1868.*

OLIVEIRA, C. C. de A. *Análise do sistema da gestão ambiental nas empresas de calçados de Campina Grande, com base nas normas ISO 14.001. 2010. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Campina Grande, 2010.*

PÁDUA, J. A. A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, 2000.

PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.*

PANTE, A. R. *Aplicação de instrumentos de gestão de recursos hídricos na bacia do rio Paranhana*. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

REINHEIMER, D. N. (Org.). *Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT, 2005.

RIFFEL, E.; GUASSELLI, L.A. Ocorrência de movimentos de massa na bacia hidrográfica do rio Paranhana – RS. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 39, p. 193-209, jul. 2012.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 1, 2.

SEIDLER, C. *Dez anos no Brasil*. Trad. e notas do general Bertoldo Klinger; prefácio e notas do coronel F. de Paula Cidade. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976.

VICTOR, M. A. M. et al. *Cem anos de devastação: revisitada 30 anos depois*. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SCHIERHOLT, J. A. *Sesquicentenário da imigração alemã-biênio da colonização e imigração*. Lajeado, 20 jul. 1974.

SEMA-RS. *Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul*. bacia hidrográfica do rio dos Sinos. Porto Alegre. 2010. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/>>.

Cidade sem projeção: a preservação do patrimônio edificado em cidade de imigração italiana: La Plata e Caxias do Sul

Marcelo Caon

Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Diante do desenvolvimento industrial implantado, em alguns países europeus desde o século XVIII, sob o estandarte do progresso intenso, houve uma dissociação do projeto da cidade moderna. Aquilo que Habermas destacou como as patologias dos tempos modernos, era a distinção entre os processos de modernização e a modernidade cultural. (FREITAG, 2005, p. 169). Em relação ao primeiro, seus atores eram o Estado e a economia, nos quais a linguagem é secundária e se relaciona com o mundo, por meio da reprodução material, do trabalho, do lucro e dos mecanismos autorreguladores (dinheiro e poder), que são regidos pela racionalidade instrumental. Quanto ao segundo, trata-se de um campo da razão comunicativa, lugar onde o “mundo vivido” enfatiza a autonomização no seu interior e onde a língua e as tradições podem ser modificados, dependendo dos questionamentos destas certezas e regulados à medida que são aceitos através do discurso prático. O conflito se dá quando o processo de diferenciação e autonomização (concepções da cultura) entra em crise, ou seja, a modernidade cultural reduz seu campo de atuação, devido a uma contaminação pela razão instrumental ou racionalização, principal característica da modernização societária. A colonização do “mundo vivido” pelo “sistema” influencia as instituições culturais que deixam de funcionar segundo sua expressividade e passam a funcionar em decorrência apenas do lucro ou como forma de poder.

Vale então observar como essa “modernidade” dá lugar à outra que está sob o impacto da racionalidade instrumental, modificando os conceitos de valores, patrimônio e preservação. Nesse quadro, a nova modernidade afasta o *ser* definitivamente, em que os homens perdem pontos de referência, ficando à deriva no infinito mar do *devir*. (BAUMER, 2000, p. 36). Já em pleno século XX, será multiplicada a potencialidade desta sociedade que Lipovetsky passou a denominar de hipermoderna. Assim, a cidade e o patrimônio daqueles países, que ainda estão sob a sombra de um desenvolvimento industrial, de certa forma recente, como é o caso de Brasil e da Argentina, já recebem os efeitos de destruição e reconstrução de seu núcleo urbano e rural. Se antes a beleza arquitetônica é a expressão sensível do poder (FOUCAULT, 2003, p. 159), a partir da segunda metade do século XX a arquitetura, como linguagem do poder, poderia ser traduzida na aceleração da produção arquitetônica, como fator obliterador de quaisquer resquícios de memória. Entretanto, nem todos ficam submetidos ao silêncio do respeito,

da veneração ou do terror. A destruição gera seu oposto, como forma de ressignificação e permanência de pontos de convergência, que voltam a ser associados a práticas de Estado, mesmo que a apropriação do espaço seja movida pela especulação imobiliária. Hoje, em uma *sociedade em busca de valores*, a arte de transformar em patrimônio e preservá-lo corresponde à mesma manifestação de poder e resistência.

O escopo que orienta esse trabalho se constituiu durante o processo de pesquisa histórica sobre o mundo urbano, onde observou-se a capacidade que a sociedade contemporânea possui de alimentar um conjunto de representações tanto utópicas quanto conservadoras, cada vez mais elaboradas, e geradas da convicção de um progresso permanente. A meta do progresso ou avanço, como empreendimento humano, parece cada vez mais utilizada como um estilo do homem, ao lidar com os problemas apresentados pela natureza ou pelo próprio esforço humano. Secular ou religioso, decadente ou ciclicamente recorrente, este tema está posto sobre a cidade e em suas formas, cabendo a este estudo um desenvolvimento mais acurado sobre de que forma isto é revelado no urbano, no patrimônio cultural, nas edificações.

Primeiramente, embora as cidades pesquisadas fizessem parte de países fronteiriços, cabe ressaltar que, a partir do século XIX, houve aspecto identitário em torno das populações de imigrantes, pois estava em curso um novo arranjo de formação da ideia de nação, na construção dos respectivos Estados Nacionais, bem como a legitimação daqueles Estados.

A cidade de La Plata (1882-1884) estava inserida no processo de reorganização política da Argentina, que culminou na federalização da cidade de Buenos Aires, funcionando como capital federal da república e capital da província. Uma cidade feita **por** imigrantes.

Por outro lado, embora o espaço urbano de Caxias do Sul (1875) não tivesse sido criado, para substituir a capital da província do Rio Grande do Sul, ele estava inserido em um pacto entre os Estados Nacionais, para a utilização da mão de obra mais variada em atividades produtivas, incluindo o povoamento das terras do Império, localizadas na região nordeste da província. Um núcleo urbano **paraimigrantes**.

Diante da constituição da ideia de nação da Argentina e do Brasil, houve semelhanças, tais como um esforço das elites locais (SÁ, 2013, p. 14) que, confrontadas com uma variedade de culturas, de interesses regionais e com a diversidade étnica, inventaram a ideia de nação como o único argumento capaz de ordenar a sociedade e garantir seu controle sobre ela. Em boa medida, se converteu, em legitimação política do Estado contemporâneo, a manutenção de símbolos, aqui monumentos históricos que pudessem ordenar um modelo única de identidade: a nacional.

Passado um século, os países do Ocidente europeu, bem como os países da América Latina, tiveram em sua organização político-econômica alterações substanciais que levaram à mudança considerável entre a década de 70 e início de 80, após um relativo arrefecimento dos poderes nacionais, constituídos nas ditaduras militares, que veio somar-se aos debates culturais originados pela Unesco durante o mesmo período.

Foi necessário pensar como, após um século da formação urbana, os vestígios foram preservados e se, em caso positivo, quais suportes ideológicos são utilizados para mantê-los preservados ou destruídos. Assim, surgem Caxias do Sul e La Plata, que serviram como metonímias comparativas entre Brasil e Argentina, verificando se as políticas e as práticas de preservação se dão da mesma forma, se se contrapõem ou se se complementam de alguma maneira.

Frente a uma nova forma de pensar o antigo projeto de modernidade, conhecido como “hipermodernidade”,¹ o patrimônio edificado, lido através das preleções sobre a morfologia urbana, revela novos embates sob a mercantilização da etnia, prática da indústria cultural, ou o consumo ou a homogeneização da alteridade.

Entretanto, através de uma pesquisa relativamente minuciosa, conseguiu-se suporte documental que dá conta de afirmar como originou-se esse embate. A partir de tal estreitamento com as publicações comemorativas, leis, os relatórios municipais de ambas as cidades, foi possível contrapor documentos que iam contra a corrente do “desenvolvimento a qualquer custo”. Sobre elas foi possível propor importantes perguntas, tais como: Quais formam os princípios e conceitos metodológicos que, no final do século XX, orientaram as gestões sobre a preservação do patrimônio histórico edificado dos centros urbanos, formados a partir da imigração italiana no Sul do Brasil e Argentina? Como mais detalhadamente o patrimônio nestas cidades foi tratado pela própria comunidade, diante da mudança destas paisagens históricas? Que valores foram operados por estes grupos preservacionistas, para configurar seu “sentimento de pertença”? Como se estabeleceu, no final do século XX, a relação entre as políticas oficiais de preservação e os interesses de ordem econômica?

Boa parte das publicações comemorativas centenárias das respectivas cidades apontam para a formação patrimonial significativa. Em muitos casos, a produção da imagem cria um contexto no qual as cidades são exibidas como produto da engenhosidade dos seus habitantes acompanhado do crescimento contínuo. Essa proposição se associa ao desenvolvimento produtivo, comercial e industrial,

¹ O pensamento dominante durante o período moderno era o de que o homem era o que ele fazia, e, portanto, quanto melhor a produção condicionada pela ciência, à tecnologia ou à administração, melhor seria a organização da sociedade, pois regulada pela lei transforma a vida que passa a ser animada pelo interesse de se libertar de todas as opressões. consumista como organização do presenteísmo, cujos efeitos são tão carregados de perigos, quanto de promessas.

apresentado como sinônimo da modernidade e vetor de transformações urbanas e arquitetônicas.

De igual maneira, o Poder Público municipal, em ambas as cidades, propunha a elaboração de estudo sobre a morfologia urbana e sua respectiva representação nas edificações urbanas o que não apenas serve de apontamento como análise econômica e política do fenômeno urbano, como também faz pensar que as cidades estão desprovidas de referências simbólicas.

A partir de então houve uma reformulação dos imaginários e das identidades locais, resistentes ao processo de globalização: a preservação do patrimônio não busca perpetuar o passado, mas, segundo Poulot, a preservação representa um patamar de referência, um conjunto de permanências por meio das quais as sociedades se reconhecem, se identificam, constroem e reconstróem os seus valores e sua trajetória. (POULOT, 2009. p. 19).

Nesse campo de preservação é possível perceber as atividades classificatórias como modo de manter protegido um sentimento de pertença, e até de resistência, diante de um mundo que não seduz mais e que evidencia uma fase de esgotamento de seu projeto moderno.

Para isso o ano de 1975 serve como ponto de partida para compreender como se deu o processo inicial de preservação, no Município de Caxias do Sul, na medida em que a data tornava-se um marco do centenário da chegada dos imigrantes italianos e, portanto, foi utilizada ideologicamente na organização na valorização excessiva da cultura italiana regional.

Já em 1982, ocorreu o centenário da cidade de La Plata, quando, com a finalização do processo ditatorial, surgiu em toda a Argentina uma ampla investigação de conservação cultural das mais distintas etnias, na formação da cultura do país, bem como um aprofundamento sobre o quesito patrimonial, pois poucas edificações de distintas etnias haviam sido preservadas. Nesse momento, a Universidade Nacional de La Plata inicia uma diversidade de intercâmbios e estudos sobre a história da própria cidade, em diferentes campos: arquitetônico, político, econômico.

Quanto aos anos de 90, ambas as cidades produziram novos inventários, com muitas alterações em relação aos primeiros levantamentos, inserindo o patrimônio em uma nova classe internacional, que levava os territórios ao *status* de cidades culturais.

No caso platense, ocorreu um sério debate sobre a possibilidade de a cidade se tornar patrimônio mundial pela Unesco, o que preparou um novo inventário para servir de base para a postulação da cidade como patrimônio da humanidade. Além disso, a Faculdade de Bellas Artes da Universidade Nacional de La Plata lançou um projeto com

novas abordagens valorativas sobre o patrimônio, traduzidas pela recuperação sensível das edificações para sua proteção legal.

As abordagens visuais, apresentadas nas publicações comemorativas do centenário e/ou comemorações subsequentes das cidades, tiveram funções distintas dos levantamentos inventariais. No primeiro caso, trata-se de veículos de informação que têm o objetivo de produzir em seu receptor a elaboração de uma cidade em expansão, sem contradições, ordenada, com novos espaços de sociabilidade. Entretanto, um novo tipo de prática de leitura, mais rápida e dinâmica, foi criada. Segundo Monteiro (2007, p. 174), as imagens parecem dizer “foi assim que aconteceu”, permitindo gerir novos significados do processo de modernização que, embora sejam mais rápidos, são mais superficiais e menos reflexivos.

No segundo elemento, o inventário traz consigo um outro tipo de forma de leitura, compreendendo a ampla necessidade de reconhecer os bens culturais e as ações necessárias para a salvaguarda do patrimônio, os acirramentos e os valores gerados por percepções de mundos, baseadas em conceito de progresso completamente díspares.

Daí a necessidade de comparar a documentação desvelando os diversos sentidos de progresso atribuídos ao campo das formas urbanas.

Na observação da documentação, é possível pensar uma comparação, tal como propunha Marc Bloch, em que utilizamos a “história-problema comparada”, na medida em que o problema afeta dois recortes espaciais que se inserem em uma mesma temporalidade. (BARROS, 2014, p. 49). Pode-se dizer que, sob os efeitos da globalização e da hipermodernidade do final do século XX, os administradores públicos transformavam incessantemente a morfologia urbana, indicando problemáticas mais profundas na identidade da cidade. Surgem, nesse ínterim, Caxias do Sul e La Plata, unidos por um problema em comum, pois, a partir de um mesmo recorte temporal, tendo em vista suas especificidades em dois recortes espaciais, é possível pensar uma terceira dimensão sobre o patamar de referências representadas pela preservação do patrimônio.

Assim, grupos ligados às áreas de preservação de ambas as cidades estiveram envolvidos com projetos de exaltação nacional relativos ao seu aspecto cultural: La Plata, em 2004, postulou, perante a Unesco, a possibilidade de tornar-se patrimônio mundial, enquanto no ano de 2007 Caxias tornou-se a capital da cultura nacional, segundo o Ministério da Cultura. No caso de ambos, a prática demonstrava-se diversa, daí a necessidade de desvelar significados, produzir inferências a partir de uma abordagem interdisciplinar.

A fim de organizar essa abordagem, utilizou-se metodologia para auxiliar e investigar sobre o próprio texto, conhecida por alguns como “análise de conteúdo ou

análise textual qualitativa”, que produz, dentre seu conjunto técnico, algumas indagações respeitáveis sobre nosso *corpus*, tais como: como e por que foi produzido? Para quem foi enviado? Qual o efeito causado por ocasião da publicação? Enfim, sendo uma construção social e expressão da existência humana, o texto elabora e desenvolve representações em determinados momentos históricos. (BARDIN, 2011, p. 42).

O objetivo é utilizar a imagem como forma de pensar a relação do homem no seu cotidiano e no uso social que faz da própria imagem: na contemporaneidade, a noção da imagem como documento é de suma relevância, na medida em que ela se entrelaça ao texto escrito para produzir determinada influência e legitimação sobre um público.

Dessa maneira, o impasse apresentado pela concepção de Progresso, ligado à Modernidade e Hipermodernidade, decorre da singular e incomoda circunstância, devido a qual a atual sociedade pós-industrial, ao contrário de outros macrossistemas que a antecederam, não nasceu a partir de um modelo preexistente, de um paradigma já elaborado e compartilhado, mas, sim, de agregações sucessivas de ideias parciais, tecnologias surpreendentes, produtos supérfluos, ritos afligidos, comportamentos insanos, antes mesmo que alguém teorizasse e definisse suas características, a planejasse, a protegesse e lhe desse um rumo.

Le Corbusier chama de *estilo Positanos*, “a urbanística resultante de agregação sucessiva, acidental, de casas, praças e ruas num determinado habitat”. Fugindo da prática realizada e esquadrinhando um pouco de referência poética, ilustra-se com Buarque de Holanda: na América Latina, distinguia-se por sua vez as cidades espanholas, minuciosamente planejadas pelos colonizadores espanhóis, que se portavam como ladrilhadores; das cidades lusas, amontoadas de qualquer maneira pelos colonizadores portugueses, que se comportavam como semeadores, espalhando as sementes ao vento. Embora isso não seja realmente o que ocorrera, podemos inferir ao mundo composto pelas ideias que refletem-se nas ações sobre as edificações. Positano e as cidades brasileiras (exceto Brasília) podem ser consideradas metáforas da nossa sociedade pós-industrial, que nos desnorteia devido à falta de um modelo geométrico capaz de aliviar a nossa perturbação. Possivelmente, a tentativa de controlar esse espaço também já não obtem sucesso na organização cultural da urbe, o que caracteriza a falha do projeto moderno.

Por fim, embora La Plata e Caxias do Sul sejam oriundas da colonização espanhola e portuguesa, uma problemática as aproxima no final do século: o estilo Positano do patrimônio, pois no mundo hipermoderno, onde a ruína é corrompida pelo tempo e vilipendiada pela incúria público-privada, tornando-se um empecilho para o “aqui-e-agora” presenteísta, é necessário avaliar o que motiva sua rápida substituição. Quando isto não se concretiza, subexistindo o vestígio, as ações logo tornam tais

edificações produtos de consumo. Sobre os patrimônios edificados, ergue-se a possibilidade de *revitalização*, que por vezes oculta a forma pela qual estes sinais podem ser “empacotados para a venda”. Entretanto, para efetuar a negociação, é necessário um invólucro que deve envolver o artigo de maneira a afagar o comprador. Dessa forma, modifica-se a embalagem para dar contornos modernos, higienizáveis, assépticos, minimalistas. Mesmo assim, haverá os que não gostam deste novo exemplo de recipiente, tão pouco se importam com o conteúdo. É nesta etapa, então, que é colocada sobre o produto uma fita em forma de laço. Sua função é dupla: colorir o produto e, além de seu alcance físico, transmitir uma mensagem que crie em seu consumidor uma espécie de identidade. Para garantir o adepto, ainda traz no artilho uma espécie de transferência afetiva hereditária, que muitas vezes sequer existe. Logo, depois do processo, o bem é comprado e consumido. Promete em seu signo um estímulo e, por vezes, a exclusividade. Apesar disso, seu teor nada mais é que a ininterrupta repetição do mesmo. O patrimônio histórico hipermoderno significaria essa metáfora. O conceito criado para sua preservação se vincula a um tipo de “identidade”. Esta fita, criada sob a fantasia da distinção, liga e traz o sujeito, moldado pela ética do capital, para perto de si seduzindo-o a consumir a alegoria. Contudo, o produto em si nada mais é que um modelo “artístico” padronizado, que encobre o vestígio. Logo, apagado este resquício dá lugar a outro objeto que foi redefinido através de um passado fantasioso. Quanto ao consumidor, pensa estar levado algo enraizado e paradoxalmente legitimamente novo. Cabe a esse estudo, realizado como tese de doutoramento, desvelar como isso sucedeu ou de que forma cidades distintas geograficamente, mas próximas culturalmente, estiveram inseridas nessa trama que ocupa as agendas de grupos de pesquisas sobre a cidade.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Ed.70, 2011.
- BARROS, José D’Assunção Barros. *História comparada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BAUMER, Franklin. *A História do Pensamento Moderno Europeu*. Lisboa: Ed. 70, 2000.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2003.
- FREITAG, Bárbara. *Dialogando com Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

HABERMAS, Um projeto inacabado. In: ARANTES, O.; ARANTES, Paulo. *Um ponto cego do projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LE CORBUSIER, Charles-Edouard Jeanneret. In: De MASI, Domenico. *O futuro chegou*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LIPOVESTKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. *Revista Brasileira de História – ANPUH*, v. 27, n. 53, jan./jun. 2007.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ROLMIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

Colonização, mineração e projeto modernizador no Sul de Santa Catarina na segunda metade do século XIX

Paulo Sérgio Osório

Coordenador do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc

O texto que estamos apresentando é um recorte da pesquisa de doutoramento iniciada em 2015, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que versa sobre inquietações referentes ao processo de ocupação e exploração econômica da Região Sul de Santa Catarina, mais especificamente nas encostas da Serra Geral, durante a segunda metade do século XIX, período marcado pela chegada à região de sucessivas levas de imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses, letos, entre outros) trazidos da Europa pela Empresa Colonizadora Grão Pará e a concessão de uma área destinada à exploração do Carvão Mineral ao Visconde de Barbacena.¹

Ao abordar essa questão, consideramos relevante pensar que ambos os “empreendimentos/ projetos”, seja a colonização da Região Sul por meio da Empresa Colonizadora Grão Pará, seja a área concedida ao Visconde de Barbacena para a exploração do carvão mineral, ocorreram dentro do mesmo recorte espacial e temporal, ou seja, nas encostas da Serra geral e na segunda metade do século XIX, coincidindo com o período em que vigorou a “Nova Lei de Terras” aprovada e posta em prática pelo governo imperial, a partir de 1850.

Desse modo, abordaremos as experiências relacionadas ao processo de colonização e de exploração do carvão mineral, na Região Sul de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX, estabelecendo um comparativo entre os “empreendimentos” (mineração e colonização) com o projeto maior do governo imperial brasileiro, para “civilizar” e “modernizar” o Sul do País, principalmente a partir da Nova Lei de Terras de 1850.

Entendemos que, embora cada um dos projetos (colonização e mineração) apresente suas especificidades, a comparação entre eles pode nos auxiliar na compreensão de um amplo projeto posto em prática pelo Império brasileiro, visando à ocupação e ao “desenvolvimento” dessa área de terras entre as encostas da Serra Geral e o Litoral.

Em agosto de 1881, a empresa Lecocq, Oliveira e Cia., contratada pelo governo imperial, emitiu o relatório dotal que avalizava as terras que viriam a se tornar dote da princesa Isabel, quando do seu casamento com o Conde d’Eu; essas terras, que seriam

¹ O político e diplomata baiano Felisberto Caldeira Brandt Pontes, mais conhecido por Visconde de Barbacena e cuja família tinha muita influência no governo do Império e em Londres/ Inglaterra, foi o primeiro a explorar o carvão catarinense de forma capitalista.

vendidas a colonos imigrantes por intermédio da Empresa Colonizadora Grão Pará, empreendimento de S. S. A. A. I. I. (Suas Altezas Imperiais). Na ocasião, os príncipes nubentes poderiam escolher entre essas terras que viriam a se tornar Colônia Grão Pará e outras duas áreas. Uma mais ao Sul de Santa Catarina, mais especificamente entre Araranguá e Sombrios e outra no Espírito Santo.

O documento faz insistentes referências à presença do carvão mineral na região e, portanto, às riquezas existentes no subsolo, além do traçado da estrada de ferro que, se contando a colônia em direção ao lugar conhecido por Minas (concessão de Barbacena), faria desenvolver e prosperar o patrimônio dotal.

Acerca da avaliação que a empresa Lecocq, Oliveira e Cia. faz das terras de Araranguá, em comparação com as terras escolhidas, o documento faz a seguinte descrição:

Si o Araranguá possuía, por outro lado, mineraes, o actual Patrimônio também os possui, em não pequena quantidade. Uma empresa bem fundada, e com capitães sifficientes, depois de explora-lo em sentido agrícola, poderia volver sua atenção para a parte mineralógica. [sic]. (Relatório DOTAL, 1881, p. 25).

O relatório dotal, além de apontar para a qualidade das terras agricultáveis, também faz menção aos minerais, entre eles, o carvão; além disso, há os investimentos capitaneados pelo Visconde de Barbacena, para explorar o carvão e para a construção de uma rede férrea que, para chegar a Minas, cortaria a colônia.

Muita gente falla nas terras das margens do Oratório com o entusiasmo de quem, sendo lavrador, deseja ter sahida para seus produtos, ansiosamente espera a conclusão da estrada de ferro. Logo que ella chegue, ou mesmo antes, quando estiver próxima, a concurrencia para aquelle lados das terras há de ser imensa. E, na verdade, a primeira vista, parece ser justa essa previsão, porque, devemos confessar que, logo que a Estrada chegue ao seu ponto terminal – a estação da mina de carvão – os estabelecidos nas margens do ‘Oratório’ serão os mais favorecidos em vista do seu meio singelo e rápido de condução e de entrada e sahida de e para suas terras. As terras ahi já começam a ter valor, com a construção da Estrada. Dentro de três ou quatro anos, mais ou menos, os ‘Waggons’ descerão repletos de riquezas mineraes e produtos agrícolas – até beira mar, e o mercado amplo e franco será então mais fácil para os colonos do Oratório do que para os dos diversos outros pontos que ficão mais afastados da Estrada de Ferro. [sic]. (Relatório DOTAL, 1881, p. 28-29).

O relatório é apenas um dos vários documentos que compõem o acervo da extinta Empresa Colonizadora e que hoje se encontra sob a guarda do Centro de Documentação Histórica “Plínio Benício” do Centro Universitário Barriga Verde (Unibave) na cidade de Orleans, município cujas terras compreendiam parte significativa da antiga colônia.

Em seu acervo, podemos encontrar mapas, relatórios diversos, cartas, registros de terras, títulos provisórios de terras, cadernetas de campo dos agrimensores, entre tantos outros.

Também cabe mencionar que a história, dentro do recorte espacial e temporal que escolhemos, é o resultado da combinação de diversos fatores de ordem interna e externa, cuja origem encontra-se nas relações estabelecidas entre o governo imperial brasileiro e países da Europa, ainda na primeira metade do século XIX.

Zenelatto e Osório assinalam que o século XIX foi

marcado por um conjunto de fatores que vai desde o nacionalismo e dos conflitos internos no continente europeu, que passa pelo advento da revolução Industrial e seus reflexos no mundo, principalmente econômicos e sociais; que trata do empobrecimento da população camponesa, das teorias racistas e dos projetos nacionalistas; do tencionamento pelo fim dos regimes escravistas e a construção identitária degenerativa das populações não europeias, todos responsáveis pelo processo migratório do século XIX. (ZANELATTO; OSÓRIO, 2012, p. 21-24).

Esse conjunto pode explicar melhor o projeto de imigração implementado pelo Império no Brasil ao longo do século XIX, o qual viabilizou a vinda de imigrantes europeus de modo a proporcionar a colonização e a produzir/explorar riquezas nas áreas que passariam a integrar-se à economia nacional, dentro do espírito capitalista, atendendo aos interesses de ambas as nações: europeias e brasileira.

De acordo com Selau, o governo do Império desejava preencher o “vazio demográfico” e tratou de iniciar os estudos e as sondagens necessárias para localizar as áreas de terras em quantidades necessárias para concretizar a implantação dos núcleos coloniais de pequenas propriedades, inclusive no Sul do estado catarinense, para onde tiveram sucessivas levas de imigrantes europeus, desde a primeira metade do século XIX. (SELAU, 2010, p. 22).

No entanto, foi a partir da segunda metade do século XIX, que “apresentou-se uma colonização mais estruturada sem a improvisação até então sentida”. (PIAZZA; HÜBENER, 1989, p. 80). Os autores se referem à nova Lei de Terras (Lei 601, de setembro de 1850) e a criação da “Inspetoria Geral de Terras e Colonização”, de 1879.

Em 1874, por meio da assinatura de um contrato entre o governo imperial e o comendador Joaquim Caetano Pinto, foi iniciada a entrada de imigrantes italianos no Brasil. Ainda de acordo com Piazza e Hübener, “[...] a movimentação de colonos italianos prosseguiu em direção ao vale do rio Tubarão (nosso recorte espacial), a partir de 1877 e daí para outros vales do sul catarinense, como o de Urussanga, do Mãe Luzia e, finalmente, do Araranguá”. (PIAZZA; HÜBENER, 1989, p. 80).

Foi nesse contexto que, em 15 de novembro de 1881, o Conde d’Eu e a Princesa Isabel firmaram contrato com o comendador Caetano Pinto Júnior, responsável pela

entrada de grande quantidade de famílias imigrantes europeias no Brasil. No ano seguinte, o comendador Caetano Pinto criou a Colônia Grão Pará, nas referidas terras dotais cuja sede foi inaugurada em 2 de dezembro daquele mesmo ano. A colônia, financiada por um banco francês, teve como primeiro diretor o norte-americano Charles Mitchel Leslie, o que indica o papel exercido por europeus e ingleses nos empreendimentos que são objeto de nosso estudo. (DALL'ALBA, 1986, p. 15).

De acordo com Dall'Alba, “a Colônia verdadeiramente congrega energias internacionais, ainda mais sabendo que os ingleses estavam abrindo a estrada de ferro na extremidade do Patrimônio”. (DALL'ALBA, 1986, p. 17). O autor, que contribuiu significativamente para a historiografia da região, também foi responsável por trazer à tona o acervo da Empresa Colonizadora que, até a década de 80, encontrava-se depositado em caixotes no porão do prédio da antiga empresa Grão Pará. O autor chama a atenção para a presença do capital estrangeiro, como francês e inglês nos empreendimentos que são objeto de nossa pesquisa.

Por outro lado, acredita-se que o carvão mineral na Região Sul catarinense tenha sido descoberto ainda no início do século XIX pelos tropeiros que transitavam por uma antiga picada de Lages a Laguna e que passava pela bifurcação dos rios Tubarão, Passa Dois e Bonito, na localidade conhecida hoje por Barro Branco. Consta que os tropeiros, quando acampavam para descansar, pernoitar ou preparar suas refeições, acendiam fogueiras e a cercavam com pedras que os auxiliavam na formatação de um rústico fogão e acabaram percebendo que algumas daquelas pedras haviam entrado em combustão. (BELOLLI, 2002, p. 21).

De acordo com Belolli,

a primeira notícia dessa façanha, levada pelos anônimos tropeiros à cidade histórica de Laguna, onde estavam acostumados a embarcar as suas cargas naquele porto, ocorreu em fins do século XVIII. Dali, a notícia se espalhou rapidamente pela província catarinense, chegando ao conhecimento também dos governantes. (BELOLLI, 2002, p. 21-22).

Entre 1827 e 1833, o naturalista alemão Friedrich Sellow inicia pesquisas no Rio Grande do sul e em Santa Catarina, para verificar a existência e a qualidade dos afloramentos de carvão mineral, despertando o interesse do governo imperial e da província, por intermédio de seu presidente Feliciano Nunes Pires, mas essa primeira iniciativa não se concretizou dadas as demandas burocráticas.

Daí para frente, as pesquisas e sondagens se intensificaram ao longo do século, mesmo não resultando na efetiva extração do tão desejado e cobiçado mineral que se tornou importante fonte de energia, principalmente a partir da Revolução Industrial. Foi o caso das prospecções realizadas entre 1833 e 1834 por Alexandre Davidson, dos

estudos realizados pelo francês Guilherme Baulierch entre 1837 e 1838, das investidas do naturalista belga Jules Parigot entre 1840 e 1841, a pedido do governo imperial brasileiro e que também realizou estudos e prospecções na região e tentou empreender uma empresa belgo-brasileira, mas que não frutificou, além dos exames realizados nas jazidas pelo inglês Ebenezer Ebaus em 1850. (BELOLLI, 2002, p. 25-32).

Com o auxílio do geólogo inglês James Johnson, pesquisador das jazidas catarinenses, o baiano Felisberto Caldeira Brandt Pontes, conhecido por Visconde de Barbacena, conseguiu, por intermédio do Decreto 2.737, de fevereiro de 1861, aprovação da concessão de duas léguas quadradas de terras devolutas para explorar o carvão.

De acordo com Zumblick,

em 1861 adquire à Província terras devolutas situadas no local denominado Passa Dois, às proximidades das cabeceiras do rio Tubarão. De posse das mesmas, consegue a permissão para, num espaço de dois anos, constituir uma sociedade visando a pesquisa e a lavra das jazidas carboníferas que, nelas, viesse a descobrir. [...]. (ZUMBlick, 1967, p. 19).

O contrato de concessão para minerar a região, que foi prorrogada por dez vezes, foi ampliado no ano de 1874 por mais uma concessão, o da construção de uma estrada de ferro cujo objetivo era atender o empreendimento minerador, ligando às minas ao Litoral. A última concessão foi dada ao Visconde de Barbacena, no final de 1880. Foi nesse contexto, que o Visconde de Barbacena conseguiu atrair o interesse e o capital dos ingleses, para empreender a exploração do carvão, na área concedida.

Segundo Goularti Filho,

no final do século, o carvão catarinense despertou o interesse dos ingleses que, por intermédio do Visconde de Barbacena, organizaram em 1876 a empresa The Donna Thereza Christina Railway Company Limited para construir a ferrovia, e em 1883 a The Tubarão Brazilian Coal Mining Company Limited para explorar o carvão. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 86).

Ainda de acordo com Goularti Filho, “ambas tiveram vida curta: a primeira foi dissolvida em 1903 e a segunda abandonada em 1887. Como os ingleses abandonaram o empreendimento, a permissão para explorar a mineração foi passada para a empresa Lage & Irmãos do Rio de Janeiro e a via férrea encampada pelo governo federal e repassada à Cia. E. F. São Paulo – Rio Grande e, logo depois, para a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA)”. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 86-87).

Mesmo com toda essa movimentação e euforia, que perpassa todo o século XIX em torno de estudos, prospecções e tentativas de empreender a exploração do carvão mineral no Sul de Santa Catarina, o que se observou foi que sua exploração se manteve

apenas na forma artesanal, efetivada por pequenas iniciativas locais. Portanto, esse quadro se manteve até 1914, quando a mineração do carvão catarinense foi impulsionada pelo advento da Primeira Guerra Mundial e a consequente diminuição das importações europeias, contribuindo, desse modo, para sua efetiva exploração. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 87).

De acordo com Dall’Alba, embora a *The Tubarão Brazilian Coal Mining* tenha atuado na região por pouco tempo, deixou em seus registros o emprego de 265 trabalhadores mineiros que, por sua vez, extraíram cerca de 700 toneladas do minério que foi exportado para Buenos Aires. (DALL’ALBA, 1986, p. 137-142).

Embora as políticas de imigração e de ocupação dos “vazios demográficos”, empreendidas pelo governo imperial brasileiro, a exemplo da descoberta dos estudos e das tentativas de exploração do carvão mineral, tenham tido início anteriormente e atravessado o século XIX, esses dois projetos só foram concretizados, na região que compreende o nosso recorte espacial, na segunda metade do século XIX, impactando significativamente toda a região, principalmente após a virada do século XX, mais especificamente no período subsequente ao da Primeira Guerra Mundial, no caso do carvão.

Portanto, os empreendimentos, embora tragam suas características e especificidades bem-acentuadas, certamente faziam parte de um amplo projeto capitaneado pelo governo imperial e acompanhado de perto pelo interesse de investidores capitalistas brasileiros e estrangeiros, o que nos dá um indicativo de que ambos estavam, desde o princípio daquele século, basto atrelados e que o sucesso de um alavancaria o outro. Não é à toa que os documentos da Estrada de Ferro assim como os da Colônia, fazem constante relação entre eles. No relatório Dotal, por exemplo, os técnicos chegam a sugerir que:

Sem brejos, sem mesmo banhados, estão encerrados nos limites do Patrimônio, desde as vargens até as suaves collinas, – desde estas até as montanhas mais altas, – terrenos que só pedem a mão do lavrador e a picareta do mineiro para se desenvolverem. [...]. [sic]. (Relatório DOTAL, 1881, p. 24-25).

Todo esse conjunto de interesses fez com que o trajeto da estrada de ferro fosse iniciado no final de 1880 e concluído em setembro de 1884, levando seus cento e onze quilômetros de trilhos da cidade portuária de Imbituba até Minas, atual Lauro Müller, na encosta da Serra Geral, passando pela antiga colônia Grão Pará.

Seja pela ocupação do “vazio demográfico”, seja pela presença da estrada de ferro e a exploração agrícola e mineral, efetivamente a região foi sendo, cada vez mais, transformada, trazendo aspectos de civilidade e modernidade para um lugar, até pouco

tempo antes, ocupado esparsamente por poucos habitantes, geralmente de origem luso-brasileira e pelo povo Xokleng, indígenas estacionários que circulavam entre o Planalto Serrano na busca pela coleta do pinhão até o litoral.

Nesse sentido, Nascimento aponta que a técnica exerceu grande atração sobre as pessoas ao qualificar a ideia de progresso:

A construção da estrada de Ferro “apareceu” aos olhos da população como capaz de trazer desenvolvimento à região sul, com sua técnica de construção e seu maquinismo, demonstrando a supremacia técnica do homem e a superioridade do industrialismo dos tempos modernos sobre a época antiga. (NASCIMENTO, 2004, p. 23).

Mesmo que o caráter industrial do carvão e a técnica empregada pela grande obra, que foi a estrada de ferro, expressem melhor a ideia de modernidade e progresso do que o processo de colonização implantado, os empreendedores deste último demonstram nos documentos, também serem desejosos deste mesmo progresso e modernidade. É nesse ponto que os dois projetos se juntam, no desejo de ocupar, explorar de forma capitalista e empreender o progresso e a modernidade na Região Sul da província de Santa Catarina, que precisava ser melhor integrada.

Referências

LE COCQ, OLIVEIRA E CIA. Patrimônio Dotal de SS. AA. II. No Município Tubarão, na Província de Santa Catarina. 1881.115p. Disponível no Centro de Documentação Histórica “Plínio Benício”, Orleans/SC.

BELOLLI, Mário et al. *História do carvão de Santa Catarina*. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: CNI/ Fiesc, 1998.

_____. *Henrique Lage e o desenvolvimento do sul catarinense*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

BRASCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CÂMARA, Mauricio R. Mineração e crescimento urbano em Criciúma. In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 375-382.

CAROLA, Carlos Renato (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

DALL'ALBA, João Leonir. *Colonos e mineiros no grande Orleans*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1986.

_____. *Imigração italiana em Santa Catarina: documentário*. Caxias do Sul: Educs, 1983.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. v. 2.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. v. 1

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

GALVÃO, Ignácio Cunha. *Relatório sobre as Colônias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Tipografia de J. I. da Silva, [18--?].

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HOBBSBAWN, Eric. J. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Educs, 2001.

LE GOFF, J. Memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

NASCIMENTO, Dorval do. *As curvas do trem: a presença da estrada de ferro no Sul de Santa Catarina (1880-1975)*. Criciúma: Ed. da Unesc, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História. *Revista do Programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história*, PUC/ SP, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jutahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: história da gente*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SELAU, Maurício da Silva. *A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio*. Florianópolis: Bernúncia, 2010.

ZANELATTO, João Henrique; MIRANDA, Antônio Luiz; OSÓRIO, Paulo Sérgio. Memória e trabalho: experiências de operários na capital do carvão. In: CAROLA, Carlos Renato (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. *Forquilha: do presente para o passado, outras memórias uma nova história*. Forquilha, SC: Ed. da Unesc, 2012.

ZUMBLICK, Walter. *Teresa Cristina: a ferrovia do carvão*. Tubarão: Tip. Imprimax, 1967.

A comemoração como patrimônio: mapeamento da participação italiana no Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul

Tatiane de Lima

Mestranda em História na Unisinos

A pesquisa aqui apresentada amparam-se nas discussões concernentes aos estudos da lógica das comemorações, tendo por objeto de investigação a participação italiana no Biênio da Colonização e Imigração do Rio Grande do Sul. Neste estudo dos festejos do Biênio, percebemos a possibilidade de interpretação do indivíduo imigrante, já que esta comemoração, enquanto objeto, revela-se como documento que expõe tanto as relações sociais, do período em que a festa ocorreu, quanto do passado imigrante que é retomado.

Tais comemorações, dentro do contexto da imigração, podem ser entendidas como uma forma de releitura e renovação de sua história, acontecendo geralmente em datas simbólicas. Estas datas emblemáticas mostram-se como momentos propícios para revisitar e dar novo sentido a esta história imigrante, ao homenagear determinados grupos e apresentar novas perspectivas na maneira de percebê-los. Assim, entendemos o sentido atribuído às comemorações como sendo o de evocar o passado, a partir de recortes feitos pelo presente, e de certa maneira reviver este passado preservando-o.

As comemorações do Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul

A aproximação dos anos jubilares de 1974 e 1975, devido às comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul e do Centenário da Imigração Italiana no mesmo estado, tornou-se um momento oportuno para que as memórias da imigração, tão ligadas ao Sul do Brasil, fossem rememoradas e revestidas de novos significados. Motivado a homenagear as correntes imigratórias que se instalaram no estado, o governo do Rio Grande do Sul promoveu as comemorações do Biênio da Colonização e Imigração.

Pretendia-se que toda a população gaúcha participasse desse momento, que tinha por fim homenagear os grupos imigrantes entendidos como a base da formação da população rio-grandense. Por meio do Decreto 22.410, de 22 de abril de 1973, que instituiu o Biênio da Colonização e Imigração, deu-se o início das organizações oficiais dos festejos. Desde então, exprimiu-se o desejo e o sentido de tais comemorações, justificados na exaltação do ser imigrante, que deixou sua terra de origem para desbravar um novo mundo, dando início ao que hoje é o estado, tomando este novo lugar como sua pátria por afiliação.

Nas celebrações, a memória imigrante foi recuperada a partir de três correntes imigratórias, que receberam maior destaque no decorrer das festividades: açorianos, alemães e italianos. A relevância foi justificada porque os primeiros deram início à colonização do que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul, os alemães por ocasião do Sesquicentenário de sua chegada, e os italianos devido, igualmente, ao marco de seus cem anos de chegada ao Sul do Brasil. Outras correntes imigratórias também foram homenageadas como contribuintes para o progresso deste estado. O Decreto de Instituição do Biênio aponta que os grupos foram colocados em patamares de importância diferentes:

Art. 1º – Fica instituído o Biênio da Colonização e Imigração, com o fim de celebrar, nos anos de 1974 e 1975, o feito dos pioneiros [açorianos], o Sesquicentenário da Imigração Alemã, o Centenário da Imigração Italiana e a contribuição das demais correntes imigratórias que se fixaram no Rio Grande do Sul. (BRASIL, 1973, grifo nosso).

Sendo o imigrante, juntamente com seus feitos, o protagonista desta festa, faz-se necessário entender quem é esse sujeito que foi homenageado. Fica evidente, de acordo com o Decreto de Instituição do Biênio, que este imigrante, além de ser um expatriado é também um trabalhador, que será reconhecido por seus esforços que culminaram no crescimento e na prosperidade da terra que adotou para viver.

É um apelo do dever cívico exaltar a obra daqueles que, após lutas longas e ásperas, ocuparam e povoaram a área que constitui o território deste Estado, incorporando-o à Pátria comum. Não menos digno de reconhecimento é o trabalho das levas imigratórias que para cá vieram e aqui se fixaram, provindas de terras distantes em busca de uma pátria nova, e se juntaram aos primeiros povoadores no esforço das realizações solidárias, que nos conduzem a todos a um mesmo destino, sob as aspirações da unidade nacional. (BRASIL, 1973).

Entendemos que as festas ocorridas entre 1974 e 1975, no Rio Grande do Sul, tiveram na figura de seus representantes a definição de objetivos, e também a tarefa da materialização dos atos comemorativos que se seguiram. Nos diz Traverso (2012, p. 10), que “o passado transforma-se em memória colectiva depois de ter sido seleccionado e reinterpretado segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente”. Assim, foram estas comemorações pensadas e promovidas por grupos organizados da sociedade civil, bem como pelo Poder Público dos mais variados âmbitos, e vinculadas às memórias dos grupos imigrantes, de seus descendentes e das cidades intimamente ligadas à empreitada imigratória. Consideramos

que é através da memória que se reforça e/ou se constitui a identidade pessoal ou coletiva, que permite aos sujeitos pensarem-se como parte de um determinado grupo (CANDAU, 2010, p. 47), ficando a cargo dos organizadores do Biênio atrelarem as memórias da imigração à identidade destes grupos de descendentes.

A Comissão Executiva para as celebrações do Centenário da Imigração Italiana

O Estado do Rio Grande do Sul participou das comemorações do biênio não somente como promotor da festa, mas também em sua organização efetiva, estando presente na teia de significações que perpassaram as comemorações, sendo suas as decisões das representações e dos sentidos vinculados nos rituais. O Poder Público fez-se presente também por sua autoridade constituída, já que as manifestações públicas foram organizadas por agentes autorizados, que por conta de sua posição social e política ganharam autoridade e se destacaram na festa.

Em 15 de maio de 1973, no Palácio Piratini, houve a cerimônia de instalação das Comissões Centrais do Biênio, contando com a presença do então governador Euclides Triches. Ficou estabelecido que a organização das festividades estariam sob a responsabilidade de Comissões e Subcomissões, de ordem governamental e civil. Ao todo foram constituídas nove comissões, e cada uma destas foi dividida em três subcomissões. No artigo 4º do decreto que instituiu o biênio, temos uma relação das funções que couberam às Comissões:

- I – Proceder ao levantamento histórico do fato imigratório, planejar e estabelecer suas condições evocativas, setorizar e planificar os calendários comemorativos, oficiais;
- II – Estruturar as linhas básicas dos festejos, supervisionar e fiscalizar a execução do programa de comemoração da chegada dos imigrantes ao território estadual;
- III – Promover entendimentos com autoridades federais, estaduais, municipais, diplomáticas e consulares;
- IV – Articular-se com comissões municipais e regionais constituídas com idêntica finalidade;
- V – Estabelecer intercâmbio com entidades interessadas no estudo, na pesquisa e na divulgação dos fatos que deram origem ao povoamento do solo sul-rio-grandense, das tradições, dos encontros e fusão de elementos culturais que marcaram com características inconfundíveis o meio físico e a paisagem humana deste estado;
- VI – Promover e executar tarefas compatíveis com a natureza de suas atribuições. (BRASIL, 1973).

Ainda como incumbência às comissões, estava o levantamento de fundos para que os festejos acontecessem. Estes fundos provinham tanto de cabedais privados por meio

de subscrições, quanto de dinheiro público. Através das atas das reuniões da comissão central, pode-se notar a preocupação com o quesito contabilidade, desde a contratação de servidores da área até a criação de um plano de serviço de controle contábil. Através dele se estabeleceu, em linhas gerais, que as Comissões teriam participação nas vendas de *souvenirs*, bem como contariam com o apoio de financiamento público, havendo ainda a possibilidade de subscrições e contribuição do governo de outros países.

De acordo com o exposto, entendemos que tanto o Poder Público quanto comunidades organizadas, com o fim de representar o grupo imigrante de sua descendência, se fizeram muito presentes em todas as decisões tomadas para os festejos. Em seu estudo sobre memória social, Fentress (1992, p. 9) diz que “[...] a experiência passada recordada e as imagens partilhadas do passado histórico são tipos de recordações que tem particular importância para a constituição de grupos sociais no presente”. Neste sentido, pode-se perceber a importância que os festejos tiveram para estes grupos, que foram movidos a participar das comissões organizadoras, para além de acordos políticos, mas também como forma de partilhar memórias de seus antepassados.

A instalação oficial da Comissão Executiva dos festejos do Centenário da Imigração Italiana¹ ocorreu em 7 de janeiro de 1975, também no Palácio Piratini, presidida pelo então governador Euclides Triches. Naquela ocasião, proferiram discurso o governador, o presidente da Comissão Coordenadora do Biênio e o embaixador italiano Carlo Enrico Giglioli. Enquanto Euclides Triches salientou todo esforço desempenhado pelos imigrantes italianos, para a construção e o desenvolvimento de sua nova pátria, o embaixador destacou que

a tenacidade, a vontade e o valor dos imigrantes italianos não teriam resultados tão positivos, e nem tão pouco a integração com o novo ambiente teria sido tão exitosa, se as condições extremamente favoráveis de clima e de fertilidade da terra, não se houvesse acrescido um outro fator, de importância decisiva: a generosa hospitalidade e compreensão do povo brasileiro em geral, e em particular do povo gaúcho. (DUARTE, 1975, p. 11).

Além da constituição de uma Comissão Executiva para os festejos do Centenário da Imigração Italiana, criaram-se alguns grupos de trabalho para assuntos específicos, como: Livro, Cinema, Artes Plásticas, Música, Universidade, Teatro, Simpósios, assuntos gerais e científicos.

Podemos dizer, a propósito da formação das Comissões Executivas, que trata-se de engrandecer e reconhecer os feitos dos seus antepassados, já que as comissões são constituídas por membros descendentes de imigrantes, que irão se vincular aos

¹ Presidente – Ottoni Adelino Zatti Minghelli; vice-presidentes – Aristides Amadeo Germani, Moisés Michelon, Enio Lippo Verlangieri e Oddone Marsiaj; tesoureiro – Luiz Mandelli; secretário-geral – Mário Bernardo Sesta; secretária geral – Lourdes Maria Fellini Sartor; membro honorário – Dr. Renato Rabby, cônsul-geral da Itália.

preparativos dos festejos, mediante seu pertencimento étnico. Essa comemoração mostra-se tão importante para a salvaguarda da memória do imigrante, quanto para a perpetuação de determinados nomes nos festejos do biênio. Isso demonstra o quanto as comemorações estão perpassadas por sentidos políticos, tanto na legitimação de determinados poderes quanto ao serem selecionadas determinadas memórias.

A imigração italiana nos festejos do biênio

Durante todo o processo de organização dos festejos, nota-se a presença de diferentes setores envolvidos: político, econômico e cultural, bem como de apoio e visibilidade que se buscou nas autoridades internacionais.

A comissão responsável pelos festejos italianos, durante a organização dos atos celebrativos, comunicou-se por correspondência com autoridades na Itália, a fim de estreitar laços e dar maior visibilidade aos festejos, em todos os seus contornos. Primeiramente, expuseram o empenho, a dedicação e o entusiasmo com os quais a comissão vinha trabalhando, bem como os motivos da comemoração, sendo esta um “preito de saudade, de evocação e de justiça à memória daqueles que iniciaram a colonização italiana” (Correspondência enviada ao embaixador da Itália Carlo Enrico Giglioli, em 15 de abril de 1974), mas principalmente como uma oportunidade de reafirmação de laços entre Brasil e Itália.

Sendo assim, encaminharam uma relação de iniciativas de cunho social, cultural e econômico sugeridas pela Comissão, que contava com o apoio do governo italiano para sua realização. Segundo a Comissão, todas as iniciativas possuíam o fim de aproximar os povos brasileiro e italiano e intensificar suas relações. Pediu-se: auxílio para a edição de um selo pelos correios italianos alusivos ao Centenário da Imigração Italiana no Brasil; a doação de cópias documentais acerca do início da imigração no Rio Grande do Sul; a doação do governo italiano à cidade de Porto Alegre de uma réplica em bronze da escultura “A Loba Romana”, motivando celebração em praça pública, e transformando-se em uma lembrança italiana à cidade, através de uma imagem expressiva e popular, sendo esta colocada em local de grande visibilidade; o envio ao Rio Grande do Sul de eruditos italianos, com o fim de palestras e conferências; a vinda de artistas do ramo musical erudito, como Orquestra Sinfônica ou de Câmara, Ópera, recitais de canto ou instrumento e corais; a vinda de espetáculos musicais populares, de bandas típicas ou grupos folclóricos; a visita ao estado de um elenco teatral que representasse em italiano; a realização de uma feira do livro italiano; a realização de uma semana do cinema italiano, com a presença de atores italianos de renome; a vinda ao estado de missões econômicas (técnicos, empresários, homens de investimento), com o fim de intensificar

o intercâmbio econômico, florescendo a troca entre a região colonial italiana e a terra de origem, e a presença do governo italiano na construção do Monumento ao Centenário Italiano na cidade de Nova Milano, por onde se deu o início da colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Os grupos de trabalho citados anteriormente também se organizaram de maneira a dar visibilidade às suas propostas para a comemoração. Propuseram: a edição de uma coleção de antologias de autores rio-grandenses de descendência italiana e uma antologia de textos em prosa e verso de 50 escritores gaúchos também de descendência italiana; uma exposição de livros, revistas, jornais e outras publicações referente à contribuição italiana ao estado; um festival de cinema italiano, com retrospectiva de filmes italianos de autores e atores famosos, e a criação de um documentário da imigração e colonização italiana no Rio Grande do Sul a ser exibido no III Festival de Gramado; um salão de artes plásticas de autores gaúchos de descendência italiana, uma exposição itinerante, e uma retrospectiva que assinalasse a obra de conjunto de artistas plásticos rio-grandense de descendência italiana; um concurso para escolha do Hino do Centenário da Imigração Italiana; uma história municipal de cada um dos 25 municípios pertencentes à região colonial italiana; um Simpósio de Estudos da Imigração Italiana na Universidade de Caxias do Sul; um ciclo de conferências sobre as heranças culturais italianas na formação do estado; um curso de história de imigração italiana no estado, na Pontifícia Universidade Católica, além da escolha da Rainha do Centenário.

Gutman e Molinos entendem “[las actividades] como parte del proceso de apropiación de la conmemoración por parte de la sociedad y, por lo tanto, un engranaje más de su legitimación social”. Assim é que compreendemos a importância da organização das festividades e sua ampla abrangência, bem como o estabelecimento de vínculos entre os diferentes poderes e nacionalidades.

Sobre as organizações destas festas e a legitimação do papel desempenhado pelas comissões, a mesma autora diz que

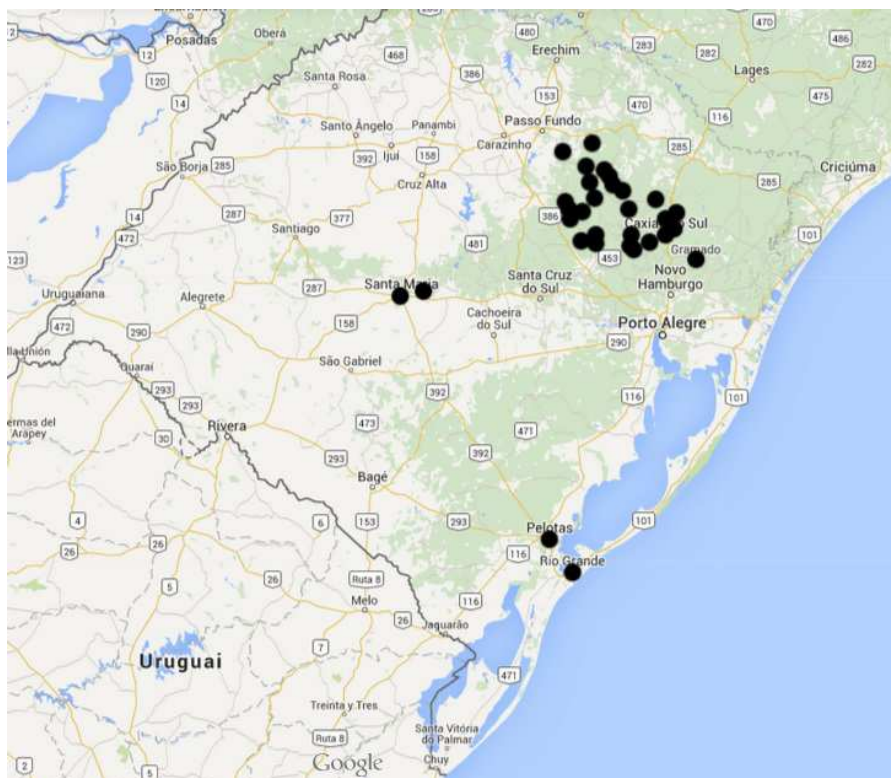
toda conmemoracion es una construccion social. Porque un aniversario es, básicamente, una ventana de oportunidad y solo se transforma en una conmemoración cuando las sociedades, advertidas de las vísperas, se constituyen en sus agentes promotores y construyen activamente sus sentidos y modalidad. (2012, p. 42).

Além das diferentes formas de comemorar, os festejos do biênio mobilizaram várias cidades gaúchas. No mapa que segue, é possível perceber, nos pontos demarcados, cidades que representaram a imigração italiana durante as comemorações. O levantamento foi realizado a partir das referências documentais e, de acordo com estas, temos a contabilização de 31 cidades participantes. Ainda observando o mapa, é

possível notar que aquela região que recebeu maior leva de imigrantes italianos, desde o início do processo migratório, foi aquela que teve mais cidades participantes na comemoração, já que 25 municípios foram eleitos como pertencentes à região colonial italiana: Anta Gorda, Antônio Prado, Arvorezinha, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Casca, Caxias do Sul, Ciríaco, Encantado, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Ilópolis, Marau, Muçum, Nova Araça, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Prata, Paraí, Putinga, São Marcos, Serafina Correa e Veranópolis. Além destas cidades, outras foram incluídas nos festejos italianos: Silveira Martins, Ana Rech, Pelotas, Santa Maria, Rio Grande, Gramado, entre outras.

As comemorações que destacam a presença da imigração italiana nestas cidades ainda não cessaram. Elas continuam trazendo à tona estas memórias da imigração, que vêm sendo atualizadas e demarcam certa identidade territorial aos descendentes nas cidades de forte presença italiana. Ao longo da análise dos festejos, entendemos a importância das cidades para tais comemorações, pois elas foram o palco da prosperidade alcançada, devido à empreitada migratória, na figura de pessoas e famílias importantes nelas residentes; de fábricas, indústrias e empresas prósperas que nelas se instalaram; de políticos que vieram destas cidades ou que para elas olharam com maior atenção. Sobre as cidades Pesavento diz:

Articulando espaço e tempo, a cidade encerra uma memória cujo resgate se apresenta como um desafio interdisciplinar na nossa *fin de siècle*. Suas ruas, monumentos e lugares contam uma história que se cruza com outros registros verbais e escritos, que, por sua vez, se entrecruzam com práticas e socialidades. A cidade de hoje encerra, pois, muitas cidades passadas e vividas e, que, se não é possível resgatá-las na sua integridade, busca-se pelo menos decifrar as suas representações [...]. (1994, p.126).



Mapa do Rio Grande do Sul indicando cidades que comemoraram a imigração italiana, durante o Biênio da Colonização e Imigração
Fonte: Criado pela autora.

Neste estudo, as cidades também são objetos de reflexão, através de uma leitura de suas representações da realidade. Estas comemorações fazem parte do processo de construção da memória coletiva da cidade, enquanto lugar de memória. Nora (1993, p. 13) diz que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar os arquivos, de que é preciso respeitar aniversários, organizar celebrações [...]”.

Ressaltamos a função social da cidade, através de seus espaços de memória, onde a musealização da paisagem urbana permite, através da arquitetura, dos bens culturais, das obras de arte e do patrimônio cultural, as representações simbólicas da memória coletiva da cidade. Acreditamos que “[...] mesmo a mais moderna das cidades modernas pode ser um museu, enquanto o museu como centro vivo da cultura visual é um componente ativo do estudo e do desenvolvimento da cidade”. (ARGAN, 1992, p. 81).

Essa dimensão simbólica das comemorações dada em seus ritos comemorativos de caráter ritualístico materializa a memória dos sujeitos por meio de representações, e é isso que reanima a memória. De acordo com Chartier (1990, p. 17), as representações são “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. Aqui, rituais são

entendidos como “meios que permitem dar uma expressão colectiva [...] Em suma, a função dos ritos é manter e transmitir de uma geração à outra as disposições emocionais de que depende a própria existência da sociedade”. (VALERI, 1994, p. 330).

Com a finalidade de homenagear as correntes imigratórias que se instalaram e constituíram o Estado do Rio Grande do Sul, estes cerimoniais tornam-se legítimos ao figurarem o pertencimento étnico e a identidade social da população que comemora. Cria-se então uma tradição, que, baseada em determinada realidade e ligada a um acontecimento, é revestida por pompa. A continuidade que é dada em relação ao passado comum é problematizada por Hobsbawn e Ranger, que definem as tradições inventadas como

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas no comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (1984, p. 9).

As comemorações entendidas como patrimônio

Gonçalves (2009, p. 25-33), em seu estudo sobre memória e patrimônio, diz que atualmente o uso da categoria patrimônio está se flexibilizando, podendo assumir novos significados. Ele dá como exemplo suas pesquisas sobre a Festa do Divino Espírito Santo, que, considerando suas especificidades, pode ilustrar o mesmo entendimento que temos em relação às festas da imigração, no caso o biênio. Assim como a Festa do Divino, as comemorações italianas no biênio tratam de um fato social que envolve diferentes aspectos, como culinária, arquitetura, música, rituais e técnicas. O autor chama estas festividades de “patrimônio transnacional”, que traz à tona representações materiais de identidades e memórias.

A seleção de memórias, que é empreendida no ato de comemorar, constrói uma narrativa acerca da imigração que é configurada, a partir dos seus agentes promotores, no caso, as autoridades governamentais e as Comissões Executivas. Nestes momentos de comemoração, são utilizadas algumas estratégias de seleção de memórias nos quais, segundo Ricoeur (2007, p. 455), “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela”. Assim, concordamos com Catroga ao afirmar que

como instância solidificadora de identidades, compreende-se que a expressão coletiva da memória, ou melhor, da metamemória, não escape à instrumentalização dos poderes através da seleção do que se recorda e do que consciente ou inconscientemente se silencia. (2001, p. 59).

Neste sentido, entendemos esta comemoração como um patrimônio, pois estas festas tiveram o poder de unir as pessoas em celebração, fazendo com que elas partilhassem de seus momentos e de suas memórias. Foram inúmeros e diversos os atos celebrativos com o propósito de rememoração, como a construção de monumentos, a promoção de bailes, feiras e concursos, além de Simpósios e Fóruns. Através destes e de tantos outros atos celebrativos, problematizou-se e repensou-se a imigração.

Compreendemos assim os interesses e a lógica das comemorações, em um sentido mais amplo. As festas unem as pessoas em sentimento prazeroso, porque se trata da celebração de feitos e acontecimentos. A sociabilidade é de extrema importância para que a festa aconteça, já que é preciso ocorrer relação entre pessoas por tratar-se de um acontecimento social. Neste sentido, os rituais e cerimoniais funcionam como mediadores das relações entre seus participantes. As festas podem ser entendidas como universais, porque atingem variadas épocas e culturas da civilização. Sua relação com o tempo é marcada pela oposição ao tempo de trabalho, já que se trata de um tempo diferenciado, de alegria, de quebra em relação ao tempo cotidiano. Assim também são os espaços onde ocorrem as festas, que, destinados às comemorações, tornam-se lúdicos, com determinadas características simbólicas que remetem aos festejos. Por fim, pode-se dizer que o principal sentido das festas é a exaltação de feitos, de determinados acontecimentos, que transformam a festa no lugar onde se celebram as realizações humanas.

Fontes:

BRASIL. *Decreto 22.410, de 22 de abril de 1973*. Institui o Biênio da Colonização e Imigração. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/Legis>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

COMISSÃO COORDENADORA DO BIÊNIO. [*Ata reunião – Normas para o funcionamento das Comissões Executivas do Biênio da Colonização e Imigração*]. 5 de janeiro de 1974. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (AHRs). Biênio da Colonização e Imigração, Caixa Arquivo A.

COMISSÃO COORDENADORA DO BIÊNIO. [*Ata de reunião – Normas sobre os procedimentos financeiros e contábeis das Comissões do Biênio da Colonização e Imigração*]. em 5 de janeiro de 1974. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (AHRs). Biênio da Imigração e Colonização, Caixa Arquivo A.

COMISSÃO EXECUTIVA PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA. [*Correspondência enviada*], ao Embaixador da Itália Carlo Enrico Giglioli em 15 de abril de 1974. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (AHRs). Biênio da Imigração e Colonização, Caixa Arquivo A. Cf. Anexo G.

MAPA do Rio Grande do Sul criado pela autora utilizando. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: M. Fontes, 1992.
- CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.1, n.1, dez. 2009/mar. 2010.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DUARTE, José Bacchieri (Org.). *Centenário da imigração italiana: álbum oficial*. Porto Alegre: Edel, 1975.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita (Org.). *Construir bicentenarios latinoamericanos en la era de la globalización*. Buenos Aires: Infinito, 2012.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Trad. de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares de memória*. Trad. de Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo, dez. 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a história: a nova história cultural e as representações do urbano. In: MAUCH, Cláudia. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.
- TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Trad. de Tiago Avó. Lisboa: Edições Unipop, 2012.
- VALERI, Valério. *Verbete rito*. Enciclopédia Einaudi. Brasília: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1994. p. 325-359. v. 30.

Imigração, educação e política

Professor Gino Battocchio e as aulas gratuitas de italiano nos ginásios da capital do RS

Gelson Leonardo Rech

Mestre em Filosofia. Universidade de Caxias do Sul – UCS

Elomar A. C. Tambara

Doutor em Educação. Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Considerações iniciais

O artigo que segue é fruto de uma investigação mais ampla sobre as escolas étnicas italianas de Porto Alegre, compreendendo o período de 1877 até 1945. Na presente investigação, jornais editados em italiano e em português, prioritariamente publicados em Porto Alegre, documentos consulares e cartas de Gino Battocchio constituem-se elementos centrais da nossa investigação. Objetiva-se, assim, evidenciar a figura e a atuação do Prof. Gino Battocchio, em Porto Alegre, a partir de 1933, bem como descrever elementos da ação do governo italiano em vista da manutenção da italianidade, através dos cursos gratuitos de italiano nos ginásios da capital, tarefa efetuada principalmente pelo professor Gino.

Costante Gino Battocchio nasceu em Feltre, Itália, na Província de Belluno, em 15 de novembro de 1872. Veio para o Brasil em 1909 e casou-se em 26 de janeiro de 1910, às 18 horas, na Intendência Municipal de Bento Gonçalves, com Iole Bott, conforme informado por Giulio Lorenzoni, oficial de Registro Civil da Sede da Comarca de Bento Gonçalves.

Em 1910, foi fundado o jornal *Bento Gonçalves*, sendo colaboradores: o Dr. Antônio Casagrande; Antônio Soares Amaya de Gusmão, promotor público; Dr. Gino Battocchio; Pe. Acierno e Júlio Lorenzoni, proprietário da tipografia. No trecho retirado do jornal *Bento Gonçalves*, que reproduz o artigo do jornal *O pau bate*, encontramos a primeira referência sobre o perfil do recém-chegado professor, ao qual o jornal tece elogios:

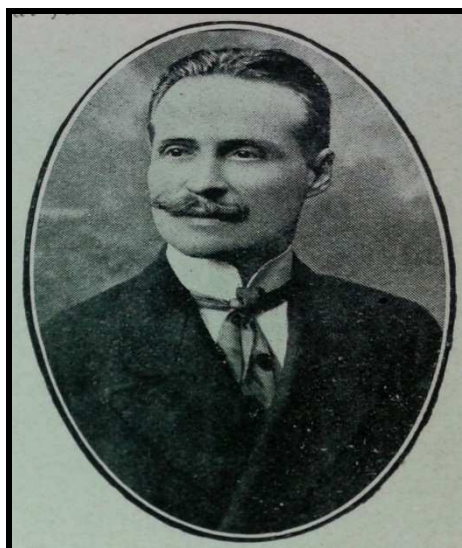
Bento Gonçalves. É o nome de um bem cuidado jornal que acaba de aparecer na vila do mesmo nome, sob a direção do inteligente e estimado promotor público daquela localidade Sr. Cap. Antonio Gusmão e do Sr. Julio Lorenzoni. O “Bento Gonçalves” conta com o auxílio intelectual dos Exmos. Srs. Antonio Casagrande, juiz da Comarca, e do simpático e ilustrado Gino Battocchio, jornalista de mérito, traquejado na imprensa europeia. Ao novo colega, “O Pau Bate” deseja 49 toneladas de prosperidades. (BENTO GONÇALVES, 29/01/1910, p. 4).

Vemos que, em pouco tempo, Gino Battocchio já pontua, junto aos patrícios e brasileiros, a simpatia do agente consular.



Foto provavelmente colhida no ano de 1920, numa viagem ao interior do Município de Bento Gonçalves para uma festa colonial ou inauguração de estrada. Da esquerda para a direita: Luiz Allegretti, Tulio Tosi, Dr. Gino Battocchio, Cel. Carvalho, Stefano Paternó, Júlio Lorenzoni e João Spader.

Fonte: Acervo de Eliana Casagrande Lorenzini.



Gino Battocchio em 1925

Fonte: Cinquentenario, 1925, p. 398, segunda parte.

Benvenuto Crocetta, no *Álbum do Cinquantenario*, referiu-se a Gino Battocchio como um representante consular notável e cortês, tendo desempenhado suas atividades em sociedades italianas e escolas.

E va segnalata ad encomio anche la prestazione cortese del dott. cav. Gino Battocchio, quale egregio rappresentante Consolare in Bento Gonçalves, per l'interessamento preso a far figurare degnamente nella cronistoria della vita coloniale italiana, le benemerite Società Italiane di quel municipio e le scuole da esse dipendenti. Frattanto, il Comitato Centrale pel Cinquantenario crede di aver assolto onorevolmente il suo dovere ed i suoi impegni, anche per quanto riguarda questa parte illustrativa della Monografia. (CINQUANTENARIO, 1925, p. 398, segunda parte).

Luiza Horn Iotti, em seu livro *O olhar do poder*, aponta que o Prof. Gino Battocchio manteve uma escola na cidade de Bento Gonçalves.

Gino Battocchio veio da Itália, em 1909, para assumir o cargo de agente consular italiano em Bento Gonçalves. Casou com Iole Bott, filha de Alberto Bott, que era comerciante e residia em Bento. Foi um dos fundadores, em 1910, do jornal “Bento Gonçalves”, cuja publicação, em português e italiano, durou até 1913. Battocchio também ajudou a fundar, em 1910, uma escola prática superior de comércio, dividida em três cursos, que encerrou suas atividades logo após o primeiro ano de funcionamento. Em 1912 foi nomeado gerente da filial do Banco Pelotense, inaugurada nesse mesmo ano. (IOTTI, 2001, p. 164-165).

O Prof. Gino, em correspondência ao Consulado Italiano em Porto Alegre, faz sua apresentação e expõe sua trajetória ou como nomeou o texto “Stato di Servizio”, de 8 de setembro de 1948:

Porto Alegre 8 settembre 1948.

1°) Undici anni ininterrotti – professore di “lettere e storia” al Ginnasio Comunale di Feltre: dal novembre del 1876 all'Ottobre del 1907, quando, soppresso il predetto ginnasio, fu creata per decreto del Governo di Roma la moderna scuola commerciale e il qui sottoscritto professore fu subito incaricato dal Ministero dell'Agricoltura, Industria e Commercio a reggere, quale professore incaricato, la cattedra di geografia e economia e pure quella dei “Doveri e Diritti”, dovendo l'anno seguente, nel settembre del 1908, entrare in concorso a Roma come titolare della cattedra succitata. Il concorso fu avverso, contrario, al prof. Battocchio, nonostante la sua buona affermazione, essendo stato distinto e citato tra i primi otto, tra quaranta concorrenti di valore. Il Governo però fu sollecito in offrire subito al prof. Battocchio altro mezzo di continuazione nell'insegnamento e lo nominò “maestro-agente” a Bento Gonçalves – Brasile, com decreto del 7 Dicembre 1908 del R. Ministero degli Affari Esteri, Decreto che reca la firma del Sottosegretario di Stato S.E. Pompili. Fui chiamato in Roma e affidato al Comm. Angiolo Scalabrini, Direttore delle Scuole all'Esterio, il quale poi mi

porse un biglietto di prima classe sul vapore “Regina Elena” com una indennità di viaggio e lo stipendio decorrente dalla data del Decreto di nomina. E così fui inviato a Montevideo, raccomandato al Console Cav. Mario Garron, che già era stato, quale vice console, a Bento Gonçalves (Brasile) e dove finalmente arrivai dopo tre giorni di viaggio da Porto Alegre. Come Dante, anch'io dissi: “Incipt vita nova”! Il Maggio 1912 fui procurato e sollecitato dai Direttori del Banco Pelotense ad assumere l’ufficio di Gerente per la regione italiana (colonie e municipi italiani). Il R. Console Cav. Giambattista Beverini (poi Ministro di Legazioe e “Senatore”) chiede ed ottiene per me la necessaria “licenza” dal Governo di Roma. Nel volgere di pochi anni sono riuscito ad organizzare tutta la zona. Importantissimo l’ammontare dei depositi. Ed è a tenersi presenche al tempo stesso io continuavo la mia missione ed il mio ufficio di “maestro-agente” com regolare patente e il necessario “exequatur”. Infelicemente nel 1931 la grande rivoluzione travolse il Banco Pelotense, avendo pero il nuovo Governo “garantiti” depositi dei coloni. Il 1932 il Console Generale Carli conchiude col Governo dello Stato l’accordo pel quale ero chiamato a Porto Alegre per imprendere ed iniziare al principio del 1933 l’insegnamento della língua italiana e cultura nostra nei Ginnasi statati maschili e femminili, ciò che feci subito e continuai a fare fino all’ultimo. Miei titoli: Diploma di licenza in filosofia e lettere Luglio 1897 – R. Università di Padova. Diploma di laurea in Lettere – Novembre 1887, R. Università di Padova.

Professor agente no Brasil, na cidade de Bento Gonçalves, foi enviado pela Inspeção das Escolas no Exterior, ligada ao Ministério das Relações Exteriores (número de expediente geral 71681/1700, de 7 de dezembro de 1908), tendo sido inspetor das escolas italianas espalhadas na Antiga Região Colonial Italiana. Este último cargo de inspetor foi exercido até 1921. Como agente consular permaneceu até 1932 quando, por telegrama oficial, foi chamado pelo cônsul Mario Carli, a lecionar italiano e cultura italiana nos ginásios de Porto Alegre.

Ao se mudar para Porto Alegre, assumiu o curso de italiano da Sociedade Dante Alighieri, que mantinha como professores Bice Luppi e Luigi Ledda. Desde 1933, até 1940, lecionou italiano em vários ginásios da capital, como o Colégio Anchieta, Colégio Sevigné, Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, Colégio Americano, Colégio Nossa Senhora do Rosário, Escola Normal (hoje, Instituto de Educação) e o Instituto Porto Alegre. A partir de 1940, lecionou também na Faculdade de Filosofia e Letras dos Irmãos Maristas e na Universidade de Porto Alegre.

Aulas de italiano nos ginásios da capital do estado

As aulas de italiano, nos ginásios da capital, foi uma iniciativa do Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, que celebrou um acordo com o governo estadual de Flores da Cunha (1930-1937). Os colégios Anchieta e Nossa Senhora do Bom

Conselho, frequentados por mais de 2.000 alunos, foram os primeiros a começarem as aulas gratuitas, no primeiro ano da iniciativa em 1933. Abaixo, a notícia no *Correio do Povo* intitulada *O ensino de italiano*:

Em complemento ao acordo projetado pelo consulado geral da Itália e aceito pelo governo do Estado, foram iniciados, em data de 8 do corrente, os cursos de língua italiana, instituídos em forma facultativa, nos ginásios estaduais de Porto Alegre, a começar pelo Anchieta e Nossa Senhora do Bom Conselho, frequentados por um número de alunos perto de 2.000. O primeiro professor de língua e literatura italiana nomeado é o Senhor Gino Battocchio, o qual já foi agente consular da Itália em Bento Gonçalves e acha-se agora entre nós. O Dr. Battocchio já se apresentou nos ditos ginásios, Anchieta e Bom Conselho, onde deu início ao seu trabalho. (CORREIO DO POVO, 14/05/1933, p. 4).

A iniciativa de difusão da língua italiana na capital, após alguns anos de sua introdução, foi referida por Dante de Laytano no programa semanal “Hora italiana”, veiculado na Rádio Difusora de Porto Alegre, como uma grande ação iniciada por Mario Carli e continuada pelo cônsul Guilherme Barbarisi, que havia “[...] organizado um plano de difusão da língua italiana no Rio Grande do Sul”. (LA VOCE D’ITALIA, 11/03/1936, p. 3, tradução nossa). Tal plano “não se limitou ao círculo das escolas italianas, pelo contrário ampliou, levando o ensino da língua italiana a todos os estabelecimentos secundários de educação de Porto Alegre. [...] **os alunos não dispõem coisa alguma e as aulas são admiravelmente dirigidas**”. (LA VOCE D’ITALIA, 11/03/1936, p. 3, tradução e grifo nosso). Segundo os dados já coletados, identificamos que o Colégio Anchieta, Colégio Sévigne, Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, Colégio Americano, Colégio Nossa Senhora do Rosário, a Escola Normal Superior e o Instituto Porto Alegre possuíam aulas de italiano e as cerimônias de encerramento das aulas, no final de cada ano, se constituíam em grandes solenidades, mormente presididas pelo cônsul, como exemplificado abaixo:

Pela divulgação da Língua Italiana foram visitados pelo cônsul os cursos mantidos em vários ginásios da capital

O comendador Dr. Santovicenzo Magno, cônsul geral da Itália, acompanhado pelo inspetor dos *fascios*, tenente Fernando Chiappini, há tempos visitou com grande interesse os institutos de ensino da capital, tendo recebido a melhor impressão, ficando sobretudo admirado pela magnífica organização da Escola Normal, dirigida pela exímia professora D. Florinda Tubino Sampaio. Nestes últimos dias, os representantes da nação amiga e dos *fascios*, recebidos com toda distinção e deferência, assistiram às cerimônias de encerramento nos três Ginásios, tendo o cônsul geral expressado sua satisfação e agradecimentos aos diretores, diretora e professores assistentes, ressaltando perante os alunos a importância do

conhecimento do idioma de Dante, que muito contribuirá para estreitar as relações de amizade e desenvolver o intercâmbio cultural entre a Itália e o Brasil. No antigo Ginásio Anchieta, recebeu-os o padre Jorge no impedimento do diretor. Uma comissão de estudantes foi ao encontro dos visitantes, que ao ingressar na aula foram saudados com uma salva de palmas. O quintoanista Armando Conti pronunciou um discurso que havia escrito em português e traduzido em italiano. Respondeu o cônsul geral que louvor bastante os alunos pelo seu notável proveito na língua italiana. [...]. No Ginásio N. S. das Dores, a cerimônia foi solene, pela afetuosa solicitude do novo diretor, Irmão Fidelis, e dos irmãos Henrique, Leão e Edmundo. Recebidos com simpatia, os visitantes pelo diretor e professores e por uma comissão de estudantes passaram à grande aula que estava repleta, ressaltando na parede as bandeiras do Brasil e da Itália. O quintoanista Filippo Turchi, em brilhante discurso prestou homenagem ao cônsul geral e ao Inspetor dos *fascios*, tendo falado também o aluno Rubem Gay, pelos menores. Respondeu o cônsul geral, que foi muito aplaudido. Por fim, o **Dr. Gino Battocchio, a cujo cargo estão os citados cursos de italiano, agradeceu aos diretores, aos seus caros assistentes e a todos os alunos.** (CORREIO DO POVO, 31/10/1937, p. 15, grifo nosso).

Um dos mais antigos colégios de Porto Alegre é o Colégio Americano. Inicialmente, o Americano se chamava *Colégio Evangélico Misto n.º 1* e funcionava em um prédio alugado no centro da cidade. Em 1889, com o falecimento da fundadora Carmen Chacon, a escola passou a ser supervisionada pela Divisão de Mulheres da Igreja Episcopal do Sul, dos Estados Unidos. Popularmente conhecido como “Colégio das Americanas”, a instituição passa a ser denominada Colégio Americano. Naquela época, o Americano era uma escola voltada apenas para meninas. Em 1921, tendo regime de internato e externato, o Americano passou a funcionar em prédio próprio, na Avenida Independência. O jornal *Correio do Povo* noticiava, em 13 de abril de 1935, a solenidade de reabertura do curso de língua italiana que, desde 1934, estava funcionando naquele estabelecimento. No ato de reabertura, estava presente o cônsul Barbarisi, o Prof. Gino Battocchio, junto ao Cel. Tito Fernandes, professor do Ginásio, representantes da imprensa e diversos convidados. Na época, era diretora Ruth Anderson, que tomou a palavra fazendo uma rápida preleção sobre o ensino de italiano nas escolas, argumentando sobre sua grande utilidade. Ademais, é significativo o discurso proferido pela professora Valentina Paiva, que ficou encarregada, na ocasião, do discurso para o cônsul, que inaugurava o curso. O discurso revela uma simpatia pela língua italiana, bem como a relação amigável entre o Brasil e a Itália. A estratégia do consulado de manter e de desenvolver a italianidade, na década de 30, mostrava-se bem-sucedida:

Em nome do corpo docente do Colégio Americano, cumpro a grata incumbência de apresentar-vos as boas vindas, as homenagens de nossa

admiração e os protestos do nosso reconhecimento. Podeis ver em todos os rostos um sorriso e todas as mãos se vos estendem num gesto de simpatia. Professoras e alunas, todas se unem num mesmo movimento de afetiva cordialidade, num gesto de bem justificada estima. Sou aqui o representante da nação italiana, nação amiga nossa, cujos filhos têm vindo cooperar conosco no progresso de nossa Pátria e, identificados com nosso povo, irmanados pelo mesmo afeto que a todos deve inspirar a terra bendita do Cruzeiro, trazem-nos ele o auxílio de seu braço e a força propulsora de sua grande atividade. É compreensível, pois que, os filhos da tradicional pátria de Dante sintam-se em casa vivendo no Brasil, onde muitos têm constituído família sob este céu que a todos cumula de benção, sobre este solo que a todos oferece seus frutos. Pois como disse o maior dos brasileiros – Rui Barbosa – a pátria não é somente a terra em que nascemos, é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade. **Os italianos estão aqui, em sua casa, os brasileiros são seus irmãos.** Foi com grande simpatia que tivemos conhecimento de vossas intenções, logo postas em prática, de abrir cursos de língua italiana em nossos colégios – iniciativa essa que bem claramente traduz um duplo sentimento – amor por vossa terra natal e pela pátria de adoção. Por aquela, por ser a língua o mais belo apanágio de uma nação e é a luz dela que se revela a verdadeira índole de um povo. Sua cultura, portanto, se impõe como elemento mais enérgico de coesão da nacionalidade, da unidade desse mesmo povo, do seu grau de civilização da nobreza de seus ideais. E também pelo Brasil essa iniciativa revela o amor e interesse porquanto serão assim desvendados ao nosso povo as belezas de vossa literatura, de vossa arte, os ensinamentos de vossas ciências e de vossas especulações filosóficas. Além destas vantagens, outras contém o estudo de vosso belo idioma que nestes últimos tempos tem tido tão grande incremento entre nações cultas – será mais um laço que virá unir mais intimamente a vida espiritual dos dois povos e que nos dará ao mesmo tempo uma visão mais clara do desenvolvimento de vossa intelectualidade, do progresso psicológico de vossa raça. E é nesta data tão sugestiva para nós, que procurais estreitar mais esses laços que uniam italianos e brasileiros, esta época em que celebramos o centenário farroupilha, essa frase de nossa história em que o coração do povo gaúcho sente palpitar bem unido a ele o grande coração de José Garibaldi, pelas íntimas revelações de um objetivo comum, solidário conosco nos interesses e aspirações do Rio Grande do Sul. E, portanto, a todos os respeitos, profundamente grata a todos nós a vossa visita, senhor. Aceite nossos agradecimentos e protestos de sincera estima. (CORREIO DO POVO, 13/04/1935, p. 14, grifo nosso).

A grandiosidade de que se revestiu o evento pode ser percebida pela narrativa a seguir:

[...] foi executado, ao piano, pela aluna Zuleica Rosa, um belo trecho musical, merecendo fartos aplausos da distinta assistência. Saudando o cônsul italiano nesta capital, comendador Guilherme Barbarisi, ali presente, falou a professora Valentina Paiva, proferindo a seguinte oração: em nome do corpo docente do Colégio Americano cumpro a grata incumbência de apresentar-vos as boas vindas, as homenagens de nossa admiração e os protestos do nosso reconhecimento. Podeis ver em todos os rostos um sorriso

e todas as mãos se vos estendem num gesto de simpatia. Professas e alunas, todas se unem num mesmo movimento de afetiva cordialidade, num gesto de bem justificada estima. Sois aqui o representante da nação italiana. (CORREIO DO POVO, 13/04/1935, p. 14).

Outro colégio da capital, em que ocorreram aulas de italiano foi o Sévigne. No artigo *Práticas de gestão e a feminização do magistério* (2005, p. 623), Werle salienta que o Colégio Sévigné, localizado no centro de Porto Alegre, próximo à Catedral Metropolitana e à Assembleia Legislativa, fundado em 1900, por Emmeline Courteilh, esposa do agente consular da França, “[...] ofereceu, desde sua fundação, o curso de primeiras letras e o de preparação para os exames de professor que eram prestados na Escola Normal. O Jardim de Infância foi fundado em 1930 e o Curso Complementar começou a funcionar em 1927”. Também funcionaram no colégio os cursos ginásial, clássico e científico, e de formação de professores – Complementar, Normal e Magistério. Em 1931, o colégio passa a ser Ginásio Feminino do Extenato do Ginásio Estadual do Rio Grande do Sul, vinculado ao colégio do estado até o ano de 1944. É, em parte, naquele período, que vemos que também no Sévigne ocorreram aulas de italiano lecionadas por Gino Battocchio. Lemos no *Correio do Povo*:

Pela divulgação da língua italiana, há cinco anos que a Itália, segundo convênio estabelecido com o governo do Estado, vem mantendo cursos de língua italiana, em diversos estabelecimentos de ensino, rio-grandense. Desde o primeiro dia de seu funcionamento, encontram-se eles sob a direção do **Dr. Gino Battocchio, que muito se tem empenhado pelo seu desenvolvimento, pois sempre foram frequentados por numerosos alunos de todas as classes sociais, os quais assim demonstraram a boa disposição e facilidade de aprender o idioma de Dante.** Foram dignas de relevo as cerimônias deste ano iniciadas nos ginásios Anchieta, Sevignè e Nossa Senhora das Dores e que se repetiram sucessivamente no Ginásio Bom Conselho, na escola Normal, no Colégio Americano, no Instituto Porto Alegre, e, por fim no Ginásio Nossa Senhora do Rosário. Assistiu a todos esses atos o cônsul da Itália, comendador Sanvicenzo Magno, o tenente Fernando Chiappini, inspetor dos *fascios*, que foram em toda a parte recebidos com a máxima distinção e deferência. No Ginásio Bom Conselho, a cerimônia teve lugar pela manhã de ontem, com a presença da diretoria, madre Benicia, tendo o Cônsul dirigido palavras de elogio ao citado estabelecimento de ensino pelo interesse tomado pelo ensino do italiano. À tarde, os representantes da nação amiga estiveram na Escola Normal, acompanhados de suas esposas. Falou então a diretora, D. Florinda Tubino Sampaio, saudando os visitantes a qual responderam o cônsul e o Dr. Gino Battocchio. (CORREIO DO POVO, 09/12/1937, p. 16, grifo nosso).

Uma das alunas do curso de italiano, no Colégio Sévigne como interna, Dalva Lourdes Varnieri Dal Molin, nascida em 21 de maio de 1923, em Farroupilha, relatou que foi aluna do Prof. Gino Battocchio no curso de italiano. Dona Dalva, no alto de seus

noventa e um anos, recorda que “fez a saudação ao cônsul Santovicenzo quando ele foi visitar a turma de italiano no Sévigne”. A estudante que “gostava na verdade de francês” relata que “o pai não gostava de fascistas”; entretanto, acabou fazendo algumas aulas por conta da influência de seu “tio João que era amigo de [Gino] Battocchio lá de Bento”. De fato, encontramos a notícia no *Correio do Povo* de 1937, por ocasião do término das aulas de italiano daquele ano letivo:

No Ginásio Sevignè também foi notável o ensaio das alunas, entre as quais algumas professoras externas. A senhorita Dalva Dal Molin saudou em italiano o cônsul geral da Itália, e a professora Jacy de Castro Brasil saudou o Prof. Gino Battocchio, em comovente e afetuoso discurso. Respondeu carinhosamente o cônsul geral, agradecendo à Madre Luiza, diretora e louvando as alunas, que ofereceram belíssimos ramalhetes de flores. (CORREIO DO POVO, 31/10/1937, p. 15).

Ano após ano, as atividades lideradas por Gino Battocchio ampliavam-se. No ano de 1935, foi a vez da Escola Normal, assim chamada de 1929 até 1935. Esta é, hoje, o conhecido Instituto de Educação de Porto Alegre. Embora tenha tido vários nomes, a partir de 1929, sob a égide do governo Vargas, a escola voltou a se chamar Escola Normal, pelo Decreto 4.277, que também instituiu o curso de Aperfeiçoamento e o Jardim de Infância. Tal como a escola primária, servirá como Colégio de Aplicação para as alunas normalistas, para as quais eram oferecidas aulas de italiano.

Por iniciativa do instituto de Cultura Ítalo Rio-Grandense, foi inaugurado ontem, às 15 horas, na Escola Normal, a exemplo do que já tem sido feito em diversos estabelecimentos de ensino desta capital, um curso facultativo de língua italiana. A solenidade inaugural, que foi assistida por inúmeras alunas e presidida pelo senhor Emílio Kemp, diretor da Escola Normal, comparecem além do corpo docente daquela escola, o comendador Guilherme Barbarisi, cônsul geral da Itália neste Estado, e sua excelentíssima esposa. Por ocasião do ato inaugural, fizeram-se ouvir vários oradores. O primeiro a falar foi o Dr. Emílio Kemp. Em seu discurso, o diretor da Escola Normal referiu-se à louvável obra de aproximação ítalo-brasileira que, de uns tempos a esta parte, vem se verificando, dizendo que o ensino do italiano aos colegiais brasileiros muito contribuirá para a concretização integral desse elevado ideal. Após, o Dr. Emilio Kemp teceu várias considerações de ordem didática. O orador seguinte foi o comendador Guilherme Barbarisi, cônsul italiano, que na língua de Dante, desenvolveu lona e aplaudida oração, verdadeiro hino de atividade ítalo-brasileira. Por último discursou o professor dr. Gino Battocchio, que ministrará o ensino de italiano na Escola Normal. **As aulas de italiano, na Escola Normal, serão facultativas, podendo ser freqüentadas pelos alunos do terceiro ano daquela escola e pelas alunas mestras e professoras que o quiserem. Funcionarão às terças e quintas às 15 horas.** (CORREIO DO POVO, 14/06/1935, p. 11, grifo nosso).

O Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário, que possui uma reconhecida trajetória na educação gaúcha, construída desde 7 de fevereiro de 1904, também foi palco da atuação de Battocchio. A instituição que, em 2015, completou 111 anos, foi construída por diversas gerações, começando quando os Irmãos Géraud Dethoër e Ambrosi Michel assumiram a Escola Nossa Senhora do Rosário, que funcionava em duas salas da igreja paroquial de mesmo nome, na área central de Porto Alegre. Começaram com 45 alunos e, em um mês, já havia 110 matriculados. O atual prédio, na Avenida Independência, foi inaugurado em 26 de fevereiro de 1927 e abrigou o curso superior de Administração e Finanças, marco inicial da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a PUCRS. O Colégio Rosário possui, ainda hoje, uma revista chamada *Ecos Rosariense* (e não mais *Echos Rosariense*), criada em 1930, sendo, à época, editada e distribuída no final de cada ano letivo. Desta, servimo-nos como fonte para nossa investigação.

Pelo que se pôde identificar na revista *Echos Rosariense*, as aulas de italiano, no Colégio Rosário, começaram em 1933. O texto na revista *Echos Rosariense*, de dezembro de 1934 (p. 61), numa análise retrospectiva do ano que findava, indicava que as aulas facultativas de italiano “sob a devotada e competente regência do professor Gino Battocchio”, haviam começado em abril de 1933 e que a escola, na data, tinha 1.283 alunos regulares em várias etapas, dos quais, 60 haviam concluído o curso de italiano. Observou-se, também, a partir da revista, que as aulas de italiano iniciavam depois das aulas regulares, ou seja, em meados de abril e finalizavam em novembro.

Na edição da *Revista Echos Rosariense* de 1936, lemos a finalidade do curso na perspectiva dos editores:

Sob a direção do provector professor Gino Battocchio funcionou o curso livre de italiano. O fim deste curso é difundir e ampliar as relações culturais e o uso da língua de Dante entre os nossos educandos. Este curso é gratuito e, destinando-se aos alunos em geral, autorizado e recomendado pelo governo do Estado. Frequentaram as duas aulas semanais uns 88 alunos. Em fins de novembro encerraram-se as aulas. Compareceu à festa o régio Cônsul da Itália, comendador Barbarisi, ao qual foi oferecido um cartão de prata com os dizeres: “Os alunos do Ginásio agradecidos oferecem.” (ECHOS ROSARIENSE, 1936, p. 96).

No final do ano letivo, à cerimônia de encerramento compareceu o cônsul Barbarisi a exemplo dos anos anteriores. Com vibrantes e elogiosos discursos, os alunos se manifestavam favoráveis à existência do curso, como se depreende, em 1936, no discurso feito pelo aluno Aldo Seganfredo em italiano:

Lo devo ad um atto di cortesia dei miei compagni di corso se ho l'onore, io così piccolo, di dirigere La parola all'illustre rappresentante. Non vi aspettate

un'orazione clássica, ma semplicemente um discorsetto: Ed è appunto per questo Che fin d'ora vi chiedo indulgenza e vi ringrazio ancora per l'attenzione Che vorrete dispensarmi. Quest'oggi ci troviamo reuniti in questo recinto tutto ingalanato per celebrare La chiusura Del curso di língua italiana, Che grazie all'iniziativa delo Governatore Del nostro Stato, fú instituito in questo ginnasio, come in diversi altri collegi. [...] Ed ora, um vivo ringraziamento e la piú profonda gratitudine, vadano al nostro caro e provetto preceptore, Cav. Gino Battocchio, Che com tanto amore e sollecitudine ha saputo impartirei tante belle lezioni durante questo esercizio lettivo. Vogliate Signor Professore gradire anche gli auguri di buone vacanze che rivolgo in nome dei vostri discepoli, aggiungendovi un affettuoso arrivederci per Il prossimo anno. Non dobbiamo dimenticarci di esprimere la nostra piú sincera riconoscenza Allá degna direzione di questa casa, nonché a tutti i benemeritti fratelli, che nulla hanno scurato per far si che Il nostro curso raggiungesse l'ambito risultato. Conchiudendo, invito tutti i presenti ad innalzare entusiatici evviva ad Brasile ed all'Italia qui rapresentata dal Regio Console Generale Comm. Barbarisi, che ci há voluto onorare colla sua presenza. VIVA IL BRASILE! VIVA L'ITALIA! (ECHOS ROSARIENSE, 1936, p. 96-98).

Ano	Quantidade alunos concluintes	Professor ministrante	Cônsul presente à cerimônia de encerramento do ano
1933	?	Gino Battocchio	GuilhelmoBarbarisi
1934	60	Gino Battocchio	GuilhelmoBarbarisi
1935	?	Gino Battocchio	GuilhelmoBarbarisi
1936	88	Gino Battocchio	GuilhelmoBarbarisi
1937	?	Gino Battocchio	Santovicenzo Magno
1938	57	Gino Battocchio	Santovicenzo Magno
1939	48	Gino Battocchio	Santovicenzo Magno
1940	?	Gino Battocchio	Santovicenzo Magno

Alunos concluintes do curso livre de italiano no Colégio Rosário (1933-1940)

Fonte: Revista *Echos Rosariense* de 1933 a 1940.

Observou-se que aos concluintes, por diversas oportunidades, “foram distribuídos belos exemplares da literatura italiana” pelas mãos dos cônsules (ECHOS ROSARIENSE, 1935, p. 99).



Mesa que presidiu o encerramento das aulas de italiano no Colégio Rosário. Ladeados pelos irmãos maristas, estão o cônsul Santovicenzo (terceiro da esquerda para a direita) e o professor Gino Battocchio (segundo da esquerda para a direita)

Fonte: Revista *Echos Rosariense*, 1937, p. 86.



Cerimônia de encerramento das aulas de italiano do ano de 1939 no Colégio Rosário

Fonte: Revista *Echos Rosariense*, 1939, p. 64.

Na edição de 1938, a revista ainda dava destaque às aulas de italiano, elogiando o Prof. Gino Battocchio, que “soube por sua competência e abnegação atrair grande número de Rosarienses ao estudo do idioma de Dante. Duas vezes por semana, sua palavra eloquente descortinava a beleza, a sonância e a clareza da língua italiana”. (ECHOS ROSARIENSE, 1938, p.126). No encerramento das atividades, em 22 de novembro de 1938, os alunos organizaram uma sessão de agradecimento ao dedicado mestre, que não medira esforços para seu aproveitamento. Usou a palavra, em nome dos

alunos, o jovem Lírio Generali que, num vibrante discurso, “enalteceu o mérito do ilustre professor que, com paciência e abnegação, lhes mostrara a suavidade e harmonia da língua”. (ECHOS ROSARIENSE, 1938, p. 127).

O diretor do Colégio Rosário também se manifestou na ocasião dizendo que “[...] se sentia feliz e em nome de todos pelo professor que dera prova inequívocas no exercício de tão nobre magistério”. (ECHOS ROSARIENSE, 1938, p. 127). Na narrativa da revista, lemos que o professor Gino Battocchio, “profundamente emocionado pelas provas de carinho que acabava de receber agradeceu à Direção do Ginásio pela boa acolhida que sempre dispensara às suas aulas assim como os alunos que pela aplicação lhe proporcionaram tanta alegria, alento e conforto”. (ECHOS ROSARIENSE, 1938, p. 127). A revista registra que a sessão terminou com a execução do “Hino Nacional Brasileiro e do *Giovinazza* executado pela orquestra”. (ECHOS ROSARIENSE, 1938, p.127).

O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, confessional, também participou do acordo do consulado com o governo do estado para aulas de italiano. Fundado em 21 de junho de 1905, atualmente é mantido pela Associação de Educação Franciscana da Penitência e Caridade Cristã (AEFRAN-PCC). No início das aulas do ano de 1935, lemos notícia no *Correio do Povo*, com o título “A inauguração do curso de italiano no Ginásio Bom Conselho”:

Ontem às 14 horas teve lugar a solenidade da inauguração do curso de italiano no Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho. O ato que foi realizado numa das salas de aula daquele estabelecimento de ensino teve o comparecimento do comendador Guglielmi, Barbarisi cônsul geral da Itália neste Estado; Luiz Ledda, diretor-geral das escolas italianas no Rio Grande do Sul; Dominico Gaudio, representante da Fanfula, de São Paulo, e dos representantes da imprensa desta capital. A aula inaugural foi ministrada pelo professor Gino Battocchio, que fez uma preleção sobre a importância da língua italiana no curso de humanidades, detendo-se em longas considerações sobre a necessidade de uma maior aproximação entre a Itália e os países sul-americanos. Após, seguiu-se com a palavra o comendador Barbarisi, que durante algum tempo ocupou a atenção das alunas, referindo-se a satisfação de que se achava possuído ao ver o interesse que o ensino da língua italiana, de um tempo a esta parte, vem despertando nos estudantes brasileiros. Finalizando o discurso do comendador Barbarisi foi dada por encerrada a solenidade. (CORREIO DO POVO, 2/4/1935, p. 13).

O jornal *La Voce d'Italia* (1936, p. 2) incentivava a obra italianizante e repercutia em suas páginas que o senhor Gino Battocchio “já há três anos vem desempenhando com verdadeira paixão a distinta missão e verdadeira obra que merece o aplauso incondicional de todos que sabem avaliar e apreciar os inestimáveis benefícios que comporta o intercâmbio intelectual entre dois povos feitos para entenderem-se e

amarem-se”. Num balanço da atividade do Prof. Battocchio assim se referiu o editor do jornal:

[...] dotado de uma vastíssima e sólida cultura e de uma brilhante inteligência, favorecido por uma fina educação, já há muitos anos residente em nosso Estado onde é conhecidíssimo e apreciado não só por italianos mas também por todos os brasileiros que o rodeiam com viva amizade e simpatia o doutor Gino Battocchio era com certeza a pessoa mais apta para a delicada missão de fazer compreender e amar a nossa língua e a nossa pátria a esta viva juventude das escolas médias rio-grandenses. Na verdade, se nós considerarmos o pouco tempo decorrido do início de seu apostolado devemos nos sentir maravilhados pelos estupendos resultados já obtidos. **A obra do professor Battocchio se desenvolve viva e fecunda em todos os principais institutos médios de educação de Porto Alegre, masculinos e femininos, nos quais os seus cursos de italiano são freqüentados por uma multidão de alunos pertencentes às mais altas classes sociais do Estado,** que através da elegante e persuasiva palavra clássica de nosso professor com o conhecimento e admiração de nosso idioma absorvem também a estima e o amor pela nossa Terra. [...] esses curso se desenvolvem em sete grandes institutos médios de educação, privados ou estatais, nos quais se educam os futuros expoentes da classe dirigente do país e seus cursos são freqüentados por mais de 450 alunos. (LA VOCE D’ITALIA, 30/04/1937, p. 3, tradução e grifo nosso).

O Prof. Gino Battocchio possuía uma coluna no jornal *Stella d'Italia*, este publicado em Porto Alegre de 1902 a 1925, do qual era correspondente e acionista. Seus artigos eram assinados com o pseudônimo de *Italicus*. Em seus artigos, publicados a partir de 1916, defendia fortemente o ensino da língua italiana, bem como fomentava a participação dos italianos e descendentes, nas diversas sociedades italianas espalhadas pelo estado e tecia elogios ao líder italiano, Mussolini. Por ocasião da reabertura dos cursos de língua italiana, ocorrida na sede da Sociedade Dante Alighieri, em três de abril de 1935, na solenidade estavam presentes mais de duzentos alunos, e o Prof. Gino Battocchio se referiu a Mussolini.

A seguir, fez uso da palavra o professor Gino Battocchio, que se estendeu em considerações referentes ao idioma de italiano, detendo-se em observações sobre a significação do ensino em línguas com relação ao intercâmbio cultural e intelectual que deve existir entre os diversos países. Em seu discurso, o orador teve a oportunidade de se referir à obra que vem sendo realizada por Mussolini, tecendo considerações sobre o regime fascista. Ao finalizar, o professor Gino Battocchio, dirigindo-se aos seus alunos, disse sentir-se feliz em ver diante de si moços brasileiros sequiosos de conhecimentos relacionados com a cultura italiana. (CORREIO DO POVO, 04/04/1935, p. 9).

O texto acima é revelador da postura favorável de Gino Battocchio com relação ao regime fascista e de seu ardor pela Itália. É importante referir que, quando da criação do Instituto de Cultura Ítalo-Rio-Grandense, a manchete no jornal *A Federação*, de 10 de julho de 1936, na primeira página, ilustra que “solenemente, instalou-se, ontem à noite, o Instituto de Cultura Ítalo-Rio-Grandense”. E o mesmo jornal noticiou, em 23/07/1936 (p. 2), que a diretoria do Instituto era composta pelo desembargador, André da Rocha, como presidente; como secretário-geral, o escritor Dante de Laytano e, como tesoureiro, o Prof. Gino Battocchio. O jornal apresentou o nome dos membros, salientando que eram “nomes de relevo no mundo intelectual de nosso Estado”. (A FEDERAÇÃO, 23/07/1936, p. 2).

As aulas no Ensino Superior

Em 1940, o Prof. Gino iniciou suas atividades na Faculdade de Filosofia e Letras dos Irmãos Maristas, germe da atual Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Lá, lecionou Língua e Literatura Italiana. Dizia, em *Carta de 7 de fevereiro de 1946*, que “Aos reverendíssimos Irmãos Afonso e Faustino devo também a honra e o orgulho de fazer parte do corpo docente da Faculdade de Filosofia fundada em fevereiro de 1940, na qual tenho três disciplinas obrigatórias de língua e literatura italiana”. Preocupado com o processo da nacionalização, que já havia fechado as escolas italianas de Porto Alegre, em abril de 1938, e com o encerramento das aulas gratuitas de italiano nos ginásios da capital, ao que pudemos apurar, ocorrido em 1940, Gino Battocchio buscou saber do Cel. Aurélio da Silva Py, chefe de Polícia do estado, se ele poderia continuar a lecionar ao menos no Ensino Superior, tendo recebido um despacho favorável à continuação, como revela sua *Carta de 6 de março de 1942*:

[...] depois da ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e as nações de vossa Alteza [...] deixado aqui sem outro recurso, eu me voltei para as autoridades do Estado solicitando que me fosse autorizado continuar o ensino de Língua e Literatura Italiana na citada Faculdade de Filosofia e Letras como já havia feito nos anos passados cuja autorização obtive prontamente. O coronel Aurélio da Silva Py, chefe da polícia do Estado, concordou e disse que da parte da “chefatura” (direção geral) da polícia do Estado não seriam feitas objeções à minha atividade e que seria comunicado. (Tradução nossa).

O Irmão Marista, Dionísio Fuertez Alvarez, em autobiografia, referindo-se às antigas histórias de sua vida como estudante na Faculdade de Filosofia e Letras, lembrava que

o professor de italiano era Gino Battocchio, um ancião simpaticíssimo. Fora diplomata, diretor do Banco Pelotense, que faliu em 1929, na quebra dos bancos americanos. Para sustentar-se e à sua família fazia outros trabalhos. Em 1940, foi contratado para ser professor de língua e literatura italianas. Não reprovava ninguém. (ALVAREZ, 2007, p. 90).

Na Faculdade dos Irmãos Maristas, Battocchio lecionou, conforme dados que permitem inferir, até o ano de 1946. Em vista de uma bronquite asmática grave, estando bastante debilitado, parou de lecionar. Em Comunicação Consular de quinze de fevereiro de 1946, já se observa que o Prof. Gino não tem mais condições de lecionar, permanecendo como professor mais por uma “questão humanitária e para não privá-lo da sua única fonte de renda”.

De 1942 a 1944, lecionou também língua e literatura na Faculdade de Filosofia e Letras da então Universidade de Porto Alegre, hoje, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme encontramos no “ATTESTATO”, registrado e assinado pelo professor Francisco de Paula Casado Gomes, amigo e colega de docência, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O mesmo professor consignava que

Gino Battocchio se dedicava intensamente ao magistério da língua e literatura italiana, malgrado sofresse – e estivesse piorando com o passar dos anos – de asma que em seguida se transformou em asma cardíaca, uma das causas de sua morte. Além do mais, tal doença o constringia a constantes e dispendiosos cuidados médicos, o que lhe impediu de fazer a mínima economia de dinheiro. (ATTESTATO, 20/04/1976).

De fato, desde 1942, o Prof. Battocchio buscava receber uma pensão e mesmo algum cargo remunerado do governo italiano, como vemos no *Ofício Consular 7803/3 de 16/08/1948*, “em reconhecimento do longo serviço prestado à administração italiana, primeiro como professor nas escolas da pátria e sucessivamente como professor-agente e encarregado da língua e literatura italiana nos ginásios desta capital”. Pelos dados arrolados, Gino tinha graves dificuldades financeiras, a partir de 1940, tendo recebido, no ano de 1947, uma remuneração do Consulado a título de ajuda de Cr\$10.000,00, o que “era insuficiente”, segundo ele. Como identificamos *Ofício Consular 7803/3 de 16/08/1948*, Gino Battocchio buscava, no consulado, transferir-se para o Rio de Janeiro, a fim de obter um cargo na embaixada, dado que o clima da cidade de Porto Alegre era “nocivo à sua saúde”.

Colégio/Instituição	Ano de início das aulas de italiano	Ano de término das aulas de italiano
Colégio Anchieta	1933	1940
Colégio Nossa Senhora do Rosário	1933	1940
Colégio Bom Conselho	1933	1940
Colégio Americano	1934	1940
Colégio Sevigné	1934	1940
Instituto Porto Alegre	1935	1940 (?)
Escola Normal	1935	1940 (?)
Faculdade de Filosofia e Letras (Maristas)	1940	1946
Universidade de Porto Alegre	1942	1944

Instituições e períodos nos quais o Prof. Gino Battocchio lecionou em Porto Alegre
Fonte: Echos Rosariense; Jornal Correio do Povo, Documentos Consulares.

Considerações finais

A ação italianizante levada a efeito pelo governo italiano e revigorada pelos cônsules notadamente fascistas, como Manfredo Chiostrri e Mario Carli, no final da década de 20 e início da década de 30, havia alcançado certo êxito com o beneplácito do governo brasileiro, na medida da celebração do acordo de 1932 para a instalação das aulas em ginásios da capital. Assim, até o final de 1940, o Prof. Gino Battocchio lecionou italiano nos cursos livres propostos pelo consulado, em acordo com o governo do estado, além das aulas de italiano ofertadas pela Sociedade Dante Alighieri. As exigências do Estado Novo, com o processo de nacionalização, o impediram de continuar.

O Prof. Gino que, nos últimos anos de vida, morou na rua Otávio Rocha, número 40, no centro de Porto Alegre, faleceu em 14 de janeiro de 1949, às cinco horas da manhã, com 77 anos. O benefício financeiro, tantas vezes solicitado por ele e depois pela viúva, só foi concedido, parcialmente, em 1964, depois de muitas tratativas e em vista do estado de dificuldade pelo qual passava a senhora Iole Battocchio, e devido às complicações de saúde de sua única filha, Helena Maria Joanna Battocchio, que faleceu, em outubro de 1987, de ataque asmático.

Muitos livros de literatura clássica italiana, de arte e de história universal, pertencentes ao Prof. Battocchio, encontram-se na biblioteca da Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul e atestam sua fama de homem culto, que atuou como agente em defesa da italianidade.

Referências

A FEDERAÇÃO. Edições de 10/07/1936; 23/07/1936. Disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

ALVAREZ, Dionísio Fuentes. *Ir. Dionisio Fuentes Alvarez*: autobiografia adaptada. Trad. e adap. de Ir. Elvo Clemente. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

ATTESTATO de 20/04/1976 subscrito pelo professor Francisco de Paula Casado Gomes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BENTO GONÇALVES. Edição de 29/01/1910. Acervo pessoal professor Dari Simi (Canoas, RS).

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

CORREIO DO POVO. Edições de: 04/04/1935; 2/4/1935; 14/06/1935; 09/12/1937; 13/04/1935; 31/10/1937; 14/05/1933. Acervo do Arquivo Municipal Moisés Velinho (Porto Alegre/RS).

Entrevista com Aldo Seganfredo (em janeiro de 2015)

Entrevista com Dalva Lourdes Dal Molin Bueno de Camargo (em abril de 2014).

GINO BATTOCCHIO. Carta de 7 de fevereiro de 1946 ao Ministero degli Affari Esteri.

GINO BATTOCCHIO. Carta de 6 de março de 1942 ao Ministero degli Affari Esteri.

GINO BATTOCCHIO. Stato di Servizio, de 8 de setembro de 1948.

IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder*: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares. Caxias do Sul, RS: Educs, 2001.

LA VOCE D'ITALIA. Edições de 30/04/1937; 22/11/1935; 11/03/1936. Acervo do Professor Dari Simi (Canoas/RS).

Ofício Consular 7.803/3 de 16/08/1948 ao Ministero degli Affari Esteri.

REVISTA ECHOS ROSARIENSES. Edições de 1933 até 1943. Disponíveis em:
<<http://colegiomarista.org.br/rosario/exalunos/revista-ecos-rosariense>> Acesso em: 15 maio 2015.

WERLE, Flávia Obino. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 609-634, set./dez. 2005.

A educação na dinâmica do sistema coronelista de poder, na Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, na República Velha

Giovani Balbinot

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História – UPF

Introdução

Nos é possível observar um fenômeno político peculiar nos chamados municípios da zona de colonização italiana. Caxias do Sul elegeu sucessivas vezes o Maj. José Penna de Moraes para a administração municipal entre 1912 e 1924. São Leopoldo foi administrada pelo Cel. Guilherme Gaelzer Neto entre 1902 e 1916. Em Bento Gonçalves, o Cel. Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior permaneceu frente à intendência municipal entre os anos de 1892 a 1924, sendo nomeado e eleito repetidas vezes. Em Antônio Prado, o Cel. Innocencio de Mattos Miller foi continuamente eleito para a intendência, permanecendo a frente desta entre os anos de 1910 e 1923. Veranópolis permaneceu sob a administração do Cel. Achyles Taurino de Resende, entre 1910 e 1924, assumindo inicialmente como vice-intendente, sendo posteriormente eleito por diversas vezes. O caso de Guaporé apresenta-se como um interessante exemplo destes intendentess, perpetuando-se frente à direção municipal, uma vez que o Cel. Agilberto Attílio Maia conduziu intendência entre os anos de 1912 a 1924 e novamente entre 1928 a 1937 como intendente e, posteriormente, como prefeito municipal, tanto indicado, durante o período pós-Revolução de 30, quanto eleito no período constitucional seguinte. (BIAVASCHI, 2011, p.109-116).

Desta forma, ressaltamos que determinados intendentess, estranhos à região, permaneceram por longos períodos na direção política e em administrações locais, garantindo resultados nos pleitos, funcionando como importantes engrenagens para a máquina política borgista, cujo fator de continuação estava diretamente interligado com a margem de legitimidade com o eleitorado.

Entretanto, a despeito da importância deste fenômeno peculiar, a historiografia ainda não desenvolveu estudos mais aprofundados e abrangentes acerca das gestões políticas e administrativas nos municípios que compõem a Região de Colonização Italiana (RCI), assim como sobre as práticas empregadas pelos coronéis com os eleitores destes municípios de origem colonial.

Neste momento, procuramos contribuir para o preenchimento deste vazio, pois, se a continuidade administrativa delineou-se como uma realidade e se, realmente, essas regiões apresentaram-se como fábricas de votos para o borgismo, pelo menos entre as

duas primeiras décadas do século XX, não temos ainda conhecimentos das práticas de cooptação e coerção entre os coronéis intendentos e o eleitorado, as quais sustentaram este continuísmo, ou, ainda, pormenores sobre a relação entre poderes locais e central, que podiam fermentar sob a cortina das “tranquilas ditaduras” serranas. Desta forma, aventuramo-nos na tentativa de fornecer mais algumas peças para a compreensão da História e da política rio-grandense.

Assim, nossa análise busca compreender as relações entre a educação e a dinâmica coronelista de poder no Rio Grande do Sul, através do estudo de caso do Cel. Agilberto Attílio Maia, no Município de Guaporé, realizando também, quando possível, paralelos com a ação de diversos coronéis, nos municípios da RCI, adjacentes a Guaporé.

1 A educação na dinâmica coronelista de poder: as aulas públicas, o magistério e o funcionalismo público

Júlio de Castilhos e Medeiros, em conjunto com os poderes coronelistas locais, estruturaram e utilizaram um aparelho de cooptação e coerção de caráter estadual, que permeava os âmbitos político, administrativo, econômico, jurídico, policial e, se se quiser analisares, também educacional.

A face educacional deste aparelho, voltada para a cooptação através da abertura de aulas públicas e a nomeação dos quadros do magistério, alcançou contornos extremos na RCI, devido aos anseios e às necessidades do elemento imigrante por educação.

Como tal, os coronéis empregaram este aparato para consolidar suas posições, seu prestígio e suas redes de compromissos em sua esfera de atuação, sejam distritos, um município, seja mesmo uma região. Além disso, como a condição básica para o alistamento eleitoral figurar na alfabetização, a educação compunha uma ferramenta essencial na formação e doutrinação de novos eleitores, conforme podemos observar nas páginas do órgão republicano *A Federação*:

Não temos o proposito de repetir e justificar considerações que demonstram a influencia do ensino publico sobre o desenvolvimento dos povos. Tão debatido e elucidado já se acha o assumpto, que seria desnecessario reroduzir quaesquer arqumentações ou citar exemplos. Limitamo-nos a lembrar, em synthese, que o acto do governo, melhorando e diffundindo o ensino publico, é de molde a influir directamente sobre o progresso moral e material do Estado, ao mesmo tempo que será util tambem a sua educação política.¹

¹ A Federação, Porto Alegre, 17 de Fevereiro de 1913. Ano 1913 – Arquivo 00041. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

De acordo com Axt, um dos instrumentos mais importantes, que podia ser desdobrado por um coronel, era a prerrogativa concedida pelo presidente do estado sobre a abertura de aulas públicas e indicação de professores. (AXT, 2011, p.132).

Conforme exemplificado nas palavras do Cel. Agilberto Attílio Maia, no Relatório da Intendência de Guaporé, relativo a 1º de outubro de 1915 a 30 setembro de 1916, a educação apresentava-se como um dos principais gastos municipais, pesado sobretudo no orçamento municipal. Entretanto, conforme o coronel, era necessário haver a realização de qualquer sacrifício, para não se aumentar, mas pelo menos manter o orçamento destinado à educação pública.

O Cel. Attílio Maia destaca:

A despesa effectuada com os regentes das 64 aulas supra-alludidas, a contar de 1º de outubro de 1915 a 30 de setembro do corrente anno, foi de 40:405\$000; sendo – 21:000\$000 por conta do Estado 19:405\$000 pelos cofres municipaes.

Como vedes, srs.do Conselho Municipal, a verba destinada a ser despendida com o ensino publico do município pesa sobretudo em nosso orçamento; não obstante, longe de prescindil-a, de attenual-a mesmo, precisamos e devemos – quando não augmental-a, ao menos – conserval-a, ainda mesmo que para isto mister se façam, de nossa parte, ingentes sacrificios.²

A despeza feita com esse mister da minha administração pesou sobretudo no movimento economico e financeiro deste município.³

As vultosas somas empregadas nesta área são indícios da importância que o controle da máquina pública da educação atribuía ao coronel, já que conferia a este duas prerrogativas de importância capital: primeiro, a abertura de aulas públicas possibilitava formação de novos eleitores, por meio da alfabetização e doutrinação destes nos ideais políticos do republicanismo positivista. Segundo, funcionava como eficiente ferramenta de cooptação de eleitores, ao atender as demandas dos imigrantes e de seus descendentes por educação, além da nomeação/remoção de professores funcionar como elo no estabelecimento da rede de compromissos entre o coronel e os professores e seus familiares. Desta forma, consideraremos ambos os pontos com maior profundidade.

Não obstante o evidente progresso intelectual da população e o progresso da condição de vida, os investimentos na área da educação delineavam-se como uma ferramenta excepcional na criação de grande quantidade de novos eleitores, pois a alfabetização impunha-se como a condição básica para o alistamento eleitoral, funcionando também como um excelente instrumento de doutrinação política destes vindouros eleitores.

² AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, 1916, p. 8.

³ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, 1917, p. 4.

No Município de Guaporé, assim como em toda a RCI, este contexto foi potencializado pelas características do processo de ocupação das terras, que dotou as áreas rurais de grande contingente populacional de origem imigrante. Bastava o estabelecimento do ensino público, como ferramenta de alfabetização e doutrinação política, para o estabelecimento de ampla reserva de eleitores.

O Cel. Agilberto Attílio Maia, em carta de 1915 a Borges de Medeiros, explana que a abertura de aulas públicas apresenta vantagens reais e incalculáveis tanto para o avanço social do município, quando para a política borgista e a rede de compromissos coronelista. Deste modo, proporciona à educação transmitir o idioma oficial do estado aos estudantes que, em sua maioria, conservam seu idioma pátrio, no caso, com superioridade, o italiano, sendo o ensino o meio mais fácil e seguro para a difusão dos ideais republicanos e patrióticos.

Esse estabelecimento aqui será de vantagens reais e incalculáveis. N'este município como V. Exc. não ignora, o elemento proeminente é o italiano que em grande maioria conserva o idioma pátrio transmitindo-o aos filhos com postergação do idioma oficial e só – penso eu- pela difusão do ensino se poderá de novo mais fácil e mais seguro brasileiros os netos da gloriosa pátria.⁴

Deste contexto, podemos concluir que tanto o Cel. Agilberto Attílio Maia, quanto seus pares, na RCI em consonância com o presidente do estado, estruturaram e utilizaram o ensino público como ferramenta política. O que nos facilita compreender a constante preocupação dos coronéis da região com o ensino público. A abertura de novas aulas públicas trabalhava para a formação e doutrinação de novos eleitores, através da alfabetização e instrução do elemento imigrante e de seus descendentes.

O Cel. Thomas José Pereira Júnior, em carta de Venâncio Aires a Borges de Medeiros de 1914, reitera e insiste na necessidade do cuidado da educação no município. Desta forma, apresenta a criação de aulas públicas nas linhas do interior do município, como uma necessidade imposta pelo governo estadual, da qual o patriótico e honrado governo não descuidará de prover.

Mais uma vês reitero-vos o pedido que verbalmente tive a honra de fazer-vos ultimamente quando ahi estive, e depois por telegramma, sobre a conveniência da criação de mais três aulas neste município e da construcção de encontros de pedra nas pontes do Arroio Castelhana, nas estradas gerais de Manti Alverne e Santa Emilia. A criação dessas aulas bem como a construcção de encontros de pedra na pontes referidas, são necessidades que se impõem ao vosso patriotico e honrado governo que, estou certo, não

⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Attílio. Carta. Guaporé, RS, 20/4/1915. 3 folhas.Documento 02460.Documento 02468. Descritores: Obras Públicas, Municípios.

descuidara de prove-las, como medida de utilidade publica. As aulas cuja criação tomo a liberdade de mais uma vez pedir, devem ser localizadas no lugar denominado Sapé e nas linhas Theresinha e Isabel, o 1º para o sexo masculino e as demais mixtas.⁵

A importância e o cuidado dos coronéis e do presidente do estado, com a educação, ocorria devido sua repercussão direta na formação e no número de eleitores e, conseqüentemente, no resultado dos pleitos e na política de estabilidade, legitimidade e continuísmo borgista. Logo, a sombra do analfabetismo apresentava-se como ponto de constante apreensão. Oswaldo Hampe, em carta a Borges de Medeiros em 1926, justifica a diferença de 99 votos na eleição da 1922 para 1926, apresentando que o analfabetismo contribuí diretamente para a deficiência do número de eleitores municipais.

Chegou ao nosso poder vosso telegrama de congratulações pelo resultado da última eleição. Nello percebo que ficasteis tocado com a diferença de 99 votos de 1922 para 1926. Há effectivamente razão de chamardes a nossa atenção sobre este facto. Contudo levarei a vossa ponderação os seguintes factos: [...]

g) O analfabetismo deste município contribuetambem, numa certa medida, para a deficiência de eleitores. [...]⁶

Conforme observamos, tamanha preocupação com a alfabetização e o alistamento, como eleitor do elemento imigrante e seus descendentes, proporcionava também a contratação de professores voltados especialmente para o ensino da língua nacional e a alfabetização dos imigrantes, sempre contando com o objetivo final: incrementar o alistamento eleitoral.

Percebemos este contexto nas palavras do Cel. Thomas José Pereira Júnior, em 1906, ao comunicar a Borges de Medeiros a contratação de professores particulares, com o objetivo de ensinar a língua vernácula aos imigrantes e a seus descendentes, buscando a alfabetização e, conseqüentemente, a formação de novos grupos de eleitores.

Tem esta por objeto comunicar-vos que são os seguintes os professores particulares que se compromettem a ensinar a língua vernácula mediante a gratificação pecuniária que me autorisaste propor: Frederico Guilherme Jaeger, em Sapé, Eduardo Hass, em Theuminha, Mathias Gautsch, na Brasil, Alberto Suckem na Jaeger e Antonio Mariante de Campos, na

⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 5/2/1903. 2 folhas. Documento 10393. Descritores: Municípios, Política Regional.

⁶ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. HAMPE, Hampe. Carta. Antonio Prado, RS, 14/3/1926. 5 folhas. Documento 00162. Acompanha o documento de nº 00162. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Executivo Municipal, Partido Republicano Rio-Grandense.

Tangerinas. Espero, pois, que providenciareis no sentido combinado. Tenho a honra de subscrever-me.⁷

A estruturação e o uso do ensino público, como ferramenta política, também fazia sentir-se na doutrinação política destes novos eleitores. A instituição de aulas públicas não apenas trabalhava na criação de novos eleitores, mas também imbuía nestes, através do ensino, os sentimentos patrióticos republicanos propagados pelo PRR, estabelecendo uma nova geração de eleitores republicanos fiéis às premissas difundidas por Borges de Medeiros e Partido Republicano Rio-grandense.

Diz-se e os exemplos de outros países comprovam que a educação popular é o maior factor da liberdade política dos povos, formando o cidadão conhecedor dos seus direitos e cumpridores dos seus deveres. O bom funcionamento dos regimens políticos que encontram na soberania popular o seu apoio de pende, em grande parte, atestam observadores profundos, da difusão do ensino.⁸

Esta compreensão é ratificada pelas palavras do intendente de Guaporé, no Relatório da Intendência de 1916, que expõem que a difusão do ensino é o principal anseio dos governos, pois dissipa a ignorância, forma o cidadão e prepara o espírito republicano, em especial, o cidadão republicano positivista, apoiador da política borgista.

E a difusão do ensino deve ser a mais accentuada aspiração de todos os governos que primam pelo Amor a Pátria, porque, derramar a luz do saber sobre todas as classes sociais, é apagar a ignorância, é preparar no presente o cidadão do futuro republicano.⁹

O esclarecimento desta compreensão é constante. Novamente, em 1917, o Cel. Atílio Maia esclarece que, apesar do dispêndio econômico da educação no orçamento municipal, este é, em seu entendimento, a principal preocupação das administrações municipais brasileiras.

A despesa feita com esse mister da minha administração pesou sobre o movimento econômico e financeiro deste município. Mas isso não nos deve mal humorar porque é esse, na actualidade, um dos mais imperiosos deveres das administrações brasileiras.

⁷ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 28/6/1906. 2 folhas. Documento 10399. Descritores: Política Regional, Partido Republicano Rio-Grandense.

⁸ A Federação, Porto Alegre, 17 de Fevereiro de 1913. Ano 1913 – Arquivo 00041. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

⁹ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, 1916, p. 8.

O coronel segue destacando que, especialmente nos municípios de colonização italiana do Rio Grande do Sul, devido ao elemento imigrante, a educação é inquestionavelmente o mais importante desafio aos administradores, pois retira o espírito das trevas da ignorância e o introduz nas luzes dos deveres cívicos, ascendendo a chama do patriotismo.

Desta forma, nas palavras do coronel, o governo estadual tem a educação como uma de suas principais preocupações, sempre de acordo com as aspirações do honrado, benemérito e superior preclaro Borges de Medeiros.

Na diffusão do ensino, mórmente nos logares em que como aqui, nesta parte do Rio Grande do Sul, o elemento predominante é o estrangeiro, está, inquestionavelmente, uma das múltiplas preocupações que mais e mais deve atuar no espirito do administrador. Immerso nas trevas da ignorância ninguém, jamais, saberá comprehender, (para difinil-os com clareza) os seus próprios deveres cívicos. Aos governos cumpre, pois, tomar todas as medidas necessarias e tendentes a incutir no animo de todos os filhos do Brazil a convicção inderrocavel de que o Brazil, templo santo de agasalho á humanidade, é dos brasileiros, na phrasebellissima de um grande pensador. E é illuminando a intelligencia dos nossos patrícios com as luzes do saber que poderemos accender-lhes n'alma a chamma do patriotismo. Espalhar o ensino por todos os ângulos do Rio Grande do Sul tem sido e continua sendo uma da mais fortes cogitações do honrado e benemérito governo do Estado, á frente do qual se encontra esse homem superior que é o preclaro Dr. Borges de Medeiros.¹⁰

O incremento do número de eleitores alistados para os pleitos servia duplamente aos desígnios de Borges de Medeiros, pois além de colaborar para a legitimidade e o continuísmo de sua figura frente à presidência do estado, o acréscimo do número de votantes projetava o estado na política em nível federal.

Por esse modo, a direcção governamental do egregio dr. Borges de Medeiros apresenta-se inspirada dos mais elevados sentimentos republicanos, procurando proporcionar ao povo riograndense as condições indispensaveis do ensino publico, mediante o qual possam os filhos desta terra comprehender cada vez mais os seus direitos e deveres civicos. Não podiamos ficar para traz, no caminho da evolução, tratando-se de assumpto de tanta importancia como este, e o governo progressista do nosso digno Chefe não poderia ser indifferente a esse movimento do mundo civilisado.¹¹

¹⁰ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, 1917, p. 4.

¹¹ A Federação, Porto Alegre, 17 de Fevereiro de 1913. Ano 1913 – Arquivo 00041. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

A educação era ponto nevrálgico para a sustentação política de Borges de Medeiros e do PRR, assim como da elevação do *status* do Rio Grande do Sul na política, em nível nacional. Conforme a análise de Love, este aumento exponencial no número de eleitores pode ser visualizado quando abordamos os números de 1898; Castilhos norteou o partido à abstenção nas eleições, o Rio Grande do Sul forneceu aproximadamente 3.000 votos para presidente, enquanto em 1906 este número ascendia o dígito de aproximadamente 42.000 votos, legando o Rio Grande do Sul à terceira posição entre os estados por número de eleitores, ultrapassando o estado baiano e assumindo o posto de importante ator no palco da política nacional. (LOVE, 2006, p.146).

Compreendemos que a impressionante atenção dispendida com a educação pelos coronéis da RCI, assim como por Borges de Medeiros, devia-se a questões de duas ordens. Além da inequívoca melhoria geral nos padrões de vida da população municipal, o investimento em educação delineava-se como uma ferramenta peculiar de criação de exércitos de novos eleitores, desde que a alfabetização constituía um requisito para o sufrágio, fundamentais para a política de legitimidade, estabilidade e continuísmo de Borges de Medeiros, projetando também a ascensão política do Rio Grande do Sul, na política nacional, fazendo frente a Bahia, Rio de Janeiro e mesmo Minas Gerais e São Paulo. (AXT, 2011, p.133-134).

Afora as vantagens trazidas à discussão até este momento, o controle da máquina pública da educação atribuía ao coronel uma importante ferramenta de cooptação no momento em que concedia a este a prerrogativa da nomeação do quadro de professores e a abertura de aulas públicas, ferramentas essenciais para a formação da rede de compromissos do Cel. Agilberto Attílio Maia, no Município de Guaporé, assim como para seus pares em toda a RCI.

Conforme trouxemos à apreciação, compreendemos a cooptação como a dominação política exercida pelos coronéis não por vias da força, intimidação ou violência. Todavia pela aceitação e pelo reconhecimento, na formação da rede de compromissos, baseada em reconhecimento de posições sociais e reciprocidade. Se, por um lado, coronel garante ao subalterno benefícios de variadas formas, por outro, o dependente hipoteca mais do que o unicamente apoio político e voto, mas laços de lealdade, amizade, dedicação e obediência.

Portanto, as muitas nomeações para posições no magistério, que percebemos constantes na documentação, buscavam, por um lado a nomeação de elementos atrelados à política republicana para doutrinação política dos eleitores, conforme analisado anteriormente, e por outro acolher as constantes solicitações de professores, dos coronéis, fortalecendo a rede de compromissos dos coronéis locais com as bases

sociais locais. Desse modo, a rede de compromissos do coronel se fortalecia, em especial, devido ao grande número de aulas públicas instituídas no Município de Guaporé, e a conseqüente extensão do quadro do magistério e o número de imigrantes cujo anseio por educação era acolhido.

A criação de aulas públicas e a nomeação de professores eram instrumentos valiosos e eficazes na construção do prestígio e das relações de dependência e lealdade do coronelismo em estudo, uma vez que promoviam uma fonte de renda para correligionários leais, ao mesmo tempo em que atendiam anseios e demandas dos eleitores, em especial do elemento imigrante disperso pelos distritos e pelas linhas da área rural do município. (Axt, 2011, p.135).

Neste contexto, iniciamos a análise pela nomeação do quadro de professores. Prestigiosa ferramenta no estabelecimento dos elos da rede de compromissos coronelista, proporcionava um importante elemento de renda para o professor indicado e seus dependentes, condicionando toda a família deste educador à posição de coronel local.

A profundidade deste vínculo de lealdade e o prestígio ao coronel e ao partido estabelecido pela nomeação do quadro de professor podem ser compreendidos através das palavras de Geraldina de Moraes, moradora de Antônio Prado, que remete carta a Borges de Medeiros, em 1907, agradecendo a nomeação de sua filha, Carlinda de Moraes Pinto, para a função de professora, em Carazinho, Município de Passo Fundo.

Segundo a autora, o pedido, bondosamente atendido, afasta a numerosa família da educadora da miséria, estabelecendo fortes vínculos desta com o coronel local, Innocencio de Mattos Miller, responsável pela intermediação da nomeação, e o presidente do estado, Borges de Medeiros.

Tendo V. Excia. Bondosamente atendido a meu pedido, nomeando minha filha Carlinda de Moraes Pinto, como professora de Carazinho, no município de Passo Fundo, cuja nomeação vem livrar numerosa família da miséria a que esta sujeita.¹²

A nomeação desdobrava-se em vínculos de lealdade e compromissos por parte do professor e de seus familiares, acionados durante os pleitos, tanto através do exercício do seu voto e de seus dependentes, quanto como cabos eleitorais do coronel, nas respectivas linhas ou nos distritos em que se encontravam instalados. Desta forma, o magistério, com suas centenas de postos, era um misto de função pública e negócio privado, funcionando como instrumento de costura das relações entre poder central, coronéis e eleitores. (AXT, 2011, p. 134).

¹² Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MORAES, Geraldina de. Carta. Antonio Prado, Rs, 19/5/1907. 2 folhas. Documento 00152.Descriptores: Política Regional, Funcionalismo.

A nomeação para postos do magistério, por professores recomendados pelo coronel local, não apenas demonstrava sua importância na estrutura de poder estadual, mas também aumentava seu prestígio frente à sociedade local, permitindo reforçar a rede de compromissos do coronel e de seus laços clientelísticos de submissão e fidelidade. A inclusão deste fator nos permite compreender as constantes solicitações, para a abertura de aulas públicas por parte dos coronéis da RCI a Borges de Medeiros, conforme carta de Thomas José Pereira Júnior em 1904:

Ilustre Cidadão Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros
Hoje respondi a circular do Dr. Manoel Pacheco Prates, sobre localização de aulas neste município. Nessa resposta incluí o pedido que verbalmente vos fiz, sobre a criação de mais duas aulas nas linhas Tangerinas e Santa Eugenia.¹³

A cooptação delineava-se como a ferramenta de construção do “pessoal do coronel”. Apresentava como limite a envergadura e o alcance de seu prestígio e influência erigido a partir de suas relações com as esferas de decisão, pública ou privada. O estabelecimento de rede de compromissos local alcançava a proporção de sua capacidade não só de liderança, mas também de distribuição de favores, sempre obedecendo ao critério da inserção do postulante, na rede de compromissos e os serviços prestados ao coronel e ao partido, sobretudo às eleições.

Deste modo, as indicações para as nomeações dos quadros do magistério delineavam-se como mais uma engrenagem no aparelho de cooptação elaborado pelo presidente do estado, em conjunto com os poderes locais, com o intuito de consolidar a posição, o prestígio e a rede de compromissos do coronel, em suas esferas de atuação. Deste modo, as constantes solicitações para a abertura de aulas públicas continham, com raras exceções, a indicação do professor a ser nomeado para a referida aula, conforme percebemos nas palavras do Cel. Thomas José Pereira Júnior em 1906:

Exmo. Snr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros
Tomo a liberdade de lembrar-vos que prometeu-me converter em mixta a aula do sexo feminino desta Villa, e nomear para Ella a professora Da. Maria do Carmo Pereira. A mesmo tempo, ousou pedir-vos que com a possível brevidade façais a conversão da dita aula e a nomeação da professora referida.¹⁴

¹³ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 12/12/1904. 1 folha. Documento 10397. Descritores: Municípios, Educação.

¹⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 2/4/1906. 1 folha. Documento 10404. Descritores: Funcionalismo, municípios, Educação.

O alcance da rede de compromissos estabelecida pelo magistério pode ser compreendida quando analisamos a evolução dos números totais de aulas subvencionadas pelo Cel. Agilberto Attílio Maia, entre 1913 e 1923: entre o período que compreende os dez anos entre 1913 e 1923, o número de aulas públicas subvencionadas pelo governo municipal e estadual salta de 34 para 86, ilustrando a estima conferida à educação, tanto na formação e doutrinação de eleitores, quanto no estabelecimento da rede de compromissos ligada ao magistério.

(1913) Funcionam regularmente 4 aulas estadoaes, 14 subvencionadas pelo governo do Estado e 20 municipaes.¹⁵

(1916) Funcionam, actualmente, em todo o território municipal 64 aulas subvencionadas pelo Estado e pela Intendência.¹⁶

(1920) Funcionam neste município, na actualidade municipal 81 aulas de subvenção estadual e municipal.¹⁷

(1923) Com orgulho contamos com o funcionamento de 86, aulas subvencionadas[...].¹⁸

(Datas apresentadas pelo autor uma vez que os fragmentos foram recortados de diversos relatórios da Intendência)

Apesar de alguns dados divergirem dos relatórios anuais analisados, o quadro abaixo, retirado do Relatório da Intendência do Município de Guaporé de 1927, realizado segundo solicitação do intendente Manoel Francisco Guerreiro, fornece a possibilidade de uma análise panorâmica geral da extensão do ensino público, no Município de Guaporé, através dos dados relativos ao número ao ano, número de escolas subvencionadas pelo poder municipal e estadual, número de alunos atendidos e média de frequência.

¹⁵ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1913, p. 5.

¹⁶ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1916, p. 8.

¹⁷ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1920, p. 9.

¹⁸ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1923, p. 8.

Panorama da Educação de Guaporé, 1904-1926

Ano	Escolas isoladas estaduais	Escolas Municipais				
		Subvenção estadual	Subvenção municipal	Total	Matrícula geral (média)	Frequência (média)
1904	-	-	-	-	-	-
1905	-	-	-	-	-	-
1906	-	-	-	-	-	-
1907	7	-	4	4	-	-
1908	9	-	3	3	869	732
1909	9	-	5	5	984	900
1910	11	-	13	13	1.555	1.035
1911	4	6	20	26	1.384	1.015
1912	4	6	20	26	1.732	1.306
1913	4	14	20	34	2.135	1.812
1914	5	14	21	35	2.378	1.859
1915	5	31	25	56	3.026	2.415
1916	4	31	33	64	2.931	2.304
1917	3	39	28	67	2.994	2.364
1918	3	39	36	75	3.156	2.238
1919	3	39	43	82	3.348	2.526
1920	3	39	42	81	3.359	2.389
1921	3	39	49	88	3.749	3.057
1922	3	39	49	88	3.616	2.957
1923	3	39	47	86	3.416	2.357
1924	3	39	33	72	2.992	2.462
1925	3	39	37	76	3.089	2.942
1926	2	39	45	86	2.811	2.192

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Manoel Francisco Guerreiro, ano de 1927, p. 67.

Os dados foram conferidos com os Relatórios da Intendência dos respectivos anos, apresentando apenas pequenas variações nos anos de 1914, 1921 e 1925, quanto ao número de escolas subvencionadas pelo poder municipal; entretanto, estas variações não alteram o quadro geral da evolução do magistério em Guaporé. Optamos por manter os dados originais da tabela de 1927, por nos proporcionar um panorama do alcance das práticas de cooptação, através dos diversos âmbitos que compunham a esfera da educação. Em 1912, ano da eleição do Cel. Agilberto Attílio Maia, para o cargo de intendente, Guaporé contava com 26 aulas públicas e um total de 1.732 alunos matriculados. Em 1926, após dez anos de sua administração, as cifras alcançavam 86 aulas e 3.416 matrículas.

Estes dados fornecem um vislumbre do processo de ampliação da rede de compromissos coronelista estabelecida pelo Cel. Attílio Maia, cooptando não apenas os eleitores ligados ao quadro de professores nomeados para o magistério, mas também da

cooptação dos eleitores das áreas rurais, através da consideração de suas demandas por educação.

Quanto ao funcionamento prático do magistério, a partir do mês de janeiro de todo ano, eram estabelecidos pelo diretor-geral e pelos diretores regionais da Instrução Pública, oriundos da Secretaria do Interior e Justiça, os quadros do magistério, com base nos quais distribuíam-se os professores e fixava-se a remuneração, segundo as vantagens e suplementares de direito, devidos a cada professor e que, de forma invariável, eram concedidos particularmente por meio de decretos oficiais, segundo o comprometimento do docente com a causa estadual.

Em determinadas cidades, a prerrogativa sobre composição dos quadros era outorgada ao chefe político local. Esta prática, bastante difundida no início do período Borges, devido à necessidade de cooptação de correligionários e eleitores nos municípios, diminuiu sensivelmente durante a década de 20, quando os chefes políticos, ao invés de montar o conjunto do quadro do magistério para a região, limitavam-se a indicações pontuais. (AXT, 2011, p.134).

No Município de Guaporé, esta prerrogativa permaneceu nas mãos do Cel. Agilberto Attílio Maia, como uma de suas principais ferramentas de barganha, sendo que a permanência desta prerrogativa, com a gama de poderes do Cel. Attílio Maia, explica a ausência de cartas destinadas a Borges de Medeiros, solicitando a nomeação do magistério de Guaporé.

Actos

Nomêa a Srta. Ernesta Martinazzo professora publica municipal.

Coronel Agilberto Attílio Maia, intendente de Guaporé, etc. Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo n.º 8, art 11, da Lei Orgânica, resolve nomear, nesta datam como de facto nomeada fica, a Srta. Ernesta Martinazzo, professora publica, para reger a aula n.º 35, localizada na estrada Gal. Osorio, lote n.º 3, no 3.º districto, com os vencimentos marcados mensaes, de 60\$000.

Registre-se, publique-se e communique-se.¹⁹

O quadro de professores dividia-se em duas categorias: concursados e substitutos. Apesar de os concursados terem maiores garantias, nem por isso eram menos dependentes da rede de compromissos, uma vez que tanto a concretização de sua nomeação, quanto a sua situação posterior dependiam diretamente de suas relações com o poder local. A nomeação de juizes de distrito, comarca e superior tribunal, assim como promotores, delegados, policiais de todas as ordens, professores, coletores de impostos,

¹⁹ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1916, p. 81.

notariados e registros gerais, etc. dependia diretamente da inserção do pretendente na rede de compromissos coronelista, tendo como requisito a aprovação em concurso simples formalidade burocrática. O caso dos professores Frederico Guilherme Jaeger e Antonio Mariante de Campos, professores aprovados em concurso para as aulas das linhas Sapé e Tangerinas, área rural de Venâncio Aires, corrobora nossa compreensão, pois a posse do cargo necessariamente passa pela indicação do Cel. Thomas Pereira, conforme carta de 1906:

Ilustre cidadão Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros
Peço-vos para não esquecer de incluir no respectivo quadro, os professores Frederico Guilherme Jaeger e Antonio Mariante de Campos, ultimamente aprovados em concurso, e por mim indicados para aula das linhas Sapé e Tangerinas.²⁰

Repetidamente, os aprovados no concurso eram conhecidos e indicados antes mesmo da exposição do edital de concurso para o provimento da vaga. Além disso, mesmo após a aprovação, havia uma ampla distância a ser percorrida até a efetiva nomeação, cuja concretização dependia da intervenção do coronel, conforme o caso Amelia Meneses de Bittencourt, indicada interinamente à décima aula estabelecida em Venâncio Aires:

Venho hoje a vossa respeitável presença afim de impetrar-vos a nomeação de Da. Amelia Meneses de Bittencourt para reger a décima aula mixta situada nos subúrbios desta Villa.
Essa moça está habilitada para exercício effectivo de magistério e no tempo determinado se apresentara a concurso para esse fim.
Mas tornando-se urgente o preenchimento dessa aula vaga para attender a compromissos há muito contrahidos com os habitantes da zona onde estaella situada peço-vos por isso essa nomeação e espero ser attendido com a possivel brevidade.²¹

As palavras de Thomas José Pereira Junior ilustram relação entre o coronel da RCI e o presidente do estado. Embora sua autonomia fosse diretamente enfraquecida pela centralização monolítica e hierárquica do PRR, o coronel utilizava-se do aparelho estruturado por este para suas práticas de cooptação e coerção, cristalizando sua posição, frente à esfera estadual e local. Assim, o coronel aceitava e integrava-se a uma engrenagem na máquina política borgista, ao invés de lutar contra sua centralização.

²⁰ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 23/2/1906. 2 folhas. Documento 10398. Descritores: Municípios, Funcionalismo.

²¹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 10/3/1903. 2 folhas. Documento 10390. Descritores: Municípios, Funcionalismo.

Entretanto, descartamos uma relação vertical de poder, ou uma simples burocratização do coronel, ao passo que identificamos uma relação de compromissos e interdependências, que permeava eleitores, coronel e presidente do estado, sendo que todas as esferas contraíam obrigações e compromissos que deveriam ser atendidos em certas ocasiões. Estado e coronéis dependiam desta interação para a manutenção de suas posições de poder.

Esta rede de obrigações e compromissos interligava desde o chefe político estadual e o coronel local, passando pelo professor nomeado e por sua família até alcançar os imigrantes e descendentes que ansiavam pelo estabelecimento da aula. Novamente, as palavras do Cel. Thomas José Pereira Júnior ilustram esta relação de compromissos entre as três esferas: presidente do estado, coronéis e imigrantes.

Vou mais uma vez lembrar a V. Ex^a. A promessa que me fez, a qual consiste em promover para este município, duas aulas do sexo masculino afim de serem localizadas nos logares denominados Sapé e Tangerinas.

São candidatoas a essas aulas, respectivamente, os Snrs. Frederico Guilherme Jaeger e Antonio Mariante de Campos já habilitados para esse fim em concurso.

Espero, pois, que seja satisfeita essa velha promessa, cuja realização aguardo ansioso, porque Ella virá saldar sérios compromissos políticos por mim contrahidos há muito tempo.²²

Da mesma forma, o acesso a gratificações, vantagens e boas colocações, devido a fatores como distâncias, instalações ou quantidade de alunos, as classes poderiam ser mais ou menos disputadas pelos professores, dependia do poder de inserção do educador nesta rede de reciprocidades. (AXT, 2011, p.133-134). Conforme observamos no Relatórios da Intendência do Município de Guaporé, ano de 1913:

Funcionam regularmente 4 aulas estadoaes, 11 subvencionadas pelo governo do Estado e 20 municipaes. Com custeio destas, inclusive gratificação concedida a 8 professores subvencionados, o município dispendeu até 31 de outubro, a importância de Rs. 11:285\$666.²³

Os professores substitutos, por serem nomeados diretamente pelo interventor municipal, participavam ainda mais diretamente da rede de compromissos coronelista, uma vez que tanto a sua nomeação quando a sua permanência, no cargo, dependiam de sua atuação não apenas a frente da docência de sua classe, mas também no voto e na arregimentação de eleitores na localidade em que residia.

²² Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 16/7/1906. 2 folhas. Documento 10401. Descritores: Municípios, Funcionalismo.

²³ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1913, p. 5.

O estabelecimento de aulas públicas mostrava-se como uma solicitação, pois, através destas, em muitos casos, ocorriam os primeiros contatos dos jovens com o português apropriado, uma vez que, na residência, era habitual a utilização do idioma da pátria de origem ou dialeto análogo. Além do contato com o português, através das aulas, florescia a alfabetização e a possibilidade de um possível futuro de abundâncias, até mesmo em uma carreira de *dotor*!

O Cel. Agilberto Attílio Maia, em 1915, demonstra intensa preocupação com este aspecto. Com uma população superior a 30 mil pessoas, espalhadas por um extenso território de aproximadamente 2.200 km², o coronel empenhava-se na difusão do ensino público para a população jovem do Município de Guaporé não crescer no analfabetismo, como também desconhecendo o idioma vernáculo.

A nossa população é, actualmente, superior a trinta e três mil almas, na sua maioria de origem estrangeira, esparsa em um território de cerca de 2.200 km quadrados, de maneira que, se não continuarmos na difusão do ensino, lógico é que a maior parte da infância crear-se-á no analfabetismo, como também desconhecendo o idioma vernáculo.²⁴

Em 1916, novamente o Cel. Attílio Maia demonstra intensa preocupação com a situação da educação no município. Segundo suas palavras, apesar da precária remuneração, procuram, com abnegação, desempenhar o árduo trabalho de ensinar alunos que são, na maioria, de origem estrangeira. Desta forma, ao professor cabia o duplo trabalho: ensinar ao aluno não apenas a pronúncia e a escrita das palavras, mas também a respectiva significação, pois não é incomum jovens de famílias de imigrantes italianos ou polacos que ignoram, por completo, o idioma nacional.

Os quadros favorecidos pela Inspectoria escolar e anexados aos da Secretaria do Município, vos demonstrarão o quando é satisfatório o resultado obtido pelos professores, que, apesar de mal pagos, procuram com abnegação bem cumprir a árdua tarefa de ensinar alumnos que são, na sua maioria, de origem estrangeira. E este facto acarreta ao professor o duplo do trabalho, visto que terá de ensinar ao alumno não só a pronuncia das palavras, mas também a respectiva significação, pois não é raro se ver, aqui, filhos do Brazil, nascidos de Paes italianos ou polacos que ignoram, por completo, o sentido do mais simples vocábulo da língua vernácula, que muitas vezes só ouvem fallar ou fallam na escola.²⁵

Cabe ressaltar que, ao instalar aulas públicas naqueles locais, o coronel atendia a demanda destas populações, cooptando os eleitores locais para a sua facção, sempre sob

²⁴ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1915, p. 7.

²⁵ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1916, p. 8.

a ameaça de fechar ou transferir a aula pública local, caso não houvesse fidelidade dos eleitores locais, além, é claro, de garantir uma futura geração de novos eleitores, forjada sobre a tutela dos professores aliados do coronel e de suas concepções políticas.

Delineamos também uma última prática de cooptação empregada pelo Cel. Agilberto Attílio Maia, em menor escala, mas também significativa, relativa à estrutura física das aulas públicas.

Devido à falta de recursos o suficiente para a construção das instalações onde funcionariam as escolas públicas, o governo estadual e municipal acabavam por alugar estabelecimentos, em geral a própria casa dos professores que residiam no interior dos distritos do município, para a instalação das aulas.

Este método não apenas funcionava na cooptação do eleitorado, através do atendimento da demanda local pela criação das aulas e da nomeação do professor, mas também da vinculação do professor e de sua família com o aluguel do estabelecimento que, em caso de descompasso com a vontade do coronel, poderia ser facilmente alterado para outro edifício local.

Com poucos recursos para obras, o estado remunerava muitos professores para darem aula na própria casa, os quais, com frequência, quando eram construídos prédios para as escolas, resistiam em transferir suas classes para aquelas dependências.

No exercício passado funcionaram quarenta e três aulas subvencionadas pelo Estado e Município, além de seis Estadoes, e no vigente funcionaram 56 subvencionadas pelo Estado e Município e mais seis estadoes, verificando-se pois, no presente exercício, um acréscimo de 13 aulas, tornando-se ainda necessária a criação de novas escolas para o exercício vindouro, atendendo-se aos repetidos pedidos de chefes de famílias, que, a exemplo dos demais, propõem-se a construção de casas para sua instalação e funcionamento, bem como para a moradia dos professores.²⁶

Em suma, demonstramos que o controle da máquina pública da educação delineava-se como uma das principais engrenagens da rede de compromissos tecida pelo Cel. Agilberto Attílio Maia, no Município de Guaporé, assim como os demais coronéis e chefes políticos da RCI, tornando as prerrogativas da abertura de aulas públicas e da nomeação do professorado um dos principais instrumentos de cooptação política, já que o domínio destas práticas possibilitava a constituição de novos eleitores entre os imigrantes e seus descendentes, além de trabalhar como ferramenta de cooptação ao atender as demandas dos imigrantes e de seus descendentes por educação, ao passo que a nomeação/remoção de professores possibilitava o estabelecimento de laços de compromisso, prática de cooptação destes e de seus familiares.

²⁶ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1915, p. 7.

Referências

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 17 de Fevereiro de 1913. Ano 1913 – Arquivo 00041. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

AVANCINI, Elsa. *Coronelismo, cooptação e resistência: 1200 votos contra o coronel: a eleição da banha em Ijuí, 1934*. Porto Alegre: Secretaria do Estado da Educação: Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino, 1993.

AXT, Gunter. *Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Paiol, 2011.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelista na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, durante o período borgista (1903-1938)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2011. p. 83. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3238>. Acesso em: 8 abr. 2014.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, estruturas de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 111-138.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Sobre aqueles que mandam no lugar: coronelismo, dominação e resistência na região serrana do Rio Grande do Sul durante a primeira república. *SÆCULUM – Revista de História*, João Pessoa, n. 26, p. 151-168, jan./jun. 2012.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes, alternativa educacional através da fé para imigrantes italianos (1917-1943)

Gisele Belusso

Mestranda em Educação – UCS

Esta comunicação apresenta os resultados iniciais do projeto de pesquisa de maior abrangência intitulado: Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: tecendo histórias de sujeitos e práticas (1922-1954). A pesquisa está sendo realizada com apoio financeiro da Capes, para a construção da dissertação de mestrado em educação, sob a orientação da Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese. Objetiva em sua trajetória compreender o processo histórico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, atentando para as culturas escolares da instituição, seus sujeitos e práticas escolares entrelaçadas nos tempos e espaços. Para tanto é necessário buscar elementos referentes à criação da Congregação das Irmãs de São Carlos e sua atuação em solo brasileiro no campo educacional, bem como narrar o panorama histórico de Farroupilha/RS. O projeto de pesquisa tem o início do recorte temporal no ano de 1922, em virtude da mudança de localização do colégio e da paróquia, devido ao deslocamento de várias famílias para as proximidades da Estação Férrea e concluindo a análise no ano de 1954, quando a escola tem autorização de funcionamento do curso Ginásial. Nesta comunicação, abordarei até o ano de 1943, quando da inauguração do novo e monumental prédio do colégio para época, construído com o apoio da comunidade.

Na investigação está sendo acessado o arquivo documental e acervo iconográfico do colégio, bibliografia regional, municipal e o livro de tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus. Serão também realizadas entrevistas com sujeitos que fizeram parte dessas histórias.

Para a realização da análise documental e da história oral, utilizarei o viés da História Cultural, com os estudos de: Burke (1992, 2008), Chartier (2002), Le Goff (1996), Julia (2001), Augustin Escolano e Vinão Frago (2001), Magalhães (2004), Pesavento (2001; 2008), Vidal (2005), entre outros.

Pensar na criação da Congregação das Irmãs de São Carlos nos remete ao contexto social, político e econômico do final do século XVIII, o qual favoreceu os processos emigratórios da Itália para o Brasil. A Itália estava em crise, pelo processo de industrialização, sofrendo com a falta de emprego para os filhos de sua pátria, e o Brasil, por sua vez, necessitava de mão de obra para as fazendas de café e de pessoas dispostas a colonizar as terras da Serra gaúcha, no Rio Grande do Sul. Com o aumento do fenômeno emigratório e a grande massa de 1875, o tema desperta atenção da Igreja

católica. Um dos sujeitos, que vem a ser ativo e atuante nesse processo, é o bispo italiano da Igreja católica João Batista Scalabrini. O bispo de Piacenza manifesta seu pensamento acerca da imigração, considerando-a como um fato natural e providencial, como que uma válvula de segurança concedida por Deus à sociedade martirizada.¹ Porém, ele sabia que abandonar a Itália, sua pátria-mãe, não era tarefa fácil para os que seguiam este caminho como descrito em depoimento sobre a viagem de Luigi de Valonara Toniazzo, que, no ano de 1893, preparava-se para deixar seu vilarejo rumo à América:

Eis, disse então, eis Gênova! ... Temos hoje o primeiro de abril. Amanhã ainda contarei a data em solo italiano, e depois isto não me será mais concedido. Adeus, Itália! Nasci e cresci em teu seio, e deverei morrer no novo mundo, para o qual agora me dirijo. Mas lá espero, pelo menos, com meu trabalho, melhorar minhas condições, pois em ti tudo se acabou e não há nada mais a esperar. (DE BONI, 1997, p. 12).

Scalabrini acaba por ser reconhecido por suas iniciativas como Apóstolo dos Migrantes, “sobretudo depois de 1887, quando escreveu *A emigração italiana na América*. (RIZZARDO, 1975, p. 34) .A partir dessa nova demanda, almejava colocar em prática em terras brasileiras o apoio ao migrante. Para isso necessitaria de ajuda de mais religiosos. “Em 1887 fundou a ‘Sociedade de São Rafael’,² [...] Neste mesmo ano deu início ao ramo masculino da Congregação de São Carlos (28 de novembro) [...]”. (RIZZARDO, 1975 p. 34).

Após apenas sete meses da fundação da congregação, embarcam os primeiros missionários rumo ao Brasil, aos Estados Unidos e à Argentina, onde havia muitos imigrantes italianos. O projeto sociopastoral de Scalabrini não foi exclusivo e restrito ao Brasil.

Os padres que vieram ao Brasil encontraram muitos desafios e, ao longo do tempo, foram ganhando reforços como o Pe. José Marchetti que, em 1894, vendo metade de seus párocos (Compignato e Lucca) emigrarem em uma só vez, lembrou do bispo de Piacenza e entregou-se a Deus como Missionário de São Carlos.³ Será ele que vivenciará em breve uma experiência, que, como consequência, oportunizará redirecionamentos à trajetória histórica da Congregação dos Irmãos de São Carlos e ao projeto sociopastoral de Scalabrini, em uma de suas viagens da Itália ao Brasil:

¹ “A emigração na quase totalidade dos casos, não é um prazer, mas uma necessidade inevitável”. (SCALABRINI, 1979, p. 47).

² A sociedade denominada como São Rafael era “[...] composta de sacerdotes e leigos para assistência humana, social e legal do embarque e desembarque”. (FRANCESCONI, 1971, p. 12).

³ Conforme revista do Centenário da Congregação das Irmãs Carlistas Scalabrinianas, 1995.

A bordo do navio que em que viajava um missionário, o Pe. José Marchetti (ex professor do Seminário de Lucca), morria uma jovem esposa, deixando um órfãozinho de colo e o marido no desespero. O missionário para acalmar aquele homem desolado, que ameaçava atirar-se ao mar, prometeu-lhe de cuidar da criança; o que prometeu cumpriu... [...]. Desde aquele momento a idéia de fundar em São Paulo para onde se dirigia, um Orfanato para os filhos dos italianos, lhe invadia a mente. (FRANCESCONI, 1976, p.19, apud Carta de Pe. D. Vicentini a Pe. F. Consoni, Piacenza, 21-2-1907, Arq. G.S. 103/1).

Logo lhe foi doado um terreno no alto do Ipiranga e tijolos para dar início à construção de um orfanato, que seria denominado Cristóvão Colombo.⁴ Ao cônsul e ao bispo agradavam a construção do mesmo. Pe. José Marchetti⁵ é responsabilizado por eles a cuidar de tudo pessoalmente: “O Cônsul italiano insistiu para que eu aceitasse a responsabilidade e a supervisão das obras e concordou comigo para colocar ali as irmãs! Eis um novo ninho para as minhas Colombinas⁶ de Jesus.” (FRANCESCONI, 1976, p. 20).

A necessidade de mulheres, Irmãs, que pudessem auxiliar no trabalho do orfanato com os órfãos, fez surgir a necessidade da criação da Congregação das Irmãs de São Carlos.

Em 23 de outubro de 1895, Pe. Marchetti, em viagem à Itália, realiza seus votos perpétuos e participa da criação do ramo feminino da congregação. As irmãs realizam os votos temporários, válidos por seis meses e logo após embarcam para o Brasil. São elas: Assunta Marchetti, Carolina Marchetti, Angela Larini e Maria Franceschini. Uma particularidade nesta congregação é a presença da mãe e irmã do Pe. José Marchetti.

Com as Irmãs em solo brasileiro, em 1895, no Ipiranga em São Paulo, iniciam o trabalho no orfanato. O próprio Pe. José Marchetti elaborou o programa da instituição, que atendia meninos e meninas em alas separadas. Em 1904, é inaugurado o orfanato em Vila Prudente, para acomodar a seção feminina, e a masculina permaneceria no prédio do Ipiranga. Com relação ao orfanato, a primeira instituição educativa onde as Irmãs atuaram no Brasil, destaco algumas particularidades, que vão acompanhar as escolas brasileiras nas décadas seguintes. O programa elaborado por Marchetti aponta questões de higiene, de preparação para o trabalho, de gênero (educação feminina e masculina com enfoques diferentes).

Ainda sobre o orfanato, Oliveira (2009), em sua tese de doutorado, intitulada: “Educação Scalabriniana no Brasil”, apresentada à Unicamp, aborda também questões

⁴ “O nome foi dado à fundação numa época em que se respirava ainda o clima festivo da celebração do IV centenário da descoberta da América, protagonizada por Cristóvão Colombo, nascido em Gênova, Itália.” (SIGNOR, 2005, p. 53).

⁵ Pe. José Marchetti perdeu o pai jovem e com irmãos menores, passando também pela experiência de ser órfão.

⁶ “O termo, colombinas, com o qual o padre Marchetti identificaria as futuras irmãs de São Carlos derivou da denominação dada a casa mãe de Piacenza, cidade onde passou a ser usual entre o povo chamar de colombinas os missionários de São Carlos.” (SIGNOR, 2005, p. 53).

do orfanato em seu cotidiano, como o que era ensinado aos meninos e às meninas, horários e rotinas, os cursos e as oficinas ofertados aos mesmos. No ingresso, deveriam cursar as quatro séries do primário e, após esta etapa, com dez anos poderiam escolher, conforme as aptidões apresentadas, um curso profissionalizante. Dos doze aos dezessete anos participariam das oficinas e após essas etapas, ao saírem da instituição, levariam consigo alguns pertences e dinheiro para ingressarem no mundo do trabalho. Os meninos tinham diversas opções de oficinas, dentre elas: tipógrafo, marceneiro, ferreiro, laticínio, alfaiate, sapateiro, agricultor, além de, obrigatoriamente, frequentar aula de música. As meninas tinham opções de oficinas voltadas à educação feminina, como lavadeira, corte e costura. Após a conclusão da etapa do orfanato, elas eram recomendadas a casas de senhoras em boas condições financeiras. Também tinham auxílio da instituição ao irem embora, na conclusão dos estudos, levando consigo com exoval e apoio financeiro.

Observações importantes, referentes ao Orfanato Cristóvão Colombo, são as que se referem à educação profissionalizante, que era realizada concomitantemente à formação humana e cristã, e a que aborda a estrutura do orfanato, que poderia ser considerada a mesma das escolas públicas de São Paulo, no Brasil-República. Recebeu a visita pessoalmente em 1904 de Scalabrini, que fica um mês hospedado na instituição e realiza a abertura oficial da ala feminina da instituição, em Vila Prudente, a qual já acolhia 260 crianças.

Quando Scalabrini retorna à Itália, faz diversos relatórios contando sobre suas impressões, mostra-se satisfeito com a obra iniciada e projeta a continuação da mesma para atender os imigrantes. Após 25 dias da conclusão de seu último relatório sobre sua viagem, ocorre seu falecimento. Inicia-se um período de constante luta de reafirmação da identidade da congregação, sempre fiel ao trabalho de missionárias de São Carlos Scalabrinianas.⁷

Já em 1912, com a sede do governo geral e o noviciado, no orfanato com Madre Assunta Marchetti, como superiora-geral, dá-se início o movimento de expansão da congregação.

A quatro de novembro de 1912 foi ereto canonicamente o noviciado numa das dependências de Vila Prudente e entraram como noviças quatro ex-alunas do Orfanato: Ir. Barromea Ferraresi, Ir. Joana de Camargo, Ir. Josefina Oricchio (FRANCESCONI, 1975, p. 88).

⁷ Para saber mais sobre a crise de identidade congregacional ver: SIGNOR, Lize Maria. *Irmãs missionárias de São Carlos, Scalabrinianas – 1895-1934*. Brasília: CSEM, 2005.

Vieram em 1915, e se tornaram pioneiras no Rio Grande do Sul, assumindo, junto com as Irmãs Lúcia Gorlin e Maria de Lourdes Martins, a missão de ir a Bento Gonçalves abrir uma escola.

No Rio Grande do Sul, instalaram-se por convite do Pe. Henrique Domênico Poggi,⁸ com autorização do Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva e do Bispo de Porto Alegre, Dom João Becker; as primeiras irmãs assumem a missão de concretizar mais uma obra.

Estabeleceram-se inicialmente cinco Irmãs na vila de Bento Gonçalves, em 1915. Em uma casa particular, iniciaram o Colégio São Carlos. Mais tarde, o mesmo foi transferido para um prédio próprio, de alvenaria, construído com os investimentos particulares do Pe. Poggi (Carlista) e da comunidade. (LUCHESE, 2007, p. 231-232).

O Colégio São Carlos, em breve denominado Colégio Nossa Senhora Medianeira, foi muito recomendado à sociedade; eram matriculados tanto meninos como meninas primando por boa educação com aspecto formativo e religioso.

Pode-se afirmar que o Colégio, de cunho católico, elaborou um projeto educativo para preservar a italianidade, a cultura italiana e a fé católica. Ao mesmo tempo, pretendeu contribuir para a formação da sociedade brasileira, no contexto do Estado do Rio Grande do Sul, no período em que a República se consolidava e desenvolvia um projeto de moralização da sociedade. (OLIVEIRA, 2009, p. 172).

“Em Bento Gonçalves nos primeiros tempos da escola paroquial, a pedido do cônsul da Itália, as aulas eram ministradas em idioma italiano [...]” (SIGNOR, 2005, p. 198). A escola é muito prestigiada pelas famílias da cidade, atendendo diversas bem abastadas e, além do currículo comum a todos, oferece atividades voltadas à educação feminina:

O anúncio de 1917, divulgando o período de matrículas, acrescentava que se ensinava música, piano e canto, ainda bordados em branco, seda, ouro, lã e o filó.⁹

Além disso, leitura, análise gramatical, italiano, aritmética, geografia, história pátria, ciências naturais e físicas, desenho e o catecismo, sempre promovendo a “educação completa da juventude”.¹⁰ (LUCHESE, 2007, p. 233).

⁸ Em alguns escritos, a grafia está como Henrique e em outros, Enrique.

⁹ Publicado em 12/01/1917. Jornal *Corriere D'Italia*, Bento Gonçalves, Museu Histórico Casa do Migrante.

¹⁰ Publicado em 12/12/1917. Jornal *Corriere D'Italia*, Bento Gonçalves, Museu Histórico Casa do Migrante.

O jornal *Corriere D'Italia* noticiava sobre os exames finais, nos quais eram exacerbados os bons resultados. “O histórico do colégio ressalta o quadro docente quase na totalidade por irmãs, com exceção de algumas contratações”. (OLIVEIRA, 2009, p. 176).

Com o passar dos anos, o Colégio Medianeira passa a atender à educação feminina em duas novas perspectivas: a possibilidade da vida religiosa através do noviciado e a possibilidade de ser professora, através do curso normal. Escrever sobre o Colégio Medianeira certamente renderia um estudo interessante, já que a instituição é centenária e está em pleno funcionamento, sem nunca ter interrompido suas atividades. Aqui fica apenas alguns aspectos como contextualização desta instituição pioneira no Rio Grande do Sul.

No ano seguinte à abertura do colégio em Bento Gonçalves, é a vez de Nova Vicenza, colônia de Caxias do Sul, criada na sesmaria de Feijó Júnior, com grande potencial econômico. Comunidade que contava com a sede paroquial e com a nova igreja inaugurada em 1916. Apesar de contar com a quinta aula de Nova Vicenza, escola pública mista em funcionamento desde 1899, solicitada pela comunidade em Caxias do Sul, em 1897, em correspondência feita com aval e assinatura do Pe. Giacomo Brutomesso¹¹ e ainda de ser possível, já que existam outras aulas isoladas e aulas particulares no território que, em 1934, virá a ser Farroupilha,¹² a comunidade almeja ter uma escola paroquial e solicita desta forma permissão ao Bispo Dom João Becker para que as Irmãs venham a abrir uma instituição em Nova Vicenza.

O pároco registra no livro de tombo o início das atividades das Irmãs: “A 5 de março tivemos a felicidade de ver as 5 Irmãs de S. Carlos abrir o Collégio de N.S. do Rosário nesta sede” (Livro de tombo n. 1, p. 2).

Infelizmente, o livro de tombo não contempla informações sobre a negociação para a instalação da escola. Existem indícios de que sua instalação foi próxima à igreja; no entanto, não existem documentos que nos permitam observar com exatidão qual foi este espaço físico em que puderam se concretizar os primeiros ensinamentos das Irmãs e as experiências escolares de seus pupilos. Muitas perguntas ficam em aberto sobre aquele período: Quais foram as pessoas que assinaram essa solicitação? Por que uma escola tão próxima à Quinta Aula de Nova Vicenza? Qual foi a estrutura física realizada ou adaptada para a chegada das Irmãs? Quais eram os conteúdos, as disciplinas, os materiais didáticos? Enfim muitas perguntas, e mais infinitas possíveis respostas, das

¹¹ Conforme pesquisa em andamento da mestranda Cassiane Curtarelli Fernandes, no programa de pós-graduação em Educação, da Universidade de Caxias do Sul.

¹² Estudos anteriores como a dissertação de mestrado de Carla Fernanda Carvalho Thoen, intitulada “Representações sobre Etnicidade e Cultura Escolares nas Antigas Colônias de Imigração Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (1905-1950)”, falam da existência das aulas isoladas e das aulas particulares em casa.

quais hoje não temos fontes documentais para responder. O documento disponível deste período é a autorização de Dom João Becker para abertura da escola, em que relata atender ao pedido dos moradores e do pároco, concedendo licença para que as Irmãs fundem uma escola paroquial e estabelece as condições para tanto.

Ao passo que a escola estava estabelecida nesta região próxima à igreja, as famílias vinham se descolando para próximo da Estação Férrea inaugurada em 1910, para transportar o excedente do plantio que poderia ser enviado a outros locais,¹³ bem como receber produtos. No ano seguinte, a inauguração da estrada de ferro inicia a obra da estrada Júlio de Castilhos, que tinha início em São Sebastião do Caí, passava por Nova Milano, Nova Vicenza, seguindo até Antônio Prado. Isso incentiva mais ainda o esvaziando de outros núcleos e concretiza o inevitável deslocamento da população para as proximidades da Estação Férrea e da nova estrada. Em visita, Dom João Becker observa essa movimentação e julga necessário o deslocamento da paróquia:

No dia 2 de novembro de 1918, o Arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker, chegou à Estação Ferroviária de Nova Vicenza para realizar a visita pastoral. [...] O arcebispo, ao terminar a visita no dia 04 de novembro, tendo em vista o crescimento do povoado situado nas proximidades da estação ferroviária, emanou um decreto estabelecendo a transferência da sede da paróquia para a vila, que cresce junto à estação de Nova Vicenza. Esta transferência foi possível, com muito sofrimento dos bons paroquianos da antiga sede, que amavam sua igreja e sentiam muito que a paróquia lhes fosse arrebatada. Mas as conjunturas a obrigaram. (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL'OSBEL, 1993, p. 63).

Com o deslocamento da paróquia, a mudança da escola também se fez necessária, a instalação provisória foi uma casa na estrada Júlio de Castilhos e, após, é transferida para um grande casarão de madeira ao lado da igreja, permanecendo ali até sua mudança para o novo e monumental prédio em 1943.

Um prédio com três andares, com salas temáticas de ciências, de audiovisual, de história, de desenho, música, de canto, de ciências, de geografia e biblioteca. Pensar as práticas escolares, neste espaço do casarão de madeira, nos anos iniciais do novo prédio, até a instalação do ginásio, valendo-me do conceito de cultura escolar, é o próximo desafio para esta pesquisa.

Nesta área central, nas proximidades do colégio e da igreja, foram realizadas grandes obras e feitos da comunidade, mesmo antes da emancipação. Não só em Farroupilha, mas também no Rio Grande do Sul e em nível nacional, as terras brasileiras foram um celeiro de obras scalabrinianas, das quais, muitas ainda continuam

¹³ Ver sobre o comércio: a obra *Lembranças que resistem ao tempo: história do comércio farroupilhense*. Sindilojas. Caxias do Sul: Maneco, 2013. Traz com detalhes o desenvolvimento do comércio, ilustrado com muitas imagens.

em funcionamento. Pode-se observar, no quadro abaixo outras instituições e não só escolares, abertas pela Congregação das Irmãs de São Carlos, de 1895 a 1935:

Expansão Congregação das Irmãs São Carlos Borromeo (1895-1935)

Nº ereção Canônica	Nome da comunidade	Ano Fund.	Missão principal	Localização
001/NSA	Inst. Cristóvão Colombo	1895	Cuidados/ órfãos	Ipiranga/SP
002/NSA	Inst. Cristóvão Colombo	1904	Cuidado / órfãs	Vila Prudente/SP
003/NSA	Sta. Casa de Misericórdia	1913	Cuidado/ doentes	S. Luiz Parahy/SP
004/NSA	Colégio São Bernardo	1913 1925	Educação cristã	São Bernardo/SP
005/NSA	Asilo N. Sra. da Candelária	1913	Cuidado/ anciãos(ãs)	Itu/SP
006/PCR	Colégio N. Sra. Medianeira	1915	Educação cristã	Bento Gonçalves/RS
007/PIC	Escola N. Sra. de Lourdes	1917	Educação cristã	Farroupilha/RS
008/PRC	Colégio Mons. Scalabrini	1917	Educação cristã	Guaporé/RS
009/PRC	Colégio Sag. Cor. de Jesus	1919/1987	Educação cristã	Nova Bréscia/RS
010/NSA	Centro Voc. São Carlos	1920	Pastoral Vocacional	Aparecida/SP
011/NSA	Asilo Barão Rio Branco	1922	Pastoral Social	Jundiaí/SP
012/NSA	Sta. Casa Misericórdia	1924	Cuidados/ doentes	Itatiba/SP
013/PIC	Escola Santa Cruz	1924	Educação cristã	Nova Milano/RS
014/NSA	Sta. Casa de Misericórdia	1924	Cuidado/doentes	Monte Alto/SP
015/PCR	Hosp. Dr. Bartolomeu Tachini	1924	Cuidado/doentes	Bento Gonçalves/RS
016/NSA	Sta Casa de Misericórdia	1925	Cuidados/doentes	Atibaia/SP
017/NSA	Colégio Santa Teresinha	1916	Educação cristã	Pari/SP
018/PIC	Instituto São Carlos	1925	Acolhida	Caxias do Sul/RS
019/PRC	Colégio Santa Teresinha	1930	Educação cristã	Anta Gorda/RS
020/NSA	Asilo S. Vicente de Paulo	1930	Caridade dos anciãos e anciãs	Jaboticabal/SP
021/PCR	Colégio São José	1931	Educação cristã	Roca Sales/RS
022/NSA	Hosp. Renato Silva	1932	Cuidado aos doentes	Socorro/SP
023/PCR	Hosp. Roque Gonzales	1932	Cuidado aos doentes	Roca Sales/RS
024/PIC	Ginásio São Pio X	1933	Educação cristã	Muçum/RS
025/PIC	Sanatório São José	1934	Cuidado aos doentes	Porto Alegre/RS
026/PIC	Hosp. São Carlos	1935	Cuidado aos doentes	Farroupilha/RS

Fonte: Revista do Cinquentenário da Congregação.

Destacamos, no quadro acima, as instituições abertas em Farroupilha: Colégio Nossa Senhora de Lourdes em 1917, Colégio Santa Cruz em 1924 e Hospital São Carlos em 1935, o qual em 1945 recebe o nome de Hospital São Carlos em homenagem às Irmãs de São Carlos, que auxiliaram no cuidado com os doentes por anos no hospital.

Percebe-se, até este momento da pesquisa, a importância da Congregação das Irmãs de São Carlos, no Município de Farroupilha e na região, com a abertura de tantas outras escolas e instituições na área da saúde e do apoio ao imigrante. Congregação que sempre se dedicou à Educação, desde sua vinda para o Brasil. Outras congregações, como é o caso da Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux, em São

Paulo, em 1908, vem para o Brasil realizar outras funções, em especial o cuidado com os doentes e acabam por atuar na educação; estes apontamentos estão nos estudos de doutoramento de Leonardi (2008). E, por fim, pensar no enraizamento e apoio que as Irmãs tiveram e deram a esse município, o que possibilitou seu reconhecimento, apoio e permanência, em referência à qualidade de ensino atualmente.

Referências

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

_____. *O que é história cultural?* Trad. de Sergio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DE BONI, Luís A. *La América: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1977.

FRAGO, Vinão Antônio; ESCOLANO, Augustin. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. de Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.

FRANCESCONI, Pe. Mario C. S. *João Batista Scalabrini: pai dos migrantes, traços biográficos e espiritualidade*. Trad. de Ir. Lia Barbieri. Caxias do Sul: São Miguel, 1971.

_____. Congregação da Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu Scalabrinianas. *História da Fundação*. Caxias do Sul: Paulinas, 1976. 1 v.

JORNAL CORRIERE D'ITALIA, Bento Gonçalves, Museu Histórico Casa do Migrante. 12 jan. 1971.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. de Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP: Autores Associados, SBHE, n. 1, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão... et al. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996. (Coleção Repertórios).

LINS, Adriana. *Lembranças que resistem ao tempo: história do comércio farroupilhense*. Sindilojas Farroupilha. Caxias do Sul: Maneco, 2013.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS: 1875 a 1930: Leggere, scrivere e calcare por essere alcuno nella vita*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004. (Estudos CDAPH. Série historiografia).

MONTEGUTTI, Ivo; GIACOMEL, Miriam Teresa; DALL'OSBEL, Simone Ana. *Farroupilha ontem e hoje: subsídios*. Caxias do Sul: Kessler, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. *Educação scalabriniana no Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PAZ, Valéria Alves. *História do Colégio São Carlos de Caxias do Sul (1936-1971)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

REVISTA DO CENTENÁRIO DAS IRMÃS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS (1895-1995). São Paulo: Loyola; Edição Histórica, 1995.

REVISTA DOS CENTO E DEZ ANOS A SERVIÇO DOS MIGRANTES E REFUGIADOS (1895-2005). Caxias do Sul: Lorigraf, publicação única, 2005.

RIZZARDO, Redovino. *A longa viagem: os carlistas e a imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1975.

_____. *Raízes de um povo: missionários escalabrinianos e imigrantes italianos no Brasil (1888/1938)*. Passo Fundo: P. Berthier, 1990. (Coleção Imigração italiana, n. 113).

SCALABRINI, João Batista. *A emigração italiana na América*. Trad. de Redovino Rizzardo. Caxias do Sul: Centro de Estudo Pastoral Migratório; Educs, 1979.

_____. *Uma voz atual: páginas escolhidos dos escritos*. São Paulo: Loyola, 1989.

SIGNOR, Lize Maria. *João Batista Scalabrini e a imigração italiana: um projeto sócio pastoral*. Porto Alegre: Palotti, 1984.

_____. *Irmãs missionárias de São Carlos, Scalabrinianas: 1895-1934*. Brasília: CSEM, 2005.

SINDILOJAS. *Lembranças que resistem ao tempo: história do comércio farroupilhense*. Caxias do Sul: Maneco, 2013.

SOUZA, Wlaumir Donisete de. *Anarquismo, estado e pastoral do imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: O Caso de Idalina*. São Paulo: Edunesp, 2000.

THOEN, Carla Fernanda Carvalho. *Representações sobre etnicidade e cultura escolar nas antigas colônias de imigração italiana do nordeste do Rio Grande do Sul (1905-1950)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do séc. XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

Documentos acessados:

Livro de Tombo n. 1 da Paróquia Sagrado Coração de Jesus: Farroupilha/RS.

Exéquias de um funeral fascista: o falecimento de Bartholomeu Tacchini e a presença do fascismo em Bento Gonçalves

Dr. Gustavo Valduga

Professor na rede pública e particular de Bento Gonçalves – RS

Bartholomeu Tacchini, nascido em 19 de novembro de 1878 em Caltanissetta, Sicília, formou-se em medicina em Módena, residindo em Bento Gonçalves desde o ano de 1912, após um curto período em Pelotas. Fora o primeiro médico a fixar moradia no município, fato que possibilitou estreitar laços com a população e principalmente com a elite local. Tacchini havia se dirigido à cidade segundo a indicação do Cav. Gino Battocchio, representante consular italiano em Bento Gonçalves. Por muito tempo exerceu atividade utilizando as instalações da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro; contudo, as precárias e inadequadas instalações fizeram Tacchini cogitar sobre o abandono da cidade para buscar melhores condições no exercício da profissão. Diante disso, um grupo reunindo comerciantes associados ao Poder Público, inicia uma campanha de subscrição que deveria arrecadar fundos para construir a nova casa de saúde dedicada ao médico. A campanha começa em 1924, estando o prédio orçado em R\$ 300:000\$000. Não envolvia apenas a população de Bento Gonçalves, mas também de cidades vizinhas, como Garibaldi e Caxias, onde se realizavam apresentações teatrais com o intuito de arrecadar fundos. (A FEDERAÇÃO, 23 fev. 1925)

A comissão central pró-hospital estava sediada na vila, mas havia outras no interior do município, o que reforçava o caráter comunitário e de mobilização popular, em torno do projeto. A personalidade de Tacchini era cada vez mais destacada, e suas viagens à Itália o tornavam uma figura proeminente no campo das relações políticas, propagando o regime de Mussolini quando do retorno. No final de 1925,

o ilustre Dr. Bartholomeu Tacchini foi condecorado com a S. M. Vittorio Emanuele III a Cruz de Cavaliere della Corona d'Italia. É com a máxima satisfação que damos esta notícia aos nossos leitores os quais, bem conhecem a grande obra de bondade que o Dr. Tacchini tem sabido cumprir em nosso meio, e que agora tem reconhecido seus méritos do outro lado do oceano, embora tenha tudo ele feito dentro de sua habitual modéstia. Todos, estamos seguros, se uniremos a ele com as mais vivas congratulações do mérito honorífico. (IL CORRIERE D'ITALIA, 10 dez. 1925).

A recepção de regresso da pátria mãe ganhou tons solenes e festivos.

Quando pelas três horas entrou na estação o trem especial com os amigos e admiradores que tinham ido a Porto Alegre recebê-lo, foi feito um viva formidável acompanhado pelas notas musicais [...] que se repetiam como os ininterruptos disparos dos foguetes, rodeado pelas autoridades e pela imensa

quantidade de gente, desceram a pé até o hospital. (IL CORRIERE D'ITALIA, 18 fev. 1926).

A solenidade do povo continuava sob os brados de “viva o Cav. Tacchini”, amontoados na igreja e posteriormente no concorrido jantar do Clube Aliança frequentado pela elite de Bento. A planta do hospital fora projetada por Pianca enquanto o terreno, em parte pertencente a já inexistente Sociedade Filarmônica Giuseppe Verdi e agora sob posse do Poder Público, revertia-se como doação. Em 13 de março de 1927, inaugurava-se o hospital, com cerimônia onde comparecia o vice-cônsul da Itália em Porto Alegre, Cav. Bozano, e uma programação que ocupava o dia inteiro e encerrava com jantar de gala realizado no Clube Aliança. A subscrição popular direta somava, aproximadamente, R\$ 169:070\$000, entre outras formas de arrecadação (festas, venda do patrimônio da antiga Casa de Saúde, ofertas variadas) contava-se com R\$ 182:274\$700, isto é, mais de 60% do total orçado para a construção. A casa iniciava seu funcionamento contando com a isenção, concedida pelo Conselho Municipal, das taxas de energia elétrica e de todos os impostos municipais, que incidiam sobre o empreendimento.

A essa altura, Dr. Tacchini era uma figura de proa da comunidade italiana do Rio Grande do Sul e as homenagens e sua representatividade seriam ampliadas nos anos 30, com o título de Comendador da Coroa da Itália. A política externa do governo fascista de Mussolini procurava cooptar ilustres imigrantes, como forma de propagandear e penetrar nas comunidades itálicas no estrangeiro. A difusão de valores e a formatação de uma identidade vinculada à pátria de origem já foi estudada em diversos momentos e sabe-se que a Igreja católica, as associações de Mútuo Socorro, associações comerciais, a diplomacia, as organizações político-partidárias, como o Partido Fascista e a imprensa foram importantes centros de propagação desses ideais. Ainda que as principais teses sejam a de que, no caso específico do fascismo, os interesses estivessem voltados mais para uma burguesia local,¹ cujos benefícios econômicos e políticos seriam o norte da adesão ao sistema italiano, é preciso notar que a população em geral se via afetada e participava, mesmo que indiretamente, do referido movimento político.

Não havia necessariamente indiferença da população colonial às manifestações do fascismo, principalmente quando a espetacularização cênica atingia os sentimentos das comunidades imigrantes. Um desses momentos cruciais parece ter sido os funerais do Dr. Bartholomeu Tacchini. Os anos 30 marcaram o auge do fascismo na Região de Colonização Italiana (RCI) Rio Grande do Sul, mesmo contexto em que Tacchini recebera sua maior condecoração, conforme mencionado acima. Contudo, esse também

¹ Essa tese é defendida principalmente por Loraine Slomp Giron em sua obra: *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlanda, 1994.

foi o momento quando as manifestações de sua doença se tornariam mais visíveis e graves. Como era fumante, algumas de suas idas à pátria de nascença tinham por objetivo buscar tratamento devido a um tumor na laringe. No entanto, segundo vontade própria e diante das poucas possibilidades de cura, resolve tratar-se no Brasil poupando sua mãe do sofrimento de vê-lo em estado tão delicado. Em novembro de 1936, Dr. Tacchini se encontrava em São Paulo, internado na Casa de Saúde Matarazzo, assistido pelo médico Dr. Vanucci e seu sobrinho, também médico, Walter Galazzi.

O jornal *Correio do Povo* dedica uma ampla cobertura sobre os últimos momentos de Tacchini: “Dia 14 de novembro, sexta-feira, este é atacado por um edema pulmonar que rapidamente atinge o esôfago”. Após esse fato, passa a sofrer durante 5 dias de fortes dores na laringe. No dia 17, tenta erguer-se, mas percebe que as forças lhe faltam, notando então a gravidade de seu estado de saúde. Tentou ler algo e verificou que a visão também lhe fugia e “fez com a cabeça um gesto, como a afirmar que seu estado era gravíssimo”. Na quarta-feira, dia 18, a respiração era dificultosa; no mesmo dia cai em estado de coma e “mais ou menos pelas 8 horas para às 9 horas, exala seu último suspiro”. (CORREIO DO POVO, 22 nov. 1936).

Os que estavam presentes em seus últimos momentos, além dos médicos já citados, eram figuras representativas da comunidade italiana, como o vice-cônsul da Itália, representando o cônsul-geral que se encontrava no Rio de Janeiro, o ex-vigário de Bento Gonçalves, Carlos Porrini; a Irmã Superiora Baromé, da Congregação de São Carlos, entre outras figuras políticas do mesmo município. Os cuidados com o corpo caberiam ao Dr. Alfonso Bovero, catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo que, após embalsamá-lo, seria resguardado na Igreja São Bernardo, sob a vigia das já mencionadas Irmãs de São Carlos, auxiliares nos trabalhos médicos do Hospital Tacchini.

Pode-se perceber que a comunidade italiana em geral cerca Bartholomeu Tacchini antes, durante e após seu falecimento. As marcas da italianidade se confundiriam ainda, durante os funerais, com as insígnias fascistas num espetáculo público que servia para afirmar os laços comunitários com a pátria de origem e a hospedeira, na figura exemplar do humanista que partira.

Ainda em São Paulo era esperada a chegada de seu irmão, Pedro Tacchini, que partira da Itália e era aguardado para o dia 25 de novembro, que acompanharia o corpo e assistiria os atos fúnebres no Rio Grande do Sul. O Centro Gaúcho, por meio de seu diretor Oscar Tollens, tomou medidas de pesar e atendeu pedidos telegráficos vindos do Rio Grande do Sul, como o de tirar uma máscara em gesso do falecido, que serviria para a reprodução em bronze a ser colocada no hospital que levava seu nome. As despesas pelos cerimoniais ficariam a cargo da prefeitura de Bento Gonçalves, que decretara três

dias de luto oficial. Cerca de duzentas pessoas acompanharam o corpo quando de seu traslado de São Paulo a Porto Alegre. Outro médico, Dr. Vanucci, que tratara de Tacchini nos últimos momentos, escreveria um longo artigo no jornal *Fanfulla*, exaltando o apego patriótico do falecido como voluntário da Primeira Guerra, sua sólida formação científica, sua larga humanidade atendendo a todos, pobres ou ricos, e sua resignada resistência ante o sofrimento. “Sócrates enfrentou, serenamente, a morte, mas foi apenas por algumas horas. Tacchini a encarou, socraticamente, durante longos meses.” (CORREIO DO POVO, 29 nov. 1936). Augusto Pasquali, prefeito municipal se dirigira a Porto Alegre, com uma comitiva regional para receber o féretro. (CORREIO DO POVO, 20 nov. 1936).

A comitiva fúnebre chegaria a Porto Alegre a bordo do vapor Aratimbó, sendo o féretro, logo em seguida, levado à *Italica Domus*, sede da Sociedade Italiana Dante Alighieri. Nesse momento, o esquife foi colocado num carro de 1ª classe da Santa Casa de Misericórdia tendo, naquela ocasião, sido recebido e ladeado por alunos das escolas italianas e fascistas locais, que fizeram continência à passagem do corpo. “Organizando um cortejo, no qual se viam bandeiras de sociedades italianas e, a cuja frente vinha o Almirante Tacchini, ladeado pelo cônsul da Itália Comendador Barbarisi...” (CORREIO DO POVO, 1º dez. 1936). Os sócios da Dante, representados pelo Cav. Atílio Marsiaj e Guido Mondim proclamaram um discurso que, mais uma vez, exaltava a figura benemerita de Tacchini, seu apego à ciência e à cristandade. Após, seria a vez de Barbarisi lembrar que

a obra do grande médico italiano sobreviverá na memória das galhardas gerações italianas emigradas no período obscuro da mediocridade política do país, porém áureo para a medicina e o espírito do insigne cirurgião, do sábio clínico servirá como exemplo altamente exortador, como símbolo das mais elevadas virtudes altruísticas e da maneira como deve ser encarada a missão de médico no vasto campo de sua atividade. O Tacchini combatente que, ao bem estar de sua posição econômica, prefere os horrores da guerra e ao imperativo categórico de sua consciência nacional não vacila em responder entusiasticamente ao apelo da pátria em armas, é igual ao Tacchini que saúda a Mussolini o chefe da Nova Itália e o gênio tutelar da estirpe. Ele responde a nova ética fascista acompanhando o povo para fortalecer a fé, para confortá-lo na sua espera e na sua ânsia, para conter-se os anelos fazendo vibrar as cordas de seu coração, mitigando as dores, enxugando as lágrimas, cumprindo assim obra humanitária e fascista, pois os cânones da lei moral no fascismo que se resume na assistência e na renovação do povo, ele, médico, soube aplicá-los e amorosamente observá-los neste setor tão nobre da educação espiritual e psicológica do nosso trabalhador imigrante. Um povo inteiro do qual sinto interpretar-se os sentimentos, da-te o seu último vale: Camerata Dr. Bartholomeu Tacchini. (CORREIO DO POVO, 1º dez. 1936).

No final, nova saudação *a la romana* de alunas das escolas italianas fascistas da cidade. Na sequência, Dr. Gino Battocchio também discursa lembrando que o Comendador Tacchini era sociobenemérito da Sociedade Dante Alighieri, sendo justa a homenagem recebida em sala sagrada ao culto da longínqua pátria e que correspondia, naquele momento, ao pensamento de todos os italianos. Dr. Gattoni trazia a comovente e afetuosa saudação do Fascio Carlo Del Prete ao camarada Bartholomeu Tacchini, salientando que

a camisa negra que ele vestiu como símbolo venerado de patriotismo e de idealismo itálico foi por ele dignamente honrada com o perene cumprimento de todas as virtudes cívicas, tanto na paz como na Guerra. A ele, de direito, merece o supremo louvor que se possa fazer a um cidadão e a um fascista. (CORREIO DO POVO, 1º dez. 1936).

A esses rituais se seguiu a visitação ao corpo feita por inúmeros integrantes da comunidade italiana da capital e por comitivas vindas do interior.² No nascer do sol do dia 30 de novembro, depois de uma noite movimentada, o corpo fora deslocado da Itálica Domus para a Catedral onde se realizou uma missa de corpo presente. “Terminando esse ato todos levaram o corpo até a estação da Via Férrea a fim de ser embarcado no trem expresso que deveria seguir para Bento Gonçalves.” (CORREIO DO POVO, 1º dez. 1936). Nesse momento mais discursos, agora do Pe. Antônio Zattera, vigário da paróquia central de Bento Gonçalves. Por fim, o trem parte e, em cada estação, mais homenagens e aumento da comitiva fúnebre. Em Montenegro, “simples colonos nos quais rápido se percebe um profundo sentimento de pesar compõem copiosos maços de flores para atestar a última e sincera expressão de reconhecimento”. (LA VOCE D’ITALIA, 9 dez. 1936). As cenas se repetiriam nas estações de Barão, Carlos Barbosa e Garibaldi. Nesta última, a recepção contou com a presença do prefeito Vicente Dal Bó, da Sociedade Italiana Stella d’Italia, União dos Moços Católicos, Instituto Comercial Santo Antônio e representantes do jornal católico La Staffeta Riograndense.

Devido às homenagens recebidas no caminho, o cortejo chega atrasado em duas horas na estação de Bento Gonçalves. Segundo *La Voce d’Italia* havia oito mil pessoas aguardando o corpo; o jornal *Correio do Povo* calculava cinco mil. Números a parte, o que fica clara é a grande presença da população que assistiu, naquele momento, os camisas-negras do fascio local “Ugo Pepe” fazerem a recepção ao camarada extinto, com o rito e a saudação romana, chamando pelo nome o Dr. Comendador Tacchini, ao

² Autoridades como Paulo Rache, secretário de Finanças do estado; Dr. José Ricaldone e Oscar Pereira, diretores do Sanatório Belém, além autoridades judiciais marcaram presença nas cerimônias em Porto Alegre, e acompanharam o corpo até Bento Gonçalves. (*Correio do Povo*, 1º dez. 1936).

qual o povo responde: presente! (LA VOCE D'ITALIA, 9 dez. 1936). Após, “vinte camisas negras formaram um cordão para depois penetrar no vagão fúnebre e retirar os despojos do Dr. Bartholomeu Tacchini, colocando-o depois num coche finamente ornamentado”. (CORREIO DO POVO, 2 dez. 1936).

Com grande presteza, característica da ordem militar, o esquife foi conduzido até o salão nobre da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, onde o mesmo cordão de isolamento, formado pelo Fascio local teria a função de organizar a visitação ao corpo, durante a noite, quando dois camisas negras se postaram ao lado do caixão e ali permaneceram durante o velório. Na manhã seguinte, próximo às nove horas, o corpo foi transferido para a Igreja Matriz para missa de corpo presente, para a qual afluíram inúmeros cidadãos e autoridades políticas, empresariais e associações da mesma natureza, cada uma com seu estandarte. O irmão de Bartholomeu Tacchini, almirante Pedro Tacchini ficara muito impressionado e emocionado com os cerimoniais. Por meio do deputado Alberto Britto, a Assembleia Legislativa do Estado se fazia pronunciar em solidariedade à família e à comunidade italiana, o deputado Souza Júnior também discursou no final da missa, nas escadarias da Igreja Matriz, no momento em que o corpo estava sendo retirado para ser sepultado no Hospital Tacchini.

O cortejo silencioso seguiu o último ato acompanhado com o som fúnebre da banda Carlos Gomes. No momento do enterro, mais falas do prefeito de Farroupilha, Armando Antonello e, por fim, a lembrança de D. José Barea feita pelo Pe. Antônio Zattera. Ao meio-dia, o povo começa a dispersar-se, era o fim da longa jornada que havia começado no dia dezoito de novembro e terminava em primeiro de dezembro de 1936. O jornal *La Voce d'Italia* descrevia os funerais como uma “apoteose”; o *Correio do Povo*, como o mais imponente que a colônia italiana já havia presenciado. A julgar pelos relatos, a imponência dos atos fúnebres devem ter realmente impressionado a todos que a ele compareceram, atos que contaram com a marca indelével do fascismo na sua organização. Momentos como esse serviam para amplificar a presença e a importância do regime italiano nas colônias; seus rituais, simbolicamente evocados ante o público comovido pela morte de um de seus representantes mais ilustres, dão uma indicação de como a população em geral se via inserida e de como podia perceber a presença da pátria em terras distantes.

Mais uma vez, é fato que a diplomacia italiana usou personalidades exitosas para propagandear sua ideologia nas colônias; contudo, a população mais comum não ficou impermeável a essa influência, sendo atingida diretamente pelo impacto simbólico de cerimoniais públicos e pelo contato próximo, muitas vezes íntimos, que alguns portadores desses símbolos representavam. Bartholomeu Tacchini foi um desses portadores, que a coletividade podia ver e ter acesso ao protótipo ideal do que o

periódico *La Voce d'Italia*, no seu *in memoriam* ao Comm. Tacchini: “Um bom católico, um bom italiano e um bom fascista [...] foi um herói e um santo.” (LA VOCE D’ITALIA, 9 dez. 1936).

Referências

A FEDERAÇÃO, 23 fev. 1925.
CORREIO DO POVO, 20 nov. 1936.
CORREIO DO POVO, 22 nov. 1936.
CORREIO DO POVO, 1º dez. 1936.
CORREIO DO POVO, 2 dez. 1936.
IL CORRIERE D’ITALIA, 10 dez. 1925.
IL CORRIERE D’ITALIA, 18 fev. 1926.
LA VOCE D’ITALIA, 9 dez. 1936.

Arquivos pesquisados

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul)
Coleção Particular Márcia Lorenzini (Bento Gonçalves)
Coleção Particular Antônio Carlos Koff (Bento Gonçalves)
Coleção Particular Vicente Dalla Chiesa (Bento Gonçalves)
Museu Casa do Imigrante (Bento Gonçalves)
Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa (Porto Alegre)

Anexos



Encontro do Fascio Hugo Pepe de Bento Gonçalves. Data aproximada: 1930.
Fonte: Acervo Museu Casa do Imigrante.



Festejos com o cônsul-geral da Itália Gino Battochio em Bento Gonçalves, 1934
Fonte: Acervo Museu Casa do Imigrante.



Fascistas de Bento Gonçalves junto ao cônsul Gino Battochio, 1934-1935
Fonte: Acervo Museu Casa do Imigrante.



Pedra fundamental do Hospital Tacchini, 1925
Fonte: Acervo Museu Casa do Imigrante.



Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini, Bento Gonçalves, 1928
Fonte: Acervo do Museu Casa do Imigrante.



Recepção ao Dr. Tacchini em volta de viagem a Itália, 1º dez. 1934
Fonte: Acervo do Museu Casa do Imigrante.



Casa do Dr. Bartholomeu Tacchini, 1930
Fonte: Acervo Museu Casa do Imigrante.



Capela do Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini, a espera do corpo para sepultamento, 1936
Fonte: Acervo do Museu Casa do Imigrante.



Visita de Pedro Tacchini, irmão de Bartholomeu Tacchini, da casa do agente consular da Itália Leonidas Favero, Bento Gonçalves, 1936

Fonte: Acervo do Museu Casa do Imigrante.

Abordagens comparativas: um estudo acerca das possibilidades de comparação na imigração

Dr. Marcos Antônio Witt

Professor do Programa de Pós-Graduação em História – Unisinos

Samanta Ritter

Graduanda em História – Unisinos

Wellington Augusto Blume

Graduando em História – Unisinos

Utilizar a análise comparativa na história da imigração, com todas suas nuances, particularidades, seus desdobramentos e suas conjunturas, constitui-se um desafio para o historiador. Pois comparar, como sugere Bloch (1930), é um exercício que exige grande conhecimento por parte do historiador; requer tempo de investigação; demanda discussões acerca dos objetos que estão sendo comparados, como também acarreta uma constante reavaliação dos elementos que estão sendo observados.

Ainda enquanto método de pesquisa, percebe-se, de forma geral, que a história comparada “provoca resistência na maioria dos historiadores” (PRADO, 2005, p.13), pois estes, incertos quanto ao procedimento que deve ser utilizado para perpetuar uma análise comparativa, distanciam-se desse recurso metodológico na execução de seus trabalhos. (PRADO, 2005). Todavia, trabalhos realizados por autores, como Sérgio Buarque de Holanda, citando como exemplo *Raízes do Brasil*, nos dão uma dimensão das potencialidades deste recurso para o historiador, pois quando Holanda se propõe a pensar os elementos que compunham e que estiveram presentes na formação do Brasil, estabelece diversos paralelos entre as Américas espanhola e portuguesa, com o intuito de elucidar os diferentes movimentos perpetuados nestes dois *mundos em mutação*.

Não se tratou de um livro em que se tinha por objetivo uma análise comparativa das Américas espanhola e portuguesa, porém, ao trazer na sua abordagem os aspectos comparáveis, tanto do lado português quanto do lado espanhol, Holanda mostrou as dimensões, dificuldades e os benefícios que a História Comparada traz consigo.

De forma geral, como constata Maria Ligia Coelho Prado (2005), estudos que contemplem reflexões de âmbito comparativo são pouco desenvolvidos de forma metódica, principalmente, segundo a autora, quando pensamos em comparar o Brasil com os demais países da América Latina. Destaca ainda que a conectividade das relações políticas, sociais e econômicas dos países latino-americanos poderiam ser observadas sob análises que abarcassem aspectos metodológicos dos estudos comparados, para que os olhares nacionais fossem extrapolados por reflexões e problematizações de âmbito, pelo menos, dual.

Pensando em estabelecer conexões com a história da História Comparada, José D' Assunção Barros lança, no ano de 2014, um livro que recebeu a alcunha de *História Comparada*. Nesta obra, o autor expõe uma trajetória das análises comparativas, demonstrando seus altos e baixos, avaliações, reavaliações e questões que foram levantadas a partir do momento em que se começou a ampliar os horizontes de pesquisa. Outro aspecto que ganha destaque em seu livro é a releitura que faz das análises propostas por Bloch, no qual demonstra como os historiadores deviam pensar e problematizar dois ou mais objetos de pesquisa, para o desenvolvimento de uma análise comparativa.

Noutra perspectiva de análise, Secreto (2014), pensando nas histórias conectadas e histórias cruzadas entre o Brasil e a Argentina,¹ no século XIX, verifica como Nicolás Avellaneda, da Argentina, e Tavares Bastos, do Brasil, estavam pensando tanto na questão da propriedade como na imigração, em seus respectivos países. Tanto Avellaneda quanto Bastos, na análise de Secreto, estariam concentrando seus trabalhos em análises comparativas de âmbito político-social,² no qual estariam procurando resquícios de progresso em países como Estados Unidos da América e Austrália, tal como ambos os autores estariam escrevendo em prol da vinda de imigrantes europeus. Neste sentido, os autores analisados por Secreto estavam preocupados em descrever quais eram os entraves políticos e sociais do Brasil e da Argentina, para, posteriormente, descrever quais mudanças seriam necessárias para que os respectivos países alavancassem o progresso. Para tanto, a autora argumenta que os intelectuais analisados utilizaram recursos do comparativismo, com o intuito de verificar de que forma países como os Estados Unidos da América e a Austrália estariam lidando com a questão da imigração e da propriedade.

Com o intuito de ampliar os estudos que levam como metodologia de pesquisa a comparação, estamos efetuando, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Antônio Witt, diversos trabalhos que visam pensar a História da Imigração sob a ótica comparativa. Para tanto, estamos desenvolvendo um trabalho que abarca reflexões comparativas, no âmbito da imigração, o qual está inserido em um projeto de pesquisa que recebe o título de “Imigrantes em ação: organização social e participação política. Estudo comparado sobre a imigração no Brasil, Argentina e Chile – séculos XIX e XX”.

Partido de estudos desenvolvidos por Witt, temos, a partir do referido projeto de pesquisa, como objetivo, estabelecer comparação entre as colônias de imigrantes fixadas no Brasil, na Argentina e no Chile, nos séculos XIX e XX. Afora isso, pretendemos

¹ O texto completo está publicado pela *Revista Brasileira de História* e está devidamente referido no final deste texto.

² Dentre os quais se destacam *Ensaio sobre inmigración y colonización em La provincia de Buenos Aires*, de Francisco Seeber, e *O Brasil em 1884*, de Louis Couty.

verificar como imigrantes e seus descendentes desses mesmos espaços atuaram no âmbito da organização social e da participação política, com ênfase na imigração alemã. De acordo com Vivó,

os comerciantes [de Lima] exerciam também funções políticas, já que eram integrantes do Cabildo e também da Audiência, o que significava ter um nível maior de poder e decisão, e não apenas prestígio social, o que gerava maior confiança nas negociações. (VIVÓ, 2009, p. 276).

Neste caso, o exercício da comparação está permitindo o levantamento de pontos em comum e diferenças entre espaços coloniais distintos e entre estratégias usadas por imigrantes e descendentes, para conquistar *lugar ao sol* no Novo Mundo. Para o desenvolvimento do trabalho, como sugere Bloch (1998), deve-se ter vasto conhecimento acerca dos objetos que serão analisados. Desse modo, aprimoramo-nos de diversas obras de cunho acadêmico, como também de abordagens laudatórias,³ que visam pensar e problematizar a imigração no Brasil, na Argentina e no Chile. Pensando em elucidar os movimentos migratórios nos respectivos países, descreveremos brevemente algumas etapas do processo de imigração e colonização nestes, para, posteriormente, a refletirmos sobre alguns trabalhos de cunho comparativo na imigração.

Imigração no Brasil, na Argentina e no Chile

Os séculos XIX e XX marcaram significativamente o cenário brasileiro. A vinda de imigrantes, incentivada pelo império, por empresas colonizadoras e demais frentes que se interessavam com esta forma de colonização, delimitou e incrementou os campos político, social, econômico, geográfico e religioso. Para tanto, as políticas de imigração do Brasil estimulavam o ingresso de estrangeiros, com o objetivo de povoar terras devolutas, consideradas adequadas à instalação de agricultores livres e europeus. O sistema de ocupação do território estava centrado, inicialmente, na concessão de lotes de terras (até 1850) e, depois, na venda destes para a formação de pequenas propriedades agrícolas familiares.

Segundo senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre o ano de 1884 até o ano de 1959, adentraram em solo brasileiro 4.734.494 imigrantes. Deste contingente, temos que 1.507.695 imigrantes eram italianos; 1.391.898 portugueses; 683.382 espanhóis; 596.647 outros;⁴ 189.727 sírios e libaneses; 188.723 japoneses e

³ Dentre os autores consultados, destacam-se Fernando Devoto, María Cecilia Gallero, Maria Bjerg, Alfredo Bolsi e Leopoldo Bartolome quando pensamos na Argentina e Jean Pierre Blancpain, Eduardo Cavieres, Carmen Norambuena Carrasco, Luis Ortega Martínez Salvador Soto Rojas, quando pensamos no Chile.

⁴ Esta denominação aparece no *site* do IBGE.

176.422 alemães. Variando conforme as conjunturas políticas, econômicas e sociais de cada época, a vinda desses imigrantes ao Brasil acarretou profundas transformações nas sociedades que os receberam.

Pensando na imigração para a Argentina, destacamos que ela teve seu início em meados do século XIX. No entanto, já a partir de 1830, genoveses, vascos, irlandeses, escoceses, ingleses e alemães compunham o quadro de imigrantes que começavam a chegar em Buenos Aires. Todavia, é a partir do final do século XIX, principalmente depois de 1880, que o maior fluxo de imigrantes adentrou o território buenairense. Destacamos que um dos impulsionadores desta onda migratória foi a ratificação da Lei 817, de outubro de 1876, que incentivou a vinda de imigrantes ao território argentino. Tão forte e diversificado foi o volume migratório recebido, que marcou indubitavelmente sua inserção na realidade atual do país, influenciando as características particulares de sua população.

Duas nacionalidades se destacam numericamente nesta onda imigratória: a espanhola e a italiana. Dos 5.481.276 imigrantes que chegaram naquele período, 2.341.12 corresponderam a italianos e 1.602.752 a espanhóis. Depois, em ordem decrescente, vieram os franceses, os judeus (que nas primeiras listas figuravam como russos, pelo seu lugar de procedência), os austro-húngaros, os alemães (com uma porcentagem igual aos britânicos), os suíços, os portugueses, os belgas e os holandeses. Os 6,4% restantes estavam representados por outras nacionalidades em volumes inferiores a 0,10 % do total imigratório. Nesse contexto, italianos e espanhóis dominaram o cenário imigrantista na capital argentina até mesmo depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).⁵

Quanto à imigração no Chile, os alemães constituem-se em um dos primeiros grupos chegado àquele país. Os anos de 1810 a 1848 podem ser delimitados como o primeiro período de chegada de imigrantes, porém, de forma mais espontânea. Os projetos governamentais voltados à colonização em 1811, 1824, 1825, 1838 e 1842 atestam a preocupação do governo chileno em trazer imigrantes europeus para colonizar o território. Mas, em se tratando de projeto de colonização, os irlandeses foram os primeiros imigrantes a chegar; desde 1825, o governo chileno pretendia instalar 500 famílias de irlandeses; até 1848, 10 mil famílias.

A fim de agilizar o processo de imigração e colonização, o governo criou a Sociedade Nacional de Agricultura, que se ocupava dos locais onde os colonos seriam assentados. Apesar de todos os esforços do Chile em captar mão de obra europeia para a colonização, até 1850 a reputação do país na Europa não era positiva; tinha-se dúvida

⁵ As informações foram retiradas da *Revista do Museu Nacional de Imigração – Argentina*.

sobre a sobrevivência das colônias e sobre o grau de conflitos com os índios Mapuches. Em termos de organização, os responsáveis pela imigração e colonização pensavam os locais de assentamento de tal modo, que os chilenos pudessem ser mesclados com os estrangeiros. A partir de 1850, colonos alemães foram instalados em Valdivia (via projeto de colonização); depois dessa data, “todo patricio chileno” preocupou-se em elaborar um projeto de colonização inclusive pensando nos chineses. Em 1857, Pérez Rosales, “agente de colonização de Chile na Europa”, escreveu um livro intitulado *Ensayo sobre Chile*. A ideia foi dar publicidade a um Chile “ordenado, bucólico y prometedor”, onde só faltaria “um toquezinho europeu”. Nessa obra, Rosales destacou os seguintes aspectos sobre o território chileno: clima saudável, inexistência de rivalidades paralisantes, administração pública compreensiva, liberdade de iniciativa, espaço ilimitado e defendeu a tese de que o alemão seria o melhor colono para se mesclar aos chilenos.

Tendo contextualizado brevemente os movimentos migratórios que marcaram Brasil, Argentina e Chile, passaremos a discutir algumas questões que nos permitem realizar uma análise comparativa. Salientamos, todavia, que os estudos que apresentaremos neste texto estarão centrados em uma análise dos contextos de Brasil e Argentina.

A questão da mobilidade na imigração

Uma primeira questão a ser discutida diz respeito ao processo de organização social e mobilidade espacial dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil e na Argentina, especificamente nas cidades de São Leopoldo (Rio Grande do Sul/Brasil) e Puerto Rico (Misiones/Argentina), em seus anos iniciais. Pensando na imigração para o Sul da América, o pesquisador se defronta com imigrantes chegados diretamente da Europa, mas, também, com migrantes que circularam pelo território sul-americano. Fontes como cartas, diários e relatos, obtidos através da História Oral, revelam experiências individuais e coletivas de agentes históricos que romperam fronteiras e se fixaram em Colônias Velhas e Novas,⁶ em espaços rurais e urbanos e, mesmo que raramente, retornaram para a Europa. Para o estudo em questão, imigrantes e migrantes foram tomados como objeto de pesquisa, respeitando-se as especificidades vivenciadas em cada grupo, família ou indivíduo. (BLUME; WITT, 2014). Dentro dessas

⁶ Entende-se por Colônias Velhas os primeiros núcleos de colonização. No caso do Rio Grande do Sul, Brasil, a Colônia Velha seria São Leopoldo, fundada em 1824. Por Colônia Nova, entendem-se os núcleos subsequentes, os quais foram fundados à medida que a explosão demográfica e a dinamização do mercado de terras proporcionaram a criação de novos núcleos coloniais. As Colônias fundadas no centro e noroeste do Rio Grande do Sul, algumas próximas ao rio Uruguai, a partir da segunda metade do século XIX e início do XX, podem ser identificadas como Colônias Novas. Panambi, Santa Rosa e Cerro Largo, por exemplo, são Colônias Novas.

especificidades, respeitamos inclusive os meios nos quais os agentes em questão estavam inseridos, pois o imigrante de Puerto Rico não é o mesmo imigrante de São Leopoldo. Cada qual possui características particulares, que foram levadas em consideração para a realização desta análise comparativa.⁷

No que se refere ao material utilizado para a realização deste estudo, aproximamo-nos da obra de María Cecilia Gallero, pesquisadora argentina que se dedica a investigar a imigração para Misiones, especialmente para a Colônia de Puerto Rico, no qual vislumbramos a possibilidade de comparar aquele universo com o da Colônia de São Leopoldo,⁸ estabelecida na província do Rio Grande do Sul, em 1824. O vínculo entre esses dois núcleos de colonização está no fato de que descendentes de imigrantes alemães, assentados no Sul do Brasil, migraram para a região de Misiones, tornando-se o maior grupo entre aqueles que fundaram e colonizaram Puerto Rico. Assim, buscamos analisar as estratégias utilizadas pelos imigrantes teuto-brasileiros em sua trajetória na Argentina do século XX, mais especificamente na Colônia de Puerto Rico, na província de Misiones. Dessa forma, os processos de organização social e mobilidade espacial ganharam destaque na análise que efetuamos e demonstram, como se verá no decorrer da leitura, o quão profícuo este rompimento de fronteiras se torna para o enriquecimento historiográfico acerca da temática da imigração.

No que se refere à mobilidade espacial, ressaltamos que as antigas colônias alemãs começaram a sentir o excesso populacional, e grande parte das famílias, ora em função de problemas como a falta de abastecimento alimentício, ora para buscar novos horizontes, passaram a se locomover pelo território rio-grandense, em busca de melhores condições de vida. Em muitos momentos, o movimento das migrações internas foi efetuado com o auxílio de agentes interessados em povoar determinadas regiões, sendo que estes poderiam ser comerciantes, padres, industriais ou até mesmo grandes proprietários de terras. Pouco a pouco este constante movimento, que é tratado por Jean Roche como o fenômeno da enxamagem,⁹ proporcionou a colonização de diversas regiões do Rio Grande do Sul. Uma delas, que ganha destaque para a realização deste exercício comparativo, foi a região das Missões.

⁷ Ver mais em: BLUME, W. A.; WITT, M. A. Organização social e mobilidade espacial: estudo sobre imigrantes alemães e descendentes no Brasil e na Argentina. *Ágora* (UNISC. Online), v. 16, p. 97-111, 2014.

⁸ Para pensarmos a imigração, colonização, mobilidade espacial e organização social na colônia de São Leopoldo, utilizamos textos de cunho acadêmico, que se aproximam, principalmente, da obra de Marcos Justo Tramontini (2000).

⁹ “A agricultura dos colonos alemães teve caráter essencialmente pioneiro. Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar para novas zonas a desbravar ou, mais recentemente, para os centros urbanos. Não foi, portanto, porque agricultores partiram de uma região que a produção nela diminuiu; foi porque os rendimentos baixaram, ou iam baixar, que o excesso dos habitantes a abandonou. Se o esgotamento das terras e o crescimento da população, entre outros fatores, motivaram essas migrações internas, a natalidade e a técnica incompatíveis com a estrutura agrária é que tornaram fatal o êxodo da população excedente.” (ROCHE, 1969, p. 319).

Os imigrantes radicados nessa região realizaram o movimento migratório para buscar novas oportunidades na Argentina e o fizeram por inúmeros motivos. Gallero indaga que as terras do noroeste gaúcho estavam degradadas e pouco propícias para a agricultura; questões geográficas como a grande distância existente entre as comunidades teutas e os *centros urbanos* também poderiam ser ressaltadas como alguns dos motivos do descontentamento dos teuto-brasileiros em sua estada no Brasil. Ainda salienta que muitas famílias estavam em uma situação bastante crítica, pois as terras que haviam adquirido eram muito pedregosas e havia, em alguns lugares, indícios de erosão. (GALLERO, 2009). Desta forma, os descontentes em solo rio-grandense locomoveram-se e emigraram para Puerto Rico, Misiones.

Além de pensarmos a questão da mobilidade espacial dos imigrantes alemães e seus descendentes, analisamos o tema da organização social dos imigrantes alemães radicados tanto em São Leopoldo como em Puerto Rico. Neste sentido, a abertura da Picada e a posterior construção do espaço urbano fizeram parte da realidade imigrante ao longo dos séculos XIX e XX. A modificação da paisagem, com casas residenciais, casas comerciais, igrejas, salões paroquiais, escolas e prédios públicos, compôs o quadro de alterações promovidas pelo imigrante em São Leopoldo e posteriormente em Puerto Rico, como também na grande maioria das cidades que foram colonizadas por grupos de imigrantes alemães. (BLUME; WITT, 2014).

Para pensar a organização social dos imigrantes, verificamos, também, de que forma os imigrantes se mobilizaram para *fazer comércio*. A produção rural, com o tempo, passou a gerar excedentes que, por sua vez, foram disponibilizados em uma casa comercial conhecida como *venda*. (DREHER, 2005, p.16). Portanto, as vendas constituíram-se em locais onde os colonos puderam trocar e/ou vender os produtos agrícolas excedentes. Essa dinâmica, com o passar dos anos, se tornou extremamente favorável para o comércio e o comerciante. (BLUME; WITT, 2014). Tal característica foi percebida tanto em São Leopoldo quanto em Puerto Rico, no qual os imigrantes se organizaram para vender, trocar e expandir seus laços comerciais e sociais.

Constatamos que a dinâmica de organização social e a mobilidade espacial assemelham-se muito nas cidades que foram observadas. Puerto Rico e São Leopoldo aproximam-se no que diz respeito às formas de organização social; a fim de formarem seus núcleos, utilizaram-se da abertura de estradas, e estabelecimento de casas, ao longo dos lotes de terras (Picadas), abriram o comércio (vendas) e dialogaram com a sociedade receptora. No que concerne a sua mobilidade espacial, podemos ressaltar que o fenômeno da enxameação foi percebido notoriamente nas duas cidades, onde os imigrantes, ora em função da grande densidade demográfica, ora atrelados a novas

expectativas de conquistar espaço em meio à sociedade nacional, locomoveram-se e buscaram novas oportunidades.

Quanto às diferenças encontradas na ação pioneira dos imigrantes de Puerto Rico e de São Leopoldo, salientamos que estão imbricadas na bagagem sociocultural do imigrante, que busca novas oportunidades, pois o imigrante que chega a São Leopoldo não é o mesmo que se radica em Puerto Rico. Enquanto o imigrante de São Leopoldo é aquele que participou dos primeiros movimentos migratórios de origem alemã, no Sul do Brasil, o imigrante de Puerto Rico é aquele que participou do movimento de enxameamento no solo rio-grandense, constituindo uma cultura completamente diferente daquele que emigrou para São Leopoldo, em 1824.

A questão das ideias na imigração

Uma segunda questão a ser discutida neste texto refere-se às ideias divagadas por intelectuais brasileiros e argentinos. Pensando nos movimentos migratórios que marcaram, principalmente, os séculos XIX e XX, detivemo-nos a discorrer sobre quem seriam os intelectuais que estariam pensando a imigração, naquele período de diásporas transatlânticas. Olhando para o Brasil e a Argentina do século XIX, encontramos diversos debates efetuados no campo intelectual, no qual indivíduos, normalmente ligados a alguma elite política, social ou econômica, conjecturaram acerca da imigração; dos movimentos migratórios; sobre quem seriam os imigrantes ideais; e, inclusive, sobre como o Estado deveria se manifestar neste rol de situações.

Neste sentido, foram observados o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a Sociedade Central de Imigração, no Brasil; a Geração de 37, Inspectores Locais, na Argentina, no qual propusemos verificar quais ideias estavam circulando nestes grupos e de que forma eles pensavam e deliberavam sobre a imigração. Por fim, utilizando alguns procedimentos indicados por Bloch (1930), colocaremos as ideias dos intelectuais brasileiros e argentinos lado a lado, para que possamos analisar, de forma comparativa, quais as aproximações dos discursos proferidos, tal como verificar de que forma se manifesta a ideia das Histórias Conectadas. (PRADO, 2005).

No lado do Brasil, teremos a atuação de dois grupos um tanto distintos quanto às suas propostas. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura,¹⁰ ávido defensor das grandes propriedades de terras, deliberava a respeito da vinda de imigrantes para

¹⁰ Fundada no ano de 1860, a “instituição que tinha como objetivo o melhoramento da agricultura no Brasil, com propostas de mudanças na rotina da lavoura, de incorporação de princípios científicos e de introdução de máquinas e instrumentos agrícolas nas atividades rurais. Os homens das ciências vinculados ao Instituto buscavam o ‘ideal de progresso de país civilizado’ e empenhavam-se na ‘missão’ de convencer o lavrador a adotar uma agricultura baseada em princípios das ciências”. (LIMA, 2013, p. 18).

substituir a mão de obra escrava, com o intuito de substituir o braço servil, como também, de modificar a condição dos escravos para o trabalho assalariado. Na primeira perspectiva, na qual o grupo defende a grande propriedade da terra, Silva salienta que

a pequena propriedade agrícola, que apenas começa a despontar entre nós, como ser digna de admiração e estímulo, não pode sequer diminuir as apreensões que o estado daquela [a grande propriedade] é para inspirar. Nem é só de remoto futuro, senão do presente, que nos devemos preocupar. A pequena lavoura é ainda uma aspiração, enquanto a grande cultura, já organizada, tendo por si a tradição, adotada em nossos hábitos de trabalho, representa avultadíssimo cabedal que cumpre salvar dos perigos aos que se acha exposta. (SILVA apud LIMA, 2013, p. 38).

Percebemos nesse manifesto de Miguel Antônio da Silva, que o apelo à tradição, já demonstrada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, se faz presente em seu texto. Para Holanda, principalmente quando pensamos nas elites locais, as dificuldades encontradas pelos homens do século XIX, em romper com as instituições que tivessem alguma ligação com o que se pressupunha *de tradição*, davam-se de forma muito lenta e não necessariamente gradual. (HOLANDA, 2014). Tal aspecto é percebido no trecho acima, no qual o opositorismo à pequena propriedade agrícola, um dos pilares do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, demonstra o quanto a elite local ainda estava ligada à lavoura e às grandes propriedades de terra.

Em contraposição a este grupo de atuação, aparecerá a Sociedade Central de Imigração,¹¹ que se posicionava, assim como o primeiro, a favor da vinda de imigrantes europeus para o Brasil, mas distanciava-se do primeiro grupo, quando se pensa no tipo de propriedade que defendia a pequena propriedade agrícola. Entusiasta das ideias de modernização, propriedade e imigração, Karl Von Koseritz destaca “nós declaramos guerra ao latifúndio e tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas”. (LIMA apud KOSERITZ, 2013, p. 29). Essa ideia foi defendida piamente pela Sociedade Central de Imigração.

Lima, em sua dissertação,¹² destaca que a atuação deste segundo grupo, do qual Koseritz fez parte, possuía ideias que batiam de frente com as propostas e ideais

¹¹ “Idealizada e fundada no final do século XIX, a Sociedade Central de Imigração (SCI) trazia como objetivo principal organizar e promover o aumento da imigração de europeus para desenvolver atividades agrícolas, ao mesmo tempo garantindo-lhes boas condições de deslocamento da Europa para o Brasil, sua instalação nos núcleos e trabalho. Contudo, embora a ênfase no trabalho fosse sempre importante, a intenção não era apenas angariar mão de obra qualificada, mas incentivar uma mudança na forma de ocupação das terras no Brasil. Suas propostas direcionavam-se para a alteração de algumas estruturas que podem ser consideradas como componentes de um projeto modernizador e reformador da sociedade brasileira.” (LIMA, 2013, p. 12).

¹² Pensando no embate efetuado entre a Sociedade Central de Imigração e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, temos que “de acordo com Begonha Bediaga, em seus estudos sobre o surgimento do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o governo imperial buscava aprimorar suas relações com os proprietários, pois era sua base de sustentação política. Dessa maneira, segundo a autora, os institutos agrícolas originaram-se como locais onde o governo buscava agregar produtores rurais a implantar projetos ‘modernizadores’ para a agricultura, porém sem grandes reformas do modelo agroexportador vigente naquele momento. No entanto, a extinção do regime escravista,

preconizados pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que visava beneficiar apenas a agricultura extensiva, que naquele momento estava representada pelo café e pela estrutura do latifúndio. (LIMA, 2014). Para a Sociedade Central de Imigração, a defesa da pequena propriedade agrícola e a vinda de imigrantes alemães acarretariam um progresso tanto de cunho material quanto imaterial. No primeiro quesito, os integrantes do grupo acreditavam que o tipo de propriedade defendida facilitaria o manuseio dos imigrantes com a terra, tal como proporcionaria um rápido retorno, pois o imigrante, depois de radicado, produziria excedentes e venderia seus produtos, beneficiando o surgimento de um comércio local e, posteriormente, significativas rotas comerciais. Quanto ao segundo aspecto, a Sociedade Central de Imigração acreditava que a bagagem cultural trazida pelos imigrantes, vistos como mulheres e homens trabalhadores(as), contribuiria para um significativo avanço cultural em meio à sociedade receptora. (LIMA, 2013).

Esse embate no campo político, no que se refere especificamente à imigração, também foi observado na Argentina. Para tanto, analisamos a atuação da Geração de 37¹³ e de inspetores locais, que pensam e discutem a imigração no campo intelectual. Deste modo, escolhemos as narrativas de Domingo Faustino Sarmiento, integrante da Geração de 37, e Guillermo Wilcken, inspetor local destinado a verificar a condição das terras devolutas em território argentino.

Domingo Faustino Sarmiento, enquanto esteve em exílio político (na década de 1840, no Chile), dedicou-se à leitura de diversas obras, das quais podemos destacar *Quadros da Natureza e Humboldt en América*, de Alexander Von Humboldt, e *Darwin, notas de viagem e Darwin na América do Sul*, de Charles Darwin. (OLIVEIRA, 2007). Nesse período, o autor escreveu sua principal obra, intitulada *Facundo: Civilización y Barbarie*, publicada em 1845. Trata-se de uma biografia do caudilho argentino Facundo Quiroga. Sarmiento, porém, usando Quiroga como pretexto, realizou neste livro um profundo estudo do fenômeno do Caudilhismo e um verdadeiro libelo contra Rosas e seu regime. (OLIVEIRA, 2007).

que era um ponto de tensão entre as partes, era de modo geral sugerido por estes institutos, que advogavam o uso de maquinarias agrícolas, ou ainda defendendo a fixação de imigrantes nas fazendas, ou ainda apontando os benefícios obtidos pela agricultura em outros países”. (LIMA, 2013, p. 204), percebe-se, neste sentido, que as aspirações do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura aproximavam-se das da Sociedade Central de Imigração, no que tange à modernização, abolição do trabalho escravo e da imigração, porém o distanciamento estava circunscrito ao embate do tipo ideal de propriedade.

¹³ A Geração de 37 foi o nome dado a um grupo de exilados políticos argentinos, radicados no Chile, no período em que Juan Manuel Rosas estava no poder. Este grupo deliberava a respeito de diversos temas, mas, principalmente, acerca de formas de se governar a Argentina. Tiveram como integrantes Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi, Domingo Faustino Sarmiento, entre outros. Para Oliveira “é, pois, com a intenção de fragilizar o sistema rosista e seu republicanismo que intelectuais e homens de Estado começam a se mobilizar e, a partir de seus exílios, construir um movimento intelectual com vistas à transformação cultural e à construção de uma identidade nacional”. (OLIVEIRA, 2007, p. 38). Ver mais em: OLIVEIRA, Jairo de. *A construção de uma república argentina em Sarmiento*. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2007.

Além de descrever sua insatisfação com o regime rosista, Sarmiento também se propôs a pensar a imigração. Dentre os diversos manifestos encontrados em sua obra, selecionamos em especial, um trecho que possui uma tonalidade bastante marcada para os homens de sua época, no qual o autor destaca

porque *él* [Rosas] ha perseguido el nombre europeo, y hostilizado la inmigración de extranjeros, el Nuevo Gobierno establecerá grandes asociaciones para introducir población y distribuirla en territorios feraces a orillas de los inmensos ríos, y en veinte años sucederá lo que en Norteamérica ha sucedido en igual tiempo: que se han levantado, como por encanto, ciudades, provincias y Estados en los desiertos, en que poco antes pacían manadas de bisontes salvajes. (SARMIENTO, 1996, p. 11).

Percebemos nessa passagem que Sarmiento, além de criticar a atitude de Juan Manuel Rosas em relação aos imigrantes, ainda se propõe a pensar como tanto a questão da imigração como da propriedade seria pensada no momento em que ele, Sarmiento, chegasse ao poder. Para tanto, ressaltamos que, além de se aproximar dos discursos modernizadores que estavam em voga no século XIX, o autor ainda prima em destacar o sucesso dos imigrantes radicados nos Estados Unidos da América (EUA). Para ele, o imigrante ideal para trazer o progresso material para a Argentina seria aquele que emigrou para os EUA.

Podemos observar, no ano de 1872, o discurso de Guillermo Wilcken, inspetor local, que, estando a passar pelas terras devolutas da Argentina, deixa o seguinte registro:

La inmigración alemana que ha sido para los EE.UU. [EUA] la más poderosa palanca en el camino del progreso y de todos sus adelantos materiales; está escasamente representada en nuestras colonias. Hay poquísimos colonos oriundos del reino de Wertemberg, de Hess, de Badén, de Hannover y menos aún de Mecklemburg. Lo mismo que al suizo, al colono alemán le cuesta acostumbrarse al país; inconveniente al que contribuye la dificultad que experimenta para aprender el idioma nacional” sendo que ressalta, ao final “una vez vencida aquella dificultad y familiarizado con las costumbres, no hay mejor colono ni agricultor más inteligente. (SARRAMONE, 2011, p. 23).

O que torna esse discurso relevante é justamente o ano de publicação, pois, em 1872, enquanto Wilcken fazia seu trabalho de inspecionar as terras devolutas na Argentina, Domingo Faustino Sarmiento ocupava o cargo de presidente da República argentina, ou seja, seu manifesto publicado em forma de livro, no ano de 1845, estava sendo posto em prática no período em que exerceu o cargo de presidente. O que observamos no relatório de Wilcken foi a proximidade de seu relato com a obra de

Sarmiento. Salientamos que ambos se preocupavam em idealizar o imigrante que emigrou para os EUA. Seria este, segundo os discursos analisados, que traria o progresso material para o país receptor.

Fazendo uma análise acerca das ideias que foram analisadas tanto no Brasil como na Argentina do século XIX, ressaltamos que possuem como linha de aproximação o discurso racial e etnocêntrico, no qual se enaltece o imigrante branco e europeu, destacando-se que este traria avanços de cunho material e imaterial.

No que tange aos agentes que pensam e deliberam sobre a imigração, destacamos que ambos são influentes, estão ligados às elites políticas dos países em que estão radicados e querem “ser vistos”, através de seus discursos, por seus opositores e pela população. O que distancia os atores analisados é o caráter singular de seus protagonismos. Os que atuam no Brasil estão em constante conflito no campo das ideias, no qual o latifúndio e o minifúndio ganham principal atenção pela Sociedade Central de Imigração e o Instituto Fluminense de Agricultura, enquanto que, no caso da Argentina, há certa semelhança nos discursos proferidos pelos atores analisados, segundo os quais o imigrante ideal seria aquele que emigrou para os EUA, tal como devemos mencionar que a atuação de Guilherme Wilcken esteve inserida no plano político proposto por Domingo Faustino Sarmiento.

Considerações finais

Os esforços perpetuados por pesquisadores vinculados a universidades, principalmente aos Programas de Pós-Graduação, têm demonstrado cada vez mais particularidades, conexões, nuances e novos problemas em variadas linhas de pesquisa. Em se tratando da História do Brasil Imperial, especificamente na História da Imigração, o universo de possibilidades encontrado pelos pesquisadores se amplia anualmente com a publicação de diversos trabalhos que problematizam questões-chave neste campo historiográfico. Pensando em ampliar os horizontes de pesquisa na História da Imigração, o projeto de pesquisa “Imigrantes em ação: organização social e participação política. Estudo comparado sobre a imigração no Brasil, Argentina e Chile – séculos XIX e XX”, que está sob a orientação do professor Marcos Antônio Witt, vem sendo desenvolvido com o intuito de perceber como os entraves provenientes das ondas migratórias dos séculos XIX e XX possuíam alguma ligação entre os países observados.

Quando recorremos aos recursos da História Comparada, os particularismos e casuísmos passam a ganhar um caráter muito mais abrangente, pois aquilo que se pressupunha particular ganha novas formas em outros contextos sociais, políticos, econômicos e religiosos. O *locus* muitas vezes localista deixa de perceber o quão abrangente é o universo problemático da imigração. Não se trata de negligenciar a

grande contribuição dos estudos de caso, que têm trazido significativos avanços historiográficos na História da Imigração, principalmente no que tange ao distanciamento de ideias recorrentes, em parte da historiografia clássica acerca da temática, mas sim, de destacar que estudos que levam em consideração análises comparativas podem trazer à tona uma gama maior de possibilidades, problemas e resultados. E neste emaranhado de sutilezas, pouco a pouco, a História Comparada vem ganhando espaço nos trabalhos realizados na área da História.

A partir das análises que efetivamos neste texto, pudemos perceber que tanto a mobilidade espacial como a organização social dos imigrantes radicados em São Leopoldo e Puerto Rico possuíam diversas singularidades, proximidades e fenômenos, que podem ser observados não apenas nos objetos que foram verificados, mas em diversos outros locais onde a imigração alemã esteve presente. No que se refere aos intelectuais que foram estudados, ressaltamos que as ideias de modernização, imigração, propriedade e etnicidade figuraram entre os debates efetuados no Brasil e na Argentina. Deliberando sobre os aspectos acima mencionados, os intelectuais observados se aproximam muito quando pensamos no conteúdo de suas discussões, porém as particularidades de cada caso, que vêm à tona com a análise comparativa, estão circunscritas à realidade política, econômica e social dos países onde os agentes estão radicados.

Referências

- BARROS, José D' Assunção. *História comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BJERG, María. *Historia de La inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2010.
- BLOCH, Marc. *História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Trad. de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.
- BLUME, W. A.; WITT, M. A. Organização social e mobilidade espacial: estudo sobre imigrantes alemães e descendentes no Brasil e na Argentina. *Ágora* (UNISC. Online), v. 16, p. 97-111, 2014.
- GALLERO, Maria Cecilia. *Con la patria en las cuestras*. Buenos Aires: Araucaria; Resistencia – Conicet, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KOSERITZ, Karl Von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- KLUG, João. Imigração, colônias e colonos no Brasil imperial: uma análise das propostas de Abrantes, Decosterd e Tavares Bastos. In: TADESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013. p. 11-26. v. III.
- LIMA, Angela Bernadete. A Sociedade Central de Imigração e o incentivo à colonização baseada na pequena propriedade rural. In: TADESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *Colonos*,

colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra&Vida, 2014. p. 26-41. v. III.

_____. *Nós declaramos guerra ao latifúndio. Propostas, ações e ideias de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-1891)*. 2014. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2014.

OLIVEIRA, Jairo de. *A construção de uma república argentina em Sarmiento*. 2007. Monografia como (Trabalho de Conclusão de curso em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2007.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 1 e v. 2.

SARRAMONE, Alberto. *Alemanes en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones B, 2011.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SECRETO, Maria Verónica. Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 83-99, 2014.

SECRETO, Maria Verónica. Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 83-99, 2014.

SILVA, Miguel Antônio da. Agricultura Nacional I. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 3-8, mar. 1879.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

VIVÓ, Cristina Mazzeo de. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercício de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã*. Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008.

Reforma eleitoral para introdução do voto direto no Brasil (1879-1881): a elegibilidade dos acatólicos

Michele de Leão
Doutoranda em História – Unisinos

Introdução

As cobranças em favor de eleições diretas pressionaram o Imperador D. Pedro II que, em dezembro de 1878, convoca o Partido Liberal para organizar e dirigir um gabinete, tendo este como tarefa única a realização da reforma eleitoral, por meio da qual deveria ser introduzido o voto direto no Brasil.

Este texto se propõe a refletir a respeito do desenrolar dos dois projetos apresentados visando à reforma eleitoral para introdução do voto direto no Brasil. As fontes utilizadas para a realização da pesquisa são os Anais da Câmara dos Deputados e os Anais do Senado. O estudo está voltado para os discursos de deputados e senadores referentes à concessão ou não do direito de elegibilidade dos acatólicos à Câmara dos Deputados.

A reforma eleitoral em questão foi buscada por meio de dois projetos, por dois gabinetes distintos, ambos liberais, e por modos diferentes. No ano de 1879, o Gabinete Sinimbu, presidido pelo liberal Casansão Sinimbu, apresenta projeto de reforma eleitoral via reforma da Constituição de 1824, aprovado na Câmara por ampla maioria; o projeto foi rejeitado no Senado e provocou a queda do gabinete. Em 1880, cabe ao também liberal José Antônio Saraiva organizar um novo gabinete e apresentar novo projeto de reforma, dessa vez por meio de lei ordinária. O Gabinete Saraiva consagra a Lei Saraiva em janeiro de 1881, a qual concede elegibilidade à Câmara dos Deputados aos cidadãos acatólicos. Esse direito até então era negando aos acatólicos, pois, de acordo com a Constituição de 1824, em seu artigo 5º: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo.” (BRASIL, 1824). Mais adiante, o mesmo documento, em seu art. 95º, proíbe àqueles que não professem esta religião de serem nomeados deputados:

- Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados.
Excetuam-se:
I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida, na forma dos Arts. 92 e 94.
II. Os Estrangeiros naturalizados.
III. Os que não professarem a Religião do Estado (BRASIL, 1824).

Desta forma, a Constituição imperial excluiu, por mais de meio século, a presença de acatólicos na Câmara dos Deputados do Império brasileiro. Entre os acatólicos do período encontravam-se milhares de imigrantes e seus descendentes. Essa exclusão política foi entendida por muitos políticos como uma injustiça, que só foi reparada com a promulgação da Lei Saraiva, em 1881.

O Projeto Sinimbu

O Gabinete Sinimbu é constituído em 5 de janeiro de 1878. O projeto de reforma eleitoral, elaborado pelo novo governo, é apresentado à Câmara dos Deputados em 13 de fevereiro de 1879.

O projeto prevê a reforma eleitoral por meio de reforma da Constituição de 1824. Além de duplicar a renda mínima para o cidadão tornar-se eleitor (elevação de 200 mil-réis para um mínimo de 400 mil-réis), o Projeto Sinimbu propõe a exclusão do direito de voto de todos aqueles que não saibam ler e escrever, condição esta inexistente na Constituição de 1824. O projeto não indica a elegibilidade aos acatólicos e também não faz referência ao art. 95º da Constituição. Diz o Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

A assembléia geral legislativa decreta:

Artigo único. Os eleitores dos deputados para a seguinte legislatura lhes conferirão, nas proclamações, especial faculdade para reformarem os artigos da Constituição que se seguem:

Os artigos 90, 91, 92 e 93, para o fim de serem as nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral, e dos membros das assembleias legislativas provinciais feitas por eleição direta.

O artigo 94, para o fim de só poderem votar os que sabendo ler e escrever, tiverem por bens de raiz, capitais, indústria, comércio ou emprego, renda líquida anual que for fixada em lei, nunca inferior a quatrocentos mil réis. (BRASIL, 1879, p. 492).

Quanto ao fato de seu projeto não conceder a elegibilidade aos acatólicos, Sinimbu defende-se argumentando que entende a importância da concessão da elegibilidade aos acatólicos, mas que era preciso focar o projeto principalmente na introdução do voto direto. Segundo ele:

Não desconheço a justiça do princípio sustentado por SS. EExs., mas entendi que sendo nessa missão principal realizar a reforma eleitoral, devia desprende-la de qualquer outra ideia que na atualidade pudesse criar-lhe embaraços.

E, senhores, eu não contaria com o apoio do senado, se não me limitasse ao ponto essencial da reforma. (SINIMBU, 10/02/1879, p. 415).

O chefe do governo deixa claro que acredita que a proposta de conceder elegibilidade aos acatólicos é uma ideia justa, porém, naquele momento ela se apresenta como inoportuna.

Mesmo antes de ser apresentada a proposta de reforma eleitoral, as eleições diretas já mereciam atenção nas discussões entre os deputados no ano de 1879.

Em fevereiro de 1879, em meio aos debates sobre a reforma eleitoral, dias antes de o projeto ser apresentado à Câmara, ocorre uma reorganização ministerial com a retirada do governo dos ministros Gaspar da Silveira Martins e Domingos de Sousa Leão, o Barão de Vila Bela. Os ministros rompem com o Gabinete por não concordarem com a manutenção da inelegibilidade dos cidadãos acatólicos à Câmara dos Deputados.

Para o então ex-ministro Barão de Vila Bela, “uma mera suspeita foi unicamente o motivo que tiveram os meus ilustres ex-colegas para excluïrem do projeto a liberal e humanitária ideia da libertação da consciência”. (LEÃO, 10/02/1879, p. 416).

Em seu discurso de retirada do governo, Silveira Martins ressalta a importância que representaria para imigrantes e seus descendentes o direito à elegibilidade:

Primeiro que tudo, eu era o representante do Rio Grande do Sul, província que conta entre seus filhos trabalhadores e industriosos para mais de 50.000 acatólicos. Eu faltaria à comissão que do povo rio-grandense recebi se não pugnasse pela igualdade de direitos dos meus caros concidadãos de raça germânica, que ficariam, como o governo os deixa ficar, somente porque professam religião diferente da do Estado, inferiores à condição dos ingênuos nascidos de ventre escravo! [...]

Havia outra razão política, que era conquistar pela justiça as simpatias dos povos, que hoje sem dúvida nenhuma tem o cetro do mundo, a Inglaterra e a Alemanha, nações de 1ª ordem, duas fontes inesgotáveis de emigração, e que são protestantes. Era ganhar-lhes a vontade, adquirir-lhes as simpatias e boas graças, fazer justiça às suas crenças, o que de certo não se conquistará dando aos filhos de seus concidadãos uma condição inferior a dos filhos dos escravos. (MARTINS, 10/2/1879, p. 420).

Para o deputado Martinho Campos “[...], é uma vergonha para a nação brasileira a conservação da incapacidade política dos não católicos”. (CAMPOS, 10/02/1879, p. 439). O deputado ainda observa que a tolerância religiosa existe em países como Turquia, Espanha, Itália e Portugal, mas não no Brasil.

Os deputados Saldanha Marinho e Inácio Assis Martins compartilham a ideia de que não se pode estabelecer a igualdade de elegibilidade enquanto a religião católica for a religião do Estado. Nas palavras do próprio Inácio Martins: “[...] enquanto a religião católica apostólica romana for religião do Estado, não se pode e nem se deve permitir a elegibilidade dos acatólicos [...]”. (MARTINS; GASPAR, 23/5/1879, p. 364).

Por maioria de votos, o texto do Projeto Sinimbu é aprovado na Câmara dos Deputados, no dia 30 de maio do ano de 1879, após é remetido ao Senado.

Apresentado no Senado em 10 de junho de 1879, o Projeto Sinimbu é encaminhado para o exame de duas comissões: uma comissão de legislação e uma comissão de constituição.

No Senado, em 14 de outubro de 1879, as comissões apresentaram seu parecer. Iniciam esclarecendo que o teor do parecer busca refletir a opinião dominante naquela casa, no que se refere à reforma sugerida. De acordo com o parecer, o projeto suscitou quatro principais questões:

É preferível a eleição direta à de dois graus? Pode a reforma ser efetuada por lei ordinária? Sendo necessário reformar algum ou alguns artigos da Constituição política, qual o processo desta reforma? Pode a legislatura que autoriza a reforma impor limites à quem tem de decretá-la? (BRASIL, 1879, p. 123).

Como se lê no texto dos senadores, a atenção voltou-se para a necessidade da eleição direta e a forma pela qual deveria ser realizada a reforma. A ausência da elegibilidade dos acatólicos no projeto não foi entendida como uma preocupação pelos senadores. O estudo dos discursos dos senadores, nesse período, permite afirmar que o tema não foi debatido por eles em seus discursos.

O Projeto Sinimbu é rejeitado pelas comissões do Senado, por ser entendido como inconstitucional. Com a rejeição do projeto pelas comissões, o mesmo não foi discutido no Senado. A rejeição do Projeto Sinimbu provocou a queda do Gabinete.

O Projeto Saraiva

Em 28 de março 1880, o comendador José Antônio Saraiva é encarregado pelo Imperador para organizar um novo ministério para realizar a reforma eleitoral. Em seu projeto de reforma eleitoral, Saraiva optou por executar a reforma por lei ordinária. Em sessão extraordinária, realizada em 29 de abril de 1880, Saraiva apresenta o projeto. Saraiva também excluiu os analfabetos do direito de voto e manteve o censo da Constituição de 200 mil-réis. O art. 2º do projeto indicou que seria apto a exercer o voto “[...] todo o cidadão brasileiro nato ou naturalizado, ingênuo ou liberto qualquer que seja a religião, [...]”. (BRASIL, 1880).

Como pode ser verificado em seu art. 8º, o projeto suprimiu o impedimento dos acatólicos de serem elegíveis para deputados.

Art. 8º: É elegível para os cargos de senador, deputado geral, membro da assembleia legislativa provincial, vereador, juiz de paz e qualquer outro

criado por lei todo o cidadão compreendido no art. 2º, salvas as restrições adiante enumeradas:

§ 1º É condição especial de elegibilidade:

[...]

Para deputado geral ou membro da assembleia provincial ser maior de vinte e cinco anos, salvo se o eleitor tiver algum grau científico. (BRASIL, 1880).

Saraiva explica por que adicionou ao seu projeto o princípio da elegibilidade dos acatólicos:

Qual foi o princípio em que me inspirei quando adotei as disposições relativas à elegibilidade dos acatólicos, libertos e naturalizados?

É o de que devia deixar à nação que sabe muito, que é sempre muito bem inspirada, a mais ampla liberdade na escolha de seus representantes.

[...]

[...] todo o cidadão em iguais circunstâncias tem o mesmo direito de votar e de ser votado, qualquer que seja a raça de que provenha, embora venha de país, que não é o de nossa origem, e qualquer que seja a sua religião.

[...]

[...] verdadeira homenagem à Constituição é riscar essa incapacidade que ela escreveu [...]. (SARAIVA, 16/11/1880, p. 208-210).

Como aconteceu com o projeto de reforma eleitoral anterior, mesmo antes da sua apresentação à Câmara, o Projeto Saraiva já provocava discussões entre os deputados. Mas desta vez, o ponto de discussão se deteve na forma como o governo optou por realizar a reforma – por lei ordinária, e não por reforma da Constituição.

Uma das vozes que mais se destacou na defesa da elegibilidade dos acatólicos foi a de Rui Barbosa de Oliveira; para ele o que está em discussão não é senão “[...] um desdobramento da liberdade de consciência que a Carta consagra”. (OLIVEIRA, 1880, p. 360). Rui Barbosa, efetivamente engajado em defender a elegibilidade dos indivíduos acatólicos, demonstra seu descontentamento ao salientar que, pelo sistema atual, o acatólico é inelegível para a Câmara dos Deputados, que é temporária; porém, ele é elegível para o Senado vitalício. (OLIVEIRA, 1880, p. 361). O deputado acusa a letra da Constituição de “incongruente”, no que se refere à elegibilidade dos acatólicos.

Dois dos deputados que se mostraram contrários à ideia no ano de 1879, agora, com o Projeto Saraiva, destacam a conveniência da proposta. São eles, Saldanha Marinho e Inácio Martins. Conforme Inácio Martins: “O projeto abre as portas do parlamento aos estrangeiros que se naturalizam, ao liberto saído da condição escrava; é, portanto, justo que também as abra àqueles que não professam a nossa religião [...]” (ASSIS MARTINS, 08/06/1880, p. 109).

Aprovado na Câmara dos Deputados em 25 de junho 1880, o projeto de reforma eleitoral do Gabinete Saraiva é enviado ao Senado, sendo lá apresentado em 2 de julho

de 1880. O projeto passa novamente pelo exame de duas comissões: uma de legislação e outra de constituição. Em 27 de setembro de 1880, as comissões apresentam os pareceres sobre o projeto. Assim como ocorreu com o Projeto Sinimbu, as comissões divergiram mais uma vez no ponto da forma pela qual a reforma eleitoral deveria ser realizada. Se em 1879 a indagação foi “pode-se realizar reforma eleitoral através de reforma da Constituição?”, em 1880 indagou-se “pode-se realizar reforma eleitoral através de lei ordinária?”

O Projeto Saraiva, no que diz respeito à elegibilidade dos acatólicos, foi bem recebido pelo Senado. A maior parte dos senadores mostrou-se favorável a essa concessão, o que pode ser percebido pelas falas dos próprios senadores, tais como Cristiano Otoni: “[...] desejo também defender a liberdade de consciência, a civilização moderna, combatendo a exclusão dos acatólicos, naturalizados e libertos”. (OTTONI, 14/10/1880, p. 54); João Mauricio Wanderley, o Barão de Cotegipe, “[...] hão de ser preteridos os cidadãos brasileiros que não professam a religião do Estado? [...] uma injustiça privá-lo de um direito social de tão grande importância”. (WANDERLEY, 19/10/1880, p.180); e, Silveira da Motta: “[...] eu há muitos anos professo o princípio do sufrágio universal de todo o cidadão brasileiro, de qualquer religião ou nacionalidade [...]”. (MOTTA, 20/10/1880, p. 182).

O senador José Bento da Cunha e Figueiredo destaca-se como um grande opositor à ideia em discussão, o seu voto é contrário a essa concessão. No discurso proferido por ele, fica claro o preconceito religioso em relação aos acatólicos:

[...] a ideia religiosa está gravada no âmago, no coração da Constituição, que propositalmente não quis que os acatólicos fizessem parte do corpo legislativo.

[...]

E, pois, contentem-se os acatólicos com a nossa tolerância; contentem-se com a nossa hospitalidade invejável, e não queiram exigir o sacrifício das nossas conveniências, não queiram forçar-nos a ser perjuros; e sê-lo-emos, com certeza, perante a religião e perante a Constituição, se consentirmos que passe esse artigo.

[...]

[...] querem vir para nossa terra passar muito bem e ao depois, para cúmulo de felicidade, exigir um lugar no parlamento, sem declinarem de sua crença? Não, alto lá! (FIGUEIREDO, 16/11/1880, p. 214).

O senador Florêncio de Abreu e Silva levanta no debate o argumento de igualdade de deveres a que os acatólicos estão submetidos. Segundo o senador:

[...] só do Rio Grande do Sul marcharam para a Guerra do Paraguai milhares de brasileiros da raça germânica, de religião acatólica. Lá foram

derramar o seu sangue por uma pátria que lhes regatea a simples garantia de um direito de que gozam todos os outros.

Pagam, senhores, pesados impostos porque são laboriosos; concorrem, enfim, para as necessidades do Estado, satisfazendo todos os ônus a que estão sujeitos os demais cidadãos. (SILVA, 17/10/1880, p. 236).

Este mesmo argumento fora utilizado por deputados e senadores para combater exclusões previstas tanto no Projeto Sinimbu quanto no Projeto Saraiva: a exclusão dos analfabetos e a exclusão pelo censo pecuniário. Muitos parlamentares entendiam que se um indivíduo está sujeito aos mesmos deveres que outros, ele deve gozar dos mesmos direitos.

O senador Silveira Martins, que abandonou o governo Sinimbu em 1879, precisamente pela ideia da elegibilidade dos acatólicos, agora, no Senado, em 1880, mantém sua posição favorável à proposta. Silveira Martins salienta a importância dessa matéria para promover a imigração para o Brasil:

Os imigrantes em geral não podem vir gostosamente para um país a que levam os seus capitais e os seus trabalhos, sem que nele haja inteira igualdade de direitos. [...].

[...]

É, portanto, uma ideia de futuro político promover, pelo abaixamento de todas as barreiras, a vinda de raças fortes e inteligentes para a regeneração moral de nossa pátria. (MARTINS, 17/10/1880, p. 239).

A Lei 3.029 de 9 de janeiro de 1881

O projeto de reforma eleitoral do Gabinete Saraiva obtém a aprovação de sua redação final, no Senado, no dia 4 de janeiro de 1881, e transforma-se na Lei 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Desta Lei destacam-se os arts. 2º e 10º:

Art. 2º: É eleitor todo o cidadão brasileiro, nos termos do art. 6º, 91º e 92º da Constituição do Império que tiver renda líquida anual não inferior a 200\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego.

[...]

Art. 10: É elegível para os cargos de senador, deputado à assembleia legislativa provincial, vereador e juiz de paz todo o cidadão que for eleitor nos termos do artigo 2º desta lei, não se achando pronunciado em processo criminal, e salvas as disposições especiais que seguem.

Requer-se:

[...]

Para deputado à assembleia geral: – a renda anual de 800\$ por bens de raiz, indústria, comércio e emprego.

[...]. (BRASIL, 03/01/1881).

Como pode ser observada, a redação final da Lei Saraiva não traz explicitamente o direito à elegibilidade dos acatólicos à Câmara dos Deputados. No entanto, isso fica subentendido ao não ser feita nenhuma referência ao art. 95 da Constituição, artigo que impedia essa elegibilidade.

Considerações Finais

O estudo dos dois projetos apresentados, visando à reforma eleitoral para introdução do voto direto no Brasil, permitiu a visualização clara de como cada projeto foi recebido tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

Por meio dos discursos dos deputados, em sua maioria liberais, então partidários do governo, percebe-se que estes estavam mais propícios a aceitar a reforma eleitoral, independentemente da forma pela qual esta se realizaria, seja por reforma constitucional ou por lei ordinária. Os deputados também estavam dispostos a não incluir no projeto medidas que pudessem complicar a sua aceitação no Senado, foi o que ocorreu com a proposta da elegibilidade dos acatólicos. Em 1879, a maior parte dos deputados entendeu que esta era uma medida justa, porém inoportuna para aquele momento. Já em 1880, poucos foram aqueles contrários à ideia.

O Senado apresentou resistência na realização da reforma eleitoral por meio de reforma da Constituição. Os senadores entendiam que a reforma eleitoral poderia ser decretada através de lei ordinária. Assim, o Projeto Sinimbu foi rejeitado no Senado, mesmo não contendo a elegibilidade dos acatólicos. O temor de rejeição que Sinimbu nutriu, em relação à recepção da elegibilidade dos acatólicos pelos Senadores, em um projeto de reforma eleitoral, não se concretizou quando da apresentação do Projeto Saraiva. A maioria dos senadores votou a favor da proposta.

É importante destacar que a Lei Saraiva, apesar de ser entendida por muitos como um avanço democrático, ao introduzir o voto direto e permitir a elegibilidade dos acatólicos, trouxe no seu âmbito medidas excludentes. Pois, a partir da promulgação da lei, o modo de espolar o povo de participar das eleições se aprimorou, deixando de ser exclusivamente a pobreza (a renda insuficiente ou a dificuldade de comprovação da mesma). Mantendo o censo pecuniário da Constituição de 1824, à Lei Saraiva ainda foram acrescentadas duas medidas de resultados demasiadamente excludentes: rigidez dos mecanismos de comprovação da renda e a exigência do saber ler e escrever. O limite de renda de 200 mil-réis não era muito alto. Porém, a lei tornou muito rigorosa a maneira de comprovar a renda. (LEÃO, 2013, p.105).

Nas eleições que seguiram à Lei Saraiva, muitos cidadãos com renda suficiente para serem eleitores não votavam por não conseguirem comprovar sua renda ou por não

terem disposição de encontrar os meios de prová-la. No entanto, onde a lei de fato limitou o eleitorado foi ao retirar o direito de voto dos analfabetos.

A reforma eleitoral não encaminhou a uma ampliação do eleitorado, muito pelo oposto, provocou uma redução de 1.114.066 para 145.000 eleitores, representando 1,5% da população total, ou seja, 1/8 do que era antes, já que, em 1872, o número de votantes fora superior a um milhão. Muito grave foi que este retrocesso continuou por muitas décadas. O número de eleitores veio a ultrapassar o número de votantes de 1872 apenas nas eleições de 1945, ano em que compareceram às urnas 13,4% dos brasileiros. (CARVALHO, 2004, p. 38-40).

No que tange à elegibilidade dos acatólicos, a Lei Saraiva acabou gerando uma incoerência ao permitir que estes fossem eleitos à Câmara dos Deputados, mas não suprimindo o art. 17 do regimento interno daquela casa. Este artigo estabelecia que o deputado eleito deveria prestar juramento “[...] aos Santos Evangelhos, manter a Religião Católica, Apostólica Romana, observar e fazer observar a Constituição, sustentar a indivisibilidade do Império, a atual Dinastia Imperante, ser leal ao Imperador, zelar os direitos dos Povos e promover, quanto em mim couber, a prosperidade geral da Nação”. (PORTO, 2004, p. 395).

A contradição criada pela lei só foi colocada em discussão quando, em 6 de novembro de 1888, o deputado eleito Antônio Romualdo Monteiro Manso declarou à Câmara que não podia prestar juramento: “Não posso prestar juramento, porque é contra as minhas convicções.” (MANSO, 1888, p. 71). Manso foi convidado a se retirar da Câmara para que a mesma decidisse o que fazer. O assunto foi discutido durante cinco dias pelos deputados. No dia 11 de setembro de 1888, decidiu-se que ficaria dispensado do juramento o deputado que declarasse ser aquele juramento contrário à suas crenças e opiniões políticas. (BRASIL, 1888, p. 139).

Referências

ASSIS MARTINS, Inácio. [Discurso]. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. *[Anais da Câmara]*. 1879. Sessão em 23/05/1879. Disponível:

<http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=23/5/1879>. Acesso em: 28 maio 2015.

ASSIS MARTINS, Inácio. [Discurso]. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. *[Anais da Câmara]*. 1880. Sessão em 08/06/1880. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=8/6/1880>. Acesso em: 30 maio 2015.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. 1824. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 31 maio 2015.

_____. [Parecer]. [Anais do Senado]. 1879. Sessão em 14/10/1879. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=4&Ano=1879&Livro=10&Tipo=9&PagMin=1&PagMax=515&Pagina=123>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. [Projeto]. Câmara dos Deputados. [Anais da Câmara]. 1880. Sessão em 29/04/1880. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=29/4/1880>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. [Lei]. Senado. [Anais do Senado]. 1880. Sessão em 03/01/1881. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=4&Ano=1881&Livro=1&Tipo=9&PagMin=1&PagMax=408&Pagina=348>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Sessão Câmara dos Deputados. 11/09/1888. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=11/9/1888> Acesso em: 1º jun. 2015

CAMPOS, Martinho. [Discurso]. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. [Anais da Câmara]. 1879. Sessão em 10/02/1879. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=10/2/1879>. Acesso em: 26 maio 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. [Discurso]. In: BRASIL. Senado. [Anais do Senado]. 1880. Sessão em 16/11/1880. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=4&Ano=1880&Livro=8&Tipo=9&PagMin=1&PagMax=441&Pagina=214>. Acesso em: 31 maio 2015.

LEÃO, Domingos de Sousa. [Discurso]. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. [Anais da Câmara]. 1879. Sessão em 10/02/1879. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=10/2/1879>. Acesso em: 27 maio 2015.

LEÃO, Michele de. A participação de Rui Barbosa na reforma eleitoral que excluiu os analfabetos do direito de voto. [Dissertação]. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000879095&loc=2013&l=8a672b5b3a468ccb>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

MARTINS, Gaspar Silveira. [Discurso]. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. [Anais da Câmara]. 1879. Sessão em 10/02/1879. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=10/2/1879>. Acesso em: 27/ maio 2015.

_____. [Discurso]. In: BRASIL. Senado. [Anais do Senado]. 1880. Sessão em 17/10/1880. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=4&Ano=1880&Livro=8&Tipo=9&PagMin=1&PagMax=441&Pagina=239>. Acesso em: 31 maio 2015.

MANSO, Antônio Romualdo Monteiro. [Discurso]. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. [Anais da Câmara]. 1888. Sessão em 06/11/1888. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=6/9/1888>. Acesso em: 7 jun. 2015.

MOTTA, Silveira da. [Discurso]. In: BRASIL. Senado. [Anais do Senado]. 1880. Sessão em 20/10/1880. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editada.asp?Periodo=4&Ano=1880&Livro=7&Tipo=9&PagMin=1&PagMax=404&Pagina=182>. Acesso em: 30 maio 2015.

OLIVEIRA, Rui Barbosa. [Discurso]. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. *[Anais da Câmara]*. 1880. Sessão em 21/06/1880. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=21/6/1880>. Acesso em: 28 maio 2015.

OTTONI, Cristiano Benedito. [Discurso]. In: BRASIL. Senado. *[Anais do Senado]*. 1880. Sessão em 14/10/1880. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editada.asp?Periodo=4&Ano=1880&Livro=7&Tipo=9&Pagina=54>. Acesso em: 30 maio 2015.

PORTO, Walter Costa. *Católicos e acatólicos: o voto no Império*. Brasília. a.41, n. 162. abr./jun. 2004. p. 393-398. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/253317678/Catolicos-e-Acatolicos-o-Voto-No-Imperio#scribd>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

SARAIVA, José Antônio. [Discurso]. In: BRASIL. Senado. *[Anais do Senado]*. 1880. Sessão em 16/11/1880. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1880/1880%20Livro%208.pdf>. Acesso em: 28 maio 2015.

SILVA, Florêncio Carlos de Abreu e. [Discurso]. In: BRASIL. Senado. *[Anais do Senado]*. 1880. Sessão em 17/10/1880. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editada.asp?Periodo=4&Ano=1880&Livro=8&Tipo=9&PagMin=1&PagMax=441&Pagina=236>. Acesso em: 31 maio 2015.

SINIMBU, João Lins Vieira Casansão. [Discurso]. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. *[Anais da Câmara]*. 1879. Sessão em 10/02/1879. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=10/2/1879>. Acesso em: 27 maio 2015.

WANDERLEY, João Mauricio. [Discurso]. In: BRASIL. Senado. *[Anais do Senado]*. 1880. Sessão em 19/10/1880. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editada.asp?Periodo=4&Ano=1880&Livro=7&Tipo=9&PagMin=1&PagMax=404&Pagina=180>. Acesso em: 30 maio 2015.

As redes sociais de imigrantes e descendentes: contribuições para uma história política renovada nas áreas de imigração

Rodrigo Luis dos Santos
Mestrando em História – Unisinos

Notas iniciais

Nos últimos anos, por conta das pesquisas realizadas, sobretudo nos Programas de Pós-Graduação, tanto a História Política quanto a História da Imigração têm passado por um significativo processo de renovação. Nosso objetivo é, a partir das definições conceituais de Moutokias (2000) e Imízcoz (2009) sobre redes sociais, evidenciar como a formação e manutenção destas foi importante para o processo de inserção e participação política de imigrantes e descendentes, nas diferentes áreas de imigração. Estas redes sociais são constituídas por diferentes modalidades, que muitas vezes se entrecruzam. Podemos destacar alguns tipos de modalidades constitutivas: confessional (religiosa), familiar, econômica, educacional, de sociabilidade e partidária.

A partir do mapeamento e da análise crítica dos processos de formação e de articulação dessas redes sociais com finalidades políticas, conforme a perspectiva de Rémond (1996) e do uso da metodologia da micro-história, acreditamos que é possível estabelecer novas perspectivas para a análise da imigração, tanto em escalas mais locais, como regionais e em perspectivas mais amplas. Nossa pesquisa¹ tem contemplado as redes sociais e as estratégias políticas estabelecidas por imigrantes alemães e descendentes, na região do vale do rio dos Sinos, especialmente no Município de Novo Hamburgo, com recorte temporal no período republicano (Primeira República e Estado Novo). Não obstante, essa análise pode e deve ser aplicada a diferentes grupos étnicos e sociais, tendo em vista a possibilidade de compreender os processos múltiplos que envolvem a inserção e participação política, percebendo as várias nuances presentes nessa construção social.

Este texto não possui um caráter inovador, apontando para questões totalmente inéditas. Visa, principalmente, apontar algumas questões de ordem teórico-metodológicas e indicar possibilidades, através do que temos desenvolvido em nossa investigação e análise histórica. Para isso, dividimos estruturalmente este texto, abordando, inicialmente, algumas concepções teóricas sobre o conceito de *redes sociais* e suas *modalidades constitutivas*, relacionando-as com a Nova História Política.

¹ Este trabalho é decorrente das pesquisas que vem sendo realizadas para nossa dissertação de mestrado, cujo título provisório é: *Formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945)*, orientada pelo Prof. Dr. Marcos Antônio Witt, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Sequencialmente, iremos exemplificar a construção do mapeamento e da análise das relações sociais, partindo da trajetória de um agente histórico hamburguense, que atuou e se relacionou com diferentes setores da sociedade. Por fim, buscaremos mostrar como essas perspectivas tendem a contribuir significativamente para que a História da Imigração possa constantemente ser renovada em suas perspectivas teórico-metodológicas e de abordagens.

Redes sociais e a Nova História Política: algumas questões teórico-metodológicas

René Rémond (1996), um dos responsáveis pelas novas perspectivas da história política, chama a atenção para uma nova compreensão e ação analítica, que, segundo o autor, deve fazer com que o historiador fique mais atento ao fenômeno político em seus diferentes níveis e processos. O historiador deve contemplar e analisar a dinâmica de relações que se estabelecem entre o agente histórico, individualmente, e o meio social, assim como as escolhas realizadas, as redes sociais que forma, os comportamentos, as mudanças, permanências e rupturas, os meios utilizados para se aproximar, estabelecer e exercer o poder.

Na concepção de Oliveira (2002), a política é o exercício do poder, por meio das relações que se estabelecem. As formas e os níveis de exercício do poder podem variar, conforme vontade ou condições que estão dispostas sobre os indivíduos, embora não sejam elementos estanques, criando uma estrutura fixa, sem a possibilidade de ações. Os indivíduos e grupos podem operar com essas condições, as quais são, em muitos momentos, estabelecidas pelos próprios indivíduos. Neste sentido, a política constitui o jogo de manipulação destes fatores condicionantes, visando ao exercício do poder. A compreensão de Weber sobre política soma-se com essa assertiva. Para o sociólogo alemão, “a aspiração a participar no poder ou a influir na distribuição do poder entre os diversos estados ou, dentro de um mesmo Estado, entre os diversos grupos de homens que o compõe”. (WEBER, 1979, p. 9).

Compreender a complexidade e a dinamicidade das construções políticas feitas por indivíduos e grupos sociais é uma das bases da Nova História Política. É preciso, por conta disso, perceber criticamente a funcionalidade deste mecanismo político e social. Com isso, cremos que a análise da formação de redes sociais, e das suas estratégias políticas, está em conformidade com as aspirações na Nova História Política.

Cabe aqui estabelecer algumas considerações acerca do conceito de redes sociais. Segundo Venâncio,

trata-se de uma noção que se contrapõe à de “grupo social: em um grupo organizado, os indivíduos componentes formam um todo social mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma

subcultura peculiar. Na formação de rede, por outro lado, somente alguns, e não todos os indivíduos componentes, têm relações uns com os outros”. (VENÂNCIO, 2009, p. 240).

Neste sentido, temos a assertiva de Zacaria Moutokias (2000) sobre a construção destas redes sociais. Segundo o autor, alguns indivíduos possuem uma atuação que lhes confere uma ação de conexão, servindo como mediadores. Esses mediadores possuem vinculações dentro da rede, mas não ficam restritas ao âmbito familiar. Outros elementos podem ser agregadores, contribuindo para a formação e efetivação destas redes e seus objetivos. O historiador espanhol José Maria Imízcoz indica que o conceito de redes é adequado e contributivo quando utilizado nas tentativas de se analisar e compreender “los grupos de poder, facciones políticas, oligarquias locales [...], grupos mercantiles e financieros”. (IMÍZCOZ, 2009). Vemos que as concepções de Moutokias e Imízcoz se complementam, apontando que a apreciação crítica da trajetória de indivíduos e grupos sociais permite um panorama social mais amplo e complexificado. Além de concordarmos e nos apropriarmos desta concepção, também acordamos com a percepção de Michel Bertrand ao apontar que

se puede definir entonces a la red social como un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, entro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y muy desigualmente. (BERTRAND, 2000, p. 74).

Para melhores evidências a esses aspectos de forma mais prática, tomaremos os agentes históricos que analisamos como objeto. Nos grupos católico e evangélico-luterano de Novo Hamburgo, a visualização desta configuração se faz notável. As redes sociais formadas por estes grupos eram sustentadas, principalmente, pelo que chamaremos de *modalidades constitutivas*, ou seja, os meios pelos quais estes agentes históricos se vinculavam entre si, tanto na esfera intra quanto extragrupo. Como já anteriormente mencionado, estas modalidades constitutivas podem ser as relações partidárias, relações confessionais religiosas, relações econômicas e relações familiares.

Cabe ressaltar que essas redes sociais não possuem um cunho restritivo, voltado apenas para seu interior. Elas possuíam dinamicidade, podendo estabelecer contatos e conexões com outros grupos, de acordo com os objetivos norteadores, tanto seus como dos outros. Isso geralmente se dava por conta de um objetivo comum, sobretudo quando este se relacionava com conquistas políticas e econômicas. Retomaremos estes aspectos mais adiante.

Neste momento, propomo-nos a abordar mais diretamente as modalidades constitutivas das redes sociais, tendo como base aquelas que foram constituídas pelos

agentes históricos que analisamos em nossa pesquisa. Neste caso, elas são: familiar, econômica, educacional, confessional e partidária.

Sobre as redes sociais familiares, Giovanni Levi aponta para a dinamicidade destas relações. Conforme o historiador italiano,

a história da família deve ser, portanto, contextualizada. A família isolada nos dá informações, não raro, desviantes, até porque nos leva a supor uma igualdade de condições entre pares, o que não é confirmado quando nos colocamos no âmbito de um quadro mais complexo. De fato, a família, entendida como um conjunto de parentes e aliados, não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de deveres e direitos iguais, e sim como um conjunto diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso. (LEVI, 2000, p. 110).

Na concepção de Cândido (2002), os arranjos estabelecidos visam a garantia de que haja, na sociedade, uma estrutura funcional adequada. E isso não fica restrito apenas no cerne do núcleo íntimo familiar. Esta funcionalidade se reflete também no interior das redes sociais, seja no espaço privado, seja no espaço público. Estes espaços muitas vezes se misturam e se confundem. Dentre os meios familiares de arranjo social, os mais comuns são o matrimônio, o compadrio e o casamento. Dentro do nosso campo de análise, o instrumento mais utilizado são os enlaces matrimoniais. Por esse motivo, será sobre este elemento que teceremos uma análise mais acentuada.

Os vínculos familiares, entre eles os matrimoniais, ampliam aquilo que se convencionou chamar de *capital social* dos indivíduos envolvidos. Para Nan Lin (2006), capital social consiste de recursos embutidos nas redes ou nas associações a que os indivíduos têm pertencimento. De forma geral, com base na afirmação de Nan Lin, podemos dizer que a inserção da rede familiar, dentro da grande rede social, configura-se como uma forma de respaldar a busca de interesses e necessidades, tanto individuais quanto de um grupo. Contudo, não devemos compreender isso como uma relação homogênea, linear. É preciso ter em mente uma dinâmica em que também existem conflitos e mudanças de rumo.

No tocante à vida e às relações dos imigrantes alemães chegados no Rio Grande do Sul, a partir do século XIX, o historiador Marcos Antônio Witt (2008) analisa, de modo crítico e pormenorizado, como se desenvolveram as redes familiares, através do estudo de caso da parentela Voges-Diefenthaler. Sobre a historiografia da imigração, o autor indica que

o trabalho, a cultura e o desenvolvimento trazido e proporcionado pelos imigrantes podem ser facilmente encontrados nos autores considerados clássicos. Porém, no que tange às relações familiares – inclusive as de amizade –, tornam-se mais escassas as referências a esse tipo de vínculo

entre os imigrantes e seus descendentes, e entre estes e os seus vizinhos nacionais. (WITT, 2008, p. 71).

A consideração crítica de Witt (2008) à historiografia clássica da imigração² está no fato de que, na maioria dos casos, encontramos geralmente apenas referências que indicam a casualidade dos relacionamentos firmados, não levando em conta as necessidades, estratégias e o próprio ambiente social, cultural e econômico, no qual essas famílias estavam inseridas. Esses aspectos, em muitos casos, eram fatores contributivos para a estruturação de arranjos familiares, seja matrimônio, compadrio ou apadrinhamento. Para Witt, ainda no tocante à relações familiares, “a história da imigração pode ser mais bem compreendida sob a luz das relações familiares intra e extragrupo, independente de ser dentro de um mesmo núcleo ou entre Colônias que estão separadas geograficamente”. (WITT, 2008, p. 72). Como temos afirmado, as relações familiares fazem parte de um processo mais amplo de constituição de redes sociais, nas quais outras formas relacionais se entrecruzam.

Entre as relações que se entrecruzam com os laços familiares, vemos constantemente as de cunho econômico. Para Levi (2000, p. 112), “a diversificação das atividades e a sua inserção em uma estratégia mais ampla misturaram a administração econômica com as relações sociais, criando interligações muitas vezes complexas”. Desde o século XIX, já nos primeiros tempos da presença de imigrantes no Rio Grande do Sul, é possível mapear a tentativa e efetiva participação deles em diversos ramos econômicos. Podemos, neste sentido, citar a navegação fluvial, o comércio, a indústria de curtimento do couro e da fabricação de calçados, no setor oleiro, entre outros. Ainda referente ao século XIX, Witt, ao analisar os inventários e outros documentos relacionados com os agentes históricos que pesquisara, indica que estas fontes

trouxeram à luz o potencial econômico dos colonos ao registrarem a quais atividades as famílias se dedicavam, sugerindo que o enriquecimento se deu através da ampliação dos negócios, os quais envolveram compra e venda de terras, comércio (estabelecimento comercial; venda), empréstimo de dinheiro e o uso de mão de obra escrava. (WITT, 2008, p. 112).

Nesse ponto, objetivos econômicos são atrelados com ajustes familiares. Segundo Ellen Woortmann, “se, portanto, há transações comerciais – pois os princípios de parentesco não são rígidos, a ponto de impedir estratégias – essas transações são abrigadas num código de parentesco, o que indica que o parentesco é um princípio organizatório”. (WOORTMANN, 1995, p. 84).

² Neste sentido, podemos elencar entre os autores e obras consideradas clássicas:

Tendo em vista que o poder econômico de algumas famílias de Novo Hamburgo foi constituído justamente nesse período, manter e ampliar esse poder se fazia necessário. Para tanto, as relações sociais constituíam um caminho acertado para isso, pois os arranjos familiares podem contribuir para a expansão das redes econômicas dos agentes históricos. Através da ampliação do leque de relações pessoais, é possível estabelecer e ampliar novos negócios.

A questão educacional não está deslocada do processo de formação de redes sociais e de estratégias políticas. Se observarmos de forma mais atenta, tanto católicos como evangélico-luteranos intensificam a fundação de escolas. E esse não é um processo aleatório. É fato que, desde a formação dos primeiros núcleos coloniais, no século XIX, encontramos registrada a formação de pequenos grupos de ensino paroquiais. Nestes locais, geralmente o papel de professor era exercido, primeiramente, pelos pastores ou por *pseudopastores*.³ Exemplos destas pequenas escolas paroquiais é a escola da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, datada de 1832, e a escola da Comunidade Evangélica de Campo Bom, datada de 1828. Com o decorrer do tempo, a estrutura educacional dos evangélico-luteranos foi avançando, principalmente após a fundação do Sínodo Rio-Grandense,⁴ em 1886. A questão educacional também estava fortemente ligada com a questão identitária. Conforme nos aponta o historiador René Gertz, ao relacionar a atuação do pastor Wilhelm Rotermund, primeiro presidente do Sínodo Rio-Grandense, com questões de identidade e educação,

a intransigente defesa da indissociabilidade entre etnia e luteranismo, no entanto, não significava para Rotermund uma tentativa de segregação ou de guetização da população de origem alemã no Rio Grande do Sul. Pelo contrário. Para fortalecer a posição da etnia no contexto nacional brasileiro, atuou de forma incisiva em três áreas – além da pastoral: a educacional, a cultural e a política. (GERTZ, 2002, p. 33).

³ Termo destinado, geralmente, aos pastores que exerceram esta atividade nas comunidades coloniais e não possuíam a formação teológica para o ofício. Estes *pseudopastores* eram, muitas vezes, na falta de pastores oficiais, escolhidos pela comunidade local para a oficialização do culto e das atividades pastorais. Também há casos em que membros da comunidade se colocavam à disposição para o exercício desta função. Embora seja possível que, em alguns casos, haja a intencionalidade de auxiliar espiritualmente estas comunidades coloniais, sobretudo as mais distantes dos núcleos principais, na maioria das vezes essa disponibilidade tinha interesses sociais, políticos e econômicos. Isso se deve por conta do simbolismo em torno da figura do pastor (ou do padre) e da influência que este passa a exercer no seio da comunidade. Conforme Bourdieu (1989), o reconhecimento por parte dos outros garante uma conquista que só poderia ser adquirida com recursos econômicos ou pelo uso da força. Ao mesmo tempo, essa *disponibilidade* no exercício do pastorado pode gerar conflitos intensos. Sobre este aspecto, conferir, em nível de exemplificação: TRAMONTINI, Marcos Justo. Ehlers, Voges e Klingelhofer: a disputa. In: ELY, Nilza Huyer; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 209-2012. O termo *pseudopastor* também pode se referir àqueles que atuaram de forma mais livre nas comunidades, sem um vínculo confessional mais direto. Sobre esse aspecto, queira ver: WITT, Osmar. *Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense*. São Leopoldo: Sinodal, 1996. (Série Teses e Dissertações, n. 8).

⁴ O Sínodo Rio-Grandense formaria, ao se unir com outros Sínodos, a Federação Sinodal, em 1949, e por fim, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em 1968. A nomenclatura evangélico-luteranos, que utilizamos em nossa dissertação de mestrado e neste texto, foi proposta por Isabel Cristina Arendt em sua Tese de Doutorado, visando não causar confusão de identificação com os protestantes do Sínodo de Missouri, que originou, em 1980, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

Podemos, deste modo, entender que a educação também cumpre um decisivo papel dentro de um mecanismo político mais denso, não apenas entre os evangélico-luteranos, mas entre católicos também.

Entre os imigrantes e descendentes católicos, a educação passou a ter um peso maior a partir de 1860, quando da efetivação do Projeto de Restauração Católica. As escolas católicas tiveram uma atenção maior por parte das autoridades eclesiásticas do Rio Grande do Sul, assim como ocorrera o incentivo para a vinda de ordens e congregações religiosas para o Rio Grande do Sul.⁵ Entre as características destas congregações e ordens, encontramos a atuação no âmbito escolar e na área hospitalar. É preciso destacar também a formação de uma rede de apoio⁶ para as escolas paroquiais católicas, coordenada principalmente pelos padres jesuítas, que também estavam à frente do Projeto de Restauração Católica no Rio Grande do Sul.

Confessionalmente, a maior parte dos imigrantes alemães e descendentes estava vinculada ao Sínodo Rio-Grandense, órgão dirigente da Igreja evangélico-luterana no Rio Grande do Sul, e a Igreja católica. Para a historiadora francesa Coutrot (1996), as questões envolvendo a religião podem ajudar a explicar determinados fenômenos políticos, justamente por ser um ponto importante dentro do complexo e multifacetado tecido político. A religião, como instrumento de ideologia, de agregação ou distensão social, constitui um elemento que pode ser usado pelos detentores do poder político ou como base para adoção de estratégias dos que estão alijados dessa participação.

Compreender a vinculação confessional de um indivíduo requer a percepção de duas realidades: a subjetiva e a prática. A subjetiva está mais ligada à crença deste sujeito, aos elementos religiosos que compõem sua fé. Estes podem estar estritamente direcionados pela doutrina da instituição religiosa e/ou, mesmo sendo direcionados, receberem uma ressignificação por parte do indivíduo, que a molda conforme outros componentes de sua realidade e sua subjetividade. O outro aspecto é de caráter prático. Se tomarmos o exemplo de católicos e evangélico-luteranos, mas que também se estende a outras denominações religiosas, há a necessidade de uma vivência prática,

⁵ Entre as congregações e ordens religiosas que estabeleceram no Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX, podemos destacar, além dos padres da Companhia de Jesus (presentes desde 1849): Irmãos Maristas (a partir de 1900); Irmãos Lassalistas (a partir de 1907); Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã (em 1872); Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir (a partir de 1899), Irmãs de Notre Dame (1923).

⁶ Para maiores informações, queira ver: KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: Educ, 1991; RAMBO, Arthur Blásio. *A escola comunitária teuto-brasileira católica: a Associação de Professores e a Escola Normal*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1996. (Estudos Teuto-brasileiros, 3); RAMBO, Arthur Blásio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). *Cooperar para prosperar: a terceira via*. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.

externalizada desta fé mais subjetiva. E é nesta forma de se externar a fé,⁷ que incorrem aspectos práticos que direcionam as ações relacionais dos indivíduos.

Existe nos textos bíblicos uma passagem atribuída ao apóstolo Tiago, na qual teria afirmado que “uma fé sem obras é uma fé morta”.⁸ Sendo assim, a participação mais ativa, dentro da comunidade confessional religiosa, se constituía um elemento importante tanto para católicos quanto para evangélico-luteranos. Precisamos ter claro o seguinte aspecto: as diferentes instituições religiosas têm a necessidade de impor um controle ou, no mínimo, orientações doutrinárias e morais aos seus fiéis. Concomitante a isso, as igrejas também necessitam destes fiéis para sua manutenção financeira e de poder social, dentro de um contexto temporal, espacial e cultural diverso. Os leigos têm, com isso, sobretudo ao longo do século XX, um papel de maior presença ativa no contexto religioso.

Ao mesmo tempo em que o indivíduo contribui, por meio de sua atuação, para o fortalecimento da instituição religiosas ao qual está vinculado, ele também passa a ser um elemento de destaque, em maior ou menor grau, dentro desse ambiente. E muitas vezes não apenas restrito ao seu círculo confessional, mas essa atuação permite uma visibilidade maior dentro da sociedade na qual esse indivíduo vive. E com isso, é possível que ele possa estabelecer relações e ampliar as que já possui. O vínculo confessional é, ao mesmo tempo, oportunidade de ação, de visibilidade, de instrumentalização e fortalecimento de redes sociais mais amplas. Lembrando que estas redes sociais, ou melhor, suas modalidades constitutivas, na maioria dos casos, se entrecruzam fortemente.

Por fim, abordaremos o elemento político, aqui mais estritamente vinculado à conotação partidária.

A escolha por parte de um agente histórico ou de um grupo social, a determinado partido ou agremiação política, pode ser dada por vários fatores: afinidade de ideias e de propostas, o sentimento de representatividade diante daquele grupo político, a possibilidade de uma atuação mais direta no cenário sociopolítico, interesses econômicos, relações familiares, entre muitos outros. Quando falamos deste aspecto dentro das realidades existentes nas áreas de imigração, a partir do século XIX, percebemos que geralmente todos estes aspectos acabam se relacionando entre si. E isso complexifica ainda mais a necessidade de se analisar meticulosamente como as relações sociais são construídas dentro destes espaços político-partidários e destes com a sociedade.

⁷ Isso não significa que as práticas demonstradas e vivenciadas pelos indivíduos sejam os sinais externos de suas crenças. Essas práticas também podem passar por um processo de escolha, de percepção de consequências e de possibilidades.

⁸ Trecho do Novo Testamento Bíblico, da Carta (ou epístola) de Tiago, capítulo 2, versículo 26.

Conforme Berstein,

aos olhos do historiador o partido aparece fundamentalmente como *o lugar onde se opera a mediação política*. De fato, é evidente que não se pode considerar o homem como sendo originalmente um animal político; sozinho, ou em sociedade, ele sente necessidades e aspirações que lhe concernem diretamente, a ele mesmo ou à sua família, e que se situam em nível estrito da existência cotidiana. A passagem dessas aspirações e dessas necessidades (que não são unicamente materiais) à expressão de um pensamento político não aparece de modo algum como algo evidente, mas dá lugar a uma misteriosa alquimia que modifica a própria natureza do fenômeno. (BERSTEIN, 1996, p. 61, grifo do autor).

Nossa forma de compreender a vinculação partidária dos agentes históricos se insere na perspectiva de Berstein, pois é preciso perceber o que está além da ideologia e da plataforma política do partido. Mas, perceber que, se o mesmo não assume diretamente a função mediadora dos indivíduos que estão em seu cerne, o partido se transforma também em um dos mais significativos espaços relacionais, sendo, ao mesmo tempo, instrumento utilizado e direcionador de ações políticas e sociais. E, perceber estes partidos e agremiações como elementos de redes mais amplas e, por conta disso, complexas, amplifica a possibilidade de compreensão de um todo social. E para que isso ocorra, é preciso, muitas vezes, focalizar as análises em dimensões mais reduzidas, no interior desse todo social. E é neste sentido que a micro-história se mostra uma metodologia bastante profícua.

Uma das razões que fundamentam a escolha desta metodologia é a indicação de que, na tentativa de rastrear e analisar a formação de redes sociais, estratégias e práticas políticas, a micro-história configura o procedimento mais apropriado, segundo Oswaldo Truzzi (2008). É cada vez mais salutar que a análise histórica seja marcada pela criticidade, pelo refinamento e o cuidado ao investigar os acontecimentos. Mais do que descrever fatos e períodos históricos, se faz sempre necessário compreender a sua construção e perceber as nuances presentes nos contextos históricos. Muitas vezes, estes contextos históricos são vistos como elementos estáticos, sem variações, que possuem uma coerência imutável. Compartilhamos, desta forma, a percepção de Levi, ao estabelecer uma crítica a esta propalada coerência social e contextual:

[...] ao contrário da ênfase do funcionalismo na coerência social, os micro-historiadores concentraram-se nas contradições dos sistemas normativos e por isso na fragmentação, nas contradições e na pluralidade dos pontos de vista que tornam todos os sistemas fluidos e abertos. As mudanças ocorrem por meio de estratégias e escolhas minuciosas e infinitas que operam nos interstícios de sistemas normativos contraditórios. (LEVI, 1992, p.154-155).

De forma talvez genérica, buscamos elencar algumas razões que evidenciem a análise das redes sociais como uma forma de compreender melhor o processo de construção política, dentro das premissas de renovação existentes neste campo historiográfico. Também procuramos tecer uma análise teórica sobre o que denominamos de modalidades constitutivas destas redes sociais, além de abordar aquela que consideramos a metodologia mais apropriada para esse intento, que é a análise micro-histórica. Para podermos mostrar de forma prática as considerações que aqui apresentamos, a próxima parte deste texto trará uma análise das redes sociais que foram estabelecidas entre imigrantes e descendentes de alemães, de confissão católica e evangélico-luterana, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

Uma análise sobre as redes sociais em Novo Hamburgo/RS

A fim de tornar mais palatável as considerações que fizemos anteriormente, tomaremos como objeto de nossa análise a rede social constituída por um agente histórico, que teve atuação significativa em Novo Hamburgo, entre as décadas de 20 e 50: Guilherme Becker. O historiador italiano Carlo Ginzburg afirma que “as linhas que convergem para um nome o nome que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social que o indivíduo está inserido”. (GINZBURG, 1989, p. 175). Deste modo, inclusive por questões didáticas, acreditamos que mapear a atuação de um determinado agente nos permite compreender melhor a rede social em que está inserido.

Guilherme Becker nasceu em Novo Hamburgo, então distrito de São Leopoldo, em 24 de abril de 1897. Era filho de Frederico Guilherme Becker e de Idalina Engel. Em sua formação educacional, estudou no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, de São Leopoldo, e no Colégio Anchieta, de Porto Alegre, ambos dirigidos por padres jesuítas.

Formou-se em Engenharia Eletromecânica pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Defendeu, em 1919, sua Tese de Doutorado, com o projeto de construção de uma hidrelétrica na Cascata do Caracol, no atual Município de Canela.⁹ Em 1920, Guilherme Becker inicia sua vida profissional, atuando como engenheiro na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1929.

No dia 14 de junho de 1927, Guilherme Becker contrai matrimônio com Wilma Ilse Ludwig, filha de Guilherme Ludwig e Frieda Kraemer. Guilherme Ludwig foi empresário do setor de curtumes, fundador e proprietário do Curtume Guilherme Ludwig, em Novo Hamburgo. Poucos dias antes do casamento entre Guilherme Becker

⁹ Não foi possível verificar se este projeto pode ter inspirado ou mesmo ter sido utilizado como base para a construção das usinas hidrelétricas dos Bugres e da Canastra, existentes naquela região desde a década de 50.

e Wilma Ludwig, Guilherme Ludwig assumiu o cargo de vice-intendente de Novo Hamburgo, que havia se emancipado de São Leopoldo, em 5 de abril de 1927. O primeiro intendente eleito foi o major Leopoldo Petry, uma das lideranças católicas locais, que também era membro do Partido Republicano Rio-Grandense.

Os elos que estreitavam as relações entre Guilherme Becker a Guilherme Ludwig não se restringiam ao âmbito familiar. Entre eles também havia fortes vínculos confessionais, empresariais e políticos. Analisemos brevemente estes três pontos.

Tanto Guilherme Ludwig quanto Guilherme Becker eram evangélico-luteranos, engajados em sua Igreja e atuantes na Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, localidade que, com a emancipação de Novo Hamburgo, passou a ser o segundo distrito do nascente município.

Do ponto de vista empresarial, Guilherme Becker deixara suas funções na Viação Férrea do Rio Grande do Sul em 1929, para assumir a direção do Curtume Guilherme Ludwig, cargo que ocuparia por mais de quarenta anos, até 1972. A atuação empresarial de Guilherme Ludwig (somada com outras formas de atuação social e de vínculos relacionais) lhe conferira o reconhecimento como uma das lideranças mais importantes de Novo Hamburgo durante muitos anos. Na década de 30, foi um dos fundadores da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo (ACINH), exercendo a presidência da entidade entre 1944 e 1946. Seu sogro, Guilherme Ludwig, também um dos fundadores desta associação, exerceu mandato como presidente da mesma entre 1954 e 1956. Além da atuação na Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, também fora fundador, em 1941, do Rotary Club no município, sendo presidente da entidade por dois mandatos (entre 1941 e 1942 e 1944 a 1945).

Sobre os vínculos políticos que uniam Guilherme Ludwig e Guilherme Becker, ambos foram integrantes do Partido Libertador, desde a sua fundação. Este aspecto merece mais algumas considerações.

Guilherme Ludwig fora, desde o início da década de 20, pelo menos, uma das principais lideranças *federalistas* em São Leopoldo, lembrando que, naquela fase, Novo Hamburgo ainda estava vinculado a este município. Em 1922, após as eleições disputadas entre Borges de Medeiros, pelos republicanos, e Assis Brasil, pela oposição e dissidência republicana, os *federalistas* passaram a ser chamados de *libertadores*. Em 1924, é fundada a *Junta Libertadora* em Novo Hamburgo, que podemos dizer, passou a ser a sede dos libertadores. Em 1928, é fundado oficialmente o Partido Libertador no Rio Grande do Sul. Guilherme Ludwig assume a presidência do diretório do partido em Novo Hamburgo.

Guilherme Becker, desde 1925 atuava na *Junta Libertadora* de Novo Hamburgo. Em 1928, quando da criação do Partido Libertador e da oficialização das antigas juntas

locais como diretórios locais do partido, Becker já era uma das lideranças mais influentes dentro da agremiação. Por conta disso, acaba estabelecendo contatos com lideranças do partido em âmbito estadual. Dentre essas lideranças, podemos citar Raul Pilla, um dos principais chefes estaduais do partido.

Assim como seu sogro, Guilherme Ludwig, que ocupou cargos dentro da administração pública e política de Novo Hamburgo, Guilherme Becker também atuou diretamente na política hamburguesa. Em 1930 seu nome fora sondado para o cargo de intendente (posteriormente prefeito, a partir de 1935), no lugar de Leopoldo Petry. Porém, recebeu oposição por parte de lideranças do Partido Republicano Rio-Grandense e mesmo de libertadores dissidentes. Foi eleito vereador em 1935, pelo Partido Libertador, permanecendo no cargo até 1937, quando as Câmaras de Vereadores são fechadas por conta da implantação do regime do Estado Novo, em novembro daquele ano.

E mesmo atuando na política e no ramo empresarial, o exercício de funções, dentro da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, não ficou de lado. A partir de 1939, Guilherme Becker assumiu a função de presidente desta comunidade. E este fator seria importante para os acontecimentos que ocorreriam alguns anos depois.

Mapear os diferentes espaços sociais nos quais atuou, bem como os diferentes vínculos que estabeleceu, permite vislumbrar a rede social que este agente histórico formou. Estas inserções podem perpetrar o estabelecimento de influências, de acordos, como também de conflitos. Deste modo, não se trata apenas de elencar e descrever os cargos ocupados por um agente histórico, mas também buscar identificar como estes espaços foram construídos e como permitiram ampliar o leque de atuação deste agente.

Conforme conceitua Bourdieu (1989, p. 145), “o capital simbólico não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição”. Ou seja, os indivíduos ou grupos dispõem de mecanismos onde o prestígio, o carisma e a influência de um ou mais membros, favorecem certas posições ou espaços dentro do jogo social. Percebemos que os campos de atuação de Guilherme Becker vão desde a ação religiosa e comunitária, passando pela empresarial e representativa, até a política propriamente dita. Com isso, Guilherme Becker acabou por formar um *capital social*. Este capital, durante o período do Estado Novo, sobretudo no tocante ao processo de Nacionalização, teve um peso bastante forte sobre as comunidades religiosas e instituições vinculadas ao Sínodo Rio-Grandense, de forma especial as escolas.

Em Novo Hamburgo, a atuação de Guilherme Becker pode ser considerada, em um primeiro momento, como ambígua. Por volta de 1943, Guilherme Becker ocupava a

presidência interina do Núcleo da Liga de Defesa Nacional em Novo Hamburgo, cujo presidente era Oscar Frederico Adams, católico, filho de Pedro Adams Filho, um dos principais empresários da região, que fora um dos líderes do movimento emancipacionista de Novo Hamburgo, um dos principais líderes da Igreja católica local e do Partido Republicano Rio-Grandense. Guilherme Becker era consultor técnico da Comissão Passiva de Defesa Anti-Aérea, cargo que ocupava desde o governo de Odon Cavalcanti, permanecendo durante a gestão de Nelson Toohey Schneider, que substituíra Odon Cavalcanti em 1942.

Ao mesmo tempo, Guilherme Becker era membro atuante da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho e presidente da sociedade mantenedora da Fundação Evangélica, educandário feminino instalado em Hamburgo Velho. A Fundação Evangélica era uma das instituições escolares mais visadas pelas autoridades nacionalizadoras da secretaria estadual de Educação, chefiada por José Pereira Coelho de Souza. O próprio Coelho de Souza muitas vezes se manifestou, seja por declarações em jornais como *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, seja por correspondências encaminhadas ao Sínodo Rio-Grandense, que a escola Fundação Evangélica era uma das que mais criava dificuldades para que a nacionalização do ensino se efetivasse dentro da mesma.

Então, o que explica que Guilherme Becker fosse considerado uma liderança positiva por estes dois grupos, pois era bem visto tanto pelas lideranças confessionais quanto pelas autoridades municipais e da nacionalização?

Entre os motivos que podemos apontar, está o fato de que o mesmo soube articular-se de forma bastante consistente dentro de diferentes espaços sociais. Ao mesmo tempo, dentro dessa rede social formada, passou a ter o papel de *articulador*, de *mediador*, conforme a definição de Moutoukias (2000).

Se observarmos, o caso envolvendo a questão da escola Fundação Evangélica, o papel articulador de Guilherme Becker se torna mais visível. Em 1943, após uma série de medidas tomadas por parte das autoridades estaduais, inclusive com prisões. Guilherme Becker passa a coordenar, juntamente com o novo diretor da instituição, Guilherme Rotermund (neto do pastor Wilhelm Rotermund, o primeiro presidente do Sínodo Rio-Grandense), uma série de ações visando mudar a *imagem* da instituição. As principais medidas visam apresentar a Fundação Evangélica como uma escola brasileira, que aceita e colabora com as ações nacionalizadoras. Ao mesmo tempo, Becker e Rotermund buscam articular ações que não desvinculem o educandário de seu caráter confessional.

As ações empreendidas, no que tange à imagem que a escola passa a ter, por parte das autoridades estaduais, surtem efeitos. No final de 1943, são publicadas declarações

de Coelho de Souza em jornais, elogiando a mudança de postura da Fundação Evangélica. Posteriormente, Guilherme Becker fora eleito vice-prefeito de Novo Hamburgo, entre 1948 e 1951, na primeira gestão de Carlos Armando Koch. Chegou a ocupar o cargo de prefeito durante um mês, entre janeiro e fevereiro de 1949, enquanto o prefeito eleito não tinha condições de assumir. Posteriormente, foi eleito vereador em 1954, exercendo seu mandato entre 1955 e 1959. Encerrado este mandato, deixou a vida política. Guilherme Becker faleceu em Novo Hamburgo, no dia 5 de julho de 1985, com 88 anos de idade.

Evidentemente, não podemos analisar as construções estabelecidas sem levar em conta as variações possíveis, os resultados inesperados, os objetivos não alcançados, as mudanças de rumo e de estratégia. Caso contrário, corremos o risco de perpetuarmos uma historiografia ainda focada nas trajetórias de sucesso, marcadas pela linearidade e sem considerar variações. Ao escolhermos apontar alguns elementos da trajetória de Guilherme Becker, buscamos evidenciar, sobretudo, as redes sociais nas quais este agente histórico estava inserido e nas quais atuava. Essas relações envolviam confessionalidade religiosa, política, economia, famílias e, o aspecto que abordaremos na sequência: tendo também presente a questão dos imigrantes e de seus descendentes e as áreas de imigração.

Redes sociais, história política e história da imigração: possibilidades

Quando falamos de história da imigração, muitas vezes a visão que ainda temos que são histórias que heroizam a figura dos imigrantes, destacando as dificuldades dos primeiros tempos e enaltecendo o sucesso obtido posteriormente. Ou obras que analisam aspectos da cultura, da religiosidade, da educação, da política de forma isolada, como se estes elementos não se conectassem entre si.

Nos últimos anos, diversas áreas da historiografia têm vivenciado um processo crescente de renovação. Seja pelos referenciais teóricos, seja pela metodologia empregada; pelos temas enfocados ou pelas relações estabelecidas com outros campos historiográficos e/ou áreas dos conhecimentos, como a Antropologia, Sociologia ou Ciência Política, é visível esse processo de renovação.

Ao contemplarmos aspectos da nova história política, podemos ver que a mesma tem se preocupado com novas abordagens, conceitos, referenciais, metodologias e relações. E seguindo este caminho, a história da imigração também vem passando por mudanças, cujos temas, vistos como já plenamente estudados, são *revisitados* pelos historiadores. *Novos olhares* são lançados, baseados em novos conceitos, renovadas

compreensões teóricas e metodológicas, na capacidade de relacionar os diferentes aspectos, que até então não eram entrecruzados.

Nosso objetivo neste texto é, como já mencionado anteriormente, evidenciar como o processo de análise das redes sociais constitui-se em um caminho bastante produtivo para os historiadores, nas mais diversas áreas, mas, sobretudo, nos campos nos quais trabalhamos: história política e história da imigração. As fontes utilizadas em recentes pesquisas sobre imigração (testamentos, inventários, processos-crime, atas de reuniões, correspondências, entre outras), por exemplo, nos permitem mapear, através do nome de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos, os grupos e locais por onde circularam e se inseriram. Possibilitam-nos ver como se articularam e agiram, como condicionaram fatores para alcançar seus objetivos ou o quanto contextos diversos os fizeram mudar de planos. Novas metodologias e as relações com outros campos historiográficos nos dão a possibilidade de refinarmos nossa capacidade analítica, nossa criticidade diante dos dados que encontramos, assim como ampliam nossa visão diante do que já fora produzido, compreendendo melhor a época e o que as produzia, seus interesses, sua origem, sua finalidade.

Deste modo, a história da imigração se abre para uma renovação, que, nos últimos tempos, tem *removido a poeira* sobre os temas e as fontes. Essa poeira não (ou não apenas) aquela que podemos ver e tocar, que deixa as pontas dos dedos sujas. Mas aquela que encobria e limitava ver a profundidade desta história. A história da imigração não se fecha mais em si, mas se abre, cada vez mais, aos diálogos e às trocas. Em outras palavras, aquilo que podemos talvez chamar de *Nova História da Imigração* permite que os historiadores que se dediquem a aventurar-se em suas possibilidades *avancem para águas mais profundas*.

Bibliografia

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las elites hispano americanas coloniales: enfoques y posturas. *Anuario del IEHS*, n. 15, Tandil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CÂNDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. (Coleção História, 50).

- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- IMÍZCOZ, José Maria. Las redes sociales de las élites. Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA, E.; BRAVO, J. J.; DELGADO, J. M. (Ed.). *Las élites en la época moderna: la monarquía española*. Tomo I: Nuevas perspectivas. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009.
- KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC; Caxias do Sul: Educus, 1991.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca básica).
- LIN, Nan. *Social capital: a theory of social structure and action*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. *Familia Patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social*. Anuario del IEHS, Tandil, v. 15, 2000.
- OLIVEIRA, Pérsio Santos de. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 2002.
- RAMBO, Arthur Blásio. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica: a Associação de Professores e a Escola Normal*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996. (Estudos Teuto-brasileiros, 3).
- RAMBO, Arthur Blásio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). *Cooperar para prosperar: a terceira via*. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2012.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- WEBER, Max. *O político e o cientista*. Lisboa: Presença, 1979.
- WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Hesdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. da UnB, 1995.

Imigração e economia

Novos imigrantes em Caxias do Sul: reflexões de ordem teórica e metodológica

Assis Felipe Menin

Mestrando em História do Tempo Presente – Udesc

Neste ano de 2015, comemoram-se os 140 anos de imigração italiana no Rio Grande do Sul. A cidade de Caxias do Sul faz parte dessa imigração, havendo uma italianidade muito presente no cotidiano da cidade, seja ela evocada por parte da população, seja evocada pelo Poder Político e/ou econômico. Assim, a cidade rememora e homenageia esses antepassados em eventos comemorativos, com “gastronomias típicas”, religiosidades e festividades da vida cotidiana, em publicações mais saudosas e encomiásticas da imigração e, mais recentemente, também com biografias e outros textos, que evocam a memória da imigração. É comum os descendentes de italianos, em Caxias do Sul, promoverem encontros de famílias – muitos destes encontros são divulgados no Jornal *Correio Riograndense*, símbolo da identidade religiosa e linguística italiana, e acabam sendo publicados em forma de genealogias romanceadas de seus familiares.

A história da cidade e dos grupos de imigrantes que a compõem, por estarem presentes em diferentes tempos no passado e no presente, funciona como um eixo temático muito profícuo, para entender os processos de globalização e as novas configurações urbanas, impondo à historiografia do tempo presente uma reflexão sobre tal processo, e não apenas sobre a imigração histórica.

Nesse sentido, este artigo, que é fruto de dissertação de mestrado em andamento, discute como as imigrações contemporâneas de haitianos, ganeses e senegaleses representam outra imagem para a cidade de Caxias do Sul, que é conhecida nacionalmente como uma cidade de imigração italiana. As questões discutidas neste artigo são de ordem metodológica e teórica sobre memória, imaginários e nostalgia, tanto dos descendentes de italianos quanto dos novos imigrantes.

A memória em Caxias do Sul é uma memória reelaborada, ressignificada e reinventada da italianidade, que ocorre nos anos de 1980 e 1990 em um *review* constante por parte das elites políticas e econômicas de Caxias do Sul, e que nem sempre parte de uma memória coletiva das classes trabalhadora ou camponesa, referenciando e reacendendo esta imigração ou estes imaginários de pioneiro e colonizador – até então pouco valorizados, devido aos processos de nacionalização durante o Estado Novo de Getúlio Vargas –, como forma de imbuir um sentimento de imigração que deu certo, um processo de industrialização e trabalho do imigrante, muito

valorizado nesses sentimentos de italianidade, produzindo ainda uma nostalgia, e que de certa forma rejeita, mesmo que implicitamente, o estrangeiro.

A anterioridade, a noção de uma origem comum que carrega valores e comportamentos responsáveis pelo crescimento econômico do lugar, são elementos que se articulam na composição das relações de poder entre os sujeitos dos distintos fluxos migratórios, organizando essa coletividade em estabelecidos e outsiders [...]. (KANAAAN, 2013, p. 134).

Se a memória do descendente de italiano em Caxias do Sul foi reinventada e imaginada, a memória do imigrante recente está voltada também para as suas especificidades, na reelaboração do passado ou para uma representação ou imaginação do passado que, segundo Halbwachs (1990), foi perdida e agora precisa ser reproduzida.

Existem perdas no processo migratório, é fato, mas estas perdas podem ser de ordem identitária, linguística, cultural e, ainda, relacionadas com o processo próprio que uma imigração ocasiona aos imigrantes: a perda de contato com quem ficou, a própria nostalgia, que é o sentimento de tristeza que acompanha o imigrante ao novo ambiente, e que pode ocasionar uma não adaptação e recusa ao estrangeiro, ou ao que não lhe parece familiar.

Por sua vez, isso nem sempre é fato, quando se estuda os processos migratórios contemporâneos, as redes que tecem, como se inserem na sociedade de destino, como se processa essa experiência entre homens e mulheres migrantes, como reconfiguram sua identidade de gênero, étnicas, imagens de Brasil; como se dá a ligação com suas cidades de origem. Ainda, sem dúvida, há um grande fluxo de informações e troca de conhecimentos, diretamente vinculados às redes sociais – tais como o Skype e o Facebook –, o que por sua vez contribui para as redes de sociabilidades virtuais com quem ficou lá e, assim, a terra que antes parecia longínqua acaba reelaborando cultivos e aproximações virtuais com o que foi deixado para trás.

Por sua vez, os processos de sociabilidade na cidade de Caxias do Sul, no tempo presente, em seu cotidiano, nos programas de televisão; de rádio, com programas em dialeto *talian*, festas no interior com a gastronomia “típica italiana”, reforçam o imaginário e o pertencimento a uma comunidade, que é construída e imaginada e testemunhada na atualidade. Dentre essas construções, é bem comum que famílias escrevam livros genealógicos e depois publiquem-nos, estando neles contidas as mais emocionantes histórias da imigração.

Estas representações são marcadas por um termo que define o momento presente de pertencimento a uma identidade, uma retroalimentação dos acontecimentos, podendo ser entendidas como mecanismos de reprodução e rememoração dos “heróis” da

imigração. Quase sempre esses momentos retroalimentados são, por sua vez, feitos por indivíduos não preocupados com uma análise histórica crítica daquele momento histórico, de quem escreveu e para quem estava escrevendo, já que por trás destas representações coadunam-se interesses econômicos e políticos alimentados por determinados grupos.

Por isso, o historiador quase sempre é afastado desses processos, porque ele discerne estas fontes de uma maneira que retira o encanto da imigração, no qual a comunidade se vê. Por isso, em muitos casos, nas escritas e narrativas da imigração, em um contexto do Sul do Brasil, produzidas por um *history maker*,¹ é comum o escrito de um profissional amador ser reconhecido na comunidade para a qual ele escreve, devido à sua facilidade de ser compreendido – métodos que talvez os historiadores profissionais invejem.

Na metodologia da história oral, é interessante que o historiador trabalhe com as duas distinções, entre os imaginários e suas representações e os fatos, já que ambos não existem em esferas isoladas. Ao sair para trabalho de campo e sua confrontação, o historiador poderá compreender os aspectos de uma identidade étnica: “As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em linguagens.” (PORTELLI, 1996, p. 111).

As imigrações, sejam elas históricas ou contemporâneas, carregam memórias e imaginários do que se deixou de ser, do que ficou lá, e do que virá a ser, bem como do que é estar no presente e em outro lugar, que não seu lugar de partida, respectivamente. Dentre essas memórias e imaginários, ao trabalhar com a fonte oral o historiador se depara com várias possibilidades que esta metodologia pode oferecer, dentre elas as lembranças, as canções, a comida, os cheiros, os locais e ambientes que a memória seletiva produz de nostálgico no imigrante, como o tempo que foi perdido ou, ainda, a saudade, puxando-se no “fio” da memória uma história que ficou marcada em sua história e que faz parte de sua identidade.

Partindo desse pressuposto, a memória sempre é evocada a partir do presente, no caso de estudo com imigrantes contemporâneos; o passado passa a operar de forma que há um choque nesse *continuum* entre o passado e o presente, ou ainda no conceito de Bhabha (1998) de “entre-lugar”, em que se procura involuntariamente esquecer-se do

¹ Conceito utilizado por Ferreira (2002), em que a facilidade da utilização da história oral produz um tipo de história que evidencia a diferença entre o historiador profissional e o amador, visto que o historiador profissional tem metodologias e técnicas próprias, buscando a parcialidade, que nem sempre agradam a comunidade.

antigo, do seu passado *lá*, para reelaborar a sua identidade de migrante no presente, o *aqui* e com vistas no futuro.

Durante os processos de chegada e integração inicial do imigrante, as técnicas mais importantes estão no processo de adaptação ao novo – logo, seu presente. Suas preocupações abrangem o trabalho – ou seja, sua regularização no país —, a língua e a moradia. Neste momento, o imigrante está mais preocupado com a sua integração na comunidade, e poucos disponibilizam um cuidado com a identidade cultural e religiosa de seu país. (TEDESCO; MELLO, 2015). No entanto, no processo em que o imigrante é isolado das questões da comunidade, ele percebe que em sua nova realidade sociocultural se faz necessário reconstruir o seu mundo, ou reelaborar seu pertencimento ao “outro”, ao local de partida.

Quando se trabalha com memórias de (i)migrantes, se trabalha também com trânsitos de tempos, ou seja, o passado e o presente, o passado de seu país e o presente em seus novos locais; essas mobilidades são permeadas por imaginários sociais, culturais e econômicos. Diante disso, o imigrante em mobilidade diaspórica percebe que está longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e de perda, mas perto demais para entender o enigma de uma chegada sempre adiada pela imagem da comunidade recriada e imaginada. Vive em um mundo perdido, “aquele que não existe mais na terra de origem e que não existirá jamais na terra de chegada” (BENEDUZI, 2008, p. 32), um mundo que não é mais o seu de sua terra, mas também sente falta desta tradição. Nessas experiências, o imigrante percebe-se como sendo de dois lugares, mas ao mesmo tempo de nenhum dos dois.

Quem (i)migra leva consigo uma identidade e uma memória, positiva ou negativa, do local de onde vem; isso não quer dizer que resgatar os lugares e as memórias implica o resgate dos sujeitos que produzem e reproduzem estes espaços em novos espaços, em seus cotidianos e sociabilidades. Portanto, as memórias mudam junto com os migrantes; o migrante somente lembra do que lhe convém, mas ainda assim certas lembranças e memórias partem com os migrantes, em um processo que se inicia quando deixa seu local de origem, e acabam se transformando em processos de perda em sua comunidade imaginada, em processos de encontro entre o presente novo e o “passado nostálgico”. (BENEDUZI, 2008, p. 39).

Os locais de memória imaginários, simbólicos, e os próprios monumentos romanceados por histórias e estórias de uma imigração épica da cidade resultaram do esforço da sociedade caxiense. Mas a comunidade se volta para o passado; essa memória, segundo Halbwachs (1990), pode ser coletiva ou individual. Há mudanças sim neste local, mas não há um deslocamento sem resistência e, quando se deixa para trás parte si, deixa-se ainda muitos resquícios do que se foi. Essa memória é

rememorada em locais próprios, coletivos, e nestes locais de memória é simplesmente “encontrado” algo de si, dos seus, que se tinha extraviado.

Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade [...] fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 13).

Esse discurso constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o presente. A identidade e os imaginários que a imigração produziu, não durante o processo migratório em si, mas após, são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido”, o tempo nostálgico de quando os imigrantes italianos transformaram Caxias do Sul em “grande” polo industrial da região; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Esse discurso é baseado, grande parte, em ideais e imaginários, no sentido de Anderson (2008). Mesmo no tempo presente, esse retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar a comunidade, seja ela rural ou urbana, para que se expulsem os “outros” que ameaçam sua identidade.

O método etnográfico é a base que poderá contribuir para um deslocamento cultural do entrevistador, a partir de sua cultura e para que se situe em sociabilidades e culturas diferentes da sua; é um momento de reflexão sobre as representações de imaginários, identificações e representações de imigrantes enquanto sujeitos do mundo. “É a base do reconhecimento mútuo e da honestidade enquanto lugar que se ocupa dentro da cadeia colonial.” (IOKOI, 2008, p. 4).

Nesse sentido, há uma construção identitária de seu local, que pode ser representada “como uma volta ao local onde estávamos antes, já que, como nos lembra Chambers, ‘sempre existe algo no meio’.” (HALL, 2003, p. 35). Ou seja, algo que separa o imigrante de sua terra, que, obviamente, foge não das questões espaciais, mas sim de sua origem. O que Bhabha coloca como um “entre-lugar” da cultura – o *estar aqui*, longe dos meus, mas ao mesmo tempo deslocado daquele local, permeado por um sentimento de *não lugar* –, no caso dos imigrantes recentes em Caxias do Sul está pautado em uma visão binária da diferença: a imigração italiana e os “outros” imigrantes, “pautado sobre uma fronteira de exclusão e dependente da construção de um ‘Outro’ e de uma posição rígida entre os de dentro e os de fora”. (HALL, 2003, p. 32).



Wolofes muridis em Caxias do Sul
(FINAL, 2013).



Imigrantes ganeses, haitianos e senegaleses se juntam em um abraço coletivo em torno do Monumento ao Imigrante, em Caxias do Sul, durante a Segunda Marcha do Imigrante (II MARCHA, 2014).

A fotografia grava uma memória, de indivíduos em suas identidades diaspóricas, no caso dos imigrantes, e testemunha o fato de um acontecimento ou busca por direitos. Há, neste documento-monumento da imagem, dois regimes de historicidade: o monumento ao imigrante italiano refere-se à vinda desses indivíduos em determinada época e, com o advento do progresso, por outro lado, a imagem do presente representa o manifesto dos novos imigrantes, em busca de direitos básicos à dignidade humana.

O momento do clique também está permeado por representação, tanto de quem clica quanto para o uso que, posteriormente, esta imagem terá. Mas é interessante pensar na fotografia como memória e, no caso da Imagem 2, a memória é um processo experimentado e vivenciado no coletivo destes imigrantes e em suas múltiplas

identidades; cria-se um marco, lugar onde marcar presença como indivíduos de direitos, em uma cidade que supervaloriza uma imigração histórica. A fotografia neste caso também é política, pois reveste o monumento da imigração italiana com uma aura simbólica, perpetuando sua existência, mesmo que disfarçada, ou mais corretamente ignorada.

Os locais de memória imaginários, simbólicos, e os próprios monumentos romanceados por histórias e estórias de uma imigração épica, muito valorizada pelos poderes econômicos e políticos da cidade, resultaram do esforço da sociedade caxiense para impor uma determinada imagem romanceada da cidade. Estes mesmos monumentos rememoram o pertencimento e a visibilidade de uma identidade e, até mesmo, de uma “hegemonia”. Estes locais de memórias transformam-se com os processos de globalização e de mudanças, no presente, em locais políticos de memória e reafirmam as invisibilidades e as relações de força entre os locais e os novos imigrantes.

Além dessas questões trabalhadas sobre memória e nostalgia, a imigração recente tem colocado em cheque a supremacia de Caxias do Sul, como uma cidade de imigração italiana, e determinados setores mais conservadores da comunidade caxiense têm visto com maus olhos essas levadas novas de imigrantes. Segundo Barth, há “[...] um conjunto de proscricções sobre as situações sociais que impeçam a interação interétnica em outros setores, isolando assim partes das culturas, protegendo de qualquer confronto ou modificação”. (BARTH, 1997, p. 197). Dentre os processos migratórios, dos *estabelecidos* e dos *outsiders*, há, a grosso modo, uma visão homogênea dos imigrantes que, muitas vezes, é a visão etnizada da cultura, no dizer de Sayad (1998, p. 85): “[...] a percepção ingênua e deveras etnocêntrica que se tem dos imigrantes como sendo todos semelhantes encontra-se no princípio dessa comunidade ilusória”. Uma investigação das representações dos imigrantes de Caxias do Sul pode revelar a contradição entre os *estabelecidos* e os *outsiders*.

Trabalhar com imigrantes recentes e expor essas histórias ao visível é o foco central de minha pesquisa e será um passo para entender os processos étnicos e imaginários de Caxias do Sul, a partir das experiências do movimento de pessoas entre lugares, e para o entendimento do *lócus*² de pesquisa, em sua dimensão histórica e cultural.

² Quando me refiro a *lócus*, não estou falando apenas do lugar, ou seja, Caxias do Sul, mas também do tema de pesquisa. (GERTZ, 1989).

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. de Denise Bottmann. Companhia das Letras, 2008.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. Trad. de Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1997.
- BENEDUZI, Luis Fernando. Nostalgia do tempo em um tempo de nostalgia. In: PESAVENTO, Sandra Jatay; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Org.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 19-40.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 314-332, dez. 2002.
- FINAL de semana de celebrações para haitianos e senegaleses em Caxias do Sul. *Jornal Pioneiro*, 20 dez. 2013. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2013/12/final-de-semana-de-celebracoes-para-haitianos-e-senegaleses-em-caxias-do-sul-4369442.html>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart et al. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. de Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003.
- II MARCHA do Imigrante reuniu dezenas de pessoas no centro de Caxias do Sul. *TV Caxias*, 17 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.tvcaxias.com.br/noticia/visualizar/1279>>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- IOKOI, Zilda Gricoli. *Imigrantes invisíveis: a história oral como paradigma da luta contra o colonialismo cultural*. 2008. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/files/imigrantes%20invisiveis.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- KANAAN, Beatriz Rodrigues. Etnização em produção: reflexões antropológicas sobre trabalhadores-migrantes na região de colonização italiana no nordeste gaúcho. *Métis: História & Cultura*, v. 11, n. 22, p. 117-139, jul./dez. 2013
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *Usos e Abusos da História Oral*, v. 2, p. 103-130, 1996.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. Tradução Cristina Muracho. São Paulo: Edusp, 1998.
- TEDESCO, João Carlos; MELLO, Pedro Alcides Trindade de. *Senegaleses no centro-norte do Rio Grande do Sul: imigração laboral e dinâmica social*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

Direito internacional privado e o conflito de leis pessoais nos processos decorrentes das relações conjugais e familiares *de e com* italianos (as) no Brasil, 1889-1950

Dra. Daysi Lange

Professora no Programa de Pós-Graduação em História – UCS

Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

Professora no Programa de Pós-Graduação e de Graduação em História da Unisinos

Este artigo faz parte do projeto de pesquisa intitulado: *Direito de Família e o Direito Internacional Privado: o conflito de leis pessoais nos processos de adultério, bigamia, anulação de casamento e investigação de paternidade no Brasil, 1889-1950*, que busca compreender as transformações havidas na estrutura familiar da sociedade brasileira, com a decretação do casamento civil indissolúvel e a proibição do divórcio, a partir da vigência da ordem republicana no Brasil. A escolha do tema se justifica pela importância de serem observados dois movimentos análogos: a elaboração de um direito constitucional regulador da organização política do Estado, como organismo jurídico, e as relações recíprocas do Poder Público entre si e com os indivíduos, e, por outro, o impacto da implantação da ordem jurídica e sua eficácia, na regulação e no controle dos conflitos decorrentes de comportamentos amorosos e afetivos *de e com* estrangeiros na sociedade brasileira.

O projeto se situa no cruzamento da ordem institucional com a história social, buscando analisar de que maneira a jurisprudência brasileira conciliou o Direito Interno com o Direito Internacional Privado e a complexidade das relações amorosas e afetivas *de e com* estrangeiros no território nacional. A pesquisa e a análise, realizadas no Estágio de Pós-Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), problematizaram as práticas nas relações amorosas e afetivas, bem como familiares e conjugais, na Região dos Campos de Cima da Serra (CCSs), Rio Grande do Sul (RS), entre o séc. XIX e início do XX. A partir da análise de inventários, testamentos e processos-crime, observou-se que, na região dos CCSs, não houve um modelo fixo de estrutura familiar pelo grande número de denúncias de relações adúlteras e de prática de concubinato, bem como de filiação natural, ilegítima e perfilhação. Essas práticas permitiram refletir, a partir do conceito de honra, sobre as relações que a sociedade estabeleceu com mulheres que não se enquadravam na representação esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, “frágil e soberana, abnegada e vigilante”. (RAGO, 1997, p. 62).

Ao longo da pesquisa, constatou-se que o RS, a exemplo de demais estados brasileiros, conviveu com a propaganda republicana, que não possuía um discurso homogêneo, mas que, quando implantada em 1889, o discurso mostrou-se

extremamente conservador, no que diz respeito à família e à organização social e, conseqüentemente, às práticas amorosas e afetivas. Foi possível identificar vários processos envolvendo relações amorosas e afetivas de casais estrangeiros e de mulheres e/ou de homens estrangeiros com mulheres e/ou homens brasileiros, como, por exemplo, de anulação e nulidade de casamento, casamento putativo, desquite, bigamia, adultério, investigação de paternidade, etc. Esses **processos exigiram das práticas jurídicas mais atenção, focadas na** presença de estrangeiros no território nacional, no Direito Internacional Privado (DIP) e na legislação brasileira, pois os processos geraram um contexto controverso para o exercício da prática da lei; nele, juízes tiveram que arbitrar, muitas vezes, sobre relações que não estavam definidas pela jurisprudência e/ou que eram silenciadas pela legislação, tendo que recorrer à doutrina.

Francisco e Lamarão (2013), ao tratarem sobre a política imigratória e a expulsão de estrangeiros do Brasil, no início do século XX, destacam que, entre 1884 e 1939, entraram no Brasil cerca de 4.160.000 imigrantes, dos quais mais de 60% eram italianos e portugueses, além de sírios e libaneses, aos que também se pode acrescentar a presença de alemães, franceses, espanhóis, uruguaios, argentinos, russos, poloneses, holandeses, entre outros. Geralmente, segundo a historiografia, a questão imigratória foi apontada como solução à crise do sistema escravocrata, baseado na utilização de mão de obra negra, mas também não impediu que muitos estrangeiros fossem expulsos do País, quando eram considerados “vagabundos, arruaceiros e desempregados contumazes [...] envolvidos no movimento operário ou aqueles que se dedicavam às atividades suspeitas, como o lenocínio, era a expulsão sumária”. (FRANCISCO; LAMARÃO, 2013, p. 137).

O art. 72 da Constituição Federal de 1891 assegurava aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade e, pelo parágrafo 10 do referido art., especificava que “em tempo de paz, qualquer pessoa pode entrar no território nacional ou dele sair, com a sua fortuna e seus bens”.

Em 1902, o Congresso Nacional do Brasil discutiu o significado do conceito de *estrangeiro*, chamando a atenção à questão de comprovação da residência por determinado tempo no território brasileiro, se casado com brasileira e/ou viúvo com filho brasileiro. A publicação do Decreto 4.247, de 6 de janeiro de 1921, assegurava que não seriam expulsos os estrangeiros que residissem por mais de cinco anos ininterruptos no Brasil. Porém, a experiência do pós-guerra e o suposto perigo de dar acolhimento indeterminado a estrangeiros levaram à revisão da Constituição de 1891. Em 1926 acrescentou-se o uso de passaporte no art. 72, com o objetivo de o Poder Público

estabelecer a seleção de entrada de estrangeiros, que apenas fossem adeptos da ordem e do progresso.

No mesmo contexto, discutia-se a necessidade de adesão das nações ao DIP, pois havia o entendimento de que a sociedade *evolutivamente* estaria ingressando na fase internacional ou mundial. A fase internacional seria o contexto para a expressão máxima da sociabilidade humana, na época observada pela presença cada vez maior de comércio e comunicação mundial, imigração, telégrafo, entre outros elementos. (MENDES, 1911, p. 286).

A delegação brasileira, juntamente com 14 países sul-americanos, reunida em Havana, em 1928, ratificou o Código de Bustamante ou Direito Internacional Privado (DIP), que foi promulgado pelo Decreto 18.87, de 13 de agosto de 1929, no Brasil. O DIP reuniu 427 artigos referentes aos aspectos civil, comercial, penal e processual. O DIP era entendido como o conjunto de princípios que determinava a lei a ser aplicável às relações jurídicas entre pessoas pertencentes a Estados diferentes; aos atos realizados em países estrangeiros e a todos os casos em que houvesse a necessidade de aplicar a lei de um Estado no território de outro Estado. (MENDES, 1911, p. 284).

Pradier (apud MENDES, 1911, p. 284) destacava que o DIP era um conjunto de regras, segundo as quais se resolveriam os conflitos entre o Direito Privado das diversas nações, bem como fixava normas aos estrangeiros e nacionais (que estivessem em país estrangeiro) quanto aos seus direitos civis, aos seus bens e aos atos que pudessem provocar/produzir repercussões internas e externas.

Entretanto, apesar de o Brasil aderir ao DIP, não ratificou o disposto nos arts. 52 e 53, por entender que contrário ao Direito Pátrio. Nesse sentido, apoiaram o sistema de nacionalidade e repeliram o divórcio com a dissolução do vínculo. Não se deve esquecer que o Código Civil brasileiro de 1916, ao tratar do Direito de Família, prescrevia, por meio do art. 323, que “o casamento é indissolúvel e só se rompe pela morte de um dos cônjuges”.

A justificativa de o Brasil repelir os arts. 52 e 53 do DIP apoiava-se na legislação brasileira, que não aceitava o divórcio, mas o desquite que não desfazia o vínculo, pois a lei oferecia a possibilidade de restauração da sociedade conjugal a qualquer momento, bem como pelo fato de que o desquite não destruía o vínculo matrimonial até a morte de um dos cônjuges e, enquanto os dois estivessem vivos, não poderiam contrair novo matrimônio.

Com a publicação da Constituição de 1934, novamente foi retomada a questão do tratamento atribuído aos estrangeiros quando, por meio dos arts. 113 e 114, alertavam que, em tempo de paz, salvo as exigências de passaporte quanto à entrada de

estrangeiros e às restrições da lei, qualquer um poderia entrar no território nacional, fixar residência e dele sair.

Porém, com o advento da Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937, a instituição de acolhimento estrangeiro no território nacional perdeu suas características de instituição jurídica constitucional. O art. 122, referente aos direitos e às garantias individuais, não tratava de dispositivos sobre o direito de entrada de estrangeiros no Brasil. A princípio, o estrangeiro não deveria ser acolhido no território brasileiro, somente em casos de exceção, que deveriam partir de autorização do Poder Público, sendo ele responsável por admitir o ingresso de estrangeiros na comunidade nacional.

O Decreto 3.175, de 7 de abril de 1941, determinou, nos seus arts. 1º e 2º, a suspensão da concessão de vistos temporários e permanentes para entrada de estrangeiros no Brasil. A concessão de tais vistos era admitida por exceções, as quais foram estabelecidas pela Portaria 4.807, de 25 de abril de 1941, tendo sido elaborada pelo Ministério da Justiça. Com relação à permanência definitiva de estrangeiros no Brasil, o art. 2º da Portaria 4.807/1941 dizia o seguinte:

Ao portador de visto temporário só será concedida autorização de permanência definitiva quando se tratar: (a) de técnico de serviço por mais de três anos em estabelecimento industrial idôneo; (b) de técnico que tenha contrato com o Poder Público; (c) de técnico que se estabeleça com indústria própria de interesse nacional, inclusive a exploração agrícola; (d) de estrangeiro que empregar capital superior a 200 contos de réis nas indústrias a que se refere a letra anterior e; (e) de cientista ou artista a serviço do Poder Público ou merecimento excepcional.

Os dispositivos legais foram elaborados com o objetivo de selecionar estrangeiros que fossem úteis e não prejudiciais ao progresso, à ordem e à paz da Nação brasileira. O Poder Público acreditava que deveria defender a sociedade brasileira de estrangeiros nocivos ao bem comum, daqueles movidos por objetivos de destruir a ordem social e daqueles que não se harmonizassem com as tradições do povo cristão.

Nesse contexto, surgiram alguns questionamentos por parte da jurisprudência: Como tratar das uniões *de e com* estrangeiros divorciados em seus países de origem, que realizavam novas “núpcias” no Brasil e/ou de estrangeiros que solicitavam desquite consensual, litigioso e/ou anulação de casamento realizado com brasileiras? E a situação dos filhos que haviam sido concebidos, seriam eles adulterinos? Seriam adulterinos ou naturais os filhos de estrangeiros desquitados? A permissão de anulação de casamento não seria uma forma de divórcio? Como explicar a moral do casamento monogâmico ante a presença de concubinato?

Esses foram alguns casos que provocaram discussões no âmbito da Justiça Federal, pois muitos pedidos de separação, desquite, homologação de divórcio

realizados no estrangeiro, anulação de casamento quando avaliados à luz do Código Civil de 1916, propiciaram dois posicionamentos em face do DIP: uns consideravam o DIP um ramo do Direito Público, entendendo que suas normas eram retroativas, e outro de que as causas e os conflitos deveriam ser resolvidos pelas regras comuns que balizavam conflitos intertemporais internos, dos quais a nova norma de conflito não poderia alterar o estatuto pessoal, devendo prevalecer o DIP em vigor no dia em que havia sido realizado o casamento.

A Constituição de 1934 determinou que a Justiça Federal fosse responsável por todos os processos e julgamentos das causas, como, por exemplo, do desquite em que qualquer um dos cônjuges ou os dois fossem estrangeiros. Entendia que, quando dois indivíduos fossem de nacionalidade diferente – um estrangeiro e outro brasileiro e/ou ambos estrangeiros –, a solicitação de desquite envolveria questões de Direito Internacional Privado, em função do estabelecimento de divergência de leis, e apenas a Justiça Federal¹ seria competente para se pronunciar acerca da querela. E ratificou o Princípio da Nacionalidade levando os brasileiros a observarem que nenhuma significação havia em ser brasileira a mulher e estrangeiro o marido, ou ser estrangeira a mulher e brasileiro o marido, pois nem a mulher que era brasileira perdia a nacionalidade casando com estrangeiro, nem o Direito brasileiro a submeteria à lei pessoal do marido. Em se tratando de mulher estrangeira casando com brasileiro, somente o Estado a que ela pertencia, ou o Estado que lhe dava estatuto (domicílio ou última nacionalidade) se fosse apátrida, poderia dizer se ela seguiria (ou não) o estatuto do marido. Sobre essa estrangeira, casada com brasileiro ou estrangeiro, não teria poder legislativo o Brasil, como também não teria qualquer Estado estrangeiro sobre a brasileira que casasse com um estrangeiro.

Entretanto, o Decreto 4.657, de 1942, modificou a lei de introdução do Código Civil de 1916 ao determinar que a lei do país, em que fosse domiciliada a pessoa, determinava as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. Com relação ao instituto do divórcio, seria observado o estatuto pessoal, pois, a princípio, era a lei nacional da pessoa que decidiria se o casamento poderia ser dissolvido por divórcio e/ou por meio de simples separação, sem rompimento do vínculo e quais seriam as causas e as condições que deveriam ser observadas para sua dissolução. Essa lei nacional deveria ser aplicada por juiz brasileiro, desde que não ofendesse a ordem pública e os bons costumes apregoados pelo Código Civil brasileiro.

¹ O art. 81 da Constituição brasileira de 1934 estabelecia aos juízes federais a competência de processar e julgar em primeira instância questões de DIP ou de Direito Penal.

Direito Internacional Privado e o conflito de leis pessoais

Desse modo, a partir da diversidade de processos envolvendo relações amorosas e afetivas *de* e *com* estrangeiros, pretende-se verificar a atuação da jurisprudência na solução de conflitos que envolveram a diferença de nacionalidade e, conseqüentemente, a diversidade de leis, procurando responder: Como foi tratada a investigação de paternidade de brasileiro descendente de estrangeiro? Não coincidindo na investigação de paternidade, a nacionalidade do autor ou dos autores e a do pretendido pai, qual deveria ser a lei reguladora do caso? E a lei de nacionalidade do pai teria efeito? A lei de nacionalidade dos filhos, qual seria? E a lei de ambos? Estrangeiros casados no Brasil poderiam ser autorizados a realizar desquite, de acordo com a lei brasileira? Poderiam os cônjuges casados em país estrangeiro optar pela lei brasileira que permitia desquite amigável? Sendo de nacionalidades diversas os cônjuges, deveria o juiz observar a lei nacional do matrimônio ou a dos dois? Como deveria ser tratado o filho do casal considerado bígamo? Os filhos de desquitados deveriam ser tratados como naturais ou adulterinos? Como foi tratada a prole de casamentos considerados nulos e putativos? Como foi discutida a bigamia, o adultério, o infanticídio, o lenocínio, o aborto em relações amorosas e afetivas que envolveram estrangeiros?

Para abordar os debates e as soluções elaboradas pela jurisprudência brasileira, as relações amorosas e afetivas de homens e mulheres, com uma diversidade considerável de legislação, partiu-se de fontes da *Revista do Arquivo Judiciário*, de 1929 a 1959; da *Revista do Arquivo do Ministério da Justiça e Negócios do Interior*, de 1943 a 1952; da *Revista Jurídica*, de 1916 a 1950; da *Revista Jurídica de São Paulo*, de 1906 a 1914; da *Revista Jurídica do Rio de Janeiro: doutrina, jurisprudência e legislação*, de 1909 a 1922.

Revistas do Poder Judiciário publicaram grande parte dos processos de diferentes localidades regionais do Brasil, que veicularam denúncias e a abertura de processos que envolveram conflitos amorosos e afetivos, ajudando a analisar as diferentes visões e os posicionamentos da jurisprudência, para chegarem à formulação da sentença ante a diversidade de conflitos de leis, que envolveram relacionamentos *de* e *com* estrangeiros. Os processos discutiram a poligamia, observando a presença de um estrangeiro que era casado legitimamente em seu país com duas mulheres e, ao se naturalizar brasileiro, o casamento não poderia ser respeitado pela ofensa que produzia aos bons costumes. A bigamia também foi tratada nos processos, quando acusaram a presença de homem português que se naturalizou brasileiro dizendo ser viúvo, mas que era, na verdade, divorciado em Portugal e aqui se casou com uma brasileira. O casamento com a brasileira vai ser considerado nulo, pois, mesmo sendo o divórcio aceito em Portugal e ele naturalizado brasileiro, o divórcio não era aceito pela legislação, sendo comprovada

a bigamia. Casos que também envolveram homem austríaco que se dizia solteiro, mas que era separado de “cama e mesa” em seu país de origem.

Os processos de anulação de casamento também foram tema de posicionamento, como, por exemplo, de homem brasileiro que pediu anulação de casamento com a justificativa de que havia cometido erro sobre a pessoa, afirmando que não sabia que ela era italiana. Processo movido por mulher italiana solicitando a anulação de casamento realizado em Roma, com brasileiro, por coação do pai. Pedido de anulação de casamento de homem espanhol casado em Montevidéu com mulher uruguaia divorciada, mas domiciliados no Brasil. Um casal de estrangeiros, ambos húngaros, a mulher pediu a anulação, pois ignorava que o marido havia sido condenado a quatro anos de prisão, bem como de mulher húngara, que não havia se desligado do primeiro marido levando a jurisprudência a refletir sobre o que fazer com a filiação. Anulação de casamento cujos cônjuges, ambos estrangeiros (alemã e norte-americano), pela acusação de trazê-la para o Brasil para prostituição. Anulação de casamento de oficial da Marinha de Guerra brasileiro casado com mulher nascida na Inglaterra, alegando diversidade de direitos, pois, após dez anos de casamento, descobriu que com a decretação do desquite, não poderia casar-se novamente mas ela poderia. Anulação de casamento de uma francesa católica que se casou com um libanês que se dizia cristão, mas que era muçumano. Ela destacou que desejava a anulação do casamento, pois, quando chegou ao Brasil, ele queria viver em poligamia, e como ela não aceitou, foi repudiada por motivos religiosos. O pedido de separação de mulher francesa com polonês, que não foi aceito, sob a alegação de que a mulher com o casamento passava a depender da legislação, ou seja, segue-se a condição do marido quando a lei não permite o desquite pelo abandono de lar, mas por adultério, insulto e prática de crime.

Outros processos discutiram o não reconhecimento dos filhos adulterinos de pai estrangeiro, como, por exemplo, português, alemão, polonês, russo, entre outros, discutindo o significado do concubinato ou da mancebia irresponsável pela ofensa à ordem pública. Como se posicionaram diante do *divórcio de casais estrangeiros* que chegavam ao Brasil, como, por exemplo, poloneses, italianos, alemães, húngaros; *do desquite de cônjuges de nacionalidade diversa*, como, por exemplo, de homem espanhol com mulher argentina, de homem austríaco com mulher polonesa, de dinamarquês com mulher nascida na Tchecoslováquia, de mulher italiana casada com português, de homem sírio com mulher brasileira, de homem português e mulher austríaca, de mulher uruguaia e marido sírio, de mulher argentina com homem brasileiro ou de mulher brasileira com homem argentino, de mulher paraguaia com homem brasileiro, de mulher inglesa casada com brasileiro, de mulher boliviana, com homem brasileiro; *do desquite amigável de estrangeiros*, como, por exemplo, de alemão,

italiano, norte-americano com mulher brasileira; *do desquite litigioso* de estrangeiros fundamentado no adultério da mulher, como, por exemplo, de húngaros, poloneses, italiano, espanhol, alemão, sírio, casado com mulher brasileira. Anulações de casamento *de e com* estrangeiros também apontaram questões de ordem privada, como, por exemplo, a moralidade nas relações sexuais, como, por exemplo, a impotência e a não consumação, acusação à mulher ninfomaníaca e/ou de ser filha adúltera e o homossexualismo, bem como o infanticídio, crimes de paixão, casamentos putativos, lenocínio, etc.

A princípio, é possível identificar a existência de uma corrente que aconselhava a conjugação ou combinação das duas leis em conflito, mas, ainda assim surgiam divergências, pois alguns entendiam que, por exemplo, a dissolução de casamento somente poderia ser concedida quando as duas leis dos cônjuges (de nacionalidades diferentes) coincidiam. Isso leva a observar que, se ocorresse o caso de as duas leis não se conciliarem a respeito, prevaleceria a lei nacional proibitiva a despeito do que prescrevesse a outra. Outra corrente sustentava que se deveria aplicar a lei pessoal do cônjuge que pedisse, por exemplo, a dissolução do casamento, cuja conciliação ficaria dependente do modo como a lei nacional do outro cônjuge consideraria o seu estatuto, em face da dissolução decretada. E a outra corrente teorizava: cada um dos cônjuges deveria conservar o casamento apenas por força de seu estatuto pessoal se esse lhe oferecia a possibilidade de dissolver o vínculo matrimonial; por meio de divórcio, ele ficaria livre, e o outro cônjuge se tornaria igualmente livre, mas dependente da determinação do seu direito pessoal.

Segundo Grinberg (2009), os processos oferecem pistas do que é considerado uma transgressão na sociedade e como se dá, em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal no âmbito do Poder Judiciário.

Heller (1972, p. 12) ensina que é no cotidiano que homens e mulheres exteriorizam paixões, sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manuais, habilidades manipulativas, sentimentos, ideias, ideologias, crenças, gostos e pendorres; enfim, em sua intensidade e “por inteiro”. A autora também refere que a existência humana implica, necessariamente, a existência de vida cotidiana. A leitura da documentação, na perspectiva da história do cotidiano, revela a ocorrência de várias relações amorosas e afetivas de estrangeiros em dissonância com abordagens ditadas pela lógica das normas e das verdades absolutas.

Inicialmente, para avaliar os posicionamentos do Poder Judiciário, utilizaram-se os estudos de Hespanha (2003), teórico de referência para análise das abordagens modernas e contemporâneas do Direito, na perspectiva da história social. O autor aponta a tendência de certas abordagens tradicionais enaltecerem determinados fatos e até

mesmo contextos históricos, como, por exemplo, a questão da imigração estrangeira e a *modernização* inaugurada pelo contexto republicano no Brasil. Entretanto, quando se é convidado a refletir sobre determinados fatos históricos, começa-se a elaborar outros significados em relação àquele contexto.

Nesse sentido, a presença de estrangeiros na sociedade brasileira, no período republicano, leva a identificar o acúmulo de processos que foram destinados ao Supremo Tribunal Federal, tendo ele que tratar de questões amorosas e afetivas, como, por exemplo, assassinato do cônjuge para poder viver em companhia de outro(a) companheiro(a) geralmente estrangeiro(a), bem como de adultério, bigamia, aborto, infanticídio, lenocínio, investigação de paternidade, e o Poder Judiciário, sem ter dimensão e clareza do Direito Penal Internacional, adotou determinadas práticas que contrariavam o cumprimento da legislação. Práticas que permitem identificar que o significado de justiça consistia afastar da sociedade *organizada* brasileira determinados elementos sociais, como, por exemplo, estrangeiros, estimulando, assim, o concubinato e a filiação ilegítima.

Hespanha (2003) destaca que faz parte do senso comum não se realizar investigações sobre amor e justiça. Geralmente, temos a justiça recorrendo a situações estruturadas pelo amor, como, por exemplo, uma família feliz e/ou temos a invocação do amor no âmbito de um processo judicial, quando aquela relação de amor já está arruinada, bem como o fato de a justiça ser realçada muito mais pelo seu caráter neutro e cego, visto estar totalmente afastada dos afetos. Entretanto, entendendo que o amor é uma manifestação externa de sentimentos e não de ordem natural com significado universal, sua compreensão e interpretação não podem estar desvinculadas do contexto cultural, pois

o amor de hoje não tem nenhuma semelhança com o amor de ontem. Não evoca as mesmas emoções. Não se exterioriza segundo o mesmo conjunto de ações e reações externas. Não se conecta na mesma sequência de práticas [...]. Para alcançar esta reconstrução de um sentido, o mais sensato é proceder com o estudo das suas formas de materialização externa, isto é, o modo em que se materializam em atos externos, em descrições, cerimônias, comportamentos e textos. (HESPANHA, 2011, p. 3).

O autor destaca que é importante refletir sobre as representações do amor e, conseqüentemente, das relações afetivas e amorosas que se identificam nos textos do Judiciário ou da intelectualidade, pois elas podem ser consideradas fontes históricas para o conhecimento das práticas efetivamente vividas.

Historicamente, os textos jurídicos dos países ditos cristãos, como o Brasil, utilizou o amor para a formulação de metáforas institucionais em face de sua visão

estruturante da sociedade. O amor que representa, garante e sustenta a ordem e, conseqüentemente, a unidade da família, da relação entre pais e filhos e entre marido e mulher. A verdadeira unidade familiar não poderia ser abalada, pois reconhecia, institucionalmente, a vontade de uma única pessoa: a cabeça do pai prolongava-se na dos filhos. O amor cristão, na lógica do aspecto jurídico, também era utilizado para figurar a posição da mulher e do amante na sociedade e, conseqüentemente, era fonte de ordem, de direitos e deveres por meio de leis. Desse modo, era comum que outras formas de amor (diferentemente da lógica jurídica) fossem representadas como formas de desordem.

Na prática, não poderia haver o reconhecimento da relação conjugal quando um dos cônjuges – se fosse estrangeiro – tivesse obtido o divórcio, pois obrigaria reconhecer o vínculo dissolvido em relação a esse deixar de existir em relação ao outro. No Brasil, segundo brocado jurídico, havia a possibilidade de um estrangeiro permanecer num *matrimonium claudicans*, em referência ao casamento válido num determinado país e/ou lugar da celebração, mas não reconhecido em outro, e/ou dissolvido num determinado país, mas em outro se considere ainda existente.

No Brasil, a homologação de uma sentença estrangeira de divórcio *ad vinculum* somente era reconhecida para efeitos patrimoniais, no caso de ser brasileiro um dos cônjuges divorciados. Em se tratando de desquite requerido por cônjuge estrangeiro, cujas leis pessoais estabelecessem regras diferentes, cumpria atender ao estabelecido por ambas as leis divergentes, ou seja, o desquite somente seria concedido se as duas partes consentissem. Porém, se um dos cônjuges fosse brasileiro e, sendo o Brasil o domicílio conjugal, usava-se a doutrina orientada pelo espírito dominante no sistema legislativo, em matéria de Direito Interno Internacional, concedendo o desquite nos termos das leis brasileiras, ainda que contrariadas pela lei nacional do cônjuge estrangeiro, quando fosse ele o requerente do desquite.

O Código Civil de 1916 estabelecia competência à lei nacional do falecido, para lhe regular a sucessão, mas havia exceção ante a hipótese de ele ser casado com brasileira, ou ter deixado filho brasileiro, quando, então, se aplicava a lei brasileira. Assim, de acordo com o art. 134 da Constituição brasileira de 1934, em se tratando de vocação para suceder em bens de estrangeiros no Brasil, aplicava-se a lei brasileira em benefício do cônjuge brasileiro e dos filhos, sempre que não lhes fosse mais favorável o estatuto do *de cuius*. De acordo com o princípio geral, a competência para regular a questão dos bens, a tendência era a lei estrangeira, mas havia a aplicação da lei do Brasil, quando entravam em concurso ou conflito duas leis pessoais, uma das quais a brasileira. Em caso de desquite e sendo brasileiro um dos cônjuges, uma vez que a lei

não indicava o modo de resolver o conflito, os juízes recorriam à doutrina, favorecendo o cônjuge brasileiro.

A competência normal da lei acerca do domicílio conjugal, em matéria de divórcio, foi consagrada no Código de Bustamante. Entretanto, dada a divergência das leis nacionais relativa a cônjuges estrangeiros, o Brasil não seria obrigado a aplicar a Lei de Domicílio Conjugal aos casos de cônjuges estrangeiros que pertencessem, ou não, aos Estados signatários da convenção de Havana de 1928.

A própria legislação estrangeira também não era unânime na questão, pois alguns sustentavam que se deveria observar a lei do marido; outros, que se deveria regular a matéria com a aplicação das duas leis, de sorte que o desquite seria autorizado, se ambas as leis o permitissem, e outros ainda, que se deveria atender à lei pessoal do cônjuge que desejava se libertar da sociedade conjugal.

Muitas sentenças brasileiras, ao observarem o disposto no DIP, deram atenção à doutrina que recomendava a observância cumulativa das duas leis, pouco importando que um dos cônjuges fosse brasileiro. Entretanto, a tendência que se observa no sistema legislativo, de acordo com a Constituição de 1934, era a de se afastar a lei pessoal do estrangeiro em benefício do consorte ou dos filhos brasileiros.

Porém, havia, ainda, o prestígio de que gozava a aplicação da Lei de Domicílio Conjugal, para regular o divórcio e a separação, a qual fora adotada pelo Código de Bustamante. Alguns países, levando em consideração os conflitos com as leis nacionais, acreditavam que se deveria aplicar a Lei de Domicílio Conjugal, se os cônjuges pertencessem a países diferentes. Mas também havia casos, na proposta do Código de Bustamante, em que a lei pessoal poderia ser substituída pela do Domicílio Conjugal, por terem os cônjuges nacionalidade diversa. Tal é o que determinava o art. 187, que dizia que “os contratos matrimoniais regem-se pela lei pessoal comum aos contratantes e, na sua falta, pela do primeiro domicílio matrimonial. Essas mesmas leis determinam, nessa ordem, o regime legal supletivo, na falta de estipulação”.

Ewald (1993) ensina que o Direito é uma prática da razão. Uma determinada prática é indissociável do tipo de racionalidade através do qual ela se reflete, se ordena e se finaliza. Segundo o autor, as práticas jurídicas são práticas de juízo, bem como a lei, a doutrina, a jurisprudência que, por meio de suas proposições enunciam e formulam juízos. Nesse sentido, na visão técnica, o Direito se reduz à obediência às leis, regras e autoridades. Entretanto, por meio da análise do discurso, procura-se identificar as categorias organizativas dos quadros mentais presentes, procurando não separar a construção jurídica das concepções históricas, racionais e ideais que a condicionam. Na elaboração dos diferentes discursos, presentes nos processos, tem-se, por um lado, uma

organização mental que é elaborada a partir da realidade que é avaliada, em função de diferentes interesses e, em vista da realidade e da avaliação,

assumiram comportamentos, uns dos quais eram discursos, com os quais traduziram em palavras o modo que viam e avaliavam a realidade e a forma como reagiram; os quais, de novo, seriam apreendidos por outros como realidades, avaliados segundo outros interesses e respondidos com outros comportamentos, interesses, realidades .(EWALD, 1993, p. 22).

Desse modo, procura-se recuperar a intervenção da moral cristã presente na elaboração das regras do Direito, bem como na sua aplicação e interpretação. Regra moral que se justifica por haver uma concepção religiosa de mundo e as razões que podem elaborar convicções, como, por exemplo, do casamento indissolúvel. Para pronunciar, é preciso meditar sobre a própria natureza do casamento e somente a crença na natureza sacramental pode ditar uma solução decisiva contra o divórcio. Assim, o Direito, quando fortifica o dever de assistência entre os cônjuges, quando interdiz um contrato imoral, quando luta contra a liberdade dos costumes o faz visando aos fins de uma moral cristã que é interpretada como a razão universal da existência de regra e a definição do alcance de sua aplicação. Na prática jurídica, não há como separar o domínio do Direito do domínio da moral, pois os bons costumes apregoados no Código Civil de 1916 foi a moral utilizada para refrear a expansão dos impulsos individuais presentes nos processos.

O posicionamento contrário do Brasil à Lei de Domicílio Conjugal e ao divórcio nos artigos do DIP era explicado pelos inconvenientes que isso poderia gerar à família brasileira, quando recorria a processos de casais brasileiros que, para fugirem da proibição da legislação brasileira, se domiciliavam em países divorcistas e de estatuto filiado ao sistema de domicílio, local em que obtinham o divórcio levando a legislação brasileira a não reconhecer ou a permitir um novo casamento de um dos cônjuges assim divorciados. Citavam processos de mulheres brasileiras casadas com estrangeiros cuja lei admitia o divórcio absoluto. Entretanto, pelos termos de nossa legislação, a mulher, pelo casamento, não perdia a sua nem adquiria a nacionalidade do marido, como, por exemplo, um casal constituído de mulher brasileira e marido estrangeiro (norte-americano), ao requer no país deste o divórcio, que lá era concedido. Entretanto, no Brasil, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, não haveria homologação do divórcio adquirido senão para efeitos patrimoniais, segundo a jurisprudência dominante. Assim, o marido norte-americano estaria liberado dos laços ou do vínculo conjugal, mas a mulher brasileira continuaria ligada a esse casamento dissolvido, impossibilitada de contrair novo matrimônio e, ainda, de reconhecer um filho de outro relacionamento que passaria a ser adúlterino.

A jurisprudência dominante debatia os casos presentes nos tribunais brasileiros, como é o caso de um casal brasileiro que, desejoso de obter divórcio absoluto contra a determinação de sua lei nacional, estabelecia domicílio conjugal em outro país e, após um tempo, requeria e obtinha o divórcio com a dissolução dos vínculos. Reconhecido ali para todos os efeitos esse divórcio, o homem brasileiro assumia novas núpcias, dirigindo-se, pouco depois, para o Brasil, onde exercia a sua atividade, onde era o centro de seus negócios, estabelecendo, enfim, novo domicílio conjugal. Esse seu novo casamento não seria reconhecido no Brasil, sua companheira não seria considerada esposa legítima, e os filhos que viessem a ter seriam tratados como adúlteros, ou seja, não poderiam ser reconhecidos pela lei brasileira. Quando o marido viesse a falecer, não fosse prudente na organização testamentária, os bens passariam para seus colaterais ou para o Estado ficando a mulher e filhos no mais clamoroso abandono.

Contraditoriamente, alguns operadores do Direito demonstraram preocupação com o número crescente de menores delinquentes nos principais centros urbanos. (REVISTA JURÍCIA, 1909). Acreditavam que um dos elementos responsáveis pela delinquência era o relaxamento na educação, pois o fato de os pais terem que trabalhar o dia todo fora de casa contribuía para que a criança fosse levada pelo contexto a entregar-se a todo tipo de atos proibidos. A situação das famílias populares era apontada como um dos principais elementos da proliferação da criminalidade infantil, pois, geralmente, os menores transviados eram aqueles que viviam a situação de serem órfãos, filhos ilegítimos ou pertencentes a famílias dispersas, em que a indigência e a esmola eram tradicionais e por serem fruto de mães de costumes dissolutos e por aquelas inscritas no rol das prostitutas. A vida irregular e sem freios das famílias era responsável pelos frequentes deslizes não apenas em função da mendicidade, mas, principalmente, da corrupção dos costumes.

Com o objetivo de proteger a família, começou a circular críticas ao Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890, quanto à legitimação contrária à completa dissolução do vínculo conjugal. Alguns juristas referiam que não era apenas o adultério o responsável pela separação e desmoralização das famílias, pois que se deveria levar em conta a questão da injúria, o atentado à vida, o desprezo frio e cruel do abandono, não havendo a possibilidade de manter unidos mulheres e homens que estavam separados de fato. Acreditavam que a manutenção da indissolubilidade do casamento até a morte de um dos cônjuges era como manter um corpo vivo ligado a um cadáver, além de favorecer a mancebia, os amores ilícitos e os filhos adúlteros, sendo importante o reconhecimento da legitimidade do divórcio. Ao defender o divórcio, expressavam que ele poderia pôr fim à ambiguidade na indissolubilidade do casamento, pois homens e mulheres eram empurrados a praticar o amor livre e a estimular uniões clandestinas contrárias à moral

social, além de gerarem filhos adulterinos desprezados pela sociedade, os quais somente poderiam ser registrados como prole de pais incógnitos.

Entretanto, Bevilaqua (1978, p. 220) acredita que a legitimação do divórcio favoreceria a poligamia ou a poliandria, mas seus opositores defendiam que a simples presença da separação de corpos já abria caminho à mancebia e à prostituição, dizendo ser impossível fazer com que dois seres vinculem o restante de sua vida a um juramento impossível de castidade, pois não souberam guardar as exigências da monogamia.

O Código Civil de 1916, por meio do art. 233, reza que o marido era o chefe da sociedade conjugal, sendo visível a aceitação e a preponderância do homem sobre a mulher, em nome da comunhão familiar. Desse modo, acreditava-se que, se todos os membros de uma mesma associação, como, por exemplo, a família, tivessem o mesmo poder de ordenar e dirigir, seria alimentada a anarquia, ou seja, se marido e mulher governassem com a mesma igualdade de direitos, algumas ordens poderiam deixar de ser uniformes, levando a discórdia às famílias.

A legislação civil, inspirada no Direito Canônico, enaltecia o princípio da Autoridade, que estava presente em todas as associações humanas, como condição precípua de sua vigência. Daí a autoridade personificada no homem, chefe e pai desde os tempos mais remotos e, sendo ele na família o único elemento com tal capacidade, cabia a direção da sociedade doméstica. Para o Direito, o chefe da família era o marido ou o pai, porque o homem (dotado de razão e de espírito de justiça) tinha a responsabilidade de protegê-la e de lhe elevar a honra e a dignidade. A ele a autoridade; e à mulher, o governo doméstico, a criação e a educação dos filhos. Os cônjuges deveriam viver da comunhão de ideias e sentimentos. O bem-estar da família, o sustento dessa, a manutenção do lar doméstico e a educação e criação da prole deveriam ficar a cargo do chefe da sociedade conjugal. Entretanto, a legislação civil, ainda inspirada no Direito Canônico, continuou não aceitando as crianças nascidas fora do legítimo casamento, bem como a mulher que concebesse com quem não era seu marido. Não havendo divórcio no Brasil, todas as relações amorosas e afetivas dos desquitados eram dadas como ilícitas, bem como as uniões que ficavam à margem da lei geraram uma série de questionamentos por parte da jurisprudência.

Relações conjugais e familiares *de e com* italianos (as) no Brasil

Alguns dos processos que foram julgados pelo Supremo Tribunal Federal dizem respeito à solicitação de anulação e de nulidade de casamento, como, por exemplo, em 1936, Eugenia Cosenza solicitou que fosse citado o italiano Alfredo Chimenti, que se encontrava em lugar incerto, para proceder à nulidade de casamento. Ela destacou que estava desligada do réu desde setembro de 1934, por meio de decretação de desquite

litigioso, mas agora pretendia anular o casamento por erro essencial sobre a pessoa que havia sido realizado, em 11 de agosto de 1928. Casamento que ela consentira devido à “ignorância de ser o nubente autor de atos desonestos cuja prática reincidira no decurso da vida de casado”. (Revista Jurídica, 1928). Outro pedido de anulação de casamento foi solicitado por Amneris Cardilli de Piro, que disse ser brasileira e que era casada com o italiano Antonio de Piro. Em 19 de julho 1938, ela informou que do casamento havia nascido um filho, bem como apresentou três pressupostos para obtenção da anulação do mesmo, quando disse haver (a) erro sobre a identidade do cônjuge, pois não possuía conhecimento que o marido era italiano; (b) erro sobre a profissão exercida, pois apesar de afirmar o contrário ele não era dono nem sócio de uma estamperia; e (c) o vício do jogo desde antes do casamento, fato que atingia a sua fama e honra. Entretanto, o juiz julgou improcedente a ação após a análise das alegações que foram apresentadas quando destacou que não existia erro sobre a identidade, até porque há “qualquer tempo um italiano poderia fazer-se brasileiro”. Lembrava que não poderia permitir “confundir-se nacionalidade com raça, o mesmo deveria ser aplicado à questão de fortuna e de religião”. E quanto a inverdade de ser ele dono e sócio de uma estamperia, o juiz revelou que não era motivo para ser considerado como sendo um erro sobre a pessoa, pois considerava “ser um defeito que poderia desaparecer com a idade e melhor encaminhamento” e, frente ao vício de jogatina, afirmou que o italiano era sim um jogador e, provavelmente, “era a causa da infelicidade daquele lar”. (REVISTA JURÍDICA, 1939). Em 1938, o Supremo Tribunal Federal não aceitou o pedido de anulação de casamento de homem brasileiro casado com mulher italiana. O marido, apoiado nos arts. 218 e 219 do Código Civil de 1916, solicitou a anulação do casamento por erro essencial quanto à identidade de sua mulher. Afirmou que, após ter conhecimento sobre a identidade de sua mulher, a vida em comum tornou-se insuportável dizendo que, além de descobrir “que sua esposa era italiana”, apesar dela afirmar ter nascido em Cruz Alta, RS, também havia sido “casada três vezes, na Itália”. O juiz considerou que quem “casava com italiana crendo ser brasileira não poderia ser considerado erro sobre a identidade da pessoa”, pois os artigos do referido Código Civil versavam sobre a qualidade da pessoa. (REVISTA JURÍDICA, 1938).

Em 1942, a italiana Carolina Caputi Passalacqua (REVISTA JURÍDICA, 1946) moveu ação de nulidade de casamento contra seu marido Rafael Passalacqua, que era brasileiro, alegando ter sido coagida pelo pai. O juiz da primeira Vara de Família aplicou a lei italiana determinando a nulidade do casamento, que havia sido realizado na Itália, em 1937. Entretanto, o marido recorreu da decisão por considerar a lei de nacionalidade prescrita em função do Decreto 4.657, de 4 de agosto de 1942, que modificou a Lei de Introdução de 1891, ao aplicar o estatuto domiciliar, no caso o

brasileiro e/ou do domicílio do casal. Segundo o art. 7 do referido decreto, a lei do país em que fosse domiciliada a pessoa determinava as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. E, segundo o art. 2, a ação do cônjuge coato para anulação de casamento prescrevia em dois anos, a partir da data de sua celebração. Desse modo, em janeiro de 1945, o marido conseguiu anular a sentença mantendo a validade do matrimônio.

Em 1921, os menores Julietta, Yolanda, Hélio e Duillio (REVISTA JURÍDICA, 1935), assistidos pela sua mãe, Ernestina Aldini, propuseram uma ação contra Fernando Grippi, herdeiro de José Grippi, quando disseram ser filhos e herdeiros do de cujos, pedindo a condenação do réu a restituir o acervo hereditário. Os menores alegaram que, em 20 de abril de 1921, faleceu na cidade de Juiz de Fora, José Grippi, que era solteiro e com testamento, sendo o réu nomeado como herdeiro universal. No entanto, os autores diziam ser os verdadeiros herdeiros na qualidade de filhos naturais, quando afirmaram que (a) sempre foram tidos e tratados por José Grippi e, a ninguém ele ocultava a sua qualidade de pai, usando eles abertamente o nome de família; (b) José Grippi havia vivido há mais de 25 anos maritalmente, sob o mesmo teto, com a viúva Ernestina Aldini sua concubina, teúda e manteúda, sendo os autores nascidos durante este exclusivo concubinato; (c) José Grippi falecera em companhia de Ernestina e na de seus filhos, para os quais sempre revelou extrema ternura, tendo-lhes dado educação aprimorada; (d) quando de sua viagem à Europa, em 1914, ele fez testamento instituindo o réu seu herdeiro universal; (e) posteriormente, porém depois de haver regressado, pretendia casar-se com a sua concubina, tanto que mandara buscar, em Manaus, a certidão de óbito do primeiro marido de sua mãe, não logrando porém realizar o consórcio por ter sido surpreendido por morte repentina; e (f) José Grippi, depois de sua estadia na Europa e ter feito o seu testamento, reconheceu os autores expressamente como sendo seus filhos, por meio de ato autêntico, não havendo nenhuma dúvida sobre a referida paternidade.

Nesse sentido, os menores solicitaram o seu reconhecimento como filhos de José Grippi, bem como herdeiros universais e o réu condenado a lhes entregar a herança com os rendimentos sonogados e juros.

Entretanto o réu, em sua contestação, declarou que a ação era uma questão de DIP, pois havia dúvidas de qual lei deveria ser aplicada no caso em questão, ou seja, se era a do Brasil ou a italiana, na avaliação do processo de investigação de paternidade promovida por brasileiros que se diziam descendentes de italiano. Segundo o réu, deveria ser aplicado o direito italiano, pois, em processo de investigação de paternidade, ele somente admitia em casos de raptos e/ou estupro, quando contemporâneo à

concepção, bem como revelou que os papéis apresentados pelos menores, como prova de reconhecimento, não eram autênticos segundo a doutrina dos praxistas italianos.

O Supremo Tribunal Federal brasileiro deu parecer favorável ao reconhecimento dos filhos naturais de José Grippi, levando em consideração que os autores da ação eram brasileiros e o referido pai italiano, que não aceitou a grande naturalização, conforme declaração que efetuara perante o cônsul italiano, segundo o Decreto 396, de 16 de maio de 1890. A tese analisada dizia respeito ao fato de não coincidir, nos processos de investigação de paternidade, a nacionalidade do autor ou dos autores, e a do seu pretendido pai qual deveria ser a lei reguladora? A lei da nacionalidade do pai, a italiana? A de nacionalidade dos filhos, a brasileira? Ou ambas conjuntamente, cada uma na sua esfera de ação?

Desse modo, em 25 de setembro de 1924, o juiz reconheceu a paternidade dos menores levando em consideração o art. 8 da Lei de Introdução, que dizia que a lei nacional da pessoa determina a capacidade civil, o direito de família, as relações dos cônjuges e o regime de bens no casamento, sendo lícita quanto a este a opção pela lei brasileira. Sendo um caso de processo de reconhecimento forçado de paternidade, foi considerado também o art. 363 do Código Civil de 1916, que constituía prova legítima de paternidade o concubinato, no tempo da concepção e/ou desta com o rapto da mesma e/ou de relações sexuais e/ou da existência de escrito do pai reconhecendo expressamente a paternidade. A sentença também concluiu que os filhos não eram adulterinos, pois a mãe, quando viveu em concubinato com José Grippi, já era viúva de seu primeiro marido, que havia falecido, em Manaus.

Em 1924, em função do falecimento de Luiza Renald Canalini, o viúvo José Canalini (REVISTA JURÍDICA, 1939) declarou que eles haviam contraído matrimônio na Itália, sob o regime de separação de bens, e que a finada não possuía bens sendo dele todos os existentes. A filha, Annita Canalini, no papel de herdeira, protestou sustentando que seus pais casaram em estado de pobreza, tendo adquirido bens em comum, bem como acreditava que sua falecida mãe era proprietária da metade dos bens existentes. Além disso, revelou que os cônjuges, tendo filhos e bens de raiz adquiridos no Brasil, além de adotarem a nacionalidade brasileira, estavam sujeitos à lei do novo país. O juiz, sem ter fundamentos de como proceder, mandou arquivar o inventário. Porém, o herdeiro Gino Canalini, após 13 anos, tomando conhecimento do caso, abriu novo processo apelando da decisão, ao sustentar a mesma tese defendida por sua irmã. Novamente, a decisão foi de aplicar a lei italiana, repelindo a alegação de terem os cônjuges se tornado brasileiros, circunstância que não alteraria o regime de bens, bem como de que o casamento efetuado, sob o regime de separação, segundo a lei pessoal dos cônjuges, não tinha nenhuma influência após terem mudado de nacionalidade.

Segundo a sentença, os bens eram do marido, mesmo quando a mulher provasse que foram adquiridos na constância do matrimônio com trabalho e esforço de ambos.

Porém, o herdeiro Gino recorreu da decisão ao Supremo Tribunal Federal dizendo haver diversidade de lei, quando foi julgada a tese relacionada aos cônjuges que mudassem de nacionalidade, e que poderia tal mudança influir também na modificação do regime de bens do casal. Na discussão, para alguns deveria ser aplicada a lei italiana que estabelecia o regime de separação, pois o casamento havia sido realizado antes da decretação do Código Civil de 1916, quando ainda havia divergência sobre o assunto. Outros defenderam que, sendo eles brasileiros e/ou italianos, ao adquirirem bens em solo brasileiro por meio do trabalho e da economia de ambos, não haveria razão para que tais propriedades ficassem pertencendo exclusivamente ao marido, pois não era de se presumir que somente o marido ganhasse dinheiro e pudesse ele adquirir bens. Ao avaliarem a situação das famílias de estrangeiros afirmaram:

Nas famílias pobres, a mulher trabalha e aufere recursos pecuniários, havendo casais em que só ela sustenta a família. Há costureiras, professoras, donas de casa de pensão, que trabalham noite e dia enquanto o marido se limita a procurar emprego. Mesmo nos casos em que o marido seja operário e a mulher fique em casa, é ela quem faz a comida, cose, e lava a roupa, guarda os bens do casal e muitas vezes é até quem aplica as economias. O homem não pode ter a parte do leão. Ora, os bens resultantes desse esforço comum são bens comuns. E não podendo estabelecer a porcentagem que neles deva ter cada um dos cônjuges entende-se que a cada um cabe à metade.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela regra, segundo o art. 1.376 do Código Civil, de 1916, que estabelecia, no silêncio do contrato, que devem presumir iguais, entre si, as entradas. Assim, reconheceu, em 30 de maio de 1939, a falecida esposa como sendo meeira dos bens adquiridos na constância do matrimônio, como resultado do trabalho e da economia em comum, bem como anulou as decisões anteriores quando consideraram que, no regime de separação, os bens adquiridos pertenciam ao cônjuge que possuía os títulos da aquisição em seu nome, ao afirmarem “É regra quem ponha dinheiro é o marido, por conseguinte os bens que não estão expressamente em nome da mulher, pertencem ao marido.”

À guisa de conclusão

Nesse sentido, podemos observar que os temas *Direito de Família e o conflito de leis pessoais decorrente de relações amorosas e afetivas* de e com estrangeiros além de serem pouco abordados pela historiografia brasileira abrem espaço para a complexidade das relações conjugais e familiares. Inicialmente, os processos apontam a presença de

grupos de diversas nacionalidades que, como estrangeiros e/ou naturalizados promoveram, por meio de relações amorosas e afetivas, posicionamentos do Estado via organização jurídica e social, bem como dos cristianizados sentimentos de família. A família, sendo considerada a unidade moral e jurídica da sociedade, não poderiam e não deveriam os juízes brasileiros, na presença de conflitos de leis pessoais, aplicar *Direitos estrangeiros* quando estes viessem a se opor ao Código Civil, que dispunha que leis, atos, sentenças de outros países, bem como disposições e convenções particulares, não teriam eficácia, quando ofendessem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

Referências

BEVILAQUA, Clóvis. *Princípios de Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1978. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235073968174218181901.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BEVILAQUA, Clóvis. *Direito da família*. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

CARVALHO, Souza. Direito internacional privado. *Revista de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 29, 1933. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/64701/67322>>. Acesso em: 3 maio 2015.

EWALD, François. *Foucault: a norma e o Direito*. Lisboa: Comunicação&Linguagens, 1993.

FOUCAULT, Michael. *Estratégias de poder: obras essenciais*. Barcelona: Paidós, 1994.

FRANCISCO, Julio Bittencourt; LAMARÃO, Sérgio. Política imigratória e expulsão de estrangeiros: sírios e libaneses no Brasil no início do século XX. *Historia 2.0 Conocimiento Histórico en clave digital*. Bucaramanga. ano III, n. 6, Jul./Dic. 2013. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/tittle/politica-imigratoria-expuls%C3%A3o-estrangeiros-sirios-libaneses-brasil-inicio-do-seculo/id/59294187.html>. Acesso em: 4 maio 2015.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tania R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-139.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

HESPANHA, António M. Categorias: uma reflexão sobre a prática de classificar. *Análise Social*, Lisboa, v. 38, n. 168, p. 823-840, 2003. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791402J5rXO3fg3Hg98TM7.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2015.

HESPANHA, António Manuel. A senda amorosa do direito: amor e Iustitia no discurso jurídico moderno. In: PETIT, Carlos (Org.). *Paixões do jurista: amor, melancolia, imaginação*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 25-80.

MENDES, José. Definição do direito internacional privado. *Revista de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, v. 19, 1911. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/65131/67742>>. Acesso em: 2 maio 2015.

RAGO, Luiza Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REVISTA JURÍDICA, Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, set. 1909.

REVISTA JURÍDICA, Rio de Janeiro, v. 12, n.1, out./dez. 1929.

REVISTA JURÍDICA, Rio de Janeiro, v. 49, n.1, jan./mar. 1939.

REVISTA JURÍDICA, Rio de Janeiro, v. 48, n.1, out./dez. 1938.

REVISTA JURÍDICA, Rio de Janeiro, v. 77, n.1, jan./mar. 1946.

REVISTA JURÍDICA, Rio de Janeiro, v. 33, n.1, jan./mar. 1935.

REVISTA JURÍDICA, Rio de Janeiro, v. 51, n.1, jun./set. 1939.

Maria Scavuzzo e a Alfaiataria Nicoletta: uma história de empreendedorismo na capital gaúcha

Egiselda Brum Charão

Mestranda no Programa de Pós-Graduação da PUCRS

A partir do final do século XIX, houve um crescimento urbano acelerado que, entre outros, teve, como fatores impulsionadores, a presença de imigrados de várias partes do mundo. Estes se inseriram no mercado de trabalho em fase de ascensão, em atividades que adquiriam novas conformações e definiam o surgimento de muitas profissões, ocupando espaços vazios existentes ou emergentes no novo cenário. Com base nesta constatação, o presente trabalho tenciona provocar discussões e reflexões sobre uma forma específica de inserção das mulheres, no mundo do trabalho constituída pelo empreendedorismo no espaço da cidade de Porto Alegre, no Pós-Segunda Guerra Mundial.

Levando em conta que o empreendedor é alguém que identifica a oportunidade e cria algo inovador, numa condição de incerteza, tendo como resultantes, no processo, uma nova maneira de realizar um trabalho. Empregou-se na tarefa a metodologia da história oral e, tomando como ponto de partida o depoimento da imigrante italiana Maria Scavuzzo, no qual ela relata sua história de vida, coletado em 2004. O referido depoimento,¹ aliado à coleta de dados em arquivos materiais e virtuais, que revelam aspectos esquecidos, na bibliografia que trata sobre imigração e trabalho em Porto Alegre.

Maria nasceu em 21 de abril de 1933, em Adranno Província de Catânia, na Sicília, filha de Fallica Francesca e Giuseppe Scavuzzo, sapateiro. “A minha Itália passava por um momento de carestia onde os produtos da campanha tinham pouco valor em virtude da industrialização e do surgimento das fábricas”. (SCAVUZZO, 2004, p. 3) Depois da Segunda Guerra Mundial, a situação piorou, meu pai se viu sem trabalho e com cinco filhos para criar; estava com dificuldades financeiras, sem ter dinheiro para colocar pão na mesa.

¹ Depoimento depositado no Laboratório de História Oral do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Lapho).



Maria Scavuzzo – Primeira Viagem à Itália – 1958
Fonte: Acervo Lapho.

O tempo da guerra é horrível. Como era uma zona agrícola, começaram a plantar um tipo de trigo que o pão ficava preto e que por conter fibras servia para matar a fome, mas a mãe não nos dava do pão preto,² ela dizia: – Não meus filhos não podem comer isto aí! Ela comia aquele preto que era duro e não tinha muito gosto e o pão bom ela dava para nós. O tempo da guerra é horrível! Os alemães chegaram a ocupar alguns lugares, como a área onde morava a minha avó, um lugarzinho bem pequenino e tinha um posto alemão. (SCAVUZZO, 2004, p. 21).

Então, em meio a essa dificuldade de sobrevivência, surgiu a ideia de virem para o Brasil, quando, em 1948, o Sr. Papalardo, que era músico e tinha uma fábrica de massas denominada Papalardo, no Bairro Partenon, em Porto Alegre, foi passear na Itália e fez uma visita ao pai de Maria, já que eram amigos de infância. (SCAVUZZO, 2004, p. 4).



Família Scavuzzo – 1950
Fonte: Acervo do Lapho.³

² Como as sementes eram distribuídas pelo governo, deduz-se que a distribuição da mesma estivesse dentro de um projeto de combate à escassez e à fome como o que ocorreu em São Paulo, com o lançamento do Pão de Guerra pelo governo federal. (CYTRYNOWISZ, 2007, p. 54-55). O pão mais escuro não foi bem aceito nem no Brasil nem na Itália, porque a população já havia internalizado o pão branco como um ideal matutino. O que demonstra que a resistência ao pão de guerra não era um fenômeno local do Brasil, mas aconteceu também na Itália.

³ Roberto (cirurgião), Pedro (alfaiate), Maria (empresária), Angelo (desenhista publicitário e artista plástico), Giuseppe (pai-sapateiro), Fallica Francesca (do lar), Adelina (aposentada).

Ao perceber a dificuldade que a família do amigo enfrentava, convidou-o para vir para o Brasil, sugerindo que aqui teriam um futuro maravilhoso. Como Giuseppe não tinha recursos, o amigo enviou dinheiro através de vale postal para custear a viagem. Maria lembra que, naquela época, para vir ao Brasil, era necessário: “Pagar a passagem, certidão de trabalho, pessoa que se responsabilizasse pela permanência no Brasil; e um atestado da igreja dizendo que o imigrante era católico e não era comunista.” (SCAVUZZO, 2004, p. 5). As palavras de Maria endossam a afirmação de Trento (1989, p. 410), ao dizer que quem queria deixar o país devia apresentar ou um contrato de trabalho já assinado ou o “ato de chamada”, devidamente visado pelo consulado, pelo qual os parentes residentes se comprometiam a sustentar eventualmente o imigrante, durante os primeiros tempos.

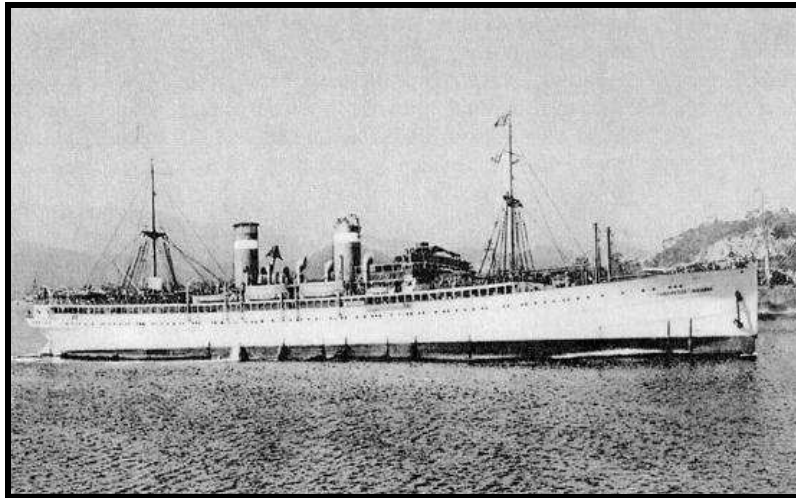
No início o pai trabalhava com o Sr. Papalardo na fábrica de massas. Então surgiu o boato de uma nova guerra e, como na última guerra ele tinha perdido dois irmãos, teve medo que o filho Pedro fosse convocado e mandou buscá-lo em fevereiro de 1950. Chegando em Porto Alegre, Pedro começou a trabalhar como alfaiate nas Lojas Renner, no setor de montagem. Comandava uma equipe de 25 mulheres, que produziam em torno de 500 peças por dia.



Fábrica Renner Sessão de montagem

Fonte: Axt, Bueno (2013, p. 133).

Depois de alguns meses, Pedro procurou o dono da loja, o Sr. Jacó, e solicitou empréstimo para trazer para o Brasil a mãe, os quatro irmãos, Maria, Adelina, Roberto e o Ângelo, que haviam ficado na Itália. Em dezembro de 1950, a família embarcou no navio San Giorgio (ex-Princesa Giovanna); Maria recorda que “a viagem foi um horror, um horror! Estava todo cheio de gente, em torno de oitocentas pessoas. Tinha um cheiro forte de comida. Não se podia passar perto da cozinha, porque a refrigeração dos alimentos era péssima e tinha um cheiro horrível”. (SCAVUZZO, 2004, p. 6).



Navio San Giorgio (ex-Principessa Giovanna)

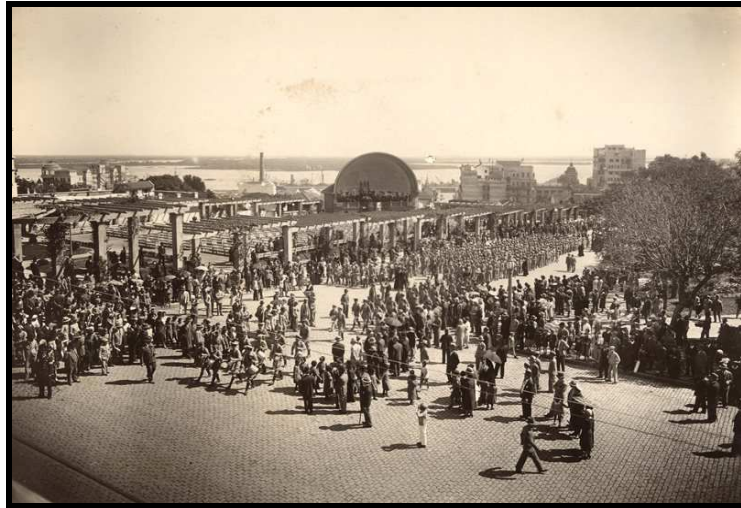
Fonte: <<http://www.novomilenio.inf.br/rossini/pgiovann.htm>>.

Entretanto, a chegada em Porto Alegre compensou a viagem, pois, segundo suas palavras, a cidade era maravilhosa. Foram morar em uma casa de madeira no Partenon; no começo estranharam, pois, apesar das dificuldades, eles moravam em casa de material. As lembranças de Maria se avivam quando ela recorda as atividades sociais. Quando chegava o domingo, seu pai arrumava os filhos com os sapatos bem pintados e iam à Praça da Matriz, que tinha música no Auditório Araújo Vianna. Lembra claramente desse momento: “Meu pai nos sentava naqueles bancos de pedra, e nós escutávamos, tinha o maestro Angelo Merollilo,⁴ que foi um grande mestre.” (SCAVUZZO, 2004, p. 12).

O auditório ficava na esquina da rua Duque de Caxias com a Praça da Matriz (Marechal Deodoro), terreno hoje ocupado pelo Palácio Farroupilha, sede da Assembleia Legislativa. Projetado pelo italiano Armando Boni, foi implantado exatamente naquela esquina e inaugurado em 1927. No início dos anos de 1960, ele desapareceu para dar lugar ao edifício da Assembleia. Foi demolido e transferido para o novo prédio, inaugurado em 1964, no Parque Farroupilha. Além dos espetáculos musicais da banda, Maria recorda dos bailes da Sociedade Italiana Principessa Elena di

⁴ Professor Maestro Angelo Merollilo, imigrou para o Brasil em 1926, vindo de Reggio Calábria, Itália, com a esposa Maria e as filhas Anna e Esterina radicando-se e trabalhando em Porto Alegre como maestro. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/obituario/esterina-merolillo-vontobel-14583.html>>.

Montenegro,⁵ que se localizava no Bairro Bom Fim. Lembra também que faziam piqueniques⁶ nos arredores de São Leopoldo, Novo Hamburgo e na praia.



Auditório Araújo Vianna – 1927 a 1960

Foto: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman
<<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/?topo=13,1,1,,13>>.

Após alguns anos trabalhando na Renner, Pedro juntou algumas economias e comprou um apartamento num conjunto residencial para a família. Naquele período, estavam abrindo novas avenidas que ligariam os bairros ao centro, surgiram os primeiros conjuntos residenciais, eram apartamentos destinados aos trabalhadores da indústria. O Conjunto Habitacional do Passo d’Areia, também conhecido como Vila dos Industriários – hoje informalmente chamado de IAPI,⁷ em alusão ao antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. Construído entre 1946 e 1952, destinava-se aos trabalhadores da indústria e foi considerado um dos projetos mais modernos da época.

⁵ Fundada em 1893 era no Bairro Bonfim, com o nome inicial de “Bella Aurora”, a sociedade que tomou o nome definitivo de “Princesa Elena Di Montenegro” em 1896, em homenagem às núpcias da futura rainha da Itália mais tarde foi transformada em Centro Ítalo-Brasileiro e, em 1961, adquiriu a denominação que possui até os dias atuais: Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://sociedadeitaliana-rs.com.br/admin/documento/arquivos/SIRGS-Uma%20Historia%20Secular1.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

⁶ Passeios ao ar livre, nos quais as pessoas levam alimentos para serem desfrutados por todos.

⁷ Disponível em: <<http://trinity.ritterdosreis.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=ph18/003.xis&cipar=ph18.cip&bool=exp&opc=decorado&exp=I-API&code=&lang>>. Acesso em: 20 maio 2015.



Vila IAPI

Fonte: <<http://www.facebook.com/pages/Nossa-Porto-Alegre/218265241634401>>.

No mesmo ano em que mudaram para a Vila Iapi, Maria decidiu ir trabalhar e resolveu procurar emprego nos classificados do jornal *Correio do Povo*. Conseguiu colocação na Alfaiataria Adriática, que tinha sua loja e oficinas instaladas na Rua José Montauri. Maria recorda que a alfaiataria pertencia a um senhor *português* e que a matriz estava localizada no Rio de Janeiro. A filial de Porto Alegre tinha oficinas cheias de tecidos, onde confeccionavam uniformes para os trabalhadores da empresa Carris⁸ e para os trabalhadores da Varig.⁹



Alfaiataria Adriática

Fonte: *Jornal A Noite*, 19 jan. 1941, p. 18.¹⁰

⁸ Companhia de transporte coletivo autorizada para funcionar em Porto Alegre no dia 19 de junho de 1872, pelo Decreto 4.985 assinado por Dom Pedro II que, inicialmente, se denominava Carris de Ferro Porto-Alegrense. Informação disponível em: <http://www.carris.com.br/default.php?reg=1&p_secao=61>. Acesso em: 22 maio 2014.

⁹ Primeira companhia aérea do Brasil, fundada em 7 de maio de 1927, na cidade de Porto Alegre, sob o nome de Viação Aérea Rio Grandense, pelo alemão Otto Ernst Meyer.

¹⁰ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=7340&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>.

Ela conta que anunciaram que estavam precisando de uma menina, então se apresentou, não sabia falar nada em português, mas tinha um senhor, chamado Roberto que falava. Ela explicou porque tinha ido e ele disse que ela estava empregada. (SCAVUZZO, 2004, p. 13). O pai relutou em permitir, pois iria trabalhar no meio de muitos homens, por fim aceitou, “mas me levava e buscava na porta do trabalho”.

Daí eu comecei a trabalhar. Foi meu primeiro e o último emprego. Eu trabalhei lá, me ensinaram como se pega a tesoura e outras coisas. Trabalhei quase dez anos. Juntava todo o dinheirinho que podia porque eu queria ir para a Itália. Sempre fui fanática para voltar à minha terra. (SCAVUZZO, 2004, p. 14).

Decidida a ir para a Itália, Maria pediu licença de três meses na empresa, a empresa não concedeu, e ela pediu as contas. Recebeu a indenização, sendo inclusive premiada pelo bom desempenho durante aquele período. Maria viajou para a Itália acompanhada do irmão Ângelo e sobre seu retorno a terra natal lembra:

Chegando à Itália, fiquei deslumbrada com a minha cidade, aquelas lojas, os jovens em turma andando de automóvel Fiat. [...] Eu fiquei espantada... Meu Deus a América é aqui, porque a Itália começou a se desenvolver e eu tinha uma prima que tinha uma loja. Todas as tardes eu ia lá via o pessoal arrumando a loja, então, quando voltei falei para o meu pai que não queria mais trabalhar para os outros eu quero abrir uma loja. (SCAVUZZO, 2004, p.15).

Maria voltara para o Porto Alegre com um sonho formulado mentalmente, o de abrir um próprio negócio, o que em síntese caracteriza seu espírito empreendedor.¹¹ Várias são as definições para empreendedor, dentre as quais se destacam as de Dolabela e Chiavenato:

Dolabela propõe o conceito de que “é empreendedor, em qualquer área, alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade”. (DOLABELA, 2003, p. 38). [...] Chiavenato (2006, p. 3) define o empreendedor como “a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente”. (CHIAVENATO, 2006 apud CERIZA; VILPOUX, 2006, p. 5).

¹¹ Segundo Bom Angelo (2003, p. 24-25), o termo *entrepreneur* é antigo. A raiz da palavra tem mais de 800 anos. Trata-se do verbo francês *entreprendre*, que significa fazer algo ou empreender. Etimologicamente: entre + prendre, Entre (do latim inter) designa espaço de um lugar a outro, ação mútua, reciprocidade e iteração. Prendre (do latimprehendere) significa tomar posse, utilizar, empregar, tomar uma atitude.

Partindo desse princípio, entende-se que a maioria das empresas inicia com ideias, o empenho e o investimento de indivíduos empreendedores e seus parentes. Mesmo sem dinheiro escolheu uma loja na Cristóvão Colombo, que estava fechada há vários anos; ganhou uns móveis e balcão usados de alguns patrícios que tinham loja. Como estava sem dinheiro, Maria chamou seu irmão Pedro, ele saiu da Renner e ajudou com o capital, entrando como sócio. E ela vendeu uma corrente e uma pulseira e uma pulseira de ouro. Juntado o capital, Maria foi nos atacados da Voluntários da Pátria e comprou um sortimento de tecidos. (SCAVUZZO, 2004, p.15-16).

A mãe emprestou uma máquina que ela colocou atrás do balcão e começou a pegar encomenda. No início, quando surgiram as calças femininas, Maria confeccionava *pantalonas*¹² sob medida e sob encomenda. Maria foi à Itália e trouxe de lá as modelagens e começou a produção personalizada para as mulheres da elite porto-alegrense. Como ela tinha conhecimento da moda européia, também se encarregava de fazer as roupas para a temporada de veraneio destas mesmas mulheres. Pedro, por seu lado, confeccionava *casquinhas para bebês*.¹³ Para estes, eram utilizadas as sobras de retalhos da Alfaiataria Adriática e das Pernambucanas. Pedro desenvolveu modelos especiais de inverno, que trouxeram da Itália, mais confortáveis e com abertura nas costas, de modo a proteger melhor as crianças contra o frio. Maria lembra que, na época, não tinha loja de moda infantil nem loja especializada no mercado de roupas para crianças, em Porto Alegre.

Uma patricia, amiga de infância que residia em São Paulo, veio visitar Maria, sugeriu que ela juntasse algum dinheiro e fosse comprar mercadorias em São Paulo. Maria seguiu o conselho da amiga e, na primeira semana, já tinha recuperado o dinheiro investido. Lembra que, na época, chegaram ao Brasil as calças *Lee*¹⁴ introduzidas no mercado pelos americanos. As calças não tinham modelagem, e os clientes queriam que fossem ajustadas, permanecendo com a costura original, o que não era possível com a máquina doméstica, já que o brim americano era muito grosso.

¹² Modelo de calça feminina muito usada entre a década de 60 e 70. Extremamente elegante e ideal para mulheres sofisticadas e de estatura alta.

¹³ Na década de 1960, iniciou-se o processo de descobrimento de tendências, através do meio social, alterando o caminho da moda infantil; nesse processo as crianças da década de 60 foram beneficiadas com novos tecidos utilizados no seu vestuário, tornando as roupas infantis mais confortáveis. (KERN; SHEMES; ARAÚJO, 2010, p. 399-427).

¹⁴ No início dos anos 50, com o crescimento do mercado de *jeans*, a empresa inaugurou, em 1954, a divisão internacional para cuidar das vendas de seus produtos para outros países. Era o início do processo de internacionalização da marca LEE. Foi também nesta década que a LEE deu seus primeiros passos no segmento de roupas casuais com o lançamento de uma linha esportiva de calças e camisetas. Durante a década de 60 a empresa se expandiu para 51 países; inaugurou sua primeira fábrica no Exterior, localizada na cidade belga de Waas, em 1954; abriram inúmeras outras fábricas pelos Estados Unidos; e, em 1969 foi adquirida pela *VF Corporation*. A nova proprietária modernizou as unidades fabris e expandiu a marca LEE para outros mercados internacionais. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/07/lee-brand-that-fits.html>>.

O Brasil, nessa época, importava não só ciência, arte e tecnologia, mas o estilo de vida exportado pela América, que foi se moldando àqueles padrões, a fim de consumir e produzir, o que lhes era mais favorável. Houve uma introdução massiva e maciça de elementos culturais norte-americanos, tanto materiais quanto imateriais; no dia a dia de quase todos nós, transformando-nos em milhões de brasileiros americanizados. Tratava-se de uma penetração cultural planejada e elaborada de forma pacífica, da cultura norte-americana, que possibilitou uma série de mudanças e inovações na sociedade. (ALVES, 1988, p. 21.)

Em uma das idas à Itália, comprou uma máquina industrial para costurar calças Lee. Dessa forma, chegavam a consertar 100 a duzentas calças por dia. Não havia folga nem nos finais de semana. (SCAVUZZO, 2004, p. 17). Essas atitudes demonstram que

o empreendedorismo de Maria se caracteriza por sua capacidade de identificar uma oportunidade e criar algo inovador sob condições de incertezas, assumindo os riscos aí envolvidos. Persistência e visão do futuro envolvem o processo de empreender que tem como resultantes uma nova maneira de realizar um trabalho – um novo produto, serviço ou atividade. (JONATAN; SILVA, 2007, p. 77).

Maria não temia correr riscos; efetuou a compra da máquina num período em que a Itália e o Brasil firmaram um novo acordo, no qual o governo brasileiro estabelecia câmbios para remessas dos imigrantes ao Exterior e concedia isenção de taxas alfandegárias para ferramentas. Em contrapartida, o governo italiano autorizava a exportação de bens de imigrantes, como instrumentos de trabalho e máquinas operatrizes, tanto para artesãos como para artífices de profissão qualificada: bicicleta, motocicleta, motoneta, máquina de costura e máquina de malharia e toda espécie de máquinas agrícolas. (ACORDO, 1960, p. 10). Maria recorda que com o lucro da loja eles compravam um apartamento por ano em Porto Alegre e, depois de trabalharem durante trinta e três anos no mesmo endereço, fecharam as portas, mesmo o comércio estando no auge do movimento.

Eu me arrependi de ter fechado a loja, nela a gente tinha amigos, conversava, se inteirava das novidades e fazendo o que gostava ainda ganhava dinheiro. Nós não podíamos ir ao mercado que alguém gritava: “O Nicoletta”. Não éramos nada, não sabiam o nosso nome, chamavam a gente de Nicoletta, que era o nome da loja. (SCAVUZZO, 2004, p. 18).

Maria lembra ainda que escolheu o nome de Nicoletta para a loja em homenagem ao padroeiro da cidade onde nascera, que se chama São Nicola. Lá o santo é festejado dos dias 2 a 7 de agosto. É a festa dos adranitos, que nasceram em Adrano e nessa semana retornam para homenagear o santo. Maria também narra que, mesmo estando no Brasil, sempre manteve contato com a família que ficou na sua cidade. Tanto assim que,

além de ir para a Itália sistematicamente, mandava ajuda financeira para a tia, irmã de sua mãe, inclusive comprou uma casa próxima à dela. (SCAVUZZO, 2004, p. 19, 24)

Para a siciliana, os melhores momentos são os vividos na cidade onde nasceu, quando chegavam à sua terra os familiares falavam: *É ritornata la brasiliana*.¹⁵

Eu sou brasileira. Eu tenho orgulho de morar em Porto Alegre, o Brasil é minha segunda Pátria. Porém, quando eu chego lá, encontro calor humano. Sou reconhecida pelos patrícios, isso acontece quando eu vou passear na praça e sento num banco..., ou vou num café então vem um que diz: – “A sua conta já foi paga.” Mas como? Não conheço ninguém aqui; era um amigo do meu pai que tinha ido ao caixa e deixado a despesa paga. [...] Sentia que não haviam esquecido de mim, mesmo tendo ficado cinquenta anos fora da Itália. Quando vou às festas da sociedade em que meu pai era sócio, os antigos amigos dele me dão uma cadeira para sentar e ficar junto deles. É algo que toca muito. (SCAVUZZO, 2004, p. 2).

A fala de Maria sugere uma intersubjetividade¹⁶ existente no diálogo entre a pessoa e o meio, na compreensão e na aproximação de herança sociocultural. Desse modo, a percepção de Maria sobre ela mesma e seus espaços lembra que os imigrantes que vieram para o Brasil não negaram a sua pátria, sua língua ou sua identidade, a maioria deles, assim como Maria, veio em busca de condições de trabalho e sobrevivência, que era precária em sua terra natal. Assim, tanto a ligação de Maria com sua cidade natal quanto com a cidade de Porto Alegre tem a ver com o lugar de pertencimento, que se estrutura na relação do “eu” com o “outro”; o palco da nossa história, em que se encontram as coisas, os outros e a nós mesmos. (MOREIRA; HESPANHOL, 2011, p. 51).

Conclui-se assim que a narrativa de Maria é indiciária de processos históricos determinantes para a transformação e modernização urbana, que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, na cidade de Porto Alegre. Em sua terra vivenciou a experiência da guerra e suas conseqüências, como a carestia e os processos migratórios decorrentes da guerra, propiciados por acordos internacionais. Na capital gaúcha, ela viu as transformações de uma sociedade que se divertia ao som de bandas e orquestras com músicos italianos pelas salas fechadas dos cinemas com produções americanas.

Sua fala aponta para um aprimoramento tecnológico que começa com viagens transoceânicas entre Porto Alegre e Itália, aponta para o surgimento de empresas aéreas, como a Varig, que desponta no mercado brasileiro; ao mesmo tempo sinaliza para a melhoria da mobilidade urbana, com a implementação do transporte coletivo em Porto

¹⁵ A brasileira chegou.

¹⁶ A intersubjetividade sugere a situação herdada que circunda a vida diária. Pode também ser compreendida como um processo em movimento, pelo qual os indivíduos continuam a criar seus mundos sociais. (BUTTIMER, 1982, p. 182).

Alegre. Mudanças que foram propiciadas pelo intercâmbio com países desenvolvidos, que já configurava relações de comércio transnacionais. Os imigrantes encontram condições propícias para se inserirem nesse mercado com mão de obra especializada ou não, em espaços vazios, através do comércio e de serviços, como é o caso de Maria.

Percebe-se, através de Maria, que relações interétnicas ocorriam de forma harmoniosa nos espaços de lazer e nos espaços de trabalho; elas eram mais intensas e cooperativas e de ajuda mútua. Também se observa que as redes de relações não se configuravam apenas entre familiares, elas pressupunham relações de amizade e trabalho entre patrícios, já que vinham para trabalhar em empresas ou pequenos negócios que, em sua maioria, pertenciam a italianos que já estavam estabelecidos em Porto Alegre.

Através da história de Maria e da constituição do empreendimento Alfaiataria Nicoletta, é possível perceber mudanças no mercado da moda, que está em processo de mudança e expansão. O pai era sapateiro e o irmão alfaiate, os dois sofreram o impacto da industrialização em seus ofícios, tanto na Itália como em Porto Alegre. O pai se transformou em sapateiro, o que faz consertos, e o irmão, em chefe de sessão de montagem de roupas, numa linha de produção da fábrica Renner.

Neste trabalho constata-se que a mulher imigrante se insere no trabalho, estabelecendo-se com seu pequeno comércio em áreas urbanas. Para tanto, mobiliza relações familiares e de amizade motivada por um sonho, pelo contato com outros contextos sociais, nesse caso a recuperação econômica da Itália. A noção de empreendedor foi abordada apenas superficialmente; entretanto, durante a pesquisa outras fontes consultadas, como jornais, relatórios oficiais e outros depoimentos coletados apontaram para a atuação empreendedora de italianas imigrantes oriundas de outras partes da Itália. Desse modo, abriu-se a porta para uma linha de pesquisa ampla e de grande importância, que é a participação das imigrantes italianas no desenvolvimento urbano da cidade de Porto Alegre.

Referências

ACORDO DE IMIGRAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA DE NOVE DE DEZEMBRO DE 1960. Ministério das Relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n.726. Serviço de Publicações, [s/d].

ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte-americana*. São Paulo: Moderna, 1988.

AUDITÓRIO ARAÚJO VIANA (Local ocupado de 1927 ao início da década de 1960) Foto: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/?topo=13,1,1,,13>>. Acesso em: 22 maio 2014.

AXT, Gunter; BUENO, Eduardo. *A. J. Renner 1884-1966 capitão de indústrias*. Porto Alegre: Paiol, 2013.

BOM ANGELO, E. *Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BUTTNER, Anna. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio (Org.). *Perspectiva da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

CARRIS. Carris Companhia de Transporte Coletivo. Disponível em: <http://www.carris.com.br/default.php?reg=1&p_secao=61>. Acesso em: 22 maio 2014.

CERIZA, Andréia de Alcântara; VILPOUX, Olivier François. *Empreendedorismo e empreendedores: uma revisão bibliográfica*. XIII Simpósio de Engenharia de Produção. 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/520.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos: o capital humano das organizações*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CYTRYNOWISZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração, 2007.

JONATAN, Eva G.; SILVA, Taisa M. R. da. Empreendedorismo feminino: tecendo a trama das demandas conflitantes. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 77-84, jan./abr. 2007

JORNAL A Noite. *Alfaiataria Adriática*, 19 jan, 1941, p. 18 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=7340&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> . Acesso em: 13 jun. 2015

KERN, T. M.; SHEMES, C; ARAUJO, C. D. A moda infantil no século XX: representações imagéticas na revista globo (1929-1967). *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, n. 14, p. 399-427, 2010.

LEE Calças. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/07/lee-brand-that-fits.html>>. Acesso em: 12 jun. 2014

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. *Revista Formação*, v. 2, n.14, p. 48-60, 2011.

NAVIO SAN GIORGIO (Ex- Princesa Giovanna). Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/rossini/pgiovann.htm>>. Acesso em: 22 maio 2014.

SCAVUZZO, Maria. *[História de vida]*. Transcrição do depoimento oral. Porto Alegre. Acervo do Laboratório de Pesquisas em História Oral da PUCRS, 2004, Fls. 01-30.

_____. *[História de vida]*. Transcrição do depoimento oral. Complemento de informações e coleta de imagens. Porto Alegre. Acervo do Laboratório de Pesquisas em História Oral da PUCRS, 2014. Fls. 1-5.

_____. *Primeira viagem à Itália*. 1958. Disponível no acervo do Lapho no PPGH-PUCRS.

_____. *Foto da família – 1950 (IMAGEM)* Disponível no acervo do Lapho no PPGH-PUCRS.

SOCIEDADE Italiana Princesa Elena di Montenegro. Disponível em: <<http://sociedadeitaliana-rs.com.br/admin/documento/arquivos/SIRGS-Uma%20Historia%20Secular1.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel. Trad. de Mariarosaria Fabris (caps. 2 a 5) Luiz Eduardo de Lima Brandão (caps. 1, 6 e 7), 1989.

VILA IAPI. Disponível em: <<http://trinity.ritterdosreis.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl8/003.xis&cipar=phl8.cip&bool=exp&opc=decorado&exp=IAPI&code=&lang>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Fotografia. Disponível em: <<http://www.facebook.com/pages/Nossa-Porto-Alegre/218265241634401>> Acesso em: 22 abr. 2015.

Comércio italiano na fronteira gaúcha

Leonardo de Oliveira Conedera

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS

O presente texto pretende apresentar e analisar a presença de italianos e suas iniciativas comerciais nos municípios localizados na fronteira do Rio Grande do Sul. Ao longo do século XIX, inúmeros peninsulares radicaram-se no estado; no entanto, não somente as colônias e a capital receberam imigrantes. Os municípios fronteiriços também receberam um número considerável de italianos que estabeleceram neste espaço seus empreendimentos comerciais.

A partir da segunda metade do século XIX, centenas de italianos instalaram-se nos centros urbanos do Rio Grande do Sul. Especialmente, após 1870, com a crise econômica no Uruguai e na Argentina, transferiram-se para o Brasil. A maioria dos peninsulares que imigraram para as cidades gaúchas desenvolveram seus próprios empreendimentos como: lojas (de venda para o atacado e varejo), alfaiatarias, sapatarias, relojarias, funilarias, oficinas mecânicas, pastifícios, marmorarias, ateliers fotográficos, fábricas de pequeno e médio porte, dentre outros.

Então, visa-se contextualizar e analisar a imigração e a inserção dos italianos nos centros urbanos da fronteira gaúcha com os países do Prata, onde a presença peninsular registrava-se desde oitocentos.

Ainda existem diversos aspectos acerca do fenômeno imigratório que precisam ser mais investigados no Brasil. No Rio Grande do Sul, desde a década de 80 do século passado, inúmeras pesquisas analisaram a imigração italiana nas regiões de colonização do estado e em alguns centros urbanos, como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Todavia, raríssimos são os estudos a respeito dos municípios da Região Sul e aqueles fronteiriços. Então, o presente artigo visa tecer alguns aspectos acerca da presença peninsular nas cidades da fronteira.

Italianos nos centros urbanos do Rio Grande do Sul

A partir de 1875, inúmeros italianos começaram a desembarcar no Rio Grande do Sul. A maioria dos imigrantes encaminhava-se para os núcleos coloniais na região nordeste do estado. No entanto, a imigração peninsular não teve início na década de 70 do século XIX, Núncia Santoro de Constantino em sua tese, “O italiano da esquina”, identificou a presença precoce de 41 famílias provenientes da Península Itálica em 1850. A saber, vários imigrantes oriundos dos reinos e ducados, que passaram a formar o Reino italiano a partir de 1861, encontravam-se radicados nas cidades gaúchas.

A Revolução Farroupilha, entre os anos de 1835 e 1845, corroborou para o recrudescimento de italianos no Rio Grande do Sul. Do período colonial até 1820, registrava-se o trânsito de clérigos e militares¹ oriundos da Itália, que chegavam ao estado. Garibaldi e seus correligionários, como Rossetti, Zambecari, Carniglia, Cuneo, Matru, Nodola, Soderini, Torrigan e Valerini, foram personagens ativos na Revolução Farroupilha. (CONSTANTINO, 2000, p. 27).

De Boni e Costa enfatizam que, no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, ingressaram de 80 a 100 mil italianos que constituíam, assim, o maior contingente de estrangeiros a entrar. Nos centros urbanos, pode-se evidenciar, no quadro 1, a distribuição dos italianos no estado. (CONSTANTINO, 2008, p. 57).

Número de italianos em municípios do Rio Grande do Sul

Municípios	Número de italianos
Porto Alegre	6.000
Pelotas	5.000
Rio Grande	600
Bagé	1.000
Dom Pedrito	200
São Gabriel	100
Santana do Livramento	600
Uruguaiana	300
Alegrete	200
São Borja	300
Itaqui	300
Cruz Alta	250
Cachoeira	400
Encruzilhada	1.000
Santo Antônio da Patrulha	800

Fonte: Relatório de Franceschini (1893, p. 612, apud CONSTANTINO, 2008, p. 56).

A partir dos dados apresentados, infere-se que Porto Alegre e Pelotas são os dois municípios com maior número de italianos em sua população. Na capital, no último decênio do século XIX, esses representam 10% do conjunto dos habitantes. (CONSTANTINO, 2008, p. 57).

A cidade de Pelotas também se constituiu numa sociedade cosmopolita, como a capital do estado. Especialmente a partir do início do século XIX, a presença de estrangeiros começou a ganhar números mais significativos.

Durante o oitocentos, Pelotas era um município forte do ponto de vista econômico pela produção e comercialização do charque. A cidade também tinha acesso com o mundo, através do seu porto, que a interligava com Rio de Janeiro, Bahia, Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Europa. (ANJOS, 1996, p. 36).

¹ É importante destacar que a proximidade com do Rio Grande do Sul com Montevideu e Buenos Aires, que possuíam já consideráveis núcleos de peninsulares em 1820, propiciou a circularidade de imigrantes anterior ao final do século XIX.

Pelotas, que se localiza na Região Sul do Rio Grande do Sul, registrava uma imigração que se destinava para as colônias criadas nas áreas rurais e outra espontânea, que se fixava no meio urbano na metade do século XIX.

Dentre os imigrantes que passaram a integrar a sociedade pelotense, os italianos destacam-se em segundo lugar, em termos quantitativos, visto que os portugueses encontravam-se no primeiro posto. A partir dos registros da Santa Casa de Misericórdia, pode-se também perceber a imigração italiana no município.

O imigrante italiano, além de se salientar, quantitativamente, nos números da população, também tinha destaque no setor comercial da cidade. No recenseamento urbano de 1899, evidencia-se 352 estabelecimentos de imigrantes italianos no perímetro urbano, dentre um universo de 1909. Isto é, no final do oitocentos, os peninsulares detinham, aproximadamente, 18,43% dos estabelecimentos comerciais do município.

Os italianos sobressaíram-se na atividade hoteleira de Pelotas. Na metade do século XIX, havia imigrantes italianos no setor hoteleiro da cidade. Os hotéis: *Aliança*, *Garibaldi*, *Itália*, *Piemonte*, *do Comércio* e *Federativo* eram de proprietários empreendedores, oriundos da Itália. (ANJOS, 1996, p. 83-85).

Presença italiana na Fronteira

As cidades da fronteira do Rio Grande do Sul também demonstraram um fluxo considerável de italianos. Como referiu em números realizado pelo Cônsul Franceschini, no último decênio do oitocentos.

As pesquisas do historiador Sérgio da Costa Franco observaram a presença de elementos peninsulares, que dominavam a navegação interna e o comércio de cabotagem, nas regiões fronteiriças com o Uruguai, já por um longo período. Tal fato esclareceria por que as primeiras sociedades italianas do estado surgiram naquelas paragens que, equivocadamente, são menosprezadas em relação à imigração peninsular. A existência de associações étnicas ativas nos centros urbanos do Rio Grande do Sul, desde a década de 1870. A primeira sociedade italiana do estado foi fundada, por exemplo, em Bagé, em 1870. (DE RUGGIERO, 2015, p. 171).

Nos centros urbanos, como Uruguaiana, Santana do Livramento, São Borja, Itaqui, Chuí, Alegrete, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, verificava-se uma quantidade pequena de italianos, mas que formavam uma coletividade significativa. Sobre o transcorrer do século XIX, Volkmer argumenta que

o aumento populacional na fronteira do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, além do seu crescimento natural, teve grande incremento, em função dos distintos processos migratórios. Pode-se dizer que são três as

principais correntes imigratórias que convergem para este espaço: um grande número de moradores das províncias da Confederação Argentina, sobretudo correntinos, que aí estabelecem residência, aqueles indivíduos militares, provindos de outras províncias brasileiras; e os imigrantes europeus. [...] Cada corrente tem suas motivações e períodos definidos, mas todas acabam gerando um aumento absoluto da população das Vilas da Fronteira e influenciando os níveis de organização política, econômica e social destas cidades. (VOLKMER, 2013, p. 76).

Por exemplo, em Santa Vitória do Palmar, município localizado ao extremo sul do estado, próximo ao Chuí, cidade fronteiriça com o Uruguai, encontrava-se um grupo de peninsulares originários em grande parte do Sul da Itália. (BORGES, 2010).

Em 1869, chegou a Santa Vitória do Palmar o calabrés Antonio Rotta, que se estabeleceu com um comércio próprio na cidade. (CUSANO, 1920, p. 77). Entre as décadas de 1870 e 1890, registrou-se como o período com maior mobilidade de peninsulares no município. Amaral frisa:

Quase todos os italianos que chegaram a Santa Vitória do Palmar, na sua grande maioria de calabreses, o fizeram via Rio Grande ou Montevidéu e iniciaram a “fazer a América” quase sempre como mascates. [...] Cinquenta por cento da população de Santa Vitória do Palmar é de origem italiana. (2006, p. 138-139).

Os calabreses que se fixaram na cidade provinham da província de Cosenza e da comuna de Pedace; porém, havia algumas famílias oriundas de Maione, Grimaldi; do *Mezzogiorno*; ainda havia a presença de originários da Campania (das províncias de Avelino e Salerno) e Basilicata; da Itália setentrional, havia indivíduos naturais da Liguria (província de Genova) e Lombardia (províncias de Milano e Cremona). (AMARAL, 2006, p. 137-139).

A maior parte dos imigrantes dedicava-se ao comércio, conquanto alguns exercessem atividades artesanais, como marceneiros, funileiros, ferreiros, alfaiates. Alguns também se inseriram no setor primário, como agricultores.

A cidade de Uruguaiana foi outra localidade onde os peninsulares se fixaram. O município tornou-se uma relevante zona comercial, passando, a partir de 1849, a sediar a alfândega e o posto fiscal na fronteira, constituindo ligações diversas com outros centros urbanos dos países platinos, e, por intermédio do comércio, criaram relações com a Europa, facilitando que o contato e as influências socioeconômicas e os hábitos do velho mundo, e dos burgueses, atravessassem a fronteira e incentivassem, por intermédio do consumo, o desenvolvimento de novos costumes ao estilo de vida e identidade da sociedade fronteiriça do período. (SILVA, 2012, p. 28-29).

O viajante alemão Robert Christian Avé-Lallemant refere que, em torno do ano de 1858, Uruguaiana era uma vila habitada aproximadamente por 2 mil indivíduos. Naquela época, o município já possuía um comércio bem-organizado e variado, estimulado por grupos de imigrantes europeus fixados no local; a maioria era de franceses, espanhóis e portugueses, mas também contava com a presença de italianos e alemães.

A colônia italiana de Uruguaiana é uma das mais antigas, contando com um significativo número. A maioria é ativa, e muitos conacionais souberam também estabelecer um patrimônio considerável de bens. Desde 1879, existe naquela coletividade a associação italiana – a *Società Italiana Unione e Beneficenza* – que tem uma belíssima sede própria de valor superior a 300 mil libras. Vários peninsulares acumularam uma notável soma financeira, e sempre se manteve aceso nessa cidade um elo com a cultura da Itália. (CUSANO, 1920, p. 89).

Em Uruguaiana, na segunda metade do século XIX, os italianos eram quantitativamente o maior grupo de estrangeiros. Outros grupos europeus com destaque eram os espanhóis, franceses e portugueses. (VOLKMER, 2013, p. 98).

Acerca da imigração na fronteira do Rio Grande do Sul, muito poucos são os estudos sobre o fenômeno na região. No entanto, através da recente tese de Volkmer, é possível observar uma perspectiva sobre os imigrantes europeus que se transferiram para essa parte do estado.

Em Itaqui, na segunda metade do século XIX, o maior número de europeus era proveniente da Itália (cerca de 40% dos estrangeiros) seguido, posteriormente, por espanhóis e portugueses. A maioria de peninsulares pode ser compreendida através do número de europeus que começou a aumentar na região, a partir de 1860, coincidindo com o recrudescimento do número de italianos que chegava ao estado. (VOLKMER, 2013, p. 97-99).

Em São Borja, também se verificou a existência de peninsulares residindo no município. No entanto, a maioria da população europeia era composta por alemães. Os italianos correspondiam aproximadamente a 16% na segunda metade do oitocentos. (VOLKMER, 2013, p. 98-103).

Itaqui, São Borja e Uruguaiana foram cidades privilegiadas por sua localização geográfica, que permitiu a muitos estrangeiros desenvolver uma ampla rede comercial. Em Itaqui e Uruguaiana, desenvolveram-se sociedades de mútuo socorro, dadas a união e força da coletividade italiana. (FIGUEIREDO, 2012, p. 96).

Outra cidade importante da fronteira oeste é Santana do Livramento. Diferentemente de Uruguaiana e São Borja. Livramento é um município que faz fronteira com o Uruguai, especificamente com a cidade de Rivera.

Esse centro urbano não apresentava mais do que mil italianos em 1920, mas se encontra dentre as primeiras cidades onde os italianos se estabeleceram no Rio Grande do Sul. Os originários da Itália alcançaram sucesso na sociedade santanense, no âmbito econômico e social. Alguns imigrantes acumularam fortunas, através do comércio e da pequena indústria. Em 1873, os peninsulares fundaram a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi*. (CUSANO, 1920, p. 85).

Diversos peninsulares inseriram-se no comércio de Santana do Livramento. Os italianos que se radicaram nesse centro urbano da fronteira provinham de Norte a Sul da Itália, especialmente das regiões de Gênova e Campânia.

Ainda é importante informar que o Cônsul Pasquale Corte, em relatório de 1884, comenta que, quando dirigia o Consulado de Montevideú, nos anos de 1874 e 1875, expediu milhares de passaportes para imigrantes residentes em Montevideú e Buenos Aires seguirem para o Brasil e, em especial, para o Estado do Rio Grande do Sul. Ademais, o livro de registro de entrada de estrangeiros, entre 1877 e 1880, também confirma o deslocamento de imigrantes meridionais, provenientes das cidades do Prata. (CONSTANTINO, 2008, p.78).

A maioria dos italianos, que se radicou em Itaqui, São Borja e Uruguaiana, passou primeiramente por cidades da Argentina e do Uruguai. Além de desempenharem atividades urbanas e comerciais, alguns peninsulares – como Antonio Degrazia, Paulo Vecchio, Benjamin Passamani – também se dedicaram à agricultura (plantio de trigo, milho entre outros) e pecuária (de gado).

Tal mobilidade é, em grande parte, constituída por correntes imigratórias originária de microzonas da Itália, que incentivavam a cultura da mobilidade, relacionada especialmente à atividade dos pequenos comerciantes e dos artesãos, proporcionando expressiva contribuição para a construção de modernas redes nos contextos urbanos. (DE RUGGIERO, 2015, p. 178).

Portanto, analisando-se fontes e pesquisas desenvolvidas sobre as imigrações nos municípios da fronteira do estado, da mesma forma que em Porto Alegre, infere-se que o recrudescimento do fluxo de italianos, nos espaços urbanos do Rio Grande do Sul, aumentou e acompanhou o êxodo da Península, a partir da década de 1870.

Imigração e atividade comercial

Ao longo do século XIX e da primeira metade do XX, inúmeros imigrantes estabeleceram seus empreendimentos comerciais nas cidades gaúchas que faziam fronteira com os países do Prata. A partir da metodologia da exemplificação, visa-se apresentar algumas trajetórias de diferentes italianos que se radicaram em algumas cidades da fronteira do Rio Grande do Sul.

Dentre os vários imigrantes provenientes da Itália, e que residiram em Livramento, pode-se referir a trajetória de Salvador Gallo, natural de Tejano (província de Salerno), na Campania. Gallo chegou ao Brasil em 1872. Veio para a América, com a finalidade de encontrar seus irmãos Giuseppe e Michelle, que já estavam fixados na comunidade santanense, prestando seus serviços de funilaria. (CANGGIANI, 1991, p. 139). Segundo Ivo Caggiani, o imigrante “[...] sempre à frente de sua oficina, Salvador Gallo tornou-se um dos profissionais mais populares da cidade. Em 1890, uniu-se pelo matrimônio com d. Maria Christiano, filha de Mariano Christiano, italiano nascido em Pignerone”. (1991, p. 140).

Salvador Gallo é um dos vários italianos que chegaram às cidades através dos fluxos migratórios estabelecidos entre os imigrantes. Um aspecto significativo na migração de italianos, nas cidades do estado, é o fato de muitos, preliminarmente, terem se deslocado para a Argentina e o Uruguai. A saber, houve grande circularidade de indivíduos provenientes da Itália pelos países do Prata, cujo destino final foram os centros urbanos gaúchos.

Outros italianos que se pode destacar, em Santana do Livramento, são os João (Giovanni) e José (Giuseppe) Remedi. João Remedi foi quem chegou primeiro na América e ao Brasil. João, como muitos peninsulares que se instalaram na fronteira do estado, desembarcou, inicialmente, no Uruguai (mais precisamente em Salto), em meados de 1870. No último decênio do oitocentos, comprou uma chácara em Santana do Livramento e começou a produção da uva e vinho que, segundo Ivo Caggiani, o produto cujo fabrico se dedicou com esmero e pertinácia, adquiriu desde logo merecida popularidade, sendo disputado por larga clientela, ao longo de muitos anos. (1991, p.103).

Além do sucesso com o vinho, João trouxe da Itália o sobrinho José Remedi, que desembarcou na sociedade santanense em 1895. José, trabalhou com seu tio João como operário (em um frigorífero) e como vendedor (em uma casa comercial). Mas, em 1907, cria seu próprio negócio (uma casa comercial no centro da cidade), dedicando-se ao comércio atacadista, que lhe proporcionou distinção na sociedade receptora. (CANGGIANI, 1991, p. 103).

João e José Remedi eram provenientes de Bolano, província de Spezia, na Região da Liguria. A história dos Remedi sinaliza um aspecto muito presente nas dinâmicas imigratórias, isto é, o auxílio familiar presente no processo de imigração e inserção no novo contexto social. Através dos elos parentais e de conterraneidade, diversos italianos inseriram-se nas cidades gaúchas e em várias latino-americanas.

Em Uruguaiana, a trajetória de Vicente (Vincenzo) Alfano é indiciária e auxilia a compreender como ocorreu a mobilidade de peninsulares na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Vincenzo chegou à América em 1914, desembarcando em Buenos Aires. Na capital portenha, o jovem imigrante de 18 anos aprendeu o ofício de alfaiate na escola francesa *Circle de la Moda*. Alfano² aponta que,

um ano depois de chegar, começa a trabalhar como oficial cortador, em uma alfaiataria no centro da cidade. O proprietário era italiano nascido em Lauria, na província de Potenza, que em uma de suas viagens para a Itália viajou com outros italianos que moravam no Brasil, e que também tinham alfaiataria. Dessa viagem surgiu o namoro do italiano com uma moça brasileira, filha de Vicente Fittipaldi. Em outra oportunidade Vicente Fittipaldi informou que estava sem cortador em sua alfaiataria e que tinha vontade de ir a Buenos Aires para contratar um. Daí surgiu a proposta que faria a Vicente Alfano enxergar a costa brasileira e em breves instantes desembarcar (2006, p. 20).

Em 1919, Alfano chegou ao Brasil, fixando-se em Uruguaiana, interagindo com seus patrícios residentes na cidade fronteiriça. Alfano aponta que

era bem grande a colônia italiana na cidade, tanto que havia a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficência, na qual já ingressara como sócio. [...] As reuniões eram memoráveis. Grandes comilanças. A grande maioria dos italianos era de oriundos da cidade de Lauria, Província de Potenza, Região da Basilicata, no sul da Itália. Era ele o único calabrês da sociedade. (2006, p. 23).

Através de Vicente Fittipaldi, Vicente integrou-se rapidamente com os cidadãos locais (estrangeiros e naturais do município), aprendeu também através de aulas particulares o português.

O jovem, como muitos imigrantes, almejava ter seu próprio negócio. Logo, 5 anos depois de sua chegada ao Brasil, constituiu seu estabelecimento, a Alfaiataria Alfano e, em um curto espaço de tempo, seu empreendimento já empregava 14 funcionários (alfaiates e aprendizes). Para crescer e aumentar sua clientela, Vicente Alfano viajava para as cidades vizinhas a Uruguaiana e assim ampliou seu número de clientes. Além

² Gennaro Alfano é um advogado em Uruguaiana e, em seu livro, *Concomitante: contos e versos*, conta a trajetória de seu pai, Vicente Alfano, na América.

disso, após montar sua alfaiataria, dedicou-se ao vestuário de militares, conquistando uma freguesia fiel que, com frequência, buscava os produtos do seu atelier. (ALFANO, 2006, p. 25-30).

O percurso de Vicente Alfano esclarece como muitos trabalhadores liberais e artesãos conseguiram circular e se deslocar entre os países do Prata. Além disso, o percurso do imigrante contou com o apoio das redes de amizade, que foram importantes para a mobilidade de italianos nos municípios da fronteira do Rio Grande do Sul.

Acerca da imigração na fronteira do Rio Grande do Sul, poucos são os estudos sobre o fenômeno na região. No entanto, através de alguns estudos, como a tese de Márcia Solange Volkmer, a pesquisa de Antonio Marçal Bonorino Figueiredo, assim como os dados de outras obras realizadas por pesquisadores diletantes, foi possível observar uma perspectiva sobre os imigrantes europeus que se transferiram para essa parte do estado.

Considerações finais

Nesse artigo procurou-se demonstrar e analisar algumas dinâmicas da imigração italiana nos municípios da fronteira do Rio Grande do Sul. Os peninsulares constituíram sociedades e associações, bem como foram empreendedores que alcançaram destaque e sucesso em seus negócios.

Além disso, a pesquisa realizada observou a relevância dos italianos no comércio, bem como o estabelecimento de correntes imigratórias de algumas localidades da Itália, como os calabreses de Pedace (em Santa Vitória do Palmar), um destaque significativo para os Campanos e Lígures, que se radicaram em Santa do Livramento.

Portanto, entende-se a necessidade de novas pesquisas que analisem a imigração italiana nos centros urbanos da fronteira gaúcha, haja vista a presença relevante em termos qualitativos de indivíduos italianos, em localidades do estado.

Referências

ALFANO, Gennaro. *Comcomitante: contos e versos*. Porto Alegre: Renascença, 2006.

AMARAL, Anselmo Francisco do. *Santa Vitória do Palmar: 150 anos*. Santa Vitória do Palmar: Liberal, 2006.

ANJOS, Marcos Hallal. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

BORGES, Stella. “*Farl’América*” (96): Imigração italiana em Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://oriundibrasile.blogspot.com.br/2010/05/historia-175-far-lamerica-96-imigracao.html>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

CAGGIANI, Ivo. *100 anos de comércio: Sant’Ana do Livramento*. Santana do Livramento: Edigraf, 1991.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Porto Alegre: EST, 2008.

_____. *O italiano na cidade*. Passo Fundo: UPF, 2000.

CUSANO, Alfredo. *Il Paese dell’avvenire*. Rio Grande do Sul. Roma, São Paulo, Buenos Aires: L’Italo-Sudamericana, 1920.

DE RUGGIERO, Antonio. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa. In: VENDRAME, Maíra Inês et al. (Org.). *Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 162-181.

FIGUEIREDO, Antonio Marçal Bonorino. Italianos e descendentes via rio do Prata na tríplice fronteira: São Borja, Itaqui e Uruguaiana, RS 1834-1968. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SILVA, Jeremyas Machado. *Achados do imaginário: o consumo da faiança fina em Uruguaiana no final do século XIX*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUC, Porto Alegre, 2012.

VOLKMER, Marcia Solange. *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)*. 2013. 282f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

Colonizar não é somente povoar o solo: o PRR e a política de colonização com imigrantes na República Velha, no RS

Tauane Schroeder

Bolsista Probiç Fapergs – Unisc, RS

Dr. Olgário Paulo Vogt

Professor no Departamento de História e Geografia da Unisc – RS

Introdução

A República Velha (1889-1930) constitui um período particular na história do Rio Grande do Sul (RS) e do País. No Brasil, a hegemonia dos liberais paulistas, ligados aos complexo cafeeiro, e de seus aliados regionais, comandou a economia e a política nacional. No RS, os liberais ligados à pecuária, que haviam dominado a política na província, no decênio final do Império, haviam sido alijados do poder com a troca de regime político. O grupo que acabou assumindo o aparelho do estado, ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), tinha simpatia pelo positivismo e implantou uma “ditadura científica” no estado, fundamentada na Constituição Castilhistas de 1891. (TRINDADE, 1980).

Este texto tem por objetivo analisar a proposta de colonização defendida pelos ideólogos do PRR, durante a República Velha. Ao se tratar de colonização, pode-se afirmar que há dois tipos de ocupação de territórios. O primeiro diz respeito à ocupação do território por imigrantes, ou seja, por estrangeiros; o segundo tipo de ocupação refere-se à ocupação de terras por nacionais, em regiões diferentes das que eles nasceram. Neste artigo, ater-nos-emos à ocupação de território por imigrantes, embora no período enfocado a colonização com nacionais também tivesse acontecido.

As principais fontes utilizadas são as mensagens encaminhadas pelos presidentes de estado à Assembleia dos Representantes do Estado do RS. No que se refere à análise, o método utilizado é o dialético, que parte da infraestrutura para a superestrutura, da acumulação do capital aos antagonismos sociais e aos desdobramentos políticos. Gramsci e os conceitos de hegemonia e de ditadura de um grupo constituem o referencial teórico preponderante.

Um grande negócio

Como apontou com propriedade o antropólogo Willems (1946, p. 54), a emigração, relativamente rara na Europa em épocas anteriores, tornou-se, durante o século XIX e no início do século XX, cada vez mais comum. Embora tenham sido

diversos os motivos que levaram milhões de pessoas a se evadirem para outros continentes, as consequências advindas do crescimento demográfico, da industrialização, da urbanização e da proletarização, pela qual passavam muitas das nações europeias, certamente tiveram papel proeminente.

O historiador inglês Hobsbawm (1988, p. 273) estima que, somente no período compreendido entre os anos de 1871 a 1911, 27,6 milhões de pessoas teriam abandonado o Velho Continente. Na mesma época, pelos portos dos Estados Unidos teriam ingressado 20,5 milhões desses migrantes. Já Beaujeau-Garnier (1980) considera que cerca de 60 milhões de indivíduos teriam abandonado a Europa entre 1846 e 1932, que teria sido o período de saída mais intensa de pessoas.

A emigração transatlântica em massa corroborou decisivamente para descomprimir, na Europa, as tensões entre as elites e as classes subalternas. Mas a era da grande emigração foi, acima de tudo, um grande negócio. Ela abriu oportunidades de ganho para atores diretamente envolvidos nas atividades relacionadas com o transporte de passageiros e cargas, como agentes e subagentes da emigração, armadores, contratadores, marinheiros e companhias navais. Mas, dela tiraram, igualmente, proveito estalajadeiros, taberneiros, vendedores ambulantes, comerciantes, prostitutas, vigaristas e espertalhões, que viviam em cidades portuárias. O imigrante italiano Paulo Rossato que, em 1883, saiu de Valdagno e dirigiu-se à colônia imperial de Caxias, em correspondência a seus parentes, afirmou ter gastado muito em Gênova com alimentação e hospedagem. Foi categórico ao afirmar que ali, caso pudessem, os especuladores lhe arrancariam até o coração. (AZEVEDO, 1975, p. 111 et seq).

No Brasil, o governo central, algumas das unidades federadas, alguns municípios e a iniciativa privada promoveram, durante o século XIX e boa parte do século XX, uma massiva imigração para o território nacional. A dimensão visível da política imigratória então adotada diz respeito ao fator econômico. Não se pode, no entanto, desconsiderar ou negligenciar a dimensão ideológica imbricada nesse processo de transumância. Ela diz respeito ao preconceito da superioridade da “raça ariana” e do ideal de branqueamento da população brasileira, presente entre a elite política, econômica e cultural do país.

Desde a época de D. João VI, a política imigratória brasileira oscilou entre dois projetos distintos: um, originado do desejo da casa real e de alguns liberais do Império, que pugnavam pela instalação de pequenos proprietários rurais nos vazios demográficos do país e, mais especificamente, na sua porção Meridional, com o fito de sustar a cobiça dos vizinhos platinos sobre a área; o outro, relacionado com a ambição dos grandes fazendeiros de café, interessados na manutenção da política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação. Os cafeicultores objetivavam a imigração

em larga escala, como forma de prevenir ou minorar a escassez de força de trabalho no complexo cafeeiro, o que passou a ser vislumbrado mais concretamente, a partir de 1850, com a extinção do tráfico negreiro. (ALVIM, 2000, p. 183-185).

Assim, expressiva parcela dos grandes contingentes populacionais de origem étnica italiana, espanhola, portuguesa, alemã, japonesa e de outras nacionalidades, que foi atraída para o Brasil, destinava-se aos trabalhos nas lavouras de café ou à execução de atividades relacionadas ao complexo agroexportador cafeeiro. A perspectiva de suspensão do tráfico negreiro e, posteriormente, da abolição da escravidão, estimulou a iniciativa pública e privada a substituir, gradualmente, o trabalho compulsório pelo do imigrante assalariado. O historiador Caio Prado Júnior (1986, p. 189) denominou esse processo de “imigração”, em oposição ao termo “colonização”, empregado para designar o povoamento dos vazios demográficos do Sul do Brasil. Aí, os imigrantes europeus foram fixados diretamente à terra, tornando-se pequenos produtores rurais proprietários dos meios objetivos (terra e ferramentas de trabalho) e subjetivos (a subsistência) de produção.

Parcela minoritária dos imigrados, portanto, foi direcionada para o Brasil Meridional, para que ocorresse o povoamento e a colonização. Nessas áreas, os imigrantes e seus descendentes desenvolveram explorações agrícolas relativamente independentes da economia cafeeira, mediante a intensiva utilização da força de trabalho da unidade produtiva familiar. As primeiras levas de estrangeiros começaram a chegar, no Rio Grande do Sul, a partir de 1824. Eram procedentes de diferentes regiões da Alemanha e passaram a ser assentadas em áreas que tinham sido desprezadas pelo latifúndio (SINGER, 1968, p. 156), porque impróprias para a criação extensiva de gado, esteio da economia gaúcha de então. Posteriormente, as regiões existentes no Rio Grande do Sul (RS), em Santa Catarina (SC) e no Paraná (PR), em que predominava a selva, além da população de origem germânica, recebeu também imigrantes de origem italiana, polonesa, judaica e de outras nacionalidades.

Consoante Lando e Barros (1976), a colonização estrangeira somente alcançou êxito no Sul do Brasil porque os grandes proprietários de terras desses estados não desenvolviam culturas de latifúndio, mas se dedicavam à criação de gado. Assim, os colonos puderam produzir gêneros necessários ao consumo interno, sem que concorressem com a produção do latifúndio e sem representar uma ameaça à hegemonia política e econômica dos grandes fazendeiros.

Em São Paulo, no entanto, a política de imigração, objetivando o estabelecimento de núcleos coloniais, com a finalidade de fixar o imigrante à terra, não teve grande êxito. Lá o grande interesse dos fazendeiros buscou abastecer de braços a lavoura cafeeira. A expansão da produção do café se deu, basicamente, a partir de dois fatores de

produção: a incorporação de novas áreas de cultivo; e o aumento da quantidade de força de trabalho nas lavouras.

A expansão dos cafezais, durante o Império, havia se dado principalmente com a utilização da mão de obra escrava. Essa, no entanto, por pressões internas e externas, estava fadada ao desaparecimento. Na segunda metade do século XIX, iniciou-se no Brasil uma série de medidas políticas de abolição gradual da escravidão, tendo a Lei Eusébio de Queirós como a primeira. Cessando o tráfico de escravos, tomou vulto o tráfico interprovincial e as políticas de atração de imigrantes europeus.

A partir de então, só restava, no Direito brasileiro, o nascimento como fonte de escravidão. (MALHEIROS, 1866, p. 41). No ano de 1871, entrou em vigor a segunda medida, a Lei 2.040, também denominada Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, que tinha por objetivo “estabelecer um estágio de evolução para um sistema de trabalho livre sem causar grande mudança imediata na agricultura ou nos interesses econômicos”. (CONRAD, 1978, p. 113). Posteriormente viria ainda a Lei dos Sexagenários e, finalmente, a Lei do Ventre Livre. Tais leis suprimiriam o trabalho compulsório legal no País. Com a expectativa do fim da escravidão, a incorporação de trabalhadores livres, principalmente através da imigração, foi imperativa.

No extremo Sul do Brasil, particularmente no RS, onde não vingou a grande lavoura tropical de exportação, estabeleceram-se imigrantes europeus como pequenos proprietários. Nas áreas coloniais desenvolveram-se pequenas culturas e outras atividades destinadas ao abastecimento interno do país. (PRADO JÚNIOR, 1967, p. 204). Defende Guimarães (1981) que as colônias só têm êxito nas regiões afastadas dos poderosos redutos dos latifúndios canavieiros e cafeeiros.

O PRR e a imigração

Durante o Império, vigorou no Brasil a imigração oficial. Através dela, o governo central subsidiava passagens, contratava agentes de imigração, concedia terras a grupos particulares, para assentar colonos e antecipava recursos para iniciar a produção. Com a mudança do sistema de governo, havida em 1889, o Brasil ganhou uma nova Constituição, promulgada em 1891. O art. 64 da Carta Magna estabeleceu que as terras devolutas, situadas em seus respectivos territórios, pertenciam aos estados. Passando as terras devolutas ao domínio dos estados, a eles também passou a caber a tarefa de povoar ou colonizar o território.

Uma vez proclamada a República, Júlio de Castilhos, assim como Borges de Medeiros, defenderam para o RS a imigração espontânea e dirigida, não sendo favoráveis à introdução de grandes correntes imigratórias. O programa do PRR a esse

respeito era explícito: “Nada de imigração oficial. Preparo de boas leis que desafiem a boa imigração espontânea.” (OSÓRIO, 1992, p. 18).

Os governantes do PRR foram duros críticos da colonização feita à época do Império. Para Borges de Medeiros a colonização particular havia sido “a obra do passado regímen, que pela liberalidade das concessões de terras e outros favores às empresas individuais fomentava o povoamento rápido e desordenado com intuitos meramente lucrativos”. (MENSAGEM, 1925, p. 38). Assim, defenderam os governantes republicanos que o estado não deveria conceder grandes glebas a particulares, sendo preferível o retardamento da fundação de novos núcleos coloniais. Ao estado cabia planejar e organizar as colônias:

Eis por que, sendo embora mais lento que outrora, o povoamento se faz hoje com outras vantagens para a comunhão, a que se incorporam as colônias, como partes homogêneas, depois de criadas e organizadas pela ação direta do Estado. Dirigidas por funcionários competentes e dignos, elas são dotadas de todos os serviços públicos e especialmente dos que se referem à viação, instalação dos agricultores, organização urbana, instrução, assimilação do imigrante, proteção aos indígenas e aos nacionais. (MENSAGEM 1925, p. 36).

Os republicanos, sempre criticando o Império, afirmavam que a imigração oficial abandonara o colono a sua própria sorte, uma vez estabelecido em seu lote. Logo, “não era possível perseverar no erro dos antepassados, quando curavam simplesmente de localizar as massas imigrantistas nas selvas bravias sem outras preocupações de ordem social e econômica”. (MENSAGEM 1925, p. 36).

A falta de transporte para o escoamento da produção para os mercados consumidores havia feito definir a justa recompensa do trabalho dos colonos. Neste sentido, afirmavam que “não basta introduzir o imigrante; é mister, outrossim, preparar a colônia para recebê-lo, dotando-a de todos os melhoramentos imprescindíveis”. (MENSAGEM, 1899, p. 24). A ampliação da rede de estradas nas zonas coloniais era uma das pré-condições indispensáveis para o sucesso do projeto de colonização estando, por isso mesmo, no centro da preocupação constante da administração do Estado.

Colonizar não é somente povoar o solo. A colonização de nossas terras de matos é serviço complexo e que implica vários outros, não menos relevantes. Não é possível o progresso econômico sem o aperfeiçoamento do aparelho circulatório da produção. O transporte é a vida da agricultura; se fácil e barato, será prospera; se deficiente ou caro, acabará no aniquilamento. (MENSAGEM, 1914, p. 24).

Com os governos republicanos a colonização passou a ser estudada em sua complexidade e a receber solução metódica e completa. Analisando a colonização

promovida, é possível identificar a influência positivista sobre as concepções defendidas pelo PRR. Segundo Comte, a economia deveria ter um crescimento harmônico e equilibrado, assim como o aparato burocrático e a infraestrutura que deveriam ser desenvolvidos e modernizados. Isto é, pensava-se que para o pleno desenvolvimento da economia capitalista sul-rio-grandense, havia a necessidade de se melhorar os meios de transporte e as outras formas de telecomunicações. (ANDREOLI, 1989).

Para o patriarca do PRR, a corrente imigratória espontânea era atraída pelas condições excepcionais do clima e do solo existentes no estado e, também, pelo bem-estar de que desfrutavam as populações coloniais. Nesse sentido, Castilhos defendeu que

o colono aqui transforma-se logo em pequeno proprietário agrícola, sente imediato bem-estar em sua modesta propriedade, adquire condições de fixidez normal, radica-se afetosamente ao solo hospitaleiro e fértil que lhe dá o pão para a família e a prosperidade doméstica, como pronto resultado do seu trabalho honesto e frutífero, adapta-se facilmente aos nossos hábitos, familiariza-se em pouco tempo com a nossa língua, procura, enfim, nacionalizar-se sem nenhum constrangimento, acatando as leis e autoridades com uma reverência inalterável, associando-se às nossas alegrias e às nossas mágoas, como se tivesse nascido nesta terra privilegiada. (MENSAGEM, 1896, p. 24-25).

Em seu relatório de 1900, o presidente do estado defendeu que o colono incorpora-se facilmente à massa sedentária da população, não mais pensando em abandonar a terra “de que se tornou proprietário e da qual vai haurir os recursos garantidores de uma existência livre e venturosa”. (MENSAGEM, 1900, p. 26).

Mas a crítica ao modelo oficial de imigração atingia também à realizada no Estado de São Paulo, considerada ruínosa e pesada para o erário público. Aquele estado, que mantinha empresas subvencionadas para a introdução de braços estrangeiros, teria uma grande massa flutuante de indivíduos inaptos para os trabalhos agrícolas, observando-se ali um grande fluxo imigratório, mas também emigratório. Em 1901, nada menos que 31.099 pessoas teriam repatriado ou migrado para outros pontos do território brasileiro ou de outros países. (MENSAGEM 1902, p. 13). Nesse sentido, Borges de Medeiros preconizava que era melhor ter uma corrente imigratória fraca, porém consistente.

A ortodoxia da imigração espontânea, no entanto, foi quebrada quando a União financiava a vinda de novos colonos. Até o ano de 1896, o serviço de imigração ficou a cargo da União, que destinava ao estado recursos para esse fim. Em 1895, o auxílio foi de 200:000\$000, diminuindo no ano seguinte para 139:700\$000. A partir de 1897, todo o ônus da imigração passou a recair sobre o estado. (PELLANDA, 1925, p. 15).

Em 1908, no governo de Carlos Barbosa Gonçalves, a União e o governo do estado do RS firmaram um convênio para a introdução oficial de imigrantes europeus. Esse convênio estava baseado nas seguintes condições:

Comprometia-se a União a indenizar ao Estado a hospedagem nesta Capital a 1\$500 por dia e por imigrante de qualquer idade; a transportá-los a sua custa, pela Estrada de Ferro até Cruz Alta; a entrar para os cofres do Estado com a quantia de 400\$000 por família de imigrante estabelecida, dos quais 150\$000 para ferramentas, sementes etc., e o restante destinado a construção da casa, quantia essa que o colono se comprometia a devolver ao estado com o preço do lote que escolhesse.

Por seu lado o Estado obrigava-se a restituir futuramente à União 150\$000 por família, também estabelecida, à medida que fossem estas saldando o seu debito. Além dessas condições especiais, continuava a vigorar o regulamento do Estado. Quanto ao numero de imigrantes o convenio estabelecia o de 400 por mês, em 4 levas de 100 cada uma. (PELLANDA, 1925, p. 15-16).

Dentre as contrapartidas do estado do RS, estava a obrigação de receber e de assentar os colonos (Mensagem 1914, p. 23). Antes do convênio com a União, as entradas eram de cerca de 700 imigrantes espontâneos anualmente. (MENSAGEM 1912, p. 42). O movimento imigratório no quinquênio que se seguiu aumentou substancialmente.

Quadro 1 – Movimento imigratório no RS (1908-1912)

ANO	Nº DE IMIGRANTES
1908	4.177
1909	6.046
1910	3.583
1911	7.790
1912*	4.318
TOTAL	25.854

* 1º Semestre

Fonte: Mensagem 1912, p. 42.

Dentre os imigrantes, predominavam os de nacionalidade russa, alemã e polaca, concorrendo esta última com maior coeficiente.

Em 1913, com o retorno de Borges de Medeiros à presidência do estado, o acordo com a União foi revogado. Segundo Borges de Medeiros:

Houve extraordinário aumento de despesa, ocasionado por esse serviço federal, sem, todavia, trazer vantagens compensadoras nem aumento proporcional de produção, em consequência da inaptidão aos trabalhos agrícolas da maioria dos imigrantes aliciados, sem cuidado, nos centros urbanos europeus. (MENSAGEM 1914, p. 23).

Por conseguinte, descreve que “é preferível voltar ao regime da colonização exclusivamente por imigrantes espontâneos, estabelecido pelo Estado, cujas vantagens são superiores às da colonização por colonos aliciados, sem seleção”. (PELLANDA, 1925, p. 17).

Os interesses na colonização

O incentivo à colonização e a defesa das populações das áreas coloniais do estado pelos líderes do PRR são decorrentes de uma série de fatores.

Em primeiro lugar, foi nas regiões coloniais que o governo de Júlio de Castilhos, durante a Revolução Federalista (1893-1895), encontrou apoio. Isso não significa afirmar que em uma ou em outra localidade colonial não houvesse simpatia pelos federalistas.

Uma das estratégias da qual se valeram os republicanos foi criar novas municipalidades. As elites das localidades, que passaram a gozar de autonomia política e administrativa foram, dessa forma, cooptadas politicamente. No início do Império, o RS estava dividido em cinco municípios (vilas). Quando estalou a Guerra Civil dos Farrapos, a Província já dispunha de 14 municípios. No ano de 1860, esse número saltou para 28. Em 1889, quando foi proclamada a República no Brasil, o RS possuía 61 municipalidades. (FORTES; WAGNER, 1963).

O surgimento de novos municípios, dentre outros fatores, é também um reflexo do processo de colonização havido no RS. Analisando o quadro 2, é possível ver a força da região colonial italiana na criação de novos municípios.

Quadro 2 – Municípios criados no RS durante a República Velha

Município	Ano
1. Caxias	1890
2. Bento Gonçalves	1890
3. Lajeado	1891
4. Venâncio Aires	1891
5. Júlio de Castilhos	1891
6. Alfredo Chaves (Veranópolis)	1898
7. Antônio Prado	1899
8. Garibaldi	1900
9. Guaporé	1903
10. Ijuí	1912
11. Bom Jesus	1913
12. Encantado	1915
13. Erechim	1918
14. Jaguari	1920
15. Flores da Cunha	1924
16. Nova Prata	1924
17. Candelária	1925
18. São Pedro do Sul	1926

19. Guaíba	1926
20. Novo Hamburgo	1927
21. Sobradinho	1927
22. Tupanciretã	1928

Fonte: Fortes; Wagner (1963).

Em segundo lugar, as regiões coloniais possuíam colégios eleitorais cada vez mais expressivos. Love (1975, p. 59) observou que, entre os censos de 1872 e 1890, houve uma mudança demográfica relativa nas três regiões em que se dividiu o RS. Enquanto a população da Serra (área eminentemente colonial) se elevou em 159%, a do Litoral aumentou 72% e a da Campanha 93%, nesse período de tempo. A Campanha passava a responder então por apenas $\frac{1}{4}$ da população e a Serra por $\frac{2}{5}$. Entre 1890 e 1920, o crescimento da população da Serra apresentou um crescimento de 190,2%, saltando de 375.039 para 1.088.410 habitantes. A população do Litoral saltou de 298.221 para 657.709 habitantes, registrando um crescimento de 120,5%. Enquanto isso, a Campanha ostentava um crescimento populacional de 94,7%, passando de 224.195 para de 436.594 habitantes. No conjunto do estado, a população da Campanha passou a representar 20% do total. (LOVE, 1975, p. 138).

No que diz respeito à taxa de alfabetização, requisito para se qualificar como eleitor, conforme a Constituição do Brasil de 1891, entre todos os estados brasileiros o RS se situava na primeira colocação. Os colonos alemães e italianos muito contribuíram para essa posição de destaque. Considerando todas as idades, São Leopoldo tinha quase 62% de alfabetizados; Caxias do Sul, 46%. (LOVE, 1975, p. 139).

Embora as áreas coloniais não desempenhassem na política papel tão destacado quanto na economia ou proporcional à população existente, ainda assim o número de eleitores foi aumentando. Em 20 de janeiro de 1903, a Comissão de Constituição e Poderes sobre as eleições para presidente do estado examinou os votos dos 65 municípios que compunham os cinco distritos eleitorais apurando os seguintes números:

Quadro 3 – Número de eleitores existentes no RS em 1903 por município

Município	Votos
Porto Alegre	4.786
Viamão	503
S. Leopoldo	3.120
Taquara	2.455
S. Sebastião do Cahy	2.231
S. João do Montenegro	3.327
Garibaldi	989
Caxias	1.373
Gravatahy	562
Bento Gonçalves	1.064
Cruz Alta	1.299
Torres	518
Conceição do Arroio	468
Passo Fundo	710
Santo Antônio da Patrulha	1.119
Lagoa Vermelha	742
Soledade	563
Palmeira	836
Vaccaria	1.300
Santo Ângelo	1.109
S. Luis	911
Villa Rica	859
S. Borja	445
Santiago do Boqueirão	603
Antônio Prado	915
Alfredo Chaves	1.065
S. Gabriel	1.013
Itaqui	143
Uruguayana	567
Quarahy	621
Alegrete	689
Lavras	455
S. Francisco de Assis	609
Rosario	327
S. Vicente	1.047
Livramento	595
Caçapava	711
S. Sepé	318
D. Pedrito	545
Bagé	738
Pelotas	1.566
Rio Grande	1.225
S. José do Norte	537
Santa Victória	215
Jaguarão	550
Herval	328
Arroio Grande	229
S. Lourenço	735
Cangussú	428
Cacimbinhas	177
Piratiny	351
Cachoeira	1.464
Dôres de Camaquã	208

S. João de Camaquam	514
Encruzilhada	467
S. Jeronymo	751
Triumpho	391
Taquary	1.219
Estrella	1.571
Lageado	1.985
Santa Cruz	2.402
Santo Amaro	422
Venâncio Ayres	932
Rio Pardo	742
Santa Maria	1.365
Total	62.934

Fonte: Trindade (1980, p. 103).

Por esses dados, percebe-se ser relevante o número de eleitores existentes em municípios onde a população de descendência alemã e italiana era amplamente majoritária, caso de São Leopoldo, Taquara, São Sebastião do Caí, São João do Montenegro, Garibaldi, Caxias, Bento Gonçalves, Santo Ângelo, São Luiz, Antônio Prado, Alfredo Chaves, São Lourenço, Estrela, Lajeado, Santa Cruz e Venâncio Aires.

No pleito para presidente de estado, realizado em novembro de 1922, Borges de Medeiros venceu seu opositor João Francisco de Assis Brasil. Embora não abranja a votação de todos os municípios existentes na época, analisando o quadro 2 fica patente que, nas regiões coloniais do RS, o PRR possuía o apoio da maioria dos eleitores. Já na Campanha, reduto oposicionista, Borges de Medeiros obteve menores percentuais.

Tabela 1 – Número de votos por candidato na eleição presidencial de 1922 em alguns municípios gaúchos

	Borges de Medeiros		Assis Brasil	
	Número	%	Número	%
SERRA (ZONA COLONIAL)				
Caí	4132	95	250	5
Estrela	1035	88	138	12
Ijuí	2564	96	81	3
Lajeado	2343	91	242	9
Montenegro	1548	83	319	17
Santa Cruz	1434	81	357	19
São Leopoldo	2132	90	250	10
Taquara	3112	89	418	11
Venâncio Aires	1178	96	56	4
TOTAL		89,88		
PLANALTO				
Cruz Alta	2918	93	235	7
Erexim	1124	79	282	11
Palmeira	1867	65	1002	35
Passo Fundo	3072	81	738	19
Santo Ângelo	2309	84	449	16
S. Luis Gonzaga	1311	91	142	9
TOTAL		82,16		

CAMPANHA				
Alegrete	531	68	244	32
Bagé	3309	72	1284	28
Caçapava	712	52	682	48
Camaquã	362	56	282	44
Canguçu	948	56	745	44
Encruzilhada	684	58	502	42
Erxval	386	64	223	36
Quaraí	723	66	373	34
Uruguaiana	1270	59	883	41
TOTAL		61,22		

Fonte: Roche (1969, p. 733, v. 2).

E o número de eleitores nas regiões coloniais não parava de crescer. O presidente Borges de Medeiros, em sua última mensagem encaminhada ao Conselho de Representantes no ano de 1927, comunicou aos parlamentares que, no complexo das regiões coloniais do estado, havia uma população de 950.000 habitantes. Destes, 130.000 eram luso-brasileiros; 390.000 correspondiam a alemães e seus descendentes; 300.000 eram de italianos e seus descendentes; 50.000 de poloneses e russos; e 50.000 eram de origens diversas. A colonização particular no estado estava então representada pela existência de 112 núcleos coloniais, os quais ocupavam uma superfície de cerca de 13.200 km², compreendendo a uma população de aproximadamente 330 mil habitantes. Já a colonização oficial (federal, estadual e municipal) abrangia uma área de 27.045 km², com uma população de aproximadamente 620.000 habitantes, distribuídos por 60 núcleos coloniais. (MENSAGEM, 1927, p. 92).

Em 1928, Getúlio Dornelles Vargas deixava registrado que, nas zonas de colonização oficial, havia 650.000 habitantes; nas de colonização particular, 330.000. Enquanto a densidade da população na região colonial, por quilômetro quadrado, era de 25 habitantes, a da população geral do estado correspondia a apenas 9. (MENSAGEM, 1928, p. 51)

Em terceiro lugar, as regiões coloniais do RS contribuía de maneira significativa para a promoção da diversificação da economia no estado. Nesse sentido, Borges de Medeiros afirmou: “Colonizar as terras públicas é povoar o solo, radicar e desenvolver a agricultura, fomentar a abastança, assegurar a relativa independência humana e implantar a ordem definitiva.” (MENSAGEM, 1914, p.22)

Na economia rural do estado, os gêneros alimentícios exportados correspondiam à cerca de 2/3 dos produtos vendidos para fora do estado, entre 1920 e 1930. (LOVE, 1975, p. 133). Embora tenha iniciado ainda durante o Império, a produção agrícola diversificada é uma das principais características da economia do RS, durante a República Velha. Além do couro, de carne e lã, produzidos tradicionalmente nas áreas pastoris, o RS passou a ser autossuficiente e a exportar o excedente da produção de

gêneros alimentícios, tais como: banha, milho, mandioca, batata, feijão, erva-mate, cebola, arroz, uva, tabaco entre outros gêneros. A produção agrícola era obtida, majoritariamente, nas diferentes regiões coloniais do estado.

Considerações finais

Constatou-se que o sistema de colonização adotado à época do Império foi repudiado pelos republicanos, que o acusaram de ter cedido grandes extensões territoriais a particulares e fomentado um povoamento rápido e desordenado. Pode-se dizer, então, que, no que diz respeito à colonização de terras por imigrantes europeus, os governos do PRR colocaram-se contra a colonização oficial promovida pelo Império e defenderam a corrente imigratória espontânea.

Os governos do PRR defenderam uma colonização mais lenta e não subsidiada, com colonos imigrados espontaneamente, proposta idêntica a desposada por Assis Brasil, ferrenho adversário dos republicanos. Propunham o planejamento da colonização pelo estado, responsável por dotar as regiões de estradas de ferro e de rodagem, escolas e telefonia. Afirmaram não ser possível o progresso econômico sem o aperfeiçoamento do aparelho circulatório da produção. O transporte seria a vida da agricultura; se fácil e barato, seria próspera; se deficiente ou caro, acabaria no aniquilamento.

A encarniçada luta política pelo poder, travada no RS entre republicanos e liberais, conduziu a duas guerras civis. Essa luta travada, entre frações da própria classe dominante, fez com que o PRR buscasse sustentação política para o seu projeto de dominação política nas regiões coloniais do estado. Assim, a colonização estava no centro do programa dos governantes republicanos do RS. Ou, nas palavras de Borges de Medeiros: “Colonizar as terras públicas é povoar o solo, radicar e desenvolver a agricultura, fomentar a abastança, assegurar a relativa independência humana e implantar a ordem definitiva.” (MENSAGEM, 1915, p. 15).

Referências

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Bóris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 383-385.

ANDREOLI, Dejalme. As desigualdades regionais do Rio Grande do Sul. *Indicadores FEE*, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, v. 17, n. 2, 1989.

AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

BEAUJEAU-GARNIER, J. *Geografia da população*. São Paulo: Nacional, 1980.

CONRAD Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quadro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento; Instituto Estadual do Livro, 1976.
- LARANJEIRA, Raimundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983. (Coleção Retratos do Brasil, v. 164).
- LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)*. Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- LOVE, Joseph, L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico-jurídico-social. Parte 1ª – direito sobre os escravos e libertos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.
- MENSAGENS do presidente à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. 1892 a 1930.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992.
- PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.
- PEREIRA, Eloy Lacava. *O Brasil do imigrante*. Caxias do Sul: [s.n.], 1974.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.
- TRINDADE, Hégio. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891-1937*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

As vinhas da ira: o metodismo e a vitivinicultura na colônia italiana da Serra gaúcha

Vicente Martins Dalla Chiesa

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Aluno especial do PPGH-PUCRS

A Igreja metodista na colônia italiana

Em março do ano 1887 foi iniciado o trabalho na região colonial, cuja origem não deixa de ser interessante.
(Manual Metodista, Porto Alegre, 1910)

A presença da Igreja metodista, na Região de Colonização Italiana (RCI) gaúcha, é um assunto pouco conhecido da historiografia.¹ Conforme mencionado na epígrafe acima, o começo da atuação metodista na Serra ocorreu em 1887, ano em que alguns imigrantes italianos, oriundos da região do *comune* de Pederobba, província vêneta de Treviso (Dionisio Baccin, Francesco Goron, Michele Marcon e Francesco Busnello), residentes na ex-colônia Dona Isabel e na colônia de Alfredo Chaves (FLORES, 1937, p. 51-52), dirigiram-se ao pastor João da Costa Corrêa, residente em Porto Alegre, e responsável pela atividade metodista no Rio Grande do Sul, solicitando atendimento espiritual. (SALVADOR, 1982, p. 130). Corrêa atendeu ao chamado e, em 7 de abril de 1887, efetuou o batismo de quatro crianças das famílias Marcon e Baccin.²

A maior parte dos escritos, elaborados por autores metodistas (SALVADOR, 1982; JAIME, 1963), cita que tais imigrantes seriam *valdenses*, denominação cristã surgida no século XII, e que aderiu às teses básicas da Reforma no século XVI, organizando-se em comunidades que se concentraram em alguns vales do Piemonte, a oeste da cidade de Turim. (CONSTANTINO, 2006, p. 181-183). No documento que constitui e organiza formalmente a comunidade de Bento Gonçalves,³ há menção expressa de que uma parte dos membros fundadores já pertencia “à Igreja Evangélica na Itália”, e a publicação metodista mais antiga encontrada refere que esse grupo de imigrantes “conhecera o Evangelho na Itália”.⁴ Contudo, até o presente momento, não foi encontrada qualquer evidência documental que ligue tais famílias (Baccin, Goron, Marcon e Busnello) à Igreja valdense.

O segundo núcleo de atividades da Igreja metodista, na região serrana, foi a localidade de Forqueta Baixa, ou Forqueta do Caí, no interior de Caxias. Ali se

¹ Tal temática já foi abordada em outro trabalho de minha autoria intitulado *A Igreja metodista na antiga região colonial italiana do nordeste do Rio Grande do Sul*. Retomo aqui, em linhas gerais, como iniciou e se desenvolveu o trabalho metodista regional em suas primeiras décadas, do final de 1880 até por volta de 1930.

² Livro de registro de batismos da Igreja Metodista Central de Porto Alegre (1887-1888).

³ Ata de fundação, lavrada pelo pastor João da Costa Corrêa, datada de 27/03/1889.

⁴ Manual Metodista, Porto Alegre, 1910.

estabeleceram três famílias italianas valdenses, oriundas dos vales históricos no Piemonte, de sobrenomes Beux, Chaulet e Peyrot.⁵ Essas famílias foram contatadas, em 1891, por um colportor francês chamado Victor Pingret, e integradas na estrutura da Igreja metodista na região (MANUAL METODISTA, 1910, p. 12), sendo atendidas eclesialmente por outro imigrante italiano radicado no Uruguai e enviado pela Missão Metodista para a América do Sul, Matteo Donati.⁶ A origem valdense dessas famílias também foi evidenciada pelos estudos de Núncia Santoro de Constantino, que compulsou documentação do Arquivo Histórico Valdense, de Torre Pellice, na Itália, e encontrou correspondência referente a elas. (CONSTANTINO, 2006, p. 181-183).

Com base nesses dois locais iniciais, a Igreja Metodista espalhou-se pela região serrana. A partir de Bento Gonçalves, foram organizadas comunidades nas sedes dos municípios de Alfredo Chaves, em 1896 (FLORES, op. cit., p. 72); Garibaldi, estabelecida como igreja autônoma em 1923, mas com membros residentes desde a década de 1890,⁷ e Guaporé, em 1906 (formada essencialmente com famílias reemigradas da área de Bento Gonçalves),⁸ além de atividades em Carlos Barbosa.⁹ A partir da Forqueta, surgiram as comunidades de Gramado, estabelecida a partir de 1906 na localidade de Linha Bonita, no interior daquele município (FLORES, op. cit., p. 55); Caxias, em 1916 (JAIME, op. cit., p. 92), e uma pequena comunidade em Nova Vicenza, atual Farroupilha.¹⁰

Numericamente, a presença metodista não foi expressiva. Tome-se, por exemplo, o período de meados da década de 1920, quando há abundância de dados estatísticos, tanto dos poderes públicos como da própria Igreja metodista. Comparando-se a população total de cada município¹¹ com o número de membros das igrejas metodistas locais,¹² tem-se os seguintes percentuais: Alfredo Chaves e Guaporé, 0,07%; Bento Gonçalves, 0,18%; Caxias (abrangendo Nova Vicenza e Forqueta), 0,44%; Garibaldi (abrangendo Carlos Barbosa) 0,20%. No entanto, esses dados mascaram o fato de que a Igreja metodista conseguiu formar comunidades em grande parte das maiores cidades da RCI, na Serra gaúcha, tornando-se a única denominação protestante, no período em estudo, a se estabelecer firmemente na referida zona e cooptar, de forma efetiva, adeptos entre a população de imigrantes italianos e seus descendentes. A presença metodista,

⁵ Livros de registro de batismos (1889-1913) e casamentos (1889-1928) da Igreja Metodista de Bento Gonçalves, onde há várias menções aos membros das citadas famílias, como *valdenses italianos* ou *de origem valdense italiana*.

⁶ *O Testemunho*, 15 de abril de 1905.

⁷ Livro de registros da Igreja metodista de Garibaldi (1923-1935).

⁸ Rol de membros da Igreja metodista de Guaporé (1913-1920).

⁹ Livro de atas da Conferência Distrital Colonial (1923-1936).

¹⁰ *Idem*.

¹¹ Com base nos dados fornecidos no *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*.

¹² Dados consultados nas atas do Concílio Regional para o ano eclesialístico de 1924-1925. Os números absolutos são os seguintes: Alfredo Chaves e Guaporé, 53; Bento Gonçalves, 39; Caxias, 75; Nova Vicenza e Forqueta, 49; Garibaldi e Carlos Barbosa, 36; Gramado e Taquara, 77.

portanto, merece ser considerada no estudo do cenário regional, especialmente porque há evidências claras de que as ideias propagadas pelos metodistas não atingiam apenas os membros da sua Igreja.

O jornal *O Testemunho*, publicado em Porto Alegre de 1904 a 1917, foi o órgão oficial da Igreja metodista no Rio Grande do Sul naquele período. Além de artigos sobre doutrina religiosa, noticiário mundial e estadual e informações das comunidades, era publicada, em cada edição, uma lista dos assinantes que haviam quitado suas obrigações financeiras com o jornal. Compulsando os exemplares do periódico, além dos membros da Igreja, há menções a nomes de várias personalidades conhecidas na região, evidenciando que o ideário apresentado pelo jornal chegava até pessoas que, embora não fossem metodistas, tinham destaque socio-econômico e certo grau de influência nas comunidades onde viviam.

Indispensável é considerar também que a Igreja metodista é, dentro da classificação tradicional do protestantismo brasileiro, uma Igreja de missão (MENDONÇA; VELASQUEZ FILHO, 1990, p. 31-45), que objetivava a conversão e a arregimentação de novos adeptos, de forma que sua pregação vai ser orientada para a expansão. (MESQUIDA, 1994, p. 103-107, 110-124). Na feliz frase de Dreher, “o protestantismo de missão chegou à América Meridional sem povo e teve que criar para si tal povo”. (DREHER, 2006, p. 120, 127). Há muitos indicativos, nas fontes consultadas, de que a atuação metodista na área de colonização italiana seguiu essa linha. Veja-se o conteúdo do relatório do pastor João Ruiz sobre o estado geral da Igreja no Circuito de Bento Gonçalves, em 18 de outubro de 1903:

Visitei a maioria das nossas famílias em Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Guaporé e linhas adjacentes. Em todas as minhas visitas realizei reuniões de culto com pregação. De uma conferência pública em Garibaldi, na casa do nosso amigo Sr. Plínio de Freitas, a qual foi bem concorrida. Na Vila de Guaporé realizei duas conferências com muito bom êxito, pois apresentaram-se 10 pessoas como candidatas. (Atas da conferência trimestral do Circuito de Bento Gonçalves, 1903-1909).

Não há dúvida de que esse proselitismo metodista não ocorreu de forma fluida e sem resistências. Os embaraços descritos nos diversos relatos elaborados por pastores e leigos são muitos e, ao menos em parte, apresentados pela Igreja católica. Uma avaliação mais ampla do efetivo grau de sucesso da inserção metodista na RCI é tarefa complexa. O que cabe aqui ressaltar é que as fontes, especialmente o jornal *O Testemunho* e a documentação produzida pelas comunidades locais, demonstram que a Igreja metodista fez um grande esforço financeiro e humano para se estabelecer nessa região e ali propagar não apenas sua própria leitura da doutrina cristã, mas também sua

visão de um mundo organizado em conformidade com essa doutrina. Nesse contexto, seguindo uma orientação que vem desde o seu fundador, uma das diretrizes adotadas pela Igreja metodista na área serrana foi o combate às bebidas alcoólicas.

A disciplina metodista e o álcool

A Igreja Metodista exige dos seus membros abstinência total; é, por conseguinte, um elemento poderoso na purificação da sociedade.
(*O Testemunho*, 1º de novembro de 1904)

Quando o movimento metodista surge na Inglaterra, em meados do século XVIII, o país vive as etapas iniciais da Primeira Revolução Industrial, que inaugurou novas formas de produção, e provocou significativas alterações no tecido social. Ao lado da dinamização econômica, surgem problemas relacionados ao empobrecimento de uma parcela da população, às longas jornadas laborais, às condições precárias de trabalho, à exploração da mão de obra feminina e infantil. (REILY, 1993, p. 71-72). É esse o contexto encontrado pelo fundador do movimento, John Wesley, clérigo da Igreja anglicana. Sua vida como líder religioso foi caracterizada por uma postura de ativismo e de reforma nos costumes. Ele fez conferências ao ar livre, pregou aos mineiros em seus locais de trabalho, insistiu na fundação de escolas para educar adultos e crianças, lutou para a reforma do sistema prisional e posicionou-se firmemente contra a escravidão. (REILY, 1981, p. 147-170). Na sua doutrina, a presença do Espírito Santo na vida do indivíduo se manifesta no constante aperfeiçoamento e no combate aos vícios. Entre os inúmeros aspectos do cotidiano da Inglaterra no tempo de Wesley que, na visão do fundador, deviam ser modificados, em direção a uma “vida santificada”, há um em especial que nitidamente chamou a sua atenção, e foi objeto de várias de suas pregações, o abuso do álcool.

Existem pesquisas mais recentes, embasadas em ampla análise dos textos de John Wesley, demonstrando que o fundador não advogava abstinência absoluta, mas sim moderação, autorizando a ingestão de bebidas de baixo teor alcoólico, como a cerveja caseira, mas combatendo o consumo do que chamava de *strong liquors*, ou seja, bebidas fortes, como o gim holandês. (RENDERS, 2012). No entanto, a interpretação dos escritos de Wesley ao longo do tempo tendeu a uma postura rígida, que caracteriza o álcool como um veneno entorpecedor, de maneira que a militância antialcoólica foi muito presente nas comunidades metodistas, particularmente nos Estados Unidos, local para onde, ainda no século XVIII, o movimento wesleyano foi transplantado, organizando-se em Igreja autônoma em 1784 (REILY, 1993, p. 93-94), e onde floresceu até se tornar, na

segunda metade do século XIX, a maior denominação protestante da nação. (MESQUIDA, 1994, p. 100-103).

Como se vê, no intervalo temporal em análise, de fins do século XIX ao início da década de 1930, a tendência foi de uma crescente radicalização na postura antialcoólica. É essa convicção que vai chegar ao Brasil e ao Rio Grande do Sul. Com efeito, as primeiras comunidades locais, em seus atos constitutivos,¹³ se declaram regidas pelos mesmos estatutos da Igreja-mãe, os quais classificam a embriaguez como “um crime expressamente proibido na Palavra de Deus”. Poucos anos após, o órgão oficial dessa Igreja, no Rio Grande do Sul, o jornal *O Testemunho*, em sua edição de 1º de outubro de 1904, segue a mesma orientação:

Grande número de médicos e professores de anatomia no século atual, na Europa e na América, condenam as bebidas alcoólicas, afirmando peremptoriamente que os alcoólicos estorvam a ação medicinal dos remédios aplicados aos enfermos. Tem, portanto, muita razão a gloriosa Igreja Metodista em condenar as bebidas fermentadas e proibir aos seus membros não só o abuso, mas também o uso de tais tóxicos. (O TESTEMUNHO, 1904).

À semelhança do que ocorreu nos EUA,¹⁴ a postura da Igreja local parece ter sofrido maior enrijecimento com o passar do tempo, não apenas através da condenação do fabrico e da venda de alcoólicos, mas pela insistência na abstinência em toda e qualquer situação. Essa postura fica curiosamente evidente na capa de uma publicação realizada em 1910, em Porto Alegre, intitulada *Manual Metodista*. A capa dessa brochura, apresentada em anexo, mostra uma propaganda com os seguintes dizeres: “O suco de uvas sem álcool do depósito Samuel Hahnemann é incontestavelmente o que há de melhor no gênero. [...] O único que deve ser usado à mesa!” A expressão “suco de uvas sem álcool” está em letras grandes e negritadas, e os pontos de exclamação, após a frase “O único que deve ser usado à mesa”, pertencem ao original. O fato de ser essa a propaganda principal da capa do almanaque deixa bem clara ao leitor a condenação veemente da Igreja metodista ao fabrico e consumo de preparados alcoólicos com base em uvas. Tais advertências dificilmente poderiam estar mais em descompasso com os hábitos da população regional.

¹³ Atas de fundação das Igrejas metodistas de Porto Alegre (1885) e Bento Gonçalves (1889)

¹⁴ Conforme MENDONÇA (1990, p. 13), as Igrejas evangélicas brasileiras, com origem missionária, tenderam, ao longo de sua história, a acompanhar as ondas de conservadorismo vindas das Igrejas norte-americanas.

A uva, o vinho e a identidade da colônia italiana

*Io ho bevuto tutto e non mi ha fatto male
L'acqua la fa male, il vino fa cantar*
(Canção do folclore regional)

A imagem da Serra gaúcha e da colonização italiana está fortemente associada à produção de vinho e ao cultivo da videira, vínculo que é anterior aos grandes investimentos em divulgação e propaganda, feitos nas últimas décadas e ligados à promoção do turismo. Tal associação é tão evidente e automática, que sugere a existência de uma multiplicidade de causas geradoras. Em meu entender, há pelo menos três aspectos dessa relação que merecem discussão e aprofundamento: a) o hábito do consumo do vinho, trazido da pátria de origem dos imigrantes e aqui amplamente difundido; b) o peso relativo que a cultura da vide e a indústria vinícola tiveram no cenário econômico regional; c) a questão simbólica e identitária.

A maioria dos colonos de língua italiana, que se estabeleceu na área serrana, vinha do Norte e Nordeste da atual Itália, do Vêneto e da Lombardia, além do Friuli e do Trentino (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 35-37). Em todas essas áreas, a cultura da uva era bastante difundida (SAQUET, 2001, p. 69), de forma que as atividades relativas ao seu cultivo e ao processo de fabricação do vinho eram de conhecimento dos agricultores locais. É certo que o camponês da Itália setentrional nem sempre tinha ampla possibilidade de beber vinho, em razão das limitações de ordem econômica. No entanto, depois da chegada ao Brasil, quando foi possível ao colono elaborar vinho com o fruto das videiras por ele cultivadas (COSTA et al., p. 66), a oportunidade não foi desperdiçada. Existem muitas referências, nos relatos de imigrantes e descendentes, ao vinho como bebida usual de todas as refeições, ao invés de água ou outro líquido. (DE BONI; GOMES, 1983, p. 36-39; DALCIN, 2008, p. 89). No entanto, além do consumo privado e no âmbito da família, o vinho também está fortemente ligado à sociabilidade, ao filó, aos encontros, às diversas reuniões efetuadas pelos imigrantes e por seus descendentes. É certo que há indicativos do abuso do álcool, seja pela ampla possibilidade de acesso, seja por questões inerentes ao psiquismo dos imigrantes e descendentes, submetidos a um processo vigoroso de desenraizamento. Contudo, independentemente desse aspecto, o consumo de bebidas alcoólicas, em especial aquelas elaboradas à base de uvas, era indubitavelmente algo generalizado no período em estudo.

No tocante à questão econômica, o primeiro dado a registrar é que a uva foi a primeira grande cultura comercial da RCI, especialmente nas colônias mais antigas, situadas à margem esquerda do rio das Antas, Conde D'Eu, Dona Isabel, Caxias e a

colônia particular Sertorina. (SANTOS, 2014, p. 141-155; ROTHWELL, 1959, p. 85-87). Nos relatórios dos cônsules italianos, que atuaram no Rio Grande do Sul, no período de 1883 a 1913, é frequentemente mencionado que o cultivo da videira era o que demandava mais esforços e também o que proporcionava maiores lucros. (COSTA et al., 1992, p. 20-29). A produção vitícola não era destinada ao consumo do fruto *in natura*, nem mesmo ao fabrico de suco de uva, mas sim à elaboração de vinho. Diante dessa disponibilidade de matéria-prima, “a indústria do vinho foi, por muitos anos, a principal atividade industrial de toda a zona colonial”. (HERÉDIA, 1997, p. 75). No ano de 1925, em que se celebrou o cinquentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, os autores dos vários textos contidos no álbum publicado naquela ocasião também deixaram registrado o peso da atividade vitivinícola na região colonial.

É certo que, ao longo do século XX, esse peso relativo diminuiu. No entanto, chama a atenção o fato de a iconografia da uva e do vinho continuar sendo um dos mais fortes símbolos da região. Talvez a maneira mais clara de verificar isso seja nas festas regionais, nas quais, nas palavras de Ribeiro, há a mostra para o mundo exterior do que se é e de como a comunidade local se enxerga. (RIBEIRO, 2002, p. 53). O primeiro aspecto a observar é que, embora as festas sejam, em sua maioria, realizadas nas cidades,

[...] estão impregnadas de símbolos relacionados ao mundo agrário. Essa característica parece expressar não a desorientação ou a resistência da população da região à dinâmica da vida urbana, mas a articulação existente entre o mundo urbano e o mundo dos camponeses imigrantes que deram origem à cultura regional ou à cultura da imigração italiana. (RIBEIRO, op. cit., p. 49).

Com efeito, para os residentes na zona rural, como o sustento familiar dependia da colheita, a vindima era tão significativa que, fosse abundante ou fraca, as memórias do agricultor de origem italiana serão balizadas por elas, como as pedras milenares das antigas estradas romanas. Todos esses elementos fazem com que as questões referentes à uva e ao vinho perpassem as estruturas mentais e mnemônicas das pessoas. A escritora Alice Gasperin, que residiu no interior do Município de Farroupilha, relembra o ano da morte de seu pai, citando a significativa quantidade de quilos de uva colhidos alguns meses depois. (GASPERIN, 1984, p. 67). Em outra obra, refere recordar de um ano economicamente difícil, citando os comentários familiares, no sentido de que a receita da uva teria sido pequena frente aos gastos com transporte e defensivos. (GASPERIN, 1989, p. 211).

As referências à uva e ao vinho também estão muito presentes em ditados, provérbios e cantos da população de origem italiana no Rio Grande do Sul. (GARDELIN,

1980). No levantamento dos provérbios encontrados no Rio Grande do Sul, em língua italiana padrão e dialetos italianos, realizado por Rovílio Costa e Arlindo Battistel, a uva e o vinho também aparecem com destaque. (COSTA; BATTISTEL, 1982). Entre os muitos ditos por eles coletados, cito o que segue: “Se voi veder ´na fameia contenta, deghe vin, pan e polenta”, ou, em tradução livre, “Se queres ver uma família feliz, dê-lhe vinho, pão e polenta”. Fica assim evidente que a uva e o vinho não apenas são símbolos da região, mas da italianidade e da história da colonização italiana, motivos pelos quais têm um lugar especial no *ethos* regional: “O caráter simbólico da uva como elemento veiculador de significados culturais [...] está relacionado, de forma emblemática, às vicissitudes históricas dos imigrantes italianos na serra gaúcha e à conquista de sua independência econômica”. (RIBEIRO, 2002, p. 50). Tal simbologia, que já estava presente no lapso temporal do presente estudo, foi o cenário que emoldurou o encontro do cortejo de Baco com a herança de Wesley.

A coexistência de *ethoi* dissonantes

*Recomendamos que no nosso distrito demos o máximo
combate ao álcool contido nos mais diversos preparados.*
(Trecho de ata da 5ª conferência distrital colonial, 27 de abril de 1929).

Neste momento, impõe-se investigar o que aconteceu nas várias congregações metodistas serranas. Como ocorreu essa justaposição de uma tradição, uma atividade economicamente rentável e um hábito amplamente difundido com a obediência a um preceito religioso, que não veda apenas o consumo, mas a própria fabricação e venda de bebidas alcoólicas? Neste caso, há duas fontes que podem auxiliar a tentar compreender o processo aqui analisado. A primeira são as atas dos concílios regionais distritais, reuniões dos representantes das comunidades metodistas serranas, que aconteceram a partir de 1923, quando a zona em estudo passa a constituir um distrito da Igreja metodista gaúcha, o Distrito Colonial. Em tais reuniões foram debatidas e reduzidas a termo as discussões e proposições referentes à atuação dessa Igreja em toda a região, e nelas há várias menções à questão do consumo de álcool. A segunda fonte é o conjunto de escritos deixado pelo imigrante italiano Antonio Premaor, fundador e membro atuante da comunidade metodista de Bento Gonçalves de 1889 a 1932. No mesmo período, ele foi produtor de uva e de vinho, e deixou diversos registros a respeito de suas atividades.

Já nas atas relativas à primeira conferência,¹⁵ no ano de 1923, há a identificação da questão do hábito arraigado do consumo de bebidas, e é aprovada uma moção no

¹⁵ Para as citações referentes ao livro de atas da conferência distrital colonial, será utilizada a abreviatura LACDT.

sentido de que novos membros sejam recebidos nas comunidades, somente após um período prévio de instrução e um voto especial de abstinência (LACDT, 1ª Conferência, Sessão de 7/4/1923, p. 4). É dito que “os velhos beberrões corrompem os jovens”, ou seja, que o beber é um hábito socialmente aprendido pelos jovens dos mais velhos, e esse aspecto da avaliação não parece equivocado, tendo em conta o citado consumo familiar cotidiano e nas situações sociais.

Após um hiato de alguns anos, quando o assunto não é mencionado nas atas, a questão volta com toda a força na conferência de 1929, época em que a Lei Seca ainda vige nos Estados Unidos. Como visto anteriormente, o enrijecimento da postura antialcoólica americana se propagou ao Brasil, e, na década de 1920, parece ter finalmente chegado à região. Aparece aqui, pela primeira vez, o eco das opiniões manifestadas pela Igreja metodista do Sul dos Estados Unidos, no sentido de que as Escrituras proíbem o consumo e o fabrico de vinho. (LACDT, 5ª Conferência, Sessão de 26/4/1929, p. 38). Logo adiante, há uma dura investida a respeito da discrepância entre as determinações da disciplina e da hierarquia da Igreja e os hábitos locais, sendo afirmado que os membros da Igreja metodista, residentes em Bento Gonçalves e Alfredo Chaves, foram recebidos e mantidos como membros da Igreja, sem serem devidamente instruídos na disciplina, e que “como ninguém tenha tomado providências para deixarem de fabricar e usar bebidas alcoólicas, e que alguns pastores tenham tomado vinho com eles, assim não eles devem ser aconselhados, repreendidos e processados, mas também seus cúmplices”. (LACDT, 7ª Conferência, Sessão de 26/4/1929, p. 40-41).

Além disso, a orientação no sentido de um maior rigor nas posturas está muito presente nesse concílio, sendo igualmente abordada a questão da ingestão de vinho na Santa Ceia: “Que o substituto do vinho na ceia seja pelo (sic) suco de uvas”. (LACDT, 7ª Conferência, Sessão de 27/4/1929, p. 42). Houve uma tentativa de conciliação, como se pode ver na seguinte citação: “[...] quanto ao caso do vinho, que se deve também ensinar a fabricação de suco, polpa de uva, etc., para evitar a fabricação do vinho alcoolizado. No entanto, o Concílio constatou que o crente verdadeiramente convertido deixa naturalmente o vinho”. (LACDT, 9ª Conferência, Sessão de 7/5/1931, p. 59). Verifica-se aqui o cunho ortodoxo do concílio, que analisa a questão sob um prisma predominantemente dogmático e comportamental. Ainda que pareça ter ocorrido uma intervenção, no sentido de tentar considerar o fato de que boa parte da renda do agricultor regional dependia da cultura da vinha, a mera proposta de se pensar em uma alternativa que conciliasse a disciplina da Igreja com a realidade fática restou truncada. Portanto, o posicionamento oficial das Igrejas metodistas serranas não destoava do cenário estadual.

Mas, talvez, a melhor maneira de procurar pistas sobre o que ocorria no dia a dia das congregações seja a análise das três cadernetas de anotações deixadas por um de seus membros. O imigrante italiano Antonio Premaor¹⁶ nasceu em Treviso, em 12/7/1854. Chegou solteiro e sem família à colônia Dona Isabel em 29/6/1879, estabelecendo-se no lote número 12 da Linha Zamith. Casou-se na Igreja católica com a também imigrante Angela Meggiolaro, em 07/09/1882, e teve nove filhos, dos quais seis chegaram à idade adulta. Exerceu atividades na agricultura e empreitada de obras. Converteu-se à Igreja metodista, participando da fundação da comunidade de Bento Gonçalves em 1889, onde teve atuação destacada em diversas funções (guia leigo, ecônomo, delegado aos concílios distritais e estaduais), até seu falecimento, em 2/9/1932.

Seus escritos, registrados nas citadas três cadernetas, abrangem anotações relativas à construção de pontes e casas, recebimento de aluguéis de casa na cidade, entregas de uva e vinho a comerciantes do núcleo urbano de Bento Gonçalves e às principais vinícolas então existentes na cidade, valores consignados e emprestados aos filhos e a terceiros, despesas domésticas, receitas de medicamentos caseiros, efemérides, contabilidade da Igreja e da escola dominical, entre várias outras anotações esparsas, abrangendo o período de 1895 a 1931. Os registros foram efetuados em língua italiana, e são, em sua maioria, bastante curtos. Contudo, encontram-se registrados, lado a lado, dados referentes à atividade vitivinícola de Premaor e relativos à sua atuação como ecônomo e líder leigo de sua Igreja, que são apresentados em anexo. Ao longo de todo o período estudado, de fins do século XIX até o início da década de 1930, Antonio Premaor e sua família foram viticultores e fabricaram vinho. Os dados coletados não permitem afirmar taxativamente que se tratasse de um grande produtor em termos quantitativos, até porque, como visto, esse imigrante exercia outras atividades além da agricultura. No entanto, chama a atenção a produção qualificada, uma vez que Premaor não entrega aos compradores apenas uvas americanas, como a Isabel, a mais comumente plantada, mas viníferas tintas, como a Barbera, e também uvas brancas. Outro aspecto digno de nota são as transações comerciais com outros dois membros da Igreja, Giuseppe Cabrillo e Dionisio Baccin. Premaor consigna e vende vinho a Cabrillo em duas ocasiões, em 1914 e 1920, época em que este era dono de uma padaria e de um negócio de 4ª classe (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 244), onde eram vendidas bebidas alcoólicas. Já em relação a Dionisio Baccin, há uma venda registrada, em 1902, de

¹⁶ Os dados biográficos aqui apresentados foram obtidos em documentação existente na Igreja metodista de Bento Gonçalves e no acervo deixado pelo próprio imigrante, em particular um manuscrito intitulado *Libro delle memorie di Antonio Premaor*, elaborado provavelmente na década de 1910. Parte desse material está em poder de seus descendentes diretos, e outra parte pertence ao Sr. Ademir Gugel, que, gentilmente, a cedeu para a elaboração deste trabalho.

pouco mais de 260 litros, aparentemente para consumo doméstico, seja em razão da quantidade, seja porque Baccin nunca foi comerciante. Ainda que tais transações tenham ocorrido anteriormente ao período em que o ardor da pregação antialcoólica parece ter chegado à região, elas são significativas porque envolvem os três homens que foram as lideranças leigas mais importantes da Igreja metodista de Bento Gonçalves, em suas primeiras décadas de existência.

Além disso, é relevante notar que, conforme seus registros, Antonio Premaor não apenas hospeda um clérigo em sua própria casa (Matteo Donati, entre 1910 e 1911), como também, em plena década de 1920, foi responsável pela entrega do salário ao pastor e, em ao menos uma ocasião (1931), emprestou dinheiro ao caixa da Igreja para que a comunidade pudesse efetuar esse pagamento. Não há dúvida que tal quadro deixa um pastor em situação difícil: a pessoa com preparo teológico que é designada para a orientação espiritual da congregação defronta-se com uma realidade que conflita com a previsão dos Cânones e a tradição metodista; não bastasse isso, o responsável por fornecer seus vencimentos é um dos anciãos da comunidade, pessoa com uma respeitável lista de serviços a ela prestados, mas cuja atividade econômica e social não se enquadra integralmente no comportamento esperado. Por fim, um dado importante: Antonio Premaor, enquanto representante da Igreja metodista de Bento Gonçalves, esteve presente em todas as conferências distritais no período de 1923 a 1929 cujas atas foram aqui citadas, época em que foi condenada, de forma tão veemente, a fabricação e o consumo de vinho.

À guisa de conclusão

Ainda é tempo de vindima sobre os ombros da montanha
(Oscar Bertholdo – Poema da perfeita vindima)

Estudar a história da presença metodista na RCI, no nordeste gaúcho, é deparar-se com a trajetória de uma minoria de religião evangélica, num contexto de ampla maioria católica, em que a presença eclesial era – e é – significativa. A sobrevivência desses grupos evangélicos dependeu de um grau elevado de coesão interna e de certos apoios externos, não apenas em termos de recursos financeiros, mas especialmente de pessoas que vinham reforçar as comunidades, seja por deslocamentos espontâneos, seja em razão das deliberações administrativas da Igreja metodista. No entanto, se o poder dessa estrutura institucional foi indubitavelmente acionado, no sentido da preservação e potencial ampliação das Igrejas locais, as fontes utilizadas para a elaboração do presente trabalho indicam que algumas diretrizes, emanadas dessa mesma administração, geraram fricções no seio das comunidades.

Analisando tudo o que foi exposto ao longo do texto, fica claro que ocorreu, na região em estudo, aquilo que Antônio Gouvêa Mendonça refere como uma dificuldade para a inserção do protestantismo de missão no Brasil: o apresentar-se como contracultura, a exigência de que seus adeptos adotem comportamento radicalmente diferente das normas de conduta socialmente aceitas. (MENDONÇA, 1995, p. 148-149). O exemplo que o autor utiliza para exemplificar essa situação é elucidativo, o dos mutirões que eram realizados pelos camponeses, no interior do Estado de São Paulo, onde, após o trabalho coletivo, se bebia e se dançava, atividades vedadas aos neoconvertidos, o que acarretava restrição dos espaços de convivência entre os grupos protestantes e a sociedade local. As semelhanças com as áreas de colonização italiana, onde, como visto, a sociabilidade e o consumo de bebidas alcoólicas andavam juntos, são evidentes.

Nessa mesma linha de raciocínio, ao estudar a situação de sistemas religiosos em competição numa mesma área, Berger demonstra que os grupos minoritários tendem a criar estruturas de caráter sectário, o que lhes gera várias dificuldades práticas e teóricas (Berger, 1985, p. 61-63), raciocínio que se aplica perfeitamente ao caso estudado, em que há grande dissonância entre a rígida militância antialcoólica e a realidade circundante. É certo que a situação regional nem sempre foi assim. Não obstante o tradicional discurso metodista, contrário ao consumo de alcoólicos, o silêncio das fontes acerca da questão, no período anterior à década de 1920, demonstra que havia, até então, certo grau de flexibilidade. Não apenas as vendas de vinho feitas por Antonio Premaor a membros da Igreja comprovam isso, o conteúdo das cadernetas escritas por ele, com sua grande diversidade de anotações e a miscelânea de assuntos, indica essa fluidez existente na vida cotidiana, entre os assuntos da Igreja e as contas comerciais, entre o paradigma e a realidade. Contudo, ao menos no tocante à questão aqui abordada, fica evidente que, na terceira década do século XX, houve uma clara transição entre a era de estabelecimento das comunidades metodistas regionais, nas quais homens como Antonio Premaor, Dionisio Baccin e Giuseppe Cabrillo foram peças fundamentais para, num segundo momento, em que parece que a estrutura metodista regional tendeu cada vez mais a se integrar aos planos estadual e nacional, estreitar laços. Esse processo a toda evidência exigiu adaptações, que, talvez, não tenham sido integralmente aceitas pelas comunidades.

Como menciona Tourn, ao estudar o protestantismo e a difusão do ideário protestante na sociedade italiana, abandonar uma maioria para se tornar uma minoria não é fácil, até porque as motivações devem necessariamente ser de natureza ideal e espiritual. Há que se enfrentar muitas desvantagens práticas, que podem afastar a maior parte dos adeptos potenciais. (TOURN, 1998, p. 137). No caso em análise, as novas gerações e os candidatos ao ingresso nas Igrejas metodistas regionais, a partir da década

de 1920, certamente tiveram menos margem de manobra comparativamente às gerações anteriores, tendo em conta a pressão institucional para uma adaptação mais estrita aos parâmetros de conduta exigidos. Contudo, para boa parte da população regional, que no período em tela ainda era maciçamente rural, o abandono da cultura da uva e da fabricação do vinho, além de um rompimento radical com a tradição e com os hábitos cotidianos, acarretaria um suicídio econômico. Isso, entre outros aspectos, certamente dificultou a expansão da Igreja metodista na região, e contribuiu para que, ao longo do século XX, o perfil de seus membros mudasse significativamente: de uma igreja composta quase exclusivamente por agricultores ítalos quando da fundação das primeiras comunidades, ela se torna progressivamente uma igreja frequentada pela população urbana, onde o percentual de ítalo-descendentes diminuiu sensivelmente.

Referências

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: Casa das Artes, 2005.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que aconteceu com os valdenses? Italianos e italianos no Brasil meridional. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente. (Org.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes*. Projeto ECIRS 25 anos. Caxias do Sul: Educs, 2006.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Assim vivem os italianos: religião, música, trabalho e lazer*. Porto Alegre: EST Edições; Caxias do Sul: Educs, 1982. v. II.

COSTA, Rovílio et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1992.

DALLA CHIESA, Vicente. A Igreja metodista na antiga região colonial italiana do nordeste do Rio Grande do Sul. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz et al. (Org.). *Anais do Seminário Internacional Festas, comemorações e rememorações na imigração e XXI Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014.

DALCIN, Maria Stefani. *Vale dos Vinhedos: história, vinho e vida*. Bento Gonçalves: MSD Empreendimentos Culturais, 2008.

DE BONI, Luis A.; GOMES, Nelci R. *Entre o passado e o desencanto*. Caxias do Sul: Educs, 1983.

DREHER, Martin N. *Para entender: fundamentalismo*. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

FLORES, João do Prado. *A história do metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1937. Texto mimeografado.

GARDELIN, Mário. *E cantavam*. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1980.

_____; COSTA, Rovílio. *Os povoadores da Colônia Caxias*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

- GASPERIN, Alice. *Vão simhora*. Porto Alegre: EST Edições, 1983.
- _____. *Farroupilha: ex-colônia particular Sertorina*. Farroupilha: Ed. da autora, 1989.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EducS, 1997.
- JAIME, Eduardo Mena Barreto. *História do metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gráfica Moderna, 1963.
- MANUAL METODISTA. Porto Alegre: [s.n.], 1910.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.
- MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil (Um estudo de caso)*. Juiz de Fora: EDUJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.
- O TESTEMUNHO. Órgão oficial da Missão Sul-Brasileira da Igreja Metodista Episcopal do Sul. Porto Alegre, 1º nov. 1904 e 15 jan. 1915. (Edições citadas, o jornal circulou de 1904 a 1917).
- REILY, Duncan Alexander. *Metodismo brasileiro e wesleyano: reflexões históricas sobre a autonomia*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1981.
- _____. *A história da igreja*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1993.
- RENDERS, Helmut. *O consumo de álcool segundo as gravuras Beer Street e Gin Lane de William Hogarth e as obras de John Wesley: convergências e diferenças. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.19, n. 4, p. 1191-1218, out./dez. 2012,
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. *Festa & Identidade: como se fez a Festa da Uva*. Caxias do Sul: EducS, 2002.
- ROTHWELL, Stuart Clark. *The Old Italian Colonial Zone of Rio Grande do Sul, Brazil*. Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1959.
- SACHET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- SALVADOR, José Gonçalves. *História do Metodismo no Brasil: dos primórdios à Proclamação da República (1835 a 1890)*. Rio de Janeiro: Centro Editorial Metodista de Vila Isabel, 1982. v. I.
- SANTOS, Sandro Rogério dos. Stefano Paternó e a construção do empreendedorismo cooperativo na Serra Gaúcha. In: FAY, Claudia Musa; DE RUGGIERO, Antonio (Org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.
- TOURN, Giorgio. *Italiani e protestantesimo: un incontro impossibile?* Turim: Claudiana Editrice, 1998.

ANEXO I – Capa do manual metodista, editado em Porto Alegre em 1910

o Succo de Uvas sem alcool
do deposito SAMUEL HAHNEMANN e
incontestavelmente o que ha de melhor no genero
Especialidade para convalescentes
O UNICO QUE DEVE SER USADO A MESA!!

Deposito geral: "PHARMACIA DO POVO"
393 - Rua dos Andradas - 393 - PORTO ALEGRE



SUCCO DE UVAS
nao fermentado e
escrupulosamente preparado
da melhor uva americana
para o
Deposito SAMUEL HAHNEMANN
Andradas 413 Porto Alegre

Deposito geral: JOAO E. TAVARES
47 - Rua Quitanda - 47 - RIO DE JANEIRO

ALLIUM SATIVUM

composto do Dr. JOÃO C. CUKKÊH
nao tem rival na cura dos resfriados
— influencia e grippe —

Antônio G. Mendes

ANEXO II – Excertos das cadernetas de Antonio Premaor, organizados em ordem cronológica

Nota: A quantificação do vinho comercializado é sempre indicada por Premaor em ‘medidas’, conforme uso da época; os valores inseridos em negrito, referentes à conversão de medidas em litros, foram calculados com base na informação de que uma medida de vinho corresponderia a aproximadamente dois litros e meio. (GASPERIN, 1984, p. 33).

1896: agosto, a Angelo, por trabalho de serraria por conta da igreja, 9 ½ réis por dia, 47.500;

1901: 02 e 03 de junho, consignado a Prosdocimo Pani 640 medidas de vinho (**1.600 litros**), totalizando 264.780 réis;

1901: agosto, consignado vinho em barris – 59;

1902: a Dionisio Baccin, 107 medidas de vinho a 240 réis, total 25.680 réis (**267,5 litros**);

1902: junho, recebi 20.000 réis de Benvenuto Pani, por duas pipas de vinho;

1903: Piazzetta Ferdinando tem em favor de Premaor o frete de duas cargas de vinho para Sestiglia;

1903: para Nardon, cargueiros de vinho – 16.000 réis;

1903: aos Pasquali, 19 cargueiros de uva, 1.717 quilos;

Entre outubro de 1910 e fevereiro de 1911, contas referentes às despesas de hospedagem do pastor Matteo Donati;

1914: 16 e 17 de dezembro, consignado vinho Isabel a Giuseppe Cabrillo, 667 medidas (**1.667,5 litros**) a 380 réis à medida, mais um quinto de vinho Barbera, 33 medidas (**82,5 litros**);

1915: 18 de janeiro, consignado um quinto de vinho Barbera a Guglielmo Fasolo, 31 medidas (**77,5 litros**) a 1.000 réis a medida;

1915: 04 de dezembro, a Pietro Carera, vinho Barbera, 60 medidas (150 litros);

1915: 17 de dezembro, vendidas 188 medidas de vinho Barbera a Carlos Dreher (**470 litros**);

Entre 27/12/1915 e 15/01/1916, trabalho de reboco da Igreja Evangélica de Bento Gonçalves, anotações de dias trabalhados por operário;

1917: uva branca a Carlos Dreher, 1.174 quilos a 120, resulta 134.880;

1920: 21 de junho, vendido vinho a Giuseppe Cabrillo, 472 medidas (**1.180 litros**) a 2.120 réis à medida;

1920: 09 de setembro, consignado a Giuseppe Cabrillo 433 medidas de vinho (**1.082,5 litros**);

1920: 12 de outubro, consignado a Domenico Franzon 672 medidas de vinho (**1.680 litros**);

1922: em 04 de abril, entregue ao pastor 50.000;

1922: pago junho ao pastor, 70.000;

1922: 1º de novembro, entregue ao pastor pelos meses de outubro e novembro 160.000;

1922: entregue ao pastor do mês de dezembro 80.000;

1923: janeiro, entregue ao pastor 100 (?)

1923: fevereiro e março, pagamentos ao pastor;

1924: 28 de maio, entregue ao caixa da Igreja Evangélica recibos e dinheiro das contribuições e da escola dominical; 202.600 réis de recibos e 22.820 réis em dinheiro;

1925: 12 de maio, emprestados ao Pastor João Franco, para 08 dias, 200.000 réis;

1925: 30 de junho, vinho: 37.000 quilos a 2.850; 13.658 medidas (**34.145 litros**), réis 11:735.100; 162 medidas de graspa (**405 litros**), 678.500 réis; recebidos 6 contos de réis do vinho entregue à Cia Monaco;

1925: 04 de julho, saldo da escola dominical, 58.140 réis;

1926: 09 de julho, recebidos de Orazio Monaco 6 contos de réis, faltando a receber 2:547:500;

1927: 07 de março, entregues 310 quilos de uva aos Salton;

1927: 19 de março, uva para Salton, 702 quilos a 200, 140.400 réis;

1928: 30 de dezembro, da escola dominical, Cabrillo e Premaor, 5.000 réis;

1929: 03 de fevereiro, para Cabrillo, 20.00 réis; culto, 1.000 réis;

1929: 29 de maio, pagos 60.000 réis para João Premaor à Coletoria Federal, do vinho do ano passado. É preciso o talão.

1929: 30 de junho, coleta, 11.900 réis;

1929: conta do vinho vendido aos Franzoni, 8:383.400;

1930: 12 de janeiro, coleta, 1.900 réis;

1930: abril, coleta, 10.000 réis, entregue a Armando Lima;

1931, 02 de fevereiro, emprestados 10.000 réis a Giacomo Baccin, para o pastor, para o mês de janeiro;

1931, 27 de setembro, coleta, 2.900 réis;

1931, 04 de novembro, coleta, 4.400 réis.

A cartografia da pobreza em Caxias – 1900-1950¹

Elizete Carmen Ferrari Balbinot
Mestre-PPGH – Unisinos

Barracão

Ai, barracão
Pendurado no morro
E pedindo socorro
À cidade a seus pés
Ai, barracão
Tua voz eu escuto
Não te esqueço um minuto
Porque sei
Que tu és
Barracão de zinco
Tradição do meu país
Barracão de zinco
Pobretão infeliz...
Ai, barracão
Pendurado no morro
E pedindo socorro
Ai, a cidade
A seus pés
Barracão de zinco
Barracão de zinco.
(Elizeth Cardoso)

A música “Barracão” (1953) faz referência ao ambiente cotidiano dos grupos populares, moradores do *morro*, apontando seus costumes, desejos e necessidades reais e/ou simbólicas. O habitante do morro que pede socorro, vivendo dependurado nas encostas, tem a cidade organizada e civilizada aos seus pés. Ela, a cidade, passa a ser o símbolo de uma felicidade imaginada. Calvino, em sua obra *As cidades invisíveis* (2003), destaca que o discurso – mesmo quando transformado em música – pode se reportar de forma simbólica à cidade construída, a partir da representação de territórios físicos e imaginários, territórios materiais e emocionais, que sugerem encontros e desencontros, ordem e desordem, moral e transgressão, afeto, dor e aviltamento.

A favelização, a consequente marginalização e o aparecimento de grupos indesejados, que representam ser uma realidade comum nas grandes cidades, como, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Porto Alegre, entre outras, no início do século XX, também começaram a se manifestar na cidade de Caxias do Sul, que geograficamente está localizada na extremidade leste da Encosta Superior do Nordeste sul-rio-grandense.

¹ O presente artigo é parte do segundo capítulo da Dissertação de Mestrado, intitulada “Moral e sedução: o discurso do Judiciário, nos processos de defloração na Comarca de Caxias do Sul, 1900-1950”, defendida em abril de 2014 – no PPGH-Unisinos.

Em 20 de junho de 1890, pelo Ato Estadual 257, Caxias,² então com 18.506 habitantes,³ foi elevada à categoria de município, desmembrando-se do Município de São Sebastião do Caí. Uma sociedade formada por grupos sociais e étnicos que, a partir do século XIX, foi acrescida de levas de imigrantes, principalmente alemães e italianos,⁴ que ajudaram a formar a atual realidade pluriétnica. Na formação da cidade, os imigrantes foram, gradativamente, ocupando o espaço geográfico que havia sido delimitado para ser, num primeiro momento, a área central do atual Município de Caxias do Sul.

Caxias, no contexto de seu processo emancipatório, não possuía ainda uma legislação própria, e a cidade emancipada necessitava, conforme Foucault (1999, p. 301-302), de *mecanismos regulamentadores e disciplinadores* sobre os sujeitos. Esses mecanismos pretendiam estabelecer um Estado sanitário e moral saudável, sugerindo padronizações comportamentais e reprimindo hábitos considerados danosos ao coletivo. Dessa forma, o que vai possibilitar a regulamentação e a disciplinarização dos sujeitos é a *norma*. A norma que se pode “aplicar tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”. (FOUCAULT, 1999, p. 302). A falta de uma legislação permitiu, num primeiro momento, que o governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizasse o uso do Código de Posturas⁵ do Município de São Sebastião do Caí. E, em 5 de março de 1893, o intendente Antônio Xavier da Luz sancionou o primeiro Código de Posturas da Vila de Santa Thereza de Caxias,⁶ o qual tinha, por fim precípuo, que orientar a organização administrativa do espaço geográfico e o comportamento da sociedade caxiense. O Código pode ser interpretado como uma clara intervenção do Poder Público na regulamentação da cidade que, de acordo com as abordagens de Michel de Certeau (1994, p. 171), deveria se tornar uma *cidade-panorama*, mesmo que

² O elemento *Sul*, como indicador geográfico da cidade, foi introduzido através do Decreto 720, de 29 de dezembro de 1944. Portanto, usar-se-á o nome Caxias para o período compreendido entre 1900 e 1944 e, posteriormente, a denominação Caxias do Sul.

³ Dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, considerado o Censo de 1803=1950. Porto Alegre, 1981.

⁴ Para uma análise mais aprofundada sobre imigrações, tem-se vasta produção historiográfica e, no que tange à imigração italiana, citam-se as historiadoras: Giron (1977, 2009, 2010), Fávoro (1994), Machado (2001), Herédia (2007, 2010), entre outras.

⁵ Código de Posturas compreende um conjunto de normas que regulam a utilização do espaço urbano entre outros elementos sociais pelos cidadãos. Segundo Moreira (2003, p. 80): “Como lembra Umberto Eco, se observarmos um ‘sistema de vetos’ (como os Códigos de Posturas, por exemplo), podemos ‘intuir o que as pessoas faziam habitualmente [...] e com isso traçar esboços da vida cotidiana.’ Ou seja, os Códigos de Posturas podem ser considerados como instrumentos gerenciadores do convívio social urbano e, assim, ótimas vitrinas do pensamento das elites locais, sobre o que seriam comportamentos *normais* e *desviantes*. Ver: Weber (1990), Freyre (1998), e Moreira (2003).

⁶ Caxias do Sul, em sua formação e processo emancipatório, teve diversas denominações: em seus primórdios, Campo dos Bugres; posteriormente, em 1871, Colônia aos Fundos de Nova Palmira; Colônia Caxias, em 1877; Sede Dante, em 1880; Freguesia de Santa Thereza de Caxias, em 1884; Município (Vila) de Santa Thereza de Caxias, em 1890; e Caxias do Sul, em 1944. (GIRON, 1977).

essa imposição implicasse o *esquecimento* e/ou *desconhecimento* das práticas sociais que faziam parte do cotidiano, para se tornar uma sociedade disciplinada.

A área central da “Vila de Caxias” englobava um sítio de maior regularidade topográfica, sendo as áreas mais distantes acidentadas e com obstáculos, exigindo investimentos públicos para alterar sua topografia, de modo a torná-las habitáveis, sendo, portanto, temporariamente deixada de lado. A estruturação e a construção de uma cidade não ocorrem apenas pela materialidade de suas construções e pela execução dos serviços públicos; outro elemento também intervém na construção do espaço que é aquele representado pela elaboração de ordens discursivas, carregadas de estereotipia ao outro, geralmente apresentado como indesejável. Quer dizer, os textos produzidos pelas autoridades da cidade em formação apresentaram certa *retórica da alteridade*, aos moldes propostos por Hartog (1999), inventariando os *outros*, aqueles quase não moradores, invisibilizados ou estigmatizados pelo discurso normalizador.

Nesse viés, o Código de Posturas de 1893, em seu II Capítulo, tratou de normalizar as edificações, os calçamentos e o *aformoseamento* da vila. O art. IV do II Capítulo definiu como deveriam ser construídas e/ou reconstruídas as casas na área urbana e em suas imediações. Caso o proprietário do imóvel negligenciasse as determinações do Código de Posturas e/ou não cumprisse o prazo estipulado pela Intendência, para concluir a edificação ou reedificação, seria punido com multa que variava entre 5\$000 (cinco mil-réis) a 50\$000 (cinquenta mil-réis), e o valor aplicado dependia não somente da *norma*, mas também do grau de reincidência do proprietário do imóvel. A punição imposta via multa foi um dos meios selecionados para disciplinar aqueles sujeitos que apresentavam risco aos projetos de normalização, bem como resistentes à aplicação das regras estabelecidas. Assim, pode-se identificar a preocupação do Poder Público em “harmonizar” a organização inicial dos habitantes da área central. O Código de Posturas de 1893 apontava a necessidade de que fosse evitado o *amontoamento* de casas para garantir a ventilação, areação e iluminação, o que nos leva a observar o interesse pela higienização do espaço urbano, como sendo um dos meios de controle da proliferação de doenças (possíveis epidemias).

No que se relaciona aos comportamentos considerados *imorais*, esses estavam associados à pobreza, que era rejeitada pela cultura urbana e elitista. As intervenções públicas eram pensadas, então, visando o estabelecimento de mecanismos regulamentadores, que objetivavam prevenir a proliferação de enfermidades, principalmente as contagiosas, numa ótica médica ainda influenciada pela *teoria dos miasmas*. Conforme Hochman, foram implementadas

políticas públicas de saúde baseadas em concepções anticontagionistas que promoviam um programa de remoção dos elementos locais, considerados agentes difusores de doenças epidêmicas: lixo, esgoto, água poluída, habitação superlotada e pouco ventilada, etc. (HOCHMAN, 2006, p. 55-56).

Pesavento (2001, p. 25), em sua obra *Uma outra cidade*, com relação à ordenação do espaço, lembra que “o território de uma cidade é visto e usado de diferentes formas. O Poder Público o divisa como espaço urbano a ser ordenado”. As ações do Poder Público, em face do ordenamento da cidade, davam-se via mecanismos regulamentadores que vigiavam e puniam os proprietários das edificações “rústicas”, que não atendessem ao *aformoseamento* desejado pelo Código de Posturas, pois os imóveis da área central não poderiam contradizer os interesses da cultura elitista e conspurcar a cidade. As leis e/ou mecanismos criados pelo Poder Público nem sempre foram exequíveis pelos proprietários, o que serviu de limitador social, pois as leis forçavam (ou constringiam) as pessoas a se retirarem da área urbana central, quando não observavam as regras elaboradas pelo Código de Posturas.

Nesse sentido, tornou-se uma prática banir da área urbana, principalmente, aqueles grupos sociais que não possuíam recursos suficientes para atender às exigências do Código de Posturas, num claro processo de segregação socioespacial. Muitos desses grupos passaram a ocupar os arrabaldes da cidade e, longe da área central, ficaram distantes do “olhar” da cidade dita ordenada. Assim, pela higienização do espaço, tem-se uma cidade que se urbaniza a custo da exclusão dos grupos ditos indesejados, silenciando a sua participação social e, principalmente, conseguindo seu intento de higienizar para disciplinar.

É neste contexto de higienização e ordenação da área central de Caxias que ocorre a ocupação dos espaços marginais da cidade pelos ditos indesejáveis. Os grupos excluídos ou os *não (ou quase) cidadãos*,⁷ passaram a constituir e a formar (uma) *outra cidade* dentro da cidade. Constituíram-se novos territórios que não foram demarcados pelo Poder Público e nesses alojaram-se, em sub-habitações e/ou amontoamentos. Era o início de um novo cenário, definido por Pesavento (2001, p. 25), como sendo “territórios condenados, malditos, desprezados, são eles os tais maus lugares da cidade, sobre os quais converge um tipo de representação construída e dada a ver pelo olhar-cidadão que preside a ocupação formal do território”.

Em rigor, aqueles que contribuíram para a expansão da cidade também se tornaram o signo da geografia de exclusão. Os excluídos, geralmente, irão dar origem aos assentamentos irregulares, ou seja, aos núcleos populacionais localizados em áreas de risco, formados por sub-habitações, popularmente conhecidas por barracos, que

⁷ Gomes; Cunha (2007).

gradativamente passaram a subir os morros, dependurando-se e se equilibrando em construções feitas a partir de “papelão e latas de azeite”. (MACHADO, 2001, p. 143).

As sub-habitações eram vistas pelo Poder Público com certa indolência, pois estavam ocupando os morros da cidade e foram, de acordo com um boletim editado pela metalúrgica Abramo Eberle,⁸ em 1958, positivadas porque foram consideradas como sendo de um grupo de caxienses que parecia viver “pertinho do céu”, numa inferência aos grupos que residiam em lugar privilegiado, positivo, nas alturas. O discurso que parecia soar como um elogio aos operários da Eberle, leitores do boletim, é o fio condutor para se entender o sarcasmo elaborado pelo grupo mais elitizado, preocupado com a higienização da área urbana, bem como cientes de que eram aqueles grupos sociais que forneciam mão de obra necessária para fazer movimentar o capital que lhes atribuía poder e visibilidade social.

Assim, positivada a mão de obra que vivia nas sub-habitações, poder-se-ia senti-la como elemento operante do processo de crescimento e/ou desenvolvimento da cidade, pois as moradias se encontravam longe da fábrica, mas nem tão longe que impedisse o deslocamento diário.

Entretanto, as normas estabelecidas pelo Poder Público permitiam observar que a parte “baixa”, ou melhor, o vale do sítio da Zona do Burgo, considerado “terra de ninguém”, uma vez ocupado, fez com que outros grupos passassem a construir seus barracos na parte mais elevada da cidade, na encosta íngreme do morro também denominado de Burgo. Desse modo, o *Boletim da Eberle*, ao se referir às moradias que se encontravam “pertinho do céu”, mostrava também que elas não eram um privilégio; muito pelo contrário, se lá estavam [e estão] é porque não lhes foram oferecidas outras alternativas de escolha. Eram grupos que foram empurrados para fora do centro da cidade e tiveram que construir seus barracos em lugares inóspitos e insalubres, sendo que a ironia de sublinhar que eles estavam “pertinho do céu”, nesse caso, pode ser interpretada como sinônimo de exclusão, ou seja, a higienização do centro da cidade de Caxias, que se efetivava com a saída dos pobres, se equiparava ao expurgo dos pobres do centro da cidade do Rio de Janeiro quando, segundo Sevcenko (1998), disseminaram-se as favelas.

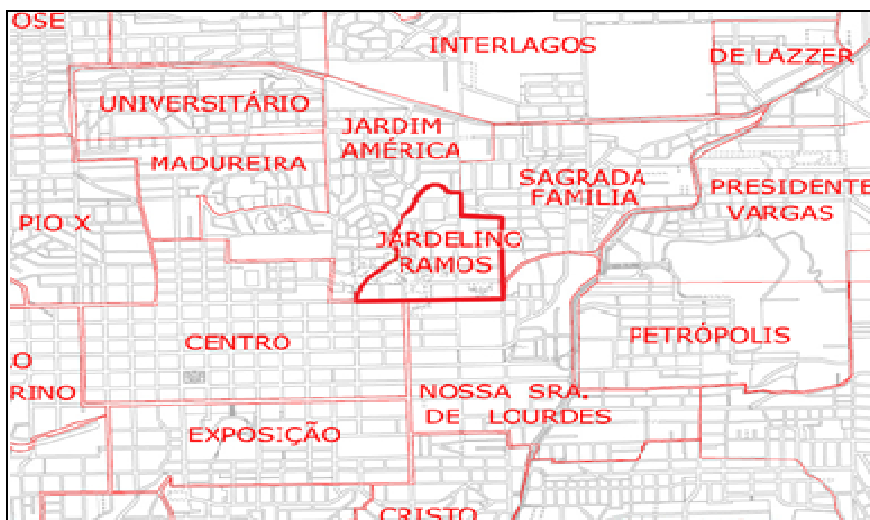
Foi a multiplicação desses barracos que deu origem à Zona do Burgo, que, conforme ensina Zorzi,

a denominação “Burgo” data de 1920, tendo-se originado da palavra “borgo” que, em dialeto italiano significa “pequeno agrupamento”. Situado na zona Norte da cidade, é o bairro marginal mais próximo do centro urbano. Antigamente, era esta parte da cidade o ponto de encontro da população,

⁸ A metalúrgica Abramo Eberle editava mensalmente um boletim que era distribuído aos funcionários e órgãos públicos da cidade. Disponíveis no *site* da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul: <<http://liquid.camara.caxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=44521&p=12&Miniatura=true&Texto=true>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

onde se realizavam festas populares de grande significação para a comunidade. (1970, p. 47).

O mapa abaixo nos oferece um breve panorama da localização da Zona do Burgo, atual Bairro Jardelino Ramos.



Em destaque a área do atual Bairro Jardelino Ramos

Fonte: Mapoteca da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (2013).

A zona popularmente conhecido por “Burgo”, que posteriormente passou a denominar-se Bairro Jardelino Ramos, foi segundo Machado (2001, p. 143), a primeira favela de Caxias do Sul. Espaço em que a tríade: miséria, doenças e crime, se “enreda numa trama maldita de tal modo que as condições de moradia precárias eram imediatamente associadas à imoralidade e às doenças”. (ROLNIK, 1999, p. 41). Uma realidade muito impactante, que fez com que a Zona do Burgo passasse a ser conhecida por “buraco quente” e se tornasse, também, um campo de conflito entre o público que frequentava o meretrício aí localizado e o privado, representado pelos outros moradores de Caxias. Nesse sentido, o depoimento de Avelino, brasileiro, 21 anos de idade, solteiro, ex-cabo do 9º Batalhão de Caçadores, sediado em Caxias do Sul – ao delegado de Polícia deixa pistas sobre o lugar, quando afirma que,

na noite de 31 do último ano [31 de dezembro de 1941] para 1º deste, o declarante saiu do quartel da unidade a que pertencia, com destino à um dos cinemas locais, isso às 19 horas mais ou menos; que depois de assistir a uma função cinematográfica no Cine Guarany o declarante encaminhou-se para a zona do baixo meretrício, denominado de Burgo, onde passou a tomar parte em um baile no salão de propriedade de Conceição de tal; que, ali o declarante encontrou-se com a mulher por alcunha Pé de Bicho com quem tomou três cervejas; que dali ambos se dirigiram para o centro da cidade, indo para o restaurante Pindorama, sito à Avenida Júlio de Castilhos, onde

tomaram mais cerveja e duas garrafas de vinho moscatel. (CMRJU/IMHC/UCS, cx. 3 D, proc. 2).

O depoimento de Avelino oferece pistas da realidade existente na Zona do Burgo, como sendo um lugar em que prevalecia a desordem, uma barafunda, zona de meretrício, que a municipalidade deveria manter bem longe dos “olhos” da cidade organizada e sobre a qual agia preventivamente cuidando de sua higienização. O texto do cronista Jacasse, publicado no jornal republicano *O Brazil*, em 6 de novembro de 1909, elogiava o crescimento da cidade, quando alega que

Caxias deixou de ser um burgo colonial perdido na serra, com os seus parreirais e os seus pinheiros. Nota-se aqui uma relativa cultura, uma animadora vida social e um acentuado pendor pela assimilação progressiva da civilização europeia hodierna. Oxalá não seja preciso que ainda uma vez, *a ação da autoridade se faça exercer no sentido de abolir certos hábitos anacrônicos atentatórios à moral e aos bons costumes!* (O BRAZIL, 1909, p. 2, grifo nosso).⁹

Os topônimos indicam percepções sociais e históricas sobre determinados territórios, muitas vezes construídos na negatividade e acabam sendo incorporados às tradições orais e escritas locais. Os dicionários¹⁰ da época apontam que o conceito de *burgo* estava associado a *arrabalde*, a um espaço *anexo* a uma urbe, que se conectava com o seu espaço central, mas a ele não pertencia, consolidando-se como um limbo social. Os seus habitantes, ao que parece, incorporam estes denominativos, mas, de certa forma, reverterem simbolicamente o estigma. Nesse ponto de vista, deve-se ter o cuidado de não se deixar enganar com a visão depreciativa transmitida pelos jornais e documentos judiciais e policiais; afinal, certamente aquela comunidade humana ali residente sentia o seu espaço de outra maneira.

A crônica de Jacasse, por sua vez, indica a presença de hábitos atentatórios à moral e aos bons costumes, na cidade em que são próprios do progresso e da modernização, porém deveriam ser controlados de acordo com o discurso dos higienizadores.

Infere-se que não apenas pelo discurso da imprensa escrita e do Poder Público houve recriminações aos ditos grupos dos indesejados, mas também pelo discurso dos operadores do Direito que, imbuídos de capital simbólico com uma lógica própria, lutaram pelas mudanças, por meio de rituais de reconhecimento social casuístico, que compreendem, segundo Azevedo (2011, p. 29), *o prestígio e a honra*. Bourdieu (2012,

⁹ O jornal *O Brazil*, do dia 6 de novembro de 1909, está disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional ou no site <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 26 maio 2013.

¹⁰ Silva (1922), Brunswick (s.d.).

p. 237) considera o Direito e o discurso jurídico paradigmas da violência simbólica, que se exerce formatando, substituindo e impondo uma ordem jurídico-formal sobre a presumida desordem social. Portanto, quando instaurada a desordem social e/ou o conflito, se fazia necessária a intervenção do Estado, por meio de seus agentes representados pelo Poder Judiciário e pela Polícia Judiciária. O exemplo serve como modelo para o entendimento do processo de crescimento urbano em Caxias do Sul.

Foucault (2010, p. 288), ao se referir aos profissionais que educam/normatizam a sociedade, vai mais longe e acrescenta ao grupo dos operadores do Direito o professor-juiz, o médico-juiz, o educador-juiz, o assistente social-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos, ou seja, há juízes da normalidade em toda parte.

Em 1938, foi instaurada, pela elite caxiense que residia na área central, uma queixa-crime (CMRJU/IMHC/UCS, cx. 2 C, proc. 17) contra a proprietária da pensão *Royal*, pois entendiam que esses lugares eram infestados de elementos indesejáveis e perigosos, por isso constituíam grave perigo ao meio social: pensões, bares, bordéis, cabarés eram lugares frequentados por indivíduos que compunham as “classes perigosas” e por isso considerados contraventores. Neste sentido, o discurso do advogado que registrou a queixa-crime contra a proprietária da pensão *Royal* é pertinente:

Caxias, a nossa cidadezinha colonial, está infestada, está cheia de tão indesejáveis e perigosos elementos. A prostituição que por aí campeia, faz questão de, audaciosamente, infiltrar-se no meio das famílias e ambientes familiares, fato que por certo constitui grave perigo ao meio social, se medidas acauteladoras, urgentes e enérgicas, não se fizerem sentir. A prostituição caxiense, enfim, prima por atentar contra a moralidade pública e o tem feito, impunemente. (CMRJU/IMHC/UCS, cx. 2 C, proc. 17).

O alerta se fazia necessário, o *pecado*, o crime estava presente, ao lado das famílias honradas que estavam obrigadas a conviver com grupos de sujeitos inconvenientes, cabendo à municipalidade a tarefa de ordená-los. Interessava aos grupos detentores de poder diminuir e/ou excluir as diversas casas onde as “classes perigosas” costumavam se reunir. Era uma providência útil e higiênica que, conforme Raquel Rolnik (1999, p. 41), devia contar com a colaboração da polícia e do município. Esse alerta foi passado ao Poder Público caxiense, via imprensa, em 1933, pela Associação dos Ex-Alunos do Colégio Nossa Senhora do Carmo. A associação mobilizou-se em defesa das famílias caxienses, com uma “campanha de saneamento moral, afastando as casas de tolerância do centro da cidade”. Nessa perspectiva, redigiu um ofício que foi

enviado à redação do jornal *O Momento*, e publicado em novembro de 1933, sob o título “Defendendo a família caxiense”, como se lê:

A prostituição, mal de caráter universal, [...] é um mal, infelizmente inevitável por completo. [...]. Urge impedir a infiltração de elementos cuja extensão, paulatinamente, poderia confundir-se com as próprias famílias caxienses. O primeiro passo, pois, é a localização desta praga social em zonas afastadas, em lugar especial e próprio. Quem ainda conserva em si a verdadeira noção de dignidade humana, considera a prostituição como um cancro social. *Esta verdadeira lepra moral deve pelo menos encobrir-se aos olhos dos forasteiros e da população moralmente sadia, como se faz para os infelizes atingidos por doenças fisiológicas contagiosas.* Além disso, carece exercer rigorosa sindicância no sentido sanitário e coibir por completo o acesso de menores nas zonas de localização. Estes três pontos ficariam a cargo da polícia. Outra tarefa de urgência seria procurar livrar estas infelizes estigmatizadas pelo desprezo popular e oferecer-lhes ocasião de se regenerarem em casas *ad hoc* como as que existem em Pelotas, São Paulo e Rio. Atingidos os *caftens*, desamparadas estariam estas pobres criaturas e mais facilmente se retirariam do local de depravação no qual, por culpa daqueles, caíram e se debatem em vão.¹¹ (O MOMENTO, 27 nov. 1933, grifo nosso).

A publicação realizada em defesa da família caxiense revela um discurso permeado de elementos preconceituosos, defendidos pelos grupos “politicamente esclarecidos”, demonstrando que estavam atentos a qualquer irregularidade que ferisse a ocupação idealizada e destinada à área central da cidade. A *boa família caxiense* estava interessada em iluminar e transformar a área central em fonte de lucro, já em consonância com um possível desenvolvimento econômico futuro. Em outras palavras, o solo urbano teria que se tornar rentável, pois “a cidade não tem outra função que não [a] facilitação de negócios [...] a ponto de querer o negociante a maior quantidade possível de lotes a serem transformados em unidades monetárias”. (SCHLINWEIN, 2013, p. 189). No entanto, o desenvolvimento financeiro e lucrativo do espaço central estava dependente da efetivação de uma reforma urbana e de um processo de urbanização que, segundo Rolnik (1999, p. 66), era desigual, pois desloca territórios dos grupos indesejados e por meio de uma ampla desqualificação e estigmatização os isola. A cidade, conforme Certeau (1994, p. 173), era um lugar organizado por operações especulativas e classificatórias que combinavam gestão e eliminação.

Chama a atenção, em publicação realizada em defesa da família caxiense, o trecho que iguala as prostitutas aos leprosos: “Esta verdadeira lepra moral deve pelo menos

¹¹ O jornal *O Momento*, do dia 27 de novembro de 1933, está disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional, ou no site <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=104523&pasta=ano_193&pesq=prostituição>. Acesso em: 19 jun. 2013.

encobrir-se aos olhos dos forasteiros e da população moralmente sadia, como se faz para os infelizes atingidos por doenças fisiológicas contagiosas.” Aqui fica claro que o apelo não tem por objetivo acabar com as casas de prostituição, mas escondê-las dos olhos dos moradores do centro e de suas famílias. É, como se pode ver, uma *meia moral* ou, uma moral *para inglês ver*. Esse apelo, feito pela Associação dos Ex-Alunos do Colégio Nossa Senhora do Carmo, é de 1933; portanto, contemporâneo do movimento que levou à exclusão os portadores de hanseníase, com a construção de locais propícios a esse isolamento, entre os quais, a Colônia Itapuã, na região sul de Porto Alegre. (SERRES, 2004; 2009). Parece haver, no período, uma forte pressão dos setores privilegiados de reivindicarem ao Poder Público ações interventoras fortes e enérgicas, que deveriam ser dirigidas a grupos pontuais da sociedade, ou seja, aqueles que eram vistos como indesejados por motivos sanitários e morais.

Deste modo, ao penalizar um sujeito que construiu uma casa em condições rudimentares, sem observar o estipulado pelo Código de Postura, a Intendência e o Poder Público aplicavam a lei e colocavam em prática a estratégia utilizada para expurgar os indesejados, que contribuía para a consolidação da especulação imobiliária. O Código de Posturas, ao definir que, no “recinto da Vila de Caxias”, em sua área central somente poderiam ser construídas casas seguindo um determinado padrão, ajudou a operar, parafraseando Rolnik (1999), o milagre de desenhar uma muralha invisível. Em outras palavras, a elite dominante, junto com o Poder Público, estabeleceu a ocupação e organização da cidade, excluindo e relegando para segundo plano as outras singularidades representadas pelo grupo dos indesejados.

Assim, analisando o processo-crime, pode-se identificar que cada indivíduo buscava o que Robert Darnton (1986) chamou de “estratégias de sobrevivência”, ou seja, algo muito próximo a aprender “a se virar”. Incluem-se também entre elas o conviver e o relacionar-se, de modo que a mulher compreenda e aja de acordo com as regras de comportamento. Isso era um fator determinante para sua reputação social, pois, quando tais regras eram desacatadas ou não observadas, as moças pobres eram interpretadas como tendo um comportamento imoral. Uma mulher, por ser mulata e pobre, já contribuía com aspectos que levavam o Judiciário e a Polícia a se posicionarem de forma dual, mas não contraditória. As duas instituições respondiam de acordo com as demandas: o juiz, quando impunha pelas suas sentenças as limitações a cada unidade social e a Polícia envolvida com os interesses locais, tendia a proteger os infratores, principalmente quando eram dotados de certo cabedal de conhecimento ou de posição social.

Um novo Código de Posturas

Caxias, no início do século XX, contava com uma população de 20.997 habitantes (FEE, 1981)¹² e, conforme Giron e Herédia (2007, p. 86), apresentou um significativo crescimento econômico, “transformando-se em um centro de intensa produção agrícola e de intercâmbio comercial”.

As transformações do espaço urbano originaram uma ocupação desordenada da cidade, mesclaram os grupos sociais ditos organizados com os grupos dos indesejados, muitos dos quais recém-chegados. A nova realidade deveria ser vigiada verticalmente pela normalização do convívio social, de forma mais eficaz, em comparação com o movimento anterior. Para viabilizar o controle da vida coletiva e garantir o crescimento higiênico e ordenado da cidade, o Poder Público repensou a legislação municipal. Com esse propósito, o intendente José Pena de Moraes (1912-1924) designou o secretário municipal Demétrio Niederauer para elaborar um novo Código de Posturas.

Niederauer também justificou a necessidade de elaboração de um novo código, que passou a ser denominado “Código Administrativo de Caxias”,¹³ por considerar que Caxias era uma cidade que “surgiu da noite para o dia, de um núcleo colonial, está ainda eivada de vícios de estrutura física e social, que só a evolução normal dos usos e costumes poderá fazer desaparecer”. (1921, p. 66). Ou seja, os crescimentos econômicos, político e social que o município estava experimentando, no início década de 20 do século XX, apontavam a presença de medidas acauteladoras necessárias, para disciplinar a população caxiense. Isso posto, o Código de Postura foi um instrumento que o Poder Público utilizou, segundo Weber (1990, p. 11-12), “para difundir técnicas de controle e vigilância, com a finalidade de coibir a desordem e possibilitar uma nova ordem de convívio social”.

O discurso da elite dominante evidencia o desejo de estabelecer uma linha imaginária, para proteger os cidadãos do grupo dos indesejados. De fato, aqueles sujeitos que estavam desprovidos de recursos para pagar e/ou construir uma moradia, segundo as normas públicas, deviam se situar fora dos limites da cidade, estabelecendo-se, assim, um claro processo de exclusão social e espacial. A afirmação de Rech (2007, p. 131) é elucidativa, quando diz que “o fascínio que a cidade exerce sobre os homens sempre foi utilizado como poder dos verdadeiros donos do direito de morar, em garantia de seus privilégios e do seu bem-estar. [...]. No entanto, a exclusão social é histórica e cultural”. Assim, são adotadas “tecnologias” regulamentadoras da vida coletiva visando

¹² Dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, considerado o Censo de 1803-1950, Porto Alegre, 1981.

¹³ Disponível no *site* da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18711&p=0>>. Acesso em: 23 maio 2013.

a um equilíbrio *global*, garantindo, consoante Foucault (1999, p. 297), a “segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos”.

Com o intuito de higienizar de forma mais contundente a cidade de Caxias, o Poder Público tentou eximir-se de criar diretamente uma lei discriminatória, ou seja, optou por um processo *democrático* e, durante dois meses, os cidadãos foram convocados a opinar/sugerir emendas e/ou observações que contribuíssem para o *excepcional desenvolvimento* do município.¹⁴ Após ser concluída a fase de coleta de sugestões, o código foi redigido e pelo ato 138, o intendente municipal promulgou, em 7 de dezembro de 1920, o novo *Código Administrativo*, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1921.

Dividido em 28 capítulos, o novo Código Administrativo destacava mecanismos regulamentadores das práticas sociais caxienses e definia as penalidades, caso ele fosse desrespeitado.

O modo como os dispositivos do Código de Posturas pretendiam corrigir as faltas existentes, leva a refletir que a homogeneização do vestuário e a imposição de certa etiqueta, no trajar e se comportar em público, estavam implícitas nessa regulamentação (ELIAS, 1993, p. 17), sempre lembrando que a etiqueta pode auxiliar no convívio urbano, mas também é um instrumento que manifesta e torna visível a hierarquia social.

A iconografia disponível no *site* da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, conservada no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, revela alguns aspectos das construções da Vila de Caxias. Podemos identificar que as casas eram, em sua maioria, de madeira e sem pintura, deixando-as com um aspecto rústico, o que contrariava as determinações do Código de Posturas de 1893. Entretanto, no Código Administrativo de 1921, tais requisitos foram redigidos de forma mais contundente e com uma aplicabilidade mais rápida, pois em 1920, a população já contabilizava 33 mil habitantes. (FEE, 1981).

¹⁴ Palavras que constam na introdução do Código Administrativo (1921): “Exposição de motivos”, assinado pelo Intendente Municipal José Penna de Moraes.



Vista panorâmica do centro de Caxias durante o inverno de 1918

Fonte: Fototeca do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – Caxias do Sul.

A figura 2 oferece um panorama do *amontoamento* das habitações criticado pela municipalidade, no Código de Posturas de 1893. Indica o centro urbano da cidade que o Poder Público planejava e desejava harmonizar e embelezar. Havia, entretanto, outra cidade, ou, nas palavras de Pesavento (2001, p. 26), *uma má-cidade*, que se encerra entre muros simbólicos, porém não menos sólidos que as muralhas de outrora. Desse modo, as “muralhas” caxienses foram muito mais estruturadoras de comportamentos, imagens e de discursos discriminatórios dos grupos indesejados do que de embelezamento. O outro, o perigoso, o indesejado, devia habitar no *extramuros*, espaço em que não haveria fiscalização pública, pois, estando longe da cidade e sendo invisível, não contagiaria a refinada e esmerada elite social. Para os sujeitos que não podiam adquirir um imóvel dentro dos padrões urbanísticos previstos pelos códigos, restava-lhes a clandestinidade e/ou a ocupação de um espaço sem lei, que engrossava as margens urbanas.

Analisar as exigências que deveriam ser cumpridas pelas construções, localizadas no centro de Caxias, implica afirmar que aquelas que não se enquadrassem ao padrão imposto deveriam ser consideradas sub-habitações, coabitações que formavam becos e favelas, lugares sinistros, sujos, perigosos e feios, que não combinavam com o centro da cidade, que era local de interesse da moral social e da especulação imobiliária. A questão higiênica da cidade pressupõe disciplina e ordenamento de todos os elementos para promover um ambiente sociável, profilático e salubre.

Quanto às ocupações irregulares e às ditas sub-habitações, o jornal *O Momento*, de 15 de janeiro de 1934,¹⁵ publicou uma carta redigida pelo Tenente Jacinto de Godoy, com o título “Amparo aos pobres”, em que elaborou um relato acerca de como eram os bairros clandestinos de Caxias e conclamava a população para socorrê-los, quando afirmava:

Não me parece demais que a população caxiense uma vez por ano se inteire que vivem por aí muitos infelizes, alguns numa profunda miséria, não tendo teto ou encontrando-se abrigados em casebres imundos, sem porta nem janela e até em estrebarias antigas que já não prestam mais para este fim. [...]. *Aos que ainda pensam que não há miséria em Caxias convido para visitar certos recantos do Burgo*, da Rua Veneza, os arredores do Curtume, um bom trecho da Rua Tronca, os altos do antigo campo do Juvenil, etc. quantos doentes, quantos desempregados, quanta miséria! (O MOMENTO, 15 jan. 1934, grifo nosso).

O crescimento desordenado da cidade continuou se acentuando com o passar do tempo, levando novamente o jornal *O Momento*, de 16 de março de 1938,¹⁶ a publicar outra matéria em que destacava o discurso de Marcos Ribeiro, proferido na abertura da *Exposição de Uvas*, em Caxias. Ribeiro responsabilizou o êxodo rural pelo inchaço da cidade, originando *aglomerados humanos* e promovendo para a Administração Pública sérios problemas. O orador dizia que desta superpopulação “decorre a miséria, a promiscuidade, o relaxamento de costumes, a prostituição progressiva, o aniquilamento da raça”.

Não se tem a pretensão de aprofundar discussões sobre eugenia,¹⁷ pois não faz parte do objeto desta pesquisa. Entretanto, para se compreender o discurso dos envolvidos nos processos de defloração, sedução e estupro, se faz necessário refletir sobre os caminhos percorridos pela eugenia no Brasil. Desse modo, as fontes do Judiciário analisadas e a imprensa escrita oferecem pistas sobre o tema, quando indicam uma forte presença discursiva/discriminatória da elite sobre o grupo dos indesejados.

Identifica-se que o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial foi marcado por profundas mudanças no cenário nacional brasileiro, entre elas, elenca-se o

¹⁵ O jornal *O Momento*, do dia 15 de janeiro de 1934, está disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional, ou no site <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=104523&pasta=ano_195&pesq=burgo>. Acesso em: 2 jun. 2013.

¹⁶ O jornal *O Momento*, do dia 16 de março de 1938, está disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional, ou no site <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=104523&PagFis=606&Pesq=casas_de_banho_no_burgo>. Acesso em: 2 jun. 2013.

¹⁷ O termo *eugenia* faz parte do léxico grego *eugenés*. Foi utilizado por Francis J. Galton para denominar o movimento de melhoria da raça, podendo ser analisado de acordo com os seguintes aspectos: primeiramente, pela “origem” da palavra que significa *bem-nascido*. Como “movimento social”, a eugenia representou a busca constante da sociedade pela melhoria da sua constituição, do encorajamento da reprodução dos indivíduos mais aptos e, como “ciência”, ofereceu um novo entendimento das leis da hereditariedade humana. (STEPAN, 1991).

processo de urbanização, industrialização e a entrada de novos imigrantes. Entretanto, essas mudanças somente seriam levadas a termo se fossem seguidas, segundo Souza (2009, p. 766), pelo sentimento de que a “modernização do país dependeria de amplas reformas sociais especialmente em relação à saúde pública, educação e formação racial da população”.

Nessa lógica, infere-se que o ideário sanitarista da Primeira República (1889-1930) acreditava que combater os ambientes *disgênicos*, propagar hábitos de higiene e empregar a profilaxia sanitária seria a maneira mais rápida e eficiente de regenerar a população brasileira.

O pensamento eugênico idealizado nacionalmente também se fez presente em Caxias do Sul, através da imprensa, bem como nos discursos dos envolvidos nos processos-crime de defloração, sedução e estupro. Expressões, como, por exemplo, um *homem italiano não deve namorar/casar com uma brasileira*, foram alguns dos argumentos utilizados pelo pai de Mário. Mário, em 1943, dizia ter 26 anos de idade e ser solteiro, alfabetizado, mecânico e branco. Mário foi denunciado (CMRJU/IMHC/UCS, cx. 16, proc. 11), por ter deflorado Custódia que, na época, tinha 17 anos de idade, era solteira, doméstica e pobre. Outra denúncia que evidencia o preconceito com a cor dos envolvidos, em processos de defloração, sedução e estupro, foi realizada também no ano de 1943, pelo pai de Inácia, o qual revelou que a sua filha tinha, na época, 17 anos de idade, era solteira, alfabetizada, operária e residente na Zona do Burgo. De acordo com a denúncia, ela fora “deflorada e restituída pelo *preto* Hilário com quem mantinha namoro mesmo sendo ele casado e um *preto*, quando é certo que ela é uma moça branca”. (CMRJU/IMHC/UCS, cx. 2 D, proc. 13). Identificam-se nos testemunhos prestados alguns elementos muito próximos do discurso eugenista defendido por Renato Kehl (1929) e que provavelmente foram incorporados pelos grupos sociais caxienses, que se autoconsideravam “puros”. Esse autor defendia que o cruzamento de raças consistia em um “elemento perturbador da evolução natural”; logo, não constituía meio de aperfeiçoamento étnico, contraindicando “toda e qualquer união de raça, isto é, entre indivíduos de raça branca com a negra, da branca com a selvagem e da branca com a amarela”. (KEHL, 1929, p. 191).

O discurso da *supremacia racial* também pode ser identificado nos inquéritos policiais e nos processos-crime de defloração, sedução e estupro, quando indicam que a maioria dos crimes contra os bons costumes ocorreu nos lugares onde circulavam os ditos grupos dos indesejados. Entretanto, os inquéritos policiais e os processos-crime destacam que não era apenas nas zonas marginais da cidade que se concentrava o perigo aos bons costumes por ali residirem famílias de baixa renda, mas, na área central da

cidade, também se encontravam elementos que ameaçavam a moral das ditas boas famílias.

A partir desses dados, constata-se que as normas de higienização defendidas pelo Poder Público não foram totalmente eficientes, pois não conseguiram proibir a circulação dos ditos grupos indesejados na área central. Provavelmente, a ordem moral idealizada também não foi assimilada pela suposta elite social dominante, pois se identifica que ricos e pobres conviviam no mesmo espaço, contrariando o discurso do Poder Público e da mídia, que afirmavam que se percebia em Caxias, no ano de 1909,¹⁸ “um acentuado pendor pela assimilação progressiva da civilização europeia”. O discurso explicita claramente o desejo de formar uma sociedade higienizada e pura, ou seja, branca.

Entretanto, o almejado crescimento/desenvolvimento impediu o branqueamento da cidade, pois o empresariado necessitava, também, de mão de obra que desempenhasse tarefas menos qualificadas. Atividades que foram exercidas pelo migrante oriundo da zona rural (êxodo rural), que, por integrar um grupo constituído por mão de obra desqualificada e remuneração mais baixa, foi sendo uma realidade que atendia aos interesses e às necessidades dos empresários e dos profissionais liberais. O enriquecimento emergente de um pequeno grupo de empresários e comerciantes, que residiam na área central da cidade, também permitiu que eles contratassem empregadas para os afazeres domésticos de sua família, trazendo-as para o interior da residência, ou seja, para o espaço privado e, conseqüentemente, obrigando-as a se exporem no espaço público (a rua, o trânsito) que foi geralmente estigmatizado e observado pela lógica tendenciosa da imoralidade.

Referências

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. A força do Direito e a violência das formas jurídicas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: Ed. da UFPR, v. 19, n. 40, p. 27-41, 2011.

BALBINOT, Elizete Carmen Ferrari. *Moral e sedução: o discurso do judiciário nos processos de defloração na comarca de Caxias do Sul- 1900-1950*. 2014. 211f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/00000c/00000c05.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRUNSWICK, Henrique. *Novo dicionário ilustrado da Língua Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, (s.d.). p. 202-250.

¹⁸ O jornal *O Brasil*, do dia 6 de novembro de 1909, está disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional ou no *site* <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 26 maio 2013.

- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. de Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizatório: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.v. 2.
- FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências: Região colonial Italiana do Rio Grande do Sul: 1875-1950*. 1994. (Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 1994.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística. Província de São Pedro do Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre, 1981. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/publicacao/de-provincia-de-sao-pedro-a-estado-do-rio-grande-do-sul-censos-do-rs-1803-1950-1981/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: M. Fontes, 1999.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal; UCS; Porto Alegre: EST, 1977.
- _____. *80 anos de lutas: 1929-2009: a cooperativa forqueta e o cooperativismo vitivinícola gaúcho*. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2009.
- _____. Caxias centenária. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R. F. Do. (Org.). *Caxias centenária*. Caxias do Sul: Educs, 2010. p. 313-344.
- GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia Maria (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- HERÉDIA, Vania B. Merlotti. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2007.
- HERÉDIA, Vania B. Merlotti. A economia migrante no desenvolvimento da cidade. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto F. F. Fo (Org.). *Caxias centenária*. Caxias do Sul: 2010. p. 115-131.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- KEHL, Renato. A eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, 1929. v. I.
- MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul – 1900-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.
- MOREIRA, Paulo. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001.

RECH, Adir Ubaldo. *A exclusão social e o caos nas cidades: um fato cuja solução também passa pelo Direito como instrumento de construção de um projeto de cidade sustentável*. Caxias do Sul: EducS, 2007.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1999.

SCHLINWEIN, Jaqueline R. *Segregação urbana e ambiental: uma análise da cidade de Caxias do Sul/RS*. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38116>>. Boletim Gaúcho de Geografia Portal de periódicos da UFRGS, 2013, p. 181-189. Acesso em: 6 jun. 2013.

SERRES, Juliane Conceição Primon. *Nós não caminhamos sós: o Hospital-Colônia Itapuã e o combate à lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950)*. 2004. Dissertação (Mestrado) – PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2004.

SERRES, Juliane Conceição Primon. *Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital – Colônia Itapuã*. 2009. Tese (Doutorado) – PPGH – Unisinos, São Leopoldo, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2. ed. de 1813, sendo a 1. ed. de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789) [N. E.].

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto: a eugenia negativa e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Arquivo de antropologia física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v.16, n. 3, p. 763-777, jul./set. 2009.

ZORZI, Isidoro. Elementos para um estudo da marginalização urbana em Caxias do Sul. *Chronos*, Caxias do Sul, v. 3, n. 3, p. 47-66, jan. 1970.

WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de Posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. 1990. Dissertação (Mestrado) – PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 1990.

Memória, cultura e imigração

Luso-açorianos e imigrantes ítalos no interior de Caxias do Sul: influências culturais presentes na memória coletiva de uma comunidade local

Alvoni Prux dos Passos
Mestrando em História na Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dra. Vania Herédia
Professora no Programa de Pós-Graduação em História – UCS

Introdução

O presente estudo tem como objetivo trazer para a discussão alguns elementos peculiares, a partir da historiografia regional, acerca das relações culturais presentes nas ações de duas culturas distintas, na formação do Município de Caxias do Sul, especialmente na ocupação do distrito chamado de Criúva. Esse distrito passou pela administração de outros municípios, antes de ser anexado à Caxias do Sul. No século XIX, fez parte do Município de Santo Antônio da Patrulha, um dos primeiros municípios no Rio Grande do Sul,¹ e após foi integrado a São Francisco de Paula² e, na década de 50, foi anexado ao Município de Caxias do Sul.³ O fato de ter passado por essas alterações jurídico-administrativas faz pensar que a comunidade de origem deixou influências culturais na constituição de sua identidade.

O estudo está dividido em dois momentos: o primeiro, trata da constituição do distrito de Criúva, sua formação geográfica e administrativa nos diversos períodos que envolvem sua história e, no segundo momento, alinhava elementos acerca dos processos culturais pelos quais a região passou, especialmente os ligados a sua identidade. A pesquisa é descritiva e utiliza como referências teóricas os estudos de Vera Barroso, Luiz Antônio Alves, Sandra Pesavento, Osmar Possamai, Luis Antônio Rizzon. A contribuição para a historiografia regional, por meio deste estudo, é uma simples intenção, uma vez que temas importantes como o do tropeirismo, do comércio regional, da influência dos lusos e da relação dos italianos nas fronteiras culturais, na região de Caxias do Sul, são temas que podem ser tratados com o intuito de refletir sobre as relações existentes entre esses grupos étnicos.

¹ Segundo a Provisão de 7 de outubro de 1809, D. João VI criou a rede de municípios no Rio Grande do Sul; através desta provisão, o espaço geográfico de Criúva ficava integrado a este município.

² Este município, entendido como paróquia e Distrito em 30-11-1852, conforme Lei Provincial 266, elevado à categoria de município, em 23-12-1902, conforme Decreto Estadual 563, herdou do antigo município-mãe a área que atualmente comporta a região de Criúva.

³ Tal condição partiu de consulta plebiscitária e também da Lei Estadual 2531, de 15-12-1954.

O distrito de Criúva

O nome de Criúva, no sentido onomástico, refere-se à denominação de uma pequena árvore retorcida e engalharada. Essa vegetação, de nome indígena, típica da região onde se situa a localidade de Criúva,⁴ é muito comum e conhecida onde há campos. Criúva mantém até hoje o nome herdado, justificado, portanto, pela presença vegetal predominante na área, quando do estabelecimento das primeiras propriedades rurais, presumivelmente, ainda na fase das sesmarias⁵ e fazendas,⁶ bem como das tropeadas.⁷

A composição geográfica e limítrofe do distrito de Criúva situa-se dentro de uma área maior que se compõe de uma situação de Serra, com a presença de mananciais hídricos, ampla ocorrência de um relevo que oscila entre acidentado e também parte de campo com diminuta oscilação de altitude. No que tange às áreas limítrofes do distrito de Criúva, tem-se ao norte o rio das Antas, que separa o município-mãe, Caxias do Sul, do Município de Campestre da Serra. Mais a nordeste, o rio das Antas serve de limite junto ao Município de Monte Alegre dos Campos e São Francisco de Paula, e a noroeste novamente o Município de Campestre da Serra. No sentido sul/sudoeste, podemos perceber o distrito de Vila Seca, sendo que, mais a sudeste, percorrendo o limite com o Município de São Francisco de Paula, encontra-se o arroio Bento e sua confluência com o rio Bururi ou Lajeado Grande. A sudoeste pode-se identificar o limite estabelecido pelo rio Timbori ou arroio Ranchinho, sendo a Ponte Farroupilha identificada como a passagem oficial entre as duas localidades; finalizando, a oeste também está limitado pelo rio Timbori; o Município de São Marcos é o ponto-limite,⁸ melhor percebido no mapa adiante:

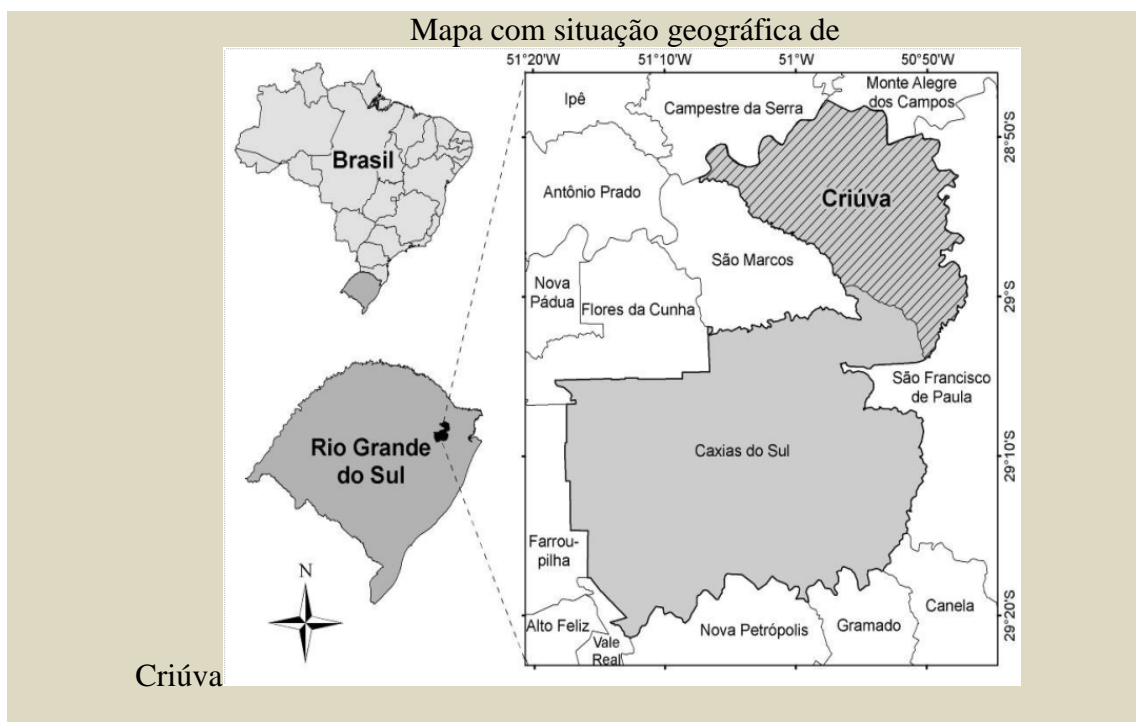
⁴ Árvore da família *Ericaceae Lecothoe Multiflora D. C. Vaz. Acuminata*, que vegeta nos campos; a sua casca é grossa, como uma espécie de cortiça, incombustível. “É a árvore dos siriris”, conforme João Dutra de Moraes. (Apud CORREA, 1898, p. 151).

⁵ “As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra três léguas por uma légua (cerca de 13.000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíquo Rio Grande português da época.” (PESAVENTO, 1994, p. 15).

⁶ As estâncias de gado, que se constituíram, “realizavam uma criação extensiva do rebanho, utilizando como mão de obra peões. Estes eram elementos subalternos do antigo bando armado que tropeava gado ou índios egressos das missões. Embora se registrasse o uso de escravos nas estâncias, a atividade de criação, subsidiária da economia central do país, não foi capaz de propiciar uma acumulação que permitisse a introdução regular de negros na região. Estes não se constituíram na mão de obra fundamental no processo de trabalho”. (PESAVENTO, 1994, p. 15).

⁷ “O Rio Grande português da época constituía-se numa estreita faixa de terra entre Laguna e Sacramento. Os campos apresentavam-se sem divisa e sem dono na fase do tropeio. Os bandos realizavam ‘arriadas’, arrebanho do gado solto, e reuniam os animais em currais e internadas. A partir destes pontos de concentração de gado, os rebanhos eram levados até São Paulo, pagando imposto nos registros onde se exercia o fisco da Coroa. Nas feiras de Sorocaba, o gado era vendido a outro grupo de tropeiros, que realizava o transporte dos animais até as Minas.” (PESAVENTO, 1994, p. 15).

⁸ O mapa geral de Caxias do Sul identifica com exatidão os limites do município e dá maiores noções sobre os limites de Criúva por extensão; assim, se faz um entendimento geográfico da região, bem como se esclarece sobre a exata configuração geográfica diante de outras áreas do Nordeste do Rio Grande do Sul e dos Campos de Cima da Serra, esta última uma designação de caráter mais antigo para a região em estudo.



Localização do Município de Caxias do Sul com o distrito de Criúva em destaque
Fonte: Adaptado de Hasenack e Weber (2007).

O distrito de Criúva, no Município de Caxias do Sul, localiza-se em sua área norte e nordeste, especificamente na parte de campo, e apresenta ainda hoje forte presença de elementos açorianos que, outrora, não compunham o referido município. Como descreve Alves:

Num primeiro momento este território era agregado ao antigo município de Santo Antônio da Patrulha, posteriormente, subordinado a São Francisco de Paula. Chega-se, então, aos anos de 1953/1954 com a escolha de “trocar de padrão” e incorporar-se a Caxias do Sul [...] Entender este processo passa por algumas lembranças do antigo Município de São Francisco de Paula de Cima da Serra. (ALVES, 2010, p. 15).

Percebe-se, na figura acima, a área circundada por diversos municípios, que foram ocupados pelos imigrantes italianos, bem como espaços territoriais que constituem os Campos de Cima da Serra, onde a presença luso-açoriana é evidente e que nos remete a uma composição étnica e identitária diferenciada. A história desse território é dividida, segundo Alves (2010, p. 30), em três períodos: o primeiro, abrange o ciclo de ocupação entre 1734 a 1809; o segundo é de 1809-1850 e o terceiro começa em 1850 e vai até 1954.

Da origem à anexação e implicações políticas

Primitivamente, Criúva fez parte do contexto de distribuição da terra no Brasil, dentro do século XVIII, referente à fase de ocupação territorial do Sul do País,⁹ em pleno desenvolvimento de uma economia agrícola e mineira, no centro da ainda colônia portuguesa. Foi, a partir da terceira década do século XVIII, que começou a distribuição das sesmarias, sendo uma forma encontrada pela Coroa portuguesa para definir a posse da terra e do gado, com o estabelecimento das estâncias.

A necessidade de fortalecimento militar das fronteiras fez com que o Rio Grande do Sul¹⁰ se tornasse, em 1760, a “Capitania do Rio Grande de São Pedro – desvinculada de Santa Catarina, com sede em Rio Grande e subordinada ao Rio de Janeiro”. (PESAVENTO, 1994, p. 23). Com a expansão das sesmarias, após uma série de tratados, apenas em 1807 o Rio Grande foi promovido à Capitania Geral, ficando subordinado ao vice-rei do Brasil e se desvinculando do Rio de Janeiro.

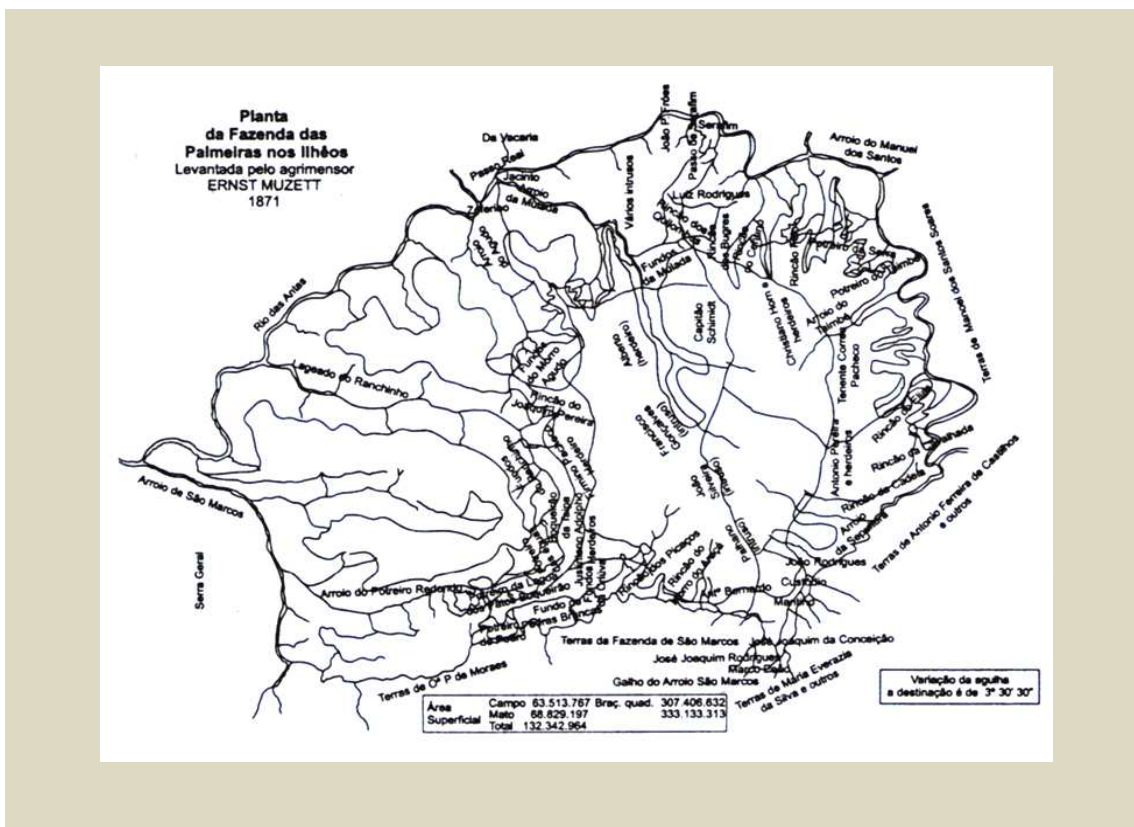
É importante incorporar, na análise, que D. João VI, em 1809, por meio da Provisão de 7 de outubro, criou os quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul. Ainda não existia Lei de Terras, o que significava que a compra de terras não poderia ocorrer sem a permissão oficial do rei. Os municípios criados foram: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

É no território de Santo Antônio da Patrulha que começa a história de Criúva, já que este abrigava São Francisco de Paula.¹¹ Parte daquela freguesia, que acolhe as vilas de Vacaria e de São Francisco de Paula, áreas de forte presença luso-açoriana, também passou pela presença imigrantista europeia no século XIX, situação que representou alterações no âmbito cultural.

⁹ Com a decadência do ciclo do açúcar e com a valorização da economia mineira, os “rebanhos de gado no sul do país tornam-se interesse como forma de subsidiar a economia do centro de exportação, ligando o Rio Grande do Sul às Gerais”. (PESAVENTO, 1994, p. 13).

¹⁰ O Rio Grande do Sul não era considerado um núcleo de produção como outros estados, mas um suporte de defesa de fronteiras.

¹¹ Segundo Rizzon e Possamai (1987, p. 149), a “Provisão de 7 de 10 de 1809 criou a vila de Santo Antônio da Patrulha e elevou-a a sede do município, tendo o mesmo sido instalado em 3 de abril de 1811”. Segundo esse autor (1987, p. 150), a região era habitada por “índios, negros, escravos, açorianos e intrusos mestiços”. Ainda sobre a criação da freguesia de São Francisco de Paula, a mesma foi elevada à categoria de vila em 21 de maio de 1878. Mesmo tendo perdido essa condição, anos mais tarde consegue recuperar o *status* de município, em 24 de dezembro de 1889. Essa perda de condição não aconteceu uma única vez, ou seja, em 1892 o município “perde novamente essa condição, voltando a ser anexado a Taquara do Mundo Novo”. (RIZZON; POSSAMAI, 1987, p. 150).



Planta da Fazenda das Palmeiras dos Ilhéus de 1871

Fonte: Possamai (2005, p. 44).

Após a Lei de Terras, em 1850 começa um processo de migração interna no estado, principalmente na freguesia de Santo Antônio da Patrulha. Definida pela existência do latifúndio, a antiga Sesmaria das Palmeiras, vasto território identificado como “Fazenda Palmeira dos Ilhéus”, também compôs no passado o Município de São Marcos, embora a maior parte seja o que hoje constitui o distrito de Criúva. No que concerne à composição do distrito, Alves lembra que

[...] o Povoado da Criúva persegue o modelo-matriz de povoamento, conquista da terra, expulsão dos primitivos indígenas, divisão e posse das terras, delimitação da área administrativa subordinada a um centro maior e, com o tempo, novas divisões e novos pactos de convivência com as mudanças inexoráveis... Afinal, uma cultura que se firmava dentro de padrões estabelecidos em várias regiões do País, fortemente impregnada pela miscigenação. (ALVES, 2010, p. 15).

A região de estudo teve notadamente uma vocação agropastoril, o que deu motivos para a ocupação inicial. Esta divisão da terra compôs um quadro que não pôde relacionar-se à atual situação de Caxias do Sul, marcada pela pequena propriedade. Percebe-se que, no passado, o latifúndio representado pelo regime da sesmaria foi o

ponto de partida, e tal condição está presente na área de campo, apesar da partilha que hoje é percebida.

A desanexação territorial de Criúva e a passagem ao atual município-mãe mostra a força que possuía a área territorial dos campos, antes da chegada dos imigrantes italianos. A área desse território¹² era uma sesmaria, que pertencia a Santo Antônio da Patrulha, e mais tarde a São Francisco de Paula. O território desse município envolvia São Marcos, Criúva, Cambará e Jaquirana. Os proprietários das terras dessas localidades foram os pioneiros dos Campos de Cima da Serra.

Quanto ao processo de anexação de Criúva à Caxias do Sul, é oportuno considerar que as condições apresentadas pelo até então município-mãe, São Francisco de Paula, não oferecia, em um curto espaço de tempo, possibilidades de melhorias, no que diz respeito ao transporte, às estradas. Alves explica que,

realmente, para os moradores de Criúva, o mais importante era a ligação com a sede. A distância, as estradas mal cuidadas, eram fatores fundamentais para a decisão. Havia outros fatores, quase invisíveis: em 50 anos, os descendentes de imigrantes italianos, oriundos de Caxias do Sul, adquiriram grandes glebas de terras na localidade e seus interesses econômicos e até mesmo familiares tinham laços na cidade maior e que apontava um futuro mais promissor. (ALVES, 2010, p. 139).

Fatores econômicos foram acrescentados como justificativa. A anexação à Caxias era uma forma de visualizar um futuro diferente daquele que estava sendo vivido nas áreas voltadas ao modelo primário. O autor aponta para a constituição de uma ligação direta, com possibilidades vislumbradas pelos moradores:

Também houve grande migração de famílias de Criúva para Caxias, em busca de emprego, pois a renda no campo havia decaído significativamente e os camponeses, de origem português-açoriana já não tinham tantas ligações afetivas e culturais com o município sede São Francisco de Paula. As mágoas e as desavenças geradas pela exclusão de Criúva nos processos anteriores de emancipação ou anexação, além da não passagem da estrada federal pela Vila, esgotaram a paciência dos moradores em relação às administrações de São Francisco de Paula. (ALVES, 2010, p. 139).

Pelas notícias veiculadas na imprensa, constata-se que o plebiscito que ocorreu na comunidade de Criúva tinha uma vontade política de mudança de endereço político-

¹² O que denominamos de “área territorial de campo” na realidade é apresentada conforme Lindman (1906), que esteve no RS entre 1892 e 1893 e foi um dos primeiros autores a sugerir uma classificação sistemática para os campos. O botânico sueco sugeriu a utilização da palavra “campos” na geografia botânica do estado, para designar áreas desprovidas de mata. Este naturalista salientou a diversidade destas formações e sugeriu uma caracterização dos 15 campos através de uma análise fisionômica, separando-os em campos subarbustivos ou sujos, campos paleáceos e gramados ou poteiros. Rambo (1956), na sua obra *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, sugeriu a classificação da vegetação do Rio Grande do Sul em cinco regiões fisionômicas: Litoral, Serra do Sudeste, Campanha do Sudoeste, Depressão Central e Planalto. Os campos de altitude foram situados na região do Planalto, enquanto as formações do atual bioma pampa distribuem-se nas demais regiões fisionômicas. (MARCHETT; SCUR; AHLERT, 2011, p. 20).

administrativo. Caxias estampava, em 24 de setembro de 1954, a notícia da anexação; o movimento vitorioso, legitimado pelo plebiscito que ocorreu naquela data, representava o surgimento de um novo distrito.



Fac-símile da notícia sobre a anexação de 1954

Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul.

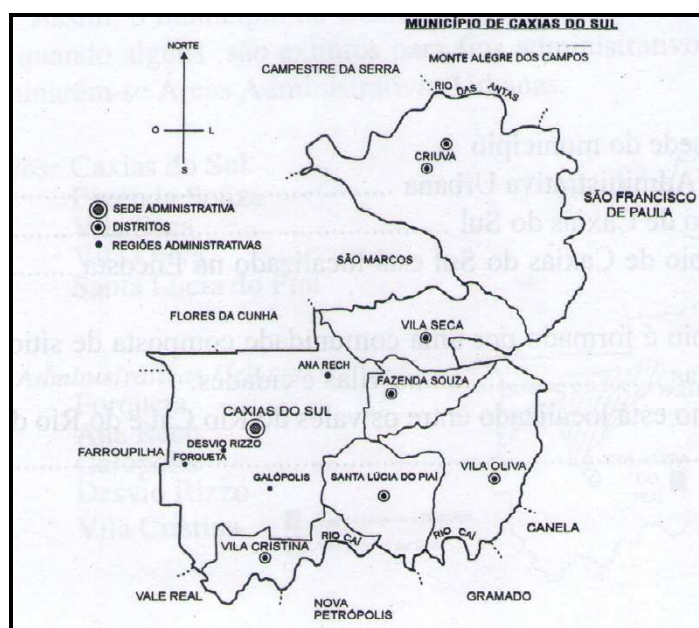
O espaço físico do distrito de Criúva, na realidade, era uma construção histórica que foi sendo alterada à medida que passou por várias transformações jurídico-administrativas, sustentadas por atos legislativos, que justificaram as anexações e as desanexações.

No caso da localidade de Criúva, houve muitas particularidades de cunho político-cultural, diferentemente dos outros distritos. Desde o final do século XIX a população local procurou uma forma de melhorar suas condições socioeconômicas. Em princípio, aliando-se a outros distritos e quarteirões para criação de um novo município. Após, engajou-se a movimentos de anexação a Caxias e até 1953 não conseguia seu intento, pois teve uma eleição plebiscitária em 1949 que não foi homologada pelo Governo Estadual. (ALVES, 2010, p. 137).

Como explicita a afirmação acima, havia uma necessidade socioeconômica que alavancou a anexação, esta anexação ao Município de Caxias foi regulamentada pelo plebiscito de 22 de dezembro de 1953, quando a população aprovou a mudança administrativa. Havia tido um plebiscito anterior, no ano de 1949, que não foi homologado. Essa situação mostra a luta que ocorreu frente à disputa por aquela administração e que afetou os moradores do distrito.

Influências culturais: as heranças que formaram a identidade local

Considerando os elementos geográficos e históricos característicos da região de Criúva, é possível afirmar que, na primeira fase de formação do território, destaca-se o processo de fixação na terra, por meio de atividades primárias. Essas atividades, divididas entre pecuária e agricultura, ocorrem em lugares propícios para ambas, ou seja, nas áreas de Serra, de geografia acidentada; assim, desenvolveu-se ao longo do tempo um conjunto de atividades agrícolas na pequena propriedade. Essas atividades foram marcadas pelo avanço de técnicas, até o desenvolvimento da hortifruticultura.



Mapa com a localização de Criúva e áreas limítrofes do Município de Caxias do Sul
Fonte: Angeli (1999, p. 22).

A diversidade geográfica na região de Criúva auxiliou o processo de diversidade cultural, e pode ser percebida, em parte, na convivência de elementos ítalos e luso-açorianos, particularmente nas práticas culturais que se mantiveram no local. Por meio das festividades e dos eventos locais, como a Festa do Divino, e a produção musical, criada pela dupla Irmãos Bertussi, foi construída uma identidade local.

Para além do dito anteriormente, é possível perceber a manutenção de outros hábitos locais, que lembram a evolução econômica daquelas terras, como as lides com o gado; a elaboração de produtos, como o queijo serrano, além de práticas que refletem a presença da pecuária, como atividade dominante, e os torneios de laço, que vislumbram momentos de lazer. Como observa Candau, estas práticas ajudam a manter viva a manutenção das memórias.

Não poderíamos supor que a força das memórias – quer dizer, sua capacidade de organizar identidades coletivas – dependerá da aptidão de uma sociedade em propor a seus membros estruturas memorizáveis suficientemente explícitas e compreensíveis? Essas memórias fortemente estruturadas existem e desde muito tempo são objeto de estudo por parte dos antropólogos. Sperber viu nos contos e mitos “objetos ótimos para a memória humana”, sem os quais teriam sido esquecidos. É em boa medida à estrutura da narrativa que eles devem o poder de serem memorizáveis. (CANDAU, 2012, p. 181).

Em Criúva, existem espaços de preservação cultural como “palco”¹³ para as lembranças. Esses eventos reúnem diferentes levas populacionais que ao longo do tempo, constituíram a cultura de Criúva. Segundo Bertussi,¹⁴ ao tratar de sua produção musical afirma: “Esse cabedal de coisas é um patrimônio da nossa terra, que nem é minha, não é do Honeyde, é de todos nós, foi Deus que fez surgir e graças a Deus, somos uma região que pode documentar as coisas”. (BERTUSSI, 2002).

A escolha da música de uma região, para representar o patrimônio respeitado pelos moradores daquele local, é uma prova da construção cultural que foi produzida no tempo, para expressar os valores culturais que espelhavam a vida no campo, nas relações sociais, na relação com a terra, na descrição dos namoros, nas questões do próprio cotidiano. A música dos Irmãos Bertussi representa a síntese étnico-cultural da convivência entre o luso-açoriano e o italiano na região. A lembrança das lides nessas músicas, bem como todo um vínculo com a terra e as atividades locais são comprovadas nessas narrativas, nas palavras, nas expressões e nos versos empregados, como garantia da presença do passado e mesmo do presente pecuarista e agrícola do local, nas memórias dos habitantes.

Não apenas a música como uma prática cultural, mas as festas religiosas, os eventos sociais fazem parte do imaginário da região, como parte da sua cultura. A presença dessas características mostra que, no passado dessa localidade, houve uma força econômica que organizou e garantiu esses hábitos, mesmo se, em períodos

¹³ O termo *palco* aqui empregado busca melhor identificar os encontros locais como momentos de troca e também onde ocorre a expressão dos referidos hábitos, bem como uma lembrança de aspectos que foram mais significativos e necessitam ser preservados.

¹⁴ Músico local com extensa carreira na música regional.

posteriores, houvesse perda de uma parte da população que migrou para outras localidades, em busca de possibilidades econômicas, frente ao processo de mudança pelo qual passou o município. A evasão de parte da população, particularmente durante o ciclo de expansão econômica de Caxias do Sul, que absorveu contingente dessa migração interna, sob a forma de mão de obra, foi uma necessidade. Os moradores locais lembram que muitos habitantes foram obrigados a partir.

Acho que deve fazê o quê? Uns cinquenta anos o pessoal começou a ir embora.

Não dava mais nada né! Não deu mais trigo. Não deu mais cevada, não deu mais nada. Feijão quase nem se planta mais aqui. Não deu mais nada, foram embora.

Eu ainda fiquei teimando com umas vacas. Os filhos foram todos para Caxias.

E tão muito melhor que eu. Graças a Deus né! Eu tô peleando. (PASSOS, 2015).

Não se pode esquecer que, na década de 50, Criúva já fazia parte do Município de Caxias do Sul e, no final daquela década, começa o êxodo rural para a cidade à medida que a indústria crescia. A dinâmica migratória que ocorre nesse município tem marcas visíveis na cultura que traz aquele que migra, mas também para aquele que permanece no lugar de origem.

Diante das exigências postas pelo processo econômico,¹⁵ constata-se que algumas substituições, dentro da cultura local, se tornaram perceptíveis. A evasão de moradores de Criúva, a princípio menos percebida, na área de presença ítala de Criúva, fez com que a expansão econômica municipal ocorresse. Alguns hábitos foram levados pelos que partiram e outros se mantiveram pelos que ficaram. Pode-se ilustrar pela principal festividade local, a Festa do Divino, que envolveu tanto os descendentes dos primeiros moradores como os descendentes de italianos. A Festa do Divino passou por todo um processo de alteração na sua manutenção, como aponta Rodrigues (Boca de Sino) ao tratar do tema:

Uma vez era tudo na base do que o povo ajudava. Depois foi indo, mudou porque cada um tem que ganhar, então entrou muito o tal de dinheiro no meio. Porque é difícil. Tu vê uma louvação do Divino, a gente sai aí de 15 a 20 pessoas com um ônibus. Uns 40 e poucos dias né. Sai de madrugada e volta de noite. Essa gente então vai viajar tudo que é canto. (RODRIGUES, 2014).

¹⁵ As necessidades da cidade industrial acabaram transformando a população do Município de Caxias e mesmo de cidades próximas em um verdadeiro exército de operários que acabaram por garantir, mais que mãos, também novas possibilidades de consumo para a indústria que se expandia, notadamente, também alimentando uma série de outras atividades econômicas (negócios) no espaço urbano.

As alterações ocorridas nas festividades mostram que houve necessidade de adaptação de outros elementos, para garantir a manutenção da festa, elementos que, adequados ao momento presente, oportunizaram que a mesma se mantivesse. Conforme Rodrigues (2014), ao falar da festa lembra que “cada família trazia uma coisa, uns davam galinha, outros traziam um porco e assim por diante”.

A manutenção da festa como elemento de identidade mostra que cada comunidade elege práticas que procura reproduzir dentro das condições possíveis. Candau (2005, p.143) diz que “não pode haver memória sem identidade, porque a conexão dos estados sucessivos que o sujeito conhece é impossível se este não tem consciência a priori de que este encadeamento de sequências temporais pode ter uma significação”. Essa forma de colocar a memória, como um elemento que foi apropriado pelos sujeitos, como parte de sua cultura, pode ser considerada elemento de identificação dessa prática cultural, que também é um patrimônio do grupo a que se refere. Candau (2005, p.148) postula que o patrimônio é “produto de um trabalho de memória que, com o tempo e segundo critérios muito variáveis, seleciona certos elementos herdados do passado para os arrumar na categoria dos objetos patrimoniais”. Nessa direção, esse antropólogo alerta que é importante distinguir “a valorização do patrimônio da patrimonialização, decorrente a primeira sempre do ato de memória que é a segunda”.

Na história de Criúva, alguns desses elementos fazem parte do que a comunidade elegeu como patrimônio. A Festa do Divino é uma prova de que a prática religiosa estava presente na organização dos moradores da comunidade, à medida que era alimentada por eles como parte de sua vida coletiva. A importância atribuída à festa demonstra a preservação do rito, bem como a necessidade que o mesmo sofreu para ser mantido.

Além de fazer parte da cultura, tem o elemento *simbólico* que se manteve como parte de Criúva, ou seja, o significado que os moradores da comunidade atribuem à festa. Nos primórdios, a festa acontecia na casa dos moradores, onde os festeiros se responsabilizavam pelo acontecimento. Segundo alguns depoimentos,¹⁶ a festa era “promovida pelos moradores sendo a bandeira o símbolo maior da presença do Espírito Santo as suas vidas”. Os festeiros recolhiam donativos para que a festa fosse rica e pudesse mostrar o reconhecimento da comunidade ao rito.

Percebe-se, frente aos depoimentos orais da população local acerca de seu passado e confrontando com alterações sofridas no presente, que parte dos elementos culturais eleitos pela população de Criúva, como constituintes de sua cultura, passou por

¹⁶ Depoimento de um ex-morador de Criúva, entrevista realizada em 5/1/2002.

mutações derivadas da força da economia. Mesmo assim, algumas dessas práticas continuam existindo e refletem a presença do passado no patrimônio que se manteve.

Referências

- ALVES, Luiz Antônio. *Criúva: um povoado brasileiro*. Caxias do Sul: Evangraf, 2010.
- ANGELI, Maria Lúcia de Souza; TONET, Juliana Salet. *Caxias do Sul: nosso município*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 1999.
- BARROSO, Véra Lúcia M. (Org.) *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002.
- BERTUSSI, Adelar. *Adelar Bertussi: depoimento 10/2002*. Entrevistador: Alvoni. Caxias do Sul, 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para Alvoni A. P. dos Passos.
- CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. Trad. de Maria Letícia Ferreira. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. *Antropologia da memória*. Lisboa: Piaget, 2005.
- CORREA, J. Romanguera. *Vocabulário Sul Rio Grandense*. Porto Alegre: Echenique & Irmão, 1898.
- GIRON, Loraine Slomp (Org.). *Colonos e fazendeiros: imigrantes italianos nos campos de Vacaria*. Porto Alegre: EST, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HASENACK, H.; WEBER, E. (Org.). Base cartográfica digital da serra gaúcha – escala 1:50.000. Porto Alegre: UFRGS – Centro de Ecologia, 2007. CD-ROM. (Série reprocessamento).
- MARCHETT, Cassiano; SCUR, Luciana; AHLERT, Siclério. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 15/05/2011, Curitiba, PR, Brasil. Análise multitemporal do uso e cobertura da terra no Distrito de Criúva, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. *Anais...* Curitiba, 2011.
- PASSOS, Juvenal Cardoso. *Juvenal Cardoso dos Passos: depoimento 6/2015*. Entrevistador: Alvoni. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para Alvoni A. P. dos Passos.
- PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- POSSAMAI, Osmar (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005.
- RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Selbach, 1856.
- RIZZON, Luiz A.; POSSAMAI, Osmar João. *História de São Marcos*. São Marcos: Ed. dos autores, 1987.
- RODRIGUES, Jorge. *Jorge Rodrigues: depoimento 1/2014*. Entrevistador: Alvoni. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para Alvoni A. P. dos Passos.

Marie Faulhber: a trajetória de uma imigrante

Denise Verbes Schmitt

Mestranda PPGH na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Dr. Vitor Biasoli

Professor no curso de História e colaborador no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, RS

“A maioria dos migrantes não deseja abandonar suas casas nem comunidades. Se pudessem escolher, todos – com exceção de poucos que anseiam por mudanças e aventuras – permaneceriam em seus locais de origem”. (KLEIN, 2000, p.13). Ao pesquisar sobre imigração, quando se discute sobre as motivações que estes imigrantes tiveram para migrar, ou quando busca-se entender a cultura produzida ou reproduzida por estes imigrantes, deparamo-nos com a problemática de entender a vida “deste” ante o processo migratório, bem como entender as motivações que os levaram a abandonar o seu local de origem. Para reconstruir a trajetória de um imigrante, antes deste processo, esbarramos geralmente no problema das fontes. Atualmente, a disponibilidade de acesso a fontes *online*, através de instituições que digitalizam seus acervos, nos permite maior possibilidade na reconstrução das trajetórias, pois a dificuldade de pesquisar em outro país ainda é um grande empecilho. Porém, as dificuldades não estão relacionadas apenas às fontes no país de origem do imigrante, mas também quanto à inexistência das mesmas, devido à destruição de acervos ou à sua não produção. Esta última dificuldade podemos perceber quando se refere ao cotidiano feminino, devido às mesmas estarem mais ligadas ao mundo privado. Uma possibilidade delineada é encontrada em Davis (1987), com *O retorno de Martin Guerre*, que reconstrói o cotidiano de uma comunidade aldeã do século XVI, apesar da falta de fontes. A criação de um método para preencher as lacunas existentes, através do uso de fontes que abordem indivíduos similares da época e do local, permitiu reconstruir a vida do personagem investigado, possibilitando assim compreender as decisões tomadas pelo mesmo.

O artigo aqui apresentado é uma síntese da monografia intitulada *Marie Faulhaber: a trajetória de uma imigrante alemã em Neu-Württemberg 1902-1939/RS*, que delinea a trajetória da imigrante alemã Marie, que chegou a Colônia de Neu-Württemberg em 1902. A pesquisa utilizou o nome da personagem enfocada como fio condutor da pesquisa (GINZBURG; PONI, 1989), que no caso é o sobrenome Reinhardt, sobrenome de solteira de Marie, para pesquisar nos arquivos alemães; já no Brasil, quando Marie passou a usar o sobrenome Faulhaber, os documentos pesquisados são atas da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (Oase), da escola, cartas, fotos e jornais. A pesquisa da monografia amplia-se no projeto de mestrado, através de

pesquisa na biblioteca fundada pelo casal Faulhaber e a relação da família com a instituição. O projeto de mestrado conta com bolsa Capes/DS.

Marie: uma vida, uma trajetória

Marie nasceu em 8 de setembro de 1867 em Hohenasperg¹ (BEUTER, 2010), como quarta filha, dos sete filhos do casal² Emilie Widmann e do Major General August Von Reinhardt.³ Os filhos Wilhelm, Ernst Friedrich e Walther Gustav, assim como o pai fizeram carreira militar. “Para a sociedade (alemã) do século XIX, tudo o que era militar suscitava um enorme respeito. Ser oficial do Exército, ou pelo menos oficial da reserva, constituía para a sociedade da época a mais alta distinção.” (FISCHER, 2007, p. 97). Quanto às filhas Bertha, Marie e Sofia⁴ tornaram-se professoras, do ensino básico, diferentemente do avô materno Wilhelm Widenmann que foi professor universitário e engenheiro florestal, na Universidade de Tübingen.

A família Reinhardt estava envolvida no meio educacional e militar alemão, sendo estes cargos de visibilidade, pelo menos ao que compreende aos cargos masculinos. Fischer (2007, p. 106) afirma que “em uma sociedade que vivia impregnada pelo militarismo, o papel das mulheres era reduzido”. Em relação às famílias Widenmann e Reinhardt, afirma-se que as mesmas eram influentes e respeitáveis em Württemberg e que se uniram através do casamento de Emilie Widmann e August Reinhardt.

Marie, além da formação em professora do ensino elementar, buscou ampliar seus conhecimentos, assistindo a aulas como ouvinte, na Universidade de Tübingen,⁵ nos anos de 1897/1898, quando foi admitida para uma “palestra com historiador Dr. Busch, sobre a história na época da Reforma e da Contra Reforma. No período ela frequentou as disciplinas de história, cultura e astronomia, como ouvinte”. (SCHNEIDER, s.d., p. 378).

A trajetória das docentes mulheres na Alemanha encontrava algumas barreiras quanto à atuação, pois havia a dificuldade para colocar-se no mercado de trabalho,⁶ bem como a forte “tradição” do celibato entre as professoras.⁷ É provavelmente neste ponto

¹ Esta região é perto de Stuttgart e atualmente pertence ao estado de Baden-Württemberg – Alemanha.

² Schneider (s.d.), ao escrever uma breve biografia de Bertha Luise, apresenta a genealogia da família, descrevendo datas de nascimento e por vezes de falecimento dos integrantes da família Reinhardt.

³ Ele foi elevado ao *status* de nobreza pessoal, por isso acrescentou “Von” em seu nome.

⁴ Quanto à Luise não foram encontradas informações.

⁵ Knab (s.d., p. 2) afirma que, em “Tübingen as mulheres só receberam a permissão de serem estudantes universitárias em 1904, assim como em Baden em 1900 e na Baviera em 1903”. As mulheres somente podiam frequentar a universidade quando autorizadas. As mulheres passaram um longo período buscando ingressar no Ensino Superior, sendo que, durante este processo, ser apenas ouvinte de algumas conferências foi considerado um avanço.

⁶ A busca da profissionalização feminina encontrou uma possibilidade no magistério, mas que levou a saturação do mercado em poucos anos. Na Alemanha as “mulheres antes de serem empregadas pelo Estado alemão esperavam em média até 11 anos” para lecionarem em escolas públicas. (SCHNEIDER, s.d., p. 376)

⁷ Meyer (2000) ao discutir sobre a docência feminina na Alemanha descreve sobre as professoras – mães. Entre os católicos a docência feminina era um sacerdócio, para os protestantes a função feminina era o casamento e a

que reside o fato de Marie ter contraído casamento com 35 anos, com o Pastor Hermann Faulhaber e ter migrado para o Brasil em 1902. Desta maneira, Marie continuou exercendo a profissão e conseguiu constituir família. Marie deixou seu sobrenome de solteira, Reinhardt e adotou o sobrenome do esposo, Faulhaber.

O casal Faulhaber imigrou para a região noroeste do Rio Grande do Sul, para a Colônia de Neu-Württemberg (atual cidade de Panambi),⁸ após assinar um contrato de cinco anos com a empresa de Hermann Meyer, fundador da Colônia onde Faulhaber desempenharia as funções de pastor e professor. No entanto, acabaram fixando residência no local, pois Faulhaber assinou um novo contrato com Meyer, no qual assumiu um novo cargo, o de diretor da Colônia; após este novo contrato, desligou-se da atividade de pastor. (LESCHEWITZ, s.d.). A partir das atividades de Hermann Faulhaber, Marie desenvolveu as suas próprias atividades, criando um ambiente cultural na comunidade, além de cumprir as responsabilidades que lhe cabiam como esposa do pastor/professor da Colônia, num primeiro período e posteriormente, como esposa do diretor, quando recebia autoridades em sua residência, entre outras atividades.

Marie destacou-se como uma figura importante para o projeto colonial, pois, como professora formada e experiente, ajudou a fundar e organizar as escolas de Neu-Württemberg, apesar dela não ser contratada pela empresa de Meyer, apenas o seu marido.⁹ Apesar disso, Marie ajudou a fundar uma rede escolar na Colônia, com turmas mistas, não criando distinção entre meninos e meninas, diferentemente da primeira escola pública fundada na Colônia em 1906, que aceitava apenas meninos. Como professora, ela enfrentou dificuldades para desempenhar o seu trabalho de educadora, principalmente nos primeiros anos. A falta de material didático era uma constante no período, que ela buscou superar adotando elementos do cotidiano dos alunos, como a utilização de produtos agrícolas produzidos pelos colonos, para fazer cálculos de

maternidade, por isso a licenciatura devia ser desempenhada por freiras ou mulheres solteiras. As duas igrejas se valeram de afirmações diferentes em relação às mulheres, mas ambas endossaram o celibato para a docência feminina. As instituições entendiam que a mulher não podia dedicar-se a maternidade e a docência ao mesmo tempo, mas a realização da maternidade poderia ser efetivada na profissão. Com isso “o celibato, com o exercício da castidade que lhe é constitutivo, foi uma exigência legal para o ingresso e a permanência de mulheres leigas no magistério alemão, durante todo o século XIX” (MEYER, 2000, p. 184). Esta “exigência foi mantida para o exercício profissional das mulheres professoras até a primeira década deste século (XX), com apoio de suas instituições”. (MEYER, 2000, p. 191). Esta prática foi possível perceber nas irmãs Reinhardt, enquanto Sofie ao casar-se mudou de profissão, Bertha manteve-se celibatária e continuou atuando como professora.

⁸ A Colônia foi fundada em 1898, pelo empresário alemão Hermann Meyer, configurando um empreendimento privado e particular. O projeto vislumbrava povoar a Colônia com imigrantes oriundos da Alemanha, no entanto, os primeiros moradores de Neu-Württemberg foram migrantes procedentes das colônias velhas, ou seja, moradores das primeiras colônias de imigração germânica, fundadas no Rio Grande do Sul a partir de 1824. No entanto nas Colônias fundadas por Meyer, “Neu-Württemberg e Fortaleza/Erval Seco havia uma linha Italiana, talvez com o objetivo de delimitar nominalmente esse espaço para os possíveis colonos italianos, ou pela grande quantidade de imigrantes italianos no país, ou ainda, reproduzindo a vizinhança europeia entre Alemanha e Itália”. (NEUMANN, 2009, p. 197).

⁹ Sobre a Colônia e a empresa de colonização Meyer, ver: NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: PUCRS. Porto Alegre, 2009.

matemática. Em relação à disciplina de história, devido ao casal Faulhaber entender que os imigrantes deviam conhecer a história do Brasil, Hermann produziu um livro intitulado *Pequeno tratado de história do Brasil: por perguntas e respostas para uso das escolas primárias*.¹⁰ No currículo organizado por Marie e Hermann, havia aulas de canto, disciplina que lhe trazia realização pessoal. Marie ainda tocava alguns instrumentos musicais, como violino, harmônio e flauta, que em alguns momentos também ensinou os seus alunos a utilizá-los. Outro problema era a frequência dos alunos, muitas vezes motivada por falta de recursos ou pela distância,¹¹ o que preocupava o casal.

Ainda dentro do aspecto educação, Marie criou um grupo de leitura, para seus alunos do sétimo e oitavo ano. As leituras eram voltadas para obras de Goethe, Schiller e Shakespeare, realizadas em sua residência, nas sextas-feiras à noite, chamadas de *Lezen haben*.¹² Segundo Höhle (2014, entrevista), “as vezes era somente feita a leitura de um trecho da obra, em outros momentos poderia ser feita uma discussão sobre o tema, o que era mais raro”.

Nilza Höhle, contemporânea de Maria Faulhaber, em seu depoimento oral nos possibilita resgatar elementos perdidos ou não registrados em outros tipos de fontes. A história oral busca na memória do entrevistado recuperar os fatos ocorridos, através da evocação do passado. (FÉLIX, 2002). A entrevista com Nilza Höhle possibilita ter a visão de uma pessoa que conviveu com Marie, que foi sua aluna, o que nos permite fazer aproximações e novas visões sobre as ações e atitudes de Marie.

A leitura dos clássicos ia ao encontro de outra atividade que Marie desenvolvia com seus alunos, o teatro. Marie produziu peças de teatro, que eram encenadas por seus alunos nas festas da igreja ou da escola, principalmente nas festas de Natal, a mais aguardada na Colônia, momento em que havia declamação de poemas, dramatização das peças de teatro e músicas natalinas, cantadas por grupos de coral. As peças de teatro tinham um formato simples e de linguagem acessível, que

[...] trabalham de forma simples e direta com o cotidiano da colônia e das famílias dos colonos que interagiam com/nesse espaço em construção, no tempo presente [...], a família constituía o núcleo central da trama, composta pelo pai, a mãe e os filhos. Como cenário predominava uma casa simples de um colono; a cozinha colonial, com poucos móveis rústicos, a roça e a mata. (NEUMANN, 2009, p. 187).

¹⁰ O livro foi impresso pela Löw & Filhos, da cidade de Ijuí/RS. MAHP, pasta Hermann Faulhaber.

¹¹ Para que a escola tivesse maior alcance, o casal fundou uma rede de escolas, a Sociedade Escolar, que tinha as despesas sanadas através das mensalidades pagas pelos sócios. Mais tarde, a Sociedade Escolar passou a integrar a Liga das Sociedades Escolares Alemãs na Serra. MAHP: Pasta Educação. Relatório sobre a Assembléia Geral, realizada no dia 25 de abril de 1920.

¹² Aulas de leitura – tradução nossa.

Algumas peças de teatro de Marie foram publicadas. Na contracapa do livreto da publicação da peça “Uma péssima troca”, consta a recomendação da peça para escolas, sociedades e também para palcos pequenos. Segundo Grützmann

[...] o exercício da escrita também significou para algumas mulheres de origem alemã adentrar a esfera pública por meio da publicação de seus escritos em idioma alemão, geralmente em almanaques, publicações comemorativas e/ou brochuras. Este foi o caso de Clara Marie Saur, poetisa e autora de peças teatrais; Marie Faulhaber, autora de peças de teatro; Josefine Wiersh, poetisa e memorialista; Margret Sprut-Wäldin, poetisa e autora de peças de teatro. (2008, p. 78).

Marie se projetou para a vida pública ao difundir suas peças de teatro, o que a levou para fora dos domínios da Colônia.¹³ Sobre os poemas que Marie escreveu, os mesmos não foram publicados da mesma forma que as peças, mas encontramos algumas poesias em Beuter (2010) e em revistas comemorativas da Oase.

Como a leitura era exigida no currículo escolar, dentro do espaço escolar ficou instalada a biblioteca fundada por Marie e Hermann, por mais que a mesma fosse aberta ao público em geral e que fosse uma instituição separada da escola. A biblioteca foi fundada em 1903, com livros que o casal trouxe na bagagem, doados por Hermann Meyer. O casal atuou como bibliotecário e era responsável pela organização e ampliação do acervo. Com a ampliação da rede escolar, quando foram fundadas escolas no interior da Colônia, a biblioteca foi descentralizada, criando assim pequenas bibliotecas, além da biblioteca central. Nas bibliotecas interioranas, era mantido um pequeno acervo. Para haver renovação do acervo, em torno de 50 livros, os mesmos eram trocados com a biblioteca central.

No papel de esposa, Marie ampliou o espaço de atuação do marido e o auxiliou em todas as suas atividades no sacerdócio, apesar de não haver qualquer estatuto oficial ou legitimidade institucional sobre seus afazeres. Dentre suas funções estava a organização das festas religiosas, auxílio à comunidade, traduzidos na forma de cuidados com os enfermos e ensinando sobre saúde ou educando na escola ligada à Igreja. (BAUBÉROT, 1991). Marie atuou como conselheira dos moradores da Colônia, sobre diversos assuntos, entre eles a saúde. Fausel (1949, p. 15) afirma que Marie era “conselheira dos doentes e sãos”. Quando Marie chegou à Colônia não havia médicos, por isso muitas vezes os moradores recorriam a curandeiros e benzedeiros para curar as

¹³ As peças de Marie foram publicadas pela editora Livraria Serrana, de Ijuí, cidade vizinha a Panambi (antiga colônia de Neu-Württemberg). Uma das peças que compõem o acervo do MAHP foi trazida da cidade de Pelotas, por um professor contratado para atuar em uma das escolas da Colônia. MAHP – Pasta Marie Faulhaber.

doenças, sendo que os remédios fornecidos geralmente eram cobrados e nem sempre traziam resultados. (RADMANN, 1986). Marie tomou medidas contra tal situação:

[...] primeira medida foi de alertar as famílias dos colonos contra a exploração e contra tratamentos incorretos, de muitos males, sempre destacando que: – “Muito curandeiro é charlatão e, quase toda a benzedura é fruto de superstição” [...]. “O cuidado pela saúde não depende apenas do dinheiro que uma pessoa possui. Em primeiro lugar, depende de uma alimentação correta. Se mesmo assim uma doença aparece, então é necessário tratá-la corretamente. Existe doença que pode até ser tratada com remédio que cresce na horta, no meio do pasto dos poteiros ou no mato”. (RADMANN, 1986, entrevista).

O cuidado com a saúde da população tornou-se pauta dos encontros realizados na casa de Marie,¹⁴ onde ela ensinava às mulheres da Colônia cuidados básicos de higiene e alimentação, bem como a produção de medicamentos “caseiros”. O trabalho que Marie desempenhou na Colônia se enquadra nas atividades desenvolvidas por esposas de pastores protestantes, pois a esposa de pastor é o tipo de mulher que ajuda seu marido no exercício de seu ministério. Baubérot (1991, p. 243) afirma que “para a mulher de pastor, ensinar e cuidar de pessoas são atividades ainda mais habituais do que garantir-lhes a assistência religiosa”.

Com isso percebe-se que Marie realizava o que era esperado dela, pois como esposa do Pastor Faulhaber, ajudava o marido nas funções pastorais e educacionais da comunidade. No entanto, estes afazeres e cuidados com a comunidade continuaram depois de Faulhaber ter renunciado às atividades de pastor.¹⁵ O fato de as pessoas irem a sua procura demonstra que ela havia conquistado o respeito e a confiança dos moradores da Colônia. A partir destas prerrogativas, Marie conquistou livre acesso à vida dos colonos e ao cotidiano da comunidade, através do papel que desempenhava. Sua atuação lhe conferiu visibilidade, bem como a seu marido, conferindo-lhe mais prestígio. Baubérot (1991, p. 242) afirma que as mulheres “estiveram mais ou menos associadas ao ministério do marido, e o sucesso deste dependia em parte das qualidades de que elas davam provas”. Como esposa do pastor, Marie tinha a possibilidade de circular em espaços que as outras mulheres não podiam, adentrando em espaços públicos e privados.

Neste trânsito entre atividades religiosas e participação pública, Marie ajudou a fundar a Oase, em 1910. A Ordem tinha como objetivo trabalhar no auxílio dos

¹⁴ “Hermann e Marie Faulhaber, antes de viajar ao Brasil, fizeram um curso de primeiros socorros na Alemanha, formando-se como samaritanos. Na Colônia devido a ausência de um médico, eles prestavam os primeiros socorros e eram os responsáveis pela farmácia.” (NEUMANN, 2009, p. 336).

¹⁵ Hermann, ao assumir a função de diretor da Colônia, renunciou às atividades de pastor.

necessitados e captar recursos para a construção da Igreja Luterana, entre outras atividades. Muitos destes recursos provinham de rifas, venda de alimentos e artesanatos, produzidos pelas sócias e vendidos nas festas da Igreja e da escola.

Marie esteve à frente da presidência da Ordem em momentos diversos, sendo que, em algumas vezes, acumulou cargos, como o da presidência com o de secretária. Marie foi presidente nos momentos de troca de pastor ou eventuais afastamentos devido à férias do pastor e de sua família, pois o cargo sempre era destinado à esposa do líder religioso. Com o passar do tempo, a normativa da Oase retirou a exigência da esposa do pastor ser a presidente, o que levou Marie ao cargo, desta vez eleita pelas integrantes da Ordem. Marie aparecia com destaque dentro da Oase, à frente de muitas iniciativas propostas e envolvendo-se de maneira mais efetiva, pois acumulava funções e oferecia a sua residência para os encontros do grupo, momentos em que oferecia bolos, cucas, café e, às vezes, sorvete. Muitas das reuniões da Oase eram para produzir os artesanatos vendidos nas festas. Estes encontros ocorriam uma vez por semana, na parte da tarde.¹⁶ Em 1932, as integrantes da Ordem foram convidadas por Marie a dedicar um tempo para as atividades na Sociedade de Leitura, para encadernar os livros com tecido e bordar os números, para identificá-los.

Em janeiro de 1934 Marie foi nomeada “Associada de Honra” da Oase. Em 1935, Marie e outras quatro sócias fundadoras da Ordem receberam o “Distintivo da Federação” por manterem-se ativas na Oase por 25 anos. A homenagem ocorreu na Festa do Jubileu de Prata, porém Marie não conseguiu comparecer, pois estava doente no período.

A partir de 1926, começou uma nova etapa na vida de Marie. Nesse ano, ela perdeu seu marido, Hermann, que cometeu morte autodirigida.¹⁷ A morte de Hermann ocasionou um trauma na comunidade, que necessitou ser apagado da memória dos moradores de Neu-Württemberg, bem como da história. A repercussão da morte de Hermann Faulhaber não ocorreu apenas por ele ser um líder local ou mesmo por ser conhecido na região, mas também pelo fato de ter formação teológica e ter atuado como pastor, pois a Bíblia, livro sagrado da fé cristã, condena a morte autodirigida. O suicídio necessitava ser esquecido, para que as lembranças do líder Faulhaber pudessem

¹⁶ Marie consta na historiografia como professora de artesanato; no entanto, estes encontros não tinham o caráter de aulas de artesanato, mas de reuniões de mulheres para confeccionar peças para vender, em prol de arrecadar fundos para as suas ações. Nestes encontros, o conhecimento da técnica ou da produção era repassado para as mais novas. Marie não era professora de artesanato (bordados de ponto de cruz ou crochê); no entanto ela ensinava as mais novas, assim como acontecia com as demais integrantes.

¹⁷ A morte de Hermann, provocada por ele mesmo, ocorreu em sua residência, na Direktorhaus, em seu escritório. Dentre as motivações atribuídas pela historiografia à morte de Hermann, encontra-se a tendência à depressão, agravada pela cobrança de retorno financeiro da Colônia Porto Feliz (atual Mondai). Esta Colônia foi fundada pela empresa Chapecó – Peperi, da qual Hermann era diretor. Um agravante da situação reside no fato de a Colônia enfrentar, no período, uma onda de Tifo, doença que também havia acometido seu filho Walther, sendo que este encontrava-se acamado no dia da morte do pai.

resplandecer. A partir da necessidade de (re)construir a imagem de Hermann, surge um elemento contraditório na trajetória de Marie, pois ela começou a aparecer com mais ênfase nos documentos; no entanto, ela saiu da “história”, pois a historiografia, produzida a partir de então, passou a exaltar Hermann e esquecer Marie. Nesta rememoração de Faulhaber, dois eventos foram importantes: a Festa do Jubileu de Prata da Comunidade Luterana e a fundação da Faulhaberstiftung.¹⁸

A festa do Jubileu de Prata de Igreja luterana, da Colônia de Neu-Württemberg, foi realizada em dezembro de 1927. A opção pela data confirmou o ano de 1902 como marco fundacional da Comunidade Luterana, o que corresponde à chegada do casal Faulhaber a Neu-Württemberg. Durante a festa, homenagens foram prestadas à Marie, que recebeu uma placa comemorativa e um álbum de fotos, com fotografias das escolas que pertenciam à Sociedade Escolar, composta pela rede de escolas fundada por ela e Hermann.

Ao homenagear Marie a comunidade reconheceu o trabalho da educadora, mas de forma velada rememorava a trajetória de Hermann Faulhaber, pois o trabalho de ambos havia sido feito de forma conjunta, ao que se refere à escola, pelo menos.

No entanto, a data escolhida como marco fundador suscita alguns questionamentos. Apesar de Hermann ser o primeiro Pastor a firmar residência na Colônia, o mesmo não foi o primeiro a realizar cultos em Neu-Württemberg, pois, anteriormente à data de sua chegada, pastores itinerantes haviam realizado cerimônias religiosas na Colônia. (BEUTER, 2013, LESCHEWITZ, s.d.; NEUMANN, 2009). Outro elemento a ser considerado é que a fundação da comunidade ocorreu somente no ano de 1908, definida em Assembleia Geral Ordinária, com aprovação dos Estatutos. Apenas em 1915 foi registrada como Entidade Jurídica. (LESCHWITZ, s.d.).

Em 1927 foi criada a Faulhaberstiftung, uma fundação para gerir a Colônia, mas que também visou reconstruir a imagem de Hermann. Em 1933, a Faulhaberstiftung publicou o livro *Neu-Württemberg Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/Brasilien*,¹⁹ com a intenção de divulgar a Colônia de Neu-Württemberg na Alemanha, para arrecadar fundos e prestar constas dos investimentos oriundos do país alemão. (MICHELS, 2001). A obra produzida em alemão tem um forte caráter laudatório e apresenta Hermann como um grande homem, que sacrificou a sua vida em prol do ideal de construir uma Colônia forte e próspera. A historiografia local, que se produziu posteriormente à publicação da obra, baseou-se nesta para endossar os relatos sobre Hermann. Marie aparece na obra, mas de forma apagada em relação a Hermann.

¹⁸ Fundação Faulhaber – tradução nossa.

¹⁹ Neu-Württemberg, uma colônia alemã no Rio Grande do Sul / Brasil – tradução nossa.

Marie viajou para a Alemanha no final da década de 20, permanecendo por 15 meses na Europa. Nesse período, participou de conferências e comissões, nas quais falava sobre o desenvolvimento da Colônia e reivindicava mais investimentos para a educação. (MICHELS, 2001; Neumann, 2009).²⁰

Na Colônia, pela primeira vez, Marie aparece em uma fotografia referente à Conferência de professores, no ano de 1931. Anteriormente a 1926, apenas Hermann aparecia nas imagens e em documentos referentes às reuniões pedagógicas ou conferências dos professores, independentemente de serem referentes à Sociedade Escolar – rede de escolas da Colônia – ou da Liga de Escolas da Serra, que o mesmo presidiu por certo tempo.

Sem a presença de Hermann, Marie assumiu publicamente o que fazia de forma velada, pois Hermann tinha a notoriedade das ações desenvolvidas, mas que era efetivada por ambos. Ao assumir de forma integral as atividades que dividia com Hermann, Marie apareceu de forma mais efetiva na documentação.

Contudo, à forma intercalada como ocorreram os fatos, Festa do Jubileu de Prata (1927), viagem de Marie à Alemanha (entre final de 1927 e começo de 1928 até 1939), a Conferência dos Professores (1931) e a publicação do livro *Neu-Württemberg Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/Brasilien* (1933), sobressaiu-se na historiografia à atuação de Hermann em detrimento a Marie, pois a necessidade de esquecer a morte trágica de Faulhaber foi mais importante do que registrar a atuação de Marie, que havia ajudado seu marido ao longo da vida a dois e que assumiu sozinha, depois da morte dele, muitas das responsabilidades que era dividida por ambos.

Marie, em um de seus poemas, registrou a dor que sentia pela falta de Hermann. Ao produzir a obra, ela afirmou que queria dedicar toda a sua vida a ele. Marie havia emigrado com Hermann em 1902, deixando a família e um emprego que lhe dava suporte, para atuar como educadora junto com o esposo, fundar uma escola e lecionar em uma Colônia que estava em seus anos iniciais, o que lhe causou várias dificuldades. Seu trabalho progrediu, com o aumento de escolas fundadas nas picadas, pelo casal, o que levou à formação de uma rede de escolas em Neu-Württemberg. Ainda realizou diversas atividades ligadas à Igreja luterana. Marie e Hermann compartilhavam muitas atividades e apoiavam-se mutuamente. A morte dele levou-a a assumir várias funções sozinha, o que ela lamentava no poema, pois sentia a falta de seu companheiro de atividades. Se por um lado Marie apareceu no cenário público, com o apoio da comunidade, por outro esta mesma comunidade esqueceu Marie, para poder reafirmar a

²⁰ Na primeira vez em que o casal Faulhaber havia voltado para a Alemanha, nas férias de 1908, Hermann também havia realizado palestras, mas para promover a Colônia. (MAHP, Caixa 12 RJD, pasta 16).

figura de Hermann, “limpando” assim a história dele e da comunidade da mancha do suicídio.

Marie faleceu em 11 de abril de 1939. Ao fechar os seus olhos pela última vez, Marie o fez impregnada de tristeza e sofrimento. (BEUTER, 2010). As políticas de nacionalização passaram a reprimir ações de sua família e as instituições que ela havia ajudado a fundar. Marie ajudou a promover a formação da sociedade e da cultura da Colônia, mas no processo perdeu o “seu amado” e viu os integrantes da sua família fugirem do país, devido à perseguição do Estado Novo. A sua terra prometida destruiu o seu trabalho, em vários aspectos, como por exemplo, fechando a escola da sede e confiscando a biblioteca. No entanto, Marie não quis deixar a Colônia, pois queria descansar o “sono eterno” ao lado do seu amado. Marie foi enterrada com Hermann.

A (re) construção da história de Hermann, depois de sua morte, levou a comunidade a rememorar-lo, fixando-o na história de Neu-Württemberg – atual cidade de Panambi – como um homem determinado, que “deu a vida” pelo progresso da Colônia. Para homenageá-lo, foi produzida uma efígie em bronze e fixada na entrada da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), formando um pórtico com a efígie de Meyer. A homenagem a Hermann foi produzida no início da década de 50. (BEUTER, 2010). A homenagem à Hermann é pública, na área central da cidade, no pórtico de entrada da IECLB. Ao colocar a efígie de Faulhaber e de Meyer juntas, formando um pórtico na IECLB, os mesmos são equiparados em grau de importância para a comunidade. A homenagem a Marie difere em tudo a de Hermann, não possuindo o mesmo Status ou a mesma repercussão, pois está na sala de reunião da Oase, em âmbito fechado e de acesso restrito às sócias e convidados. A obra está em gesso, colocado em uma moldura e foi produzida para o centenário da Ordem. A (re) construção da história de Hermann refletiu-se na visibilidade dada a Marie na atualidade.

Conclusão

Ao considerarmos a trajetória de Marie Faulhaber na Colônia privada de Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi, percebemos que ela enfrentou muitas dificuldades, realizou várias conquistas, mas também sofreu decepções. Sua trajetória na Colônia refletiu muito das escolhas que fez na Alemanha, sua terra natal.

A formação superior foi um dos seus objetivos, efetivados de forma parcial ao ser admitida na Universidade de Tübingen, apenas como ouvinte, devido às leis que vigoravam na Alemanha no período, que não permitiam o acesso das mulheres à educação superior. Marie ao assistir as aulas, transformou-se em um ícone e exemplo para outras mulheres também reivindicarem o direito a educação superior. Devido a sua

atitude, Marie foi registrada na história da educação superior, no que tange às mulheres de Tübingen, iniciando assim a luta pelo direito de as mulheres terem acesso à educação superior. Ao mesmo tempo em que Marie lutou para conquistar o Ensino Superior, não infringiu as regras da sociedade patriarcal alemã, pois não desrespeitou as normas morais e sociais vigentes na época, dado o fato de pedir autorização para assistir as aulas na universidade, seguindo os protocolos necessários para assistir disciplinas em que os professores permitissem a presença feminina. Percebe-se que a vida de Marie, na Alemanha, é marcada pela busca do conhecimento e pelo direito de poder adquiri-lo.

Como profissional da área da docência, Marie conquistou uma vaga no concorrido mercado de trabalho alemão, do final do século XIX, mas para isso seguiu as regras veladas da sociedade alemã, de ser celibatária para exercer a docência. Ao optar pelo casamento, tornou-se emigrante e buscou, na sua terra prometida, o que não lhe foi permitido na sua pátria: ser esposa, mãe e professora ao mesmo tempo. A Colônia de Neu-Wüttemberg lhe proporcionou o que a Alemanha lhe havia negado.

Como esposa de pastor, realizou o que era esperado dela, trabalhar para ajudar o marido e a comunidade, o que lhe conferiu respeito por parte dos colonos e visibilidade para a atuação de Hermann. Sua atuação, vinculada a ações da Igreja luterana e da escola permitiu que Marie tivesse acesso ao mundo dos colonos, que por vezes ocorria pelo convívio com as mulheres da Oase; outras, pelo contato quase diário com as crianças, ou mesmo quando os colonos reivindicavam a sua ajuda para tratar de doenças ou para requisitar-lhe conselhos. Ao tornar-se sócia-fundadora da Oase, trabalhou com as demais sócias para arrecadar fundos para financiar ações ligadas à saúde e educação dos colonos, bem como para a construção e manutenção da Igreja luterana. Seu trabalho na Ordem foi marcado pela liderança que desempenhava.

Na educação, Marie auxiliou Hermann a fundar as escolas que compunham a Sociedade Escolar da Colônia. Em todo o período em que atuou como educadora, não recebeu remuneração, pois não era contratada para a função. Com isso, trabalhou de forma voluntária em todos os projetos que desenvolveu; não parou de desempenhá-los nem nos momentos de dificuldade.

Foi na atuação de seu trabalho e no cotidiano da Colônia que Marie encontrou inspiração para produzir peças de teatro e poemas. Sua atividade literária, ao mesmo tempo em que promovia a educação ao descrever o ideal de vida e de atitude que os colonos deviam seguir, lhe oportunizou “sair” dos domínios da Colônia, trazendo-lhe visibilidade.

Quando socialmente lhe foi possível aparecer para a sociedade com autonomia, ao tornar-se viúva, assumiu muitas das responsabilidades que dividia com Hermann. Marie viveu a sua vida em função do seu marido e das funções que ele exercia, mas, mesmo

assim, conquistou seu próprio espaço de atuação e respeito. A possibilidade de Marie aparecer como liderança local foi suprimida pela necessidade de (re)construir a imagem de Hermann que estava abalada. Assim como Marie aparece nos documentos do período, lentamente a historiografia torna-a invisível, transformando-a num apêndice de Hermann. Assim, a historiografia construiu a imagem de um grande líder, lembrando os feitos de Hermann e esquecendo a sua trágica morte.

Ao resgatar a trajetória de Marie, foi possível entender como ela influenciou a sociedade local, ao criar espaços de cultura e sociabilização, percebendo que a sociedade do período reconhecia a importância de Marie para a Colônia, mas que, com a morte trágica de Hermann, houve uma mudança no tratamento dado à figura do casal, pois criou-se um conjunto de ações que, ao rememorar Hermann, levaram Marie ao esquecimento, fato que ainda persiste na comunidade de Panambi.

Assim, percebe-se que Marie foi uma mulher influente na Colônia de Neu-Württemberg, produtora de cultura e de espaços de sociabilização. Ao trabalhar de forma conjunta com seu marido, utilizou a rede de relações dele para construir seu próprio espaço de atuação. Marie desapareceu da “história”, no momento em que Hermann foi rememorado e transformado em ícone da história de Panambi. Ao desenvolver a trajetória de uma mulher imigrante, foi possível perceber sua atuação no ambiente colonial, entendendo suas dificuldades e escolhas.

Referências

BAUBÉROT, Jean. Da mulher protestante. In: DUBY, Jean; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. São Paulo: Ebradil, 1991. v. 4.

BEUTER, Ivo. *De Elsenau a Panambi*. Panambi: Ed. Emgrapan, 2013.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FÉLIX, Loiva Otero. Política, memória e esquecimento. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Usos de memória*. Passo Fundo: UPF, 2002.

FISCHER, Mathias. *Guilherme II: o último imperador da Alemanha*. São João do Estorial: Princípia, 2007.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e como: troca desigual no mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GRÜTZMANN, Imgart. No feminino. In: _____. DREHER, Martin Norberto; FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos: Unissinos, 2008.

HÖHLE, Nilsa. *Nilsa Höhle: entrevista* (abr. 2014). Entrevistadoras: Denise Verbes Schmitt e Temia Wehrmann. Panambi, 2014. Arquivo de gravador. Entrevista concedida para Trabalho final de Graduação.

LESCHEWITZ, Edgar. *Panambi: Vale das Borboletas Azuis*. Disponível em: <<http://www.ieclb.com.br/index.php?menu=1101>>. Acesso em: 20 set. 2014.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: BORIS, Fausto (Org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2000.

MEYER, Dagmar E. E. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro- evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz: Edunisc; São Leopoldo: Sinodal, 2000.

MICHELS, Sérgio Ervino. *A história ensinada na colônia particular de Neu-Württemberg sob a ótica do protestantismo, da germanidade e da educação*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Unijuí, Ijuí, 2001.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – PUCRS, Porto Alegre, 2009.

RADMANN, Alzira Schmitt. *Histórias da vó Alzira: entrevista (1986)*. Entrevistador: Élio Müller. Curitiba, 1986. Arquivo impresso.

SCHMITT, Denise V. *Marie Faulhaber: a trajetória de uma imigrante alemã em Neu-Württemberg, 1902-1939/RS*. 2014. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, Santa Maria, 2014.

SCHNEIDER, Corinna. Bertha Reinhardt (1866-1944). In: UNIVERSITÄT TÜBINGEN. *100 Jahre Frauenstudium an der Universität Tübingen 1904-2000: Historischer Überblick, Zeitzeuginnenberichte und Zeitdokumente*. Tübingen: (s.n), (s.d). Disponível em: < <http://www.uni-tuebingen.de/uploads/media/100JahreFrauenstudiumPublikationsendfassung.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

Padres imigrantes nos núcleos coloniais do Sul do Brasil (1875-1900)

Dra. Máira Ines Vendrame

Professora no curso de História e do Programa de Pós-Graduação da Unisinos

1 Antes da colonização italiana no Rio Grande do Sul

Missionários e padres originários da Península itálica circulavam pelo Brasil meridional muito tempo antes da chegada dos primeiros grupos de famílias italianas ao Rio Grande do Sul. Anteriormente a 1875, data que marca o início da “Grande Imigração” ao Sul do Brasil, já existia uma presença considerável de italianos, inclusive de sacerdotes, pelas freguesias da província sul-rio-grandense. Não somente em Porto Alegre, capital da província, mas em cidades de fronteira havia uma imigração urbana européia, já na metade do século XIX. Atraídos pelas possibilidades de desenvolver as atividades profissionais em locais carentes de determinados serviços, esse deslocamento espontâneo era caracterizado por uma mão de obra qualificada, conforme apontam alguns estudos. (Constantino, 2008; RUGGIERO, 2015, p. 165-171).

Essa imigração precoce incentivou o deslocamento de outros italianos que exerciam diversas atividades, desde sacerdotes até trabalhadores artesanais. A existência de uma rota marítima, que ligava Gênova a Buenos Aires e Montevideú, era bastante ativa no período de 1840 a 1870, sendo utilizada por agricultores temporários, artesões e comerciantes, bem como missionários religiosos e padres. As regiões da América do Sul atraíam pela existência de um amplo campo de trabalho e oportunidades. Desse modo, para além dos trabalhadores agrícolas que tinham como destino as lavouras argentinas, na metade do século XIX emigraram também muitos padres, especialmente do Piemonte e da Ligúria, bem como das províncias do Sul Itália. (RUBERT, 1977).

Entrando pelos portos da Bacia Platina, os sacerdotes italianos (mas também franceses e espanhóis) se deslocavam para o interior da Argentina em busca de trabalho. Fixando-se em povoados afastados dos grandes centros, que necessitavam da assistência religiosa, os padres foram adentrando no território do Rio Grande do Sul, tornando-se, muitas vezes, vigários de paróquias localizadas em espaço fronteiro entre o Brasil e a Argentina. Em meados do século XIX, as cidades de Itaqui, São Borja e Uruguaiana se tornaram frequentemente o destino de imigrantes europeus. Segundo constatou Volkmer (2013, p. 103), nas duas primeiras cidades, a preponderância foi de italianos, aumentando, significativamente, no decorrer das décadas 60 e 70, devido às políticas migratórias adotadas pelos Estados platinos.

No extenso território da freguesia de São Borja, em 1857, foi instituída a paróquia de São Francisco de Assis, que concedeu ao padre italiano Domingos Tanganellio¹ o cargo de vigário encomendado.² Na sequência, a paróquia passou a ser administrada por outros sacerdotes estrangeiros de nacionalidade portuguesa e italiana. Dificilmente se encontrará uma freguesia, no Rio Grande do Sul, que, a partir da metade do século XIX, não tenha contado com a assistência religiosa de padres que provinham da Península Itálica. Como se ressaltou anteriormente, antes mesmo do período que marca o início da “Grande Imigração” – entre 1875 a 1915 –, era bastante recorrente a presença de clérigos italianos pelas paróquias da província mais meridional do Brasil. Durante o episcopado de Dom Sebastião Dias Laranjeira, iniciado em 1861, intensificou-se a circulação de sacerdotes originários do Estado italiano recém-unificado.

Em 1875, com o início do processo de ocupação dos núcleos coloniais, a presença de padres de nacionalidade italiana aumentou. Muitos saíam dos locais de origem dos imigrantes, incentivados pelas campanhas migratórias e pela partida de familiares e paroquianos que visavam fundar novas comunidades no além-mar. Assim, a presença de padres italianos foi crescendo progressivamente nas últimas décadas do século XIX e início do XX, conforme se pode verificar ao analisar uma relação, presente no livro do *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*. De acordo com as informações, um total de cinquenta sacerdotes começou a trabalhar na década de 70 em diversas freguesias e paróquias do Rio Grande do Sul. (RIO GRANDE DO SUL, 2000, p. 135-145). Entre esses, alguns eram recém-chegados e outros já possuíam alguma experiência entre a população gaúcha, por já terem atuado em povoados da província.

Do ano de 1864 até 1870, na freguesia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, o padre italiano Antônio Florio exerceu as funções sacerdotais, retornando para o Reino da Itália depois de seis anos na função. Quando o território sul-rio-grandense passou a contar com uma presença maior de imigrantes italianos, Florio regressou para a província, em 1879. Quando da sua chegada, foi-lhe conferida a freguesia de Santa Cristina do Pinhal, pois sua conduta pretérita era regular, não recebendo o bispo “queixa alguma em seu desabono”. Naquele mesmo ano, Florio encaminhou pedido de naturalização para se tornar cidadão brasileiro.³ Certamente, ao tomar tal atitude, estava

¹ Originário da diocese de Arezzo, Itália.

² Vigário encomendado era indicado pelo bispo para assumir momentaneamente paróquias que estavam vagas. Podiam ser transferidos a qualquer momento com autorização do bispo, sem interferência do Estado brasileiro. O vigário colado, ao contrário, era nomeado pelo Império, virava funcionário do Estado. O vigário colado era concursado, e o salário (a cônica) era de 400 mil-réis anuais. O vigário colado tinha uma série de direitos que o encomendado não possuía.

³ Requerimento de naturalização do padre italiano Antônio Florio, 12 de dezembro de 1879. Série Império IJJ9- 459, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ).

procurando legalizar sua situação, cumprindo deveres e fazendo valer seus direitos, como o de garantir o benefício da cômputo, salário a ser concedido aos párocos colados do Império brasileiro.

Depois de ter trabalhado em diversas paróquias do Rio Grande do Sul, inclusive em povoados localizados na fronteira oeste, Antônio Florio retornou para a Província de Salerno, falecendo em 1891 na comuna natal de Castellabate. No entanto, seu sobrinho, o padre Geraldo Florio, provavelmente chegado junto com o tio no ano de 1879, continuou trabalhando por longo período no território gaúcho. (RUBERT, 1977, p. 27-28). Assim como o trabalho agrícola, os sacerdotes também se deslocavam para o além-mar, a fim de encontrar espaço para atuar. Essa tentativa de melhorar a condição social era colocada em prática pelos sacerdotes e pensada como empreendimento coletivo e familiar, algo planejado conjuntamente pelos interessados na emigração e os parentes que permaneciam. (VENDRAME, 2013).

2 Nas regiões coloniais: os “falsos padres”

Entre as décadas de 70 e 80 do século XIX, nos pedidos de naturalização brasileira dos padres italianos, que já se encontravam ocupando posição de pároco, muitos declaravam que haviam chegado ao Rio Grande do Sul como colonos e na companhia de familiares e conhecidos.⁴ Ao entrar como camponeses, os padres procuravam se beneficiar da política imperial e provincial de apoio conferida aos imigrantes italianos. Desse modo, conseguiam, muitas vezes, permanecer junto aos parentes e conhecidos. Em seguida, depois de passada a fase inicial de estabelecimento e fundação dos povoados, os padres “colonos” passavam a se dedicar à assistência espiritual das famílias recém-chegadas. Trabalhavam para estruturar o espaço devocional e a organização das atividades socioreligiosas nas novas comunidades.

Morador da Colônia Caxias e pároco do povoado de Nova Trento,⁵ Luiz Centin, natural da Província de Pádua, declarou ter vindo para o Império como “colono”. Passados dois anos da sua chegada, solicitou a naturalização.⁶ A demora em fazer tal pedido indica a existência de dúvida entre os imigrados, pois esses poderiam retornar para a pátria de origem caso não estivessem em boas condições sociais e financeiras. Porém, tal dúvida era suplantada rapidamente, a partir do momento em que se tornava

⁴ Colono era o indivíduo que declarava ser camponês. Na condição de colono recebia do Estado um lote colonial para produzir.

⁵ Atual cidade de Flores da Cunha.

⁶ Pedido de naturalização, abril de 1884. Série Império, IJJ9 – 461, ANRJ.

concreta a atuação como pároco, pois o novo *status* conferia prestígio material e imaterial.⁷

A viagem de transferência da Itália para o Rio Grande do Sul era financiada por um grupo de conterrâneos estabelecidos na Colônia Silveira Martins – localizada na região central do estado –, os padres Antônio Sório e Vitor Arnoffi abandonaram a província do Vêneto, onde trabalhavam como clérigos assistentes. Assim que chegaram ao estado, ambos apresentaram-se ao bispo atestando que haviam saído das dioceses de origem com o consentimento das autoridades eclesiásticas, recebendo, desse modo, consentimento para atuar entre os imigrantes que demandavam por assistência religiosa. Porém, nem todos procediam de tal forma. Alguns haviam saído da Itália sem permissão dos superiores, fugindo de contravenções morais e até perseguições policiais. Mas esse não parece ter sido o caso dos referidos sacerdotes, apesar de existirem suspeitas acerca do comportamento condenável dos mesmos na terra de origem.⁸ Declarando ter chegado como imigrante em 1881, Antônio Sório encaminhou seu pedido de naturalização em dezembro de 1885, após ter sido nomeado pároco da Freguesia de Silveira Martins.⁹ Posteriormente, justifica tal atitude, afirmando que o Império do Brasil era “o único em todo o mundo católico que ordenava a naturalização de um padre para exercer o seu sagrado ministério”.¹⁰ No entanto, ao adotar a cidadania brasileira, Sório não deixou de promover atividades que procuravam reforçar os laços de assistência e solidariedade étnica entre os conterrâneos nos núcleos coloniais. Como agente consular, trabalhava para garantir a manutenção dos vínculos com a pátria de origem. Desde sua chegada, dedicou-se à constituição de uma sólida rede de relações com os imigrantes que lhe garantiram poder e prestígio local, bem como lhe conferiram recursos para a construção de seu patrimônio material. (VENDRAME, 2013). Sobre a trajetória do padre Sório, na Colônia Silveira Martins, tratar-se-á na sequência do presente artigo.

No rastro dos imigrantes italianos que se fixaram nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, abandonaram a Itália tanto sacerdotes seculares quanto os pertencentes a ordens religiosas. Entre os padres imigrantes existiam aqueles que buscavam “fazer fortuna” e alcançar certo sucesso individual no Brasil, como também os envolvidos em um projeto missionário, mais preocupados com a manutenção das práticas religiosas católicas nas novas comunidades fundadas no além-mar. Independentemente das pretensões individuais dos sacerdotes, ao se instalarem nas comunidades coloniais eles

⁷ Vários outros pedidos de naturalização de padres italianos podem ser conferidos na Série Império, IJJ9 – 459, 461, ANRJ.

⁸ Sobre a trajetória de ambos os sacerdotes, tanto no país de origem como no de destino, ver: VENDRAME, 2013.

⁹ Em 18 de dezembro de 1885, Antônio Sório solicitou a sua naturalização, sendo a mesma concedida em novembro de 1886. Série Interior – estrangeiros – IJJ 9 – 462. ANRJ.

¹⁰ Carta do Pe. Antônio Sório, agente officioso do Régio Cônsul da Itália, “A pedidos. Resposta a um caluniador.” Jornal *O Combatente*, 22 de outubro de 1893, Santa Maria. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC).

tiveram que agir no sentido de conquistar a confiança e o apoio da população, caminho que não foi ausente de conflitos, rejeições e negociações. Além disso, deviam garantir autonomia religiosa e devocional, trabalhando para atender diversas demandas das famílias, indo além daquelas ligadas apenas ao cumprimento das atividades sacramentais.

Os imigrantes esperavam que os padres se tornassem “líderes da aldeia”, que atendessem o “costume dos italianos” de benzer os campos, os objetos de trabalho, os animais e as pessoas doentes. Bênçãos e exorcismos deviam afastar as forças sobrenaturais que ocasionavam prejuízos às plantações e às pessoas.¹¹ Em estudo já realizado, constatou-se que os sacerdotes, para conquistar a confiança da população, tiveram que desempenhar diversas funções e não somente aquelas obrigações ligadas à administração dos bens da paróquia e ao cumprimento dos preceitos religiosos. (VENDRAME, 2007). Somado a tudo isso, deviam também organizar a construção das capelas, estruturarem as atividades sociorreligiosas, reforçar os laços entre a população e, de certa forma, garantir que, através da instituição de símbolos e devoções religiosas, fosse reforçada a ocupação dos imigrantes nos núcleos de colonização. Ao se estabelecerem nos núcleos, os imigrantes rapidamente procuravam reviver práticas devocionais trazidas da pátria de origem, através da construção de igrejas e capelas. Em locais muito próximos, foram surgindo diversos centros de agregação, pela edificação de pequenos templos religiosos e seus campanários imponentes. As afinidades pretéritas, os projetos comunitários articulados antes da partida para a América, laços parentais e vínculos firmados, durante a transferência, foram fatores que impulsionaram as famílias a instituírem os centros de agregação religiosa e social nos locais de destino.

As demandas por sacerdotes nas comunidades recém-fundadas garantiam um campo de atuação, mas também de conflito entre os padres imigrantes italianos ou de outras nacionalidades europeias. Esses conflitos, por vezes, dividiam a população colonial. Como nem todos os padres que chegavam ao Rio Grande do Sul apresentavam-se à autoridade diocesana, para que fosse reconhecida sua condição (muitas vezes por não possuírem documentos que provassem legalidade de sua situação), as freguesias se tornaram palco de sérias disputas. Os chamados “falsos padres” ou “padres aventureiros” foram alvo de severas críticas por parte dos párocos, geralmente porque cabia aos últimos o controle da população da paróquia. O pároco deveria registrar nascimentos, casamentos e óbitos e realizar, anualmente, um relatório a ser enviado às autoridades provinciais. Acontece que os “falsos padres”, perambulando pelo território das paróquias, atendiam aos pedidos das pessoas para batizados,

¹¹ Sobre as atividades realizadas pelos padres nos núcleos coloniais, para dar atenção àquilo que era “costume dos italianos”, especialmente das famílias camponesas, ver: Vendrame (2013).

casamentos e enterros, para total desespero dos párocos que ficavam sem saber quem nascia, casava ou morria em sua jurisdição. Esse era um transtorno, tendo em vista as intenções do Estado imperial brasileiro, que queria melhor conhecer e controlar seus súditos. (KARSBURG, 2012).

Muitas vezes, as localidades procuravam manter certa autonomia, aceitando que as atividades socioreligiosas fossem administradas por sacerdotes, que nem sempre tinham autorização legal da diocese para atuar. Em maio de 1880, o delegado de polícia da Colônia Caxias apresentou denúncia contra o Pe. Carlos Alberto Sanctis. Este havia sido indicado pelo diretor da colonial para cuidar da administração espiritual; porém, não se encontrava “habilitado a exercer as sagradas ordens nesta diocese”. Não atestando ser sacerdote, Sanctis tinha apresentado ao diretor da colônia duas cartas de referência firmadas pelo cônsul italiano em Porto Alegre. Uma das correspondências havia sido dirigida ao ministro da Itália e outra ao Núncio Apostólico no Rio de Janeiro; porém, nenhum dos documentos comprovava ser ele padre. Apesar disso, praticou ele na Colônia Caxias “atos do ministério sacerdotal” até o momento em que a perseguição empreendida pela autoridade policial o afastou da região. Acusando Sanctis de “um ousado aventureiro”, que havia usado título indevido para realizar casamentos, batizados e missas, bem como recebido dinheiro por tais atividades, o delegado deu início à investigação. Porém, os inquiridos não parecem estar empenhados em denunciar o “falso padre”, que por sua vez não foi encontrado pela justiça do estado.¹²

No mês anterior, antes de atuar em Caxias, Sanctis havia circulado pela Colônia Silveira Martins. Em carta enviada ao bispo diocesano, o sacerdote Marcelino Bittencourt afirmou que um indivíduo, que se diz “padre italiano, mas que fala bem o espanhol”, com pretensão de ficar na colônia, “fez confissões, batizados e uma ridícula prédica, na qual disse ser a verdadeira imagem de Cristo por sua pobreza”. Por fim, solicitou que o “embusteiro” seja reprimido por autoridade competente, o que de fato veio a ocorrer na sequência.¹³ Em fevereiro de 1884, foi julgada procedente a denúncia contra Sanctis que, “intitulando-se padre e usando vestes sacerdotais, durante um mês e meio”, realizou na Colônia Caxias casamentos, batizados, missas, recebendo “dinheiro e espórtulas avultadas”.¹⁴

Posteriormente, em 1906, semelhante denúncia foi realizada contra outro “falso padre”. Agora, porém, se tratava do italiano José Angelo Bordini (29 anos). Ele estava a um ano no Travessão Conceição e, vestindo hábitos sacerdotais, praticava “todos os atos religiosos conforme o rito católico”, sem ter obtido autorização eclesiástica. Afirmando

¹² Inquérito Policial, Cível e Crime, Caxias do Sul, Maço 29, Nº 941, 1880. Arquivo Público de Porto Alegre (Apers).

¹³ Telegrama de 13 de abril de 1880 do Pe. Marcelino Bittencourt ao bispo diocesano. In: Inquérito Policial, Cível e Crime, Caxias do Sul, Maço 29, n. 941, 1880 (Apers).

¹⁴ Inquérito Policial, Cível e Crime, Caxias do Sul, Maço 29, n. 941, 1880 (Apers).

já ter sido Bordini suspenso das ordens religiosas e ser a capela onde atendia propriedade do bispado, o delegado de polícia acusava o “falso padre” de violação por ter se apossado da capela do Travessão Conceição e ali administrado todos os sacramentos. Além disso, acrescenta que Bordini, além de “enganar” e “anarquizar” o povo, era um “insubordinado”, pois não obedecia “as autoridades constituídas e as leis que regiam o nosso país”.¹⁵

O comportamento livre e desobediente do pároco tornou-o alvo de denúncia ao delegado de polícia. Apesar da acusação contra o “falso sacerdote” de não respeitar as autoridades constituídas e cobrar pelas atividades sacramentais realizadas, a população residente no local onde o mesmo atuava não colaborou nas investigações. Logo, as queixas contra Bordini foram consideradas improcedentes.¹⁶ Em ambas as investigações contra os supostos “padres falsos”, as acusações não partiram dos imigrantes, mas, sim, dos párocos e autoridades locais, que se sentiram desrespeitados e ameaçados em seu poder, frente à não obediência de alguns colegas de batina.

Durante a segunda metade do século XIX, o clero secular, cujo destino era a América do Sul, trazia licenças incompletas, saindo de seus locais de origem com permissões insuficientes, causando, na sequência, problemas nas dioceses de destino. Os sacerdotes que desejavam imigrar buscavam, nas dioceses de origem, simples cartas de liberação, que não serviam nos locais de destino, no caso o Sul do Brasil. A saída dos padres não era muito controlada por parte das autoridades eclesiásticas italianas. Porém, no início do século XX, a emigração de sacerdotes europeus ficou cada vez mais controlada pelos bispos locais e pela Santa Sé. (GALLARDO, 2010, p. 101).

3 Estratégias de inserção social

Nas comunidades coloniais fundadas no Sul do Brasil, as relações entre imigrantes e padres iam além do apoio e da solidariedade étnica, também sendo marcadas por tensões e conflitos. Não eram incomuns as disputas ao interno de um mesmo povoado entre grupos de italianos, que contavam com o apoio dos sacerdotes, especialmente quando da tomada de decisões em relação à construção das igrejas locais. Os imigrantes, bem como os padres italianos que se estabelecem nas regiões de colonização, não podem ser descritos como um grupo homogêneo, harmônico, coeso e indiferente às opiniões e posições políticas. Independentemente da conduta dos sacerdotes, seja ela mais liberal ou mais sintonizada com as orientações de

¹⁵ Processo-crime, Cível e Crime, Caxias do Sul, Maço 41, n. 1142, 1906 (Apers).

¹⁶ Processo-crime, Cível e Crime, Caxias do Sul, Maço 41, n. 1142, 1906 (Apers).

romanização¹⁷ da Igreja católica, a vivência de experiências de conflito, nas comunidades, também foi frequente quando o assunto se ligava à obtenção ou perda da autonomia administrativa e religiosa.¹⁸ Além disso, não bastava ter um sacerdote residente, era necessário que o mesmo se empenhasse em garantir ampla assistência às famílias agregadas em torno da capela do santo de devoção; fortalecesse os vínculos de afinidades e de identificação simbólica do grupo.

Ao se instalarem entre os conterrâneos, os padres tiveram que atuar no sentido de permitir que a paróquia se tornasse um espaço de agregação religiosa onde se articulavam escolhas políticas e econômicas. Os projetos familiares e comunitários, tanto dos padres quanto dos imigrantes, deflagravam tensões no âmbito da “aldeia”. Nesse sentido, para mostrar o quanto podiam ser diversas as estratégias de inserção social e também de contenção das oposições surgidas no seio das comunidades de destino, analisar-se-á alguns aspectos da trajetória de dois padres imigrantes, que se estabeleceram no Rio Grande do Sul. O primeiro deles, Antônio Sório, chegou à Colônia Silveira Martins em 1881, após convite dos conterrâneos já residentes no Brasil meridional. Já o segundo, Pietro Nosadini, instalou-se em Caxias do Sul, nos últimos anos do século XIX.

Quatro anos depois de sua chegada, quando foi nomeado pároco da sede da região colonial, o Pe. Antônio Sório deparou-se com a resistência por parte de alguns imigrantes da recém-instituída paróquia. Rapidamente procurou defender os direitos de cura da nova paróquia, principalmente porque algumas comunidades se “achavam providas de padres que se julgavam independentes”.¹⁹ Assim, em carta emitida a um colega de batina, Sório reforçava que matrimônios e funerais não deviam ser realizados na Freguesia de Silveira Martins sem sua autorização.²⁰ Empenhado em garantir a manutenção dos “direitos de pároco”, ele se tornou alvo de críticas da parte de alguns imigrantes descontentes com suas iniciativas centralizadoras.

Em carta encaminhada ao bispo, um grupo de opositores solicitou a transferência de Sório, acusando-o de frequentar as “tavernas” e permanecer “até duas ou três horas da madrugada em completo estado de embriaguez, proferindo palavras que a decência

¹⁷ Moralizar o clero, submetendo-o à hierarquia; acabar com a autonomia dos leigos em assuntos religiosos; administrar as devoções e extirpar os excessos do povo nessas ocasiões eram procedimentos que se convencionou chamar de romanização do catolicismo. Sobre esse assunto, consultar: Oliveira (1972); Oliveira (2002); Azzi (1977).

¹⁸ A transferência do padre italiano Antônio Sório do Vale Vêneto – comunidade fundada na Colônia Silveira Martins – para a sede da Colônia, para assumir a administração da nova paróquia, ocasionou manifestações de revolta por parte das lideranças do local abandonado. Para manter a independência administrativa era importante garantir a autonomia religiosa, aqui no caso através da presença de um padre fixo no povoado. Sobre esse conflito ver: Vendrame (2007).

¹⁹ Carta do pároco da Freguesia de Silveira Martins, Antônio Sório, ao Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, 17 de setembro de 1886. Pasta Silveira Martins, Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPA).

²⁰ Carta do pároco da Freguesia de Silveira Martins, Antônio Sório, ao padre Francisco Comoretto, 7 de janeiro de 1886. Pasta Arroio Grande (ACMPA).

mandava calar”. Continuaram alegando que as “imoralidades e o péssimo comportamento” estavam escandalizando os paroquianos; logo, deviam ser atendidos por alguém mais digno.²¹ Todavia, esse pedido não foi atendido. Posteriormente, também não se constatou o surgimento de novas queixas, acreditando-se que as oposições foram vencidas frente às escolhas tomadas pelo próprio Sório, a fim de garantir a inserção nas redes de auxílio e proteção local.

Após ter se transferido para a Freguesia de Silveira Martins, o pároco começou a apadrinhar os filhos dos italianos. Durante o período de quinze anos, foram trinta e sete batizados como padrinho direto. Além de Sório, os quatro sobrinhos – que haviam emigrado da Itália para se juntar ao tio sacerdote alguns anos depois – também aparecem estabelecendo laços de compadrio com os conterrâneos.²² Desse modo, analisando as redes parentais construídas, fica muito claro que o fortalecimento das bases de apoio na paróquia, bem como a construção de um patrimônio imaterial de relações, se deu em parte pela formação de uma ampla “parentela espiritual” estabelecida através das relações de compadrio.²³

O reforço à posição de liderança local na paróquia também ocorreu através da Associação de Mútuo Socorro dos Operários de Silveira Martins. Em 16 de agosto de 1885, foi aprovado o primeiro estatuto da sociedade que contava com mais de cinquenta chefes de famílias locais.²⁴ Essa agregação tinha como objetivos estabelecer reciprocidades, solidariedades étnicas e vivenciar experiências que reforçassem os símbolos de identificação de grupo. Por outro lado, a existência de um regulamento por parte da sociedade de mútuo socorro evidencia a constituição de um poder autônomo e regulador dos comportamentos dos imigrantes coligados.

A agregação em torno da sociedade de mútuo socorro funcionava para fortalecer as bases políticas locais, surgindo enquanto espaço de debate e tomada de decisões para garantir maior autonomia administrativa da sede da Colônia Silveira Martins. Enquanto liderança local, Sório e os principais comerciantes residentes na paróquia passaram a trabalhar, para que o lugar adquirisse independência política. Assim, num contexto de busca pela emancipação, em fevereiro de 1898, um abaixo-assinado organizado pelo pároco, e firmado por 45 membros da comunidade, foi encaminhado ao intendente municipal de Santa Maria e publicado no jornal *O Combatente*. No documento, as

²¹ Carta ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira de um grupo de doze indivíduos da Freguesia Silveira Martins, 8 de setembro de 1886. Pasta Silveira Martins (ACMPA).

²² Em trabalho de doutoramento, apresenta-se a tabela que mostra o número de apadrinhamentos da família Sório (Vendrame, 2013, p. 207).

²³ Através do ritual de batismo do recém-nascido, fundava-se uma parentela através de padrinhos e madrinhas formalmente reconhecidos pela Igreja católica. Sobre este assunto consultar: Alfari (2007).

²⁴ Informações presentes no histórico apresentado na solenidade comemorativa do 50º aniversário de fundação da Sociedade de Mútuo Socorro Humberto I, 16 de agosto de 1935. (Caixa Silveira Martins, CPG-NP).

lideranças étnicas locais protestavam contra “os abusos” cometidos pelo subintendente José Claro de Oliveira.

Por meio das reclamações, os italianos justificavam a necessidade de criação de um município administrado pelos residentes na sede da Colônia.²⁵ Naqueles últimos anos do século XIX, o subintendente e outros funcionários públicos se deparavam com duas grandes dificuldades. Uma delas era a não procura, por parte dos imigrantes, da naturalização brasileira, enquanto que a outra estava ligada ao não comparecimento às votações. Certamente, nas eleições de 1898, a ausência de grande parte dos eleitores alistados foi acordada entre os italianos, como forma de retaliação por terem seu pedido de emancipação negado.²⁶ As crescentes dificuldades administrativas enfrentadas pelo intendente sinalizava para a existência de oposições e instabilidade política local. E, nesse contexto conturbado, Antônio Sório sofrera um “fatal acidente”, numa das estradas desertas da região colonial.

Em dezembro de 1899, o pároco foi encontrado caído do seu cavalo e com graves ferimentos. Na casa paroquial foi assistido por um médico, porém, depois de agonizar por alguns dias, na madrugada do dia 2 de janeiro de 1900, Sório falece.²⁷ Após essa notícia, logo surgiram controvérsias sobre os motivos que teriam ocasionado a morte de uma das principais lideranças da região colonial. A explicação de que o padre teria morrido em consequência dos ferimentos, devido à queda do cavalo, não foi acreditada pela população. Esta teve outro entendimento para aquele evento; a avaliação que fazia baseava-se na própria conduta do pároco e acontecimentos locais.

Meses antes de morrer, em carta a um colega residente num dos núcleos coloniais, Antônio Sório desabafou afirmando estar sentido “ares de vingança”. No entanto, não indicou motivos que o faziam sentir-se temeroso, mas estava com receio de ser alvo de alguma retaliação ou contraofensa.²⁸ A morte do pároco de Silveira Martins acalmou por algum tempo as oposições locais. Foi nesse momento que as redes de proteção e solidariedade, nas quais Sório se encontrava imerso, demonstraram sua força, impedindo o surgimento de suspeitas e, conseqüentemente, investigação policial para sanar as dúvidas surgidas em relação à morte. Assim, de acordo com a versão presente no registro de óbito e processo de validação do testamento, o padre havia falecido em

²⁵ “Aos pedidos”, *Jornal O Combatente*, 5 de fevereiro de 1899 (ACMEC). Além do pároco e seus sobrinhos – Alexandre Sório e Luiz Bianchi –, o documento de protesto foi assinado pelos principais donos de casas de comércio da sede.

²⁶ Nas eleições para presidente da República de 1898, muitos dos eleitores de Silveira Martins se negaram a votar. Na mesa eleitoral formada por José Claro de Oliveira (presidente), Antônio Sório e mais três imigrantes não estavam presentes. Transmissões/ notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1 – 25.01.1896 a 22.10.1898, fl. 165, 166, doc. 01 de março de 1898, APERS.

²⁷ Livro de registros de óbitos de Silveira Martins, 3 de janeiro de 1900, folha 140 (verso), n. 1202, Cartório Cível de Silveira Martins (RS).

²⁸ Carta de Antônio Sório, 20 de agosto de 1899. Caixa família Sório. Centro de Pesquisas Genealógicas, Nova Palma (CPG-NP).

decorrência dos graves ferimentos ocasionados por uma “queda do cavalo”.²⁹ Já localmente, nos comentários da vizinhança, circulava a explicação de que Sório havia sido vítima de “uma armadilha”. (POZZOBON, 1997, p. 178). Essa era a versão acreditada entre a população colonial.

Porém, somente depois de passados quase cinquenta anos da morte de Sório, é que os nomes dos suspeitos do ataque foram revelados publicamente. Em 1949, o sacerdote Pedro Luiz – afilhado de um dos sobrinhos do padre Sório –, em crônica intitulada “a morte trágica de Don Antônio Sório”, afirma que, em dezembro de 1899, o mesmo havia sido atacado “por três ou quatro indivíduos numa subida mansa e pedregosa”. Apontados como maçons, os denunciados agressores eram os imigrantes italianos Felipe Durgante, Celeste Soliani e Rodolfo Faccin.³⁰ Somente dois deles aparecem como membros da Loja Maçônica União e Trabalho de Silveira Martins, fundada oficialmente em janeiro de 1900.³¹

Tendo como objeto de análise as versões surgidas acerca da morte do pároco de Silveira Martins, Luiz Eugênio Vésicio, no livro *O crime do padre Sório* (2001), analisa duas das explicações conferidas ao evento. O referido autor centra a análise na explicação que dizia ser a morte consequência de um crime político orquestrado pela Maçonaria. No entanto, a outra versão dizia ter o padre Sório sofrido uma vingança privada ligado a questões de honra familiar. A justificativa do comportamento condenável do padre em relação a questões ligadas à sexualidade ainda hoje é apresentada pelos descendentes de imigrantes para explicar a morte de Antônio Sório.³²

Já nas primeiras décadas do século XX, circulava entre a população a suspeita da vingança familiar enquanto mecanismo de contraofensa, bem como de restauração do equilíbrio e da tranquilidade nas relações entre as famílias em disputa. A notícia de que Antônio Sório havia sido encontrado com graves lesões no “baixo ventre”,³³ ou ainda, que tinha sofrido “violação da bexiga”, forneceu base para a elaboração de outra explicação.³⁴ Porém, a versão de vingança não ganhou *status* oficial, permanecendo

²⁹ Processo de validação do testamento. Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, n. 116, maço 3, ano 1900 (Apers).

³⁰ Revista *Rainha dos Apóstolos*, Santa Maria, 1º de janeiro de 1949, n. 27, p. 165. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora (AHPNSC), Santa Maria.

³¹ Ata de fundação da Loja Maçônica União e Trabalho, 6 de fevereiro de 1900 (RIGHI, 200, p. 298).

³² Em tese de doutorado, intitulada *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos no sul do Brasil* (1878-1910), tendo como fio condutor a versão de que o padre Sório teria morrido em consequência de uma vingança por motivos familiares, analisei questões como práticas de justiça e controle social vivenciadas pelas famílias imigrantes, nos núcleos coloniais fundados no Rio Grande do Sul. (VENDRAME, 2013).

³³ Informação presente nos escritos do padre Frederico Schwinn (caderno a, p. 14), presente na ex-Colônia desde 1906, quando se tornou pároco de Silveira Martins nas primeiras décadas do século XX.

³⁴ Livro de registros de óbitos de Silveira Martins (RS), 3 de janeiro de 1900, folha 140 (verso), n. 1202, Cartório Cível de Silveira Martins.

como explicação acreditada e aceita apenas pelos imigrantes e descendentes da região colonial.

Durante os dezenove anos em que atuou como pároco na região colonial, Sório concentrou poderes através de uma política centralizadora. Enquanto estratégia de inserção e construção do patrimônio imaterial, formou ampla parentela espiritual através do comparecimento na pia batismal como padrinho dos filhos dos imigrantes. Além disso, também atuou como agente consular, orientando e auxiliando os conterrâneos entre diferentes questões. (VENDRAME, 2013, p. 257-259). Assim, quando da morte em janeiro de 1900, Antônio Sório possuía um significativo patrimônio material – formado por diversos lotes de terras, casas urbanas e rurais³⁵ – e também imaterial. Este pode ser visualizado no prestígio alcançado entre os conterrâneos e laços fortes de parentesco e assistência estabelecidos. O padre atuou no espaço colonial como uma liderança étnica, que fazia a mediação cultural e política entre os imigrantes de Silveira Martins e as instâncias externas, seja ela com a municipalidade de Santa Maria, com as autoridades diocesanas ou, ainda, com o consulado italiano em Porto Alegre. Além disso, contribuiu para a manutenção de uma ponte entre o local de origem e o local destino. (VENDRAME, 2013).

Analisar a trajetória dos sacerdotes que atuaram nos núcleos coloniais do Brasil meridional, nas últimas décadas do século XIX, permite perceber quais foram as estratégias – bem-sucedidas ou fracassadas – de inserção social, de formação das redes de apoio e de construção do poder imaterial. Os episódios de conflitos e oposições vivenciadas entre imigrantes e padres na formação dos povoados indicam que o domínio da vida religiosa, social e política local foi construído de modo a garantir o sucesso das escolhas individuais. O prestígio e a capacidade de mediação era resultado de um cuidadoso trabalho de inserção nas redes de reciprocidade e proteção comunitária, do fortalecimento das bases de apoio e, especialmente, da constituição de novas estruturas de poder e agregação étnica. Porém, esse caminho não era tranquilo, pois conquistas, fracassos e intensas divergências entre grupos locais faziam parte da dinâmica social.

Em algum aspecto similar à experiência vivida por Antônio Sório, o sacerdote Pietro Nosadini chegou ao Rio Grande do Sul em 1896, e logo foi encarregado pelo bispo diocesano para atender a vila de Caxias do Sul. Esse local estava sob administração dos padres pertencentes à ordem dos missionários palotinos, mas, devido ao surgimento de conflitos com alguns imigrantes, acabaram se retirando do lugar. As disputas internas entre os palotinos (de nacionalidades alemã e italiana), somadas às

³⁵ Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, n. 116, março 3, ano 1900. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), Porto Alegre.

preferências da população, fizeram com que o Bispo Dom Cláudio Ponce de Leão afirmasse ser necessário enviar um padre italiano, “criterioso e firme para dirigir a paróquia” de Caxias do Sul, que havia se tornado um lugar difícil de administrar. (VENDRAME, 2007, p. 138-140). Desse modo, com a saída dos palotinos, assumiu a paróquia o padre Nosadini. Porém, esse também iria enfrentar manifestações de oposição por parte da população colonial. Uma das primeiras iniciativas para garantir inserção local do referido sacerdote, bem como para implementar o projeto de sociedade católica, foi a fundação de “sociedades católicas”³⁶ nas linhas e nos travessões da região colonial, cujo objetivo era agregar os italianos e instruí-los em termos religiosos e políticos. Manifestando oposição às iniciativas e ao comportamento de Nosadini, na madrugada do dia 7 de fevereiro de 1897, um grupo de homens armados se apresentou na casa paroquial exigindo que o pároco fosse embora do lugar, conforme o mesmo relatou em carta:

[...] ouvi bater com muita força a porta da canônica e eu levantando da cama pedi quem eram e tive em resposta “a força”, eu pedi novamente que se era a força que se apresentassem à autoridade, mas um coro de vozes gritou “abra ou morra” [...] [em seguida atiraram] com arma de fogo contra a canônica. Ainda de novo repetiram aos gritos: “abra ou morra” e assim novos balaços [...]. O assalto à canônica e os balaços de fuzis e revólver não só em frente à praça, mas como de outras partes sendo a canônica sitiada.

Ao se deparar com “os salteadores”, Nosadini alega ter perguntado por que procediam de tal modo, recebendo como resposta que eram a “franco-maçonaria e queriam vingar-se” por ter falado contra a sociedade. Frente ao ataque, o padre abandonou a casa paroquial na companhia de “uns vinte” homens armados, tendo de fazer dois juramentos: o primeiro deles, que nunca mais retornaria à vila de Caxias, e o segundo, que não revelasse o nome dos “salteadores”.³⁷ O pároco foi acolhido por um grupo de imigrantes – amigos trentinos – que residiam na 2ª Légua, em Nova Trento. Porém, depois de passados quatro meses, Nosadini retornou para a paróquia Santa Teresa de Caxias, na companhia de um amplo grupo de homens, alegando que seu grupo não agiria de forma violenta, porque eram “todos católicos” e não “salteadores [e] nem revolucionários”.³⁸

³⁶ As sociedades católicas fundadas pelo Pe. Pietro Nosadini foram: o Comité Católico de Santa Teresa, o Círculo Católico São Luís Gonzaga da Juventude Católica de Caxias. (ADAMI, 1971; RELA, 2004).

³⁷ Carta do Pe. Pietro Nosadini ao delegado de polícia de Caxias do Sul, 17 de fevereiro de 1897. In: Inquérito Policial, Cível e Crime, Caxias do Sul, Maço 70, n. 1667, 1897 (Apers).

³⁸ Carta do Pe. Pietro Nosadini, 17 de fevereiro de 1897; carta do delegado ao Juiz distrital, 26 de fevereiro de 1897. In: Inquérito Policial, Cível e Crime, Caxias do Sul, Maço 70, n. 1667, 1897 (Apers).

O evento da expulsão do padre repercutiu por muito tempo entre a população colonial. Através de cartas publicadas nos jornais locais, Nosadini destacou a existência de um conflito aberto entre católicos e maçons na vila de Caxias, sendo muitos desses últimos luso-brasileiros, que ocupavam cargos público-administrativos.³⁹ Já os católicos eram formados por imigrantes italianos e austríacos. Esses representavam 30% da população de estrangeiros imigrados para o Sul do Brasil, de regiões que pertenciam ao Império austríaco. (VALDUGA, 2008, p. 105). O pároco expulso tinha apoio daqueles imigrantes que possuíam o passaporte austríaco, visto que esses se mostravam mais solidários ao papa e contrários às manifestações de italianidade e simpatia ao Estado italiano, que havia expulsado a autoridade máxima da Igreja Católica de Roma. Através das condenações proferidas no púlpito contra os italianos nacionalistas, bem como da iniciativa de fundar sociedades católicas, Nosadini incitava os conflitos entre os imigrantes.

Momentos, como as comemorações de 20 de setembro de 1897, data festiva da unificação italiana e da entrada das tropas em Roma, bem como da proclamação da República Rio-Grandense – ocasião em que italianos e brasileiros passaram a confraternizar –, criavam um contexto propício para a ocorrência de provocações e confrontos. Algumas atitudes como a de tocar a marcha fúnebre papal e expor a bandeira italiana são exemplos das atitudes entendidas como uma afronta e desrespeito aos católicos defensores do papa.⁴⁰

Em contrapartida, em janeiro de 1898, o pároco fundou um jornal enquanto recurso para auxiliá-lo na luta contra a maçonaria. Através das publicações no periódico denunciava os inimigos da Igreja católica e defendia o colono católico.⁴¹ Desse modo, em nível de discurso, se acirravam as oposições entre católicos – descritos como ordeiros e trabalhadores – e os maçons. O intendente municipal passou a acusar o Pe. Nosadini de promover discórdia em Caxias, especialmente porque, através de suas iniciativas, estava criando uma “nova seita” que ele comparava a “Canudos e Mucker”.⁴² Assim, devido ao espírito combativo do pároco, tornou-se insustentável a permanência do mesmo na região colonial, retornando para a Itália após dois anos de sua chegada.

O embate travado em nível de discurso entre o sacerdote e o intendente municipal indica a ocorrência de disputas para garantir controle social e político entre a população colonial. Logo que chegou à paróquia de Santa Teresa, Nosadini passou a agir para levar

³⁹ Diversas cartas do Pe. Pietro Nosadini e do intendente municipal, encaminhadas ao jornal o *Caxiense*, se encontram publicadas no livro de João Adami (1971), *História de Caxias do Sul*.

⁴⁰ Carta do Pe. Pietro Nosadini enviada ao jornal *O Caxiense*, 6 de novembro de 1897 (In: ADAMI, 1971, p. 85).

⁴¹ Segundo Gustavo Valduga (2008), o surgimento da imprensa na última década do século XIX, na região colonial de Caxias do Sul, está associada às disputas políticas locais, expressa entre o grupo católico e o republicano.

⁴² Carta do intendente municipal ao delegado de polícia, 25 de março de 1898 (In: ADAMI, 1971, p. 86-89).

a cabo seu projeto de fortalecimento das bases católicas e, conseqüentemente, o de propiciar maior participação dos imigrantes na vida política regional. Ao trabalhar nesse sentido, estava procurando garantir o sucesso das próprias escolhas entre os conterrâneos. Em contrapartida, o intendente, alegando preocupação com a manutenção da ordem, aconselhou a dissolução das “sociedades católicas” existentes na paróquia. Considerava necessária a remoção do Pe. Nosadini enquanto precaução frente ao surgimento de movimento de contestação à ordem instituída.⁴³ Um dos principais motivos da oposição que a autoridade pública fazia ao procedimento do sacerdote era o temor da perda do domínio político, uma vez que esse tinha influência sobre os paroquianos, podendo orientá-los em momentos de eleições.

Analisando a investigação policial aberta em fevereiro de 1897, que buscou descobrir quem eram os autores do assalto contra o Pe. Nosadini, percebeu-se que os motivos que ocasionaram a revolta de grupo de imigrantes não podem ser visualizadas apenas como uma retaliação por parte da maçonaria local. Essa foi a explicação conferida pelo pároco nas cartas que encaminhou posteriormente ao jornal *O Caxiense*. Segundo o depoimento das testemunhas, outras questões teriam motivado a revolta do grupo que expulsou o Pe. Nosadini da paróquia de Santa Teresa. O procedimento do pároco, ao usar o púlpito para lançar censuras contra os italianos apoiadores da Unificação Italiana, atacar os maçons e outros grupos existentes na vila de Caxias, aparece como um dos principais motivos da revolta. A exposição pública, os constrangimentos, as agitações e os rumores locais, que as acusações do padre ocasionavam, certamente foram causas que levaram ao seu afastamento da paróquia.

Os ataques à maçonaria e a condenação do procedimento de alguns paroquianos repercutiam de forma negativa entre a população, pois incentivava o aparecimento de tensões, discussões e instabilidade social, prejudicando o ideal de harmonia necessário para a paz e o bem viver na vila. Independentemente, de se citar nomes, as censuras realizadas pelo pároco, durante as prédicas, eram suficientes para criar rivalidades e confrontos, colocando grupos em oposição, inclusive parte do povo que reagia contra o padre.⁴⁴ Reforçando essa ideia, na investigação policial, um dos depoentes afirma que a maioria dos habitantes de Caxias se estava desgostoso com Nosadini. Sobretudo, porque o padre, ao invés de “predicar sob o evangelho e a vida dos santos, tratava de outras questões que só podiam produzir prejuízos e inconvenientes”.⁴⁵ Em nenhum momento os nomes dos indivíduos que expulsaram o pároco foram revelados pelas testemunhas, em sua maioria comerciantes que trabalhavam no centro da vila onde se encontravam os

⁴³ Carta do intendente municipal ao delegado de polícia, 25 de março de 1898 (In: ADAMI, 1971, p. 86-89).

⁴⁴ Depoimento de Antonio C. (45 anos, negociante, morador na Praça Dante). In: Inquérito Policial, Cível e Crime, Caxias do Sul, Maço 70, n. 1667, 1897 (Apers).

⁴⁵ Depoimento de Domingos M. (40 anos, negociante, solteiro). Idem.

anticlericais que faziam oposição ao sacerdote. Sob a alegação de que não haviam visto ou reconhecido os agressores do padre, o que se percebe é a formação de uma rede de proteção étnica, que de certa forma reflete a concordância em relação à repressão coletiva expressa contra o Pe. Nosadini. Logo, a investigação foi encerrada devido à “dificuldade de obter a descoberta dos criminosos”, uma vez que o pároco se encontrava “incompatibilizado com grande parte da população”.⁴⁶

Não se pretende amenizar a forte oposição entre maçons e padres existente nos núcleos coloniais fundados no Brasil meridional, antes se procurou chamar a atenção para o fato de que outras questões devem ser analisadas quando se estuda os conflitos entre padres, imigrantes católicos e maçons, e autoridades públicas luso-brasileiras. O espaço da paróquia, enquanto lugar de confrontos de ideias e disputas de poder, não pode ser percebido apenas a partir da dualidade criada pelos contemporâneos, especialmente os padres, que atribuíam as resistências e impasses locais aos maçons. Esse cenário de tensões é muito mais complexo do que procuram descrever os indivíduos envolvidos nos embates, como o fez o Pe. Nosadini ao explicar a resistência do grupo de imigrantes à sua permanência na vila de Caxias. Os apoiadores do pároco são descritos como bons católicos, que não atacavam de forma violenta seus oponentes como haviam feito os maçons ao expulsar o padre da casa paroquial. Ao apresentar de tal modo os embates locais, o sacerdote Nosadini, que afirmava não envolver-se em questões políticas, representava-se como defensor dos católicos e, principalmente, da causa católica, tornando-se, portanto, alvo dos inimigos da Igreja romana. Ao agir desse modo, procurava esconder ou negligenciar a existência de oposições locais ao seu comportamento de pároco, bem como outras rivalidades de natureza diversa.

Considerações finais

Os padres italianos originários de diversas partes da península partiam com intenção de retornar após curta ou longa experiência no além-mar. Posteriormente, com a transferência das famílias camponesas para se fixar nos núcleos de colonização, o projeto de retorno não se fazia tão presente. Na companhia de parentes e conhecidos, os padres também partiam com a intenção de “fazer fortuna”, objetivando se tornarem proprietários de terras nos locais de destino. Porém, igualmente como os imigrantes camponeses, as motivações das partidas dos sacerdotes para a América podiam ser variadas. Fugindo de perseguições nas comunas de origem, ou ainda, interessados em construir patrimônio material e manterem-se próximos dos familiares e paroquianos, muitos padres seguiram os caminhos abertos pelos conterrâneos italianos.

⁴⁶ Carta do delegado ao Juiz distrital, 26 de fevereiro de 1897. In: Inquérito Policial, Cível e Crime, Caxias do Sul, Maço 70, n. 1667, 1897 (Apers).

Ressalta-se a importância de se estudar as diferenças de opiniões, comportamentos e escolhas dos imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, a fim de entender as racionalidades e os valores que orientavam as dinâmicas de acomodação e inserção social. As decisões dos sujeitos estudados devem ser entendidas enquanto recursos para problematizar as estratégias de inserção e mobilidade social, nos locais de destino. Podem servir, assim, para analisar aspectos da política cotidiana nas comunidades, como o estabelecimento de redes de apoio e solidariedade que funcionavam como estratégias de gestão e controle da vida local. As trajetórias de ambos os padres, apresentadas neste artigo, foram polêmicas, o que indica a heterogeneidade de ideias e oposições existentes entre os imigrantes italianos nos núcleos coloniais.

Os mecanismos microssociais de criação do poder na comunidade – assunto esse extremamente importante para se entender conflitos e oposições – foram variados tanto em conteúdo quanto em intensidade. As escolhas para a construção das redes sociais do Pe. Sório não foram as mesmas do sacerdote Nosadini, tendo esse, em parte, fracassado em suas opções de acomodação e inserção, pois foi curto o período de permanência entre os imigrantes da região colonial. Não se quer afirmar aqui que as iniciativas tomadas pelo pároco não tiveram consequências positivas para os italianos da vila de Caxias, porém, os indivíduos não tinham total controle ou consciência dos desdobramentos de suas escolhas. As possibilidades de inserção e o modo como cada um toma suas decisões estão relacionados às estratégias particulares de cada indivíduo e grupo, variando de acordo com o comportamento dos sujeitos.

Referências

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1971. t. I.
- ALFANI, Guido. *Padri, padrini, patroni: la parentela spirituale nella storia*. Venezia: Marsilio, 2007.
- AZZI, Riolando. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. *Religião e Sociedade*, n. 1, maio, 1977.
- BURMANN, Francisco. *Memórias do Pe. Francisco Burmann*. 1910. Caixa 2, Missão Brasileira. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Consquistadora, Santa Maria, RS.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 2008.
- CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I-II.
- GALLARDO, Milagros. El clero secular inimigrante en la diócesis de Córdoba, Argentina, 1875-1925. *Revista Méti: história & cultura*, Caxias do Sul: Educus, v. 9, n. 17, 2010, p. 97-115.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O eremita do novo mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os bispos e os leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. *LÓCUS: Revista de História*, Juiz de Fora: Ed. da UFJF, v. 8, n. 2, 2002.

OLIVEIRA, Pedro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 32, fasc. 126, jun. 1972.

POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

RELA, Eliana. *Nossa fé, nossa vitória: igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

RIGHI, José V.; BISOGNIN, Edir L.; TORRI, Valmor. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.

RUBERT, Arlindo. *O clero secular italiano no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Pallotti, 1977.

_____. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. v. II.

RUGGIERO, Antonio de. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul. In: VENDRAME, Maíra et al. (Org.). *Micro-história, trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 162-181.

SCHWINN, Frederico. *Freguesia Silveira Martins*. Caderno a, p. 14, Caixa 5, Missão Brasileira. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria, RS.

VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

VENDRAME, Maíra Ines. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

_____. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2013.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: maçonaria e Igreja católica no Rio Grande do Sul 1893-1928*. Santa Maria: Ed. UFSM; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

VOLKMER, Marcia Solange. *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

Traços culturais da imigração italiana nas denominações das escolas de Bento Gonçalves – RS

Elis Viviana Dal Pizzol

Mestra em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul – UCS

1 Introdução

As escolas são lugares, locais de referência e de memória de uma comunidade, e suas denominações constituem topônimos. Os topônimos retêm a memória histórica e cultural da comunidade que os denominou e podem ser determinados por fatores linguísticos e do contexto histórico-cultural local.

Dessa forma, a partir dos resultados obtidos na dissertação de Mestrado intitulada “Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural”, apresentada em 2014, pretende-se demonstrar, no presente trabalho, a preservação de marcas culturais dos imigrantes italianos nas atuais denominações das escolas.

A análise provém do *corpus* de 47 nomes de escolas públicas e privadas, de Ensino Fundamental e Médio, de Bento Gonçalves. Nesse *corpus*, buscaram-se as motivações de cada denominação em fontes documentais e históricas, para posterior catalogação em fichas lexicográfico-toponímicas e apreciação preponderantemente qualitativa dos dados.

O estudo revelou que há tendências denominativas, de acordo com cada época, e essas tendências são influenciadas pelos aspectos linguísticos, culturais, identitários e ideológicos da comunidade que estabeleceu as denominações. Diante disso, é possível constatar traços culturais dos imigrantes italianos inerentes às denominações das escolas, desde os primórdios do processo de escolarização da cidade até as atuais denominações.

2 Toponímia e o estudo interdisciplinar

A língua surge e transforma-se em meio às relações sociais, representando e difundindo a realidade cultural de toda uma comunidade. Por meio da linguagem, é possível a comunicação, a ordenação das estruturas intelectuais e sociais e a atribuição de nomes a todos os elementos que cercam os indivíduos.

O conjunto de palavras de uma língua recebe o nome de léxico, e ele exprime e preserva valores históricos e culturais da comunidade que o utiliza. De acordo com Biderman,

o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais. (BIDERMAN, 2001, p. 13).

A Lexicologia é a ciência da Linguística que estuda o léxico das línguas. Como parte integrante da Lexicologia, está a Onomástica, que é a ciência que estuda os nomes próprios. Esta, por sua vez, comporta, entre outras, a Antroponímia e a Toponímia. A Antroponímia investiga os nomes de pessoas, já a Toponímia é o estudo dos nomes de lugares. Portanto, as denominações das escolas, justamente por definirem um local, tornam-se objeto de estudo da Toponímia.

Ao analisar os nomes de lugares, a Toponímia busca, além da origem e das transformações linguísticas dessas denominações, as possíveis influências culturais, identitárias e ideológicas do contexto histórico em que ocorreu o ato de nomeação, ou seja, a motivação toponímica para esses nomes.

Os topônimos, conforme Dick (1998, p. 97), “são recortes de uma realidade vivenciada, conscientemente ou não pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou *ethos* grupal”. Isto é, eles retêm a memória histórica e cultural da comunidade que os denominou e podem ser determinados por fatores linguísticos e do contexto histórico-cultural local.

A Toponímia, ainda segundo Dick (1990, p. 35-36), “é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. Dessa forma, ela envolve as interfaces de várias áreas do conhecimento, como as da Linguística, História, Geografia e Antropologia, uma vez que somente a análise linguística não seria suficiente para resgatar todos os aspectos culturais e históricos das denominações. Então, é por meio dessa análise interdisciplinar que, através do estudo do topônimo, é possível recuperar as características da memória cultural de uma comunidade. Nas palavras de Isquerdo,

os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, razão pela qual a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação. (ISQUERDO, 2008, p. 36).

Conforme Dick (1990, p. 367), os nomes dos lugares devem ser ordenados e classificados em uma catalogação. Por isso, ela elaborou taxionomias toponímicas que, além de formularem uma terminologia técnica específica para os topônimos, esclarecem possíveis motivos das denominações. Este modelo é composto por 27 taxes, separadas em dois aspectos, físico e antropocultural. (DICK, 1990, p. 367). Esse modelo foi aplicado à análise das 47 denominações de escolas de Bento Gonçalves, mas, em virtude do tema do presente artigo, será enfatizada apenas a análise dos traços culturais da imigração italiana, que prevaleceram nessas denominações.

3 Bento Gonçalves: um breve histórico

A cidade de Bento Gonçalves, conhecida como a Capital Brasileira da Uva e do Vinho, localiza-se na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, a 109 km da capital, Porto Alegre. Conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o município possui uma população de 107.278 habitantes.

Em 1870, a cidade foi criada como Colônia Dona Isabel, junto com a Colônia Conde D'Eu, atualmente Garibaldi, ambas chamadas de “colônias irmãs” por possuírem a mesma forma e constituírem uma só região administrativa. Os imigrantes italianos chegaram à Colônia Dona Isabel em 1875 e, de acordo com Luchese (2007, p. 107), “as colônias da Serra Gaúcha foram ocupadas por italianos provenientes, em sua maioria, de regiões do norte da Itália, onde as políticas públicas já se preocupavam com o processo de escolarização”. A partir do reconhecimento desse fato, é possível verificar a importância da escola nesse período. Para Luchese,

a escola foi desejada e solicitada. No universo cultural daqueles imigrantes e seus descendentes, ela tinha importância no processo de negociação e construção dos processos identitários, na afirmação e constituição de significados culturais, bem como uma utilidade prática – a de conhecerem o idioma nacional, podendo assim comercializar seus produtos e não serem enganados. A educação das crianças se fazia na participação da família, no exemplo e na execução de responsabilidades, das quais elas, desde cedo, tinham de dar conta (trabalho), no ensinamento/catecismo religioso e, também, na escola – pensada, especialmente, em seu sentido prático e básico – a leitura, a escrita e as quatro operações. (LUCHESE, 2007, p. 113).

De acordo com o relato de Lorenzoni (1975, p. 125-126), as primeiras escolas, existentes por volta de 1884, eram chamadas de “Aula” e eram referenciadas pelo nome da localidade em que estavam situadas. Lorenzoni (1975, p. 125-126) descreveu,

respectivamente, a relação das “Aulas” existentes, a localização e o professor designado para lecionar na referida escola.

1ª Na Linha Pedro Salgado, mestre Santo Bolzoni; 2ª Na Linha Palmeiro, 6, mestre Luís Casanova; 3ª Na Linha Palmeiro, 33, mestre Eoli Secondo; 4ª Na Linha Palmeiro, 100, mestre João Casagrande; 5ª Na Linha Palmeiro, 160, mestre Henrique Bernardi; 6ª Na Linha Jansen, 47, mestre Francisco Tochetto; 7ª Na Linha Jacinto, 40, mestre Ferdinando Strapazzon; 8ª Na Linha Geral-São Valentim, mestre Antônio Longhi; 9ª Na Linha Santa Eulália, 6, mestre Pedro Bassin; 10ª Na Linha Faria Lemos, 47, mestre Antônio Poletto; 11ª Na Linha Graciema, 16, mestre Antônio Martinelli; 12ª Na Linha Leopoldina, 47, mestre Celestino Maines; 13ª Na Linha Leopoldina, 103, mestre Alexandre Castelli; 14ª Na Linha Santa Bárbara, mestre Agostinho Brum; 15ª Na Linha Santa Teresa, mestre Félix Montanari; 16ª Na Linha Passo do Rio das Antas, mestre Carlos Cigerza. (LORENZONI, 1975, p. 125-126).

Portanto, observando o início do processo de escolarização da cidade de Bento Gonçalves, nota-se que os nomes das localidades onde as escolas foram estabelecidas serviram para as primeiras denominações e, de forma geral, essas localidades possuíam nomes referentes a santos. (DAL PIZZOL, 2014, p. 103).

Segundo Luchese (2007, p. 91), os imigrantes eram, na maioria, da religião católica e, quando chegaram à nova cidade, procuraram reconstruir o mundo religioso vivenciado em sua pátria, através da construção de capelas e da veneração aos santos. Essa devoção influenciou a escolha dos nomes das localidades e posteriormente das escolas: as capelas e paróquias eram centrais na vida das comunidades. (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 73-74).

A tendência em atribuir às escolas nomes de cunho religioso também está presente nas atuais denominações das escolas da cidade de Bento Gonçalves. Mas, além dessa motivação, outras surgiram no decorrer do tempo e também assinalam alguns aspectos culturais provenientes da cultura dos imigrantes italianos.

4 Traços culturais dos imigrantes italianos nas atuais denominações das escolas

A partir da análise das 47 atuais denominações de escolas de Bento Gonçalves, observando as datas nas quais elas foram instituídas, é possível traçar uma espécie de tendência denominativa ao longo do tempo. Isso pode revelar aspectos do processo de formação da identidade da comunidade e de seus traços culturais. No quadro a seguir podemos verificar essas tendências.

Datas das instituições das atuais denominações das escolas

Década de 1930 ao final dos anos de 1950		Do final da década de 1950 ao final dos anos de 1970		Início da década de 1980 até os dias atuais	
Ano	Denominação	Ano	Denominação	Ano	Denominação
1941	Floriano Peixoto	1958	São Valentim	1980	Professor Félix Faccenda
1952	Senador Salgado Filho	1959	Mestre Santa Bárbara	1982	Professor Agostino Brun
1953	General Amaro Bittencourt	1959	Professor Angelo Chiamolera	1985	Doutor Tancredo de Almeida Neves
1954	Visconde de Bom Retiro	1959	Maria Goretti	1985	Fenavinho
1956	General Rondon	1961	Professora Vânia Medeiros Mincarone	1986	Professor Noely Clemente De Rossi
1956	Sagrado Coração de Jesus	1963	Imaculada Conceição	1988	Santa Helena
		1963	Ângelo Salton	1990	Anselmo Luigi Piccoli (municipal)
		1965	Cecília Meireles	1990	Ouro Verde
		1965	Irmão Egídio Fabris	1991	Luiz Fornasier
		1967	José Farina	1994	Anselmo Luigi Piccoli (estadual)
		1968	Pedro Vicente da Rosa	1995	Professora Maria Margarida Zambon Benini
		1969	São Pedro	1995	Aurélio Frare
		1969	Dona Isabel	1995	Professora Maria Borges Frota
		1970	Nossa Senhora da Salette	1998	Mutirão Objetivo
		1970	Comendador Carlos Dreher Neto	1999	Cenecista São Roque
		1971	General Bento Gonçalves da Silva	1999	Scalabriniano Nossa Senhora Medianeira
		1978	Princesa Isabel	2002	Professor Ulysses Leonel de Gasperi
		1978	Ernesto Dorneles	2004	Professora Liette Tesser Pozza
		1978	Alfredo Aveline	2004	Marista Aparecida
		1979	Landell de Moura	2005	Lóris Antônio Pasquali Reali
				2008	Rio Grande do Sul – Câmpus Bento Gonçalves

Fonte: Dal Pizzol (2014, p. 114-115).

Verifica-se, então, que, na década de 1930, começam a ganhar espaço na toponímia de Bento Gonçalves denominações de escolas referentes a vultos históricos da pátria brasileira, o que pode estar relacionado com o período da Campanha de Nacionalização do Ensino, ocorrido no Estado Novo de Vargas, e a Segunda Guerra Mundial, que opôs Brasil e Itália. Conforme Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 159), nas cidades de colonização italiana houve a substituição de topônimos italianos por nomes que homenageavam vultos da pátria brasileira.

No final da década de 1950 até 1970, há, de modo predominante, denominações referentes a pessoas que fizeram parte da comunidade. Verificou-se, nas décadas seguintes do final da Segunda Guerra Mundial, conforme Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 161), a volta de topônimos de origem italiana e também a instituição de novos topônimos referentes a imigrantes ou descendentes de italianos, que se destacaram na economia ou na política.

Nota-se, desde então, a tendência em homenagear os que serviram à cidade através de seu trabalho, o que caracteriza um valor embutido na cultura dos imigrantes italianos. Essa tendência passa a ser constante a partir da década de 1980, principalmente, por denominações motivadas por nomes de professores que atuaram na cidade. Conforme Faggion, Misturini e Dal Pizzol (2013, p. 22), “exalta-se o valor do trabalho, a marca cultural que os descendentes de imigrantes tomam como característica. Trata-se de uma marca cultural importante na Região de Colonização Italiana”.

Como exemplo de veneração a uma pessoa importante para a comunidade, é interessante citar a justificativa da escolha do nome José Farina para denominar a escola, que antes levava o nome do bairro Licorsul como denominação, “além de deixar transparecer o respeito pelo empresário, parece estar claramente ligada à importância que a sua empresa proporcionou para a economia da cidade na época”. (DAL PIZZOL, 2014, p. 113).

Luchese e Tedesco (2011, p. 39) registraram a recordação de Maria Margarida Fontanive Ferreti, diretora da escola em 1967 e organizadora da reunião com a comunidade, que elegeu por unanimidade a homenagem a José Farina, que era imigrante italiano.

A pedido da então 16ª Delegacia de Educação, foi promovida a eleição entre a comunidade, para a escolha de um nome para a escola. Muitas foram as sugestões, sendo que, em razão de ter sido uma pessoa trabalhadora e idônea, um dos fundadores da então maior empresa localizada no bairro, empregadora da maioria dos pais dos alunos e auxiliar na expansão e desenvolvimento da comunidade foi indicado o nome de Cavaleiro José Farina. (LUCHESE; TEDESCO, 2011, p. 39).

Outro exemplo de valorização ao trabalho pode ser verificado no Decreto 5.941, de 17 de março de 2005, que denominou como “Escola Municipal de Ensino Fundamental Lóris Antônio Pasquali Reali” a escola antes denominada “Escola Municipal de Ensino Fundamental do Vale dos Vinhedos”. O Decreto apresenta uma justificativa com três considerações que foram levadas em conta para a instituição da nova denominação.

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados à causa pública pelo ilustre filho de nossa terra Sr. Lóris Antônio Pasquali Reali, como professor da Escola Agrotécnica Federal Jucelino Kubitschek e da Universidade de Caxias do Sul; como funcionário público federal da antiga Estação de Enologia do Ministério da Agricultura, na área de pesquisa e fomento da vitivinicultura e, ainda, como Vereador Municipal;

CONSIDERANDO ter representado Bento Gonçalves como Deputado Estadual, por vários mandatos, bem como ter galgado o cargo de Secretário de Minas e Energia do Estado do Rio Grande do Sul, sempre de forma eficiente e voltada ao interesse da comunidade e do povo, inclusive sendo agraciado, em 1980, com o Prêmio Springer por um Rio Grande Maior – Categoria Especial;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público perpetuar a memória de seus homens mais ilustres, o que lhe é possível através de denominação de escolas municipais [...]. (BENTO GONÇALVES. Decreto n. 5941, de 17 de março de 2005).

É possível constatar por essa exposição a exaltação da participação do homenageado na comunidade como professor e político bento-gonçalvesense. Além disso, desponta um sentimento de orgulho pelo que representou o “ilustre filho de nossa terra”, projetando através do seu trabalho o nome da cidade também em nível estadual, como político, o que parece exprimir mais um motivo para ser lembrado pela comunidade.

Os valores religiosos, como já foram citados, também permaneceram nas atuais denominações das escolas da cidade e são marcas da cultura italiana. Citam-se, como exemplos, as escolas denominadas como Santa Helena, Nossa Senhora da Salette, São Pedro, São Valentim, Maria Goretti, Sagrado Coração de Jesus, Imaculada Conceição, Scalabriniano Nossa Senhora Medianeira e Marista Aparecida. Vale assinalar que três dessas escolas são confessionais, e várias receberam o nome em referência ao bairro ou à localidade em que se localizam.

Constatou-se, também como característica cultural, considerando a etimologia dos topônimos, a predominância de nomes de origem italiana. O sobrenome *Fabbri* – referente à escola denominada Irmão Egídio Fabris, por exemplo – segundo Francipane (2005, p. 90), tem origem num nome comum designativo de trabalho, que provém do latim *faber, fabri* – artífice, artesão, autor. A forma *Fabris*, com ‘s’, é própria da região italiana do Vêneto, ainda conforme Francipane (2005, p. 90).

Já o sobrenome *Rossi* – referente à escola denominada Professor Noely Clemente De Rossi, por exemplo – origina-se de um apelido físico anatômico. Conforme Francipane (2005, p. 206), provém do latim *russus*, vermelho ou avermelhado, significando pessoa de cabelo vermelho ou homem de barba ruiva. E o sobrenome *Fornasier* – referente à escola denominada Luiz Fornasier – ainda de acordo com

Francipane (2005, p. 442), tem sua origem em uma profissão antiga, aqui em decorrência do aparelho utilizado, o forno, e provém do latim *fornus* – lugar quente.

Portanto, além de os topônimos nomearem as escolas, eles constituem, preservam e refletem os aspectos linguísticos e culturais da comunidade que os denominou. Nas denominações das escolas da cidade de Bento Gonçalves, como foi possível verificar, são evidentes os traços culturais dos imigrantes italianos.

5 Considerações finais

Diante desta análise, percebe-se que os traços culturais da imigração italiana podem ser observados desde as primeiras denominações, que remetem aos nomes das localidades nas quais as escolas estavam construídas, que, em geral, eram nomes de santos, o que revela a tentativa inicial dos imigrantes em constituir uma identidade por meio das características culturais de seu país de origem.

A valorização do trabalho é, certamente, o aspecto mais notável nas denominações das escolas de Bento Gonçalves, verificada a recorrência em homenagear por meio de um topônimo aqueles que tiveram destaque pela sua ocupação, ou que trabalharam na construção e no crescimento da cidade e, além disso, há a predominância de nomes de origem italiana.

Logo, as denominações das escolas da cidade preservam significados e refletem marcas da cultura e da identidade da região, e a partir da análise linguística e da investigação interdisciplinar, inerente aos estudos de Toponímia, resgatou-se o item lexical presente nos topônimos e os aspectos socioculturais das denominações. Dessa forma, espera-se com essa pesquisa ter trazido contribuições aos estudos de Toponímia, na RCI, do Nordeste do Rio Grande do Sul.

Referências

BENTO GONÇALVES. Decreto 5941, de 17 de março de 2005. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BENTO GONÇALVES. Arquivo, 2013.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 2001. p. 13-22.

DAL PIZZOL, Elis Viviana. *Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2014.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. Os nomes como marcadores ideológicos. *Acta Semiotica et Linguistica*, São Paulo: Plêiade, v. 7, p. 97-122, 1998.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno; DAL PIZZOL, Elis Viviana. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. *Revista Entreletras*, Universidade Federal de Tocantins, v. 4, p. 10-30, 2013.

FRANCIPANE, Michele. *Dizionario ragionato dei cognomi italiani*. Milano: Bur, 2005.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Montavani. Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 2010. p. 153-168. v. 5.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-Brasileira*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo de 2010*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430210>>. Acesso em: 19 out. 2013.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sociohistórico na toponímia sul-mato-grossense. *Revista prolíngua*, v. 2, n. 2, 2008. p. 34-52. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/13403/7607>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*. 2007. 495 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

LUCHESE, Terciane Ângela; TEDESCO, Cristine. *História de uma instituição escolar: Escola Estadual de Ensino Fundamental José Farina – 1961 a 2011: meio século de história*. Bento Gonçalves, RS: Gráfica e Editora Bento Gonçalves, 2011.

Índios, colonos e representações sociais: representações dos indígenas no Rio Grande do Sul do século XIX

Nathan Ferrari Pastre

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – UPF

Introdução

Desde o ano 1492, quando o primeiro europeu pisou em terras americanas, a serviço dos reis católicos, há a construção de uma visão dos povos nativos que, em geral, está carregada de preconceitos, ódios e sentimentos de superioridade. *Há*, e não *houve*; *está*, e não *esteve*, pois, desde aquele fatídico dia de outubro até a atualidade, esta visão, esta imagem dos povos nativos, vem sendo significada e ressignificada por diferentes povos em diferentes lugares do continente. Certo é que os primeiros habitantes da América também fizeram sua construção da imagem do “homem branco”, porém, suas conjecturas muito pouco foram ouvidas, menos ainda foram consideradas. Nota-se isto na própria denominação dos nativos — *índios*, *indígenas* — e do acontecimento — *descobrimento*, *descoberta*, *achamento*. A história foi contada do ponto de vista dos europeus e, por mais que se tente, é impossível contá-la do ponto de vista dos nativos, devido à destruição de seu povo e de sua memória.

De fato, a “conquista da América” não foi a primeira ocasião em que se buscou destruir a memória do “outro”. Isto é prática corriqueira ao longo da História e se constata como política de alguns governantes egípcios, dos romanos na conquista de Cartago, da Gália, no incêndio da biblioteca de Alexandria, dos cristãos do século IV em relação aos cultos pagãos, dos muçulmanos que pintaram as paredes de *Hagia Sophia*, só para citar alguns exemplos. Estes povos também fizeram representações dos povos dominados, desqualificando-os, caracterizando-os como inferiores, subordinados, bárbaros.

As representações são uma forma de ver e interpretar o mundo, o desconhecido. São o ato de compactar a realidade, de simplificar a complexa gama de características físicas, sociais, culturais, de uma espécie, um grupo, um lugar. Diminuir o desconhecido para que ele caiba na cognição do expectador, para que se dê a conhecer, evidentemente, dentro do juízo de valores, das experiências, e das crenças daquele que interpreta tal realidade. É assim, caricaturalmente, através de seu olhar, que as pessoas, as sociedades, interpretam o desconhecido, porque, numa atitude de autodefesa, só conseguem lidar com o que conhecem, mesmo que à sua maneira. Segundo Swain (1994, p. 50), “o ‘outro’ só pode ser percebido como cópia imperfeita, no domínio da identidade coletiva. O heterogêneo é relegado ao imaginário-fantástico, oriundo de ‘costumes, modos de vida de estruturas coletivas de pensamento que simplesmente não serão os seus...’”.

Este processo de atribuir uma imagem ao “outro” acaba, por contraposição, construindo uma imagem que as pessoas e os grupos têm de si mesmos. Ou seja, pertencer a um grupo, sentir-se parte de um grupo significa assemelhar-se aos seus pares e diferenciar-se dos outros, aqueles que não pertencem ao grupo, construir uma *identidade*. Essas identidades, segundo Tedesco (2011, p. 215), “envolvem imagens ou suas manifestações na definição de determinada realidade; são expressões de sociabilidades e representações que norteiam a sociedade”, envolvendo as representações “que os homens fazem de si e do mundo”. Em outras palavras, essas relações identitárias são construídas através de influências, imagens, discursos, enfim, várias formas de representação que competem para a justificativa das ações dos grupos, que acabam constituindo sua própria identidade, também, por oposição à identidade dos outros grupos.

Pois bem, essa formação identitária, pensada e repensada pelos grupos sociais, de acordo com as mais variadas concepções de realidade que apresentam, geralmente serve à coletividade para fins específicos, nesse caso, de autoafirmação. O conjunto das ideias formadas socialmente e aceitas em determinado grupo (ao menos pela maioria de seus membros) é caracterizada como imaginário. Novamente, na concepção de Tedesco (2011, p. 216-217), “os imaginários são socialmente construídos, institucionalizados, envolvendo linguagens que auxiliam na compreensão da realidade objetiva, as quais devem ser socialmente compartilhadas”, sendo assim, só cumprem sua razão de ser se forem socialmente aceitos e compreendidos. Além disso, sua dimensão reguladora “demarca territórios, define relações com outros, forma imagens dos amigos e inimigos”.

Como se percebe, o imaginário é muito importante na formação das identidades sociais, está relacionado à maneira como determinado grupo percebe a si e como enxerga os demais grupos. Nesta formação identitária, o imaginário atua nos grupos sociais, produzindo representações simbólicas, que têm significado na coletividade, mas é também influenciado por tais representações, pois as diferentes simbologias vão transformando os imaginários. Os imaginários e as representações simbólicas que são feitas pelos grupos, na exposição de suas ideias e concepções, se relacionam num sistema mutuamente retroalimentado: as representações criam os imaginários, que por sua vez geram novas interpretações/ representações da realidade, e assim sucessivamente. Segundo Swain (1994, p. 48), “o imaginário compõe/decompõe sentidos que migram através de formações discursivas homogêneas e/ou heterogêneas, criando imagens saturadas de paixões/rejeições, que definem perfis/tipos/papéis sociais”. Pesavento (1995, p. 15) tem uma concepção semelhante à de Swain, quando afirma que “o imaginário faz parte de um campo de representações e, como expressão

do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade”.

As representações simbólicas têm grande força no mundo social, uma vez que são a justificação da identidade do grupo, os elementos que embasam o discurso identitário.

No século XIX, o contexto das imigrações europeias no Rio Grande do Sul propiciou a formação desse tipo de representações, bem como, em última análise, acabou por formar um imaginário coletivo, em que os colonizadores construíram uma imagem de si em oposição ao “outro”. Este outro podia ser o fazendeiro de origem lusa, o escravo ou ex-escravo de origem africana ou o indígena, nativo daquelas terras, que foi sucessivamente escanteado até que não lhe restasse outra opção que não ceder às imposições da “civilização”. E esta visão que o grupo colonizador tinha do “outro”, longe de ser positiva, serviu-lhe para autoafirmar-se enquanto senhor legítimo das terras, desbravador, fundador, pioneiro, portador de civilidade.

As representações dos indígenas do Nordeste do Rio Grande do Sul na visão do colonizador

Na Europa, a política imperialista e a ocupação de lugares tradicionalmente habitados por povos aborígenes são justificadas pela antropologia. Essas ideias não tardariam a chegar a essas paragens. Teorias como o darwinismo social justificam a aculturação e mesmo a extermínio de vários povos em todo o mundo, não sendo diferente no Rio Grande do Sul. Para Beneduzi (2005, p. 288-289), “a importância de um nacionalismo demarcado pela língua e pelas tradições populares nacionais passa a ceder lugar a uma descoberta do racismo, radicalização do darwinismo social e origem da eugenia”. Assim, no final do século XIX, um grande número de imigrantes europeus chega ao Brasil (e à América no geral), sendo que “essa massa populacional deslocou-se fortemente impulsionada por uma agressiva política imperial de aliciamento, a qual foi implementada em todo o continente Europeu”. Segundo Beneduzi

Ancorada na Antropologia Física e idealizada por personagens como Gobineau, Chamberlain e Lapouge, a determinação da superioridade racial branca percebia a mestiçagem de forma negativa. Entretanto, a intelectualidade brasileira, frente a essa tese da inferioridade do mestiço, construiu a teoria de um branqueamento em três gerações, o qual produziria uma população branca. Nesse intuito, elaborou-se um plano de regeneração nacional, a partir da vinda de imigrantes selecionados. Será nesse contexto de uma intrínseca superioridade branca que se dará o desembarque desses italianos, tanto em São Paulo quanto no Rio Grande do Sul [...]. (2005, p. 276-277).

Dornelles (2011, p. 3) também faz esta observação, argumentando que a intelectualidade brasileira do século XIX sempre apresentava, em seus discursos, a

ênfase na violência e selvageria dos indígenas, o que justificava a ação do colonizador daquele período. Ao contrário dos discursos românticos, presentes em escritores como José de Alencar, o discurso intelectual era “relacionado com uma emergente ciência das raças que buscava legitimar práticas não tão ‘civilizadas’ assim”. Mais complexo que isso é a presença do binômio Tupi/Tapuia. “Aos Tupi coube o vínculo com o povo brasileiro, fruto da mestiçagem com os colonizadores e o legado de suas heranças culturais com destaque à língua e, assim, tratavam-se de índios vinculados a um remoto passado.” Já os tapuia ganharam a alcunha de traiçoeiros, selvagens, empecilhos ao avanço da civilização. Esta ideia encontra certa representação também nas plagas sulinas, aqui relacionadas aos guarani e aos caingangues.

Mabilde ([1897-1899] 1983, p. 18-22), referindo-se à “catequese e civilização” dos indígenas guaranis, afirmava que estes eram “naturalmente bons e humildes, dotados de uma inteligência que os coroados não possuem”. Por isso, os padres jesuítas nunca haviam necessitado usar da força para manter o respeito. E, no tocante às relações entre os guaranis e os coroados, os guaranis sempre os haviam repellido à força armada, pois nem os indígenas nem os “padres santos” simpatizavam com os coroados. Ainda acrescenta que à sua época, eram poucos os padres que ainda se prestavam à catequese dos coroados, “ou por estarem convencidos de que pelos seus limitados conhecimentos nenhuma influência, jamais, poderiam ter sobre aqueles selvagens, ou por saberem de sua má índole”.

Nota-se, nesse discurso, que os indígenas acondicionados ao aldeamento são tratados como bons, inteligentes, humildes, enquanto que aqueles que não se submeteram à ação do colonizador são tidos como selvagens, de capacidades limitadas, de má-índole. A colaboração ou aceitação da conquista foi essencial para a formação de representações positivas dos indígenas. Enquanto os guaranis das missões são tidos como heroicos, aguerridos, merecedores de um papel histórico positivo – sua luta pela terra ao lado dos padres espanhóis, em oposição à ocupação portuguesa –, os caingangues mereceram uma imagem histórica de selvageria, barbárie, vadiagem e má-índole e, em última análise, a supressão de sua própria presença nos territórios que os imigrantes europeus ocuparam (considerados “vazios” na memória dessas populações). A mesma luta pela terra foi vista de duas maneiras distintas pelo colonizador branco. Se Sepé Tiaraju é tido como um herói rio-grandense, bem conhecido entre os habitantes do estado, o mesmo não se tem para o cacique Nonoay ou para o cacique Doble. Se sua memória mereceu espaço na denominação de duas cidades,¹ sua história é bem menos conhecida dos habitantes do estado. Sobre Doble, Mabilde (1897-1899) conta que

¹ Nonoai e Cacique Doble são dois municípios da região Noroeste do Estado.

de todos os caciques que até hoje se aldearam, era o cacique *Doble* um dos mais inteligentes, mais simulado e o mais perverso. Foi o único cacique que, pelo seu caráter falso e simulado, soube iludir a todos os presidentes da Província – dos quais soube granjear simpatia e uma confiança que nunca mereceu, e da qual abusou da maneira mais infame. (1983, p. 166).

Na Europa da emigração se ouvia um discurso de desqualificação dos nativos por parte de alguns defensores dos migrantes, possivelmente resultado de relatos sobre os conflitos ocorridos na América, tais como João Batista Scalabrini, Bispo de Placência, na Itália, tido como patrono dos migrantes (chegou a visitar a região de colonização no nordeste do RS). Em várias correspondências e opúsculos, ele cita a importância do Estado assistir a emigração para seu próprio bem e prosperidade, bem como pelo bem de seus habitantes. Entre suas preocupações, estava a questão dos nativos americanos. Em um dos textos do referido autor, nota-se o pensamento de um importante membro da Igreja acerca dessa questão:

A Europa, respirando angustiada em seus antigos confins, percebe a necessidade urgente de alargar a sua esfera de influência, ocupando pacificamente ou conquistando a ferro e fogo os mundos inexplorados e bárbaros, para colocar neles o excesso de sua população e de sua produção industrial. (SCALABRINI, 1979, p. 49).

Em várias outras passagens de sua obra, pode-se encontrar expressões semelhantes – “nossos sofridos agricultores correm o perigo de ser guiados por especuladores para terminarem seus dias em terras estéreis e lugares insalubres, ou expostos aos animais ferozes e às tribos bárbaras” – sem descuidar, evidentemente, da velha distinção entre os indígenas e a civilização – “às tribos nômades dos peles-vermelhas do norte e às de mais que vagavam no sul sem nome e sem moradia fixa sucederam agora populações civilizadas e cidades imensas”. (SCALABRINI, 1979, p. 66, 213).

Nesses relatos e discursos se nota que está fortemente presente a ideia de civilização em oposição à barbárie, ou seja, os imigrantes trazem civilização aos territórios anteriormente ocupados pelos indígenas. Esta ideia de civilidade vai se atrelando a uma ideia de identidade cristã europeia: “Seria um erro imperdoável descuidar-se deles no momento em que se trata de bem alicerçar as futuras cidades, imprimindo-lhe aquele caráter de religiosidade e de italianidade que se deve fomentar sua prosperidade e sua futura importância.” (SCALABRINI, 1979, p. 78). Ou seja, o caráter de *italianidade* está intimamente relacionado ao caráter de *religiosidade*, logo, os “bárbaros indígenas sem religião” constituem naturalmente um grupo antagônico e, segundo esta visão, inferior ao grupo dos migrantes italianos. A posição oficial da Igreja era a catequização, conforme orientação do papa Leão XIII – “humanizá-los, civilizá-

los, sobretudo fazê-los católicos”.² (BRUNELLO, 1994, p. 47). Embora a posição dos padres seja igualmente esta, ligada à catequização, à conversão dos indígenas, as imagens que aqueles fazem destes são majoritariamente pejorativas.

Essas representações estão evidentemente relacionadas ao contato entre o imigrante e os indígenas. Devido à sobreposição das áreas de imigração às áreas de povoamento dos indígenas nesta parte do estado, os contatos muitas vezes não foram amistosos. A resistência indígena à ocupação de suas terras (ou melhor seria talvez, a represália por terem ocupado tais terras) causava grande temor aos imigrantes. Outra dessas histórias pesquisada por Dornelles (2011b) é a de Jacó Versteg, sequestrado quando criança juntamente com sua mãe e irmã, em 1867. Após um ataque indígena à sua residência e à depredação da propriedade quando o pai de Jacó não se encontrava em casa, o menino, sua mãe e irmã foram obrigados a seguir os indígenas para a mata. Os três permaneceram com o grupo de indígenas, convivendo com eles por vários meses. Jacó parecia ter se habituado bem à vida dos indígenas, mas não tiveram a mesma sorte sua mãe e irmã. Acabaram morrendo ou sendo mortas pelos indígenas. Em que pese os esforços de seu pai para encontrá-los, inclusive montando uma milícia com o apoio das autoridades, encarregada de procurar os desaparecidos, ele nunca havia obtido êxito. Jacó, porém, consegue fugir depois de vários meses e se reencontra com seu pai.

É interessante observar nesta história a atuação de um indígena conhecido como Luís Bugre. Ele também havia sido sequestrado quando criança após um ataque a uma propriedade de alemães e adotado por Matias Rodrigues da Fonseca, de origem portuguesa, uma vez que nenhuma família alemã o havia acolhido. Cresceu em meio aos colonos, porém, manteve contato com os indígenas. Ele foi, na verdade, o mentor do sequestro da família Versteg e, para que não desconfiassem, fingiu colaborar nas buscas pelos sequestrados guiando a expedição de resgate, justamente para que não os encontrassem. Quando Jacó retorna, Luís acaba fugindo, já que Jacó entregaria sua participação no rapto.

Dornelles salienta, a partir da compreensão desta história, que deve ser compreendido o ponto de vista dos indígenas, mais facilmente cognoscível, a partir de situações como esta:

Fica para nossa imaginação a possibilidade de talvez, um dia, Luís Antônio da Silva Lima ter reencontrado sua família, seu pai, e ter tido com ele um momento como teve Jacó. E quantas outras aproximações a experiência de Jacó pode nos fazer refletir sobre a vida de Luís: se ele também pensou que os alemães o matariam quando foi capturado; se gostou de aprender brincadeiras e tarefas com os colonos; se as comidas estrangeiras lhe deram

² “1) umanizzarli, 2) civilizzarli, 3) soprattutto farli cattolici”.

prazer; qual dificuldade teve o indígena com a língua alemã e o português. Infelizmente, não se pode confirmar nenhuma dessas especulações, mas esse exercício de comparação devolve a Luís um pouco da sensibilidade para encontrarmos algum significado em sua experiência tão ímpar. (2011b, p. 269).

Se os imigrantes temeram, portanto, os indígenas por sua violência e selvageria, pode-se ter ideia, a partir de casos como o de Luís, que os colonos também foram temidos e que os indígenas também devem ter feito representações sobre os colonos. Porém, os indígenas quase não foram ouvidos. Muito pouco se sabe sobre seu ponto de vista no tocante às relações com os imigrantes.

O mais interessante, porém, é que Luís teve a oportunidade de reconstruir sua vida longe dos colonos alemães. “Luís parece ter mantido sua prática como intermediário entre indígenas e imigrantes, bem como um prestador de auxílios e serviços.” (DORNELLES, 2011a, p. 13). Sendo assim, foi ele quem guiou os imigrantes que em 1875 abriram caminho à imigração em massa de italianos para o Rio Grande do Sul. “Tratavam-se das comemoradas famílias milanesas Crippa, Sperafico e Radaelli que, em 20 de maio daquele ano, provenientes de Olmalte (Monza), fixaram-se numa localidade que denominaram Nova Milano, ‘onde não havia senão uma oca de índios’”. O local indicado por Luís era conhecido como Campo dos Bugres, “uma clareira na mata de pinheirais, um verdadeiro descampado que possuía diversos córregos em suas proximidades”. (DORNELLES, 2011a, p. 14). Mais tarde, o lugar tornou-se a Colônia Caxias e, depois, a cidade de Caxias do Sul, atualmente a segunda mais populosa do estado.

Essa instigante história de uma atuação individual mostra como os indígenas entraram em contato com os imigrantes. No relacionamento resultante do contato interétnico “[...] se deve ressaltar a atuação do indígena, ora em defesa de seus interesses territoriais, ora na colaboração com o branco colonizador em diversas e diferentes ocasiões. O resultado de todo este processo, após lutas, correrias, etc., se concretiza nos ‘aldeamentos’.” (BECKER, 1976, p. 300). Para o caso do índio Luís, tem-se, portanto, que atuou tanto em meio aos imigrantes alemães como em meio aos italianos.

Referindo-se à abertura de uma picada que ligaria o Passo do Pontão (Lagoa Vermelha) ao Passo do Ijuí, costeando o rio Uruguai; em 1850, Becker (1976, p. 301-302) relata o encontro entre a equipe de Mabilde, engenheiro designado para a empreitada, e os indígenas que habitavam a região. Mabilde havia procurado, pacificamente, persuadir os indígenas ao aldeamento, através de roupas e comida. A intenção do governo sempre era aldear, para que as terras pudessem ser ocupadas pelos

colonos. Se a diplomacia não funcionasse, porém, o uso da força acabava sendo empregado:

É preciso salientar que, a orientação governamental pedia um contato pacífico reprimindo toda a atitude contrária. Entretanto, face a determinadas situações, a violência entrou em jogo no sentido de alijar os índios de seus redutos por obstarem aos trabalhos planejados.

Mesmo depois dos aldeamentos, o contato com os brancos continuou. Segundo Schaden (apud BECKER, 1976, p. 305-306), “os chamados índios mansos continuavam a viver a maior parte do tempo nos campos e no interior das matas em procura dos alimentos que se necessitava o toldo”. De qualquer modo, estabeleciam contatos com os brancos, que “os encaravam antes como seres exóticos e extravagantes, que despertavam curiosidade geral, mais ou menos como grupos de ciganos”. Apesar de o contato não ser violento, a imagem continuava sendo pejorativa: “Entre os moradores civilizados era opinião corrente que os Kaingáng se aproximavam dos povoados com o único fito de pedinchar e roubar o que pudessem conseguir.”

E, ainda, o aldeamento não era garantia de que os ataques estivessem encerrados. Mabilde relata que

[...] nunca será se supor, com probabilidade de acerto e muito menos de se acreditar que, sendo aqueles selvagens aldeados, percorressem, sem necessidade alguma, quinze ou vinte léguas pela mata para irem á caça. [...] Todas aquelas caçadas que dizem os coroados fazerem, cada vez que se ausentam dos aldeamentos em número de vinte a trinta indivíduos juntos, não tiveram, até hoje, outro fim, senão o de correrias. Se confrontarmos as épocas de ausência daqueles indígenas aldeados com as depredações e assassinatos cometidos pelos supostos selvagens, ainda nativos, ver-se-á que aquelas épocas combinam – de maneira a não deixar a menor dúvida – de que sejam aqueles simulados caçadores, a maior parte das vezes, os únicos e verdadeiros autores das correrias. (1983, p. 176-177).

As correrias a que Mabilde se refere são os ataques às propriedades das populações brancas. O engenheiro acreditava que esta continuidade dos assaltos era motivada pelo sistema de trabalho camponês implantado nos aldeamentos: “É para eles um trabalho monótono, que não os distrai e nem os faz esquecer seus antigos usos e costumes selváticos. Pelo contrário, a lavoura em terras de matas e no meio destas os faz permanecer no elemento predileto, onde nasceram e se criaram.” O autor ainda afirma que é neste espaço do aldeamento que os indígenas planejam seus atos de vingança, “que lhes sugere o ódio inveterado que nutrem da gente da raça branca”. Desse ódio, por sua vez, resultam ditas correrias, “as depredações, os assassinatos, os raptos a que são de contínuo expostos os proprietários de fazendas e moradores de lugares próximos às matas virgens”. (MABILDE, 1983, p. 179).

É evidente que os ataques não aconteciam sem motivo. Para além da resistência/represália à ocupação, os indígenas faziam os ataques porque os brancos também os atacavam e não empregavam menos crueldade no trato como os nativos. Eles sabiam da postura violenta dos brancos e entendiam que eram seus inimigos. Assim como os colonos faziam uma imagem dos “bugres”, evidentemente os bugres faziam uma imagem dos colonos. Segundo Mabilde,

[...] devemos reconhecer que não é sem razão que eles nos odeiam. Para convencer-nos dessa verdade, basta lançarmos a vista sobre o passado – mesmo sem remontar à época da conquista deste continente – e julgarmos os atos bárbaros e as traições praticadas com aqueles selvagens. Eles o sabem, por tradição oral, como nós, que temos aqueles fatos registrados em documentos daquelas várias épocas. (1983, p. 198).

Enfim, os conflitos foram motivados pelo contato e, de ambas as partes, os motivos para a inimizade são basicamente os mesmos: em defesa de seus interesses, tanto os colonos como os índios buscaram atacar-se mutuamente. Dentro de seus pontos de vista, dentro de suas visões de mundo, acreditaram que estavam fazendo o melhor para si e para seu povo. Não se pode negar que os indígenas foram escorraçados de suas terras, explorados pelos brancos, assassinados física e culturalmente. Também não se pode negar que os imigrantes igualmente sofreram ataques de indígenas, sequestros, temeram-nos, não sem razão. O fato é que o modelo que triunfou foi o do imigrante e o indígena foi reduzido à decadência. Trata-se um pouco de ver a história pelo outro lado, de ver o lado dos “vencidos”, o elo mais fraco nesta disputa, por não contar com tecnologia militar, como por estar em menor número e sem o apoio oficial. Sobre a colonização das terras do nordeste do estado, o índio muito pouco foi ouvido.

Os relatos de ataques indígenas a colonos no nordeste rio-grandense parecem restringir-se aos colonos alemães e, mesmo, a estâncias nos Campos de Cima da Serra e Vacaria. Porém, a tradicional versão das “terras vazias” não pode ser aceita. Os colonos italianos tinham conhecimento da presença dos indígenas, dos “bugres” e não raras vezes estabeleceram contato com eles. Dornelles (2011a, p. 13-14) é categórica acerca do conhecimento dos colonos em relação aos nativos. Segundo ela, “a colônia – e depois cidade – foi erigida sobre uma antiga aldeia indígena; seus novos moradores não puderam, de modo algum, negligenciar sua existência”. E acrescenta:

Por volta da década de 1870, os Coroados ainda permaneciam circulando nas matas que separavam os campos de Cima da Serra e as colônias alemãs ao sul. Além disso, continuavam a praticar assaltos e sequestros por aquele tempo; as suas lideranças estavam ativamente envolvidas em negociações diretas com os chefes da província; também encontravam-se nos aldeamentos, nos quais produziam alimentos, cediam sua mão-de-obra para a construção de obras públicas e abertura de estradas. Pois bem, a chegada dos

primeiros imigrantes italianos coincide com este momento, suscitando que criemos uma expectativa sobre qual tipo de relação mantiveram. Entretanto, em termos historiográficos, esse contato não foi apresentado, corroborando a ideia de que o encontro entre esses grupos não aconteceu. Esse (des)encontro aparece justificado ora pela inexistência mesma de indígenas no território destinado aos colonos italianos, ora ao aldeamento completo dos nativos. (DORNELLES, 2011a, p. 6).

Brunello (1994, p. 22) cita que um volume celebrativo publicado em 1925 recorda que os italianos que se dirigiram a Campo do Bugres foram, “mas não sem temor, pois os alemães lhe haviam recomendado proteger-se bem dos índios”. O autor relata ainda que, em carta de 1908, escrita por um sacerdote escalabriniano, consta que em Nova Prata encontravam-se “mais de uma centena de índios”.

A correspondência de um imigrante de Belluno (apud FRANZINA, 1994, p. 110), que firma com as iniciais P. C. (*Cristoforo Pescador*, segundo Brunello, 1994, p. 31), de Urussanga, Santa Catarina, em abril de 1883, mostra um pouco deste conflito. Trata-se do assassinato de um jovem colono por um indígena, enquanto trabalhava na lavoura. Segundo Brunello, tratava-se de uma vingança pelo jovem ter ferido uma jovem indígena na cabeça, com uma pedra, enquanto ela em companhia de um homem o observavam no trabalho. Segue o trecho da carta que trata do episódio:

Ma temiamo invece i selvaggi.

Essi si fanno sentire pur troppo. Il 27 ottobre p.p. hanno derubato un certo Venzon Angelo, venuto da Arsiè di Feltre e il 7 febbraio p.p. uccisero un giovane di diciannove anni. Il poveretto si stava in mezzo al granoturco squadrando una colonna per costruire una casa. Erano le dieci anti-meridiane, allorché si senti colpire nel petto, gli cadde l’ascia di mano e guardando dalla parte da cui provenne il colpo, scorse un uomo d’alta statura, color di rame con lunghi capelli che si allontanava a passi lenti, volgendo di quando in quando lo sguardo per fissare la su vittima. Il povero giovane cadde svenuto al suolo; si chiamava Baldassar Giovanni di Mussoi, Comune di Tambre. Intanto sul luogo del disastro accorsero il padre e il fratello del caduto, e pieni di spavento videro una freccia infissa nelle reni della misera vittima. Gliela estrassero, ma essa ne aveva già squarciati gli intestini, che uscivano per la ferita. Ebbe a soffrir molto sino alla undecima ora del giorno dopo, in cui rese l’anima a Dio. Aveva recuperato i sensi quasi subito, e conservò per qualche ora la lucidezza dela mente, tanto che si potette apparecchiare il gran passaggio e narrare alla propria famiglia i particolari della sua disgrazia. Vennero fatti solleciti rapporti ai pappresentanti dello Statto; vederemo se si affretteranno a disporre i necessari provvedimenti. Non ve dissimulo: il pericolo è gravissimo, l’apprensione generale. (1994, p. 32).

De imigrantes sediados na Argentina também vinham notícias de que os indígenas eram selvagens, “pior que animais”.³ Estes relatos colaboraram para o estereótipo do índio selvagem. (BRUNELLO, 1994, p. 22). Na Itália, o parlamentar italiano Giovanni Bovio afirmava que “para nós, um direito à barbárie não existe, como não existe a liberdade de ignorância, não a liberdade de delinquência. Existe um direito fundamental: o que tem a civilização de difundir-se por toda a parte sua potência inovadora como se difunde a luz e o calor”.⁴ (BRUNELLO, 1994, p. 69). Alfonso Lomonaco, em um estudo, classificou os povos indígenas, defendendo que os “bugres”, selvagens e ferozes, ocupavam “os graus mais inferiores da escala humana”.⁵ (BRUNELLO, 1994, p. 72).

De fato o discurso se espalhava na Europa. Por meio de cartas dos imigrantes, como o argentino e aquele de Urussanga, através dos padres, dos políticos, dos intelectuais. Os indígenas estavam em pauta, objetivando justificar a colonização, a imigração, a expansão europeia. O colono era tão mais heroico quanto maiores dificuldades enfrentasse em sua jornada. E, muito provavelmente, como se pôde observar, os imigrantes já vinham da Europa com uma imagem dos indígenas, uma imagem que inspirava temor, repúdio, superioridade. Se não conheciam os indígenas no velho continente, certamente viriam a saber deles no novo continente.

O contato, o contexto e as representações

Por fim, após esta breve análise contextual, pode-se afirmar que o povoamento da zona florestal do nordeste rio-grandense resultou do contato interétnico de imigrantes europeus e indígenas que, segundo suas visões de mundo, interpretaram o grupo antagônico. Os imigrantes de origem teutônica, que se aventuraram primeiro nas matas indígenas, sofreram os efeitos da resistência daquelas populações. Não deixando barato, organizaram, juntamente com o governo, milícias para repelir os nativos, que, de pouco em pouco, foram obrigados a deixar seu modo de vida seminômade e a se assentarem em reservas.

Na época da chegada dos italianos, esses ataques indígenas, para o Rio Grande do Sul, já não ocorriam mais. Porém, com a experiência teuta e os relatos dos próprios italianos estabelecidos em outras localidades, como em Santa Catarina e, mesmo, na Argentina, os discursos depreciativos acerca dos indígenas acabavam repercutindo desde a Europa. É provável que os imigrantes tivessem experimentado o temor aos

³ “peggio delle bestie”.

⁴ “per noi, un diritto alla barbarie non esiste, come non esiste la libertà d’ignoranza, non la libertà di delinquenza. Esiste uno diritto fondamentale: quello che ha la civiltà di diffondere dovunque la sua potenza innovatrice come si diffondono la luce e il calore”.

⁵ “i gradi più bassi della scala umana”.

nativos, nos primórdios da ocupação dos territórios já referido, seja pelos relatos ouvidos na Europa, seja por contatos ou relações ocorridas em solo brasileiro.

Tudo isso endossa a ideia do colono como desbravador, dominador da natureza, pioneiro. Ora, se o indígena estivesse ali antes do colono, como poderia o colono ser o pioneiro? Portanto, a presença indígena foi, pouco a pouco, sendo eclipsada para que o imigrante pudesse ser o “mito fundador” da identidade da região e, em última análise, do estado.

É interessante perceber que esta construção não cessa na época da imigração. Os filhos e netos dos imigrantes vão continuar a olhar para o indígena e para seu próprio passado, dando sequência ao processo de significação e ressignificação da figura do nativo. Novos interesses podem ter estado em jogo neste processo. O importante é ter em mente que este processo de constituição de imagens continua se estendendo até a atualidade e a construção das representações e a constituição dos imaginários segue acontecendo hoje, com outras influências, outros objetivos, mas sem perder seu caráter depreciativo.

Referências

BECKER, Ítala I. B. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

BENEDUZI, Luís Fernando. Conquista da terra e civilização do gentio: o fenômeno imigratório italiano no Rio Grande do Sul. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 271-294, jan./dez. 2005.

BRUNELLO, Piero. *Pionieri: gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli, 1994.

DORNELLES, Soraia Sales. *O protagonismo histórico indígena no Rio Grande do Sul do século XIX: a experiência de Luis Bugre*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – O BRASIL NO SUL: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL, 10., 26 a 30 de julho de 2010, Santa Maria, RS. *Anais...* Santa Maria, 2010.

DORNELLES, Soraia Sales. *Encontros e (des)encontros ao “fazer a América”*: indígenas e imigrantes no Rio Grande do Sul do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011a.

DORNELLES, Soraia Sales. A história em “As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-278, dez. 2011b.

FRANZINA, Emilio. *Mérica! Mérica!*: emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina (1876-1902). Verona: Cierre Edizioni, 1994.

SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In _____. (Org.). *História no Plural*. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

MABILDE, Pierre F. A. B. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836-1866*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. *Rev. Brasileira de História*, São Paulo, SP, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução à uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

SCALABRINI, João Batista. *A emigração italiana na América*. Porto Alegre: EST; Centro de Estudos de Pastoral Migratória; Caxias do Sul: UCS, 1979.

A identidade dos imigrantes trentinos através das redes sociais

Marcelo Armellini Corrêa

Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS

1 A identidade dos trentinos

Em 1875 chegaram as primeiras levas de colonos italianos ao Rio Grande do Sul, a maioria provinha das províncias do Norte da Itália, ou seja, Vêneto, Lombardia, Friuli e Trentino-Alto Ádige. No biênio 1875-1876 foi o período em que mais italianos vieram para o estado, dirigindo-se, a maior parte, para as colônias Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu e Silveira Martins.

Ao se estudar os imigrantes italianos, não se deve compreendê-los como um grupo homogêneo, mas heterogêneo devido ao fato de a Itália, no século XIX, ser caracterizada pelos regionalismos, ou seja, pelas identidades regionais. Isso ocorria porque esse país só foi unificado em 1870, com a tomada de Roma pelas tropas do Reino de Piemonte que, por ser o mais forte tanto política como militarmente, uniu os demais reinos da Península Itálica. Cada região, no entanto, conservava sua cultura local, principalmente em relação ao idioma, pois prevaleciam os dialetos regionais em vez da língua italiana oficial. Mesmo após a unificação, algumas regiões com populações de fala italiana continuaram sob domínio estrangeiro, como foi o caso do Trentino-Alto Ádige e de Trieste, províncias do Império Austro-Húngaro.

A identidade dos trentinos era baseada na religião católica e no culto ao Imperador da Áustria, Francisco José I. Em relação à religião, a Itália, ao se unificar em 1870, conquistou militarmente Roma e outros territórios da Igreja, por isso o papa excomungou o reino italiano, considerando-o um Estado ateu. A Áustria-Hungria defendia a Igreja e o papa, portanto os trentinos preferiam ser súditos austríacos a pertencer ao Reino da Itália, um Estado condenado pelo Pontífice.

Segundo Grosselli (1999), muitos trentinos que imigraram para o Brasil traziam consigo um quadro com a imagem de Francisco José I, em vista disso vários deles transferiram sua simpatia deste para Dom Pedro II. Em relação aos imigrantes oriundos do Império Austro-Húngaro, pelo fato de ser um estado multinacional, havia “identidades em conflito, uma nacional e étnica e outra supranacional”. (BERTONHA, 2013, p. 17). Os trentinos se encontravam em um estágio intermediário, “se sentiam italianos, mas regionalistas e com uma visão de italianidade caracterizada de um catolicismo ultramontano e ligada ao Império”. (BERTONHA, 2013, p.17). Assim, “a identidade é demarcada pela diferença. Os critérios que determinam a diferença podem

ser materiais, como raça, ou imateriais como cultura. São eles que separam vários grupos humanos”. (GIRON, 2007, p. 40-41).

Os trentinos não eram considerados italianos nem austríacos pelos demais italianos. Pelo fato de pertencerem a um grupo étnico que habitava um território ocupado por uma potência estrangeira, no caso a Áustria, aqueles que nas colônias italianas do Rio Grande do Sul tinham o passaporte austríaco eram chamados de “sem bandeira” pelos imigrantes com passaporte italiano. (AZEVEDO, 1975).

Havia uma rivalidade entre italianos e trentinos imigrados para as colônias italianas da região nordeste do Rio Grande do Sul, no período entre 1875 e 1914. Esta rivalidade acirrou-se durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a Itália e a Áustria lutaram em lados opostos, e o conflito repercutiu no Brasil entre os imigrantes oriundos dos países beligerantes. Ocorreram situações em que italianos e trentinos agrediram-se fisicamente devido a discussões por motivos nacionalistas. (CORRÊA, 2014).

O objetivo deste artigo é mostrar como os imigrantes trentinos mantiveram a sua identidade através dos casamentos e do compadrio dentro do grupo. Neste artigo, são apresentadas entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes trentinos, sendo alguns membros dos Círculos Trentinos¹ do Rio Grande do Sul, e com professores universitários especialistas em imigração italiana. Os nomes dos entrevistados não foram citados, a fim de manter o anonimato, sendo eles identificados por letras. No entanto, naquelas entrevistas retiradas de livros e do banco de dados do Arquivo Histórico de Caxias do Sul, foram mantidos os nomes dos entrevistados porque estes já constavam nas fontes originais. As informações obtidas nessas entrevistas foram cruzadas com aquelas que constaram em fontes bibliográficas sobre o assunto.

Em relação à história oral, “[...] é preciso remontar no tempo e estudar o documento oral não somente como fonte, mas também do ponto de vista de sua construção pelo historiador que, ao solicitar uma testemunha, procede a uma ‘invenção’ de fontes”. (VOLDMAN, 2006, p. 250-1). Para a autora, é a seguinte a definição do depoimento oral:

Transpondo para o caso particular da “história oral”, definiremos o testemunho oral como um depoimento, solicitado por profissionais da história, historiadores e arquivistas, visando a prestar contas, a uma posteridade mediada pela técnica histórica, da ação da testemunha, tomando-se a palavra “ação” num sentido muito amplo que engloba o fato, o

¹ Os Círculos Trentinos no mundo são associações que congregam emigrantes/imigrantes italianos. É um órgão operativo da Província Autônoma de Trento, que tem por objetivo beneficiar e viabilizar o desenvolvimento e ações voltadas ao mundo da emigração no Trentino e no Exterior. Fundado em 1957, atualmente possui cerca de 200 Círculos Trentinos associados e espalhados pelo mundo. (CANI, 2009).

acontecimento, o sentimento e a opinião, o comentário e a lembrança do passado. (VOLDMAN, 2006, p. 256).

Os imigrantes trentinos mantinham a identidade cultural do grupo por meio da formação de relações sociais como casamentos, laços de compadrio e amizade. Esta parte do presente trabalho foi realizada através de entrevistas com descendentes de imigrantes trentinos, ou seja, membros de círculo trentino, quanto professores e escritores. Todos os entrevistados são provenientes de cidades da região de colonização italiana, do Rio Grande do Sul.

Eles sempre mantiveram uma identidade própria porque já vinham da Itália e do trentino, desta região do Tirol Italiano com essa particularidade da autonomia, maior nível de instrução, desta coisa de saber que já tem uma história atrás de si. [...] A identificação dos hoje chamados trentinos era como tirolezes, eles se identificavam como tirolezes, não como tirolezes italianos, [...] eles apenas se diziam tirolezes mais do que trentinos, que é uma designação atual e mais do que italianos. A preocupação deles na manutenção da sua identidade não era como hoje, organizada, era uma preocupação natural por laços que eles traziam ainda da região de proveniência (PC).²

Segundo a fala de um descendente de trentinos, natural de Bento Gonçalves/RS, os trentinos consideravam-se tirolezes ao invés de italianos. Isso mostra como, nos primeiros anos após a chegada dos imigrantes italianos no estado, era forte o sentimento regionalista, pois a noção de pátria dos italianos limitava-se à sua região de origem e não ao território italiano.

2 Os casamentos

Os imigrantes trentinos viam no casamento entre membros do grupo uma forma de manter a identidade cultural. Os casamentos endogâmicos foram comuns entre os trentinos durante as primeiras gerações nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Não eram apenas os trentinos a realizar os casamentos entre membros do mesmo grupo. Os moraneses³ imigrados para Porto Alegre também mantinham a homogeneidade cultural através dos casamentos entre imigrantes provenientes da mesma localidade. (CONSTANTINO, 1991).

No Trentino, os casamentos entre pessoas de um mesmo vilarejo também eram comuns. Houve o caso de uma jovem de Rovereto que gostava de um rapaz de Pedersano, mas a família da jovem não queria permitir o casamento, porque o seu

² Entrevista com PC em 2013.

³ Os moraneses eram italianos oriundos de Morano Calabro, município localizado na região da Calábria, no Sul da Itália.

pretendente era de outra cidade. Então, a moça fugiu de casa para casar com seu namorado em Pedersano, depois os dois emigraram para o Rio Grande do Sul.

Entrevista concedida por Luigi Gatti:

Ouvi dos velhos, enfim, que os seus não queriam que esta menina casasse com gente de Pedersano. E depois, enfim, ela pulou pela janela. Escapou e foi casar em Presan [Pedersano]. E depois foi para a América. [...] o nono Gatti, naquele tempo, não queria deixar que sua filha casasse com esse Giordani [...] antigamente, a mentalidade dos velhos era aquela, que não queriam que ela fosse morar fora do povoado, eles queriam que casassem com um do mesmo povoado. (COSTA; BATTISTEL, 2000, p. 434).

Às vezes, casavam-se pessoas com o mesmo sobrenome, como um casal de imigrantes em que os dois tinham o sobrenome Giordani, no entanto não eram parentes, pois, em um mesmo vilarejo, era comum haver diversas famílias com o mesmo sobrenome.⁴ Conforme entrevista de Elias Paulo Giordani para Rovílio Costa e Arlindo Battistel:

Casaram entre dois Giordani, ainda lá (na Itália), depois vieram os dois e suas famílias. Os nossos Giordani eram conhecidos como Frai, e os outros chamavam-nos Frêdi. Os nossos tinham por apelido Frai, porque em sua casa sempre pousavam os frades, os padres [...] Então não eram parentes. Agora, sim, depois que alguns casaram entre si ficaram um pouco parentes. (COSTA; BATTISTEL, 1990, p. 94).

A sociedade trentina naquela época, assim como a sociedade italiana em geral, era muito patriarcal, ou seja, o pai é que tinha o poder de decisão em relação à família, decidindo inclusive com quem os filhos iriam se casar. Para os demais italianos, a instituição família também tinha uma determinada importância. A família também era um importante valor para os italianos, sendo vista por eles como uma instituição sagrada, pois os valores atribuídos a ela pela cultura italiana remetem às condições enfrentadas pelos imigrantes na construção da nova sociedade implantada na colônia. A família tinha função de transmitir a cultura e os laços de parentesco que também eram elementos de identidade. Para os imigrantes, a formação da consciência coletiva começava na família, no ensinamento do modo de ser coletivo, no aprendizado dos costumes e na forma de agir e de pensar. Para Costa (1977), a imagem familiar advinha não só da posse da terra e da casa, possuir terras era muito importante para ascensão econômica e para a respeitabilidade do nome, mas também da necessária dedicação ao trabalho, o que se tornou um fator fundamental para imagem social da família.

⁴ Nos vilarejos italianos, para diferenciar famílias com o mesmo sobrenome, davam-se apelidos diferentes para cada uma.

A função institucional da família, de garantir a conservação do grupo e de reproduzir a prole, fez com que a mesma assumisse um lugar privilegiado na comunidade. Ela se torna a instituição que organiza economicamente o grupo e [...] se responsabiliza pelos vínculos afetivos que o grupo possui para se manter como grupo. Essa situação aponta a família como instituição que agrega seus membros [...], é a instituição que mantém os seus componentes integrados e é o sistema cultural de referência. (HERÉDIA; PAVIANI, 2003, p. 61).

Em entrevista realizada por Rovílio Costa, o escritor trentino Remo de Zambrotti fala sobre a família trentina.

- Os rapazes, ou também as moças, tinham a liberdade de escolher o seu companheiro ou, às vezes, o pai e a mãe mandavam e pronto!
- Estavam sempre sob os cuidados do pai e da mãe. Eram muito, muito severos. [...]
- Também na escolha havia a *patinha* dos pais. Os pais, antes de dar o consentimento para uma moça, eram muito severos. Muito severos porque eles sempre encontravam um defeito nas meninas que o filho... E mais, não sei, a mãe queria que a moça tivesse certos requisitos [...] O pai todavia olhava mais o dinheiro, eis. Se fosse o pai da moça olhava mais a possibilidade econômica do rapaz. Se ele tivesse todavia, se era proprietário de terra, se tinha propriedades, etc. [...] Davam muita importância à parte econômica, muito. (COSTA; BATTISTEL, 2000, p. 417-418).

A respeito das famílias trentinas, os relatos eram positivos, pois as classificavam como trabalhadoras, além de outras qualidades. No jornal *O Estado de S. Paulo*, no ano de 1879, o latifundiário Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, escreveu sobre as famílias tirolesas: “[...] as famílias tirolesas são autenticamente patriarcais, seja pelas dimensões, seja pela moralidade, união e amor ao trabalho.” (GROSSELLI, 1999, p. 163). No Espírito Santo, um dos presidentes daquela província dizia:

A colonização dos tiroleses há dado ótimos resultados, homens trabalhadores e sóbrios, cuidam os seus serviços com interesse, e para os outros atos constantes se manifestam amantes das suas famílias e desejosos do bem estar de cada um de seus membros. (GROSSELLI, 1999, p. 162).

Os imigrantes trentinos costumavam casar-se dentro do grupo na maioria das vezes, praticando a endogamia. Segundo Giron (2005), os italianos não estimulavam as uniões com filhos de “tiroleses”, e os “tiroleses” não viam com bons olhos esses casamentos, porque representavam a perda de sua cultura. Para a mesma autora, na visão da população de Caxias do Sul, que era formada por imigrantes provenientes do Reino da Itália, os imigrantes trentinos “desejavam manter a separação racial, achavam-se superiores aos demais imigrantes, eram monarquistas, violentos e teimosos”. (GIRON, 2005, p. 253). Mário Gardelin, em um artigo publicado no almanaque do *Correio do*

Povo, em 1959, aborda as diferenças regionais que possuíam os imigrantes estabelecidos em Caxias do Sul.

Os de Feltre julgavam-se superiores aos de Vicenza; os de Mântua diziam-se melhores do que os de Pádua, e os tirolezes, esses então davam-se ares: como planetas refletiam a luz do grande império. Alguns desses grupos chegaram mesmo a fixar-se em zonas racialmente homogêneas. Os tirolezes, porém, esses tinham cabeça dura. Italianos de costumes, de linguajar e de tradição (muitos) sentiam-se fiéis súditos de Francisco José. (GARDELIN apud GIRON, 2005, p. 253).

O italiano Giuseppe Lain foi contra o casamento de duas de suas filhas com dois filhos do imigrante trentino Giuseppe Slomp.⁵ Apesar de Lain ter permitido o casamento das filhas, o mesmo “detestava aqueles *senza bandiera* que passaram a fazer parte do grupo familiar”. (GIRON, 2005, p. 252). Assim, o repúdio que sofriam dos demais italianos estimulava a endogamia entre os trentinos e, devido a isso, surgiram alguns problemas de saúde na descendência. (GIRON, 2005).

No entanto, essa situação nem sempre ocorreu. Na primeira geração da família Slomp, 37,5% dos casamentos foram realizados dentro do grupo trentino; 62,5%, entretanto, casaram-se com descendentes de italianos. No entanto, houve um grande número de uniões entre os Slomp e as famílias Onzi e Tommasini, também trentinas como quase todas as da segunda língua de Caxias do Sul. O fato de essas famílias residirem próximas umas das outras propiciou essas uniões. (GIRON, 1995).

A família Berté, imigrada para a colônia Conde d’Eu, era composta por um casal com oito filhos. Em um documento encontrado no Arquivo Histórico de Garibaldi/RS, cinco dos filhos dessa família casaram-se com cônjuges trentinos; no entanto, em dois desses casamentos não foi possível saber se haviam sido realizados na terra natal ou na colônia; os outros três matrimônios aconteceram na colônia. A maioria dos membros da família Berté instalou-se na Linha Azevedo Castro, habitada por um grande número de trentinos. Em termos numéricos, a quantidade de trentinos dessa Linha só perdia para a Linha Figueira de Melo, onde havia um maior número deles do que de italianos.

Segundo Grosselli (1987), uma pesquisa sobre os casamentos entre o grupo étnico italiano nas colônias do Estado de Santa Catarina constatou que, entre as 610 uniões realizadas no interior do grupo italiano, 239 foram entre italianos, 254 entre trentinos e 117 mistos. Com isso, observa-se que os matrimônios entre trentinos e italianos representavam apenas 19,1%, enquanto que aqueles só entre trentinos atingiam 41,6% do total das uniões. Desse modo, “[...] um italiano sobre cinco e um trentino sobre cinco casava respectivamente com um trentino e um italiano. Os dois subgrupos da etnia

⁵ Segundo Giron (2005), o imigrante Giuseppe Slomp trouxe consigo para o Brasil duas pinturas, uma com a imagem da família imperial austríaca e outra com uma paisagem da região do Trentino Alto-Ádige.

italiana não estavam divididos por barreiras espaciais”. (GROSSELLI, 1987, p.441). É importante, no entanto, destacar que nas colônias de Santa Catarina havia uma quantidade maior de trentinos do que nas do Rio Grande do Sul, por isso o número de casamentos entre trentinos naquele estado foi muito maior que o de mistos. Em vista disso, aponta Grosselli:

Tenha-se presente que nos primeiros anos de colonização formavam-se linhas coloniais que respeitavam uma certa homogeneidade regional e até municipal. Formavam-se verdadeiras e próprias comunidades de vilarejos que tendiam a fechar-se e reconstituir a comunidade perdida. É fácil supor que naqueles anos um cidadão de Roncegno (TN) se casava com um de Cembra (TN) com a mesma dificuldade que com um veronês ou um bresciano. (GROSSELLI, 1987, p. 441).

De acordo com a opinião de descendentes de trentinos, um residente em Garibaldi/RS, outro em Bento Gonçalves/RS, e uma em Gramado/RS, durante os anos pioneiros da colonização italiana, os trentinos casavam-se entre si para manter a identidade como grupo.

Nos primeiros anos, procuraram manter inclusive aqui, se estabeleceram próximos. Os trentinos ficaram quase todos próximos às famílias uns dos outros, até para facilitar a troca de informações, de favores etc. Inclusive os casamentos, nós temos casos de três irmãos, quatro irmãos casados entre vizinhos com dois, três irmãos, [...] porque era mais fácil de manter a identidade trentina quanto aos hábitos alimentares. Uma menina, digamos de origem trentina, tinha a mãe que ensinava a fazer determinada comida que ela só aprendia porque era trentina. [...] Com certeza, nos primeiros momentos, nos primeiros anos foi procurado manter essa identidade (EM).⁶ A visão deles era muito curta, além da falta de tecnologia, da falta de recursos, da falta de dinheiro, eles tinham falta de conhecimento. O mundo deles, o universo era muito restrito, então, por causa disso, eles viviam em grupo, viviam agrupados, então casavam entre si. [...] Meu avô, meu bisavô, meu pai, todos casaram entre si, todos entre trentinos, só mais tarde, a partir da quarta, quinta década, é que começou a se fundir devido à proximidade entre eles (RV).⁷

Se casaram entre si muitos, [...] sim casaram entre trentinos porque teve muitos que viajaram no mesmo navio [...] chegaram aqui e se estabeleceram em um lugar e depois já emigraram para o interior juntos, então normalmente era trentino com trentino (DV).⁸

Em Garibaldi/RS, dos 37 casamentos realizados entre os anos de 1876 e 1895, o homem era trentino,⁹ em 27 deles a mulher também era trentina, o que representava

⁶ Entrevista com EM realizada em 2013.

⁷ Entrevista com RV realizada em 2013.

⁸ Entrevista com DV realizada em 2013.

⁹ Foram contados os casamentos de homens trentinos com mulheres trentinas ou italianas nas cidades de Caxias do Sul/RS, Bento Gonçalves/RS e Garibaldi/RS. Os casamentos de mulheres trentinas com homens italianos foram excluídos. Também foram excluídos da contagem os casamentos de italianos com italianos, quando nenhum dos

72,9%; enquanto que, nos 10 restantes, as esposas eram provenientes de outras regiões da Itália, o que totalizou apenas 27,1% das uniões.¹⁰ (COSTA et al., 1999). Conclui-se, então, que a porcentagem dos casamentos entre trentinos, em Garibaldi/RS, foi maior do que em Caxias do Sul/RS e Bento Gonçalves/RS. O fato de os imigrantes nas colônias fixarem-se próximos de outros provenientes da mesma região da Itália também contribuiu para os casamentos dentro do mesmo grupo. Segundo Witt, “[...] a proximidade geográfica deve ter colaborado para aproximar jovens pretendentes”. (WITT, 2008, p. 101). Em Bento Gonçalves/RS, dos 78 matrimônios realizados entre os anos de 1876 e 1888, 45 foram entre cônjuges trentinos, representando 58% do total; em 33 deles, o noivo era trentino e a noiva italiana, totalizando 42% (COSTA et al., 1999). Em Caxias do Sul/RS, dos matrimônios ocorridos entre 1877 e 1896, em 35 deles ambos os cônjuges eram trentinos, representando 60,3% do total; em 23, o noivo era trentino e a noiva italiana representando 39,7%. (GARDELIN; COSTA, 2002).

Os casamentos homogêneos, dentro do grupo trentino, foram mais frequentes durante os primeiros anos após a chegada dos imigrantes italianos às colônias. Com o passar do tempo, os filhos dos imigrantes nascidos no Brasil, tanto de italianos quanto de trentinos, passaram a casar entre si. Com isso, a rivalidade entre os dois grupos começou a diminuir.

[...] no início eles faziam questão que casassem entre si. Havia uma rixa... na primeira geração casavam entre si. [...] e os friulanos que ninguém gostava [...] existia um dito “melhor um cão que um friulano. [...] Havia uma diferença no dia da festa dos trentinos, os trentinos desfilavam,¹¹ que era o dia do Franz Joseph, e no dia 20 de setembro, os italianos desfilavam, e estas broncas todas, diz o Julio no livro dele, vão se terminar por causa do amor, o amor vai liquidar com isso aí tudo, e foi o que efetivamente aconteceu (DL).¹²

Uma descendente de imigrantes trentinos, residente em Garibaldi/RS, afirma que os trentinos casavam-se muito entre os próprios parentes.

cônjuges era trentino, dessa forma ficaram restritos apenas ao grupo trentino. Na maioria das vezes, nos registros de casamentos, está escrita a região de procedência dos noivos. Quando não está descrita a procedência de um dos noivos, recorreu-se ao próprio livro na parte em que se encontram os registros de chegada dos imigrantes, no caso do livro sobre a colônia Caxias, e nos registros de títulos de terras, no livro sobre as colônias Dona Isabel e Conde d’Eu. Também foi verificado se o sobrenome era trentino através de um *site* do Círculo Trentino do Brasil (www.trentini.com.br), no qual aparecem a maior parte dos sobrenomes trentinos.

¹⁰ Os dados sobre os casamentos foram extraídos dos livros *Povoadores da Colônia Caxias* (GARDELLIN; COSTA, 2002) e *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu* (COSTA et al., 1999). No entanto, as informações são parciais, pois esses registros não correspondem à totalidade dos matrimônios ocorridos nas colônias Dona Isabel e Conde d’Eu. Um incêndio, ocorrido ainda no século XIX, destruiu grande parte da documentação sobre as colônias, inclusive as listas de chegada dos imigrantes. Porém, para saber dados sobre os imigrantes, incluindo sua proveniência, os autores do livro utilizaram como fonte registros de título de posse de terras, de casamentos e óbitos.

¹¹ No dia do aniversário do Imperador da Áustria, Francisco José, os trentinos desfilavam nas colônias italianas do Rio Grande do Sul.

¹² Entrevista com DL realizada em 2013.

Muitos casavam entre eles, outros misturaram com outras raças, [...] e como aqui veio uma quantidade muito grande de trentinos, quase sempre casavam na mesma família. Então, a maior parte casou na família, [...] e muitas vezes nasciam muitas crianças aleijadas por causa disso, crianças com deficiência, porque o parentesco era muito próximo, se criavam junto e aí, muitas vezes, aconteciam as coisas, e aí eram obrigados a casar. Eles casaram entre eles, mas também casaram com franceses, também casaram com suíços-franceses. [...] O filho italiano não podia casar com brasileiro, era português e espanhol, os pais não deixavam, não deixavam mesmo porque eles chamavam eles de [...] negros. [...] Então, eles tinham muito preconceito com os brasileiros, então eles casavam entre eles. [...] Alemão era mais complicado, italiano não se dava muito com o alemão (EK).¹³

O depoimento de um descendente de trentinos, em Bento Gonçalves/RS, tem uma constatação semelhante em relação aos casamentos entre parentes.

Tem vários casos entre famílias, primos, primos em segundo grau que se casavam entre si, principalmente pelas dificuldades, ou como forma, às vezes, de não entrar em outros grupos. Os vênets e os trentinos inicialmente eram um pouco separados os grupos, não havia aquela miscigenação que existe hoje. [...] A família Giordani, por exemplo, aqui, em Bento Gonçalves, teve vários casos de primos de segundo grau que se casaram. [...] Do meu bisavô, quatro filhas dele se casaram com quatro filhos do lado, eles eram primos de segundo grau. [...] Realmente, no início da colonização, os grupos étnicos vênets e os trentinos eram mais separados, não havia aquela mistura, tanto que os casamentos entre vênets e trentinos não eram necessariamente bem aprovados pelas famílias (SG).¹⁴

Em Santa Catarina, os trentinos se casavam menos com alemães do que os italianos, muito embora, na sua terra natal, convivessem pacificamente com pessoas de língua alemã, já que viviam em um país, a Áustria, no qual a maioria da população falava o alemão. (GROSSELLI, 1987). De acordo com os números relativos aos casamentos dos imigrantes no Estado de Santa Catarina, os trentinos e os alemães foram os mais severos no isolamento. (GROSSELLI, 1987).

A opinião de um dos descendentes de trentinos entrevistado difere da dos demais a respeito dos casamentos endogâmicos nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Os trentinos também se casavam com pessoas de fora do grupo.

Os casamentos não eram, não observavam essa preocupação, inclusive eles casavam não só com italianos, mas também com pessoas de fora da colônia e da etnia. [...] A diferença é que o homem se casava mais com pessoas que não eram trentinas do que a mulher (PC).

¹³ Entrevista com EK realizada em 2013.

¹⁴ Entrevista com SG realizada em 2013.

Para a maioria dos descendentes, porém, os imigrantes trentinos, na maior parte das vezes, escolhiam o cônjuge dentro do próprio grupo, os casamentos endogâmicos, como uma forma de manter sua identidade.

3 Compadrio e amizade

Em relação ao compadrio estabelecido entre o grupo trentino, torna-se mais difícil estabelecer uma conclusão em relação à razão de haver menos estudos sobre essas relações entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Existem, entretanto, informações de que, na maioria das vezes, os italianos escolhiam outros italianos para apadrinhar os seus filhos. Há registros de crianças, filhas de pais italianos, apadrinhadas por alemães. Segundo Barea (1995), nos registros de batismo de 1875, foram encontrados os nomes de muitos colonos alemães que serviram de padrinhos aos italianos. Em relação ao compadrio entre os imigrantes alemães, estes poderiam estabelecê-lo tanto dentro do grupo étnico quanto com membros de outras etnias. Para Von Mühlen:

O compadrio também permitiu o fortalecimento dos laços familiares entre os colonos alemães ou teuto-brasileiros no início do século XIX, no sul do Brasil. Essas alianças podiam ser estabelecidas com membros do mesmo grupo étnico, com o mesmo grupo étnico, mas de outra região do Estado alemão ou com os nacionais. (MÜHLEN, 2010, p. 198).

Como existem poucos estudos sobre o compadrio entre os italianos e os trentinos, foi utilizada a história oral, através de entrevistas com os descendentes de trentinos no Rio Grande do Sul, para se colher informações relativas a esse assunto.

Na maioria das vezes, sim, quando havia trentinos eram trentinos, tinha de ser uma pessoa muito chegada para ser padrinho de alguém ou era convidado de uma outra família para ser padrinho do filho dela. [...] Em geral era entre trentinos, porque se conheciam mais, [...] e eles só confiavam nas pessoas que eles conheciam porque eram da mesma zona de lá porque vieram juntos no navio (DL).

Mas entre a própria família, eles sempre procuravam, assim até o pai, o irmão ou a tia pra ser padrinhos dos filhos. Eles queriam que ficasse sempre na família, eles nunca procuravam fora, era mais, assim, a família que batizava as crianças (EK).

Os primeiros batizados, os primeiros nascimentos sempre eram apadrinhados, eram compartilhados com os trentinos próximos, depois, em razão do grande número de filhos, as pessoas começaram a interagir porque as comunidades não podiam se isolar (EM).

Em Caxias do Sul, local para onde a maioria dos imigrantes trentinos migrou no Rio Grande do Sul, de acordo com uma descendente de trentinos, as relações de compadrio se davam entre trentinos.

É evidente que a maioria dos padrinhos estava dentro do grupo, de preferência os bem sucedidos. Meu pai tinha dezenas de afilhados, em 90% dos casos eram de famílias trentinas de origem. Seus afilhados eram das famílias Bampi, Capeletti, Perotoni entre outros, todos trentinos. Nos registros de batizados isso fica evidente (LG).¹⁵

Geralmente os padrinhos são sempre os parentes, os amigos mais próximos e, como as colonizações eram por vales ou por regiões, eram trentinos num lado vênets e friulanos no outro lado, geralmente um pouco separados, isto no início (SG).

O imigrante trentino Caetano Costamilan tinha laços com seis famílias trentinas em Caxias do Sul/RS: familiares, com a família Micheli, da qual sua esposa era membro; e de compadrio e amizade, com as famílias Laner, Paternoster, Bampi, Santini e Casapiccola. (COSTAMILAN, 1989). Isso considerando apenas as famílias trentinas, excluídas as de italianos provenientes de outras regiões da Itália.

As relações sociais entre os imigrantes trentinos, além da manutenção de laços de parentesco e amizade, também tinham a intenção de manter a união e a identidade do grupo trentino na Região de Colonização Italiana (RCI). A entrevista abaixo mostra como eram as relações sociais no Travessão Trentino em Caxias do Sul/RS.

Sendo um grupo minoritário, que ficou disseminado num universo de italianos de outras origens, na medida do possível (e era difícil) tentavam, sim, pela proximidade no mesmo travessão, do qual o Trentino é o melhor exemplo. Outro fato foi a manutenção dos oragos (padroeiros) de Trento, como é o do santo de São Vigilio, principal santo daquela cidade [...] Nas sagras (festas de padroeiros), antes da construção dos salões comunitários (que datam da década de 1940), as pessoas se reuniam nas casas das famílias da mesma região, nenhum elemento alienígena era convidado. Lembro de meu pai falar nesse fato e destacar (sempre) como os tirolezes eram melhores do que os italianos de outras regiões. Havia entre eles um forte sentimento de pertença. Sem esquecer os clubes nascidos dos grupos, como o Trentino e o Forquetense (LG).

Um descendente de trentinos, residente em Bento Gonçalves/RS, relatou que os seus antepassados, nos primórdios da colonização, instalaram-se próximos uns dos outros, geralmente adquirindo os lotes de terra em uma mesma Linha.

Geralmente se organizavam em capelas, em comunidades, aí geralmente numa região tinha uma comunidade, e o pessoal se reunia lá. Aqui, por

¹⁵ Entrevista com LG realizada em 2013.

exemplo, no Vale dos Vinhedos, um lado a Linha Leopoldina era mais os trentinos, a Linha Graciema, logo depois, era a maioria vênnetos que foi até Monte Belo e Santa Tereza (SG).

Com o passar do tempo, os trentinos foram misturando-se aos demais italianos para que, assim, fossem aceitos por eles. No entanto, Julio Lorenzoni relata em suas memórias que “Nada adiantava a relação de parentesco entre italianos e tiroleses; mas esse será certamente o único meio que concorrerá para fazer desaparecer no futuro, a repulsa existente entre os irmãos da mesma pátria”. (LORENZONI, 1975, p. 172).

A maioria dos trentinos que migraram, como também dos vênnetos, se estabeleceram em Caxias do Sul. Aconteceu assim que eles (trentinos) não foram bem aceitos porque eles eram vistos como alemães. Eles imigraram como austríacos, então, o que fizeram os do vênneto, das outras origens da Itália, [...] eles fecharam as portas para os trentinos. Assim, eles não podiam fazer negócio, não eram aceitos nas lojas, nas vendas, como diziam antigamente, como eles tiveram muita dificuldade, eles sofreram bastante. Com o tempo, eles foram contraindo matrimônios, vênnetos e trentinos, e então amenizou essa parte [...] hoje não existe mais esta diferença (DV).

À medida em que foram tendo que abrir mão um pouco deste pensamento de não conseguir manter a relação social somente com trentinos, foram se aproximando com outros os vênnetos que também eram muito próximos, mas mantiveram uma grande distância, tanto os trentinos quanto os vênnetos, em geral dos brasileiros e de outras raças, [...] mas, no começo, realmente eles procuraram tudo que era esforço para manter essa identidade intacta (EM).

4 Conclusão

As informações fornecidas pelos descendentes de trentinos mostraram que os seus antepassados mantinham a identidade de grupo, na maioria das vezes, através das relações sociais, como casamentos e a formação de laços de compadrio e de amizade. Isso ocorreu mais nos primeiros anos após a chegada dos imigrantes nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, pois havia nos imigrantes um sentimento regionalista. Com o passar do tempo, a situação foi se modificando e ocorreu maior integração entre os italianos de diferentes regiões da Península Itálica.

O artigo procurou demonstrar como grande parte dos imigrantes trentinos utilizavam as redes sociais para manter a sua identidade cultural. No entanto, é preciso ressaltar que nem todos os trentinos pensavam desta forma. Para concluir, a pesquisa sobre os trentinos, realizada até o momento, revela resultados parciais. Fica em aberto a possibilidade de novas pesquisas sobre esse assunto.

Referências

- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação-Instituto Estadual do Livro, 1975.
- BAREA, Dom José. *A vida espiritual nas colônias italianas do estado do Rio Grande do Sul (1925)*. Porto Alegre: EST, 1995.
- BERTONHA, João Fábio. Non tutti gli italiani sono venuti dall'Italia. L'immigrazione dei sudditi imperiali austriaci di lingua italiana in Brasile, 1875-1918. *Altreitalia*, Itália, n. 45, 2013. Disponível em: <<http://www.altreitalia.it/Pubblicazioni/Rivista/n°46>>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- CANI, Iracema Moser. Histórico da Federação. Disponível em: <<http://www.trentini.com.br/?pagina=conteudo&id=31>>. Acesso em: 21 jun. 2009.
- CORRÊA, Marcelo Armellini. *Dos alpes do tirol à serra gaúcha: a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918)*. 2014. 175 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- CONSTANTINO, Nuncia Santoro. *O italiano da esquina*. Porto Alegre: EST, 1991.
- COSTA, Rovílio. Valores da imigração italiana cem anos após. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 7, n. 35/38, p. 215-223, 1977.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Educ, 1990.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Dois Itálias*. Porto Alegre: EST, 2000.
- COSTA, Rovílio et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1999.
- COSTAMILAN, Ângelo Ricardo. *Homens e mitos na história de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio (Org.). *Povoadores da colônia Caxias*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2002.
- GIRON, Loraine Slomp. *Dom de lembrar: os Slomp*. Caxias do Sul, RS: Educ, 1995.
- _____. Do Trentino ao Brasil: imigrantes tirolezes na antiga colônia Caxias. In: GROSSELLI, Renzo (Org.). *Trentamila tirolezes in Brasile: storia, cultura, cooperazione allo sviluppo*. Trento: [s.l.], 2005.
- _____. Identidade: região e valores. In: GIRON, Loraine Slomp; RADUNZ, Roberto (Org.). *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul, RS: Educ, 2007.
- GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (Venêtos e Lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: UFSC, 1987.
- _____. Noi tirolezi, sudditi felici di don Pedro II. Porto Alegre: EST, 1999.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. *Língua, cultura e valores: um estudo sobre a presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Trad. de Armida Lorenzoni Parreira. Pref. e notas de Itálico Marcon. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MÜHLEN, Caroline von. *Da exclusão à inclusão social: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande do Sul de São Pedro Oitocentista*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ARQUIVO CONSULTADO

GARIBALDI. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, RS.

A aventura da modernidade em Criciúma: experiências de tempo e gestão de memórias entre a capital do carvão e a cidade das etnias

Renato de Araújo Monteiro

Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc

Um velho prédio abandonado em Criciúma compõe uma paisagem daquelas que, nos termos de Koselleck (2006, p. 13), torna possível “encontrar o cotidiano do tempo histórico”. Outrora sede de uma grande mineradora, a construção é hoje o símbolo do apogeu e da queda da indústria carbonífera nacional que, ao lado do recente processo de colonização europeia, representa os dois principais projetos modernizadores sobre os quais a cidade se constituiu, e que posteriormente forneceram – e continuam fornecendo – também o substrato privilegiado de memórias, a partir das quais sua história foi preferencialmente narrada e/ou interpretada.



Antiga sede da Carbonífera Próspera/CSN, 2015

Fonte: Arquivo do autor.

A imagem de um trem, movido a e fabricado para transportar carvão, mas que, no final do século XIX, invade as regiões de mata atlântica do Sul catarinense, carregando milhares de imigrantes, sobretudo italianos, representaria de forma satisfatória a intensa aventura da modernidade que foi vivenciada em Criciúma. Seriam alguns destes novos colonizadores que fundariam, no contexto da Primeira Guerra Mundial, a Carbonífera Próspera, uma das pioneiras do ramo a se instalar na cidade e antiga dona do imóvel apresentado pela fotografia acima. Para Carola (2004, p. 11), a compreensão da

formação histórica da região deve ser buscada no desenvolvimento concomitante e complementar da economia do carvão e do citado processo de colonização. Dois projetos que podem ser classificados genericamente como integrantes de um *processo de modernização*, entendido por Berman (2007, p. 26) como uma fase de expansão, em nível global, do conjunto de experiências históricas a que ele chama de a “aventura da modernidade”.

Analisando a suposta insensibilidade aos impactos gerados pelo desenvolvimento destes “dois modelos de progresso intensamente destrutivos do ponto de vista socioambiental” (2012, p. 37), é ainda Carola que explica como tal “tragédia” foi encoberta por uma “cortina de fumaça” formada pela “consolidação dos ideais de progresso e de modernidade da cultura industrial”, que aos poucos “foi contagiando tudo e todos”. (2010, p. 193). De acordo com Koselleck (2006), essa noção de *progresso* constitui elemento fundamental para que possamos compreender a modernidade enquanto experiência peculiar de *tempo histórico*. Para ele, a crença no progresso fornece um otimismo absoluto em relação ao futuro, que pode e deve ser construído, quando a *aceleração* conseqüentemente adquire o lugar de um conceito histórico, comprime o *espaço de experiência* e foge em direção a um *horizonte de expectativa* cada vez mais distante. (2006, p. 314). Portanto, é esta experiência *futurista* de tempo, marcada por um futuro-presente, que predominará no imaginário e nos discursos proferidos em Criciúma, durante *os tempos da mineração*, que se estenderão aproximadamente até o início do último quartel do século XX. (NASCIMENTO, 2004, p. 389).

Talvez o ápice desta aventura da modernidade em Criciúma tenha ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, quando o conflito novamente interrompeu o comércio internacional, e a mineração local de carvão conheceu o seu principal surto de desenvolvimento. Tal momento ficou materializado no *Monumento aos Homens do Carvão*, erguido no centro da principal praça da cidade em 1946, ano em que Santa Catarina se tornou a maior produtora deste combustível no País, e Criciúma passou a ser representada como a *Capital Nacional do Carvão*. A construção era composta por um grande pedestal de granito, que sustentava no alto a escultura em bronze de um trabalhador mineiro em tamanho real. Neste período e nas décadas subsequentes, quando a indústria carbonífera respondia pela principal atividade econômica da cidade, mas que posteriormente também passou a enfrentar a forte concorrência do carvão estrangeiro, sobretudo com o restabelecimento das importações no pós-guerra, “o discurso do progresso era usado para justificar a necessidade de ‘soberania nacional’, [...] e para exarcebar o desenvolvimento econômico da região produtora e, conseqüentemente, do País”. (CAROLA, 2004, p. 30). Foi nesse contexto que a

Carbonífera Próspera, já estatizada e integrando o complexo de empreendimentos da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN –, transferiu entre 1958 e 1960 seu escritório central para aquele novo e moderno prédio, atualmente pichado e abandonado. (SPHAM, 2014, p. 10).

Se nos adiantarmos até o final de 1996, outra imagem nos fornecerá a ideia de uma experiência de tempo bastante diferente. Como forma de protesto, um grupo de mineiros, recém-libertos da prisão, veste um colar de bananas na mesma estátua do monumento que os representava, a estas alturas já rente ao chão, desde 1971 desprovida do seu imponente pedestal e deslocada do centro para um dos cantos da praça. Na interpretação do historiador Dorval do Nascimento, “a destruição do monumento e a transferência da estátua do mineiro para um outro local [...] expressou uma desvalorização simbólica do carvão em relação à identidade da cidade”. (2012, p. 85). Fazia alguns anos, os movimentos de resistência operária haviam se acirrado, sobretudo após o anúncio de privatização da CSN e de destinação da Carbonífera Próspera, oficializado pelo governo federal em 1990. Buscando promover a manutenção do emprego, aproximadamente 1.500 mineiros, apoiados por familiares e simpatizantes, ocuparam as minas de carvão, negociaram com empresários e políticos, atearam fogo em caminhões, entraram em confronto com a polícia e, por quase dois anos, entre maio de 1990 e dezembro de 1991, permaneceram acampados no pátio em frente ao referido escritório da mineradora, ameaçando explodi-lo. (RABELO, 2004, p. 293-318).

Durante este processo, a Próspera foi comprada por um minerador local, com a promessa de reativar a empresa e recontratar parte do quadro de funcionários demitidos, o que acabou sendo cumprido apenas parcialmente e somente após forte pressão dos mineiros. Por cinco anos as minas foram exploradas sem que nenhum pagamento fosse realizado aos cofres da União. Em 1996, quando o prazo de carência venceria e as primeiras parcelas deveriam ser depositadas, um movimento ambientalista liderado por agricultores impediu a abertura de uma nova frente de mineração na região do Morro Albino e do Morro Estevão, popularmente conhecido como morro da bananeira. A tumultuada e decisiva sessão da Câmara Municipal, que pôs fim à disputa que há anos vinha sendo travada entre os movimentos operário e ambientalista, foi realizada no dia 12 de novembro de 1996, quando os vereadores votaram pela manutenção da área de proteção ambiental e a consequente proibição da mineração. Indignados, alguns mineiros quebraram quase todas as vidraças do Fórum, local do pleito, e nove deles foram detidos. Uma semana depois, liberados mediante pagamento de fiança, fizeram uma passeata até a praça central da cidade e alçaram um colar de bananas no pescoço dos homens do carvão. (CAMPOS, 2003, p. 133-148). Supostamente inviabilizada, a Carbonífera Próspera foi definitivamente desativada. Suas minas, equipamentos e

funcionários ficaram abandonados, inclusive a sede principal e o pátio onde outrora aqueles estiveram acampados.

Advertindo que “o tempo histórico pode ser apreendido em sua intensidade e não apenas em sua cronologia”, em 2003 o historiador Emerson Cesar de Campos percebeu que aquela imagem do mineiro ornado com bananas “era a confirmação mais evidente de que ali existia e afluía um modo diferente da cidade se construir”, e que, segundo ele, “não coube ao presente realizar a promessa de um passado carvoeiro (2003, p. 133-148). No mesmo ano, François Hartog lançou na França a obra *Regimes de historicidade*, em que defendeu a tese de que, no último terço do século XX, o crescente distanciamento entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*, característico dos tempos modernos, como apontado por Koselleck (2006, p. 39), teria enfim chegado ao limite da ruptura, resultando na “experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico”. Em oposição à experiência de tempo *progressista* característica da modernidade, esta nova experiência *presentista* estaria marcada por uma expectativa simultaneamente fechada em um presente estagnado, e aberta para a mobilidade e a aceleração em direção a um futuro no mínimo ameaçador, do qual o movimento ambientalista, como aquele que decretou o fim da Carbonífera Próspera, seria sintomático. (HARTOG, 2014, p. 238-246).

Outro sintoma desta crise contemporânea do tempo, e ao qual Hartog dedica praticamente sua completa atenção, é a valorização das categorias de *memória* e *patrimônio*, da qual lhe serve de guia o projeto *Lieux de mémoire*, de Pierre Nora, que traça um panorama da onda de “patrimonialização” que se abateu sobre a Europa, a partir da década de 1970. Já em 1984, no primeiro dos setes volumes dos *Lugares de memória*, que seriam lançados até 1992, Nora diagnostica que, na contemporaneidade, a aceleração da História provocou uma ruptura do equilíbrio entre passado e futuro, um distanciamento cada vez maior entre uma memória verdadeira e integrada e os meros vestígios reconstruídos pela história das sociedades atuais, condenadas ao esquecimento. Para ele, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, e “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. (NORA, 1993, p. 7-8). Em 1999, Huyssen (2010, p. 9), chama a atenção para a necessidade de realização de estudos que explicassem histórica e fenomenologicamente o acontecimento político e cultural que ele designou por uma verdadeira “sedução pela memória”, que teria ocorrido a partir da década de 1980. Também dialogando com a ideia de *futuro-presente* de Koselleck, Huyssen utiliza o termo *passado-presente* para descrever esse deslocamento na experiência de tempo, marcado por “uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as

primeiras décadas da modernidade do século XX”. Quatro anos mais tarde, Hartog concluiria a citada obra que de certo modo atenderia às demandas apontadas por Huyssen.

Criciúma não ficou alheia a esta onda memorial. Ao mesmo tempo em que agricultores ambientalistas digladiavam contra operários mineiros o direito de preservar o que diziam ser um dos últimos mananciais de água limpa do município, um grupo composto por historiadores, artistas e arquitetos entrava na justiça contra a demolição da Casa do Ferroviário, tendo por justificativa seu valor enquanto patrimônio histórico, que também deveria ser preservado. Eles compunham a Comissão Técnica de Relatórios e Sugestões para o Tombamento de Bens Municipais, instituição ligada ao Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (Spham), órgão criado pela “Lei de proteção do patrimônio histórico, científico e natural do município”, de 13 de junho de 1985. Ainda que tal legislação existisse há exatamente dez anos, estudos apontam que foi a partir da destruição, em maio de 1995, daquele que “era o último resquício da presença da Ferrovia Teresa Cristina e do trem no centro da cidade” (CRUZ, 2001, p. 39), e do debate público então colocado, que houve o início de uma política efetiva de proteção ao Patrimônio Histórico em Criciúma (MONTEIRO, 2013, p. 9). Segundo Cruz (2011, p. 53), a partir deste episódio “a questão da preservação da memória da cidade começa a fazer parte do discurso de alguns políticos, algumas autoridades e entidades começam a se preocupar com a questão, e até a população coloca sua posição perante a história da cidade”.

Além da decisão judicial que condenou os responsáveis pela demolição da Casa do Ferroviário e determinou a sua “reconstrução”, a intensificação das atividades do Spham e da Comissão Técnica resultou na aprovação de novas leis de proteção ao patrimônio e na efetuação de tombamentos que passaram a assegurar oficialmente a preservação de uma série de imóveis e outros bens. (MONTEIRO, 2013). Agora, o patrimônio abandonado da Carbonífera Próspera, por exemplo, que já havia simbolizado o progresso e a crise do carvão, recebia uma nova atribuição de valor, o de lugar de memória. Nas proximidades do que havia sido o escritório central da empresa, a chaminé remanescente da sua antiga usina termelétrica, construída em 1943, foi tombada como Patrimônio Histórico Municipal em 2011, com a justificativa de que sua permanência “constitui-se como um grande indício da chegada da modernidade ao cenário da cidade”. (SPHAM, 2014, p. 7). No mesmo terreno onde os mineiros haviam acampado, também o complexo de construções que congregava as oficinas, as escolas técnicas, o clube recreativo e, inclusive, a sede do escritório central da empresa, foi citado em 2001 pela Comissão Técnica entre os bens de interesse público, com “necessidade urgente de tombamento”. Dois anos depois o conjunto figurou novamente

entre os imóveis “em processo de tombamento”, cujo pedido definitivo foi encaminhado no ano seguinte para a prefeitura, que acabou não o homologando. (SPHAM, 2014, p. 9-10).

Se seguirmos Huyssen e admitir uma sedução da história pela memória na atualidade, ao analisarmos a história de como a história de Criciúma foi preferencialmente contada, chegaremos à conclusão de que a mesma tem sido constantemente seduzida basicamente por duas memórias específicas: a da mineração e a da colonização – os dois projetos modernizadores constituintes da cidade. Para se ter ideia, dos vinte patrimônios históricos tombados municipalmente, pelo menos oito deles podem ser ligados diretamente à colonização italiana e seis à indústria carbonífera. (MONTEIRO, 2013, p. 10). No entanto, não é esta a prática que costuma preponderar na gestão de memórias feitas pelas últimas administrações municipais. Interpretando alguns monumentos da cidade, desde a construção do tímido *Monumento ao Imigrante* em 1966, passando pelo já comentado “rebaixamento” do *Monumento aos Homens do Carvão* em 1971, até a inauguração do imponente *Monumento da Colonização* em 1981, Nascimento (2012, p. 160) nos mostra como paulatinamente a *cidade carbonífera*, fundamentada na “mitologia do progresso”, deu lugar à *cidade das etnias*, “construída a partir da mitologia da união dos povos fundadores da cidade”.

Logicamente, a memória de Criciúma não é gerida apenas pelos seus governantes, mesmo que estes tenham a seu favor espaços privilegiados, tais como: a apoteose comemorativa do Centenário de Colonização em 1980; a realização anual da Quermesse de Tradição e Cultura ou da Festa das Etnias; a salvaguarda de um acervo de documentos bastante específico no Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez; as exposições do Museu Histórico e Geográfico Augusto Casagrande; ou da Casa do Ferroviário, transformada em memorial após a sua reconstrução. Para além disso, podemos traçar uma lista de outros lugares de usos da memória na cidade que não passam necessariamente pelo enquadramento oficial, onde se destacam a mídia; as obras bibliográficas de caráter memorial; o Criciúma Esporte Clube e; principalmente, a produção historiográfica acadêmica, feita sobretudo pelos professores ligados à Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). É plausível dizer que estes últimos, pela preferência que dão ao passado carbonífero, de certo modo rivalizam uma “guerra de memórias” com a administração pública, que por sua vez, como vimos, tem privilegiado o passado da imigração/colonização. É a presença destes profissionais na Comissão Técnica, ao lado de funcionários públicos, que ajuda também a explicar o aspecto híbrido do Spham, que acaba conseqüentemente redundando no descrito caráter misto das suas políticas de proteção.

Um inventário do Patrimônio Histórico elaborado entre os anos de 2001 e 2004 propõe o tombamento do “complexo da CSN”, no qual a maioria dos imóveis já se encontrava em ruim ou péssimo estado de conservação. Como o pedido de tombamento nunca foi atendido pela administração municipal, alguns imóveis de madeira hoje não existem mais. Mas aquele de alvenaria, que fora a sede principal da Carbonífera Próspera, apesar de também estar abandonado e entregue à ação de pichadores – alguns muito perspicazes, outros nem tanto – ainda continua lá, marcando o cotidiano do tempo histórico, em todos os seus graus e desdobramentos.

Referências

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMPOS, Emerson Cesar de. *Territórios deslizantes: recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002)*. 2003. Tese (Doutorado) – UFSC, Florianópolis, 2003.

CAROLA, Carlos Renato. A colonização e a mineração no Sul de Santa Catarina, Brasil: uma história de dois modelos econômicos de alto impacto socioambiental (1875-1946). In: KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Berço de (Org.). *História ambiental no Sul do Brasil: apropriações do mundo natural*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. In: GOULART FILHO, Alcides (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

_____. Progresso, tecnologia e insensibilidade socioambiental: a extração do carvão na primeira metade do século XX (1880-1950). In: CAROLA, Carlos Renato (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

CRUZ, Valéria Cristina da. *Ruínas de uma casa: lembranças dos moradores da Casa do Agente Ferroviário – Criciúma (SC) (1920-2001)*. 2001. Monografia (Pós-Graduação) – Unesc, Criciúma, 2001.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

MONTEIRO, Renato de Araújo. As legislações de proteção ao Patrimônio Histórico e os tombamentos municipais em Criciúma/SC. In: SIMPÓSIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTA CATARINA, 1., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2013.

NASCIMENTO, Dorval do. Agricultura e mineração na formação do espaço urbano de Criciúma. In: GOULART FILHO, Alcides (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

_____. *Faces da urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)*. São Luís: Café & Lápis; Criciúma: Ediunesc, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RABELO, Giani. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: GOULART FILHO, Alcides (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

SPHAM. *A defesa da Rua General Osvaldo Pinto da Veiga enquanto Patrimônio Histórico de Criciúma/SC*, Agosto de 2014. [Arquivo do Spahm].

_____. *Histórico/Inventário da CSN*, 2004. [Arquivo do Spahm].

Temas gerais da imigração

Manuel Oribe e o governo do Cerrito: os planos para a colonização do espaço platino no século XIX

Arthur Engster Varreira

Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Carlos Eduardo Piassini

Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Dra. Maria Medianeira Padoin

Programa de Pós-Graduação História – UFSM

Ao longo do século XIX, a Europa viveu um período de transformações, novos ideais surgiam nas flâmulas dos nacionalismos e do liberalismo, que tomavam o continente e colocavam em vista os últimos dias das reminiscências do *Antigo Regime*. Entretanto, esses novos ideais não foram bem-vindos a todos. Ao largo da Península Itálica, por exemplo, nos vários Estados ali estruturados, durante o Congresso de Viena (1814-1815), não demorou para que se pudesse observar o seguimento de uma inclinação crescente ao ideal de uma Itália unida e, nesse sentido, avessos as decisões impostas pelas grandes nações europeias pelo referido Congresso; tomaram forma distintos movimentos pela unificação da península. Entre esses movimentos, alguns que apresentavam um maior caráter liberal e/ou pretensões republicanas não demoraram a atrair para si a aversão de determinados grupos político-sociais pautados no espírito restaurador absolutista do período. (CAPUANO, 1999).

Aos grupos tomados por “revolucionários” então, couberam as revoluções. Assim, nos anos da primeira metade do século XIX, por todo o Velho Mundo e, notavelmente, ao largo dos territórios italianos, mesmo frente a uma notável oposição por parte dos grupos restauradores, principalmente entre os intelectuais e as classes mais liberais, o clamor das *Revoluções Liberais* não demorou a encontrar respaldo. Não que a classes mais conservadoras fossem com boa vontade ceder-lhes o *status* que a tanto mantinham, pelo contrário, reagiram. E reagiram com força. Os liberais passaram a ser perseguidos, as revoluções malograram e o apoio popular esperado não veio como se supunha. A consequente dispersão desses grupos não demorou a acontecer, pelo menos em um primeiro momento, e seus membros, agora desterrados, logo procuraram em seus compatriotas, de terra e ideais, não apenas segurança, mas também um lugar no qual esperavam poder manter vivos os ideais liberais. (SCHEIDT, 2008).

Nesse sentido, boa parte dos imigrantes oriundos da Península Itálica, dos quais podia-se notar presença na Região Platina, ainda na primeira metade do já referido século, constituía-se de refugiados políticos, fugidos das Guerras Napoleônicas e da

repressão sofrida em suas terras originárias (SCHEIDT, 2008). Aqui entender-se-á *espaço fronteiroço platino* segundo o conceito tratado por Padoin (2001), no qual tem-se um espaço constituído através de relações sociais e econômicas, com caráter regional, onde circularam homens, ideias, culturas e mercadorias. Não estando associado diretamente a delimitações físicas e políticas, característica que, segundo Kühn (2006), é inerente à Fronteira, pois enquanto território de circulação de pessoas e mercadorias, ela não deve ser confundida com o limite político, definido pelos tratados internacionais. Logo, tem-se a figura de um espaço dinâmico e mutável.

Compreendendo um território equivalente à atual área de Buenos Aires e às províncias litorâneas da Bacia do Prata, bem como ao território atual do Uruguai e da região da Campanha do Rio Grande do Sul, as relações construídas nesta região permitiram a circulação e a troca de ideias, bem como a consciência de autonomia política, de liberdade e de proteção, elementos fundamentais para a difusão de diversos ideais, durante o conturbado período de construção dos Estados Nacionais. (PADOIN, 2001).

Esse cenário fronteiroço configurou o panorama de fundo no qual, logo nos primeiros anos após a independência das antigas colônias iberas, desenrolou-se uma série de conflitos, que, segundo Chiaramonte (2005), envolveram os Estados platinos em construção, pois empreendiam uma luta dupla pela independência; afinal, ao mesmo tempo em que enfrentavam pretensões externas, como incursões espanholas pela retomada de suas antigas colônias, também sofriam abalos internos, decorrentes de lutas pela supremacia regional levada a cabo por alguns territórios, que buscavam sobre sua égide o controle total da região. E esses conflitos, em si, contaram com a participação de muitos daqueles refugiados italianos que, por meio de uma participação mais ou menos ativa ao longo dos mesmos, buscaram lutar por aqueles ideais que, embora não houvessem encontrado êxito na Europa, haviam encontrado terreno fértil nas terras fronteiriças à Região Platina. (SCHEIDT, 2008).

Talvez o mais notável desses embates tenha sido aquele que viria a se chamar *Guerra Grande* (1839-1852), levado a cabo, como coloca Pombo (1918), pelas severas prevenções existentes entre as repúblicas argentinas e o Estado Oriental. O conflito pode ser definido através de diversos ângulos, como coloca Barran,

[...] há sido definida como la lucha internacional entre la América española y la Europa industrial; pugna rio-platense, entre tendencias nacionalistas y autoritárias enfrentadas com tendencias extranjerizantes y liberales; entre federales y unitarios en Argentina; blancos y colorados en el Estado Oriental; intentos hegemónicos tendientes a la reconstrucción del virreinato de Buenos Aires, y combate por sobrevivir del Uruguay y Paraguay. [...] Lo que comenzó por ser un conflicto de bandos entre Oribe y Rivera en el Estado

Oriental, se transformó con la caída de Oribe (octubre de 1838) en guerra internacional. (BARRAN, 1979, p. 5).¹

Portanto, este conflito envolveu diversos Estados e adquiriu, assim, caráter internacional, envolvendo Buenos Aires, Corrientes, Santa Fé, Montevidéu, Entre Rios e o Paraguai, assim como o Brasil, a França e a Inglaterra. De forma geral, dentre as motivações dos envolvidos, podemos citar os fortes interesses econômicos, a existência de planos expansionistas, e a defesa da autonomia e independência para alguns deles. (BARRAN, 1979; BETTEL, 1991).

Figurando entre alguns dos principais personagens, encontramos o general, líder do partido *Blaco*, Manuel Oribe. Considerado herói da independência uruguaia, eleito como o segundo presidente do país, em 1835 o general passaria a chefiar reformas no sistema educacional: fundou a Universidade Nacional de Montevidéu; iniciou o planejamento para reformas sociais, numa espécie de intuito civilizador da população uruguaia; buscou atrair para o Estado Oriental aqueles intelectuais (médicos, professores, artistas, etc.) que buscavam refúgio, vindos de diversas regiões da Península Itálica. (ABADIE; ROMERO, 2000, p. 141).

Os atritos entre Oribe e seus *blancos* com Fructuoso Rivera, líder do partido *colorado* e que fora primeiro presidente do país (segundo a sua separação do Império do Brasil em 1830), passaram a crescer de maneira temerária e, finalmente, em 1836, houve um levante que tomou a capital do país e depôs Oribe, que buscou refúgio na Federação Argentina de Manuel Rosas. Este último, uma vez que alimentava para si a ambição de reformar o antigo Vice-Reino do Prata, aos moldes da antiga Liga dos Povos Livres, decidiu fornecer a Oribe os recursos necessários para um contra-ataque e, em 1839, exércitos portenhos comandados pelo general marcharam sobre o território uruguaio.

Em um primeiro momento, os exércitos argentinos conseguiram aliciar partidários dentro do território oriental, e a conquista do país foi relativamente rápida. Segundo Barran (1979), a partir de 1843, todo o território do atual Uruguai estava sob o controle direto de Oribe, com exceção de Montevidéu, que permaneceria, sobre o controle dos *colorados*, sitiado pelos nove anos seguintes. A resistência da capital foi possível, sobretudo, graças à saída para o mar, por onde recebia víveres, mercadorias, dinheiro e rendas para sua aduana. Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha, defendendo interesses

¹ [...] tem sido definida como a luta internacional entre a América espanhola e a Europa industrial; conflito rio-platense, entre tendências nacionalistas e autoritárias contra tendências favoráveis a formas estrangeiras e liberais; entre federalistas e unitários na Argentina; blancos e colorados no Estado Oriental; tentativas hegemônicas de reconstrução do vice-reinado de Buenos Aires, e o combate por sua sobrevivência do Uruguai e do Paraguai. [...] O que começou como um conflito de bandos entre Oribe e Rivera no Estado Oriental, se transformou após Oribe cair (outubro de 1838) em uma guerra internacional. (Tradução nossa).

próprios, impediu Buenos Aires de bloquear o porto de Montevideu de maneira efetiva, evitando um cerco em duas frentes. O grupo *colorado*, em Montevideu, sob a liderança de Rivera, ficou rapidamente dependente da Europa, tanto demográfica, como militar e financeiramente. Por sua vez, o grupo dos *blancos*, controlou a campanha do Estado Oriental e estabeleceu a sede de um governo próprio nos atuais bairros monteviduanos *Unión Cerrito*, no que viria a ser conhecido como *Governo do Cerrito*. O apoio de Rosas ao Cerrito se deu na oferta de soldados e ajuda financeira, no compartilhamento do ideal de uma forte independência americana das potências europeias, contra as perigosas intervenções da França e do Reino Unido, em apoio ao *Governo da Defesa* que controlava a capital. Do Cerrito, Oribe exercia a presidência factual do país, e contava com todas as instâncias das instituições governamentais. (BARRAN, 1979).

De volta ao poder, pelo menos da maior parte, da República Oriental, Oribe voltava as atenções para uma das grandes questões da política nacional, bem sintetizada por Mateo de Mello (1948), na primeira de suas obras relativas ao *El gobierno del Cerrito*, na qual coloca que,

desde los primeros tiempos de la vida constitucional, el pensamiento de aumentar la población del país y la explotación de sus riquezas por medio del establecimiento de colonias extranjeras protegidas por el Estado fue acariciado por muchos hombres de Gobierno [...] como solución a los problemas planteados a la economía del país por la escasísima densidad de la población. (MELLO, 1948, p. 339).²

Dessa forma, embora possuísse temores quanto à viabilidade de certas empreitadas coloniais, como expressa em carta ao General Servando Gómez, de 23 de maio de 1845, comentando que “cuando colonias son plantadas como por milagro, los inconvenientes se multiplican em su próprio daño, cuando no es em geral dela República”³ (MELLO, 1948, p. 340). A crescente necessidade de atitudes efetivas pelo crescimento do país fez com que não lhe escapasse a importância de realizar projetos relativos a esse meio.

De fato, um vasto acervo de cartas (MELLO, 1948) trocadas entre Oribe e pessoas diretamente vinculadas a seu governo no Cerrito, bem como a seus Comandantes Gerais de Província, cargo relativo ao governo dos departamentos do país que fora atribuído a altos militares, com o fim de garantir um domínio mais efetivo sobre as

² Desde os primeiros tempos da vida constitucional, a intenção de aumentar a população do país e a exploração de suas riquezas, por meio do estabelecimento de colônias de estrangeiros protegidas pelo Estado, foi acalentada por muitos homens do governo [...] como solução aos problemas relacionados à economia do país em vista da baixa densidade populacional. (Tradução nossa).

³ Quando colônias surgem como que por milagre, os inconvenientes se multiplicam em dano próprio, quando não, em geral, à República. (Tradução nossa).

regiões uruguaias sobre controle *blanco*, parece demonstrar uma gradual aceitação do presidente a esse ideal colonial nos anos seguintes. Muito provavelmente os temores iniciais acabaram por ser superados ante a perspectiva de uma vitória iminente sobre os *colorados* ou, como já citado, às necessidades econômicas de um país em guerra. Nada que até o momento possa ser afirmado com certeza. Porém tornou-se claro que, à medida que propostas e projetos lhe eram enviados por seus partidários, muitos passaram a chamar a atenção do presidente. Alguns eram projetos com grande perspectiva funcional, que pretendiam uma redistribuição de terras nas regiões de grandes latifúndios, povoar regiões dadas como desabitadas ou melhorar a produtividade de regiões já com alguma expressividade produtiva.

Um desses primeiros projetos seria oriundo da província de Salto, no Noroeste do país, tendo sido elaborado pelo próprio Comandante General da província, Diego Eugênio Lamas, que organizou um plano de colonização bem-elaborado, visando à expansão da produção agropecuária na região da Campanha norte do país e afirmação da soberania nacional na região, seguindo a linha do direito do *Uti Possideits*.⁴ (PICCOLO, 1991).

As correspondências, trocadas entre Lamas e o chefe do Cerrito, a partir de 1846, indicam que a maior parte das terras agriculturáveis da região pertencia a grandes latifundiários gaúchos, cujas terras avançavam território uruguaio adentro, enquanto a pequena população uruguaia na região vivia em um estado de indigência. Em favor do direito uruguaio sobre as terras, da produtividade da região e das populações locais, a principal proposta elaborada consistia na compra e redistribuição das terras brasileiras às famílias uruguaias e a criação de colônias para imigrantes, – à época, consideravam-se os alemães ou italianos como a melhor opção –, diminuindo a influência brasileira na região e contribuindo para a legitimação da fronteira do Estado Oriental. (GOLIN, 2004).

Agora, seguindo no panorama das temáticas relativas à imigração europeia para o Estado Oriental, podemos observar também a participação da Comissão para Imigração e Colonização liderada por Atanasio de la Cruz Aguirre, que contou também com a participação do eminente jurista Eduardo Acevedo que, com Lucas Moreno, organizara em 1851 – em uma perspectiva contrastante a das propostas anteriores, estas voltadas as áreas da fronteira – um planejamento para a organização de colônias em regiões mais centrais, objetivando “urbanizar e civilizar” regiões mais populosas, notavelmente o departamento de Colônia, aonde o foco deveria ser organizado entorno de populações ou itálicas ou alemãs, por razões “protecionistas”, como coloca o próprio Moreno,

⁴ Princípio do direito internacional advindo do Direito Romano, originário da expressão latina *utipossideti, ita possideatis*. Algo no sentido de “aquele que detém a terra, que a possui”.

referindo-se ao fato de que “[...] la misma falta de unidad en aquella nación, es una garantía para nosotros”.⁵ (MELLO, 1948, p. 343).

Nesse mesmo período, ambos os organizadores do projeto anterior se postaram fortemente contra uma série de projetos organizados pelo governo francês, que, após retirarem seu apoio à Defesa, voltaram-se ao Cerrito, em busca de oportunidades, notoriamente apresentadas por meio de uma série de propostas para a criação de colônias francas no território uruguaio. Segundo eles, elas representavam uma ameaça à independência real das nações americanas, uma vez que implantavam, no interior das mesmas, o imperialismo europeu, representado nos colonos oriundos dessas nações, nas quais aqueles ideais nacionalistas já citados começavam a amearhar grande força entre as populações regionais. Os projetos franceses foram amplamente rejeitados pelos *blancos*, e as demais propostas do governo de Napoleão III passaram a ser ignoradas. Quanto aos projetos relativos aos alemães e italianos pouco se fez; o governo de Oribe seria derrubado poucos meses depois do início do projeto, em 1851, graças à intervenção brasileira na guerra. (NAHUM, 2003). O progresso de nove anos de cerco a Montevideú ruiu em meses; Oribe foi forçado a se retirar da vida política, e o Cerrito o seguiu.

Homens como Lamas, Acevedo e Aguirre foram retirados de seus postos e, em um primeiro momento, os projetos longamente tratados ao largo de cinco anos foram abandonados. Em anos futuros, homens dos governos que se seguiram, tais como Bernardo Berro e Gabriel Pereira, trariam muitos dos antigos planos novamente a papéis centrais, uma vez que a manutenção da fronteira e maior disponibilidade de mão de obra em anos futuros se tornaram necessidades que não podiam mais ser negligenciadas. (MELLO, 1948).

Ainda assim, um notável empreendimento do Cerrito sobreviveu: a Colônia de Santa-Inês, localizada em Santos Lugares, na região de Puerto Pedras. O projeto teve a iniciativa da Companhia de Colonização de Lasala e Curbelo, em 1843, tendo sido assentadas as bases para a mesma no ano seguinte. Menos de dois anos depois de sua fundação, em meados de 1846, a participação ativa de Jaime Legris no projeto, cedendo empréstimos e materiais necessários para a expansão da colônia, devido a problemas financeiros e revezes por parte de seus idealizadores, fez com que ele logo se tornasse sócio da empreitada.

Em 1848, a colônia já possuía mais de 500 colonos e se mostrava altamente produtiva, crescendo rapidamente em tamanho e população. (MELLO, 1948, p. 345). Tal prosperidade chamou a atenção do governo no Cerrito, e o presidente Oribe passou, a partir de 1849, a apoiar e financiar a colônia, tornando o fomento à expansão agrícola

⁵ [...] a falta de unidade daquela nação é uma garantia para nós. (Tradução nossa).

uma prioridade na região. Mesmo após 1851, a colônia se manteve em funcionamento devido, em grande parte, ao progresso agrário que já havia atingido maior desenvolvimento, de maneira a se tornar autossustentável e também manter uma forte expansão agrícola na região.

Assim, ao longo dessa pequena revisão, realizada sobre os principais ideais e intentos colonizadores do governo *blanco*, fica claro que, planos de governo fundamentados em empreendimentos coloniais, embora tenham assumido papel essencial nas políticas do governo, estiveram demasiadamente atados a seus idealizadores, fazendo com que a queda destes representasse a sua própria, uma vez que os primeiros anos da década de 1850, viram a ascensão de um governo *colorado* que dominaria o cenário político uruguaio, na década seguinte.

Referências

ABADIE, Washington Reyes; ROMERO, Andrés Vázquez. *Crónica general del Uruguay: el estado oriental*. Montevidéo: Banda Oriental, 2000. v. 4.

BARRAN, Jose Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay Pastoril y caudillesco: 1839-1875*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1979 (Historia Uruguaya, 4).

BETHEL, Leslie. *História de América Latina – América Latina independente, 1820-1870*. Trad. de Àngels Solá. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. t. 6.

CAPUANO, Yvonne. *De sonhos e utopias...* Anita e Giuseppe Garibaldi. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

CHIARAMONTE, J. C. Estado y poder regional: las expresiones del poder regional, análisis de casos. In: GRIJALVA, M. M.; VÁZQUEZ, J. Z. (Org.). *La construcción de las naciones latinoamericanas*. Espanha: Unesco, 2005. v. 6.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2004. v. 2.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. 2006. 479 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2006.

MELLO, Mateo J. Magariños. *El gobierno del Cerrito: poder ejecutivo*. Montevidéo: El Siglo Ilustrado, 1948.

NAHUM, Benjamin. *Breve história del Uruguay independiente*. Montevidéo: Banda Oriental, 2003.

PADOIN, M. M. Tito Lívio Zambeccari: a produção historiográfica brasileira e platina (uma síntese). In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 21., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: 2001.

PICCOLO, Helga L. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1918.

SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina (1727-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

Migrações sazonais no Litoral gaúcho: o caso de Arroio do Sal e as políticas de inclusão

Dilnei Abel Daros

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dr. Roberto Radünz

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de
Caxias do Sul (UCS). Professor e pesquisador na Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc

I – População migrante e sazonalidade produtiva

O Litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul, com seus 120 km, possui algumas características peculiares a essa região do País. Geograficamente para o leste, possui uma vastidão de terras arenosas com mar aberto, ou seja, não possui enseadas, baías ou braços de mar que entram pelo interior do continente, como em outros estados no Brasil. A delimitação desse domínio morfoclimático acontece no norte, com o rio Mampituba, no Município de Torres, e no sul, com o rio Tramandaí, no Município de mesmo nome. Para o lado oeste, o complexo de lagoas se estende desde as proximidades do oceano até o início das terras da Serra Geral.

Historicamente, é uma região que, desde os primeiros proprietários, voltou-se à economia da agropecuária, em especial da pecuária nas grandes estâncias, sendo que a exploração econômica e turística da orla marítima chegou mais tarde. Naturalmente, a região demonstrou ter o viés de exploração do turismo, ao contrário de outras regiões voltadas às práticas da indústria, em todas as suas ramificações.

O Município de Arroio do Sal está localizado no Litoral norte do Rio Grande do Sul, com uma área de 121 km² e uma orla marítima de 27 quilômetros de extensão. A ocupação da região, onde hoje se encontra o município, abrange um período que vai de 3.660 anos antes do presente até o início da ocupação europeia, nos séculos XVIII e XIX (ROGGE; SCHMITZ, 2010, p. 167), conforme comprovam os 61 sítios arqueológicos localizados naquela área, entre outubro de 2006 e outubro de 2010, com características de povos concheiros pré-cerâmicos e sítios superficiais com cerâmica Taquara e Tupi-Guarani. As primeiras comunidades a instalarem-se naquela área, no findar do século XVIII, não tinham o costume de ir até o mar, devido à distância de 6 km e ao difícil acesso, sendo a área que margeia a Lagoa Itapeva o local mais propício para fixarem residências e praticarem cultivo agrícola, criação do gado e pesca de água doce.

O quadro de ocupação demográfica se modifica no século XX, com a transformação do Litoral gaúcho em área de turismo. Com o advento da Segunda Guerra Mundial e a escassez de sal na região, muitos habitantes passaram a deslocar-se até o mar, permanecendo às margens do arroio durante os períodos em que ferviam a

água do mar para a retirada do sal, arroio que, também durante décadas, serviu de local para as “lavadeiras do arroio” praticarem suas tarefas diárias à beira do referido local que, atualmente, corta a cidade e chama-se Arroio do Sal.

Sua população em 2010 era de 7.740 segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo distribuídas em 3.832 homens – 49,5% e 3.912 mulheres – 50,5%. Em termos de ocupação populacional, o município é dominado pela população urbana com 97% e a rural com 3%.

Uma das características mais proeminentes de Arroio do Sal é sofrer com a sazonalidade, ou seja, durante os períodos de veraneio, sua população recebe milhares de veranistas, população transitória (ROGGE; SCHMITZ, 2010, p. 197), que, durante um curto espaço de tempo, transforma todo o seu contexto de maneira profunda e, após o final deste ciclo, retoma seu cotidiano tradicional.

A população de Arroio do Sal, nos dias atuais, é formada em sua maioria por famílias que vieram em busca de trabalho durante a temporada de veraneio e acabaram fixando-se após o término da referida época do ano. Alguns, por escolherem o local em virtude de seu clima ameno e de sua qualidade de vida, comparada aos grandes centros urbanos e outros pelo próprio fracasso dos negócios, durante o período de verão, optaram por permanecer mais alguns meses e acabam ficando. Além dos estrangeiros carinhosamente chamados de “paraquedistas” pelos moradores mais antigos, também existem as famílias nativas “marisqueiros”, assim denominados desde os primeiros habitantes da região, pelo hábito de dirigir-se até a orla para mariscar.

Nos últimos anos, a população que permanece, após o final da temporada, aumentou consideravelmente. A construção civil que permanece ativa durante o ano todo ainda é o segmento que mais absorve mão de obra não qualificada. Muitos cidadãos de outras cidades do Rio Grande do Sul escolhem o município para residir após aposentadoria e, com isso, também outros membros da família acabam por fixar-se no local, colocando negócios diversos, como comércio varejista, comércio de imóveis, paisagismo, materiais de construção e alimentação. É uma sociedade pequena, porém plural, pois absorve cidadãos de várias regiões do estado, em contextos sociais distintos.

Atualmente, o maior atrativo econômico na região para seus moradores é a exploração do turismo de verão, que se relaciona ao fluxo de veranistas que se deslocam para a região nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Observa-se que é um curto período em que os moradores estão ocupados em atender grande demanda populacional que para lá se dirige. Com o desenvolvimento da atividade turística, outras foram se desenvolvendo paralelamente e foram se estruturando para além do período de safra veranista.

No caso do Município de Arroio do Sal, que é o maior município em quilômetros de orla marítima no Litoral norte do RS, com 27 km, essas outras atividades mencionadas anteriormente se pulverizaram em estabelecimentos comerciais, restaurantes, hotéis e com grande força também na construção civil, concentrando um grande número de trabalhadores.

A presença de grandes indústrias é incipiente e um forte motivo para isso decorre da situação geográfica própria da região e da característica de um ambiente natural sensível. Esse quadro exige um padrão de cuidados maiores para o estabelecimento de determinadas empresas que, em outros locais, não teriam que sujeitar-se a grandes adaptações de suas estruturas, em favor do meio ambiente onde se instalam.

O efeito da sazonalidade, que influencia diretamente a questão de empregabilidade de Arroio do Sal, produz sujeitos que buscam sobreviver, no sentido de saciar suas necessidades básicas, que envolvem habitação, alimentação, vestuário, colocando a educação em plano secundário. Esse foco determinante da vida desse indivíduo faz com que os estudos, fora da idade escolar, seja um dos grandes desafios públicos. O município possui uma grande extensão territorial, e sua população está distribuída em vários balneários, que não eram atendidos pelos programas de educação para jovens e adultos. Diante disso, o governo municipal, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, buscou parcerias em programas disponibilizados pelo Ministério da Educação e com representantes, no caso específico o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Caxias, com o objetivo de atender jovens e adultos que buscavam aprimoramento. Desse movimento surgiu, em Arroio do Sal, o Programa de Ensino de Jovens e Adultos / Formação Integral Continuada (Proeja-FIC), que foi instalado em 2010 para atender essa demanda de sujeitos, sem formação básica.

II – O educando do Proeja-FIC: múltiplas apartações

Geralmente, alinhado a suprir necessidades de mercado do trabalho, o sujeito, foco central dos programas, é deixado de lado. Estigmatizado socialmente, como excluído de processos sociais e políticos deste País, orbita em um contexto social paralelo, em que pessoas que não estudam, ou que não concluíram estudos, são consideradas inferiores.

Esta modalidade de ensino, mesmo com todos os avanços que aconteceram nos últimos anos, em especial após o início da abertura política no meio da década de 80, ainda exhibe uma lacuna grande a ser preenchida. Questões relativas à formação do cidadão, de um sujeito com criticidade e espírito propositivo, não aparecem na maioria das experiências concretas dessa modalidade de ensino. Ciavatta e Rummert (2010) fazem uma crítica àquilo que as autoras chamam de “escola dos subalternizados”.

Valendo-se de intelectuais, como Gramsci e Thompson, analisam a educação, em especial voltada a jovens e adultos, como um instrumento que importa aos governos. Ao falarem dos alunos do EJA, indicam o “fracasso humano como sensação”. Aliás, essa ideia de fracasso humano, como sensação do aluno do EJA, é uma recorrência das abordagens a respeito dessa modalidade. Silva, Costa e Rosa (2011, p. 159) corroboram essa sensação mediante uma série de entrevistas feitas, concluindo que os alunos “culpam a si mesmos pelo fracasso na escola e acreditam que, por isso, é natural que ocupem na sociedade patamares mais precários de existência”. Esse aluno, precarizado pelo senso comum e pela sua própria identidade, é objeto dos programas de formação como o EJA e o Certific.

O próprio documento-base do Proeja reconhece as lacunas da educação no Brasil.

Assim, mais tarde esses jovens retornam via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente a baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural. A EJA, em síntese trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para a grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (BRASIL, 2006, p. 6).

Os educandos, fruto da experiência do Proeja-FIC, em Arroio do Sal, em boa medida se enquadram nessa descrição, como subempregados e trabalhadores informais, que podem ser descritos como emblemáticos representantes das múltiplas apartações da sociedade brasileira.

Para esses sujeitos que aprenderam com olhares diferentes enxergar a escola pela ótica da exclusão, é necessário um método que os acorde socialmente, um produtores de saberes até então não reconhecidos, nem por eles mesmos, como menciona Xavier no documento-base do Proeja (BRASIL, 2007, p. 41): “Esses jovens e adultos, ao longo da vida, foram aprendendo a ser alunos, posto que não nascem alunos, produzem-se na cultura escolar e são também dela produtores”.

Um ponto importante observado nesta pesquisa, que teve como objetivo central identificar elementos positivos dentro da modalidade de educação de jovens e adultos, aplicada no Proeja-FIC de Arroio do Sal, foi a utilização das histórias dos educandos, pela aplicação da pesquisa socioantropológica. A referência de conhecimento gerada pela pesquisa permitiu um aprendizado significativo nas aulas de História. A possibilidade de ocorrer um aprendizado, que pudesse trazer, juntamente com os

conteúdos oficiais da grade curricular, um elemento agregador de incentivo e de sentido aos frequentadores das duas turmas, que ali estiveram foi importante. Esse elemento foi justamente o uso de seus saberes acumulados, durante sua trajetória e que foram identificados durante as entrevistas nas quais se aplicou o questionário socioantropológico, ferramenta-base para a criação da rede temática usada durante todo o desenvolvimento do Proeja-FIC Arroio do Sal.

As turmas utilizadas nessa experiência foram duas, pois as vagas oferecidas e o espaço físico comportavam apenas 20 alunos por grupo. Em virtude do número de alunos frequentadores e da metodologia aplicada ser a mesma, os educandos dos dois grupos serão referidos como uma turma única, salientando, quando necessário, as referências das turmas. As turmas iniciaram com intervalos de um semestre entre cada uma, sendo que a primeira turma iniciou seus estudos no primeiro semestre de 2011 e a segunda no semestre seguinte. As turmas de Arroio do Sal, ao contrário do que ocorre em grande parte das instituições que oferecem a modalidade de EJA, possuía um percentual maior daqueles enquadrados na faixa etária identificada como de adultos e não de adolescentes. Estando, portanto, fora da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos, conforme menciona Zanandrea (2014) em sintonia com Andrade (2004) e Charlot (2000), em referência ao movimento/contexto que apresenta o fenômeno da chegada de sujeitos, cada vez mais jovens na modalidade acima referida,

resultante do desenvolvimento de uma combinação de diferentes fatores, em que estão envolvidas desde questões do próprio ambiente escolar, do histórico dos educandos e, principalmente, a elaboração de políticas públicas que favoreçam aos jovens a entrada antecipada nessa modalidade. (ZANANDREA, 2014, p. 50).

Entretanto, esses sujeitos fazem parte de uma grande demanda de cidadãos que se dirige anualmente para cidades do Litoral norte do Rio Grande do Sul, em decorrência direta da questão econômica, que envolve também o deslocamento de milhares de pessoas para a orla marítima, nos meses de veraneio, que se estabelece entre dezembro e fevereiro de cada ano.

A identificação desse elemento, ligado à faixa etária dos frequentadores desse Proeja especificamente, é pertinente, pois vincula os deslocamentos de famílias para essa região, compostas de adultos que, em seus locais de origem, não tiveram a possibilidade de estudar e, chegando ao Litoral, encontram locais para matricularem seus filhos, enquanto continuam trabalhando inicialmente em funções ligadas ao período do veraneio. A possibilidade de retornar aos estudos desses sujeitos, agora moradores do Litoral norte, possibilitou o acesso a um direito antes não atingido.

O Proeja-FIC de Arroio do Sal foi instalado em uma escola na parte sul do município, no balneário Bom Jesus, distante 10 km da sede. Como os alunos eram provenientes de variadas partes do município, muitos deles utilizavam até quatro ônibus (ida e volta) para deslocarem-se ao local de estudo.

É importante lembrar que o público dessa experiência estava em média há mais de 30 anos fora da escola e que sua idade também, em média, estava na faixa dos 45 anos. Donas de casa, trabalhadores da construção civil (pedreiros, serventes, pintores) cozinheiras, funcionários de comércios na grande maioria.

Além do fator deslocamento, o cansaço físico, em consequência de suas atividades e da jornada de trabalho, era outro fator enfrentado pelos indivíduos que frequentaram durante noites esse projeto. Os educandos precisavam sair do local de trabalho, deslocar-se para casa e depois ir para a escola, em função de pegar seus materiais, fazer sua higiene e também olhar sua família.

Outro elemento desafiador para esses alunos era a questão das horas trabalhadas a menos no local de trabalho, em função de saírem mais cedo para chegarem ao local de estudos, o que geralmente acarretava certo desconforto do empregador e também um somatório de horas que precisavam ser pagas em finais de semana, ou mesmo descontadas, levando o educando muitas vezes a questionar-se sobre a importância de retornar aos bancos escolares ou permanecer somente trabalhando, sem concluir ou buscar aprofundar seus estudos.

O Proeja-FIC Arroio do Sal e seu método

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que foi aplicado a jovens e adultos atendidos pela rede municipal de educação daquele município do Litoral norte, tem algumas peculiaridades. Dentre elas destaca-se o fato de ter atendido sujeitos cuja maioria é oriunda de outras regiões do estado e do País. Essas pessoas se dirigiram para aquela localidade em algum momento de sua trajetória de vida, buscando, através da economia de sazonalidade, que é característica na região, melhor qualidade de vida. O programa aqui descrito também buscou não apenas atender a conclusão do Ensino Fundamental, bem como certificar saberes técnicos na área da gastronomia, que poderiam ser utilizados em restaurantes, bares e na rede hoteleira, bem como de maneira autônoma qualificar e oportunizar meios de sobrevivência, após o período de veraneio. Outro aspecto de extrema importância foi o método utilizado durante as aulas, que levou em consideração a historicidade de cada sujeito, sua bagagem de vida, que foi analisada por meio de questionário socioantropológico aplicado durante entrevista prévia. O

Proeja-FIC de Arroio do Sal procurou manter sua linha estabelecida dentro do texto-base (2006), que orientou as propostas de trabalho dessa experiência.

O texto-base (2006) conceitua a modalidade descrevendo de maneira muito significativa que “implica um modo próprio de fazer a educação, indicando que as características dos sujeitos jovens e adultos, seus saberes e experiências do estar no mundo, são guias para a formulação de propostas curriculares político-pedagógicas de atendimento”.

O documento-base também elenca princípios que embasam sua atuação, de acordo com os teóricos ligados à EJA, utilizados pelo primeiro grupo condutor dos escritos desse programa. Dentro desses princípios referidos anteriormente, alguns estiveram em sintonia ou puderam ser identificados como importantes dentro do Proeja-FIC de Arroio do Sal.

O **primeiro princípio** diz respeito ao papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a inclusão da população em suas ofertas educacionais. O princípio surge da constatação de que os jovens e adultos que não concluíram a educação básica em sua faixa etária regular têm tido pouco acesso a essas redes. Assim, um princípio dessa política — a inclusão — precisa ser compreendido não apenas pelo acesso dos ausentes do direito à escola, mas questionando também as formas como essa inclusão tem sido feita, muitas vezes promovendo e produzindo exclusões dentro do sistema, quando não assegura a permanência e o sucesso dos alunos nas unidades escolares.

Conforme mencionado anteriormente, os princípios, que estiveram em sintonia com o ao programa aplicado naquele município do Litoral norte do RS, serão aqui nomeados e justificados com base na operacionalização e no andamento daquele local.

O primeiro princípio, que faz menção à “inclusão da população em suas ofertas educacionais”, esteve em conformidade com o que está no texto-base (2006), pois atendeu a demanda local naquele período, abrindo um espaço escolar didático-pedagógico específico antes não existente.

O **quarto princípio** compreende o trabalho como princípio educativo. A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho — ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem.

O quarto princípio “trabalho como princípio educativo”, no caso específico de Arroio do Sal, o programa observou as tendências locais na área profissional e fez-se a adequação, para que os sujeitos interessados estivessem no ambiente que poderia

acrescentar e qualificar os seus saberes profissionais, dos quais eram instrumentos para sua sobrevivência individual e familiar.

O **quinto princípio** define a pesquisa como fundamento da formação do sujeito contemplado nessa política, por compreendê-la como modo de produzir conhecimentos e fazer avançar a compreensão da realidade, além de contribuir para a construção da autonomia intelectual desses sujeitos/educandos.

A “pesquisa como fundamento de formação”, que é o quinto princípio, esteve presente nos espaços de elaboração das historicidades, nas reflexões e análises de suas narrativas históricas e também em seus desdobramentos nos locais de trabalho e moradia, onde os alunos estavam inseridos.

O **sexto princípio** considera as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. Nesse sentido, outras categorias para além da de “trabalhadores”, devem ser consideradas pelo fato de serem elas constituintes das identidades e não se separarem, nem se dissociarem dos modos de ser e estar no mundo de jovens e adultos.

E, por fim, o sexto princípio, que consta no texto base (2006), faz menção às “condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais”, estiver diretamente ligado à base de formação da rede temática e de seus elementos desencadeadores, através do uso da pesquisa socioantropológica.

Com a abertura das turmas de EJA dentro do Proeja-FIC e com o grupo de educadores que iriam trabalhar com essa modalidade e método, fazendo uma formação continuada paralela, colocou-se o projeto em prática e consistiu em alguns passos que se destacaram. Inicialmente, cada aluno/educando foi entrevistado e respondeu a um questionário socioantropológico, que passou a ter teor muito valioso para o método que foi ali aplicado, que esteve vinculado à educação popular de Paulo Freire, em sua base. Fazer a análise das filmagens e entrevistas de cada educando foi o passo seguinte, pois, a partir dessas observações feitas pelos educadores, assistindo cada entrevista, foram destacadas frases e palavras que possuíam uma significação na vida de cada um daqueles sujeitos, ou seja, tinham um peso, uma característica marcante dentro da história de vida, de luta, de fracassos, de conquistas de cada um que ali estava. Essas palavras ou frases foram a base para a criação da rede temática, que originou elementos desencadeadores, para que as disciplinas do ensino regular pudessem estar inseridas, literalmente, nos contextos históricos e na historicidade de cada um daqueles alunos.

Abaixo estão as perguntas que foram aplicadas aos educandos:

- Como foi a sua infância?
- Como foram suas experiências na escola?
- O que você pode nos contar sobre sua família?
- Quais suas experiências de trabalho (trabalho formal, informal, doméstico, etc.)
E como foram essas experiências?
- Como foi sua vinda para Arroio do Sal?
- O que você faz no seu tempo livre (lazer, divertimento)?
- Você gosta de Arroio do Sal? Por quê?
- Por que você voltou a estudar? Qual sua expectativa em relação ao Proeja?
- O que você quer aprender?
- Quais os seus planos para o futuro? Você se vê morando aqui? Por quê?

Com a rede temática pronta, seguiu-se o próximo passo que foi o uso daqueles elementos desencadeadores, que vieram das entranhas de vida de cada um, através de microprojeto que envolveu todas as disciplinas ao mesmo tempo, em uma prática interdisciplinar efetiva. Cada microprojeto durava em média quatro semanas e poderia envolver vários elementos desencadeadores simultaneamente.

A título de ilustração, é descrito abaixo o exemplo de microprojeto que envolveu os elementos desencadeadores, políticas públicas, infraestrutura, migração, culinária e mundo do trabalho. Esse microprojeto, dentro da prática pedagógica, constituída no Proeja-FIC Arroio do Sal, recebeu o título de “Movimentos populacionais e grupos étnicos no Sul do Brasil”. O viés desse microprojeto levou em consideração os resultados das entrevistas com os educandos, nas quais percebeu-se que a maioria dos educandos não era natural de Arroio do Sal, mas eram migrantes de diversas origens étnicas e regionais dentro e fora do Estado do Rio Grande do Sul. Esse fator tornou possível o estudo dos grupos étnicos presentes no Rio Grande do Sul e relacioná-los com o cotidiano dos sujeitos que ali se encontravam.

Durante as semanas do microprojeto, os educandos foram divididos em grupos e cada um aprofundou suas pesquisas em um grupo étnico, no caso açorianos, africanos, alemães, italianos e japoneses. Alguns pontos de referência foram indicados aos grupos, como apoio às buscas. Eles deveriam pesquisar, em várias fontes, os motivos da vinda desses grupos para o Brasil; o cotidiano de sua viagem; sua chegada; os deslocamentos dentro do País; as regiões onde se instalaram; as fontes econômicas atuais e da época de chegada; alimentos ingeridos na época e a adaptação alimentar; contribuições culturais, entre outros.

Cada grupo de educandos pôde apresentar os resultados em uma atividade aberta à comunidade local, valorizando-se, dessa forma, o trabalho realizado. Os educandos, com essa apresentação, sentiram-se reconhecidos, já que esses sujeitos estavam há

muito tempo excluídos de determinados espaços sociais, em virtude de não estarem escolarizados no tempo correto ou no ensino regular.

O uso das histórias, das bagagens socioantropológicas de cada educando que ali esteve, durante os anos de estudos, foram elementos positivos em seu aprendizado, pois trouxeram significação aos momentos de permanência naquele ambiente escolar. Além disso, contribuiu para que as narrativas históricas fossem valorizadas na comunidade escolar, nos locais de trabalho e nas famílias desses educandos, que até então eram somente jovens e adultos com Ensino Fundamental incompleto e sem uma profissão certificada. A valorização dos sujeitos tornou as aulas um espaço de emancipação cidadã.

Referências

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: BARBOSA, Inês O.; PAIVA, Jane (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro; DP&A, 2004.

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL/MEC/SEB-Diretoria de Educação de Currículo e Educação Integral. *A política curricular da educação básica: as novas diretrizes curriculares e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento*. Brasília, jun. 2012.

BRASIL. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. *Documento base 2007*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Agosto 2007, Brasília, DF. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

BRASIL. Programa de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. *Documento Base 2006*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Fevereiro de 2006, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_docbaseproeja.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

BRASIL. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index>.

CHARLOT, Bernard. *Os jovens e o saber: perspectivas mundiais*. Porto alegre: Artmed, 2001.

CIAVATA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr./jun. 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. d Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROGGE, Jairo Henrique; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Instituto Anchieta de Pesquisas. *Antropologia n. 68*, São Leopoldo, Unisinos, 2010.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade- considerações sobre os programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. *Educar*, Curitiba, Editora da UFPR, n. 29, p. 29-45, 2007.

SILVA, Lourdes Helena da; COSTA, Vânia Aparecida, ROSA, Walquiria Miranda. A educação de jovens e adultos em área de reforma agrária: desafios da formação de educadores do campo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

TORRES, Alessandro Medeiros. *Atos e relatos: uma história de Arroio do Sal: a relação entre o imagético, a memória e os documentos*. Porto Alegre, RS, Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas, 2011.

ZANANDREA, Adriano; OLIVEIRA, Marcos da Rocha. *Ler e escrever o mundo: A EJA no contexto da educação contemporânea*. (Org.). STECANELA, Nilda; AGLIARDI, Delcio Antônio; LORENSATTI, Edi Jussara Candido. Caxias do Sul: Educus, 2014.

Sociedade pastoril e imigração italiana em Fazenda Souza

Deise Angélica Pasquali Bascheira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História – UCS

O presente artigo¹ tem por objetivo verificar como se deu a ocupação das terras na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, onde se situa o atual Distrito de Fazenda Souza, que pertencia anteriormente a São Francisco de Paula e hoje pertence ao Município de Caxias do Sul. É justamente na zona de limites entre fazendeiros lusos e colonos italianos que se localiza esse distrito.

Esta pesquisa qualitativa sobre a ocupação das terras exigiu uma consulta a várias fontes, entre elas, fontes escritas como os jornais: *O Momento*, *Gazeta de Caxias*, *Pioneiro* e *A Época*. Além delas, foram analisados documentos disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSa) e, principalmente, recorreu-se a fontes orais, através de entrevistas gravadas, e depois transcritas, com alguns moradores da localidade.

O trabalho com fontes orais possibilitou trazer à História, como sujeitos e/ou testemunhos aqueles que, de certa forma, foram excluídos e colocados no anonimato, sem direito à memória, comum no paradigma tradicional ou marxista. A entrevista se configura como principal instrumento (ou técnica) do método de história oral. (SILVEIRA, 2007, p. 35).

O estudo está dividido em três momentos: o primeiro, trata da ocupação das terras do Rio Grande do Sul antes da chegada dos imigrantes italianos. O segundo, explica a chegada dos primeiros moradores de origem italiana, descrevendo as atividades com as quais se envolveram, como meio de subsistência e de expressão de uma cultura própria. Diferentemente da cultura dos luso-brasileiros, que já haviam deixado suas marcas culturais, o impacto dessa presença se faz sentir até os dias atuais.

O terceiro momento pretende destacar alguns aspectos para demonstrar como se deu a história dos imigrantes italianos e de seus descendentes na região, por exemplo: economia, educação, geração de energia elétrica, religiosidade e anexação do distrito ao Município de Caxias do Sul. Ainda serão citadas algumas fontes documentais, no intuito de despertar no leitor o interesse pelo aprofundamento do assunto.

Fazenda Souza situa-se a 18 km do centro de Caxias do Sul e conta com uma população de, aproximadamente, 5 mil habitantes. Alguns desses moradores são

¹ Este artigo tem como ponto de partida a monografia apresentada para o aproveitamento do curso de Especialização em História, concluído em 2002, sob a orientação da Profa. Dra. Loraine Slomp Giron.

temporários, trabalham no distrito na época da colheita e, terminada essa, retornam ao seu lugar de origem.² A produção baseia-se na vitivinicultura, apicultura, fruticultura e hortigranjeiros. O povo de Fazenda Souza é bastante festeiro e participa das ações da comunidade, cujas principais festas são: a “Festa do Agricultor” e a “Festa do Padroeiro”. Segundo o mapa de Fazenda Souza do ano de 1973, fazem parte do distrito as capelas ou povoados de Balneário Piaí e das Zonas: Bascheira, Baldasso, Borelli, Boff, Carapiaí, Lise, Thomé, Giacomett, Sasset, São Roque, Estação Experimental, além da sede que é o foco deste artigo.

O Rio Grande do Sul

Quando apareceu no cenário mundial, como território pertencente à Espanha em vista do Tratado de Tordesilhas, o Rio Grande do Sul era habitado por vários grupos indígenas. Sem respeitar o Tratado de Tordesilhas, Portugal pretendia assegurar a posse dessas terras, através de ocupação, que seria feita por colonos lusos, nos atuais territórios dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os jesuítas portugueses, em 1605, estabeleceram uma redução desde o Mampituba até a zona do Gravataí, porém essa não prosperou. Apenas em 1626 é que os padres jesuítas, dessa feita espanhóis, conseguiram estabelecer reduções na chamada Zona do Tape e introduzir a criação de gado.

Conforme afirma a pesquisadora Pesavento,

oficialmente, quem primeiro penetrou no Rio Grande a pedido das autoridades coloniais portuguesas foi Francisco de Brito Peixoto [...], que recebeu em 1721 a patente de guarda-mor, devendo descer ao sul para fundar povoações e cuidar para que o comércio de gado não recaísse nas mãos dos castelhanos, lesando o interesse fiscal da Coroa. (1985, p. 13).

Um indicador do interesse de Portugal em efetivar essa posse foi o processo de distribuição de sesmarias no estado, que teve início por volta da terceira década do século XVIII. Nesse período, todas as terras do Brasil pertenciam ao rei e eram doadas, na sua maioria, a amigos ou a prestadores de serviço militar.

Completa Pesavento que

as sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra três léguas por uma légua (cerca de 13.000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíquo Rio Grande português da época. (1985, p. 15).

² Dados fornecidos pela funcionária Geni Molon da subprefeitura, em 8 de junho de 2015.

No início do século XIX, o Rio Grande do Sul estava dividido em quatro municípios: Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo. Santo Antônio da Patrulha desmembrou-se em São Francisco de Paula de Cima da Serra que, em 1878, tornou-se município e do qual Fazenda Souza passou a ser seu 7º Distrito.

Alguns anos antes, em 1875, famílias tirolesas, trentinas, lombardas e vênetas, provenientes do Norte da Itália, partiram rumo ao Brasil com passagem paga pelo governo imperial, que pretendia colonizar áreas devolutas, no Estado do Rio Grande do Sul. Depois de uma estada em Porto Alegre, foram transportadas pelo vapor “Barão do Caí” até o Porto do Guimarães, atual cidade de São Sebastião do Caí. Desse ponto, a pé ou em montarias, fizeram uma marcha até o local onde hoje está assentada a Estação Férrea, no atual Município de Caxias do Sul.

Além dos italianos, havia imigrantes russos, poloneses e suecos. O primeiro produto agrícola por eles cultivado foi o milho, que alimentava homens e animais. Só mais tarde a videira alcançaria destaque.

Antes dos portugueses e italianos ocuparem a região em estudo, os primitivos habitantes eram indígenas. Sobre a presença deles, o Padre Armando Pietrobelli, um dos primeiros padres do seminário Josefino, em entrevista realizada em 3 de março de 2002, afirmou: “Sobre os índios, sei apenas que encontramos, nas grutas e cavernas do rio Piaí, ossos das pernas, costelas [...], [já] que o índio quando se sentia mal procurava um refúgio. Tacape de pedra encontrei um, no ano passado, em nossas terras.” (Terras do Seminário Josefino).³

Já Corteletti (2008, p. 48), no livro *Patrimônio arqueológico de Caxias do Sul*, menciona dois sítios superficiais mapeados em 1966, por Fernando La Salvia, “um na propriedade de Guilherme Andreola e outro na de Verino Andreolo”. Apesar dos esforços, não conseguiram estabelecer uma localização aproximada desses sítios.

Outra fonte consultada oralmente foi a do Prof. Mário Gardelin, natural do Distrito de Caxias do Sul, no prefácio do livro *São Francisco de Paula: a história, o povo, curiosidades e belezas*, segundo escreveu Silva:

Permito-me falar em tom pessoalíssimo [...] a começar por mim. Nasci no território de Fazenda Sousa, cujo primeiro nome foi “Pouso Alto”, no Município de São Francisco de Paula e, anteriormente, de Santo Antônio da Patrulha e agora Distrito de Caxias do Sul. Pelo *jus soli* sou, portanto, serrano patrulhense. E evidentemente caxiense, por direito de anexação. (2000, p. 11).

Segundo o *Dicionário Brasileiro Globo*, “pouso é um terreiro ou choça à beira dos caminhos para abrigo de viandantes”. (FERNANDES; LUFT; HUIMARÃES, 1993). Nessa

³ Entrevista concedida pelo Padre Armando Pietrobelli à autora, no dia 3 de março de 2002.

região, no final do século XVIII, era comum a condução de gado para o centro do País. Quem se dedicava a essa tarefa eram os tropeiros que, ao conduzirem os animais, faziam paradas a uma distância regular para descanso, provavelmente nos *pousos*.

De acordo com a definição de Goulart,

tão logo organizado o tráfego de tropas de muares evidenciou-se a necessidade de serem levantadas aqui e acolá, rústicas palhoças, simples coberturas de palha sobre paus-a-pique, sem paredes, para abrigo das cargas e dos homens ao fim das jornadas diárias. ERA O POUSO. O pouso foi a primeira manifestação de abrigo praticado pela mão do homem [...]. Antes era ao relento, sob a copa das árvores que se abrigavam camaradas e cargas quando chegava o momento de encostar os animais, ou então, quando a sorte ajudava, nalgum galpão de fazenda, por favor do seu proprietário. O pouso era rude, desconfortável, mas era sempre um abrigo contra a inclemência do sol ou da chuva, uma defesa contra o orvalho das noites frígidas do Brasil. (1961, p. 128).

Alves⁴ afirmou que, nesta região dos Campos de Cima da Serra, existiram várias rotas, em diferentes épocas, e que tropeiros levavam e traziam mercadorias passando pelo Distrito de Fazenda Souza.

Fazenda Souza

Sabe-se que o primeiro proprietário das terras do atual Distrito de Fazenda Souza foi Ignácio de Souza Corrêa. Para confirmar essa informação, deve-se ler o documento de venda das terras de Pouso Alto, datado de 19 de abril de 1790, que pode ser encontrado no livro *História de São Marcos*, escrito por Rizzon e Possamai (1987, p. 22) e dele transcritas, na sequência, apenas suas linhas iniciais.

Digo eu Ignasio de Souza Corea que em me axoasitoadohe vi vendo nos campos dominados de fundos de sima da serra aperto de trinta anos uizinho aos campos dominados do rapuzo em cuia paragem tenho uiuido de plantas p.a minha caza e de criar algumas manadas de egoas com seruo com seus pastores cuia situação e pose que dela tenho prinsipia do pe da primeira tapera hevallo do d.orapouzo donde forma hucorigo pequeno que core p.a o rio de santa cruz...que uem da parte da tapera do pouzo alto aonde uai...vendi e com efeito uendido tenho de hoie para todo sempre ao snr.Ignasio Leite Ribr.o pelo preso e quantia de duzentos e sincoenta mil reei fiado por três anos a saber que me a de satisfazer em três pagamentos [...].

Para corroborar o escrito acima, no livro *Aurorescer das sesmarias serranas: história e genealogia*, de Oliveira (1986, p. 35), encontra-se a relação dos proprietários

⁴ Em entrevista no dia 21 de agosto de 2002, Luís Antônio Alves, economista e escritor, autor de várias obras, entre elas o livro: *A grande nação*, possuidor de um banco de dados sobre os primeiros habitantes da região dos Campos de Cima da Serra.

de terras de 1785, na região serrana do Rio Grande do Sul, na qual são citados 52 nomes. Dentre eles, o décimo nono é Ignácio de Souza Corrêa, o primeiro proprietário de Fazenda Souza, e que confirma o nome Pouso Alto: “Ignácio de Sousa Corrêa, um campo de 1 ½ por ½ légua chamado Pouso Alto, por posse, o primeiro a se arrancar nos ditos campos, lavouras e criação de gado.”

O Pe. Armando Pietrobelli, na entrevista já mencionada, relatou os comentários que ouviu sobre a família Souza: “Conheci um bisneto do Sousa, mas não tinham mais nada. Chegou até nós que a família Souza não soubera conservar, eram todos da farra, iam às festas, mandavam encher uma mesada de cerveja, subiam na mesa de bota e espora e pagavam pra todos.”⁵

Em relação a esse período de ocupação portuguesa, várias perguntas ficam sem respostas, pois, conforme Vasco Balen, até 1917, não havia obrigatoriedade de registro (que era facultativo) das terras. Por isso, ainda é preciso buscar e analisar outras fontes, onde quer que estejam para aprofundar estudos sobre a região.

Sobre os italianos, mais estudos foram realizados, além de existir a disponibilidade de fontes orais, o que permitiu a reconstrução do cotidiano que será apresentado a seguir.

No momento em que chegam os italianos, foi necessária a medição de terras e sua separação em lotes. Os lotes eram divididos em travessões, e um deles passava por onde é hoje a rua principal de Fazenda Souza, apesar de o mapa com essas divisões não ter sido localizado.

Com base nas fontes orais, temos elementos para afirmar que as terras jamais foram ocupadas por posseiros, e sim, compradas. O nome de Patrício Pasquali destaca-se como sendo o mais importante agrimensor, e o de Antonio Favero aparece como um dos primeiros moradores da sede, além dos Turella, Andreola, Pasquali, Bascheira, Indicatti, Baldasso e outros.

A relação completa dos proprietários que foram citados no recenseamento de 1920 pode ser encontrada na p. 262 do livro *Caxias centenária*, de 2010, organizado por Giron e Nascimento. (2010).

A chegada dos primeiros imigrantes italianos em Fazenda Souza ocorreu por volta de 1880, de acordo com o jornal *Gazeta de Caxias*, em matéria publicada em 1997. Outro grupo teria chegado em 1895. É interessante observar as diferentes atividades (agricultura, criação de animais e exploração de madeira) desenvolvidas no período mencionado, ou seja, de 1880 a 1913, final do século XIX e primeiros anos do século XX, conforme citação que segue:

⁵ Entrevista concedida pelo Pe. Armando Pietrobelli à autora, em 2002.

Foi por volta de 1880, que os primeiros imigrantes italianos se estabeleceram em Fazenda Souza (na época, 7º Distrito de São Francisco de Paula), vindos de Feltre, Itália. O pioneiro foi Antonio Favero, na época em que se desbravaram as terras e plantavam milho, trigo, aveia e parreiras para o seu sustento, além de manter pequenas criações de animais. O distrito recebeu o nome de Fazenda Souza por pertencer a um senhor de nome Souza e, quem primeiro a chamou assim, foram alguns senhores (tropeiros) que por ali passavam seguidamente. Em 1895, chegaram algumas famílias de imigrantes e que logo desenvolveram a criação de gado. Em 1913, começou a exploração de madeiras, tendo em vista a grande quantidade de pinheiros existentes, surgindo então as serrarias. (GAZETA DE CAXIAS, 1997).

Onorina Maria Marchi Andreola, já falecida, em seu depoimento afirmou ter sido uma das primeiras moradoras da sede de Fazenda Souza. Ela diz que chegou em 1921, “com 1 ano e meio de idade, para morar com uma tia, a região era só de mato”, afirma a entrevistada.



Onorina Maria Marchi Andreola com 3 anos – 1923
Fonte: Acervo da família.

Dessa época, ela lembrou que havia a casa em que morava de dois andares, grande e sem vidros nas janelas, a casa de Arquimedes Pasquali e a de Severino Favero. As condições eram precárias, pois ainda não havia energia elétrica, e a iluminação era conseguida com o auxílio de velas.



Casa de Onorina Maria Marchi Andreola – 1925
Fonte: Acervo da família.

Para assistir à missa precisavam se deslocar até Ana Rech. Onorina Maria Marchi Andreola, ao narrar sua história e a de sua família, retrata algumas das situações enfrentadas pelos primeiros moradores daquele distrito:

Eu nasci em Galópolis. Minha mãe trabalhava na fábrica de tecido e tinha hóspedes para ajudar nas despesas. Quando ela estava esperando outro filho, minha mãe daqui – de Fazenda Souza – me pediu, por que não podia ter filhos e já tinha pegado duas crianças de criação que tinham morrido. O pai da minha mãe morreu com 40 anos; não sabemos nada sobre ele, morreu de dor de cabeça. Ficou doente em casa e morreu. Não tinha vindo da Itália. Minha avó sim, veio da Itália. Ela contava que veio de navio, que passaram mal, fome, quando chegaram. Tinham prometido alojamento, mas não tinha nada, tinha gente que dormiu na pura terra. Ela ajudou a abrir as ruas de Caxias, levando as lascas de lenha no avental. Usavam um avental de duas alturas de fazenda, então ele vinha e se encontrava atrás. Então pegavam o avental e enchiam daquelas lascas que se chama de *Estela*, lascas do pinheiro que cortavam a machado e serrote comprido que se corta em dois (duas pessoas manejam a serra). Ela e outras mulheres limpavam as ruas, tiravam esses cavacos. Os maridos trabalhavam no pesado: derrubar os pinheiros, cortar as toras, derrubar elas pra dentro, onde tinha estrada. E as mulheres carregavam os cavacos. Vieram da Itália porque a vida era muito ruim, não tinham nada. No inverno não dava nem para sair da porta por causa do frio; quem tinha animal fechado, ia lá junto com eles para se

aquecer. E passavam muito mal, terra pra plantar não tinha ou era pouco. E deu que aqui era um lugar farto, que tinha muita terra e, de fato, tinha lugar pra plantar. Eles chegavam e pegavam os terrenos eu acho. Viviam mais de caça (cutia, tatu, lontra, pomba). Minha avó veio com os pais dela, tinha 6 ou 8 anos. Minha sogra, ou avó, uma veio com 8 outra com 6, mas eu não sei qual das duas. Nomes: avó Luísa Scalabrin (não tenho certeza) Marchi. Minha sogra era Angelina Rech casada com Bernardino Andreola, que moravam onde morava a tia Antonia, aquela que já é falecida, mas que morava na rua acima, à direita, na casa azul. Meu marido eu conheci aqui em Fazenda Souza, nós fizemos a primeira comunhão junto. Eu tinha 5 anos e ele 11 estávamos no catecismo.⁶

Esse relato mostra as dificuldades enfrentadas desde que os imigrantes saíam da Itália, bem como as condições de trabalho na cidade de Caxias do Sul. Também retrata os costumes da época, assim também as relações familiares.

No que diz respeito às atividades econômicas nessa região, a principal delas sempre foi a agricultura, embora as terras não sejam das mais férteis: parreiras, aveia e trigo sempre foram (e são) as primeiras culturas de subsistência, cultivadas em pequenas extensões. Plantadas com arado e foicinho à mão, o que, no entender de Onorina, dificultava o progresso.

A primeira casa de negócios do então Distrito de São Francisco de Paula foi a da família de Onorina, na década de 20 (século passado). Era uma *bodega* onde vendiam: rapadura, açúcar amarelo, farinha, feijão, arroz, e “trago”. O estabelecimento contava com balcão e prateleiras.

Depois foi construída a casa de negócios de Eugênio Festugato. Segundo Onorina, a família de Zélia Sgarbi “veio de Vacaria e compraram o armazém do senhor Festugato”.⁷ Nele vendiam: fazendas (tecidos), tamancos, chinelos, açúcar mascavo, perfume *Gauchinha*, balas, licor de cacau, óleo de fígado de bacalhau, fumo, tripas de porco para fazer salame (*poladi*), creme para o rosto em uma latinha e mantimentos. “Compravam quase tudo na Importadora, vinha de caminhão.”

As pessoas que compravam eram da sede ou das diferentes localidades do distrito. A casa dos Sgarbi foi a primeira casa a ter telefone, pois era um local de fácil acesso, e o uso do mesmo estava à disposição de todos que dele precisavam. Os colonos compravam o ano inteiro a fiado, e, quando ocorria a colheita, pagavam; se com os recursos não conseguiam pagar todas as contas, esperavam o próximo ano para honrar suas dívidas.

⁶ Entrevista concedida por Onorina Maria Marchi Andreola à autora.

⁷ Fala de Onorina Maria Marchi Andreola.

Tal como hoje, as estradas eram importantes. A falta de manutenção gerava prejuízos. As notícias mostram as dificuldades que os moradores de Fazenda Souza enfrentavam: em 1928, ocorreu um grande temporal, e o jornal *Caxias* assim informou:

Devido às impertinentes chuvas que tem caído nestes últimos dias, a estrada “Rio Branco” que liga esta cidade as povoações de Ana Rech, Vila Seca e Fazenda Souza, está em estado lastimável, com grandes buracos no seu leito, impedindo o trânsito de veículos e se não for tomada qualquer medida reparadora o quanto antes, o comércio daquela parte será extraordinariamente prejudicado, assim como os industrialistas de Fazenda Souza. (Jornal CAXIAS, 1928).

Para entender a história do distrito, é importante perceber o quanto a religiosidade foi relevante. Fazenda Souza recebeu o nome de “Capela do Beato Bernardino”, além do nome de “Pouso Alto”. Havia um pequeno capitel com a imagem do Beato Bernardino, que foi benta no dia 10 de março de 1905, onde hoje está o cemitério. O terreno para a construção foi doado por Antonio Favero.

Segundo Gardelin,

o Beato Bernardino de Feltre foi um frade dos Menores Observantes, grande orador, célebre em todo o Vêneto e na Emilia Romagna, Itália. Pregava a paz e a penitência, em meio à desordem do século XV. Combateu com extrema energia e coragem o vício da usura, com que os pobres eram esmagados, através de escorchantes juros. Para ajudar as populações, fundou os “Monti di Pietà”, espécie de bancos que emprestavam aos necessitados, salvando-os dos usuários. Foi eleito Superior Geral de sua Ordem. Morreu em Pavia, em 1494. É um dos grandes nomes da História da Província de Belluno, de que vieram muitos dos primeiros moradores de Fazenda Souza. (1993, p. 20).

Anos mais tarde, foi construída uma igreja de madeira, com torre e campanário ao lado dela, na atual praça, dedicada à Nossa Senhora da Saúde. Foi benta em 15 de outubro de 1910. Era pequena e simples. Com o passar dos anos, os moradores resolveram construir uma nova igreja, porque a anterior era de madeira e já não comportava todas as pessoas que participavam da missa.

Em 1927, o Pe. Gialdini decidiu: em vez de festejar o Beato Bernardino, santo, à época, ainda não canonizado, a comunidade festejaria São Bernardino de Sena, a partir de 20 de maio.

A capela do Beato Bernardino, em 30 de julho de 1929, foi transferida para essa nova igreja, que hoje é a atual matriz do distrito. Antonio Palandi doou à comunidade a imagem de Santo Antônio, e a estátua de Nossa Senhora da Saúde foi entregue por Lúcia Favero.

Atualmente, são realizadas festas em junho e novembro em comemoração a esses santos respectivamente. Nos primeiros tempos, o padre vinha uma vez a cada mês ou

dois meses. Depois, vieram os vigários. O primeiro foi o Pe. Rafael de Lorenzi, seguido pelo Pe. Félix Bridi, Miguel Trez e Nebrídio Bocatto.

Antigamente, uma das maiores dificuldades dos primeiros habitantes era a escuridão ao anoitecer. Um dos moradores, Abramo Girardi, nascido em 17 de fevereiro de 1902, tentou amenizar esse problema, porém foi vítima de sua própria usina de energia elétrica, construída provavelmente a partir de 1936. Onorina assim descreveu a usina:

No meio ficava um furo para que um cabo de ferro prendesse o tronco, até o chão, preso com cimento, para segurar a represa toda feita de tábuas que seguravam o peso da água. Abramo Girardi era inclinado a trabalhos de mecânica, eletricidade, também possuía uma ferraria era um lugar de fazer arado, ferro de cavalo, faca de mesa, facões, e um carro antigo, por isso ele mesmo fez a turbina que estava numa casinha mais abaixo, uns 100 ou 150 metros, e o cano não descia pelo leito do riacho que era quase um despenhadeiro, necessário para a água tomar força para produzir a energia, mas numa lateral. A água tocava a turbina e a turbina mandava a luz. Tinha um cordão que vinha até a casa do Zair, e a mãe dele (Carolina) puxava o cordão para vir a luz e depois apagava.⁸

Nesse cenário, em tempo de seca, de estiagem, a usina só podia fornecer energia durante duas horas, à noite, porque acabava a água da represa. Tinha luz do anoitecer até às 23 horas. Quando o açude estava bem cheio, a luz era ligada ao meio-dia, para se ouvir o noticiário, que era transmitido na hora do almoço.

A construção da represa havia sido feita de forma precária, conforme o depoimento acima. Toda força da água era sustentada pelo tronco de um pinheiro de mais ou menos 40cm de diâmetro, preso por um ferro. No dia 10 de março de 1941, aconteceu um acidente.

⁸ Depoimentos de Onorina Maria Marchi Andreola, que aconteceram em vários momentos da pesquisa.



Abramo Girardi

Fonte: Acervo da família.

A represa estourou, e Abramo Girardi foi encontrado morto, 100m abaixo, perto de uma praiazinha, por sua filha Irma, que havia ido levar-lhe o café da manhã. Os moradores deduziram que “Abramo Girardi estava mexendo no ferro que segurava o tronco do pinheiro, no momento em que o peso da água deslocou-o”.⁹

Foi encontrado um pedaço da calça rasgada perto dos destroços. Como era um homem muito dedicado, provavelmente, ele estaria mexendo ou batendo naquele ferro que segurava o pinheiro que, com o peso da água, deve ter se partido. E ele estava ali, justamente naquele momento. Uma fatalidade! Seu corpo deve ter rolado com pedras e tábuas até a praiazinha. Depois do acidente, no mesmo local, foi construída outra represa.

Isaco Girardi e Domingo Girardi (irmão de Abramo) ajudaram Ida Girardi (esposa de Abramo) e fizeram outro açude, desta vez bem mais forte e resistente, com pedra sobre pedra, que existe até hoje. Então, tiveram luz outra vez, até chegar a energia vinda de São Marcos e, finalmente, a energia concedida pelo estado.

Constata-se muita diferença entre as escolas de antigamente e as de hoje. A necessidade de aprender levou os moradores a procurarem professores que atuavam de forma independente. “Naquela época era assim: um morador que tinha uma peça (sala) oferecia à comunidade e chamava um professor, e os pais realizam o pagamento do salário.”

Onorina lembra:

O primeiro professor que veio eu tinha 5 anos. O segundo nós pagávamos Cr\$2,50 por mês. Ficava uns tempos, depois ia embora, daí ficava sem aula.

⁹ Depoimento de outros moradores.

O professor vinha de São Francisco de Paula. Depois, veio uma professora, Celestina Pezzi Rech, ficou um bom tempo. Daí voltou o segundo professor, que dava aula de manhã, porque de tarde ele gostava de uma bebida, era muito bom professor, era alemão até.¹⁰

Com o passar do tempo, a responsabilidade pela educação dos jovens passa a ser da Igreja católica. A instalação do Seminário Josefino foi no ano de 1942, e era frequentado por meninos que estudavam para se tornarem padres. O Pe. João Schiavo coordenou a construção, “fizeram o colégio todo de madeira, só a cozinha era de material”.

O Pe. Pietrobelli relembra:

Eu vim pro seminário dos Josefinos em Fazenda Souza quando este foi fundado, em dezenove de março de mil novecentos e quarenta e um, à tarde. Antes já tinha vindo, como coroinha, com os padres que vinham rezar missa. Saí de casa com 8 anos. O Murialdo ficava em Ana Rech. Recebiam seminaristas e pensionistas. Em 1940/1941, o colégio não comportava mais o número de internos, resolveram expandir. Os moradores fizeram um preço irrisório e se decidiu construir, em fins de 1940 e janeiro, fevereiro de 1941. Vieram em dezenove de março de mil novecentos e quarenta e um: um sacerdote padre João Schiavo, três ditos frades cléricos: Antonio Tomiello, José Miotto, mais doze seminaristas e sete noviços. A casa era de madeira, somente a parte de higiene e a cozinha eram de material. Pobreza dos primeiros anos: vivíamos das ofertas do povo e pequeno trabalho, normal das primeiras casas. Em 1942, passamos de onze seminaristas, um desistiu. Em 1942 éramos em 20. Até que por volta de 62/63 a construção não comportava mais o número de pessoas. Iniciou a construção do atual seminário e o de madeira foi demolido.¹¹

O jornal *Pioneiro* dedicou uma reportagem especial à ampliação do Seminário Josefino, em 1949, como se constata na sequência:

Segundo nos informou o senhor diretor do Seminário Josefino, Reverendo Padre Ecio Juhi, o prédio em que funciona aquela consagrada instituição contava, até a pouco, com capacidade para somente 80 educandos. Dado, porém, o extraordinário interesse dos moradores desta região em internarem seus filhos naquele educandário modelar, a direção do Seminário Josefino viu-se obrigada a ampliar o prédio, para poder atender todos aqueles que desejam aprimorar-se na fé e na cultura. (O Pioneiro, 1949).

A chegada das Irmãs Murialdinas também foi significativa. A primeira ideia da Congregação era a de se estabelecer em Vila Seca, pois lá a comunidade doava terras,

¹⁰ Entrevista com Onorina Maria Marchi Andreola que aconteceu em várias ocasiões, em 2002.

¹¹ Depoimento do Pe. Armando Pietrobelli concedido em entrevista à autora.

mas, mesmo assim, decidiram comprar um terreno de propriedade de Tereza Zanol e de Smiderle, por um preço acessível, em Fazenda Souza.

A Irmã Elisa recordou:

Quando nós chegamos, ainda havia a igreja velha que era de madeira. A Congregação das Irmãs Murialdinas de São José começou na Itália, em 1953. Mas da Itália não veio ninguém. Foi fundada em Fazenda Souza, em 1954, numa casa velha, de chão batido, simples, perto do seminário. Cheguei aqui em 1957. Não havia nem chuveiro quente. Para se lavar, ia lá embaixo. Daí construíram uma casa maior aqui atrás. O subprefeito foi Luiz Zatti, mas quando eu vim já era o seu Adelar Mazzochi.¹²

Conforme a religiosa, as Irmãs realizaram várias atividades, especialmente na área da educação e da saúde, nas décadas de 50 e 60 (séc. XX). A Irmã Carolina começou a dar aulas, tendo sido construído o ginásio para a prática de esportes; depois, foram instalados a Escola Normal Regional, o Ensino Médio e o Ensino Fundamental (nomenclatura atualizada). Irmã Mercedes atendia os doentes da vila, e a Irmã Paulina cuidava da farmácia. Como na comunidade não havia carros, as freiras ganharam do governo estadual uma ambulância, e a Irmã Adelina era quem levava os doentes para Caxias do Sul. Constatou-se que havia uma organização comunitária, que reflete a força dos seus habitantes na solução de problemas comuns.

Mais tarde, a criação de escolas ficou a cargo da administração municipal. Em alguns recortes de jornais do acervo do Arquivo Público Municipal, publicados entre 1941 e 1954, percebe-se a importância dada pela comunidade ao acesso aos estudos. As matérias citadas sempre tinham como alvo a criação de novas escolas ou a melhoria das escolas já existentes no distrito. No dia 31 de março de 1940, o jornal *A Época* destacou a instalação do grupo escolar, e 15 dias depois, publicou outra nota relatando a inauguração: “Instalado o Grupo Escolar Municipal Fazenda Souza (5º Distrito), cuja capacidade de atendimento inicial é de 80 alunos e a Escola Municipal junto à Capela de São Roque, para 25 alunos.” (*A ÉPOCA*, 1940).

O Poder Público demonstrava interesse pelo distrito por meio de abertura de estradas, entre elas, aquela que ligaria o Distrito de Fazenda Souza ao Distrito de Vila Seca, conforme veiculava a imprensa da época, em destaque o jornal *O Momento*, em 23 de março. No trecho em análise, publicado pelo jornal *A Época*, em 15 de junho de 1941, lê-se o seguinte:

Prosseguem ativamente trabalhos de urbanização na sede de Vila Seca e Fazenda Souza, de acordo com plano elaborado para diretoria de obras da prefeitura local. Na sede do 5º distrito, já foram ultimados trabalhos para

¹² Entrevista realizada pela autora em 2002.

construção do jardim público. Em Fazenda Souza, já teve início o assentamento de cordões e o revestimento da principal artéria da localidade. [...] A avenida principal de Fazenda Souza terá 22 metros de largura. Os passeios, com arborização lateral, serão de 4,50 metros. Outra britadeira, além da que já está funcionando em Vila Seca, será instalada em F. Souza. É um aparelho britador marca “Stolz”, com motor próprio sobre rodas. (A ÉPOCA, 1941).

Enfim, a desanexação

As terras de Fazenda Souza pertenciam a São Francisco de Paula. Devido à dificuldade de locomoção, os moradores optavam por resolver suas necessidades básicas, como, por exemplo: comércio, saúde, na cidade de Caxias do Sul.

A maior dificuldade dos moradores do distrito era quando nascia um bebê, pois era imperioso ir a São Francisco de Paula para fazer o registro de nascimento. Depois, com o passar do tempo, a comunidade passou a reivindicar a anexação desse distrito à Caxias do Sul.

A desanexação de Fazenda Souza de São Francisco de Paula foi noticiada no jornal *A Época*, de 2 de julho de 1939, conforme se constata:

Assim é que, com referência a São Francisco de Paula, foi desanexado parte do 7º distrito, sendo incorporada à gleba caxiense uma vasta região, compreendendo a Fazenda Souza, Boca da Serra e Vila Seca, o que, como dissemos acima, corresponde à antiga e ardente aspiração dos habitantes dessas localidades, intimamente ligadas a este município por laços econômicos e sociais [...]. A notícia de que passariam a fazer parte do município de Caxias, despertou logo grande júbilo nas laboriosas populações de Fazenda Souza, Boca da Serra e Vila Seca. (A ÉPOCA, 1939).

Um personagem que se destacou nesta luta foi Luiz Zatti, que liderou a organização da comunidade. Matéria publicada no jornal *Pioneiro*, de 21 de maio de 1949, confirma o prestígio desse ilustre cidadão:

Domingo último (15 de maio) realizou-se em Fazenda Souza, uma grandiosa festa em homenagem a São José [...]. O grande brilho das festividades em homenagem a São José deve-se, sem dúvida, ao admirável esforço dos Reverendos Padres Josefinos e à dedicação nunca desmentida do Sr. Luiz Zatti, incansável batalhador pelo progresso daquela florescente vila. (O Pioneiro, 1949).

É interessante observar que Luiz Zatti era uma espécie de administrador de Fazenda Souza e alicerçava suas atividades numa minibiblioteca, que possuía em casa. Organizava festas e os carros das moças que vinham de Fazenda Souza na época da “Festa Nacional da Uva”, representando os distritos. Luiz Zatti era dono de uma

serraria, trabalhava no Cará Piaí. Em todos os documentos da época, ele era mencionado como sendo uma pessoa de iniciativa e comprometido com o desenvolvimento da comunidade, tendo sido, também, seu primeiro subprefeito. Oficialmente, o Distrito de Fazenda Souza foi criado pela Lei 390, de 21 de novembro de 1951.

Concluindo: um dos propósitos deste estudo foi contribuir com registros escritos para a história da localidade, devido à preocupação com o desaparecimento de informações (fontes orais) mantidas apenas na memória. A apropriação dessas lembranças, através de entrevistas, tem sua limitação no tempo. Essa fonte é de extrema importância para o resgate das vivências dos italianos e de seus descendentes. A consulta a essas fontes evidenciou a satisfação das pessoas que demonstram gostar de morar e produzir no interior, mas que necessitam de condições e recursos fundamentais para isso.

Dos primeiros proprietários (família Souza), só ficaram o nome e a lembrança que ali existiram sesmarias portuguesas. A integração entre italianos e portugueses aconteceu parcialmente, com a troca de mercadorias e instrumentos utilizados no dia a dia e com a realização de alguns casamentos entre moradores das duas etnias. Seria interessante a construção de um mapa da ocupação das terras, com a divisão de léguas e travessões, para que, assim, se pudesse continuar a pesquisa de forma mais completa.

O prazer do pesquisador está em perceber, nos olhos dos entrevistados, emoções prazerosas ou doloridas guardadas no peito de quem as vivenciou. Também essa satisfação se exacerba ao descobrir, no acervo particular ou no público, documentos, imagens em que cada recorte compõe uma parte da história regional. É compromisso do historiador a busca de informações e a devolução delas, posteriormente, à comunidade, como forma de preservação da voz de pessoas anônimas.

Referências

- ADAMI, J. S. *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971. v. 1.
- ALVES, L. A. *A grande nação: Tibiriçá*. Porto Alegre: EST, 2003. v. 1.
- _____. *Criúva: um povoado brasileiro*. Caxias do Sul: Evangraf, 2010.
- CORTELETTI, Rafael. *Patrimônio arqueológico de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 48.
- FERNANDES, F.; LUFT, C. P.; GUIMARÃES, F. M. *Dicionário Brasileiro Globo*. São Paulo: Globo, 1993.
- GARDELIN, M.; COSTA, R. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: EST, 1993.
- GIRON, L. S.; NASCIMENTO, Roberto R. F. do (Org.). *Caxias centenária*. Caxias do Sul: Educs, 2010.
- _____. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Educs, 1977.

GOULART, J. A. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

OLIVEIRA, S. F. de. *Aurorescer das sesmarias serranas: história e genealogia*. Porto Alegre: EST, 1986.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

RIZZON, L. A.; POSSAMAI, O. J. *História de São Marcos*. São Marcos: Edição dos Autores, 1987.

SILVA, I. da. *São Francisco de Paula: história, povo, curiosidades e belezas*. São Francisco de Paula: [s.n.], 2000.

SILVEIRA, Éder da. História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *MÉTIS: História & Cultura*, Caxias do Sul: Educs, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

PERIÓDICOS

Jornal *Pioneiro*, Caxias do Sul, ano I, n. 14, jan. 1949.

_____, Caxias do Sul, ano II, n. 29, maio 1949.

Jornal *O Momento*, Caxias do Sul, ano VII, n. 357, jan. 1940.

_____, Caxias do Sul, ano XI, n. 471, mar. 1942.

Jornal *A Época*, Caxias do Sul, ano I, n. 40, jul. 1939.

_____, Caxias do Sul, ano II, n. 68, jan. 1940.

_____, Caxias do Sul, ano II, n.76, mar. 1940.

_____, Caxias do Sul, ano II, n.78, abr. 1940.

Jornal *A Época*, ano III, n. 135, p. 4, 15 jun. 1941.

Gazeta de Caxias, Caxias do Sul, ano IX, n. 149, abr. 1997.

Jornal *Caxias*, Caxias do Sul, ano I, n. 50, maio 1928.

Imigração, nacionalidade e direitos humanos

Luiza Maria Oliboni

Discente no curso de Especialização em Relações Internacionais e Diplomacia – Unisinos

1 Introdução

Este trabalho objetiva tecer uma breve análise acerca da imigração, da nacionalidade e dos direitos humanos, bem como relacionar esses elementos entre si, chegando a um diagnóstico sobre a situação atual dos imigrantes, no que tange aos direitos humanos. Tais reflexões convergirão em uma indagação: os instrumentos atuais do Direito Internacional são suficientes para garantir a efetivação dos direitos humanos dos imigrantes ou são necessárias alterações estruturais, a fim de que eles possam superar o *status* de meras fontes normativas escritas em uma folha de papel e figurem permanentemente na realidade social?

Vive-se numa época caracterizada não somente por modificações conjunturais, mas também estruturais em relação ao período que antecedeu 1945. Embora o enfoque intentado seja a modificação na estrutura do Direito, especialmente no que tange ao tratamento conferido aos Direitos Humanos, cabe traçar, em primeiro momento, um panorama geral.

Segundo Held (apud CULLETON; BARRETTO 2011, p. 9), o processo de globalização atual e o das últimas décadas pode ser definido por dois fenômenos distintos, que ocorrem simultaneamente, mas provocam resultados objetivos diferenciados. O primeiro deles é a transformação das cadeias de atividade econômica, social e política, que deixaram de ser meramente nacionais, ganhando dimensões inter-regionais e intercontinentais. O segundo fenômeno, por sua vez, consiste na intensificação dos níveis de interação dentro dos próprios sistemas políticos nacionais, no âmbito das conexões entre sociedades e culturas.

Culleton e Barretto (2011, p. 9) concluem, pois, que a globalização não é um processo linear, de momentos previsíveis orientados por relações de causa e efeito. Trata-se de um fenômeno multidimensional, pleno de complexidade.

Nesse contexto, os institutos analisados adquirem contornos específicos, os quais passam a ser abordados.

2 A imigração

A imigração na atualidade guarda algumas distinções com as migrações em massa ocorridas durante o século XIX, oriundas principalmente da Europa.

Hoje, com a maior disponibilidade de meios de transporte e de comunicação, bem como com a sua democratização (considerando que tanto uma viagem intercontinental, por exemplo, como a possibilidade de comunicar-se por meios disponíveis era extremamente onerosa no século XIX e início do século XX), não há uma ruptura tão profunda no contato com os familiares que permanecem no local de origem ou mesmo com a cultura daquele país. Embora o imigrante esteja fisicamente distante, as características do mundo globalizado, já descritas na introdução, permitem a formação de relações complexas, marcadas pela multiplicidade de influências e de efeitos, que extrapolam níveis locais, mas os incluem.

O maior nível de integração regional existente atualmente, propiciado sobretudo pela formação de blocos regionais, como o Mercosul e a União Europeia, também é um fator que favorece a imigração. Um exemplo, ainda que citado *en passant*, é a Área Schengen.¹ Dentro dos países signatários desse acordo, há livre circulação de pessoas, o que provoca migrações entre eles.

Muitas vezes, entretanto, a decisão de emigrar está profundamente ligada a problemas graves que estejam ocorrendo no país de origem ou de residência do indivíduo. Pereira menciona algumas das causas do fenômeno.

Nas últimas décadas, milhares de pessoas foram forçadas a abandonar suas casas em resultado do terror político, de conflitos armados e da violência entre diferentes origens culturais. De acordo com o ACNUR, o caráter dos conflitos que está na origem desses movimentos de fuga em massa vem se transfigurando. Nos anos 1950, 1960 e 1970, os migrantes fugiam das ditaduras, contudo, a partir dos anos 1980, a maioria dos refugiados passou a fugir de conflitos internos em seus próprios países. É importante observar que 3% da população global, ou seja, 214 milhões de pessoas, são migrantes em busca de melhores condições de trabalho, fugitivos de um conflito armado, ou, ainda, suplicantes pela sua própria sobrevivência. Dentre estes, estima-se que 1/3 sejam migrantes irregulares. (2014, p. 16).

¹ O espaço e a cooperação Schengen assentam no Acordo Schengen de 1985. O espaço Schengen representa um território no qual a livre-circulação das pessoas é garantida. Os Estados signatários do acordo aboliram as fronteiras internas a favor de uma fronteira externa única. Foram adotados procedimentos e regras comuns no espaço Schengen, em matéria de vistos para estadas de curta duração, pedidos de asilo e controlos nas fronteiras externas. Em simultâneo, e de forma a garantir a segurança no espaço Schengen, foi estabelecida a cooperação e a coordenação entre os serviços policiais e as autoridades judiciais. A cooperação Schengen foi integrada no direito da União Europeia pelo Tratado de Amesterdã em 1997. No entanto, nem todos os países que cooperam no âmbito do acordo Schengen são membros do espaço Schengen, quer porque não desejam a supressão dos controlos nas fronteiras, quer porque ainda não preenchem as condições necessárias para a aplicação do acervo de Schengen. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/l33020_pt.htm> Acesso em: 22 jun. 2015.

Esses migrantes, especialmente os que se encontram em situação irregular, são alvos fáceis para diversos tipos de violações de direitos humanos. Os dois temas possuem esse ponto de conexão, que passa a ser analisado.

3 Os direitos humanos

As primeiras décadas do século XX assistiram ao predomínio da teoria kelseniana nos ordenamentos jurídicos internos, ou seja, prevalecia a ideia de que o direito e a moral estariam dissociados, de modo que o direito seria unicamente o que estava previsto em lei, o que estava positivado.

Esse fator, somado à “absolutização da soberania externa” descrita por Ferrajoli (2007), formou um arcabouço filosófico-jurídico que favoreceu a ascensão de regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo, os quais definiram internamente quais seriam os direitos humanos garantidos e quais seriam os destinatários dessa proteção. Sobre a referida absolutização, Ferrajoli afirma:

Em suma, entre o século XIX e a primeira metade do século XX, desenrola-se essa série singular de eventos político-institucionais: o Estado nacional e liberal-democrático que vem se afirmando na Europa, enquanto internamente outorga para si um ordenamento complexo, fundado em princípio na limitação dos poderes do soberano e na sua sujeição à lei (nos moldes do estado liberal de direito) e, em seguida, na representação e na participação popular (nos moldes da democracia representativa), liberta-se definitivamente, nas relações externas com os demais Estados, de qualquer vínculo e freio jurídico. Os dois processos são simultâneos e paradoxalmente conexos. O estado de direito, internamente, e o estado absoluto, externamente, crescem juntos como os dois lados da mesma moeda. Quanto mais se limita – e, através de seus próprios limites, se autolegitima – a soberania interna, tanto mais se absolutiza e se legitima, em relação aos outros Estados e sobretudo em relação ao mundo “incivil”, a soberania externa. Quanto mais o estado de natureza é superado internamente, tanto mais é reproduzido e desenvolvido externamente. E, quanto mais o Estado se juridiciza como ordenamento, tanto mais se afirma como entidade auto-suficiente, identificando-se com o direito mas, ao mesmo tempo, hipostasiando-se como sujeito não relacionado e *legibus solutus*. (2007, p. 34-35).

Vê-se, pois, que a noção de soberania estatal também passou por mudanças significativas após a Segunda Guerra Mundial. Como reação às cruéis e constantes violações de direitos humanos, ocorridas durante as guerras, passaram a ser estabelecidos direitos universais, os quais seriam garantidos a todos unicamente pelo fato de serem seres humanos, não dependendo de nenhum outro requisito. O documento mais conhecido dessa fase foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

A partir do momento em que são estabelecidos direitos, independentemente dos ordenamentos internos, a soberania de um Estado passa a não ser absoluta. Desse modo, o próprio conceito de soberania da forma como era concebido até então começou a ser questionado. Tal questionamento ocorreu e continuou ocorrendo posteriormente, especialmente com o advento da globalização e de suas implicações.

Desenvolveu-se, pois, o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Para Bilder *apud* Piovesan

O movimento do direito internacional dos direitos humanos é baseado na concepção de que toda nação tem a obrigação de respeitar os direitos humanos de seus cidadãos e de que todas as nações e a comunidade internacional têm o direito e a responsabilidade de protestar, se um Estado não cumprir suas obrigações. O Direito Internacional dos Direitos Humanos consiste em um sistema de normas internacionais, procedimentos e instituições desenvolvidas para implementar esta concepção e promover o respeito dos direitos humanos em todos os países, no âmbito mundial. [...] Embora a ideia de que os seres humanos têm direitos e liberdades fundamentais que lhes são inerentes tenha há muito tempo surgido no pensamento humano, a concepção de que os direitos humanos são objeto próprio de uma regulação internacional, por sua vez, é bastante recente. [...] Muitos dos direitos que hoje constam do “Direito Internacional dos Direitos Humanos” surgiram apenas em 1945, quando, com as implicações do holocausto e de outras violações de direitos humanos cometidas pelo nazismo, as nações do mundo decidiram que a promoção de direitos humanos e liberdades fundamentais deve ser um dos principais propósitos da Organização das Nações Unidas. (2015, p. 52-53).

Verifica-se, nesse momento, uma mudança de paradigma no Direito Internacional, ao rever a situação anterior, de soberania absoluta dos Estados e ao conferir direitos universais aos indivíduos.

No âmbito interno dos Estados, por sua vez, o positivismo deu lugar ao pós-positivismo, com a inclusão de capítulos discorrendo sobre direitos fundamentais no ordenamento jurídico. Princípios passaram a ser positivados.

Tais mudanças, entretanto, mesmo quando os governos firmaram a Declaração Universal de Direitos Humanos, não impediram a continuidade de práticas tais como: tortura, assassinato, limpeza étnica e desrespeito cotidiano por parte de grupos sociais, sendo tais violações cometidas em regimes com diversos matizes ideológicos. (CULLETON; BARRETTO, 2011).

Geralmente, tais violações atingem mais duramente grupos vulneráveis, como os imigrantes, muitas vezes irregulares. Nesse contexto, cabe descrever brevemente quais são as situações passíveis de gerar essa irregularidade e, conseqüentemente, essa rejeição aos imigrantes, no que tange ao exercício de determinados direitos.

Nesse ponto reside a conexão entre direitos humanos e nacionalidade. Dentro do rol de direitos instituído pela Declaração Universal de Direitos Humanos, destaca-se o direito à nacionalidade. O art. 15 estatui que toda pessoa tem direito a uma nacionalidade e que ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

O reconhecimento de uma nacionalidade, entretanto, está condicionado à legislação interna dos Estados, de modo que há indivíduos sem nacionalidade. Nesse caso, quem irá garantir o cumprimento de seus direitos?

4 A nacionalidade

O tema da nacionalidade tem uma ligação estreita com os direitos humanos por vários motivos. Primeiramente, um dos motivos, para que a nacionalidade fosse considerada um direito humano fundamental, foi evitar as atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial. Os nazistas, por exemplo, simplesmente retiraram a nacionalidade de milhões de judeus, o que, pelo sistema jurídico positivista, justificaria a tomada de medidas mais duras contra esse grupo, em vista de que essa seria uma medida prevista em lei.

A fim de melhor compreender o que significa a perda de uma nacionalidade ou a inexistência de seu reconhecimento, faz-se mister destacar alguns aspectos conceituais. Rezek assim define nacionalidade:

Nacionalidade é um vínculo político entre o Estado soberano e o indivíduo, que faz deste um membro da comunidade constitutiva da dimensão pessoal do Estado. Importante no âmbito do direito das gentes, esse vínculo político recebe, entretanto, uma disciplina jurídica de direito interno: a cada Estado incumbe legislar sobre sua própria nacionalidade, desde que respeitadas, no direito internacional, as regras gerais, assim como regras particulares com que acaso se tenha comprometido. (2014, p. 218-219).

Esse conceito traz importantes elementos acerca do instituto da nacionalidade. Primeiramente, é um elo que faz parte da dimensão pessoal do Estado.² É, pois, uma ligação entre o Estado e o indivíduo. Para Rezek (2014, p. 218), entretanto, a dimensão pessoal não se limita à população que habita no território de um Estado, mas inclui também os nacionais residentes no Exterior.

² Rezek destaca que são três os elementos do Estado, quais sejam: uma base territorial, uma comunidade humana e uma forma de governo não subordinada a qualquer autoridade exterior. Em outras palavras, trata-se do território, da população e da soberania. O entendimento de que são esses os três componentes do Estado é majoritário, e o presente trabalho parte desse pressuposto.

Outro destaque está no duplo tratamento da nacionalidade. Ao mesmo tempo, é tema relativo ao Direito Internacional e ao direito interno, visto que as normas para a concessão da nacionalidade são incumbência de cada Estado.

O fato de cada Estado legislar sobre a nacionalidade pode gerar conflitos, pois nem sempre os critérios utilizados em tal tarefa são os mesmos. Existem dois critérios principais para a concessão da nacionalidade originária,³ o *jus soli* e o *jus sanguinis*. Em linhas gerais, o primeiro consiste na concessão da nacionalidade para quem nasceu no território do país, é o chamado direito do solo. O segundo é o direito do sangue, ou seja, as regras para a concessão da nacionalidade são baseadas na origem do indivíduo. Se ele é filho de nacionais também será um nacional, independentemente de onde tiver nascido. O *jus soli* é aplicado na maior parte dos países que, historicamente, receberam imigrantes; *jus sanguinis* predomina em países nos quais ocorreu uma intensa emigração, como uma maneira de preservar o vínculo desses indivíduos e de seus descendentes com seu Estado de origem.

O Brasil adota predominantemente o *jus soli*, mas mitigado pelo *jus sanguinis* em casos específicos, previstos pelo art. 12 da Constituição Federal.⁴

³ A nacionalidade originária (ou primária) é definida por Lenza (2014, p. 1207-1208) como imposta, de maneira unilateral, ao indivíduo, por ocasião de seu nascimento, em vista das normas internas do país a respeito do tema. A ela contrapõe-se a nacionalidade derivada (ou secundária), adquirida por vontade própria, após o nascimento, normalmente pela naturalização.

⁴ Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

II – naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I – de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II – de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III – de Presidente do Senado Federal;
- IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V – da carreira diplomática;
- VI – de oficial das Forças Armadas.

VII – de Ministro de Estado da Defesa (Incluído pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

§ 4º – Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

- I – tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

Há casos em que a distinção nos critérios utilizados em diferentes países gera conflitos de nacionalidade. Eles podem ser de duas espécies, positivos ou negativos. Um conflito positivo ocorre quando dois ou mais países reconhecem de forma originária a nacionalidade de um indivíduo. Este é denominado polipátrida. Um conflito negativo, por sua vez, ocorre quando nenhum Estado reconhece a nacionalidade de determinado indivíduo, que é denominado apátrida.

A apatridia ou apatria ocorre também em outras situações, tais como as elencadas por Franco (2014, p. 54): sucessão ou restauração de Estados; mudanças no estado civil (casamento, divórcio, adoção); privação arbitrária da nacionalidade; processos de perda ou renúncia da nacionalidade; práticas discriminatórias na concessão e/ ou cancelamento da nacionalidade; e procedimentos administrativos que dificultam a obtenção da nacionalidade.

Os apátridas são considerados cidadãos de lugar nenhum e por esse motivo torna-se extremamente difícil o exercício de direitos como educação, saúde ou um emprego formal. A ONU calcula que atualmente haja no mundo cerca de 10 milhões de apátridas. Franco descreve as consequências dessa condição:

O apátrida é um ser humano sem registro da sua existência, do seu nome, da sua família, sem uma identidade perante os demais membros da comunidade e do Estado. Sem essa identidade, não tem acesso a qualquer documentação e, por conseguinte, é impedido de acessar serviços de saúde, educação e o mercado de trabalho.

Por não existir oficialmente, o apátrida não consegue registrar propriedades e não tem direito de participação nos rumos da comunidade onde vive. A sua inexistência formal o impede de ser incluído oficialmente na divisão dos bens que a comunidade de um Estado tem a distribuir para os seus membros. Mais grave ainda, o apátrida não tem o direito de se locomover livremente, seja porque não tem documentos para viajar, seja porque corre o risco de ser impedido de retornar, caso deixe seu local de origem. (2014, p. 54).

O órgão da ONU responsável por buscar soluções para a questão dos apátridas é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), que também se ocupa de refugiados, solicitantes de refúgio e deslocados internos.⁵

II – adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

⁵ A Acnur define deslocados internos como indivíduos que fogem por razões semelhantes às dos refugiados (conflito armado, violência generalizada, violações de direitos humanos, etc.), mas não chegam a cruzar as fronteiras do país para buscar um local seguro. A Acnur estima que, em 2014, havia cerca de 26 milhões de deslocados internos no mundo, espalhados em 28 países.

Chega-se, aqui, ao âmago do problema levantado. Refugiados (ou solicitantes de refúgio) e apátridas, que buscam condições melhores de vida em outros países, ou seja, a eles imigram não possuindo vínculo de nacionalidade com o país de destino; são grupos mais vulneráveis à violação de direitos humanos.

Culleton, Bragato e Fajardo (2009, p. 188) conceituam sujeito vulnerável aquele que não é reconhecido como pleno sujeito de direito, embora tenha direitos garantidos em ordenamentos jurídicos. Em outras palavras, os direitos podem estar garantidos na Constituição, mas não serem reconhecidos e realizados socialmente.

Diante do panorama descrito, quais são as formas viáveis para que os direitos humanos sejam efetivados e realizados socialmente?

5 Efetivação dos direitos humanos

Conforme já mencionado anteriormente, a era pós-positivista caracteriza-se pela inclusão de direitos fundamentais em normas de âmbito interno, bem como pelo desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Seguindo esse raciocínio, Lima Júnior afirma:

Assim sendo, o indivíduo é protegido pelo simples fato de ser um ser humano, portanto, sujeito de Direito Internacional. Afinal, antes de ser cidadão de seu país, ele é cidadão do mundo, e dessa condição decorrem direitos universalmente protegidos, que não devem ser violados nem mesmo pelo Estado do qual ele é um nacional, sob pena de responsabilização daquele pelo mal sofrido. Em suma, basta a condição de pessoa para que se possua a titularidade desses direitos, pois desde o nascimento todos os homens são livres e iguais em direitos. (s.d, p. 8).

Ao mesmo tempo, no contexto em que se vive, Douzinas (2009, p. 363) declara: “O refugiado é o Outro absoluto. Ele representa, de uma maneira extrema, o trauma que assinala a gênese do Estado e do Eu e coloca em xeque as reivindicações de universalização dos direitos humanos.”

Considerando estas afirmações antagônicas, mas ambas aplicáveis aos dias atuais, surgem questionamentos: Os instrumentos de que dispõe o Direito Internacional são suficientes para garantir o efetivo cumprimento de normas referentes aos Direitos Humanos, especialmente no que tange à questão dos imigrantes (grupo heterogêneo, em que se incluem refugiados e apátridas)? De que forma esses instrumentos devem ser aperfeiçoados, para que os Estados estejam obrigados a fiscalizar e garantir o cumprimento desses direitos? É necessária uma nova mudança de paradigma?

Hoje, os tratados são os principais instrumentos jurídicos a que os Estados se sujeitam no âmbito internacional na área dos direitos humanos. Piovesan (2015) trata do

assunto, do qual se fará uma síntese. Os tratados são acordos internacionais celebrados entre sujeitos de Direito Internacional e englobam espécies normativas como convenções, pactos, cartas e outros acordos.

Os tratados vinculam somente os Estados que expressamente consentiram com sua adoção. Não são geradas obrigações para os demais, a menos que preceitos constantes do tratado façam parte do costume internacional, ou seja, de fonte jurídica diversa. Uma vez fazendo parte do tratado, um Estado não pode alegar motivações de direito interno para se escusar de cumpri-lo. Trata-se do princípio da boa-fé.

Quanto ao processo formal de celebração do tratado, cabe esclarecer que há variações conforme o direito interno de cada Estado. Piovesan destaca:

Em geral, o processo de formação dos tratados tem início com os atos de negociação, conclusão e assinatura do tratado, que são da competência do órgão do Poder Executivo (ex.: Presidente da República ou Ministro das Relações Exteriores). A assinatura do tratado, por si só, traduz o aceite precário e provisório, não irradiando efeitos jurídicos vinculantes. Trata-se da mera aquiescência do Estado com relação à forma e conteúdo final do tratado. A assinatura do tratado, via de regra, indica tão somente que o tratado é autêntico e definitivo.

Após a assinatura do tratado pelo Poder Executivo, o segundo passo é a sua apreciação e aprovação pelo Poder Legislativo.

Em sequência, aprovado o tratado pelo Legislativo, há o ato de ratificação do mesmo pelo Poder Executivo. A ratificação significa a subsequente confirmação formal (após a assinatura) por um Estado de que está brigado a um tratado. Significa, pois, o aceite definitivo, pelo qual o Estado obriga-se pelo tratado no plano internacional. A ratificação é ato jurídico que irradia necessariamente efeitos no plano internacional.

Como etapa final, o instrumento de ratificação há de ser depositado em um órgão que assuma a custódia do instrumento – por exemplo, na hipótese de um tratado das Nações Unidas, o instrumento de ratificação deve ser depositado na própria ONU; se o instrumento for do âmbito regional interamericano, deve ser ele depositado na OEA. (2015, p. 159-160).

Desse modo, fica evidente que esse instrumento de vinculação dos Estados a uma obrigação, no âmbito do Direito Internacional, fica condicionado à sua aquiescência. Em outras palavras, por serem entes dotados de soberania, eles podem escolher se desejam ou não assumir determinada obrigação.

No caso de tratados relativos aos direitos humanos, por exemplo, Pereira (2014, p. 57) menciona que até o momento apenas 40 Estados ratificaram a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia de 1961. Infere-se, a partir dessa informação, que o tratado acaba perdendo eficácia.

Para além da visão tradicional do Direito Internacional, há autores que questionam a própria ideia de nacionalidade. Sobre os apátridas, Pereira afirma:

Pensar o tema da apatridia é pensar a negatividade. O tema da apatridia obriga-nos a percorrer caminhos que os horizontes formais do direito, definitivamente, não dão conta. Pois o apátrida nega a ordem supostamente natural da vida humana. Nega, afirmando sua potência de impassibilidade de representação. É aquele que vem de fora, mas não é originário de qualquer lugar. Tem uma história, mas lhe é negada uma historicidade. Desafia os nacionalismos e, portanto, desafia a soberania e a própria ideia de cidadania. Contrasta e contesta a pretensa natureza dos direitos humanos, pois em tese seria o apátrida o verdadeiro cidadão do mundo, ao invés de ser tido como o não cidadão. Portanto, pensar a apatridia demanda reinventar a própria ideia de cidadania. A compreensão dos direitos humanos, grifada pelo talho da nacionalidade, é que constrói a via labiríntica da proteção jurídica aos apátridas, em alguma medida mais dificultosa que aos refugiados e deslocados forçosamente, em âmbito interno. (2014, p. 60-61).

Ele vê a questão dos apátridas como o “ponto cego” dos direitos humanos e afirma que não deve haver uma simples limitação à busca de mecanismos de proteção a esses grupos, mas se deve questionar também sobre a existência da ideia de que seres humanos estão à margem de qualquer proteção estatal, contando apenas com a boa vontade de entidades não governamentais ou privadas, simplesmente por não possuírem uma nacionalidade. A nacionalidade deve ser vista como uma ficção.

Ferrajoli (2007, p. 54-55), por sua vez, propõe uma limitação efetiva da soberania dos Estados, de modo a haver garantias jurisdicionais contra as violações da paz (externamente) e dos direitos humanos (internamente). As medidas seriam implementadas, através de uma reforma na Corte Internacional de Justiça de Haia, com inovações como a extensão de sua competência, abrangendo também julgamentos de responsabilidade sobre violações de direitos fundamentais; a afirmação do caráter obrigatório de sua jurisdição, hoje condicionada à aceitação preventiva dos Estados; o reconhecimento da legitimação de agir perante a Corte (hoje limitada aos Estados) a indivíduos e organizações não governamentais, que tutelam os direitos humanos; a introdução da responsabilidade pessoal dos governantes, no que diz respeito aos crimes de direito internacional, os quais deveriam ser sistematizados em um Código Penal Internacional.

Vê-se que essas propostas propõem, indiretamente, uma mudança de paradigma do próprio Direito Internacional, especialmente no que tange à questão da soberania estatal.

6 Considerações finais

Este artigo buscou relacionar a imigração, a nacionalidade e os direitos humanos, ao descrever e fazer uma breve análise acerca dos três institutos, bem como ao delinear questões comuns a eles. O principal questionamento levantado foi se os instrumentos

atuais de que dispõe o Direito Internacional, considerando sua evolução após a Segunda Guerra Mundial, são suficientes para efetivar os direitos humanos de grupos vulneráveis, como os refugiados e os apátridas, que muitas vezes emigram em busca de melhores condições de vida, mas nem sempre as encontram.

A soberania dos Estados já foi limitada com o desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, visto que a positivação de direitos universais, por si, relativiza o que pode ser definido pelo ordenamento jurídico interno.

Há autores, como Ferrajoli e Pereira, que propõem mudanças no próprio paradigma sobre o qual o Direito Internacional está calcado hoje. Tais propostas merecem uma análise mais aprofundada, com um estudo sobre o impacto e a resistência que sua implementação encontraria, bem como sobre seus potenciais benefícios.

Como consideração final, destaca-se que há a necessidade premente de fortalecer os mecanismos internacionais já existentes; estudar alternativas ao modelo aplicado atualmente e aumentar a importância de atores como as organizações não governamentais e o próprio indivíduo no Direito Internacional, dando a eles acesso a meios para exigir seus direitos. Estando inseridos no contexto de um mundo globalizado e de crescente complexidade, não se pode limitar o Direito Internacional a um âmbito estatalista, sob pena de ignorar questões de alta relevância para o sistema internacional.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 7 jun. 2015.

CULLETON, Alfredo; BARRETTO, Vicente de Paulo. *Entre la pluralidad y la universalidad, desafios para los Derechos Humanos, Discusiones Filosóficas*, v. 12, p. 221-238, 2011.

CULLETON, Alfredo; BRAGATO, Fernanda Frizzo. FAJARDO, Sinara Porto. *Curso de direitos humanos*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2009.

DESLOCADOS INTERNOS. Fugindo em sua própria terra. *ACNUR*. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

DOUZINAS, Costas. *O fim dos direitos humanos*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno*. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2007.

FRANCO, Raquel Trabazo Carballal. *Cidadãos de lugar nenhum: o limbo jurídico e a apatridia de facto dos emigrados cubanos proibidos de retornar*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2014.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 18 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.

LIMA JÚNIOR, Jayme Benvenuto (Org.). *Manual de direitos humanos internacionais* – Acesso aos sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos. Disponível em: <<http://www.uniceub.br/media/181730/Texto4.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

O ESPAÇO e a cooperação Schengen. *Europa* – Sínteses da legislação da UE. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/133020_pt.htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

ONU lança campanha para pedir fim da discriminação aos apátridas. *Rádio ONU*. 04 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2014/11/onu-lanca-campanha-parapedir-fim-da-discriminacao-aos-apatridas/#.VPyzkNLF8zd>>. Acesso em: 8 mar.2015.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. *Direitos humanos e hospitalidade*. São Paulo: Atlas, 2014.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

UNHCR's open letter to end statelessness. Disponível em: <<http://ibelong.unhcr.org/en/join/index.do>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

A história social de migrantes através de fontes judiciais: o caso do quartel

Daiana Cristani da Silva Keiber

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dr. Roberto Radünz

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul
(UCS) Professor e pesquisador na Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc

Caxias do Sul: de colônia à cidade

Cenário desta narrativa, a cidade de Caxias do Sul está localizada na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta região, a partir das últimas décadas do século XIX, teve início o processo de ocupação do território por imigrantes europeus, sobretudo, originários da Península Itálica. A imigração teve o incentivo do governo imperial, que se preocupou em criar uma infraestrutura para receber os estrangeiros. Uma das primeiras medidas adotadas foi a criação de colônias, divididas em pequenos lotes, que eram concedidos aos colonos para o desenvolvimento da agricultura e a ocupação territorial. (MANFROI, 2001).

Em 1875, foi fundada a colônia Fundos de Nova Palmira – mais tarde denominada colônia Caxias –, concomitante e seguida de outras, como as colônias Conde D’Eu (criada em 1874, atual município de Garibaldi), Dona Isabel (1875, Bento Gonçalves), Alfredo Chaves (1885, Veranópolis) e Antônio Prado (1889). (GIRON, HERÉDIA, 2007). Dentre as colônias, Caxias foi a que obteve maior desenvolvimento nos anos que se seguiram após a chegada dos imigrantes, beneficiados pela política imperial e também do período republicano, que deu continuidade na concessão de vantagens aos recém-chegados. (MACHADO, 2001).

Na Região de Colonização Italiana (RCI) do RS, prevaleceu o regime da pequena propriedade e o trabalho livre. Instalado no lote colonial, o colono construía sua casa – de pedra ou de madeira, feita com técnicas e ferramentas rústicas – e organizava o sistema de plantio e colheita. No início da colonização, o colono produzia para sua própria subsistência. Aos poucos, utilizando a mão de obra familiar – os casais de imigrantes constituíam famílias numerosas –, foi possível a produção de excedentes, comercializados na sede da colônia (a vila de Caxias) ou em outras regiões do estado, como na zona de colonização alemã. (MACHADO, 2001).

Ainda no período imperial, em 1884, Caxias tornou-se distrito de São Sebastião do Caí. Anos mais tarde, em 1890, conseguiu sua emancipação, ficando conhecida como Vila de Santa Teresa de Caxias. (HERÉDIA, 1997). Mas a fase de maior crescimento econômico da antiga colônia teve início duas décadas mais tarde, especialmente a partir da instalação do ramal ferroviário que ligou Caxias a Montenegro, beneficiando o escoamento da produção local e a sua comercialização no principal centro consumidor do estado. A chegada do trem, em 1910, também marcou o novo *status* conquistado pela vila. Naquele ano, Caxias era elevada à categoria de cidade. (MACHADO, 2001).¹

Esses recursos favoreceram o desenvolvimento econômico da nova cidade, beneficiando a região com iluminação pública, segurança, meios de comunicação, além de aumentar o número populacional que se deslocou para Caxias, em busca de novas oportunidades em razão do desenvolvimento econômico local.

O município já apresentava uma situação econômica bastante significativa para a região. O recenseamento realizado pela Intendência municipal apontava que Caxias possuía 235 indústrias e 186 casas comerciais em 1910, ano em que também a então Vila de Santa Teresa de Caxias foi elevada à condição de cidade pelo Decreto 1607, de 1º de junho de 1910. O decreto justificava a passagem de vila para cidade, devido ao crescimento comercial e industrial e também à chegada da estrada de ferro. (HERÉDIA, 2007, p. 19).

Ainda nesse período, a área urbana de Caxias contabilizava uma população de 3,4 mil habitantes, enquanto a população total do município era de quase 24 mil pessoas (MACHADO, 2001). Como muitos imigrantes traziam na bagagem alguns conhecimentos técnicos, estes eram desenvolvidos na cidade, através de ofícios, como: carpintaria, ferraria, funilaria, selaria, entre outros. As casas comerciais ofereciam amplo sortimento de produtos e, através do capital acumulado com as atividades comerciais, surgiram as primeiras fábricas, o que intensificou o processo de urbanização da cidade, ao abrir novos postos de trabalho e atrair migrantes de outras regiões. (HERÉDIA, 1997; MACHADO, 2001).

Nessa fase de desenvolvimento crescente, a colônia, passando da agricultura para comércio e indústria, precisou realizar a construção de estradas para transportar a produção a outros centros. Conforme Relatório da Intendência, a construção de estradas de ferro e a instalação de rede telefônica foram os principais recursos para o progresso da região.

¹ O município passou a ser denominado Caxias do Sul, a partir de 1944, para ser diferenciado do Município de Caxias, localizado no Estado do Maranhão.

O município demonstrava indícios de desenvolvimento e progresso, como se comprova com a presença da Rede Telefônica e do projeto da Estrada de Ferro, quando destinava verbas e contratava empresas responsáveis pelo trabalho. Isso fica claro no discurso do intendente Serafim Terra [...] Além da rede telefônica, o intendente também elenca o projeto da estrada de ferro como um dos grandes melhoramentos desenvolvidos na região. O próprio intendente exalta os resultados que a estrada de ferro trará à colônia: “o resultado material e social palpitante para Caxias com tão grande melhoramento, impõe-se a obrigação de cuidar com dedicação dos meios de garantir e firmar o franco desenvolvimento e nossa indústria e comércio” (CORRÊA; HERÉDIA, 2013, p. 262-263).

Diante desse novo cenário urbano, entre as décadas de 1920 e 1930, o governo municipal executou uma série de obras visando o melhoramento dos logradouros públicos. A administração do intendente Celeste Gobato (1924-1928) executou obras de macadamização das ruas centrais, enquanto a gestão do prefeito Dante Marcucci (1935-1947) remodelou praças, rebaixou e pavimentou ruas e avenidas, tornando-as propícias à circulação de automóveis. (MACHADO, 2001).

O crescimento da cidade e a conseqüente urbanização trouxe para Caxias do Sul uma série de investimentos públicos e privados. Além da via férrea, a cidade passou a contar com serviços públicos de iluminação, investimentos e saneamento básico, justiça e policiamento mais extensivo. Foram as necessidades urbanas que impuseram também a construção do quartel, com vistas a garantir a segurança pública na cidade.

Todo esse movimento que conjugou investimentos empresariais e públicos intensificou o processo de crescimento da cidade. No plano privado, nas primeiras décadas do século XX, Caxias do Sul passou a ser um polo de atração para trabalhadores, que passaram a migrar em busca de trabalho. No que se refere aos investimentos estatais, muitos funcionários públicos também foram atraídos por razões semelhantes. Esse processo muda parcialmente o perfil étnico da cidade que, aos poucos, passa a conviver com o diferente, ou seja, alguém que vem de fora.

O presente artigo pretende problematizar essa relação de identidade em Caxias do Sul que, muitas vezes, tem sido mostrada como homogênea. A base empírica para essa análise é pouco usual, ou seja, será analisado um processo de queixa-crime, tendo como epicentro o quartel da cidade. Os envolvidos são sujeitos que, por razões distintas, carregam a marca da migração interna no Brasil. São brasileiros trabalhadores inseridos em uma cidade, que possui um discurso fortemente marcado pela identidade imigrantista europeia.

Processo de queixa-crime

Para o desenvolvimento deste trabalho, está sendo, usado como fonte de pesquisa, um processo judicial oriundo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul, sob custódia do Centro de Memória Regional do Judiciário (CMRJU), integrado ao Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC), da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

O suporte para esta pesquisa é uma queixa-crime² com seu marco temporal no ano de 1935. Tem como cenário a região onde está localizado o quartel, no Bairro Rio Branco, em Caxias do Sul, e tem como envolvidos militares e moradores das redondezas. Em 1918, foi instalado em Caxias do Sul, um Tiro de Guerra do Exército. A Intendência Municipal doou uma área de 51.604 m², que mais tarde seria o Bairro Rio Branco. A União doou mais 56.312 m² adquiridos e agregados à área doada pela municipalidade. (MARTINS, 2008, p. 24).

No ano de 1922, teve início a construção do aquartelamento, por ordem do Ministro da Guerra, sendo inaugurado em 1923, mas sem a dotação de efetivos. A partir de 1927, o 9º Batalhão de Caçadores, de Pelotas – RS, transferiu-se para as novas instalações, sendo um quartel da Arma de Infantaria, permanecendo como tal até 1949. O 9º Batalhão de Caçadores participou da Revolução de 1930, incorporando-se à Coluna Dornelles, indo até São Paulo – SP. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932, e da Decretação do Estado Novo, quando se deslocou para Porto Alegre – RS. Participou da Segunda Guerra Mundial, enviando um contingente de 121 pracinhas para lutar. (MARTINS, 2008, p. 25).

É nesse contexto da década de 1930 que, em Caxias do Sul, chega à justiça um processo que acaba envolvendo, de maneira periférica, o quartel da Arma de Infantaria. Na realidade, o quartel e seus arredores são envolvidos numa queixa-crime envolvendo duas mulheres e um conjunto de pessoas, que são arroladas como testemunhas. Esse processo, quando trabalhado numa perspectiva histórica, permite visualizar relações sociais nem sempre trabalhadas pela historiografia regional.

Os processos judiciais são fontes promissoras para as pesquisas, por captarem as questões sociais, econômicas, culturais e das mentalidades das partes e, inclusive, dos operadores do direito. Essa queixa-crime traz vários elementos para se pensar uma sociedade em fase de urbanização e industrialização, destacando-se os conflitos sociais que daí advêm. O processo em questão trata, principalmente, sobre a defesa da honra de uma mulher que se sentiu difamada entre seus iguais.

² A queixa-crime é uma ação privada, que consiste em fatos envolvendo a honra das pessoas que se sentiram prejudicadas. Nesse caso, os crimes são de injúria e difamação.

O processo³ envolve quatro pessoas, sendo uma autora (querelante) e três réus (querelados). O motivo da abertura do processo é a difamação e injúria que a querelante, doravante F.B.,⁴ sofreu por parte dos querelados, que aparecerão na sequência do texto. Antes de tudo, cabe lembrar que a fala do autor e dos réus, bem como das testemunhas, do juiz, promotor e dos advogados, é registrada no processo por um escrivão, ou seja, um filtro, podendo não ser, portanto, o testemunho literal dos envolvidos.

A ação não traz nenhuma informação sobre a idade ou naturalidade da autora do processo. Sabe-se apenas que era esposa de um sargento instrutor do Tiro de Guerra de Carlos Barbosa. A querelante busca, no processo, desmentir boatos sobre sua conduta, inventados, segundo a mesma, por seus vizinhos. A respeito dela tem-se os depoimentos divergentes que constam na fala das testemunhas.

A primeira ré a falar no processo foi A.B., viúva e dona de uma pensão próxima ao quartel. A.B. contou que, no dia 9 de fevereiro, pela manhã, ligou para o sargento dizendo que gostaria de conversar pessoalmente com o mesmo sobre o comportamento de sua esposa. Disse que, durante a ausência do sargento, “ouvira certos escândalos de noite e brigas com a filha”, vindos da casa de F.B., além de acusá-la de “proceder mal e andar metida com diversos homens”. A dona da pensão, ainda, apontou que um desses homens seria um subtenente do quartel, além de outros dois cabos.

O marido em questão não se encontrava em Caxias do Sul e sim em Carlos Barbosa atendendo suas funções militares. Chama a atenção a preocupação da dona de pensão em comunicar esse comportamento ao sargento, através de uma ligação telefônica, o que, seguramente para o período, não era facultado a qualquer pessoa.

Esse primeiro depoimento, numa provável formação de culpa, faz levantar algumas indagações sobre as razões da dona da pensão, para além daquilo que ela estava colocando no processo.

Outro réu chamado a falar no processo foi R.S., natural do Distrito Federal,⁵ residente em Caxias do Sul há um ano e pai do menor impúbere (com 18 anos). Segundo R.S., seu filho teria sido seduzido por F.B., o que o menor confirmou na sequência do processo, quando foi chamado a depor. Diante do juiz, mas acompanhado de seu pai, o menor afirmou que “realmente foi beijado por F.B. na varanda da casa de um comerciante vizinho”, e acrescentou, ainda, que foi “convidado pela querelante para penetrar na sua casa, pelo porão, a fim de manterem relações sexuais”. Por fim, ao ficar sabendo do ocorrido, o pai do menor disse, durante o processo, que contaria o acontecido para o marido de F.B., o sargento.

³ CMRJU/IMHC: 1935, processo 05, caixa 05 D. O processo é manuscrito.

⁴ Para preservar a identidade dos envolvidos no processo, apenas as iniciais do nome serão informadas aqui.

⁵ De 1891 a 1960, o Distrito Federal localizou-se no município do Rio de Janeiro.

Esse depoimento evidencia, numa linguagem muito direta, as relações atribuídas a uma sociedade como a caxiense. O pai do menor se apressou em indicar F.B. como a responsável única pelos eventos descritos, talvez já se precavendo de uma eventual tomada de satisfação em nome da honra, por parte do sargento. Além disso, os envolvidos nesse relato não se enquadram no perfil étnico majoritário de Caxias, ou seja, não são descendentes da imigração europeia de décadas anteriores.

A seguir, algumas testemunhas são chamadas a depor. Ao todo, 14 pessoas são intimadas a darem sua versão dos fatos. São todos moradores da região, conhecidos do casal, ou seja, da autora do processo e seu marido, ou dos réus.

A primeira testemunha é um soldado do 9º B. C., residente na casa do comerciante onde teria ocorrido o beijo entre a esposa do sargento e o menor. Interrogado pelo juiz e por um advogado de defesa, o soldado E.S. disse desconhecer qualquer fato que desonrasse a conduta da esposa do sargento.

O mesmo tipo de depoimento é dado por outras testemunhas no processo. Trata-se de militares (de patentes diversas, de cabo a sargento), sendo um deles natural de São Paulo e, outro, de Goiás, um industrialista, dois comerciantes, e um coveiro.

Para melhor esclarecimento, a tabela abaixo vai mostrar a ocupação profissional e a naturalidade das testemunhas, para assim compreender que a população de Caxias do Sul estava agregada com indivíduos de locais diversos.

Testemunhas	Profissão	Naturalidade	Idade
ES	soldado	RS	24 anos
CH	sargento	SP	27 anos
HC	cabo	RS	21 anos
AD	do comércio	Síria	31 anos
VA	militar	RS	24 anos
ABC	militar	RS	21 anos
AL	músico	MA	29 anos
CR	doméstica	RS	50 anos
LG	coveiro	RS	25 anos
AO	industrialista	RS	46 anos
AT	chofer	RS	23 anos
AM	do comercio	RS	39 anos
MR (referida)	doméstica	RS	49 anos
DC (referida)	militar	GO	32 anos

Fonte: Elaborado a partir dos dados constantes em processos do CMRJU/IMHC.

Com poucas divergências em suas falas, respondem os interrogatórios do juiz ou dos advogados, na sua maioria, de forma lacônica, informando nada saberem sobre a má conduta da esposa do sargento ou, então, saber apenas o que outros moradores da redondeza têm comentado, embora nada possam provar porque nada viram. Alguns dizem de F.B. ter “bom comportamento”, outros, “se tratar de uma legítima esposa”. Provável que todas essas falas estivessem comprometidas com a opinião defendida pelo sargento, numa versão que resguardasse a sua honra.

Todavia, o processo traz também a fala de testemunhas de defesa. E, aqui, encontram-se os discursos que visam corroborar as acusações de maus costumes da querelante, bem como sua infidelidade ao marido. Sobretudo, três depoimentos presentes no processo se concentram em sustentar o testemunho dos réus.

Um desses depoimentos é o de A.L., de profissão músico e natural do Estado do Maranhão. A.L. disse que “sabe por ouvir dizer” que a querelante era, antes de viver com o sargento, “uma mulher de vida fácil”. Ao mesmo tempo, afirma que os réus, ou seja, a viúva dona da pensão, o militar e seu filho, têm “bons antecedentes”. O músico maranhense provavelmente não tivesse nenhum compromisso com o sargento e, por isso, sustentou uma tese desabonadora de F.B. Era de fora, portanto, não caxiense. Não era militar e assim não se encontrava subordinado a uma posição de respeito em relação à hierarquia militar.

Outro depoimento é o de uma doméstica, C.R., com 50 anos de idade, natural deste estado, que trabalhou na casa do comerciante A.D. A fala dessa testemunha é uma das mais longas do processo. A doméstica afirma que o seu patrão não gostava da presença da querelante na sua residência, pois o comportamento da mesma era “de pouca vergonha, parecendo que a querelante queria transformar o local em um cabaret”. Relatou, também, ter visto um rapaz “adentrar pela janela” à casa da querelante, por volta das “onze horas da noite”. E que a viu, em outra ocasião, “de braços dados com um sargento da Brigada Militar”. Sobre o depoimento de C.R., pode-se entender que há uma relação de cumplicidade, que consiste em respeito e gratidão, pois, antes de trabalhar na casa de A.D., foi empregada da ré A.B., só se ausentando de suas tarefas domésticas por problemas de saúde, mantendo, assim, uma relação de amizade.

Finalmente, a terceira testemunha a depor a favor dos réus é um jovem chofer, A.T. natural deste estado, com 23 anos de idade. O mesmo afirma ter “saído uma noite de automóvel com um amigo, em companhia da querelante e outra mulher”, e que eles “mantiveram relações sexuais”. O fato, segundo a testemunha, ocorreu anos antes da autora do processo ir viver com o sargento, mais precisamente no ano de 1930. A seguir, afirmou ter sido vizinho de F.B., tendo oportunidade de constatar que a casa da querelante era “frequentadíssima, à noite, por praças do 9º B. C.” A.T. também disse

“conhecer F.B. morando em casa de uma senhora dona de uma casa de prostituição”, isso antes dela “ir viver amasiada com o sargento”.

Para finalizar a descrição da narrativa desse processo de queixa-crime, cabe registrar que a idoneidade de algumas testemunhas foi contestada durante a ocorrência do mesmo. Foi o que ocorreu, por exemplo, na acareação das testemunhas A.D. (o comerciante) e C.H. (um militar). Frente a frente, o militar acusou o comerciante de não ter “idoneidade moral para defender a esposa do sargento”, pois em defesa da querelante o comerciante acusou a ré A.B., que o militar assegura ser “uma senhora respeitável e digna” ao contrário da querelante que é uma senhora de “reputação duvidosa”. Além do mais, o militar se referiu a A.D. como “cidadão fichado na polícia”, e que isso, “provará oportunamente”. Também se verificou que a correção moral dos envolvidos foi assegurada como demonstra um documento juntado aos autos do processo, que informa ser o réu R.S. “um homem honesto, leal e cumpridor rigoroso de seus deveres”, documento este encaminhado e assinado por tenente-coronel do 9º B. C.

Considerações finais

As possibilidades de utilizar os processos como fontes para a pesquisa histórica são grandes. Os processos trazem enfoques de diferentes sujeitos, espaços ou recortes. Durante a pesquisa se percebeu que os fatos se repetem tanto em cidades maiores como em pequenas colônias. Independentemente da classe social dos envolvidos, os processos criminais contêm informações a respeito de pessoas, as quais podem ser abordadas para descobrir o cotidiano de determinada época e local.

As pesquisas, que utilizam os processos judiciais como fontes, mostram que esses documentos trazem elementos relevantes em questões sociais, jurídicas e históricas. No entanto, os processos não foram feitos para que o historiador neles faça pesquisas, mas é possível, através deles, que seja investigada alguma situação que interesse à história.

Ao analisar esses documentos, ao historiador interessa a abordagem da fonte em si. Os processos mostram uma pequena parte da realidade social dos indivíduos e da sociedade em que vivem. O problema que o historiador poderá encontrar, ao pesquisar processos, será a não continuidade das fontes, pois alguns processos não possuem um desfecho, uma decisão judicial.

O historiador adquire, a partir dos processos, um olhar diferente, na tentativa de ver no processo judicial uma verdade ainda em construção. Para a justiça, a função dos processos é desvendar a verdade acerca de fatos apresentados. No entanto, essas verdades são demonstradas através de argumentos que justificam as versões dos fatos e acabam influenciando no convencimento do julgador.

Para Chalhoub:

as “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência [...] cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais *é uma encruzilhada de muitas lutas* [...]. Resta ao historiador a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho em direção aos atos e às representações que expressam, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais. (2001, p. 41-42, grifo do autor).

Para a análise do cotidiano, os documentos judiciais se tornam fontes através do discurso dos operadores do Direito e, também, das falas dos sujeitos que representam o meio social.

A esse respeito, Fausto aponta:

Muitos personagens são pessoas comuns, invisíveis nos planos dos grandes acontecimentos, e que não figuram na galeria dos “grandes personagens de nossa história”. No entanto, suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem fochos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança. (2009, p. 10).

É possível analisar o contexto social em que vivem as pessoas presentes no processo estudado, pois compreende costumes, questões culturais, econômicas e sociais. As partes e as testemunhas são pessoas comuns, com profissões modestas, na sua maioria, e com pouca instrução.

Também está presente a questão de honra. A querelante busca comprovar a sua honra e também a de sua família, por intermédio de uma ação judicial, no caso, a queixa-crime, propícia para averiguar crimes de calúnia, injúria e difamação. Isso para uma sociedade como a caxiense era algo muito importante, mesmo que as pessoas envolvidas na trama não tivessem uma relação mais estreita com o “ser daqui”. (PERROT, 1995, p. 306-307).

Referências

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

CORRÊA, André; HERÉDIA, Vânia. A criação da municipalidade: a ação do setor público no desenvolvimento econômico de Caxias do Sul. In: RAMOS, Eloísa H. C. da Luz et al. *História da imigração: possibilidade e escrita*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo de 1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul, RS: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est, 2007.

HERÉDIA, Vania. *Processo de industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul, RS: EducS, 1997.

_____. *Memória e identidade: CIC*. Caxias do Sul, RS: Ed. Belas Letras, 2007.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

MARTINS, Jorge Luiz Cardoso. *A história do quartel em Caxias do Sul*. 2008. Trabalho de conclusão de curso Especialização (História Cultura e Região) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.

PERROT, Michele. Cenas e locais. In: PERROT, Michele; ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa a Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

A repressão aos súditos do Eixo, em Pelotas: o caso do italiano Domingos Bassini

Tamires Xavier Soares

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – PUCRS

A primeira abertura, para o estabelecimento de estrangeiros europeus no Brasil, foi dada pelo Decreto de 25 de novembro de 1808. Contudo, isso não significa que, nos séculos que antecederam o século XIX, não houve entrada de imigrantes. O que ocorria, na maioria das vezes, eram imigrações espontâneas ou, em alguns poucos casos, imigração organizada por iniciativas do governo imperial.

Alguns fatores possibilitaram a vinda de estrangeiros para o Brasil, tais como a abundância de recursos naturais, as potencialidades econômicas, a baixa densidade demográfica e a conjuntura que se apresentava em seus países de origem.¹

Para o Brasil, o estabelecimento de correntes imigratórias, após 1824, significou a inserção gradual do sistema capitalista. No entanto, cabe aqui salientarmos que a vinda de imigrantes para o Brasil podia ser feita tanto por iniciativa privada² quanto governamental. Segundo Lando e Barros

[...] a fração numericamente mais significativa ao afluxo imigratório de europeus teve outro sentido que não o de tornar permanente a ocupação de regiões menos densamente povoadas. Nesses termos, a colonização europeia que se realizou no sul constitui-se num caso à parte no contexto do processo imigratório. (1980, p. 16).

Os imigrantes mais desejados eram os portugueses, italianos e espanhóis, visto que seus costumes eram considerados mais compatíveis com os costumes latinos, o que facilitava a assimilação. A maior parte dos imigrantes urbanos, ou seja, aqueles que residiam nas cidades, eram italianos. Segundo Marcos H. dos Anjos (1996), para a região de Pelotas o recenseamento urbano de 1899 aponta para 654 italianos na zona urbana, em quanto alemães eram apenas 291.

Esses imigrantes alemães e italianos, que migraram para a região de Pelotas, formaram grupos étnicos. Barth (1998, p. 193), os grupos étnicos têm uma função organizacional. “Na medida em que os atores usam identidades étnicas³ para categorizar

¹ Tendo em vista as condições que se apresentavam, com o decorrer da Revolução Industrial e do sistema capitalista. E, posteriormente, o estímulo para imigração veio do grande excedente populacional.

² A imigração por iniciativa privada teve um grande aumento, após 1850, quando foi criada a lei que proibia o tráfico negreiro.

³ Segundo Weber (2006), as identidades étnicas são produtos de uma construção; algo mutável e não fixo, sólido, o

a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional.”

Deste modo, os grupos étnicos desempenham um papel importante na sociedade que os circunda, pois possibilitam a identificação entre seus semelhantes e não semelhantes e, a partir disto, auxiliam no estabelecimento das relações, tanto internas quanto externas ao grupo.

Entretanto, é importante destacar que as colônias da região do Município de Pelotas não ficaram isoladas, uma vez que havia várias estradas que facilitavam o acesso ao centro urbano. Como consequência disso, os colonos podiam comercializar o excedente agrícola e comprar utensílios no comércio local. Logo, não houve formação de *quistos étnicos*, uma vez que os colonos mantinham contato com pessoas de outras etnias.

Em 1938, o governo do presidente Getúlio Vargas pôs em prática a campanha de nacionalização, que atingiu principalmente imigrantes alemães, italianos e japoneses. Embora sendo caracterizados como “mais fáceis de nacionalizar”, as colônias italianas tiveram escolas, clubes e associações italianas fechadas, a comunicação em língua italiana foi proibida. No entanto, as medidas nacionalizadoras foram menos agressivas, se comparadas às colônias alemãs. Segundo Gertz:

[...] não há dúvida de que a nacionalização na tradicional região de colonização italiana ao norte de Porto Alegre, em Caxias do Sul e adjacências, foi menos agressiva e violenta que nas regiões de colonização alemã, há fortes indícios de que na assim chamada Quarta Colônia, no centro do estado, próximo a Santa Maria, em torno de Silveira Martins, os efeitos sobre italianos e descendentes foram muito mais marcantes que na primeira região. (GERTZ, 2005, p. 153).

A campanha de nacionalização teve como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial, que teve início em 1939. O Brasil se manteve neutro no conflito até agosto de 1942; porém, após o ataque aos navios brasileiros por submarinos alemães, o Brasil quebrou a política de neutralidade, aproximando-se dos aliados. Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, todos os imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses passaram a ser vistos como uma ameaça à pátria, sendo denominados genericamente de Súditos do Eixo.

Com a notícia de que navios brasileiros haviam sido naufragados por submarinos alemães, a população pelotense iniciou uma marcha pelas ruas da cidade. Durante a manifestação, casas e estabelecimentos alemães foram apedrejados. No entanto, oito

que nos auxilia a compreender melhor nosso objeto.

meses antes de tais manifestações populares, a empresa norte-americana *The Riograndense Light and Power* demitiu nove funcionários Súditos do Eixo.

A empresa *Light*, era subsidiária do grupo *American & Foreign Power* (Amforp) e responsável pelo abastecimento de energia e transporte público na cidade de Pelotas. Em seu quadro de funcionários estavam oito alemães – Otto Daü, Germano Schmill, Ernesto Otto Heyne, Frederico Poepping, Carlos Jeismann, Henrique Guilherme Ernest, Henrique Neimann, Max João Stauffert – e um italiano – Domingos Bassini, todos exerciam funções de chefia e eram empregados estáveis.

Segundo a Lei 62, de 5 de junho de 1935, era considerado empregado estável aquele que trabalhou por dez anos ou mais, na mesma empresa. Neste caso, o empregado não poderia ser demitido sem antes haver abertura de um inquérito administrativo para apuração de falta grave ou força maior.

No caso que iremos analisar, os funcionários, Súditos do Eixo, foram demitidos de forma abrupta, no dia 18 de dezembro de 1941, tendo em vista as garantias que a Lei 62, de 1935, lhes assegurava; em março de 1942, os nove funcionários ajuizaram um processo trabalhista contra a empresa *Light*.

A empresa reclamada por meio de seu advogado afirmava:

É certo que os referidos empregados foram despedidos pela Suplicante em dezembro de 1941. E no momento da despedida a Suplicante fez ver que o motivo da despedida era o fato de serem os referidos empregados súditos de nações que se achavam em estado de guerra com os Estados Unidos. Havendo o Governo Brasileiro, interpretado o sentir geral da opinião pública do Brasil e honrando os compromissos internacionais antes assumidos, declarando a sua solidariedade aos Estados Unidos, não era possível à Suplicante manter em exercício empregados que pertenciam a nações agressoras da América. (PROCESSO 213-B, 1942, p. 20).

A citação acima, sinaliza para o fato de as demissões terem relação com o ataque alemão a *Pearl Harbor*, ocorrido em 7 de dezembro de 1941. Desta forma, sendo a empresa subsidiária de um grupo norte-americano, a ordem para as demissões partiram da direção do grupo *American & Foreign Power*, visto que a empresa Cia. Carris de Porto Alegre também era subsidiária do mesmo grupo, e demitiu seus funcionários alemães e italianos, no mesmo período em que a *Light* de Pelotas o fez.

A empresa *Light* justificou as demissões como motivo de força maior, tendo em vista a natureza dos serviços prestados por esta.

No caso, a força maior decorre da própria situação nacional e internacional, já é que permanência de súdito do “eixo” em empresas de serviços públicos e incontáveis com os altos interesses nacionais. Não seria preciso provar que o empregado é agente da quinta coluna ou que está praticando atos de espionagem ou de sabotagem. Basta a sua nacionalidade para torna-lo

suspeito. E basta a suspeição para tonar necessário o afastamento. (PROCESSO 213-B, 1942, p. 24).

Os nove reclamantes, por meio de seus dois advogados argumentam alegando que, mesmo se o motivo das demissões fosse de força maior, a empresa deveria ter aberto um inquérito administrativo. Além disso, os reclamantes ressaltavam o fato de que, em dezembro de 1941, o Brasil ainda estava neutro e não havia rompido nem mesmo relações diplomáticas com a Alemanha.

Porém, a empresa seguiu afirmando que, devido ao contexto mundial beligerante, as demissões eram necessárias, pois se enquadravam como motivo de força maior.

Se somente a rotura de relações fosse considerada força maior, ainda assim teria de reconhecer que a despedida somente teria sido ilegal no período que vai de 18 de dezembro até a da de rompimento das relações, isto é, menos de um mês. E assim, os Reclamantes teriam direito apenas ao ordenado correspondente a esse período, e não à readmissão. Não entende a Suplicante que o fato de alguém ser alemão, italiano ou japonês deve ser motivo para privar esse alguém de ganhar sua vida e desempenhar qualquer espécie de trabalho. Muitas ocupações há que podem ser ainda hoje desempenhadas por italianos ou alemães. Mas essas ocupações não podem ter relação com empresas de serviços públicos, comunicações, eletricidade, etc., porque então seria dar oportunidade aos quinta-colonistas para agirem nos setores mais perigosos da economia nacional. (PROCESSO 213-B, 1942, p. 23-24).

Por fim, a reclamada fez referências mais específicas aos imigrantes alemães, afirmando que estes imigrantes alemães se infiltravam e agiam com sutileza “[...] dentro de todas as fronteiras que não constituam o seu habitat próprio da raça germânica, dita ariana pura, métodos esses, em certo sentido, inéditos e contra os quais nenhuma das nações estava preparada, porque a sua mentalidade não é afim a essa de insidia e de traição, sem entranhas e sem escrúpulos”. (PROCESSO 213-B, 1942, p. 28).

Sobre os imigrantes italianos, a reclamada não fez nenhuma referência específica, só notamos referências aos italianos, quando a mesma falava sobre os Súditos do Eixo. Em nenhum momento, a reclamada atribuiu características pejorativas aos italianos, assim como fez na citação acima com os imigrantes alemães.

Antes de apresentar o resultado do julgamento da ação trabalhista, o juiz de Direito Alcina Lemos⁴ fez 24 considerações; dentre estas, duas nos chamaram a atenção, pois caracterizavam de forma homogênea e negativa os denominados Súditos do Eixo.

Em sua décima primeira consideração, Alcina Lemos caracterizou os Súditos do Eixo como sendo pessoas dóceis aos manejos de sua pátria, considerados elementos inofensivos, pacíficos, integrados à sociedade brasileira, que “[...] penetram nos lugares,

⁴ A Justiça do Trabalho foi instituída em 1941; porém, em Pelotas, em 1942 ainda não havia sido criada a Junta de Conciliação e Julgamento; então, as ações trabalhistas eram julgadas pelo juiz de Direito.

trabalham nas empresas de utilidade pública, imiscuindo-se em todos os recônditos escaninhos de vida íntima da terra que lhes dá o pão, para, no momento propício, golpeando-a pelas costas, a envolverem no sangue e no desespero, e, até no opróbio de si mesmas.” (PROCESSO 213-B, 1942, p. 29).

A outra consideração do juiz de Direito Alcina Lemos, que nos chamou a atenção, foi a décima sexta, na qual afirmou: “Considerando que essa ação advinda desse elemento alienígena é tão regularmente sistemática que, a não ser por insensatez, ou indefensável e condenável ignorância, para todo brasileiro, ser alemão ou italiano ao mesmo deverá corresponder, a um elemento suspeito, perigoso, indesejável e hostil, até prova em contrário.” (PROCESSO 213-B, 1942, p. 29). Após as vinte e quatro considerações, Alcina Lemos julgou improcedente a reclamação dos trabalhadores.

Inconformados com a decisão da primeira instância, os nove trabalhadores imigrantes recorreram da decisão. Na reclamação enviada para o Conselho Regional do Trabalho (CRT), os reclamantes, por meio de seus advogados, apresentaram novos argumentos. Dentre esses, os imigrantes ressaltaram o fato de que estavam casados com brasileiras, tinham filhos brasileiros e alguns até mesmo netos. Além disso, segundo eles, o juiz de Direito Alcina Lemos julgou o caso considerando crimes que presumia que os mesmos iriam cometer, deixando de considerar a importância do emprego para o sustento de suas famílias:

Esses pobres operários Egrégio Conselho, não voltando ao trabalho, terão perdido o melhor de suas mocidade no engrandecimento de uma Empresa, que lhe sugou todas as suas energias até esgotá-los, e que jamais lhes poderá restituir, ficando por conseguinte eles, impossibilidade de obterem um novo emprego, que lhes possa dar as mesmas garantias, que haviam conquistado pelo longo e exaustivo trabalho de dezenas de anos na referida Empresa. Com poderão os reclamantes Egrégio Conselho, prover pelo sustento de suas mulheres e filho? Esqueceu-se o M. Sr. Dr. Juiz de Direito, que julgando improcedente a reclamação justa desses operários, acabava de lançar a miséria inúmeros brasileiros, filhos de mães brasileiras, casadas com estes reclamantes? Exa. deu uma sentença atento apenas ao ponto de vista político internacional, sem que no entanto e pudesse justificar dentro das nossas leis sociais, que apesar do momento que atravessamos, ainda não sofreram qualquer modificação pelos poderes competentes, mas nunca uma sentença apoiada na lei. Julgando o M. Sr. Dr. Juiz de Direito, improcedente a ação dos reclamantes, anulou o futuro que estes operários preparavam para as suas mulheres e filhos. (PROCESSO 213-B, 1942, p. 32).

A empresa norte-americana alegava que a questão não era impedir que trabalhadores, Súditos do Eixo, ganhassem a vida honestamente; o problema era tais imigrantes exercerem cargos de chefia em empresas de serviços públicos, como a *Light*.

Ainda agora os jornais noticiam que, segundo o depoimento de um ex-deputado alemão, há espalhados pelo Brasil nada menos de 85.000 agentes nazistas, desconhecidos da Polícia. E a precisão com que são torpedeados os nossos navios demonstra os vastos recursos de informação de que a Alemanha e a Itália dispõe, no Brasil. A estação emissora de Berlim chega a mencionar à noite fatos passados no Brasil durante o dia. Não pode, pois, à nossa sociedade ficar à mercê de tais elementos perigosos. O único meio de atingi-los é considerar suspeitos todos os alemães, todos os japoneses, todos os italianos e de tê-los sob vigilância e afastados dos lugares onde possam fazer mal. (PROCESSO 213-B, 1942, p. 38).

Diferentemente do julgamento do Juiz de Direito Alcina Lemos, os membros do CRT não ponderaram sobre o suposto risco que os reclamantes representavam estando no exercício de suas funções de chefia. A discussão no CRT foi a respeito da quebra do rito processual que a empresa cometeu, ao não ter aberto o inquérito administrativo, conforme previa a Lei 62, de 1935. No entanto, o CRT deixou claro que a empresa tinha o direito, após o julgamento, de abrir inquérito administrativo para apuração de força maior. Por fim, os membros do Conselho Regional do Trabalho concederam provimento ao recurso movido pelos trabalhadores, condenando a empresa a reintegrá-los e lhes pagar o tempo em que estiveram indevidamente afastados.

Tendo em vista o resultado do julgamento, a empresa readmitiu os funcionários e deu início a um inquérito administrativo contra alguns. Deixou fora de tal investigação os funcionários: Max João Stauffert, Domingos Bassini, Henrique Ernest. O italiano Domingos Bassini estava com idade e tempo de serviço suficiente para se aposentar, desta forma acabou recebendo o que a empresa lhe devia e sendo aposentado.

Em busca de algumas informações sobre as famílias dos nove imigrantes envolvidos no processo trabalhista, encontramos a família Bassini. O membro mais idoso da família é o neto de Domingos Bassini, chamado Roberto Bassini, atualmente com 74 anos. Roberto Bassini nos concedeu uma entrevista oral, realizada dia 2 de maio de 2015, em sua residência, na cidade de Pelotas.

Conforme dados fornecidos por Roberto Bassini, e confirmado através dos registros do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula, Domingos Bassini faleceu no dia 9 de maio de 1964, com 98 anos de idade. Desta forma, por motivos óbvios, a narrativa de Roberto Bassini é mesclada por suas memórias e memórias herdadas.

Para Pollak, a memória é constituída por dois tipos de acontecimentos:

Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou

não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p. 202).

Roberto Bassini nasceu em 1941, ou seja, em meio à Segunda Guerra Mundial; desta forma, como frisado, as questões relatadas sobre o período que estamos analisando, 1941 a 1945, tratam-se de memórias herdadas de seus pais e até mesmo de seu avô e memória de sua infância.

Questionamos Roberto a respeito dos motivos que levaram Domingos Bassini vir para o Brasil. Segundo Roberto, seu avô era mecânico de primeira linha, trabalhava como montador de motores de uma fábrica de motores na Itália, e foi para isso que veio para o Brasil, para montar e dar assistência a motores na cidade de Rio Grande.

Domingos Bassini trouxe consigo a esposa, que estava grávida, e um filho pequeno. Logo após aportar em Rio Grande, em 1901, Dozolina Rossi Bassini deu à luz⁵ Giovanni Bassini.⁶ A família Bassini residiu na cidade de Rio Grande por um longo tempo; entretanto, quando Domingos Bassini começou a trabalhar na *Light* de Pelotas, a família resolveu se mudar. Roberto recorda que seu avô fazia parte de um grupo de italianos que jogavam carta, mas não soube afirmar se Domingos Bassini fazia parte de algum clube ou associação italiana.

Sobre o período da guerra, o entrevistado conta a história de seu tio Benedito, que veio da Itália junto com seu avô, e foi para o *front* em Monte Castelo na Itália.⁷ Deste modo, diferentes das narrativas das famílias alemãs, Roberto afirma nunca ter ouvido seu pai ou seu avô falar sobre agressões contra os italianos na região de Pelotas, durante a Segunda Guerra Mundial. Sobre a demissão de Domingos, Roberto diz desconhecer tal fato, o que sabia era que seu avô havia trabalhado e se aposentado pela *Light*.

Conclusão

Com a análise do processo trabalhista, percebemos que nem a reclamada nem o juiz de Direito, Alcina Lemos, nem mesmo os membros do Conselho Regional do Trabalho fizeram acusações especificamente a imigrantes italianos. O que notamos são referências feitas aos Súditos do Eixo, do qual os italianos faziam parte. Além disso, no emanar do processo percebemos que a ordem para as demissões partiram da gerência do

⁵ Em anexo encontra-se a certidão de nascimento de Giovanni Bassini.

⁶ Giovanni Bassini é pai do entrevistado.

⁷ Em anexo, a foto de um instrumento utilizado por Benedito durante a Segunda Guerra Mundial.

grupo *American & Foreign Power*, motivadas pelo ataque dos alemães a *Pearl Harbor*, o que nos indica a dimensão da influência dos Estados Unidos no Brasil.

A entrevista oral realizada com Roberto Bassini apontou para uma grande diferença entre os relatos das famílias alemãs. As narrativas das famílias alemãs revelam lembranças do terror e do medo das agressões praticadas contra tal grupo étnico, durante o período da guerra, principalmente após 1942. Diferente é a narrativa de Roberto, que apresenta a lembrança da participação do tio no *front* da Itália, dos vários casamentos de seu avô e do convívio familiar, não apresentando em momento algum memórias de medo ou terror.

Desta forma, a análise do processo trabalhista e da entrevista oral realizada com Roberto Bassini nos forneceu evidências empíricas de que a repressão aos imigrantes italianos, durante a Segunda Guerra Mundial, não foi tão intensa quanto foi para aos imigrantes alemães e japoneses.



Certidão de nascimento de Giovani Bassini



Instrumento utilizado por Benedito Bassini durante o período que serviu como pracinha brasileiro

Referências

ANJOS, Marcos Hallal dos. Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. 1996. Dissertação (Mestrado História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNAT, Jocelyne. *Teoria da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.

BASSINI, Roberto. *Roberto Bassini: depoimento* [maio 2015]. Entrevistadora: Tamires Xavier Soares. Pelotas, 2015. Entrevista concedida para o livro 140 anos da imigração italiana no Rio grande do Sul da UCS/Educ. 2 cassetes sonoros.

BRASIL. *Lei 62*, de 5 de junho de 1935. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-62-5-junho-1935-557023-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ediupf, 2005.

LANDO, A. M.; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. H. (Org.). *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 9-49.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

MEMORIAL da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. *Processo 213-B*, Reclamantes Otto Daü, Germano Schmill, Ernesto Otto Heyne, Frederico Poepping, Carlos Jeismann, Henrique Guilherme Ernest, Henrique Neimann, Max João Stauffert e Domingos Bassini. Reclamada The Riograndense Light and Power, 1942.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões*, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, n. 18, p. 236-255, 2006.

Quando nos despedimos já estava com saudades dele: sobre a produção de um registro audiovisual

Pâmela Cervelin Grassi

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), pela Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc

A produção de um registro audiovisual, no meio acadêmico,¹ é um modo favorável de problematizar a construção da narrativa histórica, uma vez que a linguagem audiovisual exige a mobilização de recursos, que não são empregados na escrita. O historiador depara-se com problemas práticos, como a elaboração de roteiro, a produção e edição de um audiovisual, bem como implicações teórico-metodológicas ligadas à narrativa cinematográfica. Como transformar o texto escrito em palavras, sons e imagens e, ainda, conferir um sentido de enredo?

Para elaborar um registro audiovisual, as operações foram desenvolvidas a partir de registros pessoais de Ada, uma moça pertencente à elite empresarial da cidade de Caxias do Sul, RS, escritos entre 1946 a 1952 e que integram o acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). Seu diário pessoal e o conjunto de 12 missivas, dedicadas ao então namorado de Ada, Enio, são fontes privilegiadas para analisar os elementos afetivos e amorosos que contribuíram na cristalização do imaginário da instituição do casamento, como sendo a realização da apoteose romântica. Elas revelam traços da experiência de namoro, noivado e preparativos para o casamento, na chamada Região de Colonização Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul (RCI), especificamente no núcleo urbano de Caxias do Sul.

O modo como as imagens, os sons e as palavras foram dispostos e sincronizados numa linguagem audiovisual ancorou-se nas discussões da escrita da história e nos elementos de memória coletiva, apontados pelo próprio diário pessoal, como os espaços de sociabilidade, em especial as casas de cinema locais. Ao produzir uma narrativa histórica com sons, cores e movimento, o registro audiovisual conferiu novos sentidos para pensar o passado de Ada e de Caxias do Sul, como o imaginário social, no final da década de 1940 e início dos anos de 1950.

A elaboração de um vídeo é amparada na leitura da obra de White (1994), pois auxilia a refletir sobre a construção do registro do conhecimento histórico e as estruturas literárias que o modelam. Para o autor, o historiador, ao produzir uma narrativa histórica, opera com as estruturas de enredo, ou seja, os procedimentos literários que permitem dotá-la de sentido romântico, trágico, cômico e satírico. Se os eventos do

¹ O presente artigo discute a produção da narrativa audiovisual “Quando nos despedimos já estava com saudades deles”, elaborado na disciplina História, Narrativa e Registros Audiovisuais, do PPGH/UDESC, como atividade avaliativa.

passado são desconhecidos ou estranhos, as estruturas de enredo, pela familiaridade na cultura ocidental, tornam inteligível o passado, auxiliando o leitor a compreender a história. (WHITE, 1994).

Ademais, essas estruturas convergem com a ênfase da História Cultural, de que toda produção histórica é uma representação do passado, isto é, uma reconstrução de algum aspecto da realidade passada e não a constituição total do passado. A escolha de uma ou outra estrutura de enredo permite que o mesmo conjunto de acontecimentos seja contato de diferentes modos e sentidos. White considera também as implicações ideológicas e os tipos de argumentação formal, como elementos que definem os estilos históricos das narrativas.

Sobre os postulados de White, Prost argumenta:

O mérito dessa análise consiste em mostrar que o historiador formaliza seu enredo a partir de pressupostos, de condições prévias. Antes mesmo de ter recortado seu objeto e ter escolhido claramente um modo de apresentação, ele o pré-constrói por uma escolha raramente explicitada que diz respeito, ao mesmo tempo, a uma visão do mundo (a implicação ideológica), a um modo privilegiado de explicação e um tipo de enredo. Neste sentido, pode se falar de uma atividade poética do historiador, no sentido etimológico do termo: criadora. (PROST, 2008, p. 233).

Uma vez que o cinema cria circunstâncias que evidenciam as convenções e os limites da história escrita, como observa Rosenstone (1997), a produção de um registro audiovisual oferece outras possibilidades para a narrativa histórica e estimula a atividade criadora do historiador. Perante a proposta de elaborar um vídeo, com base na documentação histórica desta pesquisa, defronta-se com o bel-prazer de atravessar as fronteiras da história escrita, fixadas por suas convenções, e autorizar a liberdade das operações criativas, tal qual um artista se utiliza da licença poética, para expressar a sua criatividade, sem estar aprisionado pelas normas da linguagem.

Os pressupostos levantados por White (1994), no que tange às estruturas de enredo e às relações com a narrativa histórica, foram relevantes para a sincronização de imagens, sons e palavras, numa linguagem audiovisual. Compreendidas como a forma que molda o estilo do texto histórico, as estruturas de enredo auxiliam e conferem a produção de um sentido no registro audiovisual. Buscou-se investigar a produção deste sentido, ou seja, qual a narrativa, qual a argumentação que o vídeo propõe apresentar.

A construção da narrativa audiovisual inspirou-se da própria estrutura narrativa do amor romântico. Como observa Giddens (1993), o amor romântico se fez presente na Europa desde o final do século XVIII, coincidindo com a emergência do romance

literário, quando aponta a ideia de que uma vida individual pode ser projetada em uma narrativa. O caráter narrativo é caracterizado por

[...] um intenso exercício de imaginação na tentativa de atribuir sentidos aos eventos e interpretá-los, visando seu encadeamento lógico em prol de uma conclusão que, na prática, é desconhecida, embora na projeção mental seja designada como meta. Com isso, confirmam-se, entre os valores românticos, o imaginário e o ideal, não como simples distinção da “realidade”, mas como referenciais de interpretação e ação frente a ela, definindo práticas e condutas. (ROSSI, 2013, p. 43).

A narrativa é elaborada numa estrutura que insere as trajetórias dos amantes numa história individualizada, com acontecimentos que orientam para o desenvolvimento de um futuro, quando estariam eternamente juntos. Na visão literária, o casal idealizado, uma vez unido, seria uma única pessoa, nutrindo-se do amor dedicado exclusivamente de um para o outro. Giddens, com relação à visão narrativa, destaca que, embora a retórica do amor pressuponha sentimentos espontâneos, suas práticas e condutas o conduzem para um planejamento comum. O fim previsível desta narrativa é a formação de uma família por meio do casamento.

O conjunto de correspondências de Ada, enviadas a seu namorado Enio, bem como o diário pessoal da jovem – dedicado ao objeto de seu afeto –, oferece elementos para investigar o cotidiano de um relacionamento afetivo e amoroso, na metade do século XX e são indícios dessa estrutura narrativa do amor romântico. É possível identificar a trajetória do relacionamento de Ada e Enio: quando se conhecem, o namoro – com suas alegrias e abismos –, o noivado e o desfecho previsível, o casamento.

Os escritos pessoais de Ada apontam para a relação que a representação de amor romântico estabelece com a elaboração de sua subjetividade, na fase da juventude. Está implícito o desejo da jovem-moça de fundir sua trajetória com a de Enio, isto é, projetar sua vida numa narrativa que findará com o matrimônio. Na página que inaugura seu diário, em 5 de outubro de 1950, ela escreve:

Desde os 24 de Maio do corrente ano, sinto-me outra, suporto com mais calma os revezes da vida, pois alguém me conforta me anima. Esse alguém é a pessoa que tomou conta de meu coração, escravizou-o não deixando ser de mais ninguém. Tenho tido há tempos atrás procurado esquece-lo, querendo, tentado amar outro alguém... mas qual, cada palavra, cada gesto deste alguém, eu revia uma ventura tão grande q. havia perdido, e ria, ria para não chorar, para sentir q. eu era feliz, quando meu peito era um vulcão de tortura. No entanto a “ventura”, ventura sempre esperada voltou com mais força e brilho e hoje sou feliz... mas só ao teu lado! Foi com o pensamento voltado para ti, Enio, q. comecei esse diário, preenchendo esse espaço vazio, que

mais tarde servirá para recordarmos a mocidade... (*Ada*, registro de quinta-feira, 5 de outubro de 1950).²

Já no dia 24 de outubro de 1950, expressa a sua ansiedade enquanto aguarda o desfecho que a estrutura narrativa do amor romântico reserva aos enamorados:

[...] o Enio veio até cá em casa e ficou mais um tempinho inconscientemente disse-lhe: “Enio não sei mais esperar, parece-me q amanhã nunca chega...” Sorrindo, respondeu “Vais ver q. o dia, chegará”. Sim, penso eu ele chegará, mas embora curto o tempo, quanta espera ainda... (*Ada*, registro de terça-feira, 24 de outubro de 1950).

Assim, a narrativa da produção audiovisual privilegia a estrutura narrativa do amor romântico, dispondo os elementos sonoros e imagéticos, num modo que incidem sobre a construção de sentidos. A preferência por esta estrutura de enredo aproxima o leitor comum, pois o caráter narrativo do amor romântico é familiar na cultura ocidental e está presente nos produtos culturais para consumo da sociedade. Ao analisar o caráter do romance, a autora, Cunha mobiliza Bakhtin:

Um par de jovens em idade de casamento. A origem deles é desconhecida, misteriosa. Eles são dotados de beleza rara. Encontram-se inesperadamente; via de regra numa festa solene. Apaixonam-se repentinamente e apaixonadamente, um amor insuperável. Encontram entraves que retardam e impedem o alcance. Os apaixonados são separados, procuram-se, reencontram-se. Tem importante papel os encontros com amigos ou inimigos inesperados, adivinhas, vaticínios, sonhos proféticos, pressentimentos, poções para dormir. O romance termina com a feliz união dos apaixonados em matrimônio. (CUNHA, 1999, p. 36).

Na produção do registro audiovisual, a narrativa é organizada em cenas: após a abertura, em que é reproduzido o escrito que inaugura o diário pessoal de Ada – já transcrito acima –, os argumentos são construídos a partir dos subtítulos *Amar*, *Chorar*, *Noivar* e *Casar*. Cada cena aborda aspectos da estrutura narrativa do amor romântico, utilizando um conjunto de documentos, como passagens dos registros pessoais, fotografias do núcleo urbano de Caxias do Sul, nas décadas de 1940 e 1950, recortes da imprensa escrita local, bem como imagens de produções cinematográficas hollywoodianas da época.

Na cena *Amar*, as fotografias do núcleo urbano de Caxias do Sul ilustram faces de uma cidade que alterava sua paisagem, decorrente do projeto de modernização e

² Optou-se por manter a grafia original dos escritos do diário pessoal de Ada.

higienização da sociedade brasileira, já sucedido nas capitais. Por meio de um intenso processo de industrialização e de urbanização (MACHADO, 2001), foram criados novos espaços de sociabilidade, e a Praça Dante Alighieri, na época chamada de Rui Barbosa, torna-se um espaço para a prática do *footing*, com jovens moças e moços trocando olhares e flertando enquanto passeavam de um lado a outro. (POZENATO; GIRON, 2007). É nesse cenário que a experiência amorosa de Ada é tramada.



Avenida Júlio de Castilhos e Praça Dante, 1950-1955
Fonte: SAL. 006, Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

O uso das imagens do cinema de Hollywood se justifica na medida em que o diário pessoal de Ada apresenta indícios de que a jovem moça era frequentadora das salas de cinema da cidade. A partir da transcrição de seus escritos, é possível mapear os filmes que assistia e que eram oferecidos pelas casas de cinema de Caxias do Sul, identificando os gêneros cinematográficos predominantes na época, como o estilo melodramático/amor romântico. São informações precisas sobre as sessões, que permitem pensar o cinema como uma forma de sociabilidade e um espaço recorrente no cotidiano do núcleo urbano da cidade.

A noite fui a dama e o filme não foi tão abacaxi. O Enio veio junto, ainda bem... (Ada, registro de terça-feira, 10 de outubro de 1950).

A tarde o Enio veio buscar-me as 1 ½ horas e fomos a matinê. O Guarani já estava superlotado e então fomos para o Central. (*Ada*, registro de domingo, 15 de outubro de 1950).

Fomos ao cinema de noite com a mamãe e foi no Real. Passou o filme Margie e não é tão ruim, alias bem bomzinho. Rimos a valer pois o filme era também cômico, a artista era Jeanne Crain. (*Ada*, registro de sexta-feira, 27 de outubro de 1950).

Pela manhã fomos ao Circulo Operário assistir o filme “A canção de Bernardete”, alias, já havia visto. (*Ada*, registro de quarta-feira, 08 de novembro de 1950).

Cinema Guarany, Cine Theatro Central, Cine Teatro Real e Cine Imperial – ligado ao Círculo Operário Caxiense – eram as casas de cinema de Caxias do Sul frequentadas pela jovem. Ela era também espectadora das sessões especiais, como a matinê, que eram realizadas no Guarany, nas tardes de domingo (POZENATO; GIRON, 2007), e o “Dia da Dama”, quando senhoras e moças entravam gratuitamente. Por intermédio do cinema, Ada tinha acesso a diferentes culturas, sobretudo a norte-americana, o que permite constatar que a região de imigração italiana, do Rio Grande do Sul, não ficou isenta do processo de modernização; ao contrário, também consumiu produtos culturais que apresentavam outros comportamentos e valores.

Rosenstone (1997, p. 5), observa que um filme pode “fazer-nos ‘ver’ e ‘sentir’ qualquer situação ou personagem histórico” ou seja, além de deleitar e emocionar o público com suas imagens, oferece a ele modos de ver, de sentir e de agir no cotidiano. O diário pessoal de Ada, por meio do mapeamento dos títulos de filmes, constitui uma fonte privilegiada para analisar o imaginário social da época: Quais eram as representações de amor romântico presentes nessas produções cinematográficas? Quais os sentidos produzidos pela jovem-moça ao contemplar as produções que incidiram na elaboração de sua subjetividade? Ao incitar construções mentais, as histórias dramatizadas nos filmes – especialmente do gênero melodramático –, podem tornar-se referências para as pessoas e estimular a busca das mesmas experiências. Rossi aponta que

a impressão de verossimilhança que o cinema promove, quando empregada em narrativas que tem por tema central a conquista e/ou estabelecimento de uma relação amorosa, confere grande expressividade ao código do amor – enquanto conjunto de prescrições e idealizações de estados emotivos – ao tornar visíveis elementos a princípio abstratos e idealizados. Diferentemente da literatura, o cinema propicia imagens do amor “realizado”, convertendo o abstrato em fenômeno visível. Essas visões de amor impactarão na vida de muitos expectadores, servindo de referência – e às vezes até de estímulo – para a busca particular dessa experiência, que deixa de ser simplesmente

idealizada como anseio íntimo para se tornar algo visivelmente possível e acessível a todos. (ROSSI, 2013, p. 51-52).

O efeito de verossimilhança que o cinema provoca também é observado por Rosenstone:

O filme personaliza, dramatiza e imprime emoção ao passado. [...] Todas as capacidades especiais da mídia – cor e movimento, música e efeitos sonoros, closes do rosto humano, justaposição de imagens – são utilizadas para criar a sensação de que não estamos assistindo aos acontecimentos, mas vivenciando-os. (ROSENSTONE, 2010, p. 76).

Deste modo, a produção audiovisual explorou a relação entre as representações de amor romântico nas produções cinematográficas e sua capacidade mobilizadora de condutas e práticas sociais. Alguns dos filmes mencionados por Ada, em seu diário, foram utilizados como ferramenta para a elaboração de relações metafóricas, isto é, conferiram analogias para abordar as passagens selecionadas dos registros pessoais. Na cena *Noivar*, por exemplo, a narração em *off* interpreta o relato da jovem-moça sobre seu noivado com Enio, em 27 de março de 1951.

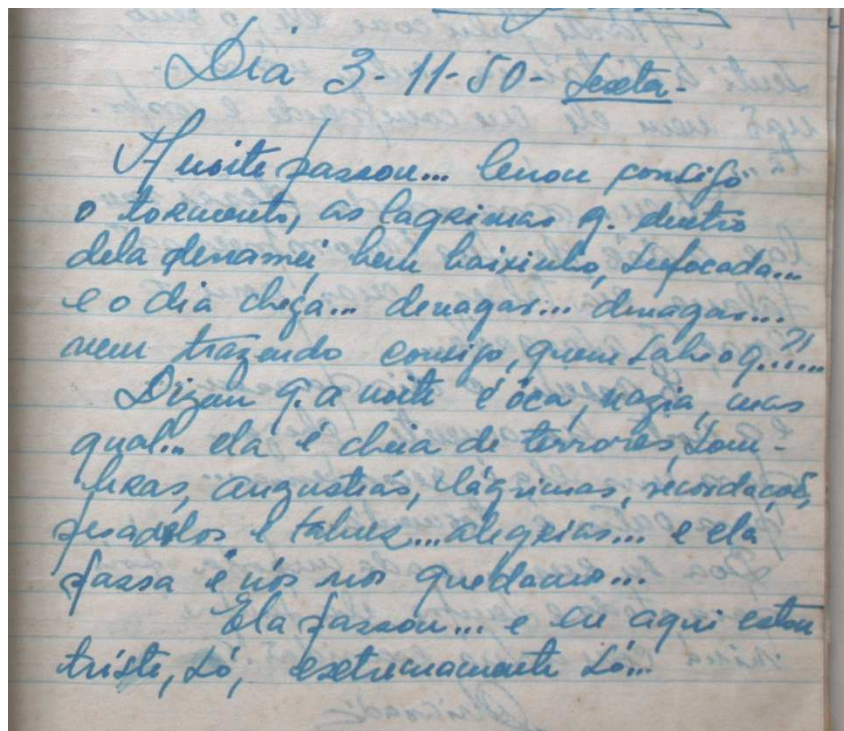
Foi tudo tão lindo, tão inesquecível... Ele ao meu lado, eu apoiada a seu braço diante de nós o ministro de Cristo a nos abençoar, ao nosso redor os parentes felizes, assim como nós... Padre Tronca falou muito bem, aconselhando-nos e dando-nos bons conselhos, desejando-nos as maiores felicidades... [...] Enio foi o último a sair, estava feliz, assim como eu, disse-me ao se despedir: “agora és noiva, debes mais do q. nunca saber como vai agir”. Na verdade, ele tem razão, mas sem duvida saberei o meu dever. (*Ada*, registro de 27 de março de 1951).

À medida que a narração transcorre, imagens de filmes hollywoodianos, que exibem os enamorados entre beijos e abraços, são sincronizadas, articulando uma relação metafórica entre a apaixonada descrição de Ada sobre seu noivado e as manifestações de amor demonstradas nas imagens. As palavras são subvertidas em analogias, mobilizando a participação imaginativa do expectador e produzindo novos sentidos. Se as produções cinematográficas estimulam modos de viver relacionamentos amorosos, Ada é representada nas imagens fílmicas e constitui as próprias moças que se deleitam nos braços do amante.

As analogias também são exploradas na articulação de elementos imagéticos com os sonoros. Buscou-se a seleção de canções da época e que se articulassem com os argumentos de cada cena.³ Na cena *Chorar*, quando são abordados os desentendimentos

³ A obra *A canção no tempo* (v. 1), ao abranger a história da música popular brasileira, através das suas canções de sucesso, foi primordial para realizar tal tarefa.

de Ada e Enio durante o namoro, as palavras do diário pessoal⁴ – reproduzidas na imagem abaixo – são sincronizadas com o trecho inicial da música *Canção de Amor*, interpretada por Elizeth Cardoso, que diz: “Saudade torrente de paixão/Emoção diferente/Que aniquila a vida da gente/Uma dor que não sei de onde vem.”



Excerto do diário pessoal de Ada, de 1950
Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Já na cena *Casar*, ao passo que as imagens se sucedem, a música de fundo *Canção de nós dois*, também interpretada por Elizeth Cardoso, confere a produção de novos sentidos, com a analogia da vida de Ada, após o casamento. A canção aborda a constituição de uma família, a partir da trajetória comum dos enamorados. Já as imagens são referentes ao caderno montado pela mãe de Ada, na ocasião do casamento de sua filha, formado por inúmeras receitas culinárias e regras de conduta e portador de representações sobre o amor e a mulher. Receitas de bolos ou pudins, conselhos de moda ou cuidado do lar. São os traços do projeto de sociedade moderna, com a demarcação das condutas femininas, na representação da mulher cristã, caracterizada como obediente, submissa ao homem, dedicada ao lar e recatada. (PINSKY, 2012).

⁴ “Dia 3-11-50

A noite passou... levou consigo o tormento, as lagrimas q. dentro dela derramei bem baixinho, sufocada... e o dia chega...devagar...devagar...vem trazendo consigo, quem sabe o q.?!...

Dizem q. a noite é oca, vazia, mas qual... ela é cheia de terrores, sombras, angustias, lágrimas, recordações, pesadelos e talvez...alegrias...e ela passa e nós nos quedamos...

Ela passou...e eu aqui estou. Triste, só extremamente só...” (Ada, registro de sexta-feira, 03 de março de 1950).



Página de caderno montado pela mãe de Ada na ocasião do casamento de sua filha
 Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Por fim, quanto aos demais recursos utilizados na edição da produção audiovisual, destacam-se a transição de uma imagem para a outra de páginas de documentos, por meio da rotação da página para cima e para esquerda, que confere a simulação da passagem de páginas, como se fossem folheadas pelas próprias mãos. O emprego deste recurso vai ao encontro de uma das características que definem o diário, descrita por Lejeune: embora seja uma forma de escrita fragmentada, o diário é moldado pela datação e

é virtualmente interminável desde o início, uma vez que sempre haverá um tempo vivido posterior à escrita, tornando necessária uma nova escrita [...]. Voltado para o futuro, se algo lhe escapa, é o término, não a origem, que se desloca com a própria escrita; quando alcanço o futuro, ele me escapa para se reconstituir mais além. (LEJEUNE, 2008, p. 316).

Já o emprego de efeitos panorâmicos e de *zoom* confere movimento às imagens, modificando sua característica de imagens estáticas e restritas à moldura – denominada centrípeta –, para imagens de caráter centrífugo. Os efeitos, ao criarem movimentos sobre a fotografia estática, permitem o alcance de pormenores e, quando dispostos numa sequência de fotografias, produzem significados. Como afirma Hagemeyer (2012, p. 78), “ao dar vida às imagens fotográficas, estabelece-se uma ‘leitura’ da imagem, uma sequência através do qual o espectador observa relações de causa e efeito”.

Como palavras finais, a produção do registro audiovisual possibilitou explorar os registros pessoais como fontes históricas, indagando-as como suporte de memória individual de uma jovem-moça e também como parte de uma memória coletiva, com indícios do imaginário social da época. Aos registros pessoais de Ada, foi elaborada uma narrativa histórica com cores, sons e movimentos – diferentemente das operações na história escrita –, e ainda uma estrutura de enredo, que conferiu novos sentidos para pensar seu passado.

Fontes:

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Diário pessoal de Ada. Caxias do Sul, 1950-1952.

Correspondências de Ada para Enio. Caxias do Sul, 1946-1950.

Caderno de Giselda para Ada. Caxias do Sul, 1950.

Fotografia SAL 006. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/site/?idConteudo=12>>.

Referências

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades*. São Paulo: Unesp, 1993.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Historia e audiovisual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

POZENATO, Kenia; GIRON, Loraine. *Cinemas: lembranças*. Porto Alegre: EST, 2007.

PROST, Antoine. Criação de enredos e narratividade. In: _____. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 211-233.

ROSENSTONE, Robert A. História em imagens, história em palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a história em imagens. *O Olho da História*, v. 1, n. 5, p. 105-116, 1997.

_____. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ROSSI, Túlio Cunha. *Projetando a subjetividade: a construção social do amor a partir do cinema*. 2013. 326 f. Tese (Doutorado) – Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-26062013-093448/pt-br.php>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza Homem de. *A canção no tempo: 85 anos de música brasileira. 1901-1957*. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 1.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 97-116.



... per la Cultura. Ma ora
... qualità di sermone e di che ve
... tentati. Non abbandonate il
... qui con noi, sul conto che sia
... di la vostra penitenza. Et
... Simon e Maria. Sicut inquit Carus
... in grege dove si le vestiva quelle
... il cuore e non la lingua.
... si saluto che Giacomo e Maria, e
... a la sua famiglia, e tutti gli altri
... e quelli che erano, uno e noi
... la sorte che rissece a me. Ho
... raccomandate vi un pronto risentore di
... spiritum per Lamerita, a sal
... breve, un bacio capposo, corre.

